



resenha

de Política Exterior do Brasil

Ministério das Relações Exteriores

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

Número 93, 2º semestre de 2003

ANO 30, ISSN 0101 2428

A Resenha de Política Exterior do Brasil é uma publicação semestral do Ministério das Relações Exteriores, organizada e editada pelo Centro de Documentação (CDO), do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD).

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Embaixador Celso Amorim

Secretário-Geral das Relações Exteriores
Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

Diretora-Geral do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD)
Ministra Maria Elisa Berenguer

Chefe do Centro de Documentação (CDO)
Secretário Eduardo Pereira e Ferreira

Padronização
Oficial de Chancelaria Ursula Rey González Zaluar

Encarregado da Gráfica do Ministério das Relações Exteriores
Paulo Cesar Bruno

Endereço para correspondência:
Centro de Documentação (CDO)
Ministério das Relações Exteriores, Anexo II, 3º. andar
CEP 70170-900, Brasília, DF
Telefones: (61) 411-6965, (61) 411-6966, fax: (61) 411-6591

© Todos os direitos reservados. A reprodução ou tradução de qualquer parte desta publicação será permitida com a prévia permissão do Editor.

Resenha de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores, Gráfica do Ministério das Relações Exteriores.— Ano 1, n.1 (jun. 1974) - .— Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Gráfica do Ministério das Relações Exteriores, 1974 - .

v.

Semestral.

NOTA: Havendo sido extinto o Centro de Documentação, a publicação, em papel, da Resenha de Política Exterior do Brasil foi interrompida de 1996 a 2002. Em 1995, houve apenas a edição relativa ao 1º semestre (nº 76). Os números 77 (2º semestre de 1995), 78 e 79 (1996), 80 e 81 (1997) foram publicados somente em formato eletrônico, na Relnet - Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais (www.relnet.com.br), projeto conjunto da Fundação Alexandre de Gusmão, do MRE, e do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.
1. Brasil – Relações Exteriores – Periódico. I. Brasil. Ministério das Relações Exteriores.

CDU 32 (05)

SUMÁRIO

DISCURSOS

III Comissão Geral Brasil-França

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Sessão de Abertura da Terceira Comissão Geral Brasil-França, em Paris, em 7 de julho de 2003 21

Visita do Presidente da República a Portugal

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de chegada a Portugal, em 10 de julho de 2003 23

Discurso de brinde do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do jantar oferecido pelo Presidente da República Portuguesa, Jorge Sampaio, em 10 de julho de 2003 24

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Assembléia da República de Portugal, em 11 de julho de 2003 26

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de visita à sede da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, em 11 de julho de 2003 29

Visita do Presidente da República à Espanha

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do Encontro Empresarial Brasil-Espanha, em 15 de julho de 2003 31

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do jantar de gala oferecido pelos Reis de Espanha, em 15 de julho de 2003 33

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do Ato Parlamentar no Congresso de Deputados e no Senado Espanhol, em 16 de julho de 2003 35

Cerimônia de posse do Subsecretário-Geral da América do Sul e de Diretores-Gerais de Departamentos

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na cerimônia de posse do Subsecretário-Geral da América do Sul e de Diretores-Gerais de Departamentos, no Palácio Itamaraty, em 21 de julho de 2003 39

Visita ao Brasil do Presidente do Suriname	
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na declaração conjunta dos Presidentes do Suriname, Runaldo Venetiaan, e do Brasil, em 22 de julho de 2003	41
Visita ao Brasil do Presidente da Guiana	
Declaração do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a visita de trabalho do Presidente da República Cooperativista da Guiana, Bharrat Jagdeo, em 30 de julho de 2003	43
Sessão da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	
Intervenção do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em 30 de julho de 2003	45
Sessão da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	
Intervenção do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, em 7 de agosto de 2003	49
Convênio entre Brasil e Paraguai	
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura do convênio entre Brasil e Paraguai, em Foz do Iguaçu, em 16 de agosto de 2003	67
Visita ao Brasil do Presidente do Chile	
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Declaração Conjunta dos Presidentes do Brasil e do Chile, em 19 de agosto de 2003	71
V Reunião Ministerial da OMC	
Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na V Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio, em Cancún, em 11 de setembro de 2003	75
Sessão da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	
Intervenção do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em 17 de setembro de 2003	79

Sessão da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal

Intervenção do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, em 18 de setembro de 2003 93

Formatura da turma “Sérgio Viera de Mello”

Discurso do Paraninfo da Turma “Sérgio Vieira de Mello” do Instituto Rio Branco, Ministro Marcos Bezerra Abbott Galvão, na cerimônia de formatura, no Palácio Itamaraty, em 18 de setembro de 2003 105

Discurso do orador da Turma “Sérgio Vieira de Mello”, Secretário Paulo Gustavo Iansen de Sant’Ana, na cerimônia de formatura, no Palácio Itamaraty, em 18 de setembro de 2003 108

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da cerimônia de formatura da Turma “Sérgio Vieira de Mello”, no Palácio Itamaraty, em 18 de setembro de 2003 110

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em almoço oferecido aos formandos do Instituto Rio Branco, no Palácio Itamaraty, em 18 de setembro de 2003 115

Combate ao Terrorismo

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na conferência “Combatendo o Terrorismo em Prol da Humanidade”, em Nova York, em 22 de setembro de 2003 119

Abertura da 58ª Assembléia Geral da ONU

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Abertura da 58ª Assembléia Geral da ONU, em Nova York, em 23 de setembro de 2003 123

Visita do Presidente da República a Cuba

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em encontro com estudantes brasileiros, em Havana, em 27 de setembro de 2003 129

Visita ao Brasil do Rei da Noruega

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da abertura do “Seminário Brasil-Noruega: Paz, Reconciliação e Mediação – Novos Temas de Política Exterior”, no Instituto Rio Branco, em 7 de outubro de 2003 135

Visita ao Brasil do Presidente do Paraguai	
Declaração à imprensa feita pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do Presidente do Paraguai, Nicanor Duarte Frutos, no Palácio Itamaraty, em 14 de outubro de 2003	141
Visita do Presidente da República à Argentina	
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de encerramento do Seminário “Integração da América do Sul: Desafios e Oportunidades”, em Buenos Aires, em 16 de outubro de 2003	145
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão do Congresso da Nação Argentina em homenagem ao Brasil, em Buenos Aires, em 16 de outubro de 2003	149
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de encontro com o Presidente Néstor Kirchner, em Buenos Aires, em 16 de outubro de 2003	153
ALCA	
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Sessão Inaugural do Encontro Parlamentar sobre a ALCA – O Papel dos Legisladores na ALCA, na Câmara dos Deputados, em 20 de outubro de 2003	157
XXII Congresso da Internacional Socialista	
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Cerimônia de Abertura do XXII Congresso da Internacional Socialista, em São Paulo, em 27 de outubro de 2003	161
Acordo MERCOSUL -União Européia	
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do encerramento da IV Reunião Plenária do Fórum Empresarial MERCOSUL União Européia, em Brasília, em 29 de outubro de 2003	167
Segurança Hemisférica	
Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, no debate geral da Conferência Especial de Segurança, no âmbito da OEA, no México, em 28 de outubro de 2003	175
Visita ao Brasil do Presidente do Governo da Espanha	
Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do Presidente do Governo da Espanha, José María Aznar, no Palácio Itamaraty, em 29 de outubro de 2003	179

Visita ao Brasil da Presidente da Finlândia	
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do almoço oferecido à Presidente da Finlândia, Tarja Halonen, no Palácio Itamaraty, em 31 de outubro de 2003	183
Visita do Presidente da República à África	
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do almoço oferecido pelo Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, em 2 de novembro de 2003	185
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da abertura da reunião ministerial Brasil-Angola, em Luanda, em 3 de novembro de 2003	189
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar oferecido pelo Presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, em Maputo, em 5 de novembro de 2003	191
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de encerramento do Seminário “Brasil-Moçambique: Comércio e Investimentos”, em Maputo, em 5 de novembro de 2003	193
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do jantar oferecido pelo Presidente da República da Namíbia, Sam Nujoma, em Windhoek, em 6 de novembro de 2003	195
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento do Encontro Empresarial Brasil-Namíbia, Windhoek, 7 de novembro de 2003	198
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no início da Conferência Conjunta de Imprensa, em Pretória, em 8 de novembro de 2003	200
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar oferecido em sua homenagem pelo Presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, em Pretória, em 8 de novembro de 2003	201
Parceria Estratégica Brasil-Espanha	
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na assinatura do documento de Parceria Estratégica Brasil-Espanha, em Santa Cruz de la Sierra, em 14 de novembro de 2003	205

Metas do Milênio – Desenvolvimento Humano

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na abertura da “Conferência Internacional de Promoção de Consenso Político para a Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio na América Latina e no Caribe”, em Brasília, em 17 de novembro de 2003 207

Visita ao Brasil do Presidente da Alemanha

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar oferecido ao Presidente da República Federal da Alemanha, Johannes Rau, no Palácio Itamaraty, em 27 de novembro de 2003 211

Visita do Presidente da República a Países Árabes

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar oferecido pelo Presidente da Síria, Bashar Al-Assad, em Damasco, em 3 de dezembro de 2003 215

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento do Seminário sobre Negócios e Investimentos, em Damasco, em 3 de dezembro de 2003 217

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento do Seminário Empresarial Brasil-Líbano, em Beirute, em 5 de dezembro de 2003 220

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Plenário da Assembléia Nacional Libanesa, em Beirute, em 5 de dezembro de 2003 224

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Seminário Empresarial Brasil-Egito, no Cairo, em 8 de dezembro de 2003 228

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita à sede da Liga dos Estados Árabes, no Cairo, em 9 de dezembro de 2003 231

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de encerramento de encontro empresarial na Líbia, em 10 de dezembro de 2003 235

Cooperação Sul-Sul

Discurso do Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira por ocasião da sessão de abertura da Conferência de Alto Nível do G-77 sobre Cooperação Sul-Sul, em Marraqueche, em 9 de dezembro de 2003 237

Reunião Ministerial do G-20

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em encontro com

delegações da reunião ministerial do G-20, no Palácio do Planalto, em 12 de dezembro de 2003 245

XXV Reunião do Conselho do MERCOSUL

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Abertura da XXV Reunião do Conselho do MERCOSUL, em Montevidéu, em 16 de dezembro de 2003 249

ACORDOS

Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Contratação Recíproca de Nacionais 253

Acordo sobre Cooperação em Assuntos relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia 255

Tratado de Extradição entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru 257

Tratado de Extradição entre a República Federativa do Brasil e a Romênia 263

Acordo-Marco entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba 267

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

Comunicado à imprensa a respeito da decisão dos EUA sobre assistência militar e o TPI (01.07.03) 271

Comunicado à imprensa a respeito da reunião sobre Mudança do Clima (02.07.03) 271

Nota Conjunta com o Ministério da Defesa – Brasil contribui com dois aviões de transporte para a Força Multilateral Temporária de Emergência das Nações Unidas em Bunia, República Democrática do Congo (03.07.03) 272

Comunicado à imprensa sobre o Processo de Paz no Oriente Médio (04.07.03) 273

Comunicado à imprensa sobre pedido de painel na OMC relativo ao regime açucareiro das Comunidades Européias (08.07.03) 273

Ata Final da III Reunião da Comissão Geral Brasil-França (08.07.03) 274

Comunicado à imprensa sobre painel da OMC que deu ganho de causa ao Brasil e demais demandantes contra salvaguardas dos EUA sobre produtos siderúrgicos (11.07.03) 276

Comunicado à imprensa por ocasião do VIII Conselho de Ministros da CPLP (16.07.03)	277
Declaração da CPLP sobre o golpe militar em São Tomé e Príncipe (16.07.03)	278
Comunicado à imprensa sobre a situação em São Tomé e Príncipe (16.07.03).....	278
Declaração do Conselho de Ministros da CPLP sobre a situação em São Tomé e Príncipe (17.07.03)	278
Comunicado à imprensa sobre a situação em São Tomé e Príncipe (18.07.03).....	279
Declaração do Grupo do Rio sobre a situação em São Tomé e Príncipe (21.07.03).....	280
Comunicado Conjunto à imprensa dos Presidentes da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da República do Suriname, Runaldo Ronald Venetiaan (22.07.03)	280
Comunicado à imprensa sobre o fim da sublevação militar em São Tomé e Príncipe (23.07.03)	283
Comunicado à imprensa sobre a situação na Libéria (24.07.03)	283
Comunicado à imprensa sobre a decisão do ECOSOC a respeito da ONG Reporters Sans Frontières – International (24.07.03)	284
Comunicado à imprensa sobre exigência dos EUA de visto de trânsito para brasileiros (06.08.03)	284
Comunicado à imprensa sobre visita ao Brasil do perito independente da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas sobre o direito ao desenvolvimento (08.08.03)	284
Comunicado à imprensa sobre a situação na Libéria (12.08.03)	285
Comunicado à imprensa sobre visita ao Brasil do Diretor-Executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) (13.08.03)	285
Declaração dos Presidentes do MERCOSUL, Bolívia e Chile – Agricultura na OMC (15.08.03)	286
Memorando de Entendimento Brasil-Argentina (17.08.03)	287

Declaração do Brasil, Argentina, Paraguai, Bolívia, Chile, Colômbia, Peru e Uruguai – Declaração de Assunção (17.08.03)	288
Comunicado à imprensa sobre atentado contra o Escritório das Nações Unidas em Bagdá (19.08.03)	288
Comunicado à imprensa sobre a morte de Sérgio Vieira de Mello (19.08.03)	289
Comunicado Conjunto Brasil-Chile, por ocasião da visita ao Brasil do Presidente do Chile (19.08.03)	289
Comunicado à imprensa sobre traslado do corpo de Sérgio Vieira de Mello (20.08.03)	291
Comunicado à imprensa sobre Proposta Conjunta de Grupo de Países em Desenvolvimento – G-20 – sobre Agricultura (20.08.03)	292
Comunicado à imprensa sobre atentado terrorista em Jerusalém (20.08.03)	293
Comunicado à imprensa sobre a VI Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Combate à Seca Grave e/ou Desertificação – UNCCD (21.08.03)	294
Comunicado à imprensa sobre reunião inaugural do Grupo de Trabalho para a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (26.08.03)	295
Declaração do Governo brasileiro sobre incidente durante encontro entre os C-Presidentes da ALCA (28.08.03)	295
Comunicado à imprensa a respeito do painel sobre o regime açucareiro das Comunidades Européias (29.08.03)	296
Comunicado à imprensa sobre patentes e saúde pública – decisão sobre o parágrafo 6º da Declaração de Doha (30.08.03)	297
Comunicado à imprensa sobre visita de trabalho do Presidente de Burkina Faso, Senhor Blaise Compaoré (03.09.03)	298
Comunicado à imprensa referente ao painel sobre o contencioso relativo à classificação aduaneira de cortes de frango salgado (03.09.03)	298
Comunicado do G-20 (02.09.03)	299

Informação a respeito de telefonema do Presidente dos EUA, George W. Bush, ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (08.09.03)	299
Comunicado Ministerial do G-20 (09.09.03)	300
Comunicado à imprensa sobre o falecimento da Ministra dos Negócios Estrangeiros da Suécia (11.09.03)	302
Comunicado à imprensa sobre negociações da OMC em Cancún (12.09.03)	302
Comunicado à imprensa sobre a instalação de escritório da Corporação Andina de Fomento (CAF) em Brasília (12.09.03)	302
Comunicado à imprensa sobre decisão do Gabinete de Segurança de Israel (12.09.03) ..	303
Comunicado à imprensa sobre a situação na República da Guiné-Bissau (14.09.03)	303
Comunicado à imprensa sobre visita ao Brasil da Relatora Especial da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas sobre Execuções Extrajudiciais, Sumárias ou Arbitrárias (16.09.03)	304
Comunicado à imprensa sobre reunião Brasil-Argentina a respeito de tráfico ilícito de armas de fogo, munições, explosivos e outros materiais relacionados (18.09.03)	305
Comunicado Conjunto à imprensa dos Presidentes da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da República da Colômbia, Álvaro Uribe Vélez (18.09.03)	305
Nota Conjunta à imprensa sobre a VII Reunião da Agenda Comum Brasil-Estados Unidos sobre Meio Ambiente (19.09.03)	308
Comentários do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, sobre artigo do Representante Comercial dos EUA referente aos resultados da Conferência de Cancún (22.09.03)	309
Comunicado à imprensa sobre visita de trabalho do Presidente da República ao México (23.09.03)	309
Comunicado à imprensa sobre visita do Presidente da República a Cuba (23.09.03)	310
Declaração dos Ministros das Relações Exteriores dos Países da Coalizão da Nova Agenda (23.09.03)	311

Comunicado à imprensa sobre Cooperação Brasil-Polônia na Luta Contra o Crime Organizado e outras Modalidades Criminosas (25.09.03)	313
Comunicado dos Governos da Índia, Brasil e África do Sul – IBAS (25.09.03)	313
Comunicado à imprensa sobre atentado na cidade colombiana de Florencia – Mensagem do Ministro Celso Amorim à Ministra das Relações Exteriores da Colômbia (30.09.03)	315
Comunicado à imprensa sobre a XV Reunião do Comitê de Negociações Comerciais da ALCA (01.10.03)	315
Comunicado à imprensa sobre participação conjunta do MERCOSUL na Feira ANUGA 2003 (01.10.03)	316
Comunicado à imprensa a respeito de painel sobre o contencioso relativo à classificação aduaneira de cortes de frango salgado (02.10.03)	317
Comunicado à imprensa sobre obras de infra-estrutura na América do Sul (02.10.03) ...	317
Comunicado do Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela (03.10.03)	318
Mensagens trocadas entre os Chanceleres Celso Amorim e Igor Ivanov por ocasião do 175º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Rússia - (03.10.03)	318
Comunicado à imprensa sobre Visita de Estado ao Brasil dos Reis da Noruega (04.10.2003)	320
Comunicado à imprensa sobre visita ao Brasil da Rainha Sofia da Espanha (04.10.03)	320
Comunicado à imprensa sobre a situação no Oriente Médio (04.10.03)	321
Comunicado à imprensa sobre bombardeio por Israel do território sírio (05.10.03)	321
Comunicado à imprensa sobre reunião dos Chanceleres do Brasil e da Noruega (07.10.03)	321
Comunicado à imprensa sobre morte de criança brasileira na fronteira líbano-israelense (09.10.03)	322

Comunicado à imprensa sobre posse do Primeiro-Ministro da Autoridade Nacoinal Palestina (09.10.03)	322
Comunicado à imprensa sobre reunião de avaliação da Conferência Ministerial de Cancún, realizada em Buenos Aires (10.10.03)	322
Comunicado à imprensa sobre a situação na Bolívia (13.10.03)	323
Comunicado Conjunto à Imprensa dos Presidentes da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da República do Paraguai, Nicanor Duarte Frutos (14.10.03)	323
Comunicado à imprensa sobre evacuação de cidadãos brasileiros em La Paz (15.10.03) ...	327
Comunicado à imprensa sobre Missão Empresarial ao Vietnã (16.10.03)	327
MERCOSUL. Fortalecimento Institucional. Ratificação do Protocolo de Olivos sobre Solução de Controvérsias (16.10.03).....	328
Declaração Conjunta dos Senhores Presidentes da República Federativa do Brasil e da República Argentina (Buenos Aires, 16.10.03)	329
Consenso de Buenos Aires (16.10.03).....	335
Comunicado à imprensa sobre a renúncia do Presidente da Bolívia (17.10.03)	338
Comunicado à imprensa sobre operação de evacuação em La Paz (17.10.03)	339
Comunicado do Grupo do Rio de apoio ao novo Governo Constitucional da República da Bolívia (17.10.03)	339
Comunicado à imprensa sobre visita oficial do Presidente da Ucrânia, Leonid Kutchma, ao Brasil (21.10.03)	339
Comunicado Conjunto Brasil-Índia (Nova Delhi, 21.10.03)	340
Comunicado à imprensa sobre eleições para o Conselho de Segurança das Nações Unidas - Mandato 2004-2005 (22.09.03)	342
Comunicado à imprensa sobre a eleição do Brasil para o Conselho de Segurança (23.10.03) ...	344
Comunicado à imprensa sobre violência no Oriente Médio (23.10.03)	344

Comunicado à imprensa sobre Conferência Especial sobre Segurança (27.10.03)	344
Comunicado à imprensa sobre Conferência Regional da América Latina e Caribe sobre Energias Renováveis (28.10.03)	345
Comunicado à imprensa sobre visita do Presidente da República à África (31.10.03)	346
Comunicado à imprensa sobre reunião do Ministro Celso Amorim com o Presidente do Peru (31.10.03)	348
Plataforma de Brasília sobre Energias Renováveis (31.10.03)	348
Comunicado Conjunto da visita do Presidente da República a São Tomé e Príncipe (02.11.03) ...	351
Comunicado à imprensa relativo a visita ao Brasil do Relator Especial da Comissão de Direitos Humanos (CDH) das Nações Unidas sobre Venda de Crianças, Prostituição e Pornografia Infantil, Senhor Juan Miguel Petit (03.10.03)	356
Comunicado Final da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Angola (03.11.03)	357
Comunicado Conjunto da Reunião de Chanceleres e Ministros de Comércio Exterior da Comunidade Andina e do MERCOSUL (03.11.03)	361
Comunicado à imprensa sobre reunião de coordenação sobre a ALCA (04.11.03)	361
Comunicado à imprensa sobre a nomeação do Embaixador João Clemente Baena Soares como membro de Painel de Alto Nível para estudar as ameaças globais à segurança internacional (05.11.03).....	362
Comunicado à imprensa sobre Centros de Estudos Brasileiros em Angola e Moçambique – Homenagem aos Embaixadores Ovídio de Andrade Melo e José Aparecido de Oliveira (05.11.03)	362
Comunicado Conjunto da Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Moçambique (06.11.03)	363
Comunicado à imprensa sobre a XV Reunião das Partes do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (07.11.03)	365
Comunicado Conjunto sobre a Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à República da Namíbia (07.11.03)	366

Comunicado Conjunto por ocasião da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à África do Sul (08.11.03)	368
Comunicado à imprensa sobre o resultado do contencioso em que Brasil e outros países questionavam salvaguardas dos EUA sobre produtos siderúrgicos (10.11.03)	370
Comunicado à imprensa sobre atentado em Riade (10.11.03)	371
Comunicado à imprensa sobre a IV Reunião da Comissão Brasil-Coréia (11.11.03)	371
Comunicado à imprensa sobre a II Reunião Ministerial MERCOSUL-União Européia (11.11.03)	372
Comunicado à imprensa sobre o Plano de Parceria Estratégica Brasil-Espanha (14.11.03)	373
Declaração Conjunta Brasil-República Dominicana (17.11.03)	373
Comunicado à imprensa sobre atentados em Istambul (17.11.03)	376
Comunicado à imprensa sobre atentado em Bogotá (17.11.03)	376
Comunicado à imprensa sobre visita do Presidente da República Cooperativista da Guiana (18.11.03)	376
Comunicado Conjunto dos Presidentes da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da República da Bolívia, Carlos D. Mesa (18.11.03)	376
Comunicado à imprensa sobre Missão Comercial Conjunta do MERCOSUL ao México (19.11.03)	380
Declaração Ministerial de Miami sobre a negociação da ALCA (21.11.03)	381
Comunicado à imprensa sobre atentados contra o Consulado britânico e o banco HSBC em Istambul (21.11.03)	388
Comunicado à imprensa sobre visita do Presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Doutor José Zalaquett (21.11.03)	388
Comunicado à imprensa sobre Relatório Consolidado do Brasil ao Comitê sobre os Direitos da Criança (24.11.03)	389
Comunicado à imprensa sobre Negociações MERCOSUL-CAN (27.11.03)	390

Comunicado à imprensa sobre cessar-fogo entre a Índia e o Paquistão (27.11.03)	390
Comunicado à imprensa sobre atos da comemoração dos 40 anos da Cooperação para o Desenvolvimento Brasil-Alemanha (27.11.03)	390
Comunicado à imprensa sobre visita do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a países árabes (02.12.03)	391
Comunicado à imprensa sobre iniciativa para a paz no Oriente Médio (02.12.03)	393
Comunicado à imprensa sobre a 9ª Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-9) (02.12.03)	393
Comunicado do Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela (03.12.03)	395
Comunicado à imprensa sobre revogação pelos Estados Unidos das salvaguardas sobre produtos siderúrgicos (04.12.03)	395
Comunicado Conjunto Brasil-Síria por ocasião da visita do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à Síria (04.12.03)	396
Comunicado à imprensa sobre visita do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Líbano (06.12.03)	397
Comunicado Conjunto à imprensa sobre visita do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva , aos Emirados Árabes Unidos (08.12.03)	399
Comunicado à imprensa sobre visita do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Egito (09.12.03)	400
Comunicado à imprensa sobre a segunda reunião plenária do Mecanismo “3 + 1” (representantes das Chancelarias da Argentina, Brasil, Paraguai e Estados Unidos) sobre a situação da Tríplice Fronteira (12.12.03)	401
Comunicado da Reunião Ministerial do G-20 (12.12.03)	403
Comunicado Conjunto à imprensa sobre Reunião Ministerial do G-20 com o Comissário de Comércio da União Européia, Pascal Lamy (12.12.03)	405
Comunicado à imprensa sobre captura de Saddam Hussein (14.12.03)	406

Comunicado à imprensa sobre o Acordo MERCOSUL -CAN (16.12.03)	406
Cúpula das Nações Unidas sobre a Sociedade da Informação – Uso da língua portuguesa (17.12.03)	406
Conselho de Segurança das Nações Unidas – Convite do Brasil à Argentina (17.12.03)	407
Declaração conjunta dos Ministros das Relações Exteriores e dos Negócios Estrangeiros da Rússia (19.12.03)	407
Comunicado à imprensa sobre as atividades de Promoção Comercial do Itamaraty em 2003 (24.12.03)	411
Comunicado à imprensa sobre violência no Oriente Médio durante os festejos de Natal (26.12.03)	415
Comunicado à imprensa sobre terremoto no Irã (26.12.03)	415
Comunicado à imprensa sobre ajuda humanitária ao Irã (31.12.03)	415
ARTIGOS	
A ALCA possível – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Folha de São Paulo, 08.07.03)	417
Um brasileiro a serviço da paz – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Folha de São Paulo, 20.08.03)	419
A ALCA e o jogo dos sete erros (1ª parte) – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (O Estado de São Paulo, 24.08.03)	420
A ALCA e o jogo dos sete erros (final) – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (O Estado de São Paulo, 26.08.03)	422
O Brasil em Cancún – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Valor Econômico, 09.09.03)	424
<i>The Real Cancun</i> – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (<i>The Wall Street Journal</i> , 25.09.03)	426
O Brasil e os novos conceitos globais e hemisféricos de segurança – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (texto apresentado no ciclo de debates,	

organizado pelo Ministério da Defesa, sobre atualização do pensamento brasileiro em matéria de defesa e segurança, 11.10.03)	428
Uma agenda de cooperação com o mundo árabe – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Valor Econômico, 03.12.03)	439
ENTREVISTAS	
Entrevista do Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Revista Brasileira do Comércio Exterior - RBCE, 01.07.03)	443
Demanda por Lula é muito maior que a oferta - Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Jornal do Brasil, 24.07.03)	448
Lições da ALCA – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Carta Capital, 22.09.03)	451
Com reforma, Brasil busca mais espaço na ONU e força como líder dos países emergentes – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Agência Brasil, 22.09.03)	453
Empate em Cancún – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Revista Exame, 25.09.03)	458
Il faut un aggiornamento des institutions internationales – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Le Monde, 26.09.03)	461
Para Celso Amorim, Brasil vai redescobrir a África – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Agência Brasil, 01.10.03)	464
O Brasil quer mudar o tom e o rumo das negociações na ALCA – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Revista CNI – Indústria Brasileira, 01.10.03)	468
Entrevista do Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores, ao jornalista Boris Casoy (Programa “Passando a limpo”, 04.10.03)	474
The Last Word: Leading the World’s Poor – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Newsweek, 06.10.03)	481
ÍNDICE REMISSIVO	483

III Comissão Geral Brasil-França

*Discurso do Ministro das Relações Exteriores,
Embaixador Celso Amorim, na Sessão de Abertura da
Terceira Comissão Geral Brasil-França, em Paris, em 7
de julho de 2003*

Excelentíssimo Senhor Ministro Dominique de Villepin, senhoras e senhores membros das delegações, senhoras e senhores,

É para mim motivo de grande satisfação dar início, com Vossa Excelência, à terceira edição da Comissão Geral Brasil-França. Nossas delegações, numerosas e representativas, refletem a importância dada pelo Governo brasileiro a uma relação que ganha crescente relevância e diversidade.

Os contatos que terão lugar hoje e amanhã devem ser postos a serviço do novo impulso que vem dinamizando o relacionamento bilateral.

Recordo a visita que realizou o Presidente Lula a Paris, no início do ano, e sua satisfação em rever o Presidente Chirac em Evian, no contexto do diálogo ampliado com o G-8, iniciativa oportuna, cuja organização revela a sensibilidade da França para a urgência de relações norte-sul mais interativas.

Desejo registrar o apoio do Presidente Chirac às propostas, apresentadas pelo Presidente Lula em Evian, para a captação de recursos para um fundo internacional de combate à fome. Trata-se de assunto prioritário

para o Brasil, que poderia ser objeto de uma reflexão conjunta sob a moldura desta Comissão.

Guardo, de minha parte, uma recordação extremamente viva e grata de minhas recentes passagens por Paris, em que pude beneficiar-me das análises e percepções do Ministro Villepin sobre o contexto internacional.

Dispomos de uma base de convergência política e diplomática, que torna o momento atual especialmente propício para o estreitamento de nossas relações, nos mais diversos campos.

As Comissões temáticas de cooperação científica e tecnológica, cooperação audiovisual, cultural, educacional e lingüística, as conversações econômicas, os grupos de trabalho sobre cooperação técnica e meio ambiente examinarão os desdobramentos mais significativos desde a última reunião da Comissão, em Brasília, e traçarão as linhas para o futuro.

Até mesmo na agricultura – setor em relação ao qual, sabidamente, temos divergências de percepções – podemos nos beneficiar de uma cooperação mais estreita, voltada para a

pesquisa, o investimento e o campo sanitário e fitossanitário. Gostaria de propor que dêssemos especial ênfase a uma “agenda positiva” neste setor.

A “Temporada do Brasil na França” representará uma bela ocasião para o público francês atualizar sua percepção do Brasil em ambiente de renovada confraternização entre os dois povos.

A ponte sobre o Rio Oiapoque, cujos trabalhos estão avançando, trará grandes benefícios para as populações ribeirinhas, permitindo maior integração entre as populações da Guiana Francesa e do Brasil.

Esta iniciativa leva-me a mencionar a prioridade que o Governo Lula está atribuindo à integração física da América do Sul. Trata-se de um esforço coletivo dos países da região, que certamente requererá também apoio de fora, mas que, ao mesmo tempo, criará oportunidades para investimentos e projetos conjuntos. A contribuição da França será especialmente bem-vinda.

Nossos Governos defendem um mundo multipolar de crescente cooperação para a paz e o desenvolvimento econômico e social, baseado no Direito Internacional e no multilateralismo. Desejamos preservar e fortalecer as Nações Unidas. Coincidimos

na importância de se acelerar o processo de reforma da Organização, em particular do Conselho de Segurança.

É importante que avancem as negociações comerciais multilaterais no âmbito da OMC, onde devemos nos empenhar na busca de respostas para os desafios da Agenda de Doha – com ênfase nos temas mais importantes do ponto de vista do desenvolvimento, como as questões relativas à implementação da Rodada Uruguai, agricultura e a relação entre patentes farmacêuticas e saúde pública.

As negociações entre o MERCOSUL e a União Européia, que ingressam em fase de importantes definições, serão importantes pelos benefícios que podem trazer, mas também em termos mais amplos, como fator de equilíbrio entre os diversos exercícios plurilaterais de negociação comercial. Seu êxito contribuirá para reforçar a almejada multipolaridade.

Agradeço em nome da Delegação brasileira, e em meu próprio nome, a calorosa acolhida do Governo francês, e em particular do Ministro Villepin. Desejo expressar também que, dos contatos que manteremos nestes dois dias, resultarão ganhos substantivos para nossos dois países, com impacto positivo sobre as relações entre a Europa e a América do Sul.

Visita do Presidente da República a Portugal

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de chegada a Portugal, em 10 de julho de 2003

Agradeço as gentis palavras de boas-vindas do Presidente Jorge Sampaio e a presença de tantos e fraternos amigos aqui reunidos.

É uma grande satisfação estar em Portugal. Venho para renovar e aprofundar o excelente diálogo existente entre nossos países.

O simbolismo deste local é incomparável. Não existe outro lugar que marque de forma tão acentuada o cruzamento de nossos destinos como a Torre de Belém.

Daqui partiram as caravelas e os grandes navegadores, que estão na origem do nosso país.

Nos reencontramos hoje para celebrar 503 anos dessa rota comum, que cada vez mais se enriquece e diversifica.

Nossos caminhos continuam hoje a fertilizar-se, graças aos vínculos históricos, ao importante intercâmbio econômico-comercial bilateral e à ação diplomática de nossos Governos.

Brasil e Portugal estão embarcados em um novo desafio: a construção de um espaço comum, onde a identidade lingüística e cultural se transforme em realidade política

na cena internacional.

Não por acaso escolhi Portugal como destino de minha primeira visita de Estado. Temos com Portugal um relacionamento à altura de nosso passado.

Somos países irmãos não apenas por uma amizade secular, vínculos históricos, étnicos, culturais e lingüísticos. Somos unidos cada vez mais pelas novas possibilidades que a cooperação oferece para o desenvolvimento e bem-estar de nossos povos.

Estamos convencidos da necessidade de ampliar e estreitar ainda mais esses laços. Durante esta minha visita, estou seguro de que identificaremos formas inovadoras de aprofundar e aperfeiçoar essa parceria nos campos social, econômico-comercial e científico-tecnológico.

Não há maior símbolo dessas potencialidades do que a enorme contribuição que nossos “patrícios” imigrantes têm dado a ambos os países. A presença portuguesa no Brasil é uma realidade há mais de cinco séculos e um elemento fundador de nossa identidade.

Da mesma forma, quero saudar, com carinho especial, os “brasileiros de Portugal”,

que aqui vivem e trabalham, integrando-se à sociedade portuguesa e participando da construção de um país que se projeta como nação tecnológica e economicamente desenvolvida.

O Brasil que os portugueses fundaram e o Portugal que os brasileiros ajudam a desenvolver são um exemplo vivo do quanto podemos realizar juntos.

Queremos cada vez mais levar esse patrimônio de realizações e conquistas de nossos povos e países também para o plano da ação internacional.

Por meio dos foros multinacionais e, mais particularmente, da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, podemos continuar a estender essa fecunda colaboração.

Sob a proteção e inspiração da Torre de Belém, saberemos aprofundar a enorme identidade entre Brasil e Portugal e a profunda afinidade entre nossos cidadãos dos dois lados do Atlântico.

Muito obrigado.

Discurso de brinde do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do jantar oferecido pelo Presidente da República Portuguesa, Jorge Sampaio, em 10 de julho de 2003

Senhor Presidente; Senhores Ministros de Estado, senhoras e senhores,

É com satisfação e forte emoção que retribuo as palavras sempre lúcidas e generosas de Vossa Excelência. Tenho acompanhado ao longo dos anos sua trajetória política com sentimentos de admiração e de afinidade. Admiração pelo seu passado de luta contra todas as formas de autoritarismo e de violação dos direitos políticos, sociais e humanos de seus concidadãos.

Afinidade, porque Vossa Excelência sempre colocou o ser humano, e as suas

necessidades sociais e aspirações políticas, no centro de sua militância.

As palavras de Vossa Excelência juntam-se às incontáveis demonstrações de afeto e amizade que tenho recebido desde minha chegada e só aumentam o simbolismo e a importância desta visita. É dentro desse espírito que retribuo a visita de Vossa Excelência e do Ministro António Martins Cruz às cerimônias de minha posse, em janeiro último.

Esses gestos foram motivados pelo desejo contínuo de nossos Governos de reafirmar a prioridade e a relevância que atribuímos ao diálogo entre nossos países. Não por acaso escolhi Portugal como destino de minha primeira visita de Estado.

A qualidade de nossas relações, tradicionalmente amistosas e hoje cada vez mais variadas, justifica a escolha.

As relações entre Brasil e Portugal vivem momento altamente positivo. O relacionamento bilateral caracteriza-se, hoje, por uma agenda densa, diversificada e moderna. Ele vai muito além de seus fundamentos tradicionais, os vínculos da história, da língua, da cultura e da amizade que nos fazem países irmãos. Nossas relações incorporaram novas vertentes, sobretudo no campo econômico-comercial e científico-tecnológico.

Mais do que nunca, nossas relações vêm ganhando maior força e densidade. Nelas confiamos e apostamos.

Como no passado, quando muitos de seus jovens vieram ao Brasil em busca de prosperidade e novas oportunidades, Portugal continua a investir seus talentos, seu engenho e sua criatividade no Brasil. Os números dos investimentos realizados por capitais portugueses no nosso país nos últimos dez

anos são eloquentes, sobretudo quando considerados como fração do total de recursos disponíveis.

Esses investimentos trouxeram empregos e tecnologia, que muito vêm contribuindo para a modernização do parque produtivo nacional.

Essa deve ser uma via de duas mãos. A delegação de empresários que me acompanha também vem “redescobrir” Portugal.

Senhor Presidente,

Quero aqui saudar a comunidade de brasileiros em Portugal.

Assim como seus irmãos portugueses em gerações passadas, esses brasileiros viajaram em busca do direito de construir seu futuro.

Conheço bem o sentimento ao mesmo tempo de tristeza e de expectativa dessa travessia. Eu mesmo percorri caminho semelhante, ao deixar – ainda menino – o lar e a vizinhança conhecidos em troca do sonho da prosperidade.

Quero dizer-lhes que tenho admiração por seu gesto de coragem. Quero dizer-lhes que devem orgulhar-se também do país que deixaram para trás. Sei que, mesmo distantes, guardam o amor à pátria-mãe, os laços de ternura e, quiçá, o sonho de um dia retornar.

Quero dizer que é também por vocês brasileiros e suas famílias que estamos empreendendo mudanças em nosso país. Podem orgulhar-se, pois vamos construir um Brasil melhor, mais justo para com os mais necessitados e mais confiante nas suas potencialidades.

Foi essa a mudança que os brasileiros escolheram. As primeiras medidas foram duras, dolorosas – mas nem por isso impopulares, pois todos entenderam que as transformações teriam de começar com medidas de saneamento e estabilização.

Agora, seis meses depois, estão lançadas as condições para superarmos definitivamente nossas vulnerabilidades e retomarmos o caminho do crescimento. Mas crescimento com justiça social e oportunidades para todos realizarem seu potencial, suas aspirações.

Aprendemos, no Brasil, que não há desenvolvimento sem ética. Conhecemos os custos do crescimento a qualquer preço – a vulnerabilidade econômica, a exclusão social, a depredação ambiental e a degradação dos valores morais.

O desafio hoje está em mobilizar a sociedade em torno de objetivos e alvos comuns, chamando todos a participar e a exercer suas responsabilidades. Por isso, meu Governo lançou um conjunto de programas sociais que têm como ponto focal a mobilização política da sociedade em torno de objetivos sociais com forte dimensão ética: o fim da fome, o acesso universal à educação de qualidade, o resgate da juventude ameaçada pela alienação e pela violência das drogas, o acesso de todos a condições financeiras mínimas para viver com honradez.

Esse mutirão nacional de solidariedade é inadiável, pois sabemos que não há desenvolvimento pleno em meio a altos níveis de desigualdade de renda e de acesso a educação e saúde.

Tenho levado essa mensagem também aos grandes foros internacionais.

O desenvolvimento ético exige que a comunidade internacional demonstre solidariedade com os marginalizados.

Por isso, continuarei lutando em favor da criação de um fundo global para a erradicação da pobreza.

Essa solidariedade também exige que os países mais ricos revoguem suas práticas

protecionistas. Caso contrário, de nada valerá o esforço dos países em desenvolvimento de se modernizarem, de agregar valor que gera emprego e riqueza.

Para a África estou levando também uma mensagem de solidariedade. Estarei indo, no próximo mês, a vários países daquele continente para transmitir pessoalmente a determinação do Brasil de cumprir nossa obrigação e responsabilidade particular de ajudar nossos irmãos a encontrar o caminho da paz e do desenvolvimento.

Confio que Portugal se juntará a essa empreitada, pois nossos países estão ligados aos povos africanos por inabaláveis laços de história, cultura e língua. Estou convencido de que Portugal e Brasil dispõem de instrumentos privilegiados e, portanto, de responsabilidades especiais nessa questão.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em particular, vem abrindo novos horizontes de ação em campos como o da concertação política, da cooperação técnica, das trocas comerciais e dos investimentos.

Ela vem ganhando cada vez maior visibilidade interna e externa.

Foi com o instrumento da CPLP que atuamos conjuntamente no processo de independência do Timor Leste, bem como no cessar-fogo por ocasião do conflito em Guiné-Bissau.

Devemos, portanto, investir cada vez mais no seu fortalecimento, aperfeiçoando suas estruturas estatutárias e contribuindo para torná-la um espaço comunitário plenamente atuante na cena internacional.

Ao apoiarmos esse novo mecanismo de concertação internacional, devemos reafirmar nosso compromisso com os princípios que embasam a própria existência da comunidade

internacional de nações.

As instituições multilaterais, tendo as Nações Unidas à frente, são a expressão maior dessa comunidade. Espero contar, também, com o empenho de Portugal para avançarmos nas reformas que são exigidas no sistema internacional e, mais particularmente, no Conselho de Segurança das Nações Unidas, para dar-lhes maior legitimidade e eficácia.

Senhor Presidente,

Minha satisfação com o estado das relações entre Brasil e Portugal não seria plena sem que pudesse manifestar, em público, meu agradecimento pelo privilégio de ser recebido por Vossa Excelência e por meus amigos em Portugal.

Peço a todos que se unam a mim em um brinde especial à amizade entre portugueses e brasileiros, às nossas boas relações e à saúde e felicidade pessoal de Vossa Excelência.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Assembléia da República de Portugal, em 11 de julho de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional; Excelentíssimos Senhores Deputados, senhoras e senhores,

É uma honra muito especial poder dirigir-me aos representantes do povo português, amigos fraternos do Brasil. Desta Casa emanaram decisões que marcaram profundamente o destino do Brasil e selaram a história comum de nossos povos.

Hoje, exerce a primeira magistratura de meu país, mas, como ex-deputado, tenho muito presente o papel determinante que as instituições políticas e parlamentares exercem na construção de uma nação. É no

parlamento que as forças vivas de um povo encontram-se, entrechocam-se e, finalmente, confluem em direção a uma visão comum.

É no parlamento que idéias se moldam e as perspectivas se amoldam. Nele se exercitam a tolerância e o respeito mútuo.

Os acontecimentos de 25 de abril fazem parte de um processo político complexo que a Nação portuguesa teve a sabedoria de consolidar dentro da dinâmica democrática do país.

Para nós brasileiros, a Revolução dos Cravos foi um sopro de alento, no momento em que vivíamos os momentos mais difíceis da ditadura militar.

Quantos de nós, naqueles tempos sombrios, quando era meia-noite no Brasil, não queríamos, como cantou Chico Buarque, numa letra cheia de intencionais ambigüidades, que o Brasil se transformasse “num imenso Portugal”.

Nós também temos de conquistar a democracia plena, pois ela é um processo que nunca se acaba.

Nossos dois países viram-se e vêm-se até hoje confrontados com a necessidade de construir a democracia econômica e social, em especial a preservação da própria democracia no plano político.

Senhor Presidente, Senhores Deputados,

São esses os desafios que o Brasil enfrenta na caminhada pela construção de uma democracia moderna e vibrante.

Fui eleito por 53 milhões de brasileiros com um mandato para mudar o País. Mudanças que assegurem ao Brasil e a seu povo as condições para readquirir sua dignidade, para definir seu destino de forma soberana, e para concretizar metas de crescimento sustentável, que assegurem condições mínimas de vida para todos.

Que permitam a cada brasileiro realizar seu sonho da plena cidadania, que não existe sem o direito a emprego, a saúde e a educação.

Disse em meu discurso de posse que o Brasil vivia um momento de energia cívica sem igual. Uma mobilização de soerguimento nacional.

Temos plena consciência de nossas responsabilidades e estamos determinados a assumi-las.

Ao Parlamento, cabe um papel decisivo nessa caminhada, na canalização dessa energia, na concretização dessas aspirações e sonhos.

Submeti ao Congresso brasileiro propostas de reforma em duas áreas chave: a tributária e a previdenciária. O Congresso agora está estudando esses projetos, com vistas à sua adoção. São propostas complexas, ambiciosas, em alguns aspectos, controvertidas.

Cabe ao Congresso a árdua tarefa de dar-lhes forma final, interpretando soberanamente a vontade popular. Estarei submetendo outras propostas de reformas ao parlamento, na certeza de contar com esse apoio para juntos fazermos todas as transformações que o Brasil requer e o povo exige.

Tenho levado essa mensagem à comunidade internacional. Não só o Brasil deseja contar com esse apoio, mas também porque achamos que a solidariedade, a generosidade tem de ser recíproca. Temos o que oferecer. Junto com café, futebol, aviões e tecnologia avançada, o Brasil também oferece ao mundo idéias e experiências de sucesso.

Programas inovadores, dentre os quais a Bolsa Escola, o Fome Zero e a política de combate à AIDS têm servido de modelo em

outros países.

Foi com essa convicção que lancei, em Davos, a proposta de criação de um fundo internacional para o combate à fome. Tem sido alentador verificar o grau de apoio e entusiasmo que essa proposta vem gerando e saber que têm surgido novas idéias dentro do mesmo espírito.

Mais que um programa, minha proposta é um desafio ético, um chamamento à mobilização da comunidade internacional em torno de uma causa nobre, humana, inadiável.

Estou convencido de que para atingirmos esse objetivo não são suficientes gestos isolados de generosidade. Em um mundo cada vez mais globalizado, necessitaremos repensar nossa visão das relações internacionais, em todas suas vertentes: a econômica, a comercial e a de segurança.

Precisamos reconhecer que as instituições multilaterais que vimos construindo cuidadosamente ao longo de décadas devem ser os pilares de nossa comunidade internacional democrática.

São elas os garantes da primazia do direito e do respeito à soberania das nações.

São elas nossa melhor esperança de que a justiça e a cooperação prevaleçam no concerto das nações.

A confiança nestas instituições está hoje abalada. É necessário reconstruí-las para forjar um mundo realmente multilateral.

Senhor Presidente, Senhores Deputados,

Queremos que Portugal seja nosso parceiro nessas empreitadas. Já dispomos de foros privilegiados onde desenvolver esse diálogo, para onde levar essa cooperação. Na Cúpula Ibero-americana temos a oportunidade de explorar canais privilegiados de promoção de nossos valores culturais e herança comum.

Por meio da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, que a cada dia ganha mais dinamismo, já estamos desenvolvendo ações conjuntas em campos diretamente voltados para a melhoria das condições de vida de nossos povos. É fundamental dar pleno cumprimento à promessa de ajudar nossos irmãos africanos e do Timor Leste a retomarem o caminho do crescimento e da prosperidade.

Sob a Presidência brasileira, a CPLP será cada vez mais um instrumento multilateral de mobilização de esforços e de consciências em favor dessa causa.

Nada é mais eloquente e inspirador do quanto podemos realizar juntos do que o exemplo de Timor Leste.

Muito me orgulho do trabalho conjunto de Portugal e do Brasil para dotar o novo país com os professores, operários e instituições políticas que foram cruciais para o êxito do processo de consolidação da independência.

Se Portugal deve ser cada vez mais um parceiro, creio que pode ser igualmente um canal de acesso, uma porta privilegiada de entrada. Estou convencido de que a Reunião América Latina - Caribe / União Européia oferece oportunidade para Portugal desempenhar papel chave nos planos da região para alcançar o desenvolvimento.

Creamos que Portugal pode cada vez mais apresentar-se como porta-voz de nossos anseios e aspirações nas negociações em curso entre o MERCOSUL e a União Européia.

Mais que um parceiro, a União Européia é para nós uma inspiração. Admiramos a determinação de forjar um novo pólo de civilização e de desenvolvimento.

Uma sociedade livre de velhas rivalidades e conflitos e herdeira de uma tradição huma-

nista, centrada na cooperação enriquecedora e no convívio harmônico. Motiva-nos, sobretudo, a criação do Parlamento Europeu, que reflete uma visão nova de como fazer política e de como integrar um continente inteiro.

Desejamos contar com a valiosa experiência do parlamento português ao avançarmos nessa direção no âmbito do MERCOSUL e da América do Sul.

Senhor Presidente, Senhores Deputados,

Tenho dito que desejo um salto de qualidade no relacionamento do Brasil com os países aos quais está unido por laços tradicionais de história, cultura e geografia. Tenho-me empenhado para que esses vínculos não se resumam a gestos retóricos de apreço sentimental e de boa vizinhança. Com nossos vizinhos sul-americanos, lancei ambicioso projeto de integração física.

Vamos criar as bases para a intensificação das comunicações e das trocas bilaterais regionais. Somente assim será possível efetivamente intensificar os contatos e o intercâmbio.

Quero convocar Portugal a integrar-se, também, nessa nova aventura de encurtar distâncias e ligar povos.

Com Portugal temos o privilégio de já contar com uma sólida ponte sobre o Atlântico. Uma ponte de amizade e de trabalho construída por sucessivas gerações de patrícios e, mais recentemente, por uma onda vultosa de investimentos portugueses no Brasil.

No seminário empresarial que abrirei amanhã, pretendo convidar os homens de negócios dos dois países a se engajarem com entusiasmo nessa empreitada conjunta.

Minha vinda a Portugal é uma celebração do orgulho e da confiança no muito que já realizamos juntos.

Minha presença, aqui, nesse nobre recinto,

é oportunidade para renovar o convite para continuarmos a alargar e fortalecer essa ponte transatlântica.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de visita à sede da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, em 11 de julho de 2003

Senhores membros do Comitê de Concertação Permanente da Comunidade de Países de Língua Portuguesa; Embaixador João Augusto de Médicis, Secretário-Executivo da CPLP; senhoras e senhores integrantes de minha comitiva, senhoras e senhores,

É com grande satisfação que venho à sede da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Aqui estamos construindo um espaço comum, onde nossa identidade lingüística e cultural se transforma cada vez mais em uma realidade com voz e peso na comunidade internacional.

Desejo, de início, estender meus agradecimentos ao Secretário-Executivo, Embaixador João Augusto de Médicis, e ao Secretário-Executivo Adjunto, Dr. Zeferino Martins, pela calorosa acolhida.

Sob sua gestão exemplar, e munida apenas de um reduzido orçamento e da determinação de trabalhar com afinco, a Secretaria da CPLP vem ganhando eficiência administrativa, maturidade institucional e capacidade de ação.

Quero ainda registrar a presença dos Embaixadores membros do Comitê de Concertação Permanente da organização.

Senhor Presidente,

O Brasil sente-se honrado por exercer a Presidência desse mecanismo e, dessa forma, poder contribuir para fazer da Comunidade

um instrumento de promoção dos múltiplos interesses de nossos países.

O Brasil empenhou-se desde o início no estabelecimento do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, cujo lançamento, em 1989, está na raiz da CPLP.

Quero prestar minha homenagem ao Presidente José Sarney e ao Embaixador José Aparecido que impulsionaram, com energia e visão, essa iniciativa.

Avançamos muito e alcançamos metas importantes, sobretudo nos campos da cooperação técnica, da promoção do idioma comum e da cooperação econômico-comercial.

Esses resultados auspiciosos dão à nossa organização maturidade e consistência.

No ano passado, encerramos longo ciclo de revisões estatutárias. A organização está hoje consolidada.

Estamos, assim, aptos a buscar uma concertação mais abrangente e estratégica entre os Estados-membros.

A CPLP vem multiplicando os contatos com organismos internacionais, com governos e com a sociedade civil dos Estados-membros.

Durante a Presidência brasileira, continuaremos a explorar as oportunidades para ampliar a concertação político-diplomática.

O apoio dado à independência do Timor Leste e à corajosa luta de seu povo foi um exemplo desse tipo de cooperação.

Em relação à Guiné-Bissau, o Brasil tem atuado, na CPLP e em outros foros, com o objetivo de promover soluções

negociadas.

É importante que os próprios guineenses encontrem, pelo diálogo, o caminho do convívio pacífico, capaz de levar ao desenvolvimento.

A grave crise econômica e política que se abate sobre esse país irmão espelha uma triste realidade que se alastra pelo continente africano.

A comunidade internacional não pode conformar-se. O ceticismo e o cinismo não devem prevalecer.

Diante do ciclo tragicamente previsível de miséria, desespero e violência, a CPLP tem uma responsabilidade especial em mobilizar a indignação internacional e os recursos políticos e financeiros necessários para reverter a situação.

O Brasil está pronto a fazer sua parte. Tenho reiterado que, em meu Governo, o Brasil não voltará suas costas para a África.

Tenho insistido, igualmente, que a porta de entrada natural para essa presença brasileira é a CPLP e os países africanos de língua portuguesa.

Em agosto próximo, viajarei àquele continente e lá visitarei três Estados-membros da CPLP para levar pessoalmente essa mensagem.

Convido todos a juntar esforços para torná-la realidade.

Com esse espírito, manifesto a certeza de que a VIII Reunião do Conselho de Ministros da CPLP, que se realizará na semana que vem, em Coimbra, ajudará a apontar o caminho para o futuro.

Muito obrigado.

Visita do Presidente da República à Espanha

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do Encontro Empresarial Brasil-Espanha, em 15 de julho de 2003

Senhoras e senhores,

Os laços econômicos entre o Brasil e a Espanha cresceram de forma vigorosa nos últimos anos. Nossas relações aprofundam-se e reforçam-se em grande número de setores.

Os dois países construíram uma parceria sólida e vigorosa, na qual as empresas são atores de primeira importância.

Esses laços constituem um patrimônio de interesse mútuo, seja pela quantidade e qualidade dos investimentos diretos espanhóis em nosso país, seja pela posição estratégica do Brasil para o processo de internacionalização de várias empresas espanholas.

Essa rede de associações e interesses também faz com que Brasil e Espanha se conheçam melhor.

Na campanha eleitoral brasileira, confrontaram-se sentimentos de esperança e medo.

O medo era alimentado pelas especulações sobre supostas ameaças à estabilidade econômica e ao cumprimento dos contratos assumidos.

De fato, a vulnerabilidade estava nos números da dívida pública, no câmbio, na inflação, e no elevado risco-Brasil, bem

como na redução drástica nas linhas internacionais de crédito.

Mas a realidade, a partir de janeiro último, desmentiu as previsões negativas dos especuladores.

Estamos cumprindo o prometido, ao executar políticas econômicas equilibradas, ao trabalhar em favor da aprovação das reformas tributária e previdenciária, ao conter e reduzir a inflação.

Estamos cumprindo ainda o prometido, ao lutar pela construção de um novo paradigma de desenvolvimento, em que o crescimento econômico seja indutor de uma verdadeira justiça social.

Hoje, num quadro de diálogo, sem rupturas, procuramos criar as condições para a retomada do crescimento sustentável da economia. O País retomou as linhas de crédito, reduziu o risco-Brasil. Os agentes econômicos e trabalhadores recuperaram a confiança.

Todo o esforço que fizemos nesses seis meses não é um objetivo em si mesmo.

Buscamos criar as condições para atacar a enorme e grave dívida social acumulada ao longo de nossa história. Confio que o restabelecimento de condições econômicas

saudáveis permitirá ao Brasil ingressar em um período de crescimento, com o aumento de empregos e incremento da renda.

A ampliação do mercado interno, com a inclusão dos segmentos sociais marginalizados e com o aumento da renda dos trabalhadores, representa um esforço consistente para oferecer respostas ao duro cotidiano da fome e da exclusão social. Resultará também em novas oportunidades para as empresas.

Os empresários que acreditam no Brasil serão protagonistas dessa nova dinâmica das relações entre Brasil e Espanha, e poderão ver os resultados refletidos de imediato em suas empresas

Há dificuldades e desafios pela frente, mas a vitalidade da economia brasileira e o seu enorme potencial representam aspectos de grande atrativo, corretamente percebido por muitas empresas espanholas. Somos parceiros, e é assim que devemos dialogar.

Concluído o primeiro grande ciclo de investimentos espanhóis, na segunda metade dos anos 90, sobretudo nas áreas bancária, de telecomunicações e de energia, empresas de porte médio estão dando início a uma nova etapa, com investimentos diversificados. Trata-se de desenvolvimento importante, que devemos todos saudar.

O encontro empresarial em Madri é parte desse esforço de aproximação, que, espero, venha a ter grande efeito multiplicador nas áreas de comércio e de investimentos.

Há complementariedades e até mesmo certa similitude de desenvolvimento em setores específicos nos dois países. A interação entre eles tenderá a estimular a corrente do comércio bilateral. Poderá propiciar, também, interessantes associações em termos de intercâmbio de conhecimentos

e de tecnologia.

Senhoras e Senhores,

A superação das desigualdades no Brasil passa também por uma firme atuação do país no plano internacional, em defesa de regras mais justas e equilibradas para o comércio. Pedimos coerência aos países desenvolvidos na sua pregação em favor do livre comércio.

As sociedades de países como o Brasil já se deram conta de que o discurso dos países ricos em favor do livre comércio peca por defender a abertura de mercados dos países pobres sem a necessária contrapartida em seus próprios mercados.

Isso ocorre sobretudo nos setores tradicionalmente dependentes de proteção tarifária e subsídios, como agricultura, têxteis, aço, entre outros.

Ora, em geral, são justamente esses os setores onde nossos produtos são mais competitivos.

A opinião pública brasileira respalda com firmeza o Governo na busca de melhores condições de acesso para produtos nos quais conquistamos vantagens comparativas e reputação de qualidade.

Por isso, temos instado nossos parceiros a assumirem compromissos no sentido de remover o arsenal de medidas que distorcem o comércio internacional e negam aos países em desenvolvimento os frutos do seu trabalho.

Temos procurado, no Brasil, envolver todos os setores sociais na discussão em torno da superação das desigualdades e desequilíbrios. Do mesmo modo, é preciso, no plano internacional, enfrentar as inconsistências das regras do jogo comercial, que impõem sacrifícios aos menos desenvolvidos.

Com essa convicção, o Brasil tem atuado em várias negociações: na Organização

Mundial do Comércio, nos entendimentos em torno da criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) ou naqueles mantidos entre o MERCOSUL e a União Européia.

Esses diferentes espaços de negociação representam, a um só tempo, uma oportunidade e um desafio ao Governo, à sociedade, aos trabalhadores e às empresas.

Não podemos desperdiçar as oportunidades, mas tampouco devemos deixar de estar vigilantes frente ao perigo de perdemos autonomia para adotar políticas sociais, ambientais, tecnológicas e industriais.

Todas essas negociações ocorrem em paralelo aos grandes esforços que estamos fazendo para fortalecer o MERCOSUL em todas suas vertentes e integrar o espaço sul-americano para promover o crescimento econômico e o desenvolvimento de nossos povos.

O intercâmbio entre Brasil e MERCOSUL, de um lado, e Espanha, de outro, teria muito a ganhar com a conclusão do Acordo de Associação entre o MERCOSUL e a União Européia, que é útil para mantermos o equilíbrio de nossas relações externas.

Nossas relações comerciais poderiam alcançar, por meio de concessões recíprocas, nível compatível ao dos investimentos registrados a partir da segunda metade dos anos 90. O comércio bilateral Brasil-Espanha tem oscilado em torno dos 2 bilhões de dólares anuais, o que está aquém das possibilidades de cada uma de nossas economias.

Desejo concluir com um convite a todos os empresários espanhóis a que examinem nosso projeto de integração e venham somar-se ao esforço de construção da infra-estrutura física capaz de unificar e consolidar uma América do Sul mais coesa, justa e próspera.

Com isso não só estarão ajudando uma região com a qual a Espanha está ligada por tantos laços. Estarão também fazendo bons negócios.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do jantar de gala oferecido pelos Reis de Espanha, em 15 de julho de 2003

Majestades,

É para mim e minha mulher motivo de grande honra e satisfação estarmos aqui, atendendo o convite de Vossas Majestades, que me foi levado pelo Príncipe de Astúrias por ocasião de minha posse.

O afeto e a amizade com que a Espanha nos acolhe, desde o momento de nossa chegada a Madri, demonstram os laços que unem nossos povos e a importância que esta visita de Estado representa para a renovação desse relacionamento.

Brasil e Espanha têm um passado comum, que remonta às raízes ibéricas, que, juntamente com o elemento africano e indígena, estiveram na origem do nosso povo, enriquecido posteriormente por fluxos migratórios de todas as partes do mundo.

Os mais de dez milhões de brasileiros de descendência espanhola são a prova viva da contribuição que a Espanha teve para a formação do Brasil moderno.

O exemplo de sabedoria do povo espanhol, para conduzir seu sistema político pacificamente ao reencontro da democracia e da prevalência dos direitos humanos, foi de grande valia para nós.

Foi essa Espanha moderna, democrática e próspera que confiou no Brasil e se transformou no principal investidor europeu em nosso país.

Majestades,

As empresas espanholas foram responsáveis pelo expressivo afluxo de investimentos que criou um novo e importante fator de aproximação entre nossos dois países.

Esses investimentos também fortaleceram ainda mais a integração entre o Brasil e o MERCOSUL, de um lado, e a Europa, de outro.

Hoje os contatos se multiplicam em diferentes setores de nossas sociedades.

Dessa convergência participam os dois Governos, em razão de interesses compartilhados nos planos político e cultural. Mas ela se realiza também com uma crescente presença dos interesses da iniciativa privada, das instituições acadêmicas e de ensino e das organizações sociais dos dois países.

Majestades,

Os laços entre nossos dois países vão além dos limites de uma relação estritamente bilateral. Influenciam as negociações dentro dos respectivos blocos regionais que integramos.

Assim, se a Espanha atua nos foros da União Européia, o Brasil, por seu turno, negocia com seus sócios regionais, seja no MERCOSUL, seja na consolidação do espaço sul-americano.

As coincidências e as afinidades de nosso relacionamento bilateral podem e devem influir nas esferas regionais, inter-regionais e globais. Desse modo, estaremos fortalecendo o multilateralismo e as iniciativas para a paz, o desenvolvimento e um mundo mais justo e democrático.

É firme propósito de meu Governo atender às legítimas aspirações do povo brasileiro por melhores condições de vida. Por essa razão, a ação diplomática do Brasil orienta-se por uma forte visão humanista.

Serve, a um só tempo, de instrumento de

defesa dos valores universais, do desenvolvimento nacional e da inclusão social. Reflete o desejo de mudança expresso pela sociedade brasileira.

A política externa de meu governo colocará nosso projeto nacional em diálogo aberto e democrático com as demais nações do planeta.

Imbuído da certeza de que o destino de meu país está indissoluvelmente ligado ao seu entorno, o Brasil se empenhará na construção de uma América do Sul politicamente estável, socialmente justa e economicamente próspera, no quadro mais amplo das intensas e calorosas relações que mantemos com a América Latina como um todo.

É sobre esta solidariedade com nossos vizinhos que repousará nosso bem-estar e nosso progresso comuns.

Nessa perspectiva, Brasil e Espanha são parceiros fundamentais. Nossos vínculos regionais não nos distanciam.

Muito pelo contrário, eles nos aproximam e favorecem uma articulação estreita e proveitosa de valores e interesses, em prol da construção de um sistema internacional pluralista, avesso a monopólios de poder, de riqueza ou de conhecimento.

É assim que entendemos e valorizamos a cooperação ibero-americana, na qual nossos dois países desempenham papel tão importante.

Majestades,

A última visita dos Reis de Espanha ao Brasil deu-se no ano em que se celebrava o 25º aniversário do reinado de Vossa Majestade.

Minha visita à Espanha coincide com o 25º aniversário da Constituição espanhola, marca da edificação de uma democracia moderna e próspera e de uma Nação que tem sabido conciliar a diversidade e a unidade.

Que esta coincidência seja o prenúncio de uma renovada aliança entre nossos povos.

É com esse espírito que convido a todos a se unirem a mim para levantar um brinde à saúde de suas Majestades, o Rei Juan Carlos e a Rainha Sofia, e à felicidade e prosperidade do povo espanhol.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do Ato Parlamentar no Congresso de Deputados e no Senado Espanhol, em 16 de julho de 2003

Senhores Presidentes do Congresso de Deputados e do Senado Espanhol, Senhores Parlamentares,

Minha visita à Espanha ocorre em momento de grande dinamismo das relações entre nossos dois países.

Hoje somos mais do que amigos; somos sócios na construção de um futuro mais próspero para nossos povos.

Nossos países fizeram notáveis avanços na formação dessa parceria bilateral sólida, moderna, baseada em complementaridades e em amplas possibilidades de cooperação econômica, reforçada por intercâmbios que florescem e prosperam nos mais variados campos.

São crescentes as relações nas áreas acadêmica, científica, cultural e social. Nossas sociedades interagem de forma cada vez mais intensa. As relações ganham dinamismo talvez único em nossa história.

Os grandes investimentos espanhóis no Brasil fortaleceram os laços econômicos entre duas Nações tradicionalmente amigas e parceiras, ampliando e diversificando nossas convergências.

O exemplo de sabedoria do povo espanhol

foi fonte de inspiração para todas as pessoas que procuraram construir pacificamente um sistema político democrático. No Brasil, valorizamos muito a experiência espanhola.

A contribuição da Espanha para a formação do Brasil moderno inclui também mais de dez milhões de brasileiros de descendência espanhola.

Brasil e Espanha, já tradicionalmente vinculados pela história e cultura, passaram a beneficiar-se, desde os anos 90, de laços que extravasam o quadro bilateral e têm alcance regional.

A institucionalização dos mecanismos de consultas entre o MERCOSUL e a União Européia e as Cúpulas Ibero-Americanas lançaram as bases de associações vitais nestes tempos de crescente interação política e econômica.

Nossa relação será alcançada a um patamar ainda mais alto quando forem concluídas, de forma exitosa, as negociações para um acordo comercial entre o MERCOSUL e a União Européia, que permita o pleno exercício de nossas vantagens comparativas.

Essa é, sem dúvida, a pedra que ainda falta em nossa construção comum: criar um quadro legal que permita um aumento exponencial em nossas trocas de bens agrícolas e industriais.

Senhores Presidentes, Senhores Parlamentares,

Desejo ressaltar a importância da parceria com a Espanha no novo Brasil que começamos a construir, onde a estabilidade democrática e o desenvolvimento econômico e social são fatores que se reforçam mutuamente.

Meu governo atribui grande importância ao processo de concertação social. A expressão prática dessa prioridade reflete-

se, hoje, no trabalho do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Buscamos a participação de toda a sociedade e dos três Poderes no projeto de um País mais próspero e mais justo.

É um processo que recorda, com diferenças históricas, por certo, a concertação que, na Espanha, culminou com o Pacto da Moncloa.

Estamos empenhados na construção de um novo contrato social, que permita um diálogo construtivo entre empresários, trabalhadores, setores da sociedade, de modo a promover as mudanças que a sociedade brasileira reclama.

Queremos realizá-las com transparência e permanente estímulo à participação popular.

Só assim asseguraremos um combate efetivo à corrupção, este mal que corrói muitas das sociedades modernas.

Será um processo gradativo e continuado, mas com firmeza de objetivos.

Nesses seis meses de governo, a discussão com a sociedade gerou propostas abrangentes de reformas previdenciária e tributária, que facilitarão a retomada do crescimento com maior eqüidade e eficiência.

Para levar a bom termo as reformas, é crucial assegurar uma relação de confiança entre o Executivo e o Legislativo.

No Parlamento estão reunidas as forças políticas vivas, capazes de entender o momento que vivemos e as expectativas de nossas sociedades.

Num mundo crescentemente interdependente, é preciso valorizar o papel do Legislativo, inclusive no que tange ao fortalecimento da ação internacional do Estado. Somos favoráveis a um permanente diálogo acerca de posições negociadoras conduzidas

pelo Executivo.

Ao contrário do que se costuma pensar, isso não enfraquece nossas posições negociadoras. Ao contrário, reforça-as com a legitimidade do apoio popular.

Senhores Presidentes, Senhores Parlamentares,

Estamos buscando estreitar os vínculos que nos unem à Europa.

No plano político, nosso diálogo tem registrado progresso notável. No plano dos investimentos, houve avanços importantes. Mas nossas trocas comerciais ainda estão aquém do seu potencial.

Para o Brasil, a distribuição equilibrada de nossas relações comerciais com as várias partes do mundo é um objetivo estratégico. Esperamos que a Europa veja suas relações conosco sob essa mesma ótica.

Para que a democracia nos países em desenvolvimento se fortaleça, é necessário um ambiente internacional solidário e favorável ao crescimento econômico. Isso é especialmente verdade para a nossa América Latina, cuja presença relativa nas trocas internacionais já foi bem maior do que é hoje.

Os países em desenvolvimento dependem de regras de comércio internacional equilibradas, que garantam o acesso de seus produtos aos mercados dos países desenvolvidos. Ao mesmo tempo, essas regras não devem criar obstáculos insuperáveis à necessidade de preservar políticas industriais, tecnológicas e de desenvolvimento social.

Os países em desenvolvimento, como o Brasil, vêm fazendo enorme esforço e sacrifício para fazer valer a competitividade dos seus produtos nos mercados internacionais.

As conquistas que obtivemos, com esforço intenso, têm sido frustradas pela

aplicação de subsídios e outras medidas protecionistas. Esses mecanismos criam situações de verdadeiro *apartheid* comercial, que agravam a exclusão social.

Acompanhamos com interesse as recentes discussões na União Européia com vistas a reformar a Política Agrícola Comum.

Nossa expectativa volta-se para o mandato negociador que a Comissão Européia passará a ter como resultado dessas mudanças.

Esperamos que as propostas a serem apresentadas estejam em plena sintonia com os objetivos da Rodada de Doha da OMC, com uma verdadeira agenda para o desenvolvimento das nações mais pobres.

Não queremos simplesmente criticar nem lançar acusações em direção dos países desenvolvidos.

Conhecemos nossas responsabilidades.

Estamos fazendo a nossa parte, executando políticas econômicas equilibradas, combatendo o desperdício e a corrupção, aprimorando as instituições para o bom funcionamento de nossas economias.

Temos demonstrado vontade política para combater os desequilíbrios sociais e a pobreza. Logramos controlar e reduzir a inflação. Organizamos nossas finanças e recuperamos a estabilidade para crescer de modo sustentado.

Tudo isso para atingir nosso objetivo de incluir 40 milhões de brasileiros à produção, ao consumo, ao mundo da cultura e à cidadania.

Mas há também uma responsabilidade internacional no combate à pobreza.

Os países com maior capacidade podem e devem executar políticas solidárias e em favor das Nações mais necessitadas.

Apesar das limitações que tem, como nação em desenvolvimento, é isso que o

Brasil está buscando fazer no plano regional.

Queremos fortalecer o MERCOSUL e promover a integração plena da América do Sul.

Tenho trabalhado para alcançar esse objetivo desde os primeiros momentos de meu mandato, com flexibilidade, ousadia e generosidade.

Um país como o Brasil deve entender as diferenças que existem entre os países da região, usando sua maior capacidade de produção e consumo para atender às demandas justas de nossos parceiros.

Essa postura contribuirá para que alcancemos uma união sólida e equilibrada, com vantagens para todos, tornando viável o sonho de construir uma América do Sul unida e solidária.

Meus colegas Presidentes do MERCOSUL e de outros países da América do Sul têm-me transmitido uma profunda coincidência de visões sobre a importância de nossa concertação como projeto estratégico para o desenvolvimento econômico e social de nossos países, no quadro mais amplo de nossas relações com a América Latina.

Estamos persuadidos de que é possível retomar os passos necessários para consolidar o MERCOSUL como União Aduaneira e caminhar para a construção de um verdadeiro Mercado Comum.

Os resultados das recentes eleições em nossa região demonstram uma clara opção de nossas sociedades em favor do MERCOSUL. Está, assim, em gestação um novo ambiente político, muito mais propício à retomada dos esforços de integração regional.

Queremos construir um espaço econômico que não se restrinja ao plano comercial e que integre políticas industriais, sociais, tecnológicas e culturais. A dimensão política

do MERCOSUL está ganhando força. A criação do Parlamento do MERCOSUL tem sido discutida no mais alto nível. Também aqui o exemplo europeu pode ser uma fonte de inspiração.

Além da generosidade, necessitamos também de imaginação e de ousadia a fim de encontrar soluções que permitam superar a escassez de recursos necessários ao combate à fome e à pobreza extrema, e aos investimentos em infra-estrutura, essenciais ao desenvolvimento e à integração.

As convergências neste sentido ampliam-se, como ficou claro na ênfase dada à questão da infra-estrutura no plano de ação do Grupo do Rio, recentemente adotado em Cusco. Existem boas oportunidades para cooperar e fazer negócios. Por sua credibilidade e experiência, vemos a Espanha como um parceiro natural nesse processo.

Convido os espanhóis a participar dessa grande empreitada de dotar a América do Sul de infra-estrutura compatível com os nossos desafios e necessidades.

Senhores Presidentes, Senhores Parlamentares,

Sempre digo que a fome não pode esperar. O desenvolvimento econômico e a justiça social devem andar de mãos dadas.

A ausência de um desses dois elementos é o que cria espaço para a desagregação, a

insegurança, o autoritarismo, o narcotráfico e o terrorismo.

O Brasil está imbuído de uma extraordinária energia ético-política que nos permite confiar na nossa capacidade de avançar.

Nesse caminho, quero valer-me do espírito de solidariedade e concórdia que caracteriza nossos povos ibero-americanos.

Com suas singularidades, mas também com sentimentos e sonhos comuns, vamos somar esforços em direção a um futuro de realizações conjuntas.

O relacionamento entre o Brasil e a Espanha pode e deve traduzir-se em impulso às diversas iniciativas que contribuem para aproximar a América Latina – e em particular a América do Sul – e a União Européia.

No mundo de hoje, as relações dos países não podem reduzir-se a uma única dimensão.

O Brasil tem procurado estreitar seus contatos, para além da região, com a África, com os países árabes e com os grandes países em desenvolvimento.

Esses vínculos diversificados não nos distanciam. Muito pelo contrário, nos aproximam e favorecem uma articulação estreita e proveitosa, em prol da construção de um sistema internacional pluralista, multilateral, voltado para a paz, a liberdade, o desenvolvimento e a eqüidade.

Muito obrigado.

Cerimônia de posse do Subsecretário-Geral da América do Sul e de Diretores-Gerais de Departamentos

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na cerimônia de posse do Subsecretário-Geral da América do Sul e de Diretores-Gerais de Departamentos, no Palácio Itamaraty, em 21 de julho de 2003

Senhor Secretário-Geral; Senhores Subsecretários; Senhor Embaixador Luiz Filipe de Macedo Soares; demais Diretores que hoje tomam posse, Ministra Graça Carrión, que vai tomar posse dentro de pouco tempo – o que, por motivos meramente técnicos, não se realiza ainda hoje – e que será a próxima Chefe do Departamento da Europa,

Acho que hoje é um dia importante para o Itamaraty. Estamos dando uma demonstração da prioridade que atribuímos a certas áreas, a começar pela América do Sul, criando uma Subsecretaria específica. No dia de hoje, concretizamos algo que prometemos realizar, e que levou algum tempo, naturalmente, mas que conseguimos realizar de maneira plena, dentro de um quadro geral de dificuldades que se conhece, dificuldades do País, de natureza financeira, dificuldades até decorrentes do estabelecimento de outras prioridades na área social, o que levou à criação de outros Ministérios.

Dentro desse quadro geral, o Presidente da República teve uma consideração toda especial com o Ministério das Relações Exteriores: tivemos o nosso quadro de Departamentos, de Subsecretarias não só mantido, mas até ligeiramente aumentado. Isso é muito importante, pois demonstra que o apoio e a prioridade atribuídos pelo Presidente à política externa não é um apoio retórico, é um apoio real, é um apoio material, é um apoio que nos permite, do ponto de vista operacional, levar adiante aquelas orientações que o próprio Presidente nos deu, a partir de seu discurso de posse, e que tem repetido em várias ocasiões.

Eu teria muito a dizer sobre cada um dos colaboradores que estão hoje tomando posse, mas não quero fazer desta uma cerimônia longa. Acho que o importante, além desse aspecto a que nós já referimos, das novas prioridades se refletirem de maneira concreta na estrutura orgânica do Ministério, é salientarmos que em todo o processo de

mudança de Governo, de mudança de orientação política em muitos aspectos, temos de levar em conta duas situações: primeiro, uma natural afinidade das pessoas com a orientação política do Governo, do Presidente da República, do Ministro de Estado, e também, naturalmente, a competência profissional. Somos um corpo profissional por excelência, mas um corpo profissional que deve estar entusiasticamente engajado com certas linhas políticas, com certas orientações. Creio que na pessoa do Embaixador Filipe de Macedo Soares – que tem uma larga experiência no tema da América do Sul e que tem, também, uma grande afinidade com as prioridades do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – nós temos uma expressão, que também se concretiza nos demais, da necessidade dessa dupla realização.

Ao agradecer a presença de todos aqui, sobretudo dos Embaixadores de outros países, muitos da América do Sul, e demais amigos aqui presentes, desejo muitas felicidades ao Embaixador Macedo Soares, aos demais colaboradores que aqui são empossados, todos amigos de longa data, todos pessoas de competência comprovada, mas que terão desafios renovados à frente. O nosso Ministro Felício já tinha dito que a partir da próxima visita, o próximo evento seria o funeral dele próprio. Não é, é a sua posse – mas isso ilustra, digamos, a intensidade das relações que temos mantido na América do Sul. Também o desdobramento desses vários Departamentos nos permite um melhor tratamento de outras áreas, como a própria América do Norte, que antes estava diluída, de certa maneira, numa área mais ampla em que acabava tendo uma atenção secundária. Da África, não preciso dizer, porque a própria visita do Presidente, em breve, e nossas atitudes o têm

demonstrado; o Oriente Próximo igualmente, com a próxima visita do Presidente a países da região, em parte preparada por mim; e, naturalmente, a nossa Secretaria do Planejamento, que é uma Secretaria que necessita ter total afinidade com o pensamento da Chefia, não só traduzindo esse pensamento, mas algumas vezes adivinhando e contribuindo para que ele se desenvolva.

Queria, ainda, mencionar algo importante: ao criar a Subsecretaria da América do Sul, não só quisemos deixar clara a prioridade da América do Sul no conjunto da política externa, mas também atribuímos a essa Subsecretaria as grandes negociações comerciais em que o Brasil está envolvido, à exceção da negociação multilateral, que continua a ser feita na Subsecretaria Econômica. Eu creio que isso também é denotador de uma certa ótica, quer dizer, vamos fazer as negociações na ALCA, as negociações com a União Européia, pela ótica do MERCOSUL e da América do Sul. Daí o fato de termos atribuído ao Subsecretário da América do Sul a orientação geral para essas negociações.

Mais uma vez agradeço ao Secretário-Geral, que tem sido, obviamente, incansável na instrumentalização dessas reformas; ao Embaixador Sabóia que, infelizmente, em breve nos deixará, mas terá uma substituta, também de grande competência, que é a Embaixadora Vera Pedrosa; aos Chefes de Gabinete, meu e do Secretário-Geral, que estão aqui presentes; demais Chefes de Departamentos do Itamaraty. Quero agradecer a todos e dizer que conto muito com os Senhores – o Presidente Lula conta muito com os Senhores – na execução da política externa, num momento tão importante da vida brasileira.

Muito obrigado.

Visita ao Brasil do Presidente do Suriname

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na declaração conjunta dos Presidentes do Suriname, Runaldo Venetiaan, e do Brasil, em 22 de julho de 2003

Senhoras e senhores,

Recebo hoje em Brasília, para uma visita de trabalho, o Presidente do Suriname, Runaldo Venetiaan.

Por tratar-se de um país vizinho e amigo, com o qual compartilhamos uma extensa região de fronteira na Amazônia, o Brasil tem especial interesse no progresso do Suriname e em uma sólida e ativa relação bilateral. Estamos, no momento, realizando um esforço ampliado nesse sentido. Com esse objetivo, está sendo criado, no Governo, o Projeto Brasil-Suriname. Esse projeto pretende envolver a sociedade civil e coordenar a ação do Governo em iniciativas concretas, voltadas para uma maior aproximação entre nossos países.

No encontro de hoje, tivemos a oportunidade de discutir vários temas que interessam a todos os países sul-americanos. Reafirmamos, por exemplo, nosso compromisso com a integração da América do Sul. Reiteramos nossa determinação de fortalecer a democracia e promover a justiça social no continente sul-americano, combatendo a fome, a pobreza e a corrupção e implementando políticas sociais eficazes. Discutimos a situação política

internacional e concordamos com a necessidade de fortalecer e reformar as Nações Unidas, inclusive o Conselho de Segurança.

Com relação à ampliação do Conselho, o Governo do Suriname manifestou apoio para que o Brasil integre o Conselho de Segurança na qualidade de membro permanente. Esse apoio muito nos honra e reflete o elevado grau de confiança entre nossas diplomacias.

No plano comercial, destacamos a necessidade de ampliar os laços econômicos e comerciais entre o MERCOSUL e o Suriname. Concordamos em realizar um esforço conjunto para aumentar o volume do intercâmbio comercial entre nossos países. Ressaltamos, também, a importância de coordenar posições nas negociações comerciais internacionais, sobretudo na Organização Mundial do Comércio e no processo de negociação da ALCA. Para que seja possível alcançar resultados equilibrados e equitativos, concordamos que as negociações comerciais internacionais devem levar em conta os diferentes níveis de desenvolvimento econômico dos países sul-americanos.

A integração dos países sul-americanos

depende não apenas de iniciativas no plano econômico e comercial, mas também de projetos voltados para o desenvolvimento de infra-estrutura física no continente. Nesse sentido, será realizado em agosto, no Rio de Janeiro, um seminário, patrocinado pelo BNDES e pela Corporação Andina de Fomento (CAF), com o objetivo de examinar formas de financiamento de projetos de infra-estrutura na América do Sul. Renovamos, também, a disposição de dinamizar a cooperação bilateral no combate ao narcotráfico e delitos conexos, mediante uma mais estreita coordenação no controle e na vigilância nas zonas de fronteira.

Com o objetivo de reforçar a cooperação bilateral nas áreas de segurança, defesa e meio ambiente, decidimos que o Suriname terá acesso progressivo às informações geradas pelo Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM).

Gostaria, por último, de manifestar a minha satisfação e o meu agradecimento pela visita do Presidente do Suriname, que serviu para evidenciar as oportunidades de cooperação e entendimento entre nossos países. Estou convencido de que Brasil e Suriname estabelecerão uma sólida parceria, com impacto positivo sobre o projeto de integração sul-americano, fundada no nosso compromisso comum com a preservação da democracia, o respeito aos direitos humanos e a busca do desenvolvimento sustentável.

Três assuntos importantes fizeram parte da nossa pauta. O primeiro foi a questão dos brasileiros no Suriname, que já somam quase 40 mil e que, esperamos, devem logo estar com sua situação resolvida.

O segundo foi a questão da dívida externa do Suriname. O Suriname tem uma dívida com o Brasil, que não é muito para nós mas,

certamente, é muito para um país de 450 mil habitantes. Assumimos o compromisso de discutir com o Governo do Suriname uma renegociação dessa dívida, e o Governo brasileiro vai tratar de apressar essa discussão.

A terceira coisa importante, de interesse do Governo do Suriname, foi a questão da compra, pelo Brasil, do arroz produzido no Suriname. Como o Brasil, o Suriname depende de grandes negociações na Organização Mundial do Comércio. O Brasil tem um acordo com o MERCOSUL e, mesmo respeitando o acordo com o MERCOSUL, vai discutir, com muito carinho e muita disposição, a possibilidade de comprar o arroz produzido no Suriname.

Esses três compromissos, e outros que estão no Protocolo, fazem parte do objetivo maior do nosso Governo de tornar a integração na América do Sul verdadeira e prática. Fizemos acordos na área da educação, fizemos acordo na área da saúde, fizemos acordo na área da comunicação, fizemos acordo na área do turismo. E tudo isso com o objetivo de afirmar ao nosso querido país vizinho, Suriname, que o Brasil, por ser o maior país da América do Sul, de economia mais forte, tem a obrigação de ter uma política mais ousada para a América do Sul, e uma política que não seja uma política de hegemonia do Brasil, com relação aos outros países, mas uma relação em que a parceria predomine.

Por isso, quero agradecer ao Presidente do Suriname, agradecer a todo o seu Ministério que compareceu aqui. E dizer que o nosso compromisso é mais do que comercial, é um compromisso cultural, político e ético na nossa relação com os nossos vizinhos.

Muito obrigado.

Visita ao Brasil do Presidente da Guiana

Declaração do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a visita de trabalho do Presidente da República Cooperativista da Guiana, Bharrat Jagdeo, em 30 de julho de 2003

Senhoras e senhores,

É com grande satisfação que recebemos hoje o Presidente da República Cooperativista da Guiana, Bharrat Jagdeo, e vários Ministros de sua equipe de Governo. Conversamos de maneira ampla e construtiva sobre assuntos de interesse comum para a Guiana e o Brasil.

Os jornalistas aqui presentes, Senhor Presidente, já se habituaram a cobrir nossos encontros com os Chefes de Estado dos países vizinhos da América do Sul. Este ciclo de visitas está para ser completado com a próxima vinda do Presidente do Chile, em agosto. Tenho tido oportunidade de expressar aos meus colegas do continente o quanto uma América do Sul integrada, próspera e fortalecida em suas instituições democráticas poderá contribuir para o progresso dos nossos povos.

O Brasil vem intensificando os esforços de cooperação e entendimento em todos os quadrantes das nossas fronteiras, do Uruguai ao Suriname. Tenho a convicção de que este trabalho de aprofundamento dos laços diplomáticos, políticos, econômicos, culturais e sociais é de enorme significado para juntos

realizarmos, na região sul-americana, tudo o que promete o seu potencial físico e humano.

Comentei com o Presidente Jagdeo as possibilidades de benefício mútuo que advêm da aproximação do Brasil com a Guiana. O Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas, assinado em fevereiro deste ano, é um passo muito importante para a ampliação das ligações entre os dois países. Por esse Acordo, que esperamos em breve seja aprovado pelo Congresso Nacional brasileiro, são regulamentados os serviços de transporte por via terrestre, essenciais para que o trânsito de pessoas e o comércio de bens ganhem impulso. Com o Acordo de Transporte, começamos a nos preparar para o momento em que a fronteira da Guiana com o Estado de Roraima se tornará ainda mais viva, uma verdadeira fronteira de integração.

Mas a obra da integração não terá sentido se a infra-estrutura não estiver concluída. Discuti com o Presidente da Guiana formas de retomar a construção da ponte sobre o rio Tacutu, entre Bonfim e Lethem. Trata-se do término da conexão terrestre Brasil-Guiana.

Creio que já avançamos bastante nesse projeto, e as dificuldades que se apresentaram, alheias à vontade do Governo brasileiro, devem ser logo superadas.

A aproximação que estamos reforçando constitui um exemplo da potencialidade de um continente integrado. Nossos dois países estão empenhados em uma verdadeira e fraterna ligação.

Estamos conscientes de nossas singularidades no contexto regional, a começar pela circunstância de não partilharmos os respectivos idiomas oficiais com outros países do continente. Estou certo de que saberemos assimilar as diferenças lingüísticas às muitas semelhanças que unem e identificam nossas sociedades – no plano étnico, no plano cultural, no plano dos interesses comerciais, no apego à paz e ao Direito Internacional.

A dimensão amazônica é outro aspecto essencial a ressaltar. Juntos fazemos parte da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, recentemente instalada em Brasília. O Tratado de Cooperação Amazônica, do qual a Guiana participa desde a sua conclusão em 1978, demonstra a extensão do compromisso dos países com o uso sustentável dos recursos naturais por nós compartilhados. Demonstra, também, que a Guiana, sem deixar de lado suas naturais afinidades caribenhas, insertou-se desde cedo no espaço sul-americano.

O Brasil estará sempre disposto a impulsionar as relações com a Guiana no contexto da América do Sul, prosseguindo a já exitosa cooperação técnica na área da agricultura, da saúde e explorando novos campos de colaboração que contribuam para o desenvolvimento dos nossos povos e de nossas economias.

Vossa Excelência tem conhecimento de que a integração da América do Sul como espaço de paz e prosperidade é objetivo do meu Governo.

Esse trabalho tem de levar em conta que os países sul-americanos não são iguais e que alguns deles – e é o caso da Guiana – necessitam de um impulso adicional para participar desse esforço.

Não há América do Sul sem a Guiana. Contamos com a amizade e o entusiasmo do Governo e do povo da Guiana e quero dizer a Vossa Excelência que o Brasil fará a sua parte.

O apoio que o Presidente da Guiana traz para que o Brasil integre, como membro permanente, um Conselho de Segurança das Nações Unidas ampliado em muito nos agrada e acresce a responsabilidade do Brasil para com a região. E é mais uma expressão de como as relações do Brasil com a Guiana tendem a estreitar-se e a fortalecer-se, para o benefício das populações dos nossos dois países.

Muito obrigado.

Sessão da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

Intervenção do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em 30 de julho de 2003

Boa tarde.

Em primeiro lugar, quero agradecer à Deputada Zulaiê Cobra, Presidenta da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, a oportunidade de vir à Câmara participar desta audiência.

Quero deixar registrado que o Ministro Celso Amorim, que se encontra no exterior no momento, deve chegar hoje à noite, às 23h40min. Se estivesse presente, estaria dando alguns esclarecimentos com muito prazer. Agradeço ao Deputado João Castelo, Vice-Presidente da Comissão, aos demais Deputados e a todos os presentes.

Antes de mais nada, quero dizer que o Ministério das Relações Exteriores considera de extrema importância a participação do Congresso brasileiro, e da Câmara dos Deputados especialmente, na elaboração da política exterior brasileira.

De modo que o Ministro tem, por orientação do Presidente Lula, feito questão absoluta de comparecer tanto ao Senado

como à Câmara e às diversas Comissões. Eu mesmo tive oportunidade de estar na Comissão de Relações Exteriores e na Comissão de Economia, Indústria e Comércio pelo menos uma ou duas vezes. Em primeiro lugar, quero ler um texto oficial, que deixarei à disposição dos senhores, sobre esses acontecimentos. Em seguida, responderemos a algumas perguntas.

“O Ministro Celso Amorim recebeu em Lisboa, no dia 12 de julho, entre 14 e 15 horas, telefonema do Chanceler da França, Dominique de Villepin. Naquele telefonema, o Ministro Villepin comunicou pela primeira vez ao Ministro Celso Amorim que uma aeronave francesa se encontrava no aeroporto de Manaus. O Ministro Villepin não especificou nem o tipo de aeronave nem o número de pessoas que ela transportava. Foi essa a primeira informação do Governo francês, de qualquer natureza, ao Governo brasileiro sobre esse tema. Segundo o Ministro Villepin, nesse telefonema, os

cidadãos franceses dariam apoio médico e psicológico a uma pessoa da família da ex-Senadora Ingrid Betancourt, seqüestrada, de nacionalidade franco-colombiana. Essa pessoa da família esperava um contato (carta ou fita cassete) da ex-Senadora, ou alguma informação relacionada com sua situação. Ao acentuar a natureza humanitária da missão, o Ministro Villepin acrescentou que o referido contato, a ser feito por um religioso, poderia – foi o que ele disse – resultar na liberação da ex-Senadora, sem precisar quando e como isso ocorreria.

O Ministro Celso Amorim indagou ao Ministro Villepin se havia contato da França ou dos franceses em Manaus com integrantes das FARC, ou se havia pessoas armadas a bordo do avião francês. O Ministro Villepin assegurou ao Ministro Celso Amorim que não havia pessoas armadas e que não haveria contato algum com elementos das FARC. Afirmou que a aeronave francesa partiria de imediato, caso o Governo brasileiro assim o desejasse.

Cabe registrar que a autorização de sobrevôo e pouso para o avião francês em Manaus havia sido solicitada e concedida no dia 9 de julho, mediante pedido rotineiro, e que não fazia referência ao objetivo da missão.

O Ministro Celso Amorim telefonou logo depois para o Secretário-Geral das Relações Exteriores, então Ministro de Estado, interino, e solicitou que obtivesse informações a respeito da aeronave e dos cidadãos franceses junto às autoridades brasileiras.

No mesmo dia 12, e após contatos com o Ministério da Justiça, foi solicitado ao Embaixador da França em Brasília, Alan Rouquié, por telefone, às 18 horas, que o

avião partisse prontamente. Cumprida a formalidade de apresentação às autoridades em Manaus de documento que se chama *General Declaration* – documento que os aviões têm que apresentar em determinados momentos –, o avião e sua tripulação deixaram o território brasileiro no dia 13 de julho, porque houve uma demora na apresentação do documento, por volta de 13 horas. Ao ter o Ministério das Relações Exteriores conhecimento dos detalhes da movimentação dos cidadãos franceses no Brasil, e logo após o retorno do Ministro de Estado Celso Amorim ao Brasil, o Embaixador da França foi convocado ao Itamaraty. Na ocasião, foi-lhe entregue nota em que o Governo brasileiro dizia o seguinte:

‘O Ministério das Relações Exteriores cumprimenta a Embaixada da França e tem a honra de informar que o Governo brasileiro tem grande apreço pelas suas relações com a França e o Governo francês, as quais tem todo o interesse em aprofundar tanto em seus aspectos políticos, como econômicos, bilaterais, e multilaterais, conforme refletido nos resultados da recente reunião da Comissão Geral Brasil-França e nos freqüentes contatos entre os Chefes de Estado. O Governo brasileiro entende que o respeito mútuo é a premissa indispensável desse relacionamento. Nesse sentido, o Governo brasileiro lamenta os acontecimentos que envolveram a presença de avião e de cidadãos franceses em território brasileiro. O Governo brasileiro manifesta sua surpresa por não ter sido previamente consultado e por não ter sido informado, de forma tempestiva e precisa, das circunstâncias que cercaram tal presença.

O Governo brasileiro manifesta sua certeza

de que acontecimentos de natureza semelhante não se repetirão.

Brasília, 21 de julho de 2003.'

Em função de declarações de autoridades francesas que sugerem que o Governo brasileiro teria tido conhecimento prévio da missão, o Embaixador da França foi convocado novamente, dia 28 de julho. Na ocasião, foi-lhe comunicado, mais uma vez, que o Governo brasileiro considera que tais declarações são ambíguas e imprecisas e que não correspondem à realidade dos fatos, não contribuindo para a melhoria das relações

em torno da segurança.

O Ministro de Estado interino indicou ao Embaixador da França que o Governo brasileiro aguarda esclarecimentos oficiais, bem como manifestação inequívoca de que acontecimentos dessa natureza, incompatíveis com respeito mútuo, não se repetirão."

Senhora Presidenta, Senhoras e Senhores Deputados, é essa a informação que temos sobre as providências que foram tomadas pelo Ministério das Relações Exteriores e, oficialmente, pelo Governo brasileiro em relação a essa questão.

Estou à disposição para as perguntas.

Sessão da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal

Intervenção do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, em 7 de agosto de 2003

Obrigado, Senhor Presidente, Senador Eduardo Suplicy.

Senhores Senadores, eu queria, sem alongar-me, juntar-me às palavras que foram ditas sobre o Dr. Roberto Marinho, a quem tive oportunidade de conhecer como Presidente da EMBRAFILME. Eu trabalhava com um aspecto que tinha a ver com a Rede Globo, o aspecto audiovisual. Tive muito contato com ele naquela época. Tive contato também, posteriormente, quando fui Ministro das Relações Exteriores pela primeira vez, durante o Governo Itamar Franco. Sempre tive com ele e sua família as melhores relações, sobretudo com seus filhos, principalmente Roberto Irineu, que era o encarregado da televisão naquele momento.

Queria também me referir à importância que tem o trabalho da TV Globo, pioneira em levar, mais do que a imagem do Brasil, imagens do Brasil, da nossa vida, ao exterior, aos mais distantes rincões. Tive oportunidade

de testemunhar esse fato.

Finalmente, quero dizer da importância que o Dr. Roberto Marinho teve como empresário e jornalista moderno e modernizador, e referir-me à sua capacidade de perceber e até mesmo antecipar-se às mudanças na sociedade brasileira. Isso é algo que deve ser reconhecido.

Senhor Presidente, V. Ex^a me deu uma incumbência bastante ampla. Vou tentar cumpri-la da melhor maneira possível, sem entrar em muitos detalhes na parte da negociação, pois só isso envolveria um tempo muito grande. Depois vou tratar das outras duas questões tópicas que foram objeto dos requerimentos.

Creio que ao colocar no seu convite, Senhor Presidente, as várias negociações em que o Brasil está envolvido, tanto no que diz respeito ao MERCOSUL, à América do Sul, mas também à ALCA, às negociações com a União Européia e também na OMC, que são os dois primeiros tópicos do convite,

creio que talvez, voluntária ou involuntariamente, V. Ex^a levante questões que correspondem a quase 60% ou 70% da nossa atividade diplomática, se eu fosse medi-la em número de homens e mulheres/hora. Portanto, é um conjunto de temas de grande relevância.

Vou procurar abordá-los de uma maneira mais conceitual, mas, como disse, estarei pronto a responder a qualquer pergunta de natureza mais específica.

A primeira distinção que faria nesse conjunto de negociações refere-se às negociações no MERCOSUL e na América do Sul em relação às outras negociações, sejam da ALCA, do MERCOSUL com União Européia ou da OMC. Diferentemente das outras, nas negociações do MERCOSUL com o conjunto da América do Sul, especialmente MERCOSUL e Comunidade Andina, há uma forte motivação de natureza política.

A integração – como o Presidente Lula tem muitas vezes ressaltado – da América do Sul, do MERCOSUL em particular, mas da América do Sul como um todo, não é apenas um objetivo econômico, não é uma tarefa que se persegue apenas com vista a um ganho comercial. É algo de natureza muito maior. É um empreendimento de natureza política de grandes proporções, em que o Presidente Lula tem colocado muita ênfase e dado absoluta prioridade.

É importante fazer essa distinção porque, embora evidentemente todos esses processos estejam interligados, as negociações do MERCOSUL e da América do Sul são negociações em que o componente político está muito presente, até como motivação dos processos. Claro que componentes políticos estão presentes em todas as negociações, mas nessas de maneira especial.

Desde o primeiro momento do governo, até mesmo no seu discurso de posse, mas também nas suas primeiras ações, o Presidente Lula deixou muito clara a prioridade que atribui ao MERCOSUL. Nesse entendimento, a primeira visita que recebeu no País foi do Presidente Duhalde e, depois, do Presidente Kirchner, depois de eleito, o que revela a grande importância que têm as relações com a Argentina nesse contexto das negociações do MERCOSUL.

Indiscutivelmente, todos os quatro países, para falar do MERCOSUL propriamente dito – Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai –, são importantes. Mas a relação entre Brasil e Argentina é, como foi no passado, a vértebra que possibilita esse processo de integração. Por isso, temos procurado desenvolver com a Argentina não só uma relação fluida, de procurar remover os problemas, até com a compreensão de que, naturalmente, reaparecerão, como em toda relação econômico-comercial intensa, mas, sobretudo, com o espírito de criação de confiança.

Penso que temos procurado demonstrar aos líderes argentinos, a começar pelo Presidente Kirchner, mas também ao Ministro Bielsa e a outros, como já tínhamos feito com o Presidente Duhalde, uma atitude de total abertura e confiança.

Isso tem sido feito de maneira constante. Aquela foi a minha primeira viagem ao exterior, sem contar o fato de ter acompanhado o Presidente para cerimônias de posse. E também agora, neste mesmo instante, o Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores está em Buenos Aires, onde vai abordar vários temas relativos à integração e à idéia – sobre a qual eu poderia voltar para falar eventualmente

– de uma reunião de cúpula envolvendo América do Sul e países árabes.

Há uma relação de intensa confiança, inclusive de compartilhar iniciativas, com a Argentina – obviamente, um ponto muito importante – e também com o Uruguai e o Paraguai. Num dos primeiros movimentos da nossa política externa, quando visitei a Argentina e o Uruguai, naquele momento – mais tarde fui ao Paraguai –, o objetivo principal foi demonstrar claramente que o Brasil teria uma perspectiva nova em relação ao MERCOSUL. Trata-se de uma perspectiva que envolve a compreensão da importância que tem a maior economia da região; o país que tem essa economia demonstra uma certa liderança, no sentido mais positivo da palavra, isto é, no sentido de ser capaz de atacar os diversos problemas e de agir até com um grau adequado de generosidade nesse processo de integração.

Isso foi dito diretamente aos argentinos – e também numa reunião dos Chanceleres do MERCOSUL, no Uruguai –, mas, naturalmente, a contrapartida dessa atitude de abertura – em que, como tenho dito algumas vezes, o político deve predominar sobre o meramente técnico ou burocrático – é a postura de uma frente unida do MERCOSUL nas negociações globais. Recordo-me de que há não muito tempo havia riscos graves de desintegração ou pelo menos de fragmentação das atitudes externas do bloco, com propostas, inclusive, de possíveis acordos de livre comércio envolvendo países do MERCOSUL, e atitudes divergentes até mesmo entre o Brasil e a Argentina.

Claro que, nessa circunstância, fomos ajudados pela evolução política na Argentina, que possibilitou a eleição de um Presidente profundamente comprometido

com o MERCOSUL; mas também as nossas atitudes frente ao Uruguai e ao Paraguai permitiram, creio, reverter de maneira bastante clara essa situação.

Então, a frente externa do MERCOSUL – e depois entrarei em alguns detalhes quando se tratar de ALCA e de MERCOSUL/União Européia – tem sido preservada e reforçada. Essa atitude é muito importante para as negociações internacionais, porque, obviamente, há um peso muito maior quando se fala em conjunto. É muito mais difícil, para quem quer que seja, dizer que o MERCOSUL, se não quiser negociar com a ALCA em determinados termos – porque nunca rejeitamos a negociação da ALCA –, vai negociar com a Antártida. Isso não é possível, pois envolve quatro países com posição muito semelhante e unida.

Essa tem sido a nossa postura no plano externo. Temos conseguido, embora requeira um esforço sempre renovado, manter essa unidade. No plano interno, do próprio MERCOSUL, foram lançadas várias propostas de aprofundamento do bloco. Elas fazem parte de uma agenda que o Presidente Lula propôs em Assunção, na última reunião, na MERCOSUL 2006. Claro que ainda está em exame, mas vão desde o plano estritamente comercial, que é a recuperação da Tarifa Externa Comum, que também se havia esfacelado muito ultimamente – com compreensão para situações específicas e com um grau de flexibilidade necessário –, até questões de natureza política, como a idéia e a proposta de que possamos ter um parlamento, se possível até eleito pelo voto direto, em 2006.

Claro que não podemos ter a certeza de que todas essas propostas serão absorvidas com a mesma rapidez. Os países são

diferentes, as preocupações são diferentes, em função até do tamanho dos países; no entanto, estão em discussão, em andamento.

Além desses aspectos mais óbvios, há muitos outros que fazem parte dessa Agenda 2006 proposta pelo Brasil, como o aprofundamento da União Aduaneira para a área de serviços, o estabelecimento de um protocolo comum de compras governamentais – tema que já estava sendo discutido na ALCA e em outros foros e que não temos ainda resolvido no MERCOSUL, apesar da sua importância nesse foro –, além de vários outros temas que foram bastante divulgados na época.

Então, sinto que, tanto do ponto de vista interno quanto do externo, vivemos um momento de claro reforço do MERCOSUL, que terá desdobramentos muito positivos para os objetivos da nossa política externa, até porque – e aí talvez faça uma abertura para a América do Sul como um todo – a integração não é um fato único, que esteja no nosso controle. Costumo dizer que o Brasil e os outros países da América do Sul, do MERCOSUL especialmente, mas também os outros, iremos nos integrar, porque o mundo moderno acaba levando a isso. A questão é saber como vamos nos integrar: se de maneira sadia, estimulando as atividades econômicas produtivas em benefício das nossas populações, ou se vamos nos integrar de uma maneira anárquica, na dependência e submetidos até a ações criminosas de narcotráfico, de contrabando etc. Então, a integração não se coloca nem como, digamos, uma mera opção, mas a forma da integração é que é a opção. Quanto mais enfatizarmos as possibilidades de uma integração sadia, até agindo com certa generosidade em relação

aos nossos parceiros, melhores serão as chances de que a nossa integração seja saudável, que estimule o comércio produtivo, a indústria, o emprego, a melhoria de condições sociais.

Aproveito também para mencionar que, tanto nas nossas conversas com o MERCOSUL, quanto com outros países da América do Sul – sobretudo do MERCOSUL, porque já é um processo mais avançado –, a dimensão social tem ganhado uma nova força, uma nova ênfase. Houve, inclusive, reuniões de Ministros da área social Brasil/Argentina, muitos Ministros do nosso lado, articulados pela Ministra Benedita da Silva.

Então, há um grande empenho, um grande esforço que permeia toda a parte comercial – inclusive os temas, digamos, não tradicionais da área comercial, como serviços, compras governamentais –, que chega ao aspecto social e que passa, também, ainda numa fase, digamos, mais embrionária, por questões que possam dizer respeito até a uma coordenação em matéria de política monetária. Essa, evidentemente, é mais difícil. Sabemos quanto tempo a União Européia demorou para chegar lá, mas é uma meta que admitimos e aceitamos como necessária.

Menciono também, dentro desse contexto, a importância que tem a América do Sul como um todo para o Brasil. Vejo aqui vários Senadores de Estados do Norte, que compreendem claramente essa necessidade. Houve uma época, no Brasil, em que se falava em MERCOSUL e em “MERCONORTE”, até com boa intenção, como se o Brasil pudesse ser dividido em duas partes, uma para se integrar com o Sul e outra com o Norte. Claro que a visão nossa não é essa, mas uma que contribua para uma integração da

América do Sul como um todo, porque estamos ligados a ela de maneira profunda. Enfim, por várias naturezas de vínculos, queremos aprofundar, como disse, aqueles que sejam mais conducentes ao progresso e ao desenvolvimento sustentável.

Há muitas iniciativas nessa área, seria longo falar do Pacto Amazônico e de muitas outras coisas que já existiam e que estão sendo aprofundadas. Mas desejo enfatizar o fato de que o Presidente Lula – com a vinda ao Brasil, nos próximos dias 18 ou 19, do Presidente do Chile – terá recebido todos os Presidentes da América do Sul em oito meses. Esse feito nunca ocorreu antes. Quer dizer, é uma demonstração evidente da prioridade que o Governo do Presidente Lula atribui à América do Sul. São todos os Presidentes do MERCOSUL, claro, e também os da América do Sul, inclusive, Guiana, Suriname, com os quais as relações devem ainda ser muito aprofundadas.

Obviamente, poderia falar de cada um deles em detalhe. Não vou fazê-lo, mas vou tomar, digamos, dois exemplos simbólicos que seriam talvez o Peru e a Colômbia. Com o Peru, pelo fato de termos – inclusive dentro do contexto das negociações que já vinham se realizando lentamente entre a Comunidade Andina e o MERCOSUL – decidido construir uma parceria estratégica e aprofundar rapidamente as negociações comerciais no contexto “quatro mais um” (porque o Peru obteve, digamos assim, uma licença para negociar, isoladamente da Comunidade Andina, com o Brasil). Estamos, digamos, razoavelmente otimistas de que possamos concluir um acordo por ocasião da visita do Presidente Lula ao Peru nos próximos dias 24 ou 25 de agosto.

Recentemente, numa cerimônia pública,

o Presidente Alejandro Toledo disse que o fato mais importante ocorrido no Peru nos últimos trinta anos – depois do mar territorial de 200 milhas, que, para eles, foi de grande importância, evidentemente, pois são, como sabem, águas ricas em recursos pesqueiros – é um novo relacionamento com o Brasil. Então, digamos, há uma nova intensidade nessas relações. O Presidente Toledo esteve aqui, o Presidente Lula foi à reunião do Grupo do Rio. Além do plano multilateral, isso contribuiu muito para aprofundar as relações com o Peru.

Vou mencionar também a Colômbia. Ela tem problemas, que todos conhecemos, é um país que tem suas complexidades, mas há uma relação de confiança, hoje, como nunca houve. O Presidente Uribe veio aqui, tivemos uma discussão ampla sobre vários temas, inclusive os mais delicados como o narcotráfico e o terrorismo. Discutimos também a integração. Resumiria, digamos, esse novo nível das relações com a Colômbia narrando dois ou três fatos; um até se relaciona ao motivo do outro requerimento. Primeiro, recentemente, quando estive na Colômbia, a primeira coisa que fiz ao visitar o Presidente Uribe foi dizer tudo o que sabia a respeito do episódio do avião francês. O Presidente Uribe me ouviu com muita atenção e, passados dez minutos, disse assim: “Olha, eu lhe agradeço muito. É uma grande gentileza o senhor me dizer aqui tudo o que se passou, mas não precisava. A nossa confiança no Brasil é absoluta. Sabemos que as nossas relações são de absoluta transparência”. Tanto assim que, também conversando com ele, eu disse que na segunda-feira seguinte – isso foi na sexta-feira da semana retrasada – eu estaria com o Secretário-Geral das Nações Unidas, e ele me

autorizou a tratar desse tema, do diálogo entre as FARC, mas também os paramilitares, e o Governo colombiano, e até, digamos, ajudar um pouquinho, na medida em que pudermos fazê-lo, evidentemente, com respeito pleno à soberania colombiana e ao Governo colombiano, nas conversas com o Secretário-Geral. Isso era algo que não ocorria, quer dizer, esse nível de confiança ilustrado por esse aspecto.

Queria mostrar outro lado dessa nova atitude. Nós acabamos de vir de uma reunião entre a Comunidade Andina e o MERCOSUL. Significativamente, é a segunda que se realiza em dois meses. Quer dizer, é uma disposição totalmente nova dos Chanceleres. E quem trouxe a proposta para que chegemos a um acordo rápido, até o final do ano, foi a Comunidade Andina. E sabemos que isso se deve em boa parte a uma nova disposição da Colômbia. A Venezuela e o Equador já haviam manifestado interesse em negociar até numa base “quatro mais um” se fosse necessário.

Então, enfim, apenas para me deter um segundo nisso, eu diria que a posição pró-ativa da Comunidade Andina em relação ao MERCOSUL não me surpreendeu, como às vezes é noticiado, mas, certamente, digamos, é um fato novo no processo do nosso relacionamento e demonstra como a mensagem do Presidente Lula no sentido da integração do conjunto da América do Sul tem tido eco. Aliás, outra comprovação também muito forte disso foi o convite feito ao Presidente Lula para comparecer à cúpula da Comunidade Andina. É a primeira vez que um Chefe de Estado brasileiro é convidado a comparecer à cúpula da Comunidade Andina. Isso foi o que ocorreu há cerca de um mês e meio em Medellin. O

convite foi feito pela Colômbia também. Isso demonstra que não há apenas uma política brasileira baseada na concepção de que é necessário levar em conta relações assimétricas, que se o Brasil quiser ter uma liderança nesse processo deve lembrar-se de que representa a economia mais forte. Quer dizer, não é que sejamos muito mais fortes, mas somos a economia mais forte e, por isso, temos de fazer gestos e aceitar discutir não como se fossem economias de absoluta igualdade, mas numa base de absoluta reciprocidade.

Claro que ao fim do processo queremos que todos os mercados estejam abertos e que todos os processos ocorram de maneira mais ou menos homogênea. Para avançar, necessitamos demonstrar a nossa liderança. Mencionaria dois ou três outros fatos que se relacionam com essa prioridade sul-americana e que, creio, é de grande interesse para todos, mas inclusive para os Estados, não só para os Estados do Norte, mas ao Brasil inteiro. Os Estados do Norte ficaram mais tempo longe desse processo de integração.

Está sendo realizado – creio que termina hoje – um seminário muito importante no BNDES, co-patrocinado pela Corporação Andina de Fomento, em que cada país sul-americano apresenta dois projetos ligados à integração, para ver aquilo que nós podemos financiar, dentro dos recursos da CAF (Corporação Andina de Fomento) e do BNDES. Aquilo que não for possível deve ser levado depois a outras fontes de financiamento internacional. Creio que isto é importante. O próprio BNDES já se tem envolvido em projetos em outros países e nós, no Itamaraty, de maneira mais modesta, porque não temos recursos, com empenho

igual, já temos também instruído o nosso Departamento de Promoção Comercial a fazer um pouco, não só a promoção das nossas exportações como também das importações de países do MERCOSUL e da América do Sul, sobretudo no que for para substituir importações de fora da região, sempre tendo em mente que é muito importante termos uma integração saudável com todos esses países.

Como os senhores sabem, o Presidente Lula tem dado muita ênfase à questão da infra-estrutura física. Basta alguém olhar para o mapa da América do Sul e compará-lo com o da América do Norte ou com o da Europa para ver que nós vivemos num continente isolado. A integração física que se realizou na América do Norte no final do século XIX e na Europa, apesar de todos os problemas políticos que há muito tempo vêm ocorrendo, praticamente não existe na América do Sul. Então, é algo que temos que considerar, claro que levando em conta a preservação do meio ambiente. Vivemos, hoje, essa circunstância, mas é muito importante que essa integração física se desenvolva.

Tudo isto para dizer que a integração da América do Sul – e com isto encerro esta parte – é fundamental, até porque a economia mundial, o comércio global, no século XXI, será um comércio entre grandes blocos. Os Estados Unidos são um bloco em si mesmo, independentemente do Nafta. A Europa Ocidental, cada vez maior, é um imenso bloco comercial. Outros países na Ásia tratam, também, de se agrupar. A questão é a seguinte: qualquer país da América do Sul, inclusive o Brasil, que é o maior deles, não será senão um apêndice desses blocos se a América do Sul não se unir. Agora, se a

América do Sul se unir, temos condições, quer dizer, o MERCOSUL – seja a ampliação do MERCOSUL ou uma coisa nova ou uma comunidade sul-americana de nações –, essa comunidade ou esse bloco terá condições de ter negociações verdadeiramente favoráveis no plano internacional, de ser capaz de atrair investimentos produtivos, de defender seus interesses, etc.

Senhor Presidente, passo a falar um pouco sobre a ALCA, que está muito ligada, naturalmente, a algumas dessas questões que mencionei.

Quando o Governo Lula assumiu, nós encontramos uma situação, tanto em termos de calendário quanto em termos de temas que haviam sido discutidos, que nos deixava uma margem muito estreita para negociar. Por um lado, já havíamos percebido que temas de grande interesse para o Brasil, sobretudo a parte de subsídios agrícolas e outros temas de defesa comercial, como *antidumping*, salvaguardas, sobretudo o *antidumping*, praticamente não eram tratados na ALCA. As reuniões sobre esse tema duravam muito pouco e os Estados Unidos nos indicavam, claramente, que iriam discutir esses temas só na OMC, até porque eles achavam que estavam ligados à atitude de outros blocos, como a União Européia ou de outros países, como o Japão. Nós, então, víamos as coisas dessa maneira. Por outro lado, tínhamos, também, que considerar o fato de que temas que eram ou que poderiam ser sensíveis para nós – em termos de política industrial, política tecnológica, política socioambiental e regulamentação em matéria de serviços – estavam sendo negociados de forma acelerada. Não vou dizer que compromissos definitivos tivessem sido assumidos – não

faria essa injustiça, de modo algum –, mas o processo negociador indicava um certo caminho. Um pouco de vivência nas negociações internacionais deixa claro que certas posições, ainda que bem intencionadas, não podem ser mantidas no final. Era comum se ouvir, por exemplo, o comentário: “Nós negociamos e, no final, se for bom, nós assinamos; se não for, nós não assinamos”. Honestamente, não acho isso possível. Isso até poderia ser dito de boa fé, mas no final... Claro, não é impossível de todo, se você perder a negociação e, no último dia, você chegar à conclusão de que tem que retirar os seus negociadores. Mas é muito difícil para um governo – que chegue até o último momento da negociação, que aceite várias coisas, implícita ou explicitamente – chegar ao final e dizer: “Isto aqui não está bom para mim. Eu vou mudar tudo”. Você, então, tem que fazer isso enquanto a negociação se desenvolve.

Cito dois ou três exemplos de coisas que, a meu ver, estavam sendo encaminhadas de maneira nunca definitiva – algumas até já ocorreram nesse Governo, porque as negociações e os negociadores têm uma certa inércia. Então, algumas vieram do Governo anterior, outras já ocorreram na minha gestão, sem que eu pudesse efetivamente ter uma ação mais direta sobre elas, porque é difícil acompanhar todos os detalhes de uma negociação. Verifico, por exemplo, em papéis preparados para mim, pontos que não correspondem ainda às orientações que temos seguido.

Darei dois exemplos: um é a questão de ter lista positiva ou lista negativa em investimento, admitindo que haja algum tipo de negociação de investimento, no caso da ALCA. Obviamente, a lista negativa, que era

o que já estava aceito, é muito perigosa e pouco positiva para o Brasil. Por quê? Porque a adoção da lista negativa quer dizer que tudo aquilo que você explicitamente não excluir está incluído na negociação. Se houver um setor novo, como decorrência da inovação tecnológica, ou um setor que se desdobre, por nova maneira de encarar os temas, ele automaticamente é incluído porque não foi excluído previamente.

Façamos um paralelo com o GATT. Quando o GATT foi criado, ele não falava de informática, que não existia. Existiam máquinas de escrever, máquinas de calcular mecanizadas, elétricas ou não. Tudo isso virou computador, *software*, uma porção de outras coisas que, na época, não existiam. Então, não se podia excluir o setor de informática – estou dando um exemplo – porque ele simplesmente não existia.

Se, por acaso, você esquece algum regulamento que ainda não tenha hoje, mas que queira estabelecer amanhã, aquilo já fica excluído da possibilidade. Essa foi uma das coisas que tivemos que reverter. Compras governamentais, por exemplo. É nítido que este Governo tem uma política de compras governamentais, que usa, inclusive, as empresas estatais e, eventualmente, até a administração direta para muitas coisas.

Embora não tivesse havido uma oferta propriamente, as coisas caminhavam para que fosse feita uma oferta que estabelecesse um compromisso de oferta a mercados em compras governamentais. Isso poderia nos criar algum embaraço no futuro, em alguma política industrial, tecnológica etc. Também aí tivemos que modificar um pouco o nível de ambição. O último exemplo que dou é a área de serviços, muito complicada de regulamentar, porque é imaterial, prestam-

se os serviços de maneiras diferentes. O serviço audiovisual é um exemplo, presta-se a distância. Hoje em dia, pode-se até ter serviço médico, bancário ou jurídico pela Internet.

Enfim, é uma área muito complexa. Sem entrar em muitos detalhes, a OMC, que tem um acordo sobre isso, estabelece quatro modos de prestação de serviços, e um deles é o que chamam de direitos de estabelecimento, que ocorre quando o prestador de serviço se transfere para um país e presta o serviço lá. Por exemplo, uma empresa estrangeira se estabelece no Brasil para exercer determinada atividade. Na OMC, isso está disciplinado conforme o próprio acordo de serviços, que foi negociado entre muitos países e que leva em conta as necessidades dos países em desenvolvimento, a necessidade de regulamentação doméstica; enfim é um acordo, como diria o jargão da OMC, *friendly*, ou amigável, que dá margem para o país fazer concessões, colocar na base de listas positivas.

Na ALCA, isso estava sendo encaminhado – e esse é um caso que se passou até durante a minha gestão – para que a questão dos serviços passasse a ser vista junto com a dos investimentos. Não tinha sido ainda, mas houve uma reunião em que se concordou que houvesse uma reunião conjunta dos comitês de investimentos e serviços. Era o primeiro passo, naturalmente, para transformar serviços em investimentos. Investimento não tem regra definida na ALCA e seria muito mais complicado.

Depois de muita conversa com os nossos parceiros do MERCOSUL, internamente, no Brasil, e em uma reunião ministerial ampla que o Presidente Lula fez no seu gabinete, com a participação de Ministros da área

econômica e também da política – a ALCA também é um tema político, pois terá muitas repercussões em várias áreas no futuro –, ficou decidida uma estratégia que, depois, o Presidente Lula voltou a aprovar. Não sei se fui eu ou se foi a imprensa que batizou essa estratégia, que ficou conhecida como “estratégia de três trilhos”. Na realidade, ela consiste no seguinte: os assuntos que digam mais respeito a acesso a mercados serão discutidos numa base “quatro mais um” – MERCOSUL e Estados Unidos –, até em resposta ao que eles fizeram, ou seja, ofertas diferenciadas, diferentemente do que fizemos. Fizemos ofertas para todos, e eles fizeram ofertas diferenciadas para os vários blocos. E a pior era para o MERCOSUL. Então, não faz sentido negociarmos multilateralmente. Sofremos pressão da Guatemala, do Equador ou de El Salvador por um processo que, na realidade, os próprios Estados Unidos haviam feito bilateralmente.

Todos os temas que digam respeito a acesso a mercados, seja de bens, seja de serviços, seja até mesmo de investimentos e compras – se for o caso, posso voltar ao detalhe –, vamos discuti-los bilateralmente, porque a nossa capacidade de discussão é melhor.

Quanto aos temas delicados, da mesma maneira que os Estados Unidos deslocaram os deles para a OMC, vamos também deslocar os nossos para a OMC. Vamos discutir na OMC, que é um tabuleiro mais complexo, onde há muitos países, há outros países em desenvolvimento – como a Índia, a China – e a União Européia. Onde há equilíbrio de forças, vamos discutir. Já que eles querem discutir *antidumping* de subsídios agrícolas lá – do que, aliás, tratarei

rapidamente depois, quando falar da OMC – , vamos também discutir regras de investimento, regras para compras governamentais, regras para serviços. Se tivermos de discutir, vamos fazê-lo na OMC.

E discutimos na ALCA o que for necessário à existência de um acordo, o arcabouço jurídico geral. Mesmo assim é preciso muito cuidado porque, por exemplo, admitimos discutir na ALCA as regras de solução de controvérsias, e os Estados Unidos querem regras do tipo das que existem no NAFTA. Para o Brasil, as regras do tipo das do NAFTA não são boas porque, diferentemente das da OMC, não são obrigatorias e vinculantes; são recomendações. Ora, o mais forte sempre se sente à vontade para não seguir uma recomendação. Já os mais fracos se sentem obrigados a segui-la. Já as regras da OMC são vinculantes. Seu descumprimento dá margem à retaliação, etc.

Concordamos com certas regras gerais. A idéia tem sido freqüentemente ventilada, até por parlamentares, quanto a fundos de compensação, tratamento especial e diferenciado para países mais pobres. Podemos discutir esses assuntos no arcabouço da ALCA. Porém, temas sensíveis à OMC, que, por sua essência, são acesso a mercado, discutiremos bilateralmente. Daí os três trilhos.

Tenho mantido essa conversa. O MERCOSUL fez uma proposta baseada nessa idéia que foi aprovada. Nós a discutimos profundamente com todos os nossos parceiros – Argentina, Paraguai, Uruguai. Enviados especiais nossos foram explicar em detalhe como era. Na última viagem que fiz ao Uruguai, tivemos uma reunião do MERCOSUL em que, ponto por ponto, explicamos todas as questões. Desse

modo, não há a menor dúvida de que o MERCOSUL tem essa posição.

Quanto a essa posição levar ou não a um impasse na ALCA, eu diria que não. O impasse na ALCA poderia ser provocado, ao contrário, por um excesso de ambição, sobretudo um excesso de ambição desequilibrado, que caminha mais nos assuntos que nos apresentam dificuldades e que não são suficientemente amplos nos termos em que temos interesse. Estou mencionando a estrutura, mas, evidentemente, haverá uma discussão dura e difícil porque os Estados Unidos estarão interessados no nosso mercado de manufaturas, e nós estamos interessados no mercado de algumas manufaturas, mas também na área agrícola, onde sabemos que existem grandes problemas e onde, até agora, as indicações não são positivas, porque os produtos do nosso interesse foram colocados para mais de 10 anos e, ainda assim, sujeitos a cotas tarifárias – e não, portanto, como liberalização total.

Esse é o contexto da ALCA em que estamos. As conversas com a minha contraparte americana – menciono especificamente a contraparte americana porque o Brasil e os Estados Unidos são os co-presidentes desse processo neste momento – têm sido positivas. Ouvi dele próprio a constatação de que, da maneira como estávamos indo, a ALCA estava caminhando para um impasse e que era preciso um enfoque pragmático. Não sei se o enfoque pragmático dele corresponderá exatamente ao meu. Esse é um processo negociador. Mas o fato é que estamos dispostos a procurar uma maneira que atenda aos objetivos.

Não vamos ignorar que os Estados Unidos são o maior mercado do mundo, o mais

dinâmico. Não vamos dizer “não” à ALCA, mas a um certo projeto de ALCA que estava se desenvolvendo. Vamos corrigir esse projeto para colocá-lo mais de acordo com nossos interesses.

Este é um breve resumo do atual quadro das negociações. A última reunião do Conselho de Negociações Comerciais em El Salvador foi ainda difícil. Haverá outra, se não me engano, em Trinidad y Tobago, e uma reunião ministerial em Miami, em novembro. Até a reunião de Miami temos que ter um acordo básico da estrutura das negociações, do arcabouço das negociações. Já disse que o Brasil não defende que os Estados Unidos digam que aceitam a estratégia dos três trilhos. Isso não me importa. O que me importa é que a substância das negociações corresponda aos interesses do Brasil, do MERCOSUL, da nossa prioridade sul-americana.

Com relação à União Européia, diria que há dois aspectos: primeiro, a União Européia é um grande mercado, que temos que levar em conta. Temos que explorar possibilidades de penetrar mais nesse mercado, sobretudo na área agrícola, que é muito fechada. Portanto, as negociações são importantes para nós. Esse é um aspecto e temos desenvolvido uma negociação bastante produtiva, embora ela esteja num momento crítico também, mas diferente do caso da ALCA, porque não se trata de um problema de arcabouço nem de estrutura, mas do que está sendo ofertado.

Há um outro interesse, e tenho dito isso aos nossos parceiros europeus. O Presidente Lula também o disse às várias pessoas com quem se encontrou, como o Comissário de Comércio, Pascal Lamy, que esteve aqui; a Chefes de Governo, como Tony Blair, e os

outros, nas duas viagens que fez, no início do mandato, para a Alemanha e a França; e, mais recentemente, também, aos Primeiros-Ministros de Portugal e da Espanha. Os países têm influência, não é a Comissão Européia que decide sozinha. Portanto, há uma posição estratégica, do Brasil e do MERCOSUL, de que haja equilíbrio nas negociações internacionais.

É preciso lembrar que, quando a ALCA foi lançada, não existia sequer uma nova rodada da OMC prevista. Mal tínhamos acabado a Rodada Uruguai. Portanto, ninguém pensava que iria haver outra rodada. Foi lançada a idéia da ALCA e foi muito importante, para o Brasil, desde aquela época, começar a negociação com a União Européia, para haver equilíbrio nas negociações. Hoje em dia, com as negociações na OMC, o equilíbrio tem um guarda-chuva mais amplo, que também pode ser usado.

Dentro desses dois parâmetros, com um desses dois objetivos, temos tido uma conversa produtiva – nem sempre fácil – com a União Européia. O nível de ambição da União Européia, em temas que são sensíveis para nós, é mais razoável; a discussão com a União Européia sobre investimentos e serviços está nos moldes que estamos propondo para a ALCA. Ou seja: serviços de acordo com as normas da OMC, investimentos limitados à lista positiva, sem envolver, por exemplo, questões que são difíceis no Congresso brasileiro e que continuavam a ser discutidas na ALCA, como a relação do investidor com o Estado.

A União Européia, então, está aceitando um padrão – que eu não diria que é modesto, é até ambicioso – que está dentro de parâmetros que podemos aceitar. A grande

dificuldade na relação com a União Européia tem sido obter dela uma oferta significativa na área agrícola, o que até hoje ela não fez. Estávamos aguardando a reforma da política agrícola comum, que ocorreu – e não deixa de ter sua importância, do ponto de vista da economia mundial, porque tende a diminuir, a médio e longo prazo, os subsídios mais extorsivos –, mas criou muito poucas oportunidades imediatas na área de acesso a mercados, isto é, redução de tarifas, aumento de cotas tarifárias, etc. Isso ainda está em negociação, e o nosso momento no relacionamento com a União Européia é o de dizer que fizemos uma oferta bastante generosa – a nossa oferta à União Européia foi muito maior e mais ampla do que a feita à ALCA, até para provocar situação de maior equilíbrio. Fizemos alguma oferta nas outras áreas, como investimentos, serviços e compras governamentais, limitada apenas ao aspecto de transparência, isto é, não de acesso, mas de transparência, e estamos aguardando o que a União Européia vai nos dizer sobre a agricultura.

A negociação com a União Européia encontra-se nessa situação. Eles queriam uma reunião ministerial antes da reunião da OMC em Cancún, que consideramos não ser conveniente, porque permitiria a leitura política equivocada de que estaríamos fazendo algum arranjo com a União Européia antes da reunião em Cancún, sem saber, inclusive, o que de concreto há para nós, para os países do MERCOSUL. Mas é possível que haja uma reunião de nível técnico para que possamos estudar, de maneira quantificada, o que eles têm a nos oferecer em matéria de acesso ao mercado de produtos agrícolas.

Com isso, passo para a OMC e os

preparativos de Cancún. Vou dizer o que aconteceu na última reunião, porque penso que é um bom resumo do estado das negociações, para não precisar entrar no histórico. Realizamos uma reunião em Montreal, denominada miniministerial, pois envolvia apenas 24 ou 25 países, em que os principais temas que apresentam dificuldades foram debatidos por esses Ministros. Além disso, a reunião possibilitou uma série de encontros bilaterais.

Não é o único, mas o principal tema que obviamente obstrui, que dificulta o avanço na rodada, é a agricultura. Volto a dizer que o assunto é importante para o Brasil por questões estruturais, de equilíbrio global, etc. Deveria ter havido um acordo sobre modalidades de negociação em agricultura em março, em Genebra, o que não ocorreu. Havia a expectativa de que esse acordo pudesse ocorrer depois da reforma da PAC, em Cancún.

Ao abordar o assunto agricultura, concentro-me na União Européia por ser um dos principais subsidiadores. A União Européia procurou fazer, na reunião de Montreal, uma exposição sobre a reforma da política agrícola comum para mostrar os méritos e as dificuldades que tiveram – não subestimo essa atitude – para conseguir a reforma e dizer: “Vocês já têm muito a ganhar aqui. Na prática, a nossa oferta será apenas a reforma da política agrícola comum adaptada à nomenclatura da OMC”.

Por exemplo, disseram que, quanto aos subsídios internos, poderiam reduzir até 60% dos subsídios mais distorcidos, desde que os Estados Unidos fizessem o mesmo. Poderiam também eliminar ou tentar a eliminação de alguns subsídios para a exportação, mas, de certa maneira, até

procuraram retroceder no compromisso de eliminação gradual, mas total, assumido em Doha, excluindo, pelo menos, produtos de grande interesse para o Brasil, como o açúcar, que depende ainda de outro processo que será inaugurado em outubro.

Por outro lado, em relação ao acesso a mercados, a aplicação do modelo de redução tarifária, usado na Rodada Uruguai, certamente não atende aos nossos interesses, pois se baseia em médias. Primeiramente, as médias e mínimas já são baixas. Além disso, como eu disse lá, ninguém vive na média. Ao se estabelecer 36% de média de redução tarifária, reduz-se 60% no produto de interesse dos Estados Unidos e 15% no produto de interesse do Brasil, o que atende à média, mas não ao meu interesse. E se esse produto tem uma tarifa de 200% ou 300%, como ocorre em vários casos, o atendimento é absolutamente nulo.

Portanto, houve uma grande reação a essa proposição da União Européia. Todos contestaram. Isso seria viável se fosse uma negociação apenas sobre agricultura. Se continuasse a obrigação que havia na Rodada Uruguai, isso até poderia ser analisado. Porém, nesse contexto, numa rodada em que os outros países também deverão fazer concessões, é totalmente insuficiente.

Isso foi dito por vários países, pelo Brasil, por outros países do Grupo de Cairns, pela Argentina, pela Nova Zelândia, pela Austrália, pelos Estados Unidos, entre outros. Creio ser o sentimento de todos, inclusive dos que conduzem o processo, como do Presidente do Conselho - que, evidentemente, deve ser cauteloso com as palavras - e do Diretor-Geral, que esteve aqui há pouco tempo.

Como resultado da reunião, em termos

de agricultura, depois de todas essas manifestações de insatisfação, ficou evidente que, para haver algum tipo de avanço e para Cancún não ser um fracasso total, o que seria muito ruim para a economia mundial como um todo, deverá existir algum movimento além do que meramente decorre da reforma da PAC.

No caso de acesso a mercado, será preciso aplicar algum tipo de fórmula que leve a uma redução maior das tarifas mais altas e, se houver produtos extremamente sensíveis – em geral, são os de nosso interesse, como carne, produto complicado na União Européia, e lácteos –, isso deverá ser compensado por quotas tarifárias verdadeiramente substanciais que dêem um acesso a mercado razoável.

Senhores Parlamentares, falei da União Européia e agora falarei, rapidamente, sobre os Estados Unidos – outro parceiro fundamental, outro grande subsidiador. Os Estados Unidos, por sua vez, dizem: “Também podemos reduzir as nossas medidas de apoio interno, mas é preciso manter uma certa proporção entre o que a União Européia faz e o que vamos fazer”. Por outro lado, digamos, uma redução maior de medidas de apoio interno dependeria de melhores condições de acesso a mercados, porque a agricultura americana é mais competitiva que a européia. Então, apresentando mais condições de acesso ao mercado americano, eles têm também condições de diminuir os subsídios internamente, que também nos afetam.

Então, vê-se que é um entrelaçado de condicionalidades recíprocas que não permitem que a coisa avance. Por outro lado, não podemos permitir que haja só um acordo entre Estados Unidos e União Européia e que

isso seja colocado sobre a mesa de maneira absoluta. Então, o que ficou mais ou menos acertado é que daqui até 11 de agosto – está muito próximo –, quando são retomadas as negociações em Genebra, Estados Unidos e União Européia tentariam aproximar-se em posições, mas já recebendo também insumos e contribuições; ou eles ou, indiretamente, o Presidente do Conselho de outros países como o nosso.

Há muitos outros temas, como a questão das patentes de medicamentos, que ainda têm problemas abertos. Só a menciono porque está relacionada com estas outras questões que também estão presentes na ALCA e na OMC, e que despertam sensibilidade para outros países. Então, não se pode dizer que, fechando-se a agricultura, fecha-se tudo, mas a agricultura é o gatilho que permitiria, no meu ponto de vista, avançar nas outras áreas. Creio que a probabilidade de Cancún ter êxito está entre 40 e 50% e, mesmo que venha a ser bem sucedido, deve ser visto de maneira qualificada. Quer dizer, seria um êxito se considerarmos que podemos fazer algum avanço que não é aquilo tudo que gostaríamos que ocorresse já, mas que, digamos, permitirá continuar negociando, tendo sempre como parâmetro o fato de que o que não avançar em agricultura também não pode avançar em outras áreas.

Claro que o Brasil tem muitas sensibilidades, por exemplo, nas áreas de manufaturas, como produtos eletroeletrônicos, onde temos enorme déficit comercial. Então, não podemos, por exemplo, aceitar negociações como as que estão sendo propostas, como as setoriais.

Deixe-me passar para os dois outros assuntos, pois estou percebendo que o Presidente já está querendo escrever um

bilhete. Então, antes que o bilhete venha para mim, deixe-me tentar passar o mais rapidamente para os dois outros assuntos, que são delicados. Disponho-me também a continuar a discussão posteriormente.

Com relação ao acordo de salvaguardas tecnológicas Brasil-Estados Unidos, objeto do requerimento do Senador Hélio Costa, diria essencialmente o seguinte: a posição que temos discutido é comum aos três Ministérios mais diretamente envolvidos no tema – o da Ciência e Tecnologia, diretamente interessado no desenvolvimento tecnológico e na transferência de tecnologia; o Ministério da Defesa, porque a Base de Alcântara, inclusive, faz parte da estrutura da Força Aérea e, portanto, da Defesa; e o Ministério das Relações Exteriores, porque naturalmente é um acordo internacional.

Nós três nos reunimos e chegamos a um acordo básico. Vários tipos de cláusulas foram inseridas nos acordos, algumas de natureza obviamente política e outras técnicas, embora tenham também sempre um componente, digamos, de sensibilidade.

As cláusulas políticas dizem respeito essencialmente ou às nossas relações com terceiros países ou, digamos, à maneira como usaremos os recursos oriundos do aluguel ou da cessão – enfim, como se queira nominar – da Base de Alcântara.

O acordo a que os três Ministros chegaram – e isso foi consubstanciado numa exposição de motivos – é que as cláusulas de natureza política são inaceitáveis. O Governo brasileiro não pode estar sujeito a uma permissão de um terceiro governo para saber com quem ele vai fazer acordos internacionais. É claro que não vamos fazer acordo internacional com nenhum país que esteja, por exemplo, sob sanção do Conselho de Segurança das

Nações Unidas. Isso não precisa nem figurar num acordo com os Estados Unidos, porque é óbvio. Mas, se há um outro país que, por exemplo, em determinado momento, os Estados Unidos considerem que cometeu algo com que não estejam de acordo, mas que não vejamos da mesma maneira, temos que ser soberanos para decidir isso, de acordo com o bom senso.

Com relação aos recursos, também. Embora muitas pessoas digam que isso não tem nenhum efeito prático, porque dinheiro não tem cor, você pode pegar o dinheiro de uma coisa e colocar em outra, mas é obviamente uma coisa ofensiva você ceder, mediante um pagamento, algo que faz parte do seu território, da sua soberania, e alguém lhe dizer como é que você pode usar os recursos. Isso me parece totalmente inaceitável.

Então, essas cláusulas eram inaceitáveis, e a nossa idéia era de que, inclusive, o projeto pudesse ser retirado de pauta, o que acho que ainda poderá ocorrer. Entretanto, não quisemos nos precipitar na retirada de pauta, até porque queremos indicar, claramente – o Governo como um todo –, que não temos nenhum preconceito – pelo contrário, temos interesse – em negociar com os Estados Unidos, desde que eles também concordem que essas cláusulas não devem ir adiante.

Agora, obviamente não era produtivo começar uma negociação com os Estados Unidos sem ter clareza também sobre aquilo que é aceitável pelo próprio Congresso Nacional, que tem de apreciar. No meio tempo, houve a negociação com a Ucrânia, que não tem essas cláusulas políticas, mas que contém algumas dessas cláusulas técnicas, que revelam alguma sensibilidade e que foram objeto, inclusive, de declarações

interpretativas no decreto legislativo da Câmara dos Deputados. Creio que, depois de prévia negociação também do Ministro Roberto Amaral com as autoridades ucranianas, se esse acordo prosperar, temos um modelo daquilo que é aceitável, não só para o Executivo, mas também para o Legislativo.

Aí será o momento, então, de tentarmos reentabular negociações com os Estados Unidos. Notamos, até surpreendentemente, porque a versão que eu tinha mais ouvido era de que os Estados Unidos não tinham interesse nenhum nesse acordo, e que tinham colocado cláusulas, digamos, realmente inaceitáveis como forma de não chegar ao final. E, quando fizemos a comunicação de que não íamos aceitar o acordo nesses termos e que estávamos nos preparando para, num momento adequado, até o retirarmos de pauta – essa comunicação foi feita aos americanos –, e de que estávamos dispostos a negociar de novo, eles revelaram alguma abertura. Então, é algo que vamos ver. Digamos que os tempos a serem respeitados envolvem a aprovação do acordo com a Ucrânia em definitivo, para vermos o que realmente o Congresso Nacional considera aceitável e, a partir daí e dessa base, poderemos voltar a conversar com os Estados Unidos. Naturalmente, o Ministro Roberto Amaral conhece os detalhes melhor do que eu, porque S. Ex^a esteve envolvido diretamente nessa negociação com a Ucrânia, mas a essência é essa, e creio que, dessa maneira, o assunto me parece adequadamente encaminhado.

Finalmente, o episódio do avião francês – para passar do mais geral para o mais tópico, mas nem por isso menos importante. Evidentemente, isso nos preocupou muito.

O Governo brasileiro agiu, no meu entender, com a atitude adequada, protestando junto ao governo francês, sobretudo em razão de não termos sido consultados previamente. A informação que me foi dada pelo Ministro Dominique de Villepin, num sábado, quando eu estava em Portugal, a caminho do aeroporto para ir para Londres, foi uma informação tardia e incompleta, como eu disse a S. Ex^a mais tarde, conforme figurou em nossa nota.

Não posso dizer a intenção, mas, pela maneira como me foi apresentada, tinha ficado com a impressão de que era algo que estava começando e que eu estava sendo objeto de uma consulta; na realidade, porém, verifiquei depois que era algo que já havia começado. Assim que tomamos conhecimento dessas circunstâncias, determinamos que o avião francês partisse imediatamente, e isso foi feito com bastante presteza. Quando o Ministro Dominique de Villepin me ligou, telefonei para o Secretário-Geral, que era o Ministro interino – o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. Ele ligou para o Ministro da Justiça, nós nos inteiramos das circunstâncias, e quando S. Ex^a me ligou de volta e me disse as circunstâncias, determinei, claro, de acordo com o Ministério da Justiça, que o avião saísse do território nacional, o que ocorreu assim que eles nos entregaram a tal *Général Déclaration*, que é um documento da aviação. Essas coisas todas ocorreram no sábado, entre a tarde e a noite, e o avião partiu ao meio-dia, mais ou menos, do domingo.

Eu estava nesse momento em Portugal; depois, houve a viagem, como sabem, ao Reino Unido e à Espanha. Voltei a Portugal para uma reunião da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, onde, aliás, se tratou de um assunto importante, que passou meio

despercebido da mídia brasileira, que foi o restabelecimento da democracia em São Tomé e Príncipe e, em meio a isso tudo, era um pouco complexo fazer algum tipo de nota ou que eu tivesse ocasião de conversar pessoalmente com os meus colegas da Defesa e da Justiça, o que fiz assim que cheguei, tendo uma visão mais detalhada de outros aspectos da questão. Na segunda-feira, o Embaixador Alain Rouquié foi convocado ao Palácio do Itamaraty e lhe foi entregue uma Nota, em termos educados, mas claramente de protesto, dizendo da expectativa de que isso não volte a ocorrer.

E, apesar do nosso interesse em ter boas relações com a França – temos até muitos pontos de afinidade com a França na política internacional, como aliás é patente em vários outros encontros que tivemos, tanto do Presidente quanto meus –, a base das relações é o respeito mútuo e à soberania brasileira.

Isso levou algum tempo para ser digerido plenamente pelas autoridades francesas; houve algumas declarações contraditórias, algumas até que não eram propriamente, mas que talvez, de alguma maneira, davam alguma visão diferente de como os fatos poderiam ter transcorrido, ou poderiam dar uma visão do transcorrido. O Embaixador Rouquié foi novamente chamado ao Itamaraty, recebendo a indicação clara de que isso não contribuía em nada e, mais do que isso, que o Governo brasileiro continuava aguardando explicações adequadas.

O Embaixador, na conversa com o Secretário-Geral, lhe perguntou: “O senhor quer dizer ‘desculpas’? “Sim, quero dizer ‘desculpas’ ”, respondeu o Secretário-Geral.

Poucos dias depois, estando eu para voltar da reunião de Montreal, recebi indicação de que o Ministro Villepin queria me telefonar,

mas esse telefonema só se efetivou quando eu estava no Brasil, creio que na sexta-feira última, pouco antes da chegada do Dr. Supachai Panitchpakdi. Nesse telefonema, ele voltou a dar as explicações iniciais em que reiterou a natureza puramente médica e humanitária da missão, mas, sobretudo, disse três coisas que me parecem muito importantes e que depois foram reproduzidas na Nota. Primeiro, que lamentava não ter informado antes ao Governo brasileiro, como desejava. Isso é o oposto do que ele colocou. Segundo, que lamentava o constrangimento e o embaraço que isso havia causado ao Governo brasileiro; e, terceiro, que faria tudo para evitar que qualquer coisa semelhante a essa acontecesse no futuro.

A imprensa, não só a brasileira como a internacional, como o *Times*, de Londres, e o *Le Monde*, interpretaram isso como um pedido de desculpas. O fato de a palavra desculpa não aparecer, para mim, é irrelevante. Se você lamenta por algo pelo qual é o responsável – o transtorno ou o embaraço que isso pode ter causado para o outro – e diz que não vai se repetir, em minha opinião, é um pedido de desculpas.

Podemos imaginar várias circunstâncias em nossas vidas privadas em que coisas desse tipo acontecem. Não é para ficarmos

nos vangloriando, mas acho que ocorreu a coisa adequada e não tenho nenhum motivo, no momento, para deixar de considerar o episódio concluído. Gostamos? Não, não gostamos. Causou mossa? Causou. Houve um pedido de desculpas? Houve. Há certeza de que isso não irá se repetir? Há, digamos, pelo menos uma forte expectativa e um compromisso do Governo francês de que não voltaria a fazer algo semelhante.

Essa é a situação, como se passou. O resto todo que sei é provavelmente muito parecido com o que V. Ex^{as}. sabem, pois se baseia em especulações, deduções. Diria que, nesse meio tempo, estive na Colômbia, onde pude estar com o Presidente Alvaro Uribe Vélez e tratar do tema, como mencionei no início da nossa exposição. De modo que, tudo o que há a respeito, na minha opinião, não se baseia em fatos comprovados, ou pelo menos não chegou a mim como baseado em fatos comprovados. Há muitas especulações, deduções e não tenho como comprová-las.

Diante dos fatos que nos chegaram comprovadamente, o episódio foi desagradável, incômodo, manifestamos o nosso desconforto e o nosso desagrado e houve um pedido de desculpas. Essa é, portanto, a situação.

Assim, termino a minha exposição.

Convênio entre Brasil e Paraguai

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura do convênio entre Brasil e Paraguai, em Foz do Iguaçu, em 16 de agosto de 2003

Excelentíssimo Senhor Nicanor Duarte Frutos, Presidente da República do Paraguai, e sua senhora Glória; meu caro companheiro e amigo, Lúcio Gutierrez, Presidente da República do Equador; minha companheira Marisa; meus companheiros e companheiras Ministros e Ministras do Brasil; excelentíssimos Ministros e Ministras do Paraguai; Deputados; Prefeitos; meu querido Vice-Governador; Conselheiros de Itaipu, paraguaios e brasileiros; minhas senhoras e meus senhores, meu caro Samek e meu caro Ayala,

Confesso que fiquei preocupado, meu caro Nicanor. Não sei se o Presidente do Paraguai e o Presidente do Brasil devem estar felizes ou preocupados, porque o prestígio e a cumplicidade entre Samek e Ayala podem nos causar sérios problemas. Voltarei para Brasília pensando.

Visitar Itaipu é sempre um momento de muita emoção. E eu acabo de constatar que a sua dimensão, que sempre foi fundamental, está-se agigantando ainda mais, com as duas novas turbinas.

Em companhia do Presidente Nicanor Duarte Frutos, nosso querido irmão, Presidente do Paraguai, tive a oportunidade

de observar a descida do estator de uma dessas unidades geradoras, que estarão completamente instaladas no próximo ano.

Os números de Itaipu, que eu imaginei que o Samek e o Ayala fossem falar, são de uma dimensão gigantesca, e penso que causam inveja a qualquer país do mundo. As duas novas turbinas gerarão um aumento na potência instalada, de 12.600 megawatts, para 14.000 megawatts.

Hoje Itaipu responde por cerca de 25% da energia elétrica gasta no Brasil e aproximadamente 90% da consumida no Paraguai. Sabemos que a energia é garantia de desenvolvimento e, sem ela, qualquer país do mundo será menos importante e menos desenvolvido.

Esses números são de grande importância para os nossos países, não somente devido à enorme geração de energia elétrica. Itaipu é também um modelo de engenharia política, econômica e diplomática, um modelo de relacionamento entre dois países que pode e deve ser tomado como referência para a integração da América do Sul e da América Latina. Nesse sentido, podemos dizer que Itaipu simboliza o embrião do MERCOSUL.

Em muitas ocasiões, tenho afirmado o

compromisso do meu Governo com o MERCOSUL e com o fortalecimento da integração política, econômica e cultural do Brasil com todos os países sul americanos.

Integração tem de materializar-se, inclusive por meio de uma rede de infra-estrutura física, aproximando cada vez mais os nossos dois países. Este é, portanto, o momento em que gostaria de reafirmar isso.

A integração, Presidente Nicanor, Presidente Lúcio Gutierrez, é muito discutida ao longo da História do nosso continente, e eu sou, nesta reunião que estamos fazendo aqui, o mais experiente dos Presidentes que estão aqui. Tenho sete meses de governo, Lúcio deve ter seis meses de governo e você tem apenas um dia de governo, apenas um dia.

Possivelmente, em pouco tempo, todos nós teremos contribuído para a integração da América do Sul, mais do que muita gente que passou muitos anos no Governo do Paraguai, do Equador, do Brasil e de outros países.

Como disse muito bem o Presidente Nicanor, há um novo clima no nosso continente, há um novo sonho no nosso continente, há uma realidade de que a América do Sul deve encontrar-se em si mesma, definir suas prioridades e os seus projetos, e fazer com que a integração deixe de ser um discurso em época de campanha política. Façamos a integração física real de que o Brasil, o Paraguai e o Equador tanto precisam.

Para que haja integração, é preciso que haja, sobretudo, vontade política; para que haja integração, é preciso que, sobretudo, haja confiabilidade política entre os governantes dos países da América do Sul.

Houve um tempo em que todos os países

da América do Sul entendiam que a solução dos seus problemas estava na sua relação com o chamado “mundo desenvolvido”. Ora a Europa, ora os Estados Unidos, ora o Japão. E é verdade que esses países contribuíram muito nas relações com a América do Sul. Mas é verdade, também, que, enquanto nós ficamos apenas pensando nos irmãos ricos, nós deixamos de nos preocupar, muitas vezes, em fazer as lições mais elementares que deveríamos ter feito, como a de construir a infra-estrutura que pudesse garantir a integração objetiva do nosso continente.

É por isso que, certamente, meu caro Nicanor, um tempo desses eu voltarei a encontrar-me com o Presidente do Paraguai, para que a gente possa inaugurar a segunda ponte, ligando o Paraguai ao Brasil.

Acredito que, muitas vezes, criamos as dificuldades antecipadamente.

Nós estamos numa outra época, em que temos de discutir não quanto custa fazer, mas quanto custa não fazer as obras necessárias de infra-estrutura e as políticas sociais que precisamos fazer.

A nossa união e a nossa amizade, essenciais para a boa convivência entre os nossos povos, são também fundamentais para que possamos continuar negociando, cada vez mais, com mais vigor e eficiência, com o resto do mundo. Não acredito que haja saída individual para qualquer país da América do Sul.

Ou nós pensamos como um conjunto de países que compõem uma força política e um conjunto de interesses e, a partir daí, negociamos coletivamente com os países ricos, ou, possivelmente, a América Latina continuará mais um século pobre e sendo referência de onde milhões e milhões de pessoas não têm sequer o que comer.

Nós começamos a dar um sinal, agora. Essa assinatura, feita entre o nosso Ministro da Educação e a Ministra da Educação do Paraguai, para a criação da Bolsa-Escola para atender seiscentas pessoas, é um exemplo importante. Esse outro protocolo, assinado entre o Brasil e o Paraguai, para um programa chamado “Pesca e Pescador”, também é muito importante, e é apenas o começo de duas coisas que começamos a fazer. Nós ainda temos, Presidente Nicanor, todo o tempo do mundo para fazer aquilo com que sonhamos fazer entre Paraguai e Brasil.

Os pessimistas dizem que o Rio Paraná divide o Brasil do Paraguai. Hoje, temos de afirmar que Deus é mais sábio do que nós pensamos. É verdade que Ele fez o rio, possivelmente para lavar a alma daqueles que exploraram tanto a nossa gente, mas é verdade também que Ele nos ensinou a nadar para que o rio não fosse um obstáculo da integração entre o Brasil e o Paraguai. Mas é verdade também que Ele criou gente inteligente e competente, que foi capaz de, através de uma engenharia fantástica como esta que foi colocada aqui, mudar o discurso: o rio não divide o Paraguai e o Brasil, pelo contrário, o rio unificou o Paraguai e o Brasil de forma sólida e indestrutível.

Quero dizer ao meu amigo Nicanor Duarte, com a minha experiência de sete meses, que conheço um pouco, por leitura, por conversar com os meus amigos do Paraná e do Mato Grosso, a história política do

Paraguai. Quando nós governamos, o único dia que não tem problema é o dia da posse. Nem tudo é tão maravilhoso como a gente imaginava que fosse, e muitas vezes a situação econômica é pior do que aquela que nós denunciamos na campanha.

A novidade política e o sonho que a sua eleição está depositando nas mentes e nos corações de milhões e milhões de paraguaios lhe obrigam, mesmo nos dias mais difíceis, a não perder a esperança de que você pode cumprir cada palavra do que prometeu durante a campanha eleitoral.

Quando tiver muita dificuldade e precisar de um companheiro para discutir, para que possamos ver como ajudar, saiba que no meu Governo não temos nenhuma visão de relação hegemônica com nenhum país, nós queremos parceria e companheirismo.

Não precisa de todos os protocolos e de todos os ceremoniais do mundo para que possamos conversar. Quando um precisar do outro, antes de sermos Presidentes do Paraguai ou do Brasil, antes de sermos de partido tal ou partido tal, antes de sermos paraguaios e brasileiros, vamos ser moradores de um planeta pequeno que precisa de muita solidariedade, de muita compreensão e muita fraternidade.

Quando precisarmos uns dos outros, vamos deixar de lado todo o protocolo e vamos nos tratar como companheiros porque assim, quem sabe, possamos fazer muito mais pelo Paraguai e pelo Brasil.

Muito obrigado.

Visita ao Brasil do Presidente do Chile

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Declaração Conjunta dos Presidentes do Brasil e do Chile, em 19 de agosto de 2003

Senhor Presidente, senhoras e senhores,
Quero dar os parabéns a todos os fotógrafos, porque hoje é o dia dos fotógrafos. Essa turma de abnegados, que tanto trabalham e que, muitas vezes, irritam tanta gente, mas que, se não fosse por eles, as pessoas terminariam por não nos conhecer. Quero dar os parabéns à categoria de fotógrafos, aos brasileiros e brasileiras, aos chilenos e às chilenas e a todos os fotógrafos do mundo.

Começo esta declaração condenando, da forma mais veemente que um ser humano pode condenar, o terrorismo, que acaba de praticar mais uma ação no Iraque. Ainda não temos todas as informações. O informe do chefe do gabinete do Secretário-Geral da ONU é muito delicado, e estamos aguardando a confirmação.

Eu queria cumprimentar o nosso querido companheiro e amigo, Presidente do Chile, Ricardo Lagos;

Queria cumprimentar os Ministros e as Ministras do Governo chileno, que estão participando dessa reunião;

Cumprimentar os deputados;

Cumprimentar os Ministros e as Ministras

do Brasil, que estão participando dessa reunião de trabalho;

E cumprimentar os assessores que também participaram dessa reunião.

A visita do Presidente Ricardo Lagos é motivo de dupla satisfação para o Governo brasileiro. Em primeiro lugar, por oferecer-nos oportunidade de cobrir ampla agenda de trabalho, de discutir projetos concretos de integração com esse parceiro privilegiado, pelo qual todos os brasileiros sentimos um apreço tão especial. Em segundo lugar, porque, com a visita do Presidente do Chile e após pouco mais de sete meses de governo, tive a oportunidade de receber visitas de praticamente todos os Chefes de Estado da América do Sul.

Esses contatos, tão próximos e tão numerosos, serviram para descobrirmos prioridades comuns e anseios compartilhados, e para iniciarmos a execução de projetos de interesse de todos os países da região. Serviram, também, sobretudo, para nos dar a certeza de que agíamos corretamente, ao sublinhar, desde o dia da minha posse, que a primeira prioridade da política externa

brasileira deve ser a integração da América do Sul.

Mas, ainda que isolada desse contexto de construção da unidade sul-americana, uma visita de um Presidente chileno é sempre um ato pleno de significado, pelos laços especiais que unem Brasil e Chile. Prova desses laços é que, antes mesmo de tomar posse, fiz questão de ir a Santiago conversar com o Presidente Lagos e com membros de sua equipe de governo. Queria, naquela ocasião, lançar as bases para um diálogo maduro e sincero, com um parceiro tão essencial, de tão fundamental importância para o Brasil, pelos valores democráticos que compartilhamos, pela amizade histórica que caracteriza nossas relações e pela crescente integração entre nossas economias.

Brasil e Chile têm procurado construir um espaço econômico comum, marcado por avanços significativos no aprofundamento do Acordo de Complementação Econômica nº 35.

Queremos fortalecer ainda mais essa integração econômica. O Presidente Lagos e eu trocamos algumas impressões sobre que caminho seguir. É nosso desejo que esse processo conduza a uma fase ainda mais dinâmica das relações econômico-comerciais entre o Chile e o MERCOSUL.

Discutimos também maneiras de aumentar a presença do Chile nos diversos fóruns do que chamamos o “MERCOSUL político”, sem esquecer que o Brasil deseja intensificar os laços comerciais do MERCOSUL com o Chile. Vemos com bons olhos essa disposição chilena de dialogar com os membros do bloco sobre temas da agenda multilateral.

Outros assuntos foram discutidos nesse meu encontro com o Presidente Lagos e nas reuniões privadas que mantiveram Ministros

de Estado dos nossos dois governos nesta manhã.

Quero dedicar uma ênfase especial aos temas de integração física. O desenvolvimento de uma infra-estrutura comum de transportes, energia e comunicações é a base para nosso projeto de integração continental. Observamos com satisfação a participação do Chile na iniciativa para integração da infra-estrutura regional da América do Sul.

Um fato curioso, freqüentemente ressaltado, é que, apesar do relacionamento tão próximo que mantêm, Brasil e Chile não têm fronteiras comuns. O processo de construção de verdadeira união sul-americana, sobretudo por meio do desenvolvimento dessa infra-estrutura comum, deve ajudar-nos a encurtar essa distância, facilitando nossa integração, que desejamos cada vez maior e mais produtiva.

O Chile tem um papel importante no nosso projeto de uma América do Sul integrada. E, pelo diálogo franco que tivemos aqui hoje, sinto que demos um passo bastante significativo na construção desse projeto.

Finalmente, quero assinalar que discutimos muitos temas regionais e globais sobre os quais temos posições muito semelhantes. Apreciamos muito a atitude positiva do Chile em relação à pretensão histórica do Brasil de ser membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Quero terminar dizendo ao Presidente Lagos que a relação, o carinho, a fraternidade e a solidariedade que há entre chilenos e brasileiros não existem com muitos países no mundo. Acho que, muitas vezes, os chilenos confundem-se com os brasileiros e, muitas vezes, os brasileiros confundem-se com os chilenos. Isso nos obriga a trabalhar

para que a integração seja cada vez mais política, cada vez mais econômica e cada vez mais social.

Por isso, Presidente, muito obrigado pela sua presença no Brasil. Espero que tenhamos outros encontros proveitosos como este.

Antes de passar a palavra ao Presidente do Chile, as notícias, que não eram boas, de que eu falei: já foi comunicado pelas agências internacionais que, no atentado que houve no Iraque, faleceu o brasileiro que está representando as Nações Unidas no Iraque, o Embaixador Sérgio Vieira de Mello, que é o Representante Especial das Nações Unidas.

Com a palavra, o Presidente Lagos.

Palavras do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao final da Declaração Conjunta, depois de confirmada a morte de Sérgio Vieira de Mello, Representante das Nações Unidas no Iraque

Queria aproveitar este momento para enviar as minhas condolências à família do Embaixador Sérgio Vieira de Mello e comunicar à imprensa que o Governo brasileiro vai decretar luto oficial de três dias.

Gostaria de pedir a vocês um minuto de silêncio, em homenagem ao nosso Embaixador, vítima da insanidade do terrorismo.

V Reunião Ministerial da OMC

*Discurso do Ministro das Relações Exteriores,
Embaixador Celso Amorim, na V Reunião Ministerial da
Organização Mundial do Comércio, em Cancún, em 11
de setembro de 2003*

Senhores Ministros,

Gostaria de expressar o nosso agradecimento ao Governo e ao povo do México por sua calorosa hospitalidade, bem como o nosso apreço pela qualidade das providências para realização desta Conferência Ministerial.

O Presidente Lula está plenamente comprometido com a justiça social. Essa posição tem uma dimensão interna, assim como uma vertente internacional. Inicialmente em Davos e depois em Evian, o Presidente Lula apresentou a mensagem de que não se pode dissociar o crescimento econômico da sustentabilidade social. Na próxima Assembléia Geral das Nações Unidas, o Presidente insistirá nessa mensagem, reiterando o seu apelo por maior sensibilidade ao sofrimento dos pobres. Queremos fazer do comércio e da liberalização comercial instrumentos de mudança social. O comércio precisa ser uma ferramenta não apenas para a geração de riqueza, mas também para a sua distribuição de maneira mais eqüitativa.

Podemos criar, aqui em Cancún, um novo espírito, mostrando que a liberalização do comércio e a distribuição mais justa da riqueza não somente são compatíveis, como também mutuamente benéficas.

O Brasil continua a apoiar, de modo inequívoco, a existência de um sistema multilateral de comércio que seja eqüitativo, baseado em regras e orientado para o mercado. A OMC constitui plataforma essencial para a nossa integração à economia global: a expansão do comércio é fundamental para que se criem empregos e se atinjam taxas mais elevadas de crescimento econômico, possibilitando a melhoria das condições de vida de milhões de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza.

Quando do lançamento desta Rodada em Doha, há dois anos, compartilhávamos um sentido de urgência que parece ter-se perdido.

Precisamos mudar esta situação. E precisamos fazê-lo aqui na OMC.

Esta Quinta Conferência Ministerial constitui o foro apropriado para mostrarmos o nosso compromisso e retomarmos o mandato de Doha. A complacência não é uma opção. A maior ameaça ao sistema multilateral de comércio vem de dentro. A OMC corre o risco de tornar-se irrelevante. O perigo de fragmentação claramente se apresenta. Isto não beneficiará a ninguém e, certamente, não trará benefício aos países em desenvolvimento.

Ainda assim, não basta chamar o Programa

de Trabalho de Doha de “rodada do desenvolvimento”. As palavras não têm o poder mágico de transformar a realidade. As preocupações e os objetivos de desenvolvimento precisam ser efetivamente incorporados ao cerne dos acordos da OMC. Não como um adendo a regras elaboradas a partir das necessidades dos países desenvolvidos; como nota de rodapé em acordos que ignoram amplamente o mundo em desenvolvimento. Derrogações e cronogramas mais longos para implementação de regras penosas não substituem a incorporação da dimensão do desenvolvimento ao cerne do sistema.

A Declaração de Doha sobre TRIPS e saúde pública, assim como a Decisão relativa à implementação do parágrafo 6º da Declaração constitui-se em importante marco. O Brasil orgulha-se de haver estado estreitamente associado a ambos os passos. Mas muito resta a fazer.

Talvez nenhuma outra área de comércio esteja sujeita a tanta discriminação quanto a agricultura. Distorções no comércio agrícola não apenas causam malefícios aos países em desenvolvimento, ao negar-lhes oportunidades de acesso a mercados. Subsídios domésticos e de exportação em países desenvolvidos deprimem preços e renda no mundo todo, reduzem os ganhos de exportadores competitivos e aumentam a insegurança alimentar em países em desenvolvimento. Seu poder de aliciamento não contribui para o aumento da produtividade e a geração de riqueza. Os subsídios produzem dependência, de um lado, e privações, de outro.

Nenhuma das outras questões destas negociações produzirá impacto remotamente comparável com aquele que a reforma na agricultura pode ter na redução da pobreza e na promoção do desenvolvimento. Essa

consciência é que reuniu elevado número de países em desenvolvimento de dimensões diversas, de diferentes regiões e de distintas estruturas econômicas. Essas nações, que abrigam mais da metade da humanidade, estão unidas em torno da causa da reforma agrícola.

A proposta do G-20 reclama a plena implementação do mandato de Doha em relação aos três pilares da reforma agrícola. Ao mesmo tempo, a proposta incorpora preocupações legítimas relativas ao desenvolvimento e à necessidade de tratamento especial e diferenciado. Esses objetivos não são contraditórios. Apóiam-se eles mutuamente. O simples fato de haver sido feita esta proposta alterou profundamente a correlação de forças na nossa Organização. Estou convencido de que a proposta do G-20 será um importante instrumento para nos aproximarmos da reforma sobre a qual vimos falando por tanto tempo, mas que temos sido incapazes de materializar até o momento.

Este encontro em Cancún poderá ser um divisor de águas histórico. Como a OXFAM e outros reconheceram, temos a oportunidade de trazer para dentro do Salão de Conferências as demandas sociais brandidas nas ruas.

Os países que apresentaram a proposta representam mais de 63% dos agricultores mundiais. A fórmula que propusemos incorpora posições negociadoras significativas. Foi cuidadosamente elaborada, tanto do ponto de vista técnico quanto do político. Não pode ser ignorada. Já vemos uma nova dinâmica, que, esperamos, poderá levar a negociações efetivas.

Para o Brasil, agricultura e desenvolvimento são centrais para o êxito da Rodada. Mas essas não são nossas únicas preocupações. Participamos ativamente em todas as áreas das

negociações e estamos preparados para contribuir para seu sucesso, em consonância com nossas necessidades de desenvolvimento.

Estamos prontos a nos empenhar com nossos parceiros, com vistas ao cumprimento do mandato de Doha. Mostremos ao mundo que a OMC resistirá ao protecionismo e superará o interesse particular. Que defenderá a liberalização comercial e honrará seu compromisso com o desenvolvimento. Esperamos por muitos anos por essa chance de corrigir as falhas das rodadas anteriores.

Está em nossas mãos. Nós, no G-20, nos

organizamos com tal propósito. Estamos unidos, permaneceremos unidos. Esperamos sinceramente que outros ouçam nossa mensagem e, ao invés de nos confortar ou de tentar nos dividir, juntem forças no nosso esforço de injetar nova vida no sistema multilateral de comércio. Para aproximá-lo às necessidades e aspirações daqueles que têm ficado à margem – na verdade, a vasta maioria –, os que não tiveram a chance de colher o fruto de seu trabalho. É tempo de mudar essa realidade. Deveria ser esse o espírito de Cancún.

Sessão da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

*Intervenção do Ministro das Relações Exteriores,
Embaixador Celso Amorim, na Comissão de Relações
Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos
Deputados, em 17 de setembro de 2003*

Obrigado, Senhora Presidenta,

Para mim é sempre uma honra participar desta Comissão. Na realidade, cheguei ontem à noite de Cancún, ainda me encontrei com o Presidente da Colômbia e de lá viemos para o Brasil. Chegamos ontem por volta de meia-noite. Atendendo ao interesse permanente da Comissão para debater esses temas e ao interesse específico sobre a OMC, e considerando ainda que tinha vindo um pouco antes da realização da conferência, achei razoável e de bom alvitre prestar contas do que aconteceu.

Evidentemente, nem tudo está plenamente digerido, certamente haverá perguntas que serão feitas, sobre o futuro da OMC e a rodada, que terei dificuldades de responder imediatamente, porque exigirá não só uma reflexão nossa, mas coletiva dentro e fora do Brasil.

É interessante fazer uma apresentação, embora o assunto tenha tido ampla cobertura na mídia – cobertura jornalística intensa e,

pelo que pude observar, objetiva. É sempre bom externar, de maneira direta, a impressão do que aconteceu. Foi, de fato, uma reunião muito importante, que tomou conta não só da mídia brasileira, mas certamente da mídia internacional. Ontem, por acaso, quando liguei a televisão, ao procurar programas, observei que a CNN novamente estava apresentando um programa de perguntas e respostas, cujo tema era a reunião de Cancún. Isso ilustra o interesse, pois dois dias depois do encerramento da reunião continua havendo reportagens, editoriais. Seguramente haverá mais reportagens pela semana afora.

Quero, em primeiro lugar, fazer uma observação de natureza geral sobre a própria delegação brasileira e a maneira como ela atuou. Cerca de 12 a 14 Parlamentares estiveram presentes em momentos diferentes da reunião. Alguns ficaram por mais tempo, alguns fizeram parte da delegação desde o início, atendendo a nossa solicitação, e outros foram incorporados, porque tinham ido para

uma reunião interparlamentar. Portanto, todos puderam participar ativamente e presenciar as reuniões.

Como aspecto novo, participaram representantes de classes empresariais, dos trabalhadores e da sociedade civil em geral, como membros da delegação. Esta foi uma boa iniciativa para que houvesse transparéncia das nossas tratativas e melhor conhecimento pelo público do que está ocorrendo. Também quatro Ministros estiveram presentes. Eu, naturalmente, tinha a responsabilidade principal de conduzir as negociações, mas contei com o auxílio do Ministro Roberto Rodrigues e de sua equipe técnica responsável pelo setor agrícola, pois boa parte do nosso trabalho acabou concentrando-se na parte agrícola. O Ministro Luiz Furlan também foi de extrema utilidade, pois, além do apoio e de dar opiniões durante as reuniões, pôde manter contato com outros Ministros, o que para mim não teria sido possível, porque depois – conforme vou explicar – tive que me concentrar em um aspecto mais específico da negociação. E esse retorno, digamos, que era recebido acerca do que Ministros e empresários de outros países estavam pensando, foi extremamente importante. O Ministro Rossetto teve também uma boa participação. Esteve o tempo todo conosco, inclusive ajudando-nos em várias reuniões com ONGs. Eu mesmo tive uma reunião com uma ONG no início, mas depois não pude mais ter, porque a dinâmica das negociações não me permitiu.

Então, houve uma participação intensa de vários órgãos do Governo. Outros não estavam representados por seus Ministros. Estava presente o Ministério do Meio Ambiente, com o Secretário-Executivo. Havia o Secretário Nacional do Ministério

da Fazenda, o Dr. Canutto. Enfim, vários Ministérios. Não me vou estender, porque vou acabar omitindo algum. Seria injusto, porque houve uma participação intensa.

Na realidade, eu gostaria de fazer a apresentação de hoje mais sob a forma de narrativa sobre o que aconteceu do que de um esforço conceitual. Primeiro, porque, digamos, a colocação conceitual foi um pouco o que fiz da outra vez. Segundo, porque, como disse, embora vá fazer algumas avaliações preliminares, elas são necessariamente preliminares em função da proximidade dos eventos. Foi um evento de grande porte. Foi um evento, sob muitos aspectos, inédito na história da OMC, pela maneira como se passou. Portanto, uma avaliação 48 horas ou 72 horas depois do encerramento é, necessariamente, uma avaliação prematura. O máximo que posso dar é uma avaliação preliminar. Então, queria fazer mais sob a forma de narrativa para que os senhores entendam um pouco como – os que não estavam lá – as coisas se passaram.

Já havia definido aqui, quando vim a convite da nossa Presidenta, os nossos principais interesses. Havia ressaltado o interesse central em agricultura, embora houvesse também interesse em outros temas, como temas relativos à implementação, que cobria vários aspectos de interesses de países em desenvolvimento, temas relacionados com tratamento especial diferenciado para países em desenvolvimento. Na OMC, nessas negociações, as pessoas tendem a dividir os interesses em “ofensivos” e “defensivos”. As coisas não são tão claras, tão “preto e branco” assim.

Mas na área defensiva, o Brasil tinha uma preocupação em manter as negociações de acesso a mercados e produtos industriais

dentro de certo nível, enfim dentro daquele espírito que já há algum tempo se tem colocado de evitar um segundo choque de liberalização, que seria certamente difícil para a nossa indústria sofrer.

E também tínhamos alguma preocupação de natureza defensiva, embora não tão forte quanto outros países – isso explicarei mais tarde –, nos chamados temas novos ou temas de Cingapura. Recebi vários telefonemas, às vezes as pessoas me perguntando, até parentes ou amigos, “que história é essa de temas de Cingapura?” Foram temas introduzidos na agenda da OMC em uma reunião ministerial de Cingapura, em 1996, se não me engano, sobre os quais até hoje não houve acordo para negociar. Eles fazem parte da agenda; discute-se, mas não se negocia. Havia a expectativa por parte de alguns países que pudessem fazer parte da negociação agora.

Enfim, a concentração principal das negociações – curiosamente não foi isso que no final fez com que a reunião não fosse para frente, ou não foi predominantemente isso –, todos sabíamos, seria a agricultura. Como tinha dito aqui da outra vez, a agricultura era a razão de ser da rodada e a necessidade da reforma na área agrícola é o que há de mais gritante em relação à OMC, o que há de mais atrasado.

O GATT foi criado em 1948 e, desde aquela época, graças a um perdão, uma concessão, uma isenção que foi obtida pelos Estados Unidos, no início dos anos 50, a agricultura ficou praticamente de fora da rodada. Entrou de maneira marginal na rodada do Uruguai, mas ainda havia muito a fazer.

Então, esse era o quadro, era o tema central. Todo mundo sabia que era. Aliás,

disse antes para algumas pessoas que nunca se sabe onde pode surgir o problema que pode causar um colapso. Mas o tema central mais importante, as discussões mais substanciosas serão, sem dúvida, em agricultura.

Senhora Presidenta,

Desculpe-me, estou fazendo esse breve retrospecto para recordar coisas importantes.

Como já havia mencionado, o quadro geral em agricultura era ditado essencialmente pelo fato de que se sabia que, se não houvesse um mínimo de entendimento entre a União Européia e os Estados Unidos, não seria possível avançar. Isso, porque são os grandes subsidiadores, os dois que mais protegem seus respectivos mercados.

Era, portanto, necessário que tivessem um mínimo de entendimento, o que houve, só que, contrariamente às expectativas de muitos outros, sobretudo em relação aos Estados Unidos, que tem uma agenda mista em agricultura, meio ofensiva e meio defensiva, o que constatamos é que os aspectos defensivos da agenda norte-americana acabaram predominando. Depois, poderemos especular por que isso ocorreu. O acordo entre os Estados Unidos e a União Européia foi muito modesto nas suas ambições, o que fez com que os países interessados numa verdadeira reforma agrícola, na eliminação do protecionismo e dos subsídios passassem a apresentar sua própria proposta.

Depois da apresentação da proposta da União Européia e dos Estados Unidos, que ocorreu cerca de 15 ou 20 dias antes da reunião de Cancún, um grupo de países, com apoio imediato da Argentina e da Índia – depois, isso foi se ampliando –, e por iniciativa brasileira, resolveu apresentar uma

proposta em relação ao que poderia ser uma reforma agrícola que tivesse essencialmente dois elementos, quais sejam: um aspecto ambicioso, no que diz respeito à reforma agrícola, eliminação de subsídios tanto internos quanto à exportação, e, ao mesmo tempo, diminuição forte das barreiras nos países desenvolvidos, mas levando em consideração a situação especial dos países em desenvolvimento.

Foi em torno disso que o Brasil, a Argentina, a Índia e depois outros países, como a China, foram se juntando, e surgiu o G-20 – posteriormente, vou descrever um pouco mais as características desse grupo. Esses países fizeram uma proposta muito importante, e que foi fato novo de grande importância desde Genebra, antes de chegarmos a Cancún. Por quê? Porque a discussão agrícola, em geral, ficava polarizada entre a União Européia, de um lado, e uma meia aliança entre Estados Unidos e o Grupo de Cairns, do qual o Brasil faz parte também – são países exportadores agrícolas –, de outro.

O que tendia a ocorrer é que a União Européia sempre busca desacreditar ou desqualificar os objetivos do Grupo de Cairns, muito ambiciosos, em matéria agrícola, a pretexto de que se ele obtivesse o que queria causaria verdadeira revolução nos países agrícolas menos desenvolvidos, do tipo Índia, Indonésia e outros, que dependem muito da agricultura familiar, por exemplo. No caso da Índia, são 650 milhões de pessoas que vivem ligadas à agricultura familiar.

Embora muitos desses países sejam exportadores líquidos de produtos agrícolas, como é o caso da Índia e do último a se juntar ao grupo, a Indonésia, são países que têm

também uma preocupação, por assim dizer, defensiva. O que fizemos, e que até o Ministro da Nova Zelândia, numa conversa particular, qualificou, exageradamente, de golpe de gênio, vamos dizer assim, foi desmanchar essa possibilidade de desqualificar os nossos objetivos ofensivos na área agrícola, constituindo uma coalizão que incluía desde países como o Brasil, a Argentina, o Chile – que têm uma agenda com variações muito fortes, ofensivas, na área agrícola, porque são grandes exportadores agrícolas –, mas também países como Índia, África do Sul. Mas Índia, Egito e pequenos países da Ásia então constituíram uma grande coalizão, que inicialmente era de 20 países, passou a 21, depois baixou para 20 e no final terminou com 22.

Um grande número de países que representavam, como salientamos várias vezes, mais da metade da humanidade, mais de 65% da população agrícola do mundo, e, portanto, com uma grande legitimidade.

Isso impediu essa tentativa permanente que nós víamos, da parte da União Européia, de desqualificar os nossos objetivos como sendo objetivos que causariam grandes transtornos para muitos países em desenvolvimento, porque eles não podiam dizer isso. Os países estavam aqui, no nosso grupo.

Obviamente, isso incomodou tanto os Estados Unidos quanto a União Européia, que fizeram um grande esforço para, durante toda a reunião, dividir o grupo ou tentar desacreditá-lo. O Embaixador Hugueney foi um dos meus principais assessores na reunião.

Os negociadores, por telefonemas, por gestões, perguntavam o que havia acontecido e por que o Brasil, que tem uma agenda tão ofensiva, estava junto com a Índia, que tem

uma preocupação tão protecionista, segundo eles, na área agrícola. Ao mesmo tempo ligavam para a África do Sul e perguntavam por que a África do Sul estava com a Índia e o Brasil, se ela já tinha acordo de livre comércio com a União Européia. Enfim, esse esforço de divisão começou antes, prosseguiu durante a reunião e foi praticamente até os últimos momentos. Nos dois últimos dias, eles diminuíram um pouco esse empenho, porque viram que o grupo era muito sólido.

Essa foi a configuração com que se chegou a Cancún. O Grupo de Cairns, que é o grupo importante na área agrícola, perdeu muito o seu peso político nessa reunião, em função das dificuldades que já mencionei anteriormente. Procuramos o tempo todo trabalhar juntos com esse grupo, não só porque o Brasil é membro dele, mas também porque os objetivos, sobretudo na parte ofensiva, eram praticamente idênticos. A diferença consistia sobretudo no reconhecimento que fazíamos da necessidade de países em desenvolvimento, tipo Índia, Indonésia, Egito, terem maior rede de proteção à sua própria agricultura. Devo dizer que esse reconhecimento, na prática, o Brasil já faz, porque quando o Brasil negocia, por exemplo, com o Peru, dentro do MERCOSUL ou dentro da América do Sul, nós temos de reconhecer que eles têm necessidades especiais. Ninguém quer, por exemplo, que se crie uma situação que volte a desestabilizar o campo no Peru, ou que coisa parecida ocorra nesses países.

Portanto, era uma situação totalmente diferente, manipulada da forma que eu descrevi. Quer dizer, um apoio que é perfeitamente legítimo a um número grande de agricultores rurais era usado para justificar também subsídios agrícolas a

grandes empresas, tanto nos Estados Unidos quanto na União Européia.

Vou descrever como se passaram essas reuniões. Chegamos na tarde do dia 8, já no final do dia, porque eu tinha estado aqui de manhã, inclusive acompanhando o telefonema do Presidente Bush ao Presidente Lula sobre esse tema. No dia 9, tivemos uma série de reuniões. Eu tive reuniões com o presidente da conferência, com o Diretor-Geral, reuniões bilaterais com os Estados Unidos e com a União Européia. No dia seguinte, também tive reuniões bilaterais com o Japão.

O interessante é notar que a grande maioria dessas reuniões foi a pedido deles, o que já demonstrava o interesse e uma preocupação grande em relação à atuação do Brasil.

A principal reunião foi justamente a ministerial. O Ministro Rodrigues também participou da reunião do Grupo de Cairns nesse primeiro dia, sempre acompanhado por membros do Itamaraty e por membros da outra delegação, mas a principal foi a reunião do Grupo dos 20, porque era muito importante solidificar e manter essa reunião. Mesmo que não houvesse um tema imediato para ser debatido – no primeiro dia havia; nos outros, talvez não tanto –, era importante manter reuniões diárias do Grupo dos 20, tanto em nível de Ministros quanto em nível de altos funcionários, para que não se perdesse a coesão do grupo. Os senhores, que são Parlamentares, sabem muito bem como essas coisas se passam.

Logo no primeiro dia, tivemos a boa notícia da adesão do Egito. Havia falado com o Ministro do Comércio do Egito, Boutros Ghali – não é o que foi Secretário da ONU, é um sobrinho dele –, que havia me

telefonado. Disse que a melhor coisa que poderia acontecer seria o Egito entrar para o Grupo dos 20, porque a preocupação que eles tinham nos aspectos defensivos estava coberta, porque nós cobriríamos esses aspectos de qualquer maneira para poder fazer essa aliança. No primeiro dia da reunião, o Egito anunciou que ia participar e o Ministro sentou à mesa conosco.

Isso foi algo extremamente importante. Queria até fazer um parênteses, antes de continuar a descrever a mecânica da reunião nos outros dias, para dar uma idéia da importância desse grupo, porque depois eu vou me referir à importância da proposta também.

A importância do grupo é que ele reúne os países mais diversos, reúne praticamente todos os grandes países do mundo em desenvolvimento: Brasil, a quem coube liderar o grupo – e no final da reunião eles pediram que nós continuássemos a liderar; China; Índia; África do Sul; Nigéria, que entrou depois; Egito; Argentina, na nossa região; México; Indonésia, que entrou mais tarde; e Tailândia, para mencionar alguns. Países médios como o Chile, Venezuela, Colômbia, Peru, aliás a América do Sul praticamente toda, com três exceções apenas; e também países pequenos como Costa Rica e Guatemala.

Uma das características importantes do grupo foi ser capaz de amalgamar essas diferentes percepções, países que são mais nitidamente exportadores, países que têm uma preocupação grande com a segurança alimentar; então, conseguimos juntar tudo num único grupo.

Outro aspecto que me parece importante salientar é que – isso eu já tinha dito aqui da outra vez, mas relembro agora – fizemos uma

proposta criativa, técnica e com idéias inovadoras. A nossa atitude não foi, em momento algum, de obstrução; ao contrário, foi uma atitude ativa de quem está buscando resultados efetivos. E isso foi obviamente reconhecido, apesar dos esforços para dividir ou desacreditar. Todo dia tinha um boato – até o de que o Brasil ia sair do G-21 correu, para se ter uma idéia de que tipo de trabalho era feito nos bastidores. Logo o Brasil que estava coordenando o grupo!

Outro aspecto que gostaria de ressaltar é que procuramos ter um tipo de atitude que não fosse ideológica ou de confrontação, mas pragmática, em torno de objetivos comuns. Tínhamos desde países que são aliados estratégicos – por exemplo, os Estados Unidos e o Paquistão, cujo Governo hoje em dia é extremamente dependente dos Estados Unidos, até do ponto de vista militar, pelas circunstâncias do momento, mas que têm as mesmas preocupações agrícolas que a Índia e outros – até países que tradicionalmente têm uma posição mais independente, como a China, que é uma grande potência, membro permanente do Conselho de Segurança e que acabou de entrar na OMC. Enfim, eram vários grupos de países e conseguimos manter uma visão pragmática e centrada nos objetivos, o que nos ajudou a manter a unidade do grupo.

Tivemos que enfrentar várias batalhas. Logo de início houve quase que uma batalha de Itararé, porque batalha não houve, mas seria uma batalha de procedimentos, porque se tratava de saber qual documento seria a base das discussões. Estados Unidos e União Européia, insistindo para que tomássemos como base o documento que havia sido apresentado em Genebra pelo Presidente do Conselho-Geral – documento esse que, afora

pequenas mudanças marginais, seguia de muito perto o acordo entre a União Européia e os Estados Unidos. Nós, obviamente, não podíamos aceitar aquilo, porque o documento não nos era conveniente e queríamos que o nosso documento fosse a base, ou que, pelo menos, todos fossem considerados em pé de igualdade.

No final, depois de muita discussão, encontramos uma solução que o Presidente da Conferência, um mexicano, traduziu de maneira até bastante elegante, ao dizer que as discussões em agricultura levariam em conta as diferentes contribuições que haviam sido feitas e que a discussão seria tema por tema e, portanto, evitou o problema de saber qual seria a base da discussão. Isso em parte foi facilitado por uma sugestão nossa, para que fosse dessa maneira, em pequenas reuniões de consulta. Essas reuniões da OMC realizam-se em muitos planos – em plenários, em pequenas comissões de participação limitada – e às vezes em pequenas reuniões, que têm 5 ou 6 países apenas – ou porque são mais interessados no tema, ou têm mais influência na condução do processo. Numa dessas pequenas reuniões, eu disse que os documentos todos seguem a mesma estrutura. Então, não havia razão para pegarmos um ou outro como base. Vamos pegar os temas, discutir um por um, cada um vai fazer sua apresentação.

Resolvido isso, surge uma grande novidade na mecânica das reuniões da OMC. Diria que em agricultura – tema principal, embora não tenha sido o tema pelo qual a reunião acabou não dando resultado – as principais reuniões foram as que envolveram o G-21 – depois virou G-22, por isso o chamamos de G-20 *plus*, porque não sabemos quantos membros terminarão sendo. As reuniões envolviam o

G-21, de um lado, a União Européia, de outro, ou, separadamente, Estados Unidos, mais adiante, Estados Unidos/União Européia; reunião trilateral, Estados Unidos/União Européia/G-21. Isso nunca aconteceu na OMC. Isso nunca aconteceu, por exemplo, com o Grupo de Cairns, do qual o Brasil fez parte. Nunca houve, digamos, essa dignificação do Grupo de Cairns para ser aceito como interlocutor pleno. Não estou dizendo que estivesse correto ou não, mas o fato é que nunca houve. Então, conseguimos um tipo de interlocução que nunca tinha havido na OMC. Isso se deve em boa parte à percepção de que o Presidente da conferência ou facilitador em agricultura, que era um Ministro de Cingapura, teve logo de pronto, de que era necessário proceder dessa maneira, senão seria uma receita para o fracasso total.

Essas reuniões foram, continuando minha narrativa, logo depois da batalha. Tivemos essa batalha de procedimento, e para isso foi importante também um encontro que o G-21 teve com o facilitador em agricultura. Em seguida, propuseram-se essas reuniões do G-21/União Européia, G-21/Estados Unidos, e no dia seguinte houve uma trilateral.

Essas reuniões foram, diria, um pouco sumárias. Trabalhamos de maneira extremamente profissional, acho que isso também foi uma das características. Não houve discursos retóricos, ninguém estava lá para fazer acusações a A ou B. Foi um caso prático, com base nas idéias, nos nossos papéis, mas também às vezes nos referindo ao papel deles, porque era necessário fazer uma comparação. Fomos ponto por ponto nas principais questões da discussão agrícola. Eram questões relativas a apoio interno, subsídios internos, acesso a mercados, subsídios à exportação, outras formas de apoio à exportação e

também todas que tinham a ver com o tratamento especial e diferenciado para país em desenvolvimento. Fizemos a coisa de tal maneira que, para cada tema – sempre o Brasil coordenando –, havia dois porta-vozes. Por exemplo, no tema de apoio interno foram Argentina e Costa Rica; de acesso a mercados, Tailândia e África do Sul; e subsídios a exportação, China e... não me recordo. O que importa é que para cada tema eram sempre dois porta-vozes previamente coordenados, o que nos permitiu ao mesmo tempo falar com uma voz única, evitar uma voz dissonante.

Os países tinham nuances. Um dos pontos que estabelecemos na primeira reunião é que falariamos com uma única voz: nas reuniões globais, era o Brasil; nas reuniões que envolviam aspecto técnico, eram os Ministros dos países, mas como porta-vozes do grupo. Isso sem prejuízo de que, se algum outro país quisesse fazer uma observação, pudesse fazê-lo. Filipinas chegou a fazer duas vezes, a Índia fez, a Colômbia falou de subsídio de exportação. E com ampla diversificação de países, quer dizer, países grandes, pequenos, asiáticos, sul-americanos, africanos.

Então, isso não permitia que continuasse a vicejar a idéia de que havia divisões no grupo, que o Brasil estava interessado numa coisa, que a Índia queria arrebentar com a conferência; enfim, essas idéias todas não prosperaram, porque o profissionalismo foi muito grande. Tanto assim que eu diria que as primeiras reuniões, que foram bilaterais entre o G-21 e a União Européia e entre o G-21 e os Estados Unidos, sobretudo o G-21 com os Estados Unidos, foram mais tensas do que a terceira. Não é que não tenham sido cordiais, foram cordiais, corretas, mas ocorreram com um certo clima de tensão. Já a terceira foi uma

reunião muito pragmática, ponto por ponto, em que os países já começavam até a revelar flexibilidades em algumas pequenas questões. Acho extremamente importante insistir nisso – não vou agora detalhar, mas estarei pronto a fazê-lo. O fato é que, como resultado dessas reuniões, o presidente da conferência, naturalmente usando o apoio do facilitador de Cingapura, por exemplo, apresentou um novo papel que, embora deixasse muito a desejar, tinha vários avanços em relação ao que vinha de Genebra, do Presidente do Conselho. Ele, na prática, usou a estrutura – as estruturas eram todas muito parecidas –, algumas frases do papel de Genebra, a maneira como estava redigido, mas, na substância, ele fez alguns gestos importantes para os países em desenvolvimento, embora em alguns pontos ele tenha talvez restringido um pouco, sobretudo nas flexibilidades para a proteção aos países em desenvolvimento.

Enfim, depois, se alguém tiver interesse, eu posso detalhar; contudo, com certeza, poderei voltar em outro momento.

Mas nas três áreas – de apoio interno, acesso a mercados e subsídios à exportação – houve avanços em relação à reunião anterior. Onde houve um ligeiro retrocesso foi na parte de tratamento especial e diferenciado para os países em desenvolvimento, na proteção da sua própria agricultura.

Bem, como o G-21 já tinha visto esse papel, na sexta-feira – perdão, essas reuniões separadas com União Européia e os Estados Unidos foram na quinta-feira –, reunião em que houve discurso (depois, se tiverem interesse, eu posso dar uma cópia também, embora esteja na página do Itamaraty) – discurso em que, à época, tentei traduzir em poucas palavras o sentido político da nossa situação –, o facilitador ficou trabalhando

com o Presidente e os assessores até de madrugada, provavelmente. No sábado de manhã, foi distribuído o papel do Presidente. Aí, o que o Presidente quis foi não apresentar papéis sobre cada área separadamente; ele fez questão de apresentar simultaneamente sobre todos os temas. Foi nesse momento que pudemos constatar que esse texto continha alguns avanços, mas deixava ainda algo a desejar.

Qual foi a nossa atitude? Imediatamente, voltar a reunir o G-21 em nível de Ministro. Houve uma longa reunião de altos funcionários, acompanhados por técnicos — o Embaixador Hugueney coordenou a reunião do nosso lado, e havia técnicos do Ministério da Agricultura, do Ministério do Comércio, do Desenvolvimento Agrário e dos outros países todos. Já estávamos nos preparando para fazer duas coisas: na reunião plenária que ocorreria à noite, em que todos iam falar, garantir que falaríamos com uma voz única. Houve novamente uma manifestação de confiança de que o Brasil fizesse isso. Naturalmente, os pontos já tinham sido resumidos junto aos outros Ministros para ver se eles estavam de acordo, e falamos, anotando as nossas preocupações em relação ao documento, que já era um pequeno avanço em relação ao anterior, mas que tinha problemas. Simultaneamente, o que nós fizemos? Já preparamos propostas de emendas para cada parte do texto. O que eu quero ressaltar com isso é que o trabalho sempre foi tecnicamente embasado, objetivo, prático, preciso, conciliando diversas opiniões. Por curiosidade, uma das emendas que iríamos apresentar nos foi sugerida pela Austrália, do Grupo de Cairns, o que desfaz totalmente a idéia de que havíamos procurado um confronto norte-sul. Sempre mantivemos

contato com o Grupo de Cairns. Além da presença do Ministro Roberto Rodrigues, também fui ao Grupo de Cairns. Sempre ouvi deles, sobretudo da Austrália e da Nova Zelândia, entre os desenvolvidos, fortes manifestações de apoio. Aliás, eles também falaram publicamente isso. Foi isso que aconteceu até o final do sábado em agricultura. Na sessão plenária sobre todos os temas, muitos outros países se referiram — também nos referimos, em discurso separado, não em nome do G-21, porque o G-21 era apenas para agricultura — a outros temas e tiveram, corretamente, em alguns casos, reações mais emocionais. Foi uma discussão de natureza política mesmo. Como já havíamos dado nosso recado político desde o início, estávamos mais preocupados em continuar a negociação até a hora que fosse, de maneira prática.

Numa pequena consulta, que sempre acontece, o Presidente reuniu alguns Ministros, não mais que 7 ou 8, incluindo os principais parceiros na negociação, para ter uma idéia de aonde podia ir. Ficou claro que em agricultura, embora houvesse muitas dificuldades, tinha havido avanços. O monolítico da União Européia e Estados Unidos havia rachado de alguma forma. Não era uma rachadura única, ao meio, mas havia pequenas brechas por onde podíamos tentar continuar negociando. Ficou claro que o G-21 — muitos acharam que não sobreviveria a 2 dias de reunião — continuava unido. Havia margem para uma séria negociação, que incorporaria nesse momento também preocupações do Japão, Suíça e outros países.

Farei um breve resumo sobre outros temas, sobretudo os chamados temas de Cingapura, os sistemas novos, que incluíam:

investimento; transparência em compras governamentais; facilitação de comércio (basicamente facilitação alfandegária, trâmites, etc.); e regras de concorrência. Em relação a esses temas, houve um grande erro de condução por parte da conferência, não sei se do Presidente, dos assessores, do Diretor-Geral. O fato é que a esses temas havia grande resistência de alguns países, sobretudo de pequenos países africanos, de menor desenvolvimento relativo, países que não se consideravam sequer tecnicamente capacitados a discutir o assunto e que, portanto, preferiram, em vez de entrar na negociação – essa era a decisão que se tinha de tomar, se entraria ou não como parte da negociação –, que os sistemas continuassem a ser objeto de discussões, esclarecimentos, e se deixasse a decisão de negociação para mais tarde.

Além do mais, houve em Doha, quando se logrou lançar a rodada, um parágrafo *sui generis* – com uma linguagem que nunca vi na OMC nem em qualquer organismo internacional, que mostra o grau de preocupação dos países –, dizendo que a decisão de lançar negociações dependeria de um consenso explícito. Talvez seja difícil distinguir o consenso explícito do implícito, mas como na OMC muita coisa às vezes passa de maneira não transparente, o consenso explícito é o equivalente à unanimidade, todos dizerem que aceitam.

Contrariamente à resistência de muitos países e à necessidade desse consenso explícito, foi posto sobre a mesa papel com negociações em três desses temas. Apenas em concorrência ficou ainda pendente decisão. Isso despertou verdadeira revolta dos pequenos, apoiados por outros países, que tinham problemas específicos nessa questão.

O resultado foi que, na madrugada de sábado para domingo, esse pequeno comitê informal se reuniu, composto pelos principais parceiros, e chegou à conclusão de que se não houvesse uma decisão sobre esses temas, onde havia grande diferença, nem adiantava seguir com a agricultura, porque os negociadores não iriam avançar, sabendo que outro tema retinha a conferência.

No domingo, às 8 horas – os que participaram dessa pequena reunião foram dormir às 3 ou 4 horas da manhã, parecido com as votações em Plenário –, estávamos de volta para discutir, num grupo um pouco maior, de cerca de 30 países, essas questões de Cingapura.

Não vou entrar em detalhes, porque são temas muito técnicos, que às vezes nós mesmos temos dificuldade de entender, para falar a verdade, em todas as suas sutilezas. O fato é que, depois de uma tentativa de flexibilização de última hora em relação aos temas mais sensíveis, a União Européia, que tinha brigado muito para que os quatro temas entrassem, no final, estava pronta para que entrasse um só. Eu até suspeito que isso seria... Bom, eu não sei o que suspeito, isso vou deixar para mais tarde.

Enfim, há várias manobras táticas, há várias suposições. Uns acham que essa flexibilização de última hora teria por objetivo lançar a culpa do fracasso das negociações em agricultura. E aqui faço também um parêntese sobre motivações. Diria que as duas principais motivações da União Européia e dos Estados Unidos eram preservar os seus próprios programas agrícolas – no caso da União Européia, a reforma da PAC, que ela tinha acabado de fazer, e, no caso dos Estados Unidos, a *Farm Bill*; talvez, no caso dos Estados Unidos, com

pequenos avanços, e também, no caso da União Européia, com pequeninos avanços. Então, eles estavam vendo que havia o risco de perderem a oportunidade de consolidar um resultado desse tipo. E acabaram até fazendo concessões nos termos de Cingapura, mas essas concessões não foram suficientes, sobretudo para os menores países. Os chamados países de menor desenvolvimento relativo, os países africanos e creio que os ACPs, que são os países que se beneficiam de algumas preferências especiais da União Européia, não quiseram. À luz disso, então, o Presidente decidiu dar por encerrada a conferência.

A avaliação é que, em agricultura, talvez fosse possível chegar a um acordo, mas, à luz desse impasse, não se continuou. Duas ou três pequenas palavras de avaliação. Como disse, não é uma avaliação final, estamos ainda digerindo todos esses aspectos, mas acho que é importante dar duas ou três palavras. Mas antes disso queria dizer uma outra coisa.

Algo que foi fundamental e que também foi inédito nessa conferência foi a estratégia de comunicação do G-21. Muito lisonjeiramente, o Embaixador Ricupero, homem de grande experiência nessa área e em outras, escreveu dois artigos sobre o tema, um deles logo no início, em que ele elogiava a nossa iniciativa, e outro agora, ou melhor, já quase coincidindo com o final da conferência, mas se referindo a fatos que se deram um pouco antes. E, nessa referência, uma das coisas para a qual ele chamava a atenção foi para a primeira conferência de imprensa do G-21, em que estabelecemos um grupo de países representativos. Estábamos Brasil, Índia, China, África do Sul, Costa Rica e Argentina na mesa, sempre coordenados pelo Brasil, e

havia uma multidão, realmente uma multidão de jornalistas, ONGs. Foi o evento da conferência. Recebemos, inclusive, uma homenagem da Oxfam, o que desacreditou toda a tentativa que sempre se fazia de dizer que os que querem a reforma agrícola estão agindo contra os pobres de outras regiões. E durante toda a conferência nós mantivemos uma dinâmica de contatos diárias com a imprensa, não só brasileira, mas internacional, ora falando como Brasil, quando não havia tempo sequer para obter um mandado do G-21, ora falando como G-21, e nesse caso sempre em companhia dos Ministros e Ministras – também havia Ministras – de países do nosso grupo.

Creio que isso teve um papel muito importante na conferência, na percepção pública das nossas posições, porque tivemos que lutar desde o início contra várias tentativas, como mencionei, seja de dividir, seja de desacreditar. Houve várias reuniões, por exemplo, dos Estados Unidos com os países que têm ou estão negociando acordos de livre comércio bilaterais com eles. Não sei, estou repetindo um pouco o que ouvi, mas o comentário era esse: “Com quem vocês vão querer aparecer na fotografia ao final da reunião, com os Estados Unidos ou com a Índia e o Brasil?”.

O fato é que todos, com exceção de um, preferiram continuar até o final conosco. Havia também tentativas de desacreditar: “Ah!, essa é uma volta aos anos 70, é um debate ideológico”. E conseguimos, através de constante ênfase em temas concretos, objetivos, tirar qualquer conotação de confrontação da discussão, até o ponto de – após o discurso que fizemos na última plenária, no sábado que antecedeu já o final da reunião, quando o Brasil fez, em nome do

G-21, o comentário sobre a última versão do papel sobre a agricultura, claro que com muitas críticas – ouvirmos do Ministro negociador americano o seguinte: “Discordo de muita coisa que você disse, mas tenho que reconhecer que o discurso de vocês foi pragmático”. A expressão que ele usou foi *business like*, e portanto, nesse sentido, um sinal positivo, e aí se queixou por outros motivos.

Daqui para a frente é impossível dizer exatamente o que vai ocorrer. Li um editorial hoje com o qual concordo em 95%, porque dá a impressão de que nós pensamos de maneira diferente. O Brasil tem um grande interesse em fortalecer a OMC. A OMC continua a ser o principal foro onde podemos obter vantagens efetivas para os pontos cruciais da nossa agenda comercial. Não estou excluindo outras arenas, não. Vamos continuar trabalhando nela, mas em termos de comércio global, sobretudo com os países desenvolvidos, a OMC continua sendo a grande arena. Nesse sentido, a Rodada de Doha continua a ser importante. E a Rodada de Doha não fracassou. O que não avançou foi uma etapa, e mesmo assim não avançou em termos relativos.

Comentava com vários órgãos da imprensa, por acaso, como com outros colegas, que desde o lançamento da Rodada Uruguai participei de todas as reuniões ministeriais da OMC, salvo três; elas se realizam de dois em dois anos. Então, não há sucessos absolutos nem fracassos absolutos. Em 1990, não deu certo. Um ano depois tínhamos um papel na mesa que acabou sendo a base das negociações quando o Dunkel fez o papel. Por bem ou por mal, pode-se criticar o resultado da Rodada Uruguai, eu critico muito, mas seja como for isso foi adiante. Quando Seattle fracassou,

um ano depois já estávamos novamente a caminho de Doha, e Doha por sua vez foi pintado como um grande êxito.

Por outro lado, o tema que acabou nos levando ao impasse, agora, foi um tema mal resolvido em Doha. Entendo, o que quero dizer é que não houve fracasso, isso é um processo contínuo. E os negociadores em Genebra, daqui a 10, 15 dias, vão estar se reunindo e, digamos, recolhendo os pedaços e tentando juntar as partes. Quando eles recolherem esses pedaços, acho que estaremos numa posição mais forte, duplamente. Primeiro, porque o último texto de agricultura, embora insatisfatório, já é melhor do que os anteriores; segundo, porque tecnicamente nós estamos prontos, claro que agora teremos um tempinho a mais, poderemos até refinar, mas já estávamos prontos a apresentar emendas sobre os vários aspectos do texto, e portanto estamos em condições de continuar a discussão; terceiro, porque estamos muito mais fortes, quer dizer, a negociação não pode mais ser retomada na base em que era feita antes. Eu vivi a Rodada Uruguai, e em agricultura os Estados Unidos chegaram a um acordo com a União Européia, o chamado *Blair House Agreement*, o acordo de *Blair House*, e disseram: “Ou é isso ou é nada”. E todos os demais tiveram que assinar embaixo. Dessa vez, quando eles tentaram dizer para nós “é isso ou é nada”, isso não foi aceito; não pode ser assim, vamos ter que discutir objetivamente, concretamente.

O que quero dizer é o seguinte. Sei que se formou, até propositadamente, como parte da guerra psicológica para termos que aceitar qualquer coisa, um clima em certo momento de catastrofismo, tanto da parte da União Européia quanto da parte dos Estados Unidos. “Isso será um grande fracasso, nunca

mais vai acontecer nada". Até com argumentos dessa natureza: "Ah! não vai ser mais o mesmo governo, e isso é aquilo".

O fato é que há muitas percepções, inclusive da imprensa internacional. Ontem mesmo estava vendo um programa de perguntas e respostas da CNN com uma pessoa do Instituto de Comércio Exterior, nos Estados Unidos, muito prático, com visões diferentes. Vejo também que a reunião terminou pelo menos de maneira organizada, não foi aquele fiasco de Seattle. Um dos problemas de Seattle é que, quando nos reunimos em Genebra (na época eu era Embaixador de lá), não sabíamos nem se a reunião tinha terminado ou não, porque não houve uma reunião de encerramento. Então, foi um caos verdadeiro. Nós não sabíamos se a reunião tinha fracassado por causa das manifestações de rua, por causa dos impasses da agricultura, por causa das dificuldades com padrões trabalhistas. Ninguém sabia nada, para falar a verdade. Então, foi muito mais difícil juntar os pedaços.

Agora, nós sabemos claramente quais são

os itens. O fato de a União Européia, ainda que ao apagar das luzes, ter abandonado algumas de suas reivindicações, nos chamados temas de Cingapura, alivia a agenda. Isso torna mais viável chegar a um acordo.

De modo que, sem querer fazer prognósticos, se vamos cumprir o cronograma ou não, acho preferível ter uma derrapagem de 6 meses, se for o caso. Espero que não seja necessário. Digamos que seja uma derrapagem de 6 meses ou até de um ano. É preferível do que ter um acordo totalmente insuficiente agora e ter que esperar mais 15 anos a 20 anos para relançar outra rodada.

Essa é, em resumo, a minha avaliação neste momento. Há outros aspectos que devem ser considerados. Enfim, talvez, se a Senhora Presidenta estiver de acordo, eu possa responder mais duas ou três perguntas. Eu me comprometo a voltar aqui num outro momento. Como disse, isso é apenas uma prestação de contas inicial que eu achava devida, dado o grande interesse que a Comissão havia revelado sobre o tema.

Sessão da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal

*Intervenção do Ministro das Relações Exteriores,
Embaixador Celso Amorim, na Comissão de Relações
Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, em 18
de setembro de 2003*

Muito obrigado a V. Ex^a, Senhor Presidente, muito obrigado por suas palavras, muito obrigado aos Senhores Senadores presentes. Quero dizer que recebi com muita alegria o convite para esta audiência pública relativa à reunião em Cancún, que, de fato, foi uma reunião importante. Embora tenha sido objeto de ampla cobertura pela imprensa brasileira e internacional, creio que é de utilidade, ainda, que se faça uma discussão nesta Casa e nesta Comissão – como lembrou V. Ex^a – em que já compareci algumas vezes. Proponho-me, então, fazer um breve resumo dos aspectos mais importantes da reunião de Cancún e, depois, se for o caso, Senhor Presidente, estaria pronto para responder perguntas.

Queria, em primeiro lugar, fazer uma referência ao fato de que a Organização Mundial do Comércio é absolutamente fundamental para o Brasil por muitos motivos. Primeiro, porque o Brasil é economicamente um país de porte médio, ou seja, um grande país entre os países em

desenvolvimento, mas, em termos de economia mundial, é um país de porte médio, pois temos menos de 1% do comércio internacional, por exemplo. Para um país com as características do Brasil, dispor de um organismo internacional em que as questões possam ser dirimidas e as negociações possam ser feitas com relativo equilíbrio de forças – depois eu talvez ilustre esse ponto com a própria reunião de Cancún – é algo muito importante. Não há para o Brasil nenhuma outra organização ou nenhum outro formato de negociação comercial que substitua a Organização Mundial do Comércio.

É claro que podemos ter muitos acordos com países em desenvolvimento, por exemplo – e é o que estamos tentando fazer na América do Sul, com o MERCOSUL, com a Comunidade Andina e também para além da América do Sul, com outros países em desenvolvimento. Trata-se de algo importante a que o Presidente Lula tem dado grande impulso, mas, evidentemente, uma

parte grande do mundo, uma parte grande dos mercados mundiais está, e continuará a estar por muitos anos, nos países desenvolvidos. Para a nossa relação com esses países, o foro insubstituível é o foro global, o da OMC. Podemos continuar negociando a ALCA, podemos continuar negociando com a União Européia, em termos de condições que não sejam adequadas, mas nenhum desses fóruns substituirá a Organização Mundial do Comércio.

Começo com uma ilustração que me leva ao principal tema dessa reunião de Cancún, embora não tenha sido o tema que tenha levado ao resultado ou à ausência de resultado de Cancún. Por exemplo, nas nossas negociações com a ALCA e com a União Européia, nos é dito com freqüência pelos nossos principais parceiros que os temas em que temos maiores interesses, como os subsídios agrícolas, o tema central de Cancún, e até outros temas, como a questão do *antidumping*, só podem ser resolvidos na Organização Mundial do Comércio.

Isso já ilustra porque, na área agrícola, evidentemente, a questão dos subsídios é central, não única, já que existem outros tipos de barreiras também. Mas a questão central são os subsídios. Na área industrial, para um país como o Brasil, hoje em dia, as principais barreiras não derivam de tarifas, mas de barreiras não-tarifárias, resultado da aplicação de medidas como *antidumping*, salvaguardas, às vezes direitos compensatórios, chamados remédios comerciais, e que, na realidade, dependem de disciplinas que só podem ser negociadas globalmente. Os Estados Unidos dizem-nos com clareza e com a franqueza que lhes é peculiar que não vão negociar um acordo de *antidumping* – refiro-me a um

acordo substantivo, para valer, e não apenas formal – na ALCA porque esse é um tema em que eles têm também acordo com o Japão, com os países desenvolvidos. Portanto, não há por que terem um sistema exclusivo para a nossa região.

Da mesma maneira, tanto os Estados Unidos quanto a União Européia não se revelam propensos a discutir, seja na ALCA, seja nas negociações entre o MERCOSUL e a União Européia, a questão central dos subsídios agrícolas. Eles alegam – de certa maneira, há algum fundamento nessa alegação – que, como a questão dos subsídios agrícolas está no centro da própria relação entre as maiores potências comerciais – Estados Unidos e União Européia, mas também, de certa maneira, o Japão, o Canadá, etc. –, não é possível, nem prático, nem razoável, negociar esses temas em um contexto puramente hemisférico, no caso da ALCA, ou birregional, como é o caso do MERCOSUL com a União Européia. Portanto, os sistemas têm que ser negociados na OMC.

Já se pode observar, então, que a Organização Mundial do Comércio é absolutamente fundamental para um país como o Brasil, além de ter importância por dispor de um conjunto de regras que permite que as disputas comerciais sejam resolvidas por um sistema que, embora algumas vezes nos pareça distorcido, tem um mínimo de embasamento legal que permite aos países um contraditório, julgado por peritos independentes. Também esse aspecto, para um país como o Brasil, é muito importante.

Sabemos, por exemplo, que na década de 80 o Brasil sofreu conflitos na área de informática e de patentes. Recordamos como o País sofreu retaliações unilaterais e ameaça

de retaliações unilaterais – a ameaça, às vezes, já causa tanto dano quanto a retaliação em si mesma. A existência da OMC, com seu conjunto de solução de controvérsias, em que as questões são resolvidas de acordo com as regras do sistema, é extremamente importante. Digo isso porque muitas vezes se pergunta se a ausência de resultados práticos da reunião de Cancún significará o fim da OMC ou, digamos, um declínio da importância da Organização. Com relação a essa indagação, quero dizer duas coisas: que não desejamos isso e não creio que isso ocorra, porque a mesma utilidade que a OMC tem para nós existe também para outros países. Mesmo para os países mais fortes, maiores, não interessa estarem permanentemente envolvidos em uma guerra comercial.

Os Estados Unidos e a União Européia, por exemplo, têm tido disputas variadas quanto ao uso de hormônios para o gado, aos transgênicos, quanto ao sistema de comercialização de bananas, quanto aos incentivos fiscais em paraísos fiscais para empresas norte-americanas, com benefício à exportação. Em suma, as questões mais variadas têm levado, no caso, a União Européia e os Estados Unidos a embates na OMC.

Com todos os problemas que a OMC tem e as dificuldades que possa haver para resolver os problemas, é muito melhor ter um embate legal e chegar a uma conclusão e, eventualmente, a uma compensação, do que responder a essas questões com medidas unilaterais.

Digo que é melhor para o objeto das medidas unilaterais, obviamente, mas também para o sujeito das medidas unilaterais, porque uma certa moderação é útil. Imaginem um conflito em que se

oponham, por hipótese, os Estados Unidos e a União Européia – como já ocorreu – quanto às bananas, e que os distribuidores, grandes empresas norte-americanas, pressionassem imediatamente com retaliações. O resultado provável seria uma guerra comercial entre as duas grandes potências, o que não beneficiaria ninguém, nem os Estados Unidos nem a União Européia.

Quero dizer com isso – e, de certa maneira, estou começando pelo fim, porque tenho ouvido muitas perguntas sobre o que vai acontecer com a OMC – que tenho a certeza de que a OMC sobreviverá, porque atende a interesses de países como o nosso, mas também de grandes potências comerciais. Isso é importante reter porque, em certos momentos, durante as negociações, e até mesmo depois das negociações, foi muito usado o argumento de se deixar a OMC e passar para os acordos bilaterais. É possível até que haja um maior número de acordos bilaterais – não vou discutir – para atender a objetivos específicos de acesso a certos mercados, mas tenho certeza de que isso não substitui a centralidade da OMC.

Tenho falado da União Européia e Estados Unidos, mas poderia estar falando do Japão, do Canadá, da Austrália e, certamente, do grande número de países em desenvolvimento, sejam aqueles que compuseram conosco o G-22, sejam, ainda com mais razão, países menores, de menor desenvolvimento relativo, que têm pouca ou nenhuma capacidade de ação individual, mas que, na OMC, encontram um foro para as suas aspirações.

Ainda dentro dessa mesma metodologia pouco ortodoxa de começar pelo fim, quero dizer o que acredito que ocorrerá. Uma das coisas já disse: acho que a OMC continuará a

existir, sim. Agora, o que acontecerá com a Rodada de Doha? Porque muitos confundem Cancún com Doha. Dizia antes, tive ocasião de dizer, creio, nesta Casa, disse também na Câmara, que não se pode confundir Cancún com Doha. Cancún é uma etapa – é claro que é etapa que tem que ser vencida, e houve um percalço. Não queremos tapar o sol com a peneira, mas a Rodada de Doha continua viva, pode continuar viva e pode e deve dar resultados.

Já passei por várias situações, como o Embaixador Clodoaldo Hugueney, que em várias dessas pelejas esteve também, ou junto comigo ou em outras situações, e sabemos que não há êxitos nem fracassos absolutos. Quando saímos de Bruxelas, em 1990, quando deveria ter acabado a Rodada Uruguai, parecia que nunca mais se conseguia colocar, de novo, a Rodada Uruguai nos trilhos. Daí a um ano e meio, menos de um ano e meio, um ano, havia um novo projeto GATT Final, que levou mais um ano e meio ou dois anos para ser aprovado, por causa do problema agrícola entre a União Européia e Estados Unidos. Mas, quer dizer, as coisas tinham sido recolocadas no trilho e se encerraram. Mesmo Seattle, que foi, talvez, de todos os fiascos o mais retumbante, porque foi a tal ponto que, quando voltamos a Genebra – à época eu era Embaixador em Genebra –, tivemos a primeira reunião e deparamo-nos prontamente com um problema: não sabíamos se a reunião de Seattle tinha terminado ou não. Portanto, não sabíamos se iríamos recomeçar a terceira reunião ministerial ou iríamos preparar a quarta reunião ministerial.

No fim, a questão foi resolvida meio informalmente. Ficou implicitamente

decidido que ela havia sido encerrada, preparou-se a quarta reunião, que foi a Reunião de Doha. Isso é só para ilustrar o nível de confusão que ocorreu em Seattle.

Da mesma maneira, os êxitos que são muitas vezes decantados também não são êxitos absolutos. Doha foi uma reunião importante. Logramos um mandato agrícola muito importante, logramos avanços não propriamente comerciais, mas avanços no reconhecimento de que a preocupação com a saúde humana e a preocupação com a vida humana é tão ou mais importante do que a preocupação com o lucro, através do acordo sobre remédios, que foi completado, agora, às vésperas da reunião de Cancún. Mas também não foi a Reunião de Doha um êxito absoluto, apesar desses aspectos importantes.

A prova é que, na reunião de Cancún, o fator que acabou determinando a impossibilidade do avanço foi justamente o resultado de questões mal resolvidas em Doha, questões que foram tratadas como ambigüidades construtivas, mas que, na realidade, eram mais contradições em termos do que ambigüidades construtivas. Os chamados temas novos, os temas de Cingapura, assim chamados porque vinham de uma agenda antiga aprovada em Cingapura, incluem investimentos, compras governamentais, facilitação de comércio e regras de concorrência. Em relação a esses temas, a Reunião de Doha havia tomado uma decisão, no fundo contraditória, porque, por um lado, dizia que esses temas eram parte de um empreendimento único, que eles chamam, em inglês, de *single undertaking*, portanto, eram parte da negociação; por outro lado, dizia que uma decisão teria que ser tomada por consenso explícito – uma expressão pouco usada, na realidade nunca usada, que

eu saiba, em organismos internacionais antes, muito menos na OMC, em que quase nada é explícito e, sobretudo, o consenso. Mas, enfim, quando se fizeram essas duas menções de que eles eram parte de um empreendimento único, mas, por outro lado, era preciso tomar uma decisão, evidentemente havia aí uma contradição, que acabou fazendo explodir a reunião – explodir talvez seja uma palavra muito forte –, acabou parando a reunião de Cancún, porque esse problema não se resolveu.

Obviamente, houve problemas também, creio eu, de manejo da Conferência. Subestimou-se a dificuldade que alguns países em desenvolvimento, sobretudo países muito pequenos, de menor desenvolvimento relativo, tinham com os temas. Achou-se que, se se colocasse um texto sobre a mesa, ele acabaria sendo aceito e aprovado. Isso, na realidade, não ocorreu.

O que quero dizer, voltando a esse raciocínio e ao fio da meada, é que não há fracassos absolutos nem êxitos absolutos. Nem a reunião de Cancún foi um fracasso absoluto – tenho várias razões para dizer que, em vários aspectos, ela foi positiva para nós – nem há êxitos absolutos. A própria Reunião de Doha, apesar de seus aspectos positivos, inegavelmente deixou uma herança de problemas que viriam a nos atormentar mais tarde. Na realidade, esse processo de negociações comerciais é contínuo. Ele se inicia, se desenvolve, e as reuniões ministeriais são marcos, mas não são etapas necessariamente definitivas.

Dito isso, queria rapidamente me referir ao tema que para o Brasil era não o único, mas era o principal em Doha. O que aconteceu em relação a esse tema? Todos sabem – porque isso já foi decantado de

várias formas – que o tema principal para o Brasil na Reunião de Cancún era a agricultura. Não porque o Brasil não tenha interesse na área industrial ou em outras áreas, mas o fato é que é na agricultura que reside, digamos assim, o déficit maior da Organização Mundial de Comércio. É onde – usamos muito uma expressão “antes de Seattle” – há um déficit de desenvolvimento na Organização Mundial do Comércio, e esse déficit de desenvolvimento se expressa, sobretudo, na agricultura, porque, ao contrário dos outros setores – alguns antigos, como a indústria, e outros até novos, como o setor de serviços –, a agricultura ficou largamente ainda sujeita a um grande número de isenções, de exceções que acabam se constituindo em grandes obstáculos ao comércio e em elementos de distorção do comércio internacional que resultam em prejuízo não apenas, mas sobretudo, para países em desenvolvimento.

Desse ponto de vista, a agricultura era, para o Brasil, um elemento central. Tínhamos, obviamente, outros interesses. Apenas menciono *en passant*, e se alguém desejar posso depois me referir a eles. Há uma área grande de discussão, a que se deu o nome de implementação, porque se referia à implementação dos acordos da Rodada Uruguai, em que havia temas de interesse dos países em desenvolvimento. O Brasil fez propostas sobre dois temas muito importantes. Um tinha relação com os chamados TRIMS, que é a sigla em inglês do Acordo sobre Medidas de Investimentos Relacionadas ao Comércio; e outro ligado à relação entre o Acordo de Propriedade Intelectual, o chamado TRIPS, e a convenção de diversidade biológica. Só para ilustrar, tínhamos também *antidumping* ou crédito à exportação,

que estiveram por trás do nosso conflito com o Canadá, Embraer-Bombardier. São questões que poderiam também surgir, seja dentro de implementação, seja em outro capítulo chamado normas, ou regras, que se discutia na OMC. Apenas para ilustrar que o nosso interesse era mais amplo. Mas, obviamente, a medida da possibilidade de se fazer progresso ou não era a agricultura.

Em agricultura, o que aconteceu, tentando ser breve, foi essencialmente o seguinte: a exemplo do que ocorreu em muitas rodadas anteriores – isso é uma coisa que teremos talvez que rever no futuro –, a sabedoria convencional era de que só se poderia ter um avanço se houvesse um acordo ou um pré-acordo entre a União Européia e os Estados Unidos. Isso tem alguma lógica, porque sendo os dois não só as duas maiores potências comerciais, mas também os dois grandes subsídiadores, portanto os dois principais responsáveis pelas distorções no comércio internacional de produtos agrícolas, se não tivessem um pré-acordo sobre até onde poderiam ir, seria difícil para os demais avançarem. Essa era a sabedoria convencional. Mas a expectativa sempre foi, embora não cumprida no passado, que esse pré-acordo fosse depois modificado para levar em conta os interesses dos outros países, ou que, melhor ainda, já embutisse interesses de outros países, sobretudo países em desenvolvimento ou países do Grupo de Cairns, que é esse grupo de produtores agrícolas dentro desse pré-acordo. O que aconteceu dessa vez é que cerca de um mês, mais ou menos, antes da Reunião de Cancún, a União Européia e os Estados Unidos fizeram esse pré-acordo. Como a União Européia e os Estados Unidos são grandes subsídiadores e também criam grandes

obstáculos por meio de barreiras tarifárias e não-tarfárias ao acesso a mercados, eles poderiam ter chegado a um ponto de equilíbrio em vários níveis diferentes. E a nossa expectativa – devo dizer que eu era relativamente otimista – era de que o nível desse equilíbrio fosse relativamente elevado. Isso não ocorreu.

Predominaram considerações protecionistas dos dois lados, e o nível de equilíbrio a que chegaram tinha um nível de ambição muito baixo, certamente muito desfavorável para países do Grupo de Cairns, formado pelos países exportadores de produtos agrícolas – países desenvolvidos e em desenvolvimento. No Brasil, quando vimos que a dinâmica das reuniões nos era pouco favorável, o que pensamos e imediatamente conversamos com outros países? Que era importante haver uma coligação de países interessados na reforma do comércio agrícola, mas que, ao mesmo tempo, preservasse interesses essenciais dos países em desenvolvimento. E por quê? Já havíamos percebido, em rodadas anteriores e mesmo nessa, que o programa reformista do Grupo de Cairns, do qual o Brasil faz parte, era sempre desqualificado politicamente, ou pelo menos havia a tentativa de desqualificá-lo politicamente, sobretudo por parte da União Européia, com o seguinte raciocínio: se o Grupo de Cairns conseguir o que quiser e se houver uma liberação geral do comércio agrícola, os agricultores da Índia, do Egito, do Paquistão, dos países sem grande competitividade na área agrícola, teriam sua produção destruída por essa produção dos países do Grupo de Cairns e pelos Estados Unidos.

Qual foi a novidade em termos de articulação política para essa conferência? Abro aqui um parêntese. Esses países também sofrem com os subsídios agrícolas da União

Européia e dos Estados Unidos, porque eles também têm condições de exportar, embora alguns não sejam exportadores líquidos hoje – mas poderiam ser – e, além disso, sofrem com esses subsídios nos seus próprios mercados. Portanto, há um interesse comum de todos esses países, seja os do Grupo de Cairns ou países como Índia, Egito e outros, de que haja condições mais equilibradas no comércio internacional e, sobretudo, de diminuir e eliminar substancialmente os subsídios agrícolas.

Por essa razão, conseguimos criar uma aliança de países em desenvolvimento, em geral, inicialmente o G-20, que construiu uma plataforma alternativa à que havia sido apresentada pela União Européia e pelos Estados Unidos. O interessante é que essa plataforma não era retórica nem obstrucionista e também não era uma plataforma apenas para jogar para a platéia; era uma plataforma muito bem embasada tecnicamente e que seguia, inclusive, a mesma estrutura da proposta da União Européia e dos Estados Unidos, alterando, naturalmente, aquilo que mais nos interessava.

Abro novamente um parêntese dando um passo atrás. Por volta de abril ou maio, o Presidente do Comitê Agrícola da OMC havia preparado um texto das chamadas modalidades, com números, etc. Constatou-se, durante uma reunião realizada em Montreal, que seria difícil elaborar um texto com números. O texto da União Européia e dos Estados Unidos não possui números, assim como o nosso. Mas a maneira como a equação estava desenhada no texto da União Européia e dos Estados Unidos conduzia necessariamente a números baixos ou ruins, ao passo que a equação que desenhamos resultaria mais provavelmente em números

mais favoráveis para nós.

Fizemos isso, conversando primeiramente com a Argentina, com a Índia, com a África do Sul, países com quem sempre mantivemos contato. Rapidamente, montou-se, em Genebra, uma aliança de 20 países, abrangendo praticamente todos os países da América do Sul, à exceção da Guiana, do Suriname e do Uruguai, e de vários países, incluindo alguns países da América Central e o México, bem como países de outras regiões, como a África do Sul, vários países asiáticos, inclusive Índia e China; portanto, grandes países. Tínhamos, praticamente, os maiores países de todas as regiões, com pouquíssimas exceções, além de países pequenos, pois era importante também ter países pequenos para demonstrar que não se tratava apenas de uma aliança de países grandes, lutando por seus interesses egoístas.

Havia, pois, além dos países grandes, países pequenos e países médios, como o Chile, um grande exportador agrícola, com uma economia muito liberal. Portanto, não poderia haver nenhum tipo de acusação de que se tratava de um terceiro-mundismo ideológico. Esse era um argumento que se desmanchava à primeira vista. E não podia também mais haver o argumento, usado antes pela União Européia, de que a aliança dos países iria destruir a produção justamente dos países em desenvolvimento, porque justamente os maiores países em desenvolvimento, com as maiores populações rurais, entre eles a Índia e a China, estavam fazendo parte do grupo.

Essa foi a aliança que fizemos. Inicialmente, eram vinte países; no curso da reunião de Cancún, saiu um e entraram três, que estão entre os maiores países do mundo também – o Egito, que, se não me engano, é o maior país árabe em população; a Indonésia, que é

o maior país muçulmano do mundo; e a Nigéria, que é o maior país africano. Contando já com China, Índia, Brasil e México, tinha-se, em termos absolutos, os maiores países em desenvolvimento, mas também vários dos pequenos e dos médios, que lá estiveram conosco. Além disso, embora não tenham entrado para o nosso grupo, porque tinham interesses mais específicos pelos quais lutar, mantivemos um diálogo constante com outros países africanos, com os países menores, de menor desenvolvimento relativo, etc.

Então, em que constituiu essencialmente a “Batalha de Cancún”, se é que posso usar essa expressão um pouco pleonástica? Em primeiro lugar, fazer com que esse grupo fosse aceito como interlocutor, não meramente como um grupo de pressão, que falaria nas reuniões plenárias, mas que desapareceria na hora em que chegássemos às mesas de negociação. Isso foi o que conseguimos. Primeiramente, houve uma batalha de procedimentos em torno de que texto seria a base. De nossa parte, defendíamos que nosso texto deveria ter um *status* igual. Enfim, os senhores, que são Parlamentares, sabem muito bem a importância de ter o texto base.

O fato é que conseguimos, digamos, eludir essa questão, até porque, como todos os textos seguiam mais ou menos a mesma estrutura, como eu já disse, os chamados pilares básicos – agricultura, apoio doméstico, acesso a mercados e subsídios da exportação –, pudemos conseguir que o Presidente fizesse uma declaração dizendo que todas as contribuições seriam consideradas e que as discussões seriam feitas tema por tema. Era o que queríamos: cada um puxava o seu tema e a sua formulação. E essa foi a maneira como levamos e foi uma primeira – pequena,

porém importante – vitória que tivemos.

A outra coisa importante era, digamos, evitar que se tentasse – como se tentou – desacreditar ou dividir o, a essa altura, G-21, que depois se tornou G-22. Eram constantes os boatos de que haveria divisão. Até o boato de que o Brasil ia sair do G-21 eu ouvi – imaginem, nós, que estávamos liderando! Bastava sair da sala e se encontrar com um membro do Grupo de Cairns da Austrália, ou se encontrar com um europeu, que já vinha o boato de que alguma coisa ia acontecer e, sobretudo, que haveria pressões sobre os pequenos.

A história é que um grupo de produtores agrícolas, de países produtores e exportadores agrícolas liderados pela Austrália durante a Rodada Uruguai, fez uma reunião numa cidade balneária australiana que se chama Cairns. É um grupo que reúne países desenvolvidos e em desenvolvimento, exportadores agrícolas.

Mas, enfim, cada vez que havia um contato, havia uma tentativa ou de desacreditar ou de dividir. Houve, também, sabemos, por parte das grandes potências comerciais, reuniões específicas com todos os países que estavam negociando acordos de livre comércio com eles, com o objetivo de talvez impressioná-los quanto a uma eventual pouca conveniência de continuar pertencendo ao G-21.

Diria que conseguimos manter a unidade do grupo por meio de dois pontos principais: primeiro, uma mobilização permanente. Tínhamos reuniões diárias, às vezes mais de uma por dia, em nível de ministros ou de altos funcionários do G-21; e, segundo, por meio de uma grande objetividade, digamos assim, de uma “desemocionalização” das questões, evitando a retórica, evitando uma

postura confrontacionista.

Essa posição permitiu que todos os países, desde aqueles que têm uma aliança estratégica com uma das duas grandes potências até os que têm, digamos, uma fragilidade econômica qualquer, continuassem se sentindo confortáveis no grupo. E, com uma única exceção, chegamos a um grupo acrescido no final.

Isso fez também não só que a Mesa Diretiva da conferência, mas os próprios interlocutores, nos aceitassem e nos respeitassem como interlocutores. Eu diria, sem nenhum exagero, que as principais reuniões estruturadas que se realizaram em Cancún foram as que se fizeram entre União Européia e G-21; entre Estados Unidos e G-21; e, depois, uma reunião trilateral entre União Européia, Estados Unidos e G-21.

Talvez o que tenha provocado o impasse no final tenha sido a ausência de um tratamento semelhante nos outros temas, nos chamados temas de Cingapura, em que os países que tinham dificuldade com o tema mal foram chamados.

Durante essas negociações, a nossa postura objetiva, propositiva, concreta, pragmática foi se afirmando, diferentemente do que interpretam hoje os jornais, dizendo que provavelmente o Bob Zoellick estava se referindo ao Brasil quando falou que alguns países foram lá mais para pontificar do que para negociar. Posso dizer a V. Exas que, ao final da última reunião plenária antes da conclusão, na noite do sábado, quando o Brasil falou em nome do Grupo dos Vinte e Dois, depois dessa reunião, em uma conversa privada que tive com o Zoellick, onde havia testemunhas, ele disse: "Vocês fizeram o discurso com o qual não estou de acordo em muitos pontos, mas tenho que reconhecer

que o discurso foi pragmático..." – em inglês, ele disse *business like* – "...e, nesse sentido, um sinal positivo". Então, foi essa a colocação do próprio negociador americano.

Essa idéia de que houve confrontação, como expresso hoje por um parlamentar americano, ou seja, de que o Brasil teria sido culpado do fracasso da reunião de Cancún, é totalmente absurda, até porque continuamos a negociar e, depois dessa reunião, apesar de termos feito críticas ao papel revisado que surgiu depois das três reuniões que mencionei, já tínhamos prontas as nossas emendas e estávamos prontos a continuar a negociar. Ainda mais: mesmo que tivesse havido um impasse nos outros temas, estaríamos prontos a negociar. Creio que teríamos conseguido. Não sei se teríamos chegado a um resultado final – isso é impossível de saber. É como em um jogo de futebol, em que, antes de acabar, é impossível saber quem ganha ou se haverá um resultado positivo. Todavia, estávamos prontos a negociar. Se houve uma área em que se pode dizer que ocorreram avanços em Cancún, foi na agrícola. Não foram suficientes, mas houve avanços. Portanto, essa alegação de que a reunião não teria avançado em relação à agricultura é totalmente infundada.

Para concluir esses comentários, queria dizer o seguinte: por que a reunião não foi adiante? Por causa dos chamados temas de Cingapura; por uma intransigência, eu diria até uma certa arrogância de parte das grandes potências ou de algumas delas, uma vez que acharam que poderiam impor um certo resultado. No caso, não era tanto com relação ao Brasil, que tinha até uma certa flexibilidade para negociar esses temas dentro de certos parâmetros, mas em relação

a outros países. Eu diria, portanto, que houve uma certa arrogância ao se tentar colocar esses temas na mesa quase que na base do rolo compressor.

Quando perceberam que isso não era possível e que tinham que voltar atrás e flexibilizar – e, de fato, flexibilizaram, pois os temas de Cingapura eram quatro e, no final, se sobrasse um, já seria muito –, já era um pouco tarde, os ânimos já haviam se acalorado entre alguns desses países, sobretudo os de menor desenvolvimento relativo, e foi praticamente impossível reatar as negociações. O Presidente preferiu concluir a reunião naquele ponto a passar por uma discussão que provavelmente seria desgastante. Foi adotada, então, a declaração, que todos conhecem e que tem um lado positivo, repito, diferentemente de Seattle, que instrui os negociadores em Genebra a continuarem o trabalho e a levarem em consideração todas as propostas feitas.

Em primeiro lugar, acredito que as negociações serão retomadas. Será uma prova de insensibilidade política imensa por parte das grandes potências comerciais – União Européia e Estados Unidos – não continuarem as negociações. Não creio que isso ocorra. Creio que pode demorar, mas vão continuar. Em segundo lugar, chegaremos às negociações política e técnica fortalecidos, pois realizamos muito trabalho técnico também. Gostaria de render tributos aos Embaixadores Clodoaldo Hugueney e Luiz Felipe de Seixas Corrêa, que comandaram o trabalho. E não apenas o Brasil, mas todos os outros países, conjuntamente. Segundo o Ministro da África do Sul, Alec Erwin, não somamos apenas nossas capacidades políticas, nosso peso político, somamos nossas capacidades

técnicas, de modo a dialogar de igual para igual com a União Européia e com os Estados Unidos, não apenas do ponto de vista da firmeza política, mas também do ponto de vista técnico.

Em terceiro lugar, se retomarmos, como creio que retomaremos – isso sempre aconteceu após os outros “fracassos” –, as conversações em Genebra, já as retomaremos de um ponto mais avançado, em dois sentidos. Primeiro, na agricultura, onde já havíamos conseguido alguns avanços – insuficientes, mas alguns avanços –, e a compreensão de que somos um ator que não pode ser ignorado. Segundo, porque em relação aos outros temas, sobretudo os novos, que eram, digamos, um excesso de lastro que havia nas negociações, creio que já há a compreensão de que não será possível tentar ser ambicioso em relação a eles. Provavelmente, alguns até ficarão de fora.

Para encerrar, diria que, em função desses fatores, nossa posição ganhou legitimidade política. As pessoas podem até dizer que se trata de uma posição defendida pelas ONGs – o que não seria pouco –, ou pelo Terceiro Mundo, etc. Mas não. Há o editorial do *The New York Times* de ontem, para quem quiser ler. Há artigos nos jornais ingleses e na grande imprensa internacional – no *Corriere Della Sera*, no *Le Monde* e em muitos outros – que, claramente, demonstram que a reforma agrícola e a maneira como a defendemos é o que tem que ser feito. Claro que pode haver diferenças em detalhes, mas o sentido geral da negociação deve caminhar no sentido que propusemos.

Dessa forma, estou confiante de que as negociações prosseguirão e de que o Brasil sai fortalecido. Sai fortalecido em sua

liderança – não nos esquivemos de utilizar a expressão, pois ela foi empregada pelos outros em relação a nós –, e sai fortalecido também na capacidade negociadora, que não é algo para ser utilizado de maneira retórica,

triunfalista, ou apenas como se fosse um brilho efêmero, mas para obter resultados concretos, que é o que desejamos em agricultura e em outras áreas.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Formatura da turma “Sérgio Viera de Mello”

Discurso do Paraninfo da Turma “Sérgio Vieira de Mello” do Instituto Rio Branco, Ministro Marcos Bezerra Abbott Galvão, na cerimônia de formatura, no Palácio Itamaraty, em 18 de setembro de 2003

Vinte e dois anos e cinco meses atrás, 22 de abril de 1981, meus colegas e eu estávamos sentados nesses mesmos lugares que vocês ocupam hoje.

Era um Brasil muito diferente. Nós não tivemos patrono, nem paraninfo, nem muito menos orador da turma.

Durante duas décadas foi assim. Os governos daquele tempo fugiam de palavras e atos que pudessem expor a nossa verdadeira realidade.

Na política externa, sobretudo a partir de meados dos anos setenta, o discurso internacional do Brasil soava como algo quase descolado da face interna do regime.

As muitas contradições com o quadro doméstico, porém, não podiam deixar de comprometer a credibilidade de nossas posições no plano externo.

O Governo brasileiro pregava uma ordem internacional democrática e participativa, enquanto, aqui dentro, fazia exatamente o oposto.

Defendia para o mundo o império do direito, enquanto, aqui dentro, impunha a lei

do arbítrio.

Denunciava as disparidades mundiais entre o Norte e o Sul, enquanto, aqui dentro, punha em segundo plano a redução da distância entre os nossos próprios ricos e pobres.

Criticava lá fora a bipolaridade Leste-Oeste, enquanto, aqui dentro, pelo mesmo prisma ideológico da Guerra Fria, tentava justificar o regime de exceção.

Essas contradições, no entanto, não eram a única causa de nossos problemas de credibilidade internacional. Havia, também, momentos infelizes em que a política externa mantinha estreita coerência com a política interna.

Jamais consegui ver motivo de orgulho, por exemplo, no mau uso que se fez dos argumentos da soberania e da independência, invocados na tentativa de desqualificar as pressões internacionais em prol da democracia e dos direitos humanos, pressões que todos sabemos – e já sabíamos naquela altura – seriam importantes para fazer avançar a redemocratização no Brasil e em vários outros países.

A verdade, em suma, é que faltava à diplomacia brasileira a força da legitimidade com que, depois do retorno à ordem democrática, continuou a bater-se muitas causas que já eram boas e passou a lutar por outras que os governos daquela época não queriam e não podiam defender.

Queridos formandos,

Ao me honrarem com a escolha para ser o paraninfo da turma, Vocês me deram a oportunidade única que eu – como também, creio, muitos de nós que nos formamos em silêncio, toda uma geração de diplomatas – gostaria de ter tido vinte e dois anos atrás.

Recebam as minhas palavras, por favor, como expressão do quanto me tocou a generosidade de Vocês ao me prestarem a maior homenagem que um diplomata-professor pode receber. Faço questão de dividir esta homenagem com Fernando Pimentel, meu assistente na cadeira de Política Externa Brasileira, que tanto e tão bem contribuiu para o nosso curso.

Devo, ainda, especial reconhecimento a André Amado, que me convidou a, mais uma vez, lecionar no Instituto Rio Branco – e sob cuja liderança nossa academia diplomática viveu um período de intensa modernização.

Senhor Ministro,

Desde que ingressei na carreira, em setembro de 1980, o Brasil mudou muito menos do que a imensa maioria de nós queria, sobretudo no que se refere às condições duríssimas em que continuam a viver milhões de nossos compatriotas.

De lá para cá, no entanto, o Brasil mudou muito mais do que a imensa maioria de nós acreditava fosse possível.

Na década de 1930, Sérgio Buarque de Holanda dizia que “a democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido”.

Essa frase, seca e cética, continuaria a descrever por muito tempo, e até com mais razão em anos subsequentes, a nossa triste realidade.

Diante desse passado, e do momento que vivíamos em 1980, quantos de nós podíamos imaginar que o Brasil seria hoje a maior, a mais estável e dinâmica democracia da América Latina?

A resposta, acredito, é que nenhum de nós esperava tanto. E temos nisso motivo de satisfação e orgulho.

Mas o que nos fez optar pela carreira diplomática não é a celebração, sempre saudável e necessária, do que já alcançamos.

O que nos move é o desejo de participar da vida pública do País, de contribuir para o muito que ainda está por fazer e por mudar.

Caros colegas,

Como ocorre com a maioria das profissões, também a diplomacia é objeto de preconceitos.

Entre eles, o de que estamos aqui para viajar, circular nas grandes festas do mundo, viver em um universo distante da realidade do Brasil.

Nós sabemos que não é nada assim.

Vocês sabem o quanto custou a cada um chegar ao Instituto Rio Branco, vencer o mais duro dos processos de seleção e, em seguida, encarar a perspectiva de uma carreira de muito trabalho, sacrifícios familiares, e poucas glórias individuais.

Sabem que serviço público é o terreno de quem está pronto a dar o melhor de si de forma institucional, discreta, quase sempre anônima. Daqueles que se realizam com o servir pelo servir, que se contentam com o reconhecimento profissional de seus pares, com promoções e oportunidades cujo valor só nós mesmos entendemos, e com o

ocasional aplauso íntimo e contido de suas próprias consciências.

Sabem que, em nossa carreira, o objetivo último é assumir responsabilidades cada vez maiores, receber e cumprir missões cada vez mais significativas e desafiadoras – a mesma vontade de servir às grandes causas públicas que orientou a vida de Sérgio Vieira de Mello, a quem Vocês prestam hoje justíssima homenagem, ao elegê-lo patrono da turma.

Sabem, também, que a diplomacia se transforma rapidamente, que o nosso trabalho cresce em volume, complexidade e importância para o Brasil. Que as demandas sobre nós aumentam ano após ano.

Mesmo pressionados pelo peso e urgência de suas tarefas, no entanto, não caiam nunca na tentação do automatismo burocrático.

Cada um de Vocês encontrará a melhor forma, o melhor momento de contribuir com as suas idéias e ponderações. Mas não deixem jamais que cálculos de conveniência pessoal os inibam de apresentar e defender os pontos de vista que julgarem corretos.

Foi a regra que procurei seguir com todos os meus chefes – entre eles Rubens Ricupero, João Clemente Baena Soares, Gelson Fonseca, Luiz Felipe Lampreia e Rubens Barbosa – que sempre me incentivaram a fazê-lo e distinguiram-me com a sua confiança e amizade.

Queridos formandos,

Para quem, como nós, é obrigado a servir longe do Brasil, a mudar de país e de casa de três em três anos, a família e os amigos ocupam um lugar absolutamente essencial.

Eu, por exemplo, só estou aqui porque o meu pai, Fernando Abbott Galvão, também diplomata, ensinou-me o sentido e o valor do serviço público. Dele herdei o gosto pela política reta e pelas palavras claras.

Nossas famílias são a âncora maior que nos prende à realidade cotidiana do Brasil, mesmo quando estamos a milhares de quilômetros de distância, vivendo em sociedades por vezes muito diferentes da nossa. No meu caso, minha mãe e meu pai diplomata jamais me deixaram esquecer que, embora nascido por acidente no exterior, a nossa terra, a minha terra chama-se Natal, Rio Grande do Norte.

A família é também a ponte de toda a travessia e, ao final, o porto de chegada. Nossas parceiras e parceiros na vida – Ana Maria, na minha –, e nossos filhos, são a base fundamental, o lar permanente.

Eles arcam com a parcela maior dos sacrifícios pessoais impostos por nossa profissão. São muitas vezes obrigados a renunciar a carreiras e aspirações próprias para nos acompanhar, um preço cada vez mais alto e difícil de aceitar nos dias de hoje.

Cuidem, pois, de suas famílias com atenção, carinho e prioridade.

E cultivem os amigos, os velhos, da vida toda, e os que irão fazer ao longo do tempo.

De qualquer canto da Terra, Vocês irão chamá-los para receber notícias, compartilhar alegrias e tristezas, ouvir conselhos, pedir apoio. Tal como suas famílias, mesmo de longe, eles ajudarão a mantê-los no rumo certo.

Chego ao final. Desejo a Vocês, novos colegas, toda a felicidade na carreira que agora iniciam. E desejo, a todos nós, que os próximos paraninfos possam – como eu –, ao olhar o Brasil de antes, dizer que o Brasil do presente é melhor.

Não tenho dúvida de que assim será, porque esse é o destino do nosso país. E é para ajudar a cumpri-lo que estamos aqui.

A Vocês, novamente, muito obrigado.

Que a sorte os abençoe a todos e a cada um.

Discurso do orador da Turma “Sérgio Vieira de Mello”, Secretário Paulo Gustavo Iansen de Sant’Ana, na cerimônia de formatura, no Palácio Itamaraty, em 18 de setembro de 2003

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores; Excelentíssimo Senhor Diretor do Instituto Rio Branco; autoridades presentes; colegas diplomatas, senhoras e senhores,

É com grande satisfação que nós, formandos do Instituto Rio Branco, agradecemos a todos aqueles que nos apoiaram e, muitas vezes, sacrificaram-se para que pudéssemos estar aqui hoje. Gostaríamos de fazer especial homenagem a nossas famílias, cuja presença nesta cerimônia coroa simbolicamente o término de longo e desgastante processo, no qual sua ajuda e estímulo diários foram de fundamental importância. Nossos agradecimentos não se restringem somente aos familiares, mas também aos professores, amigos e a nossos colegas latino-americanos e africanos que freqüentaram o Instituto Rio Branco conosco, enriquecendo nossa experiência e fortalecendo os laços que unem nossos países.

Gostaríamos de homenagear, em particular, nossos colegas de turma, incluindo meu irmão, que já se encontram no exterior, a serviço do País, e que não puderam estar presentes a esta solenidade.

Senhor Ministro de Estado,

A turma de formandos de 2000 escolheu o Ministro Marcos Bezerra Abbott Galvão como nosso paraninfo.

Tivemos a oportunidade de tê-lo como nosso professor de Política Externa Brasileira no segundo semestre de 2000.

Dentre os diversos professores com quem tivemos o privilégio de conviver, o Ministro Galvão destacou-se pela abertura que proporcionou, em suas aulas, ao contato com diferentes atores da sociedade. Além de nos passar sua grande experiência profissional e vasto conhecimento, o Ministro Marcos Galvão trouxe à sala de aula representantes de diferentes setores da sociedade – jornalistas, diplomatas, políticos de diferentes partidos –, a fim de enriquecer a análise sobre os diversos temas tratados.

O aperfeiçoamento de nossas instituições democráticas passa, necessariamente, pelo aprofundamento do diálogo com toda a sociedade na formulação de políticas públicas, seja no âmbito interno, seja no externo, e pela incorporação no processo decisório de novos atores sociais. Aprendemos, durante nosso período de Instituto Rio Branco, que o Itamaraty deve ser, antes de mais nada, uma caixa de ressonância, que amplifica os anseios nacionais por uma sociedade mais justa e responde prontamente às demandas de um País plural e diversificado.

Senhor Ministro de Estado,

Gostaríamos de poder dizer que é com satisfação que escolhemos Sérgio Vieira de Mello como nosso patrono. Mas, diante de sua perda de forma tão brutal e sem sentido, ainda é difícil desvincilar-nos do sentimento de perplexidade e revolta.

Após tantas manifestações de reconhecimento de seu trabalho e de pesar por sua perda, no pior ataque sofrido pelas Nações Unidas desde sua criação, o que ainda pode ser dito a respeito de Sérgio Vieira de Mello?

Durante mais de três décadas de trabalho como funcionário destacado da Organização das Nações Unidas, Sérgio Vieira de Mello

lutou incessantemente pela promoção dos direitos humanos, em diferentes locais ao redor do mundo, como Bangladesh, Sudão, Moçambique, Líbano, Camboja. Sua atuação no Kosovo e, em particular, em Timor Leste, como Representante do Secretário-Geral das Nações Unidas, evidenciou a toda a comunidade internacional sua capacidade conciliatória. Sérgio Vieira de Mello conseguia combinar talento diplomático e firmeza nas negociações com uma genuína indignação com o sofrimento imposto às populações afetadas por conflitos. A esse respeito, tivemos o privilégio de poder assistir a palestra por ele proferida no Instituto Rio Branco, em fevereiro de 2002, sobre sua experiência em Timor Leste. O atentado terrorista em Bagdá interrompeu bruscamente a carreira brilhante de Sérgio Vieira de Mello, que poucos meses antes fora nomeado Alto Comissário da ONU para Direitos Humanos.

A relação de Sérgio Vieira de Mello com este Ministério é antiga. Seu pai, Arnaldo Vieira de Mello, aposentado compulsoriamente por ato do regime militar, foi quadro desta Casa. Funcionário das Nações Unidas, Sérgio Vieira de Mello trabalhou por diversas ocasiões em estreita colaboração com o Governo brasileiro. Em Timor Leste, não mediou esforços para ampliar o papel brasileiro na reconstrução daquela nação.

Esperemos que seu exemplo de sacrifício e dedicação aos ideais ainda hoje representados pelas Nações Unidas ajude a sensibilizar a comunidade internacional quanto à necessidade de aprofundar os esforços pela paz. Que sua memória sirva de inspiração a todos aqueles que continuam lutando pela construção de um mundo mais pacífico, próspero e democrático.

Senhor Ministro de Estado,

Diante de tragédia causada por ato tão bárbaro e cruel, resta-nos questionar se ainda há espaço, no cenário internacional, para o diálogo, o consenso, a busca de soluções pacíficas de conflitos, em um momento em que o quadro político mundial se deteriora e o recurso à força toma o espaço da negociação diplomática.

Qualquer resposta a esta pergunta, que tenha por premissa básica a manutenção da paz e a promoção da prosperidade em escala global, terá como elemento central o fortalecimento do multilateralismo, de modo a fomentar o entendimento mútuo entre as nações e impedir que medidas unilaterais – seja no campo político, econômico ou militar – prevaleçam na resolução de conflitos.

Nesse sentido, a reestruturação de organismos multilaterais – incluindo a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com a admissão do Brasil na qualidade de membro permanente – mostra-se não somente uma causa justa, mas medida absolutamente necessária, a fim de adequá-los à realidade contemporânea e torná-los mais legítimos e representativos dos anseios da comunidade internacional. Temos a convicção de que a manutenção da paz somente será possível com a incorporação imediata aos centros decisórios internacionais de parcelas até o momento periféricas da população mundial.

O Brasil tem uma contribuição original a dar ao mundo, a partir de nossa sociedade tolerante e acolhedora, na qual povos das mais variadas origens e crenças integram-se em uma mesma comunidade harmônica. A isso se acrescenta o capital moral de uma política externa historicamente engajada na

defesa da solução pacífica de conflitos, do fortalecimento da ordem jurídica e de respeito ao Direito Internacional, e da renúncia à produção de armas de destruição em massa.

Senhor Ministro de Estado,

Não são poucos os desafios que a diplomacia brasileira encontra diante de si, com o adensamento de nossa agenda internacional: complexas negociações comerciais em diferentes foros; aprofundamento da integração com nossos parceiros sul-americanos; atendimento aos mais de 2 milhões de cidadãos brasileiros que se encontram no exterior, entre outros.

Nós, diplomatas recém-egressos do Instituto Rio Branco, sabemos das grandes dificuldades externas, bem como das limitações internas, que cercam nosso trabalho. Mas sabemos também do importante papel que podemos desempenhar para o futuro do País, criando oportunidades para o desenvolvimento nacional, de modo a resgatar a imensa dívida histórica brasileira de inclusão social.

É com este espírito que ingressamos na carreira diplomática, e é com esta disposição que pretendemos cumprir nosso dever.

Muito obrigado

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da cerimônia de formatura da Turma “Sérgio Vieira de Mello”, no Palácio Itamaraty, em 18 de setembro de 2003

Embaixador João Almino, Diretor do Instituto Rio Branco; Ministro Marcos Galvão, Paraninfo da Turma Sérgio Vieira de Mello; Secretário Paulo Gustavo de Sant’Ana, Orador da Turma; senhores diplomatas, jovens formandos,

Quero, antes de mais nada, registrar o orgulho dos funcionários desta Casa, e meu próprio, em trabalharmos sob o comando de um Presidente que, em poucos meses de Governo, soube imprimir um dinamismo sem precedentes à política externa brasileira.

O respeito que desperta o Governo do Presidente Lula no cenário internacional é um fato que dispensa elaboração e decorre, sobretudo, das atitudes firmes assumidas no plano interno: no combate à fome e à pobreza, na administração responsável da República, no aperfeiçoamento de nosso convívio democrático.

Mas para nós, no Itamaraty, é fundamental traduzir este capital de credibilidade em capacidade de iniciativa e liderança no plano das relações bilaterais, regionais, multilaterais.

Na realidade, o mundo padece, hoje, de um déficit de lideranças que expressem, com clareza e sinceridade de propósitos, a necessidade de uma ordem global mais justa e solidária.

São grandes as expectativas internacionais em relação ao nosso Presidente. Sua lucidez e sua vocação democrática o tornam presença obrigatória nos debates sobre os mais prementes problemas mundiais. Para o Itamaraty e seus funcionários, isso significa que não há lugar para ceticismo quanto à nossa capacidade de defendermos nossos interesses e de influirmos na promoção do desenvolvimento e da paz.

Senhores e senhoras, jovens formandos,

O homenageado pela turma que se forma hoje permanecerá uma fonte de inspiração para todos os que, como nós, acreditam na diplomacia e na paz: Sérgio Vieira de Mello, de quem me orgulho de ter sido amigo pessoal, é exemplo de dedicação aos desvalidos, sensibilidade política, coragem,

capacidade de análise e de comunicação. Foram mais de 30 anos de serviço às Nações Unidas, em missões de grande complexidade e alto risco. Seu trágico desaparecimento ocorre em um contexto preocupante de crise do multilateralismo. Mas seus esforços não terão sido em vão, se todos aqueles que compartilham sua visão de um mundo mais solidário perseverarem na defesa dos ideais de paz e de cooperação que o inspiraram.

A direção que o Presidente Lula tem imprimido à atuação externa do Brasil define-se pela defesa de nossos interesses como nação, ao mesmo tempo que reafirma nossa vocação humanista e nosso propósito universalista.

Buscamos ampliar nossa presença em todas as frentes de atuação externa, a partir da ênfase na integração da América do Sul. Neste espírito, aperfeiçoamos nosso relacionamento com parceiros tradicionais também do mundo desenvolvido, e construímos novas e promissoras parcerias com o mundo em desenvolvimento.

Precisamos de instituições multilaterais revigoradas. O Brasil tem muito a contribuir para assegurar que o processo internacional de tomada de decisões seja mais aberto, transparente e democrático – em uma palavra, legítimo.

A preservação e o fortalecimento dos sistemas multilaterais de comércio, de segurança coletiva, de cooperação em todos os campos, constituem alguns dos grandes desafios do momento presente.

O comércio internacional é, sem dúvida, uma via potencial para o desenvolvimento e para a melhor distribuição de riqueza. Mas para que isto ocorra efetivamente é necessário trabalharmos por condições eqüitativas de troca. Não podemos aceitar

regras feitas sob medida para os países ricos, ou que consagram subsídios escandalosos e outras barreiras injustificáveis aos nossos produtos. É por isso que o Brasil se envolve com tanta determinação na melhoria das disciplinas que regem o comércio, na abertura de mercados e na preservação de um espaço de autonomia para a adoção de políticas industriais, científicas, sociais e ambientais.

Acabo de regressar da V Conferência Ministerial da OMC, onde defendemos a eliminação dos absurdos subsídios dos países ricos na área agrícola, que chegam a quase US\$ 1 bilhão por dia.. Independentemente das análises que venham a ser feitas sobre a reunião de Cancún, pode-se afirmar, desde já, que ela marca um ponto de inflexão na dinâmica interna da Organização – onde, tradicionalmente, o que era decidido pelas grandes potências comerciais era visto como o consenso inevitável. Graças a um esforço conjunto de 22 países em desenvolvimento, coordenados pelo Brasil, do qual participaram países grandes e pequenos de três continentes, as postulações da maior parte da humanidade não puderam ser ignoradas.

Apesar da ausência de resultados imediatos, vejo a reunião de Cancún menos como um fim do que como o começo de uma nova etapa na vida da OMC, em que as negociações se processarão de maneira mais equilibrada e menos unilateral.

Na ALCA, e após ampla consulta interna, fui instruído pelo Presidente Lula a explorar os contornos de uma “ALCA possível”, capaz de conciliar nossas prioridades com os interesses dos diferentes participantes; uma ALCA que não sofra dos mesmos problemas que impediram Cancún de chegar

a uma conclusão exitosa.

Com a União Européia, o MERCOSUL está empenhado em levar a bom termo a negociação de um acordo de liberalização comercial, que contribuirá para mantermos uma saudável “multipolaridade” em nosso intercâmbio com o mundo desenvolvido.

Meus queridos formandos,

Em alguns meses, o Brasil retorna ao CSNU, na condição de membro não permanente. Será esta a nona vez que participaremos das atividades do órgão incumbido de preservar a paz e segurança internacional.

O momento é crítico e nos impõe responsabilidades políticas e morais. No Iraque, episódios cotidianos de violência indiscriminada e tensões crescentes entre as diferentes comunidades demonstram que o processo de reconstrução institucional e física só avançará sobre novas bases, com as Nações Unidas exercendo um papel central. No Oriente Médio vemos, a cada dia, dificuldades crescentes para o restabelecimento do diálogo para a promoção da paz.

O papel do Conselho de Segurança na autorização da força é condição essencial para que intervenções militares – sempre um recurso extremo – sejam legítimas.

Sabemos, há vários anos, que a estrutura e os métodos de trabalho do Conselho, bem como seus instrumentos de ação, já não satisfazem a comunidade internacional. Como mencionado por Paulo Gustavo, orador da turma, cabe promover as reformas necessárias, com um sentido de urgência. Defendemos a ampliação do Conselho de Segurança nas categorias de membro permanente e não permanente. Nesse contexto, o Brasil tem recebido manifestações de apoio que muito nos

honram. Mas, obviamente, as reformas não se esgotam aí. A questão de como lidar com o voto segue sendo um desafio. As relações entre os órgãos principais das Nações Unidas devem ser revistas e aprimoradas.

Não poderia dirigir-me aos jovens diplomatas sem dedicar atenção especial à prioridade de nossa política externa, que é a integração da América do Sul. Estamos falando de povos que enfrentam problemas comuns e que compartilham anseios semelhantes.

Nas várias conversas com lideranças dos países da região, temos verificado um forte empenho de trabalharmos em harmonia pela integração física e pelo progresso econômico, social e político de cada um de nossos países – e do Continente como um todo.

Juntos, os 12 países sul-americanos constituirão um pólo de atração de investimentos e um mercado suficientemente amplo para dinamizar nossa interação com outros países da própria América Latina, com os quais mantemos a mesma vinculação histórica, e com outras regiões. Unidos, os países da América do Sul terão melhores condições de defender seus interesses junto a outros blocos e interlocutores. Coordenados, poderão enfrentar desafios que ultrapassam fronteiras e consolidar a região como uma zona de paz, cooperação, democracia e desenvolvimento.

O processo de integração sul-americana avança. A pedra angular deste processo é nossa relação com a Argentina e o fortalecimento institucional do MERCOSUL. Com o Peru, o bloco acaba de assinar um acordo de alcance histórico. Antecipo, com confiança, a conclusão das negociações com a Comunidade Andina. Mais do que isto, acredito que estão sendo criadas as condições

para o surgimento de uma “Comunidade Sul-Americana de Nações” – na expressão do Presidente Alejandro Toledo.

Progridem, igualmente, as negociações do MERCOSUL com a União Aduaneira Sul-Africana (SACU), com a Índia e com a China, o que alarga as nossas parcerias com os grandes países do Sul. Buscaremos, também, aprofundar o nosso relacionamento com a Rússia, ao mesmo tempo que continuamos a cuidar, com a atenção devida, do nosso relacionamento com os EUA e a Europa Ocidental. As viagens do Presidente da República a vários destes países testemunham esta prioridade.

Em novembro, o Presidente Lula estará visitando 5 países da África. Precisamos estabelecer com a África um padrão de relacionamento à altura da contribuição que a África deu para a formação da identidade brasileira. De minha parte, comecei a preparar o terreno com uma visita à África Austral, no último mês de maio, em que identifiquei as principais áreas de cooperação, e onde essa cooperação pode ser intensificada ou implantada.

Para dezembro, está sendo planejada uma viagem do Presidente a seis países do mundo árabe. O objetivo é reforçar as relações com uma região onde são promissoras as perspectivas de cooperação econômica e comercial, e à qual nos unem também vínculos sangüíneos e de afinidades.

Juntamente com nossos vizinhos sul-americanos, pretendemos receber, em 2004, os líderes do mundo árabe para uma cúpula voltada para a exploração de nossas complementaridades.

O recém-instituído Foro Trilateral, que reúne África do Sul, Índia e Brasil – países de peso semelhante em suas respectivas

regiões, e também três grandes democracias – reflete nossa vontade de estreitamento de relações nos planos político, econômico, cultural e científico-tecnológico, com países que partilham percepções e estruturas parecidas. Dentro de poucos dias, o Presidente manterá encontro de trabalho com seus homólogos sul-africano e indiano, à margem da Assembléia Geral da ONU.

Senhores e senhoras, jovens colegas,

O Instituto Rio Branco, sob a competente direção do Embaixador João Almino, vem-se modernizando e democratizando, sem perder a sua principal marca, que é a da excelência acadêmica na formação de diplomatas. Alegra-me ver que continuamos a acolher estudantes de outros países.

Queridos amigos,

Na medida em que a integração da América do Sul constitui o foco central de nossa ação externa, devemos nos aparelhar para que a importância atribuída à aproximação com nossos vizinhos se materialize em iniciativas e realizações concretas.

Com este fim, criamos uma Subsecretaria para tratar das questões relativas ao Continente sul-americano de forma abrangente. A mesma lógica determinou o aumento da lotação de nossas Embaixadas junto aos países da região.

Olhando mais além, criamos (ou deveria dizer, recriamos) um Departamento para tratar das relações com a África, de modo a dedicarmos uma atenção mais especializada a uma região chave na formação cultural do Brasil. O Oriente Médio passou a beneficiar-se também de um Departamento próprio, facilitando a aproximação política e econômica desta região – a um tempo conturbada, mas de grande potencial – com o Brasil.

Senhor Diretor do Rio Branco, jovens

colegas,

Queremos incentivar as vocações para o tratamento de determinados temas ou regiões e estimular o aprendizado de idiomas em que é reduzida nossa proficiência, como o chinês, o russo, o árabe, entre outros.

Como costuma afirmar o Secretário-Geral, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, precisamos desenvolver canais diretos de comunicação entre o Brasil e culturas que nos acostumamos a conhecer e estudar apenas pelo prisma de terceiros.

Queremos imprimir a nossas circunstâncias de trabalho a perspectiva humanista do Governo, em particular combatendo a discriminação racial e de gênero. Registro com satisfação o aumento expressivo do número de candidatos à bolsa de estudos para afro-descendentes, que se aproxima de 1700. Aumentamos o número das bolsas concedidas, ainda modestamente, de 20 para 30, e o valor da bolsa, propiciando aos candidatos melhores condições de estudo.

Com especial satisfação, estarei empossando, em breve, a Embaixadora Vera Pedrosa no cargo de Subsecretária de Assuntos Políticos. Embora esta indicação se deva exclusivamente a suas qualidades profissionais, seu talento e seu patriotismo, não deixa de ser motivo de alegria o fato de uma mulher assumir tão alta posição em nossa hierarquia.

Tenho presente, em função de minha própria experiência como diplomata, as vicissitudes e os sacrifícios emocionais relacionados aos permanentes deslocamentos a que somos sujeitos por dever de ofício. Faria minhas as palavras do paraninfo da turma. Preocupa-me, especialmente, a educação dos filhos do diplomata no exterior e os pesados encargos financeiros que muitas vezes acarreta. O assunto requer exame detido, com

vistas à formulação de medidas práticas, que – em uma primeira fase – talvez pudessem ser estendidos aos que servem em postos onde as oportunidades de acesso a uma educação universal de nível adequado sejam menores.

Antes de concluir, permitam-me uma breve digressão sobre as cobranças de “realismo” que surgirão inevitavelmente ao longo de suas carreiras, em diferentes contextos e situações. Parto do princípio de que os indivíduos sem um sentido desenvolvido da realidade não se interessam nem pela política nem pelas relações internacionais. Mas devemos ter presente que o conceito de realismo em diplomacia, como na política, presta-se a variadas manipulações. Contrariamente ao que sustentam alguns, ser realista não é aceitar a inevitabilidade da predominância dos mais poderosos. A arte de negociar é precisamente a de extrair soluções do embate entre diferentes ambições e percepções da realidade – de preferência, em um ambiente de boa fé e de aceitação das regras mutuamente acordadas. O que não podemos fazer é, em nome de um pretenso realismo, nos dobrarmos às ambições alheias sem lutarmos pelas nossas.

Para um país como o Brasil, participar da ação diplomática não pode ser visto como um simples emprego. Sob o comando do Presidente Lula, a política externa brasileira desenvolve-se como se o relógio de nossa História se tivesse acelerado.

Precisamos do melhor do que cada um é capaz de dar, em nosso esforço coletivo pela defesa de interesses nacionais e pela afirmação de valores universais.

Fazemos parte de um projeto nacional que busca erradicar a fome, a miséria, o analfabetismo, melhorar as condições de saúde do nosso povo e promover o pleno

emprego, em ambiente de democracia e de pleno respeito aos direitos humanos.

Fazemos parte de um Continente, a América do Sul, irmanado na busca da modernidade pela integração.

O Brasil precisa da dedicação de jovens como vocês para evitar que as injustiças se perpetuem, e que a diplomacia seja esvaziada pelos argumentos que privilegiam a força sobre a moral.

Confesso que fiquei emocionado, ontem, ao receber um grupo de jovens da União Nacional dos Estudantes (talvez em função de uma certa nostalgia que o Professor Marco Aurélio compreenderá), que veio prestar homenagem à ação brasileira em Cancún e trazer sua mensagem sobre outros temas da agenda internacional. Senti aí que a generosidade natural da juventude faz com que se volte também agora a temas que antes pareciam confinados às mesas dos especialistas. Independentemente da concordância, ou não, integral com todos os pontos, vi na iniciativa o sinal de um renovado interesse pelas questões da política externa. Estou certo de que a esta generosidade e interesse, os nossos jovens diplomatas saberão juntar os conhecimentos, o talento e a dedicação, que, somados ao patriotismo, definem a competência profissional.

Parabéns a vocês, a seus pais e demais familiares e muitas felicidades!

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em almoço oferecido aos formandos do Instituto Rio Branco, no Palácio Itamaraty, em 18 de setembro de 2003

Senhor Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim; senhores diplomatas, jovens formandos,

É com grande alegria que venho à Casa

de Rio Branco. Desta vez, não para receber mandatários estrangeiros, mas para dirigir-me a uma categoria de servidores públicos que se sobressai por seu profissionalismo e por sua dedicação ao Brasil.

Sinto-me feliz em poder estar entre esses jovens que hoje se formam. Quero transmitir-lhes minhas felicitações e, sobretudo, uma mensagem de estímulo.

Vocês ingressam na carreira diplomática em um momento de mudanças, em que o Brasil se afirma com crescente desenvoltura e confiança perante o mundo. Vivemos em uma sociedade que encara seus problemas com coragem e valoriza a democracia e a liberdade de expressão. Ao jovem diplomata não faltam razões para sentir-se motivado e acreditar em um futuro melhor para o Brasil e para a região sul-americana.

Ao mesmo tempo, é preciso que lutemos por um sistema internacional mais justo. É preciso que cobremos mais sensibilidade para a situação dos carentes, processos decisórios mais democráticos, regimes comerciais mais eqüitativos, maior respeito pelo Direito Internacional. Ao fazê-lo, estaremos defendendo nossos próprios interesses e um mundo mais propício à paz e ao desenvolvimento.

Desde meus primeiros dias de governo, preocupei-me em sinalizar nossa abertura ao diálogo com interlocutores de todos os quadrantes. Foi essa a minha intenção ao levar ao Fórum Econômico de Davos as preocupações do Fórum Social de Porto Alegre. Será esse o espírito que permanecerá, que permeará o discurso com que abrirei o debate geral da Assembléia Geral das Nações Unidas. É esta a marca do meu governo e a vocação do Brasil.

Cabe ao Itamaraty, na execução da

política externa brasileira, representar e defender os interesses de um país que busca os mesmos objetivos, nos planos nacional e internacional: o fortalecimento das formas democráticas de concertação política, o crescimento econômico com justiça social e a melhoria das condições de vida dos menos favorecidos. Internamente, é este o caminho para o desenvolvimento sustentável. Nas relações internacionais é esta a via que conduz à paz duradoura.

Caberá a vocês, sob a orientação do Ministro das Relações Exteriores, trabalhar pela integração da América do Sul e estreitar laços de cooperação com a África e com o Oriente Médio, com interlocutores do mundo desenvolvido e em desenvolvimento que compartilham nossos valores e objetivos.

A postura firme e objetiva que mantivemos na recém-finda reunião da OMC, em Cancún, demonstra que o Brasil dispõe de uma capacidade de articulação talvez única, que nos permite lutar por nossos interesses, somando forças com clareza e objetivos, e sem confrontações.

Alegra-me constatar que o Ministério das Relações Exteriores e os diplomatas brasileiros interagem, cada vez mais, com outras instâncias governamentais e com a sociedade civil. Vejo, com satisfação, que o Ministro Celso Amorim e outros diplomatas comparecem sistematicamente ao Congresso, para contatos regulares sobre questões que despertem especial interesse, como a integração da América do Sul, a ALCA, o Iraque. Multiplicam-se os fóruns de debate sobre a diplomacia e a política externa. Hoje, os brasileiros e brasileiras se dão conta de que a maioria dos temas da agenda internacional repercutem diretamente sobre suas vidas. Vemos, ao

mesmo tempo, que há um grande interesse, em outros países, pelo momento de transformações pelo qual passamos. Isso só aumenta a responsabilidade dos diplomatas e do Itamaraty, como intermediários privilegiados entre o Brasil e o resto do mundo.

Parabenizo, enfim, os jovens formandos, pela escolha de Sérgio Vieira de Mello como seu patrono. Ainda sob o impacto do ato brutal que lhe retirou a vida, é difícil não nos emocionarmos com a lembrança de um nome que soube aliar de forma tão brilhante a força da razão e o engajamento a favor dos mais vulneráveis. Impossível não nos sensibilizarmos ante a obra de tão destacado funcionário da ONU, que associou o nome do Brasil à luta pela paz e às mais nobres formas de cooperação entre as nações.

Que a memória de Sérgio Vieira de Mello preserve, na turma que se forma hoje, os ideais que inspiraram o seu trabalho político e humanitário, sua compaixão, sua tenacidade, sua alma a um só tempo universal e profundamente brasileira.

Quero terminar dizendo, se posso assim chamar, às meninas e aos meninos que se formaram, que o mundo que espera vocês é de mais paz, mas, ao mesmo tempo, mais conturbado do ponto de vista da exigência com que vocês serão cobrados daqui para a frente.

O Brasil é um país por demais importante, e muitas vezes não fomos mais porque não nos demos importância. O Governo tem a decisão política de fazer com que o País utilize todo o seu potencial de ousadia, todo o seu potencial de política externa, para inserir o Brasil no mundo como um país grande, um país que gosta de respeitar e, ao

mesmo tempo, um país que quer ser respeitado. Não aceitamos mais participar da política internacional como se fôssemos os coitados da América Latina, um país do terceiro mundo que tem criança de rua, que só sabe jogar futebol e só sabe pular carnaval. Este país tem criança de rua, tem carnaval, tem futebol, mas tem muito mais do que isto. Este país tem grandeza, tem intelectuais, tem cientistas, tem trabalhadores, tem governantes, tem políticos, tem diplomatas. Este país tem tudo para igualar-se a qualquer país do mundo e disto não abrimos mão.

Tenho dito em todos os lugares: não existe na face da Terra nenhum interlocutor que respeite outro se um deles estiver de cabeça baixa, agindo de forma subalterna. Respeitamos todo mundo, desde um país pequeno, como o Paraguai, até um país grande, como os Estados Unidos. Queremos tratar os dois em igualdade de condições e queremos ser tratados pelos dois em igualdade de condições. Vocês serão muito mais exigidos porque, daqui para a frente, perceberão que 24 horas por dia é muito pouco para um diplomata que se formou no Rio Branco. É muito pouco para quem quer, dignamente, representar os interesses do Brasil.

Hoje, mais do que nunca – sem demérito

a nenhuma pessoa , o Brasil cresceu no conceito mundial. O Brasil tem uma respeitabilidade muito maior. A partir do que aconteceu em Cancún, vocês vão perceber que serão olhados com muito mais interesse, mas, ao mesmo tempo, com muito mais cobrança pelos nossos interlocutores de outros países.

Mandamos para Cancún uma seleção, liderada pelo companheiro Celso Amorim, que tinha o Roberto Rodrigues, que tinha o Furlan, que tinha o Ministro do Desenvolvimento Agrário, que tinha a Ministra do Meio Ambiente representada pelo companheiro do Ministério, que tinha 12 Deputados. Não fazemos política para nós, individualmente. Fazemos política para este país. Portanto, as pessoas têm de participar, para assumirem o compromisso.

Queria que vocês, meninos e meninas que se formaram hoje, quando tiverem alguma dúvida na carreira diplomática de vocês, lembrem-se do homem que era Ministro das Relações Exteriores quando vocês se formaram.

Quero fazer um brinde aos formandos, mas, sobretudo, quero fazer um brinde à competência que o Celso Amorim tem demonstrado à frente do Ministério.

Combate ao Terrorismo

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na conferência “Combatendo o Terrorismo em Prol da Humanidade”, em Nova York, em 22 de setembro de 2003

Senhoras e senhores,

Saudo a oportuna iniciativa do Primeiro Ministro Kjell Magne Bondevik e do Professor Elie Wiesel, que retoma o debate multilateral sobre o terrorismo no mais elevado nível político.

Nos últimos anos, cruéis atentados atingiram os Estados Unidos, Bali, Riad e Casablanca. O onze de setembro ficará gravado em nossa memória como o marco trágico de um ciclo de violência que, infelizmente, não parece prestes a terminar.

Mais recentemente, o ataque à sede das Nações Unidas em Bagdá, ilustra o agravamento do problema e a insanidade dos autores de atos terroristas.

O principal empecilho a uma cooperação mais efetiva contra o terrorismo é político.

O ódio que anima os extremistas não se dissipará pelo emprego de métodos repressivos. São necessárias iniciativas diplomáticas, legitimadas pelo direito internacional.

São necessárias ações coordenadas, conduzidas por lideranças capazes de combinar firmeza no combate à violência com um claro compromisso com a democracia e a inclusão social.

Não podemos prescindir da ONU em nossos esforços. Enfraquecê-la significa fortalecer os inimigos da paz.

Mas a atuação das Nações Unidas não pode limitar-se a aspectos humanitários. Se os métodos e estruturas da ONU não satisfazem às exigências do mundo contemporâneo, apressememo-nos em reformá-la e modernizá-la.

Devemos minimizar os custos humanos e materiais da luta contra o terrorismo. A melhor forma de fazê-lo é privilegiar os instrumentos do diálogo e da diplomacia.

A luta contra o terrorismo não pode ser encarada como incompatível com a promoção e o fortalecimento dos direitos humanos, inclusive o direito a uma vida digna. Essa noção não tem sido enfatizada com a firmeza necessária.

Devemos garantir, em quaisquer circunstâncias, o respeito à legalidade. A detenção de indivíduos exige mandados de prisão e supõe processos regulares, universalmente aceitos.

Embora os atos terroristas tenham características comuns – como o desprezo pela vida humana e o mesmo substrato de barbárie -, não devemos tratar o terrorismo como se fosse um movimento internacional

de uma só face.

Generalizações simplificadoras podem levar a estratégias contraproducentes. Quando as generalizações envolvem a estigmatização de etnias, crenças, religiões, regiões ou países inteiros, elas passam a ser francamente perigosas.

Devemos evitar que o radicalismo produza a quebra da confiança e da comunicação entre povos, grupos, religiões ou etnias.

O terrorismo ganhará eco sempre que aspirações legítimas por representação política ou por justiça social forem sufocadas pela indiferença e pela arbitrariedade.

Senhoras e senhores,

O encontro preparatório de Oslo chegou a algumas conclusões importantes para este debate: não há um elo direto de causa e efeito entre pobreza e terrorismo. A associação automática entre terrorismo e pobreza pode levar à injusta discriminação contra países em desenvolvimento, como “celeiros” de terroristas.

A origem de atos terroristas é de caráter político: a falta de democracia ou de liberdades civis, a ausência de um Estado de Direito; as desigualdades de poder.

A falta de acesso a bens elementares, inclusive educação e bens culturais, corrói o tecido social e torna os indivíduos vulneráveis.

Essa situação pode ter como efeito a proliferação de atividades ilícitas de natureza variada, entre as quais o crime organizado e o terrorismo.

Não cremos que a mera elaboração de listas de organizações terroristas internacionais resolvam o problema.

Apoiamos a elaboração de uma convenção abrangente sobre o terrorismo, que permita definir todas suas manifestações e seus

possíveis autores.

A prevenção exige maior cooperação judiciária e dos órgãos de inteligência financeira e policial para reprimir eventuais associações de grupos terroristas com outras organizações criminosas.

Atenção particular deve ser conferida aos jovens, que se incluem entre os setores mais vulneráveis à propagação de idéias extremistas.

Devemos, também, evitar que o legítimo reforço de medidas de segurança – contra o bioterrorismo, por exemplo – se transforme na imposição de uma nova categoria disfarçada de barreiras não-tarifárias ao comércio internacional.

O Brasil reitera seu mais profundo repúdio a todas as formas e manifestações de terrorismo. Nossa constituição o qualifica como crime hediondo.

O Brasil ratificou nove dos 12 acordos universais sobre terrorismo negociados no âmbito das Nações Unidas, das Agências Especializadas e da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Três encontram-se em tramitação no Congresso Nacional.

Uma das formas mais eficazes de combater o terrorismo é sustar suas fontes de financiamento. Aprovamos, em julho passado, legislação que tipifica expressamente o terrorismo e seu financiamento como crimes antecedentes ao da lavagem de ativos.

Cooperamos, na região, com o Comitê Interamericano contra o Terrorismo, o Grupo de Ação Financeira da América do Sul e o Grupo de Trabalho Especializado sobre Terrorismo do MERCOSUL.

Na esfera multilateral, temos contribuído para os trabalhos dos órgãos das Nações Unidas encarregados de combater o terrorismo.

Implementamos todas as resoluções do

Conselho de Segurança sobre o assunto, em especial a 1373, que prevê medidas abrangentes para coibir atividades terroristas.

O Brasil preocupa-se com alegações infundadas quanto à existência de grupos terroristas.

Não há qualquer prova de atividade ligada ao terrorismo na região da Tríplice Fronteira entre Argentina, Paraguai e Brasil. Árabes e judeus vivem em harmonia no Brasil. Somos uma sociedade que valoriza a diversidade étnica e religiosa.

Amigas e amigos,

Encerro com um pensamento para Sérgio Vieira de Mello e para os demais funcionários da Organização que morreram

no atentado de Bagdá.

O exercício, pelo povo iraquiano, de sua soberania e autodeterminação é condição essencial para a estabilização do país. O “Documento de Oslo” afirma que as desigualdades de poder decorrentes de ocupação estrangeira criam ambiente propício à perpetração de atos terroristas.

O terrorismo é sintoma de mal-estar social. Apoiar valores democráticos e de respeito aos direitos humanos, e promover o desenvolvimento econômico das nações e o bem-estar social dos povos são formas de construir sociedades saudáveis, imunes ao terrorismo.

Muito obrigado.

Abertura da 58^a Assembléia Geral da ONU

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Abertura da 58^a Assembléia Geral da ONU, em Nova York, em 23 de setembro de 2003

Senhoras e senhores,

Que minhas primeiras palavras diante deste Parlamento Mundial sejam de confiança na capacidade humana de vencer desafios e evoluir para formas superiores de convivência no interior das nações e no plano internacional.

Em nome do povo brasileiro, reafirmo nossa crença nas Nações Unidas. Seu papel na promoção da paz e da justiça permanece insubstituível.

Rendo homenagem ao Secretário-Geral, Kofi Annan, por sua liderança na defesa de um mundo irmanado pelo respeito ao direito internacional e pela solidariedade entre as nações.

Esta Assembléia instala-se sob o impacto do brutal atentado à Missão da ONU em Bagdá, que vitimou o Alto Comissário para Direitos Humanos, nosso compatriota Sérgio Vieira de Mello.

A reconhecida competência de Sérgio nutria-se das únicas armas em que sempre acreditou: o diálogo, a persuasão, a atenção prioritária aos mais vulneráveis.

Exerceu, em nome das Nações Unidas, o humanismo tolerante, pacífico e corajoso

que espelha a alma libertária do Brasil.

Que o sacrifício de Sérgio e de seus colegas não seja em vão. A melhor forma de honrar sua memória é redobrar a defesa da dignidade humana onde quer que ela esteja ameaçada.

Saúdo fraternalmente o Senhor Julian Hunte, que assume a Presidência desta Assembléia em momento especialmente grave na história da ONU. A comunidade internacional está diante de enormes desafios políticos, econômicos e sociais, que exigem esforço acelerado de reforma da Organização, para que nossas decisões e ações coletivas passem a ser de fato respeitadas e eficazes.

Senhoras e senhores,

Nesses nove meses como Presidente do Brasil, tenho dialogado com líderes de todos os continentes.

Percebo nos meus interlocutores forte preocupação com a defesa e o fortalecimento do multilateralismo.

O aperfeiçoamento do sistema multilateral é a contraparte necessária do convívio democrático no interior das Nações. Toda nação comprometida com a democracia, no plano interno, deve zelar para que, também no

plano externo, os processos decisórios sejam transparentes, legítimos, representativos.

As tragédias do Iraque e do Oriente Médio só encontrarão solução num quadro multilateral, em que a ONU tenha um papel central.

No Iraque, o clima de insegurança e as tensões crescentes tornam ainda mais complexo o processo de reconstrução nacional.

A superação desse impasse somente poderá ser assegurada a partir da liderança da ONU. Não apenas no restabelecimento de condições aceitáveis de segurança, mas também na condução do processo político, com vistas à restauração plena da soberania iraquiana no mais breve prazo.

Não podemos fugir a nossas responsabilidades coletivas. Pode-se talvez vencer uma guerra isoladamente. Mas não se pode construir a paz duradoura sem o concurso de todos.

Senhor Presidente,

Dois anos depois, ainda estão vivas em nossa memória as imagens do bárbaro atentado de 11 de setembro.

Existe, hoje, louvável disposição de adotar formas mais efetivas de combate ao terrorismo, às armas de destruição em massa, ao crime organizado.

Constata-se, no entanto, preocupante tendência de desacreditar a nossa Organização e até mesmo de desinvestir a ONU de sua autoridade política.

Sobre esse ponto não deve haver qualquer ambigüidade. A ONU não foi concebida para remover os escombros dos conflitos que ela não pôde evitar, por mais valioso que seja o seu trabalho humanitário. Nossa tarefa central é preservar os povos do flagelo da guerra. Buscar soluções negociadas com base nos princípios da Carta de São

Francisco.

Não podemos confiar mais na ação militar do que nas instituições que criamos com a visão da História e a luz da Razão.

A reforma da ONU tornou-se um imperativo, diante do risco de retrocesso no ordenamento político internacional. É preciso que o Conselho de Segurança esteja plenamente equipado para enfrentar crises e lidar com as ameaças à paz. Isso exige que seja dotado de instrumentos eficazes de ação.

É indispensável que as decisões deste Conselho gozem de legitimidade junto à Comunidade de Nações como um todo. Para isso, sua composição – em especial no que se refere aos membros permanentes – não pode ser a mesma de quando a ONU foi criada há quase 60 anos.

Não podemos ignorar as mudanças que se processaram no mundo, sobretudo a emergência de países em desenvolvimento como atores importantes no cenário internacional, muitas vezes exercendo papel crucial na busca de soluções pacíficas e equilibradas para os conflitos.

O Brasil está pronto a dar a sua contribuição. Não para defender uma concepção exclusivista da segurança internacional. Mas para refletir as percepções e os anseios de um continente que hoje se distingue pela convivência harmoniosa e constitui um fator de estabilidade mundial. O apoio que temos recebido, na América do Sul e fora dela, nos estimula a persistir na defesa de um Conselho de Segurança adequado à realidade contemporânea.

É fundamental, igualmente, devolver ao Conselho Econômico e Social o papel que lhe foi atribuído pelos fundadores da Organização.

Queremos um ECOSOC capaz de

participar ativamente da construção de uma ordem econômica mundial mais justa. Um ECOSOC que, além disso, colabore com o Conselho de Segurança na prevenção de conflitos e nos processos de reconstrução nacional.

A Assembléia Geral, por sua vez, precisa ser politicamente fortalecida para, sem dissipaçāo de esforços, dedicar-se aos temas prioritários. A Assembléia Geral tem cumprido papel relevante ao convocar as grandes Conferências e outras reuniões sobre direitos humanos, meio ambiente, população, direitos da mulher, discriminação racial, AIDS, desenvolvimento social.

Mas ela não deve hesitar em assumir suas responsabilidades na administração da paz e segurança internacionais. A ONU já deu mostras de que há alternativas jurídicas e políticas para a paralisação do voto e as ações sem endosso multilateral.

A paz, a segurança, o desenvolvimento e a justiça social são indissociáveis.

Senhor Presidente,

O Brasil tem-se esforçado para praticar com coerência os princípios que defende. O novo relacionamento que estamos estabelecendo com os vizinhos do continente sul-americano baseia-se no respeito mútuo, na amizade e na cooperação.

Estamos indo além das circunstâncias históricas e geográficas que compartilhamos, para criar um inédito sentimento de parentesco e de parceria.

Neste contexto, nossa relação com a Argentina é fundamental.

A América do Sul afirma-se, cada vez mais, como região de paz, democracia e desenvolvimento, que pode, inclusive, ser uma nova fronteira de crescimento para a economia mundial, há anos estagnada.

Além de aprofundar as relações já muito relevantes com nossos tradicionais parceiros da América do Norte e da Europa, buscamos ampliar e diversificar nossa presença internacional.

Nas parcerias com a China e com a Rússia, estamos descobrindo novas complementaridades. Somos, com muito orgulho, o país com a segunda maior população negra do mundo. Em novembro, deverei visitar cinco países da África Austral, para dinamizar nossa cooperação econômica, política, social e cultural.

Vamos também realizar um encontro de cúpula entre os países sul-americanos e os Estados que compõem a Liga Árabe. Com a Índia e a África do Sul, estabeleceremos um fórum trilateral, orientado para a concertação política e projetos de interesse comum.

O protecionismo dos países ricos penaliza injustamente os produtores eficientes das nações em desenvolvimento. Além disso, é hoje o maior obstáculo para que o mundo possa ter uma nova época de progresso econômico e social.

O Brasil e seus parceiros do G-22 sustentaram, na reunião da OMC em Cancún, que essa grave questão pode ser resolvida por meio da negociação pragmática e mutuamente respeitosa, que leve à efetiva abertura de mercados. Reafirmo nossa disposição de buscar caminhos convergentes, que beneficiem a todos, levando em conta as necessidades dos países em desenvolvimento.

Somos favoráveis ao livre comércio, desde que tenhamos oportunidades iguais de competir. A liberalização deve ocorrer sem que os países sejam privados de sua capacidade de definir políticas nos campos industrial, tecnológico, social e ambiental.

No Brasil, estamos instaurando um novo

modelo capaz de conjugar estabilidade econômica e inclusão social. As negociações comerciais não são um fim em si mesmo. Devem servir à promoção do desenvolvimento e à superação da pobreza.

O comércio internacional deve ser um instrumento não só de criação, mas de distribuição de riqueza.

Senhor Presidente,

Reitero perante esta Assembléia verdadeiramente universal o apelo que dirigi aos Fóruns de Davos e Porto Alegre e à Cúpula Ampliada do G-8, em Evian. Precisamos nos engajar – política e materialmente – na única guerra da qual sairemos todos vencedores: a guerra contra a fome e a miséria.

Eradicar a fome no mundo é um imperativo moral e político.

E todos sabemos que é factível. Se houver, de fato, vontade política de realizá-lo.

Não me agrada repisar as evidências da barbárie. Prefiro sempre louvar progressos, por modestos que sejam.

Mas não há como omitir os números que expõem a chaga terrível da miséria e da fome no mundo.

A fome, hoje, atinge cerca de 1/4 da população mundial, incluindo 300 milhões de crianças. Diariamente, 24 mil pessoas são vitimadas por doenças decorrentes da desnutrição.

Nada é tão absurdo e inaceitável quanto a persistência da fome em pleno século XXI, a idade de ouro da ciência e da tecnologia.

A cada dia a inteligência humana amplia o horizonte do possível, realizando prodigiosas invenções. E, no entanto, a fome continua e, o que é mais grave, alastrase em várias regiões do planeta. Quanto mais a humanidade parece aproximar-se de Deus pela capacidade de criar, mais o renega pela

incapacidade de respeitar e proteger suas criaturas.

Quanto mais o celebramos ao gerar riquezas, mais o ferimos por não saber, minimamente, reparti-las.

De que vale toda essa genialidade científica e tecnológica, toda a abundância e o luxo que ela é capaz de produzir, se não a utilizamos para garantir o mais sagrado dos direitos: o direito à vida?

Recordo a lúcida advertência de Paulo VI, feita 36 anos atrás, mas de desconcertante atualidade: “os povos da fome dirigem-se hoje, de modo dramático, aos povos da opulência”.

A fome é uma emergência e como tal deve ser tratada. Sua erradicação é uma tarefa civilizatória, que exige um atalho para o futuro.

Vamos agir para acabar com a fome ou imolar nossa credibilidade na omissão?

Não temos mais o direito de dizer que não estávamos em casa quando bateram à nossa porta e pediram solidariedade.

Não temos o direito de dizer aos famintos que já esperaram tanto: passem no próximo século.

O verdadeiro caminho da paz é o combate sem tréguas à fome e à miséria, numa formidável campanha de solidariedade capaz de unir o planeta ao invés de aprofundar as divisões e o ódio que conflagram os povos e semeiam o terror.

Apesar do fracasso dos modelos que privilegiam a geração de riqueza sem reduzir a miséria, a miopia e o egoísmo de muitos ainda persistem.

Desde 1º de janeiro, logramos no Brasil avanços significativos em nossa economia. Recuperamos a estabilidade e criamos as condições para um novo ciclo de crescimento sustentado.

Continuaremos a trabalhar com vigor para manter o equilíbrio das contas públicas e reduzir a vulnerabilidade externa.

Não mediremos esforços para aumentar as exportações, ampliar a capacidade de poupança, atrair investimentos e voltar a crescer.

Mas devemos ser capazes, ao mesmo tempo, de atender as necessidades de alimentação, emprego, educação e saúde de dezenas de milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza. Temos o compromisso de realizar um grande reforma social no país.

A fome é o aspecto mais dramático e urgente de uma situação de desequilíbrio estrutural, cuja correção requer políticas integradas para a promoção da cidadania plena.

Por isso, lancei no Brasil o projeto “Fome Zero”, que visa, por meio de um grande movimento de solidariedade e de um programa abrangente envolvendo o governo, a sociedade civil e o setor privado, eliminar a fome e suas causas.

O Programa conjuga medidas estruturais e emergenciais e já atende quatro milhões de pessoas que não tinham sequer o direito de comer todos os dias. Nossa meta é que até o final de meu governo nenhum brasileiro passe fome.

Senhor Presidente,

As Nações Unidas aprovaram as Metas do Milênio. A FAO possui notável experiência técnica e social.

Mas precisamos dar um salto de qualidade no esforço mundial de luta contra a fome. Propus, nesse sentido, a criação de um Fundo Mundial de Combate à Fome e sugeri formas de viabilizá-lo.

Existem outras propostas, algumas já incorporadas a programas das Nações

Unidas. O que faltou até agora foi a imprescindível vontade política de todos nós, especialmente daqueles países que mais poderiam contribuir.

De nada servem os fundos se ninguém aporta recursos. As Metas do Milênio são louváveis mas, se continuarmos omissos, se o nosso comportamento coletivo não mudar, permanecerão no papel, e a frustração será imensa.

É preciso, mais do que nunca, transformar intenção em gesto.

É preciso praticar o que pregamos. Com audácia e bom senso. Com ousadia e pés no chão.

Inovando no conteúdo e na forma. Adotando métodos e soluções novas, com intensa participação social.

Por isso, submeto à consideração dessa Assembléia a hipótese de criar, no âmbito da própria ONU, um Comitê Mundial de Combate à Fome, integrado por chefes de Estado ou de Governo, de todos os continentes, com o fim de unificar propostas e torná-las operativas.

Esperamos motivar contribuições financeiras de países desenvolvidos e em desenvolvimento, de acordo com as possibilidades de cada um, bem como de grandes empresas privadas e organizações não governamentais.

Senhor Presidente,

Minha experiência de vida e minha trajetória política ensinaram-me a acreditar acima de tudo na força do diálogo. Nunca me esquecerei da lição insuperável de Ghandi:

“A violência, quando parece produzir o bem, é um bem temporário; enquanto o mal que faz é permanente”.

O diálogo democrático é o mais eficaz

de todos os instrumentos de mudança.

A mesma determinação que meus companheiros e eu estamos empregando para tornar a sociedade brasileira mais justa e humana, empregarei na busca de parcerias internacionais com vistas a um desenvolvimento equânime e a um mundo pacífico, tolerante e solidário.

Este século, tão promissor do ponto de vista tecnológico e material, não pode cair em um processo de regressão política e espiritual. Temos a obrigação de construir, sob a liderança fortalecida das Nações Unidas, um ambiente internacional de paz e concórdia.

A verdadeira paz brotará da democracia, do respeito ao direito internacional, do desmantelamento dos arsenais mortíferos e, sobretudo, da erradicação definitiva da fome.

Senhor Presidente, senhoras e senhores,
Não podemos frustrar tanta esperança.

O maior desafio da humanidade, e, ao mesmo tempo, o mais belo, é justamente este: HUMANIZAR-SE.

É hora de chamar a paz pelo seu nome próprio: JUSTIÇA SOCIAL.

Tenho certeza de que, juntos, saberemos colher a oportunidade histórica da justiça.

Muito obrigado.

Visita do Presidente da República a Cuba

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em encontro com estudantes brasileiros, em Havana, em 27 de setembro de 2003

Caros amigos,

A primeira alegria é a de poder encontrar vocês. Alguns aqui eu conheço desde o primeiro dia em que os convidei para fazer um curso em Cuba. Ou melhor, eu os consultei se queriam fazer um curso em Cuba.

O que o Embaixador Tilden Santiago disse é verdade. Da outra vez que estive aqui, ouvi algumas reclamações dos alunos, que nem sempre tinham, na Embaixada brasileira, o tratamento que entendiam que deveriam ter. Não sei se o que vocês queriam era justo ou não, mas o dado concreto é que muitos me falaram que não tinham a compreensão que gostariam de ter.

Então, quando convidei o Tilden para ser Embaixador, eu disse o seguinte: “uma das coisas que quero que você faça é que mantenha a porta da Embaixada aberta, para que os nossos alunos sintam que a Embaixada brasileira é o espaço deles em Cuba”. Acho que a nossa Embaixada – é essa a orientação do nosso Ministro Celso Amorim – tem de ser um espaço onde os brasileiros sintam-se em casa. Um local onde não sejam tratados como estranhos e onde

não deixem de ser atendidos nunca.

Essa foi a missão que eu passei para o Tilden, porque acho que é muito importante um brasileiro que está fora saber que, num momento de dificuldade, a Embaixada e todo o corpo de funcionários estão lá para atender aos brasileiros que estão fora. É assim que deve ser e é assim que vai ser.

O segundo tema que eu quero falar com vocês é o seguinte: nós estamos há nove meses no governo. O processo de transformação que todos queremos e com que sonhamos é um processo difícil. Mas eu me levanto cada dia mais otimista. Quero que vocês saibam que não há um único dia em que eu não me levante mais otimista do que no dia anterior.

Não há matéria de jornal, não há noticiário negativo ou positivo que me deixe arrefecer, do ponto de vista dos meus ânimos. Acredito no que estou fazendo, acredito na minha equipe, acredito no povo brasileiro, acredito na capacidade de organização da sociedade e no que nós vamos fazer.

Obviamente, alguns não gostam, porque estavam habituados à política tradicional. A mudança é sempre um choque. Nem todo

mundo a compreende em um primeiro momento. Mas nós compreendemos. Sabemos o que queremos e sabemos como fazer para chegarmos aonde entendemos que precisamos chegar.

Quando tomamos posse, resolvemos reforçar a nossa política internacional. O companheiro Celso Amorim, essa figura excepcional da diplomacia brasileira, possivelmente tem trabalhado, nesses nove meses, o que muita gente não trabalhou em nove anos. Uma dedicação total para cumprir a nossa estratégia de política internacional.

Essa estratégia não é nenhuma estratégia de grandes pensadores. É resultado de uma experiência simples que eu adquiri no sindicato. Quando comecei a fazer sindicalismo, convocávamos assembléia e ninguém comparecia. Fomos descobrindo e colocando na cabeça do trabalhador que era preciso que ele estivesse unido, para que pudéssemos conquistar algumas coisas. Em pouco tempo, conseguimos fazer o mais forte sindicalismo brasileiro.

Na política internacional, guardadas as proporções e os níveis de formação e de interação das pessoas, é a mesma coisa. Qual era o nosso primeiro problema? O nosso primeiro problema é que nós falávamos em integração a vida inteira. Eu, há 30 anos, falo em integração. Aqui, alguém talvez falasse em integração até antes de mim.

Então, o que acontece? Quando tomamos posse, começamos a chamar os presidentes dos países para conversar. Eu achava que toda a política internacional do Brasil, que tem de ser ampla, geral e irrestrita, deveria começar em casa, deveria começar com os nossos vizinhos.

Resolvemos, primeiro, trabalhar para juntarmos a América do Sul. Começamos a

conversar com a Argentina, com o Uruguai, com o Paraguai, com o Equador, com a Colômbia, com o Chile, com o Peru, com a Venezuela, com a Bolívia. Em nove meses, fizemos, em alguns casos, mais de uma reunião com cada um dos Presidentes da América do Sul. Não apenas uma reunião entre Presidentes, mas uma reunião em que estavam presentes os Presidentes e vários Ministros, para que cada Ministro pudesse, com seu homólogo, fazer tratativas, fazer propostas para que comecemos a fazer um processo de integração efetiva na América do Sul.

Descobrimos que integração não pode ser apenas um discurso fácil. A integração pressupõe ter estradas, portos, aeroportos, hidrovias, ferrovias, pontes, ou seja, pressupõe que se garanta o direito não apenas das pessoas, mas dos produtos que transitarem entre os países.

Fizemos uma extraordinária reunião, no Rio de Janeiro, entre o BNDES, que é o nosso Banco Nacional de Desenvolvimento, e a CAF, que é o banco de fomento da Comunidade Andina. Discutimos os vinte e quatro projetos mais importantes para o Continente, dois por país. Em dezembro, deveremos formatar definitivamente esses projetos. Vamos ver quais os projetos que temos capacidade financeira de, entre nós mesmos, construir; e quais os projetos para os quais vamos ter de buscar recursos lá fora, para ver se conseguimos fazer a integração.

Desde muito jovem, já ouvia falar da integração do Brasil, via Pacífico, com o mundo asiático. Mas faz quarenta anos que é preciso fazer uma ponte de 140 metros, no rio Acre, na divisa com o Peru, e não é feita. Não há integração. Fica só no discurso. Vamos, então, sair do discurso para a prática.

Vamos tentar tornar realidade esse processo de integração.

Esse é o primeiro passo. Acho que se está consolidando rapidamente, a começar pela recuperação do MERCOSUL e por nossa boa relação com a Argentina, com o Uruguai e com o Paraguai. Sempre compreendendo que o Brasil, por ser a maior economia, por ser o país mais industrializado, deve ter gestos de generosidade com seus parceiros. Em muitas coisas, temos de tomar a iniciativa, até de financiamento de alguma obra nos países que menos podem.

Se quisermos, por exemplo, contribuir com o Paraguai, para que ele se industrialize, vamos ter, obviamente, de realizar a política grande de financiar alguma coisa no Paraguai – só para vocês terem uma idéia.

O segundo passo da nossa política internacional já começou. Vai ser executado, pessoalmente, por mim, no dia 3 de novembro, quando vamos visitar cinco países africanos. Vamos à África do Sul, à Namíbia, a Angola, a Moçambique e a São Tomé e Príncipe. Vamos estabelecer acordos na área da saúde. O Brasil tem condições de ajudar os países africanos a combater, sobretudo, a AIDS. O Brasil tem uma boa experiência, uma boa política na área. Poderemos trabalhar em acordos de produção de remédios conjuntos. Temos condições de fazer acordos no campo educacional. Acho que o Brasil tem de ser generoso e oferecer mais vagas para estudantes africanos virem ao Brasil.

Nós temos condições, com a Petrobras, de fazer parcerias com países que têm petróleo. Temos condições de convencer empresários brasileiros a fazerem investimentos. Tenho provocado os empresários brasileiros, dizendo a eles que não têm de ter

medo de serem multinacionais. Eles precisam começar a fazer investimentos em outros países, porque nós queremos que os outros façam no Brasil. É preciso que haja a reciprocidade.

O terceiro passo da nossa política internacional vai ser dado dia 5 de dezembro, quando vamos fazer uma visita a sete países árabes. E por que vamos visitar países árabes? Porque queremos integrar tanto a África quanto os países árabes ao MERCOSUL, à América do Sul. Estamos programando, para o próximo ano, uma reunião entre os presidentes da América do Sul e os presidentes dos países árabes. Queremos estabelecer uma melhor política comercial. Queremos estabelecer a política de mostrar que o Brasil é um bom espaço para que eles façam os seus investimentos. Queremos estabelecer parcerias com eles nas obras de infra-estrutura de que tanto precisamos no Brasil.

Isto significa que vamos estabelecer um outro padrão de política. Já criamos o chamado G-3, uma aliança entre Brasil, África do Sul e Índia. Estamos trabalhando, agora, para fazer com que essa parceria chegue ao G-5, juntando China e Rússia.

Por que isso? Porque compreendemos a importância da relação do Brasil com a União Européia e com os Estados Unidos, porque são os dois blocos, os Estados Unidos individualmente e a União Européia como um conjunto de países, com que temos praticamente 55% de toda a nossa relação comercial.

Eles são muito importantes na relação com o Brasil e queremos aperfeiçoá-la. Mas nós também aprendemos, na vida, que se ficarmos viajando o mundo, contando que somos pobres, que temos muitos analfabetos,

que temos muitas crianças de rua, isso não ajuda e não conquista respeito.

O que nós estamos fazendo? Estamos juntando países que têm similaridade com o Brasil, que têm importância populacional igual ou maior do que o Brasil, que têm um PIB mais ou menos semelhante ao do Brasil, que têm renda per capita mais ou menos igual à do Brasil, para dizermos: "Nós temos força."

O G-22, criado em Cancún, representa, na verdade, mais da metade da população mundial. Obviamente que os países ricos poderão querer fazer acordos bilaterais, para tentar dividir cada um de nós. Cabe a nós sermos inteligentes e espertos e sabermos que o que nos dá força é a manutenção da unidade entre nossos países, para negociarmos comercialmente com os parceiros mais ricos, que são os Estados Unidos, a União Européia e o próprio Japão.

Estamos fazendo esse jogo porque entendemos que chegou o momento de o Brasil ocupar o espaço que lhe é de direito no mundo. Não queremos estabelecer nenhuma relação de hegemonia com nenhum país. Queremos estabelecer relação de parceria, de companheirismo, sendo generosos com quem é mais pobre do que a gente, sendo leais com quem é maior do que a gente e sendo, na verdade, parceiro de todos os países do mundo.

Essa nova dinâmica da nossa política internacional é que tem dado ao Brasil um destaque que tem deixado muita gente assustada. Num primeiro momento, fizeram muita crítica e, agora, as pessoas estão compreendendo que o jogo está sendo feito com a maior seriedade do mundo.

Temos dito para todos: "Não queremos ser tratados diferentemente. Só queremos ser

tratados em igualdade de condições." Eu, toda vez que posso, digo: "Respeito é bom, eu dou e gosto de receber." É apenas isso que nós estamos fazendo, na nossa política internacional, e vamos fazer muito mais.

Se depender do nosso esforço, se Deus quiser, quando chegar dezembro, vamos ter todos os países da América do Sul no MERCOSUL. O Peru está-se integrando, a Venezuela está preparando-se, a Colômbia está preparando-se, bem como o Equador. A Bolívia já é meio parceira, o Chile também. Vamos tentar fazer com que o MERCOSUL, seja, efetivamente, um bloco econômico, até para, quando tivermos de negociar o Acordo de Livre Comércio com os Estados Unidos, estarmos preparados, do ponto de vista não apenas da defesa dos nossos interesses estratégicos, mas de defesa da nossa indústria, da nossa tecnologia e da nossa agricultura.

Muita gente acha que somos duros. O que eu tenho dito? Tenho dito que queremos ser iguais ao que os Estados Unidos são, na negociação internacional. Nem mais e nem menos. Os Estados Unidos brigam pela defesa dos seus interesses. Nós é que temos de ter coragem de brigar pelos nossos interesses, sem imaginar que, pela nossa pobreza, alguém vai ter dó de nós e vai fazer concessão.

No jogo internacional não é assim, nem no futebol é assim. Cada jogador tem de entrar em campo para ganhar e jogar pesado, senão não ganha.

A política internacional é exatamente isso. Eu falo sempre de futebol, porque todo mundo entende um pouquinho de futebol. Você via, quando o Brasil jogava vôlei aqui, contra Cuba, como as jogadoras brasileiras e as cubanas ficavam brigando ali, embaixo

da rede. Tinha uma cubana chamada Miréia, que provocava as brasileiras o tempo inteiro, com que objetivo? Objetivo de ganhar o jogo.

Estamos fazendo isso porque queremos ganhar o jogo. Queremos apenas dizer: "Somos uma nação grande, temos capacidade e competência e queremos ocupar o nosso espaço."

Isso tudo aconteceu muito rapidamente, porque não estava previsto que tivesse a repercussão que teve a minha ida a Davos. Havia gente que achava que eu não deveria ir a Davos, porque eu pertencia ao Fórum Social Mundial de Porto Alegre, e que os companheiros não iriam entender. O que eu fiz? Fui ao Fórum de Porto Alegre dizer que ia a Davos.

Acho que a repercussão foi a mais positiva possível. Por conta disso, fui convidado para ir a Evian participar do encontro do G-8 mais 12 países, o que também foi muito importante. Em todos esses encontros, tenho levantado a questão da necessidade de se criar um Fundo Mundial para combater a fome.

Repeti na ONU a idéia de se criar um Conselho entre os Chefes de Estado, para que a gente possa combater a fome. Fiz um gesto pessoal: nós entregamos ao Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, uma lista de 14 empresários que contribuíram com 1 milhão e 600 mil dólares para começar esse Fundo. Porque tem muito fundo na ONU, mas não tem dinheiro. Então, é preciso ter dinheiro.

Ganhei 55 mil dólares do Prêmio Príncipe das Astúrias e doeи o prêmio para esse fundo da ONU. É pouco, mas é para ver se incentivamos outras pessoas, que têm até um pouco mais do que eu, a doar um pouquinho, para ver o que a gente consegue.

Disse a Kofi Annan: "O Brasil,

necessariamente, não precisa de dinheiro desse fundo. Esse fundo é para ajudar os países mais pobres do que nós. O Brasil é um país rico, tem condições. Nós precisamos é fazer as coisas a partir do que temos. Mas há países que não têm condições. Esse fundo é para tentar ajudar esses países mais pobres do que o Brasil."

Tenho certeza de que a gente está no caminho certo. Se, durante muito tempo, esse assunto não foi discutido com a seriedade devida, eles agora sabem que em todo lugar em que eu estiver, a questão da fome será colocada, não como um problema nosso, porque estamos resolvendo, mas como um problema da Humanidade e, portanto, responsabilidade de todo mundo.

Queria dizer isso a vocês, porque vocês estão virando internacionalistas, e é importante saber que a vocação do Brasil não é de ficar encolhido na América do Sul, como se fosse um país insignificante. A nossa vocação é, com muito respeito pelos outros, com muita generosidade, querer ocupar um espaço político, comercial e cultural maior do que a gente ocupa até agora.

Para terminar, quero dizer a vocês sobre a satisfação de tê-los aqui. Possivelmente, quem teve a oportunidade de estudar em uma universidade, no Brasil – aqui há muitos do meu lado –, não tenha a percepção da importância de um jovem entrar numa universidade. No Brasil, muitos não conseguem, não porque falte conhecimento, mas porque não têm dinheiro para pagar. Lamentavelmente, no nosso país, é exatamente o pobre que não pode entrar na universidade pública e tem de ir para uma particular e pagar um dinheiro que, normalmente, não tem. Então, as pessoas

desistem quando terminam o secundário.

Isto aqui é uma oportunidade de lição de vida. Ficar longe da família, dos namorados, das namoradas. Não tenho dúvida de que vocês voltarão ao Brasil muito mais qualificados, politicamente, moralmente, eticamente e profissionalmente.

Não tenho dúvida nenhuma de que vocês vão ser extraordinários profissionais. Obviamente que isso não é apenas pela qualidade do diploma que vocês vão ter, mas é pela qualidade do compromisso que vocês vão assumir com o nosso país.

É muito importante, muito gratificante, o papel do Governo cubano, de permitir estudos aos nossos alunos que não têm dinheiro – porque alguns vieram aqui pagando, outros vieram aqui com bolsa. Mas alguns companheiros vieram para cá quando o dólar era 1 real. Só que, depois, a cotação do dólar passou de 1 real para 4 reais. A situação das famílias ficou difícil e muitos pais não tiveram mais dinheiro para pagar.

Quero dizer para vocês que tenham clareza de que podem dar uma contribuição enorme para o País, quando vocês voltarem. O nosso país tem carências. Não de profissionais, porque acho que nós até temos médicos. O problema nosso – não só nosso, mas de outros – é que, muitas vezes, os profissionais estão concentrados nos grandes centros urbanos e é preciso levar projetos

para aqueles que realmente precisam de saúde.

As políticas que estamos adotando, de médicos de família, podem ajudar muito. O programa Fome Zero – vocês vão ler – já está atingindo 1.196 cidades do Nordeste e do Norte do país. Já estamos atingindo, praticamente, 7 milhões de pessoas e 1 milhão e 400 mil famílias. No final de outubro, vamos anunciar a unificação das políticas de assistência social no Brasil. Vamos tentar pegar quase todas as políticas, divididas por Ministérios, e vamos fazer uma coordenação única, para que possamos atender mais gente, no menor espaço de tempo possível.

Ontem, fizemos vários acordos, protocolos de intenções com o Governo cubano, na área da educação, esportes, saúde, indústria. As coisas estão começando a andar do jeito que queremos que andem.

Hoje, recebi aqui a mãe do brasileiro que está preso. Hoje, conversei com o Cardeal Dom Jaime, com o Monsenhor Carlos. Daqui a pouco, vamos ter uma reunião com os empresários brasileiros, no Hotel Nacional, e, depois, vou almoçar com o Presidente Fidel Castro, para conversar um pouco sobre política. Vou regressar ao Brasil com a certeza de que meus filhos estão bem de saúde, de moral, de ética. Estão muito bem.

Muito obrigado.

Visita ao Brasil do Rei da Noruega

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da abertura do “Seminário Brasil-Noruega: Paz, Reconciliação e Mediação – Novos Temas de Política Exterior”, no Instituto Rio Branco, em 7 de outubro de 2003

Vossa Majestade Rei Harald V; Senhor Ministro do Exterior da Noruega; Senhor Diretor do Instituto Rio Branco, senhoras e senhores,

Em primeiro lugar, quero expressar nossa honra em receber o Rei Harald V e também o Ministro do Exterior Jan Petersen na nossa Academia Diplomática. Aqui se formam os diplomatas brasileiros há mais de 50 anos. Não se encontrará hoje – fora talvez duas ou três nomeações políticas – qualquer Embaixador brasileiro que não tenha passado, não por este prédio, mas por esta instituição. Chamo a atenção para esse fato porque, apesar de sermos um país jovem, somos um país que já acumulou algumas tradições importantes.

Acho que uma dessas tradições é justamente a da busca de soluções pacíficas para os conflitos. Freqüentemente, digo que a maior contribuição, ou a mais evidente contribuição que o Brasil oferece à paz mundial decorre do fato de termos dez vizinhos, com nenhum dos quais entramos em guerra há mais de 130 anos. Acho que

dificilmente, olhando o mapa do mundo, alguém encontrará outro país que tenha situação semelhante – com tantos vizinhos e tão poucas guerras. Aliás, a última guerra em que estivemos realmente envolvidos foi uma guerra européia, tornada mundial, e depois nós nos juntamos ao esforço dos aliados para restabelecer as forças da paz e da democracia no mundo. De todo modo, não foi aquele um conflito que se tivesse originado em nossas fronteiras.

Isso, evidentemente, cria afinidades com a Noruega. Mencionarei apenas algumas, entre as muitas outras que já foram apontadas pelo Ministro do Exterior da Noruega. O fato de que o Brasil tenha logrado manter essa situação pacífica com todos os seus vizinhos nos ajudou e nos deu credenciais para contribuirmos na solução de outros conflitos. Recentemente, há cerca de seis anos, o Brasil contribuiu de forma muito importante, juntamente com outros países, para a solução do conflito entre o Peru e o Equador.

Curiosamente, apesar dessa nossa tradição de paz, e apesar da contribuição

efetiva que nós demos no passado, especialmente em questões regionais, o Brasil tinha uma certa inibição em participar em outros cenários mais amplos. Recordo-me de que, quando era Embaixador nas Nações Unidas, onde aliás colaboravaativamente com o Embaixador da Noruega, num determinado momento alguém me perguntou por que é que o Brasil iria assumir a presidência do Comitê de Sanções sobre a Iugoslávia em relação ao Kosovo. E o comentário era: "Mas o Kosovo é tão longe! Por que é que nós temos de estar envolvidos nisso?". Acho que muitas das repostas que eu daria foram dadas hoje pelo Ministro da Noruega, ao explicar por que é que a Noruega também se envolve e contribui para a paz, mesmo em regiões distantes. Hoje, nós todos vivemos num mesmo mundo e somos afetados pelo que pode acontecer em lugares aparentemente distantes de nós, mas que, na prática, tanto do ponto de vista econômico quanto político, afetarão as nossas vidas. É algo que eu costumava dizer aos meus alunos de ciência política, quando dava aula, com mais freqüência, na universidade, à qual ainda pertenço. Dizia a eles que "você pode não se interessar pela política, mas a política um dia vai se interessar por você". A mesma coisa ocorre com os países. Um país pode achar que não tem razões para estar interessado na política internacional e dedicar-se apenas às questões mais imediatas, de natureza econômica e comercial. Mas a política internacional vai-se interessar pelo país e vai afetar e ter um impacto em questões muito imediatas, que dizem respeito ao bem-estar e à tranquilidade das populações.

Por isso, acho que mais do que ler a palestra que eu tinha preparado, queria fazer

algumas poucas reflexões que me vêm a partir do que acabo de ouvir do Chanceler da Noruega. Primeiro, apesar da nossa tradição, também temos muito o que aprender em termos de métodos. E aqui foram explicitadas várias formas de atuação na mediação e na reconciliação: como ser uma terceira parte ao mesmo tempo interessada e imparcial; como estarmos engajados num diálogo em que nós, como parte da humanidade, temos uma justificativa para estarmos engajados, mas devemos respeitar e entender que há aspectos culturais que precisam ser compreendidos com grande humildade.

Creio que todas essas questões são muito importantes e todas elas, de uma maneira ou de outra, estão presentes nas várias experiências aqui mencionadas. Seria difícil destacar a mais importante. Certamente, a que mais mereceu as manchetes internacionais foi a relativa ao processo de Oslo. Tive o privilégio de estar com líderes, tanto palestinos quanto israelenses, pouco depois, ainda em 1993, durante a Assembléia Geral, em outra ocasião em que fui Ministro do Exterior, inclusive com o Ministro Shimon Peres e, na época, com o representante externo da Palestina, Faruk Kadumi, e lembro-me das esperanças que havia no processo que, então, se havia iniciado.

Vemos hoje, com tristeza, que esses processos não avançaram, talvez porque algumas das lideranças que se seguiram não tenham mantido a mesma tradição, ou não tenham podido, por contingências várias, levar adiante algumas das propostas. Mas, como muito bem foi dito, não há que esmorecer, há que continuar a lutar, porque a paz no Oriente Médio, berço de tantas civilizações e religiões, é fundamental para

todos nós.

O Brasil, durante o Governo do Presidente Lula, já se tem interessado, de uma maneira um pouco mais ativa, por questões que não estão tão próximas do Brasil, do ponto de vista físico. Mesmo na questão do Iraque, onde talvez o que nós pudéssemos fazer fosse relativamente pouco, o Presidente Lula, até o último momento, manteve-se em contato com muitos dos líderes de vários países, e com o próprio Secretário-Geral das Nações Unidas, na expectativa de poder criar um ambiente onde se pudesse buscar uma solução pacífica para a situação iraquiana, inclusive, para resolver os problemas que, então, se alegava estarem na raiz da questão. Infelizmente, talvez alguns desses esforços tenham ocorrido muito tarde, ou, talvez, algumas posições já fossem muito rígidas naquele momento. As soluções que pensávamos propor mereceram a atenção do Secretário-Geral da ONU, que ligou duas vezes para o Presidente Lula, espontaneamente, para tratar do assunto. Lamentavelmente, talvez naquele momento as coisas já tivessem avançado um pouco além de uma nova tentativa de solução pacífica.

Igualmente em relação à África, em questões que às vezes passam despercebidas da mídia brasileira, estivemos bastante envolvidos, recentemente, na restauração da democracia de um pequeno país, São Tomé e Príncipe. O Brasil exerce, no momento, a presidência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e, nessa capacidade, teve algum papel na restauração da institucionalidade em São Tomé e Príncipe. E continuamos acompanhando também, e participando, na medida em que essa participação possa ser útil, a situação em Guiné-Bissau.

Mais próximo de nós, o Brasil ofereceu a

possibilidade de que conversações entre as FARC e as Nações Unidas se realizem em território brasileiro, sempre dentro do espírito de trabalhar junto com o Governo colombiano, e de acordo com as Nações Unidas.

Em outra questão, de certa maneira de natureza interna, o Brasil tem também procurado combinar a não-ingerência e a não-indiferença. São duas coisas aparentemente contraditórias, mas não o são. É perfeitamente possível evitar imposições, intervenções descabidas, e, ao mesmo tempo, não estar indiferente à sorte dos países com os quais temos relações íntimas, seja pela vizinhança, seja por outras razões. Foi o caso da Venezuela. Logo que o Presidente Lula assumiu, encontramos lá uma situação crítica, em que os próprios esforços de reconciliação da OEA pareciam pouco promissores, e onde o que se pedia naquele momento era quase que uma arbitragem por parte da OEA. Sabiamente, o Secretário-Geral Gaviria não seguiu esse caminho. Propusemos, nesse contexto, uma solução alternativa, que foi a criação de um “Grupo de Amigos da Venezuela”, o que permitiu que a situação se descontraísse, em termos relativos. Todos sabemos que os problemas não foram totalmente superados, mas, pelo menos, há uma situação hoje menos tensa do que a de sete ou oito meses atrás. Continuamos a atuar, às vezes de maneira pública, às vezes de maneira privada, com o objetivo de garantir que a institucionalidade, a democracia e a Constituição prevaleçam nesse país amigo, com o qual mantemos relações tão próximas.

Digo isso apenas para ilustrar que, também sob esse aspecto de participação em outras situações, inclusive algumas de natureza interna, o Brasil tem-se aproximado

de uma forma de atuação que é semelhante à que a Noruega tem utilizado com tanto êxito. A humanidade é uma só; nós não podemos ser indiferentes a nada do que ocorre no mundo. Mesmo no caso do Iraque, embora a posição do Governo brasileiro de apoio a uma solução pacífica e conforme à Carta das Nações Unidas tenha recebido endosso geral da opinião pública brasileira, ainda assim isso era visto como algo um pouco distante. Esse caso foi brutalmente trazido aos nossos corações com a morte do Sérgio Vieira de Mello. Não preciso repetir as palavras do Ministro norueguês sobre a importância do exemplo de Sérgio Vieira de Mello. Soube Sérgio combinar alguns aspectos que são muito importantes para a busca de soluções pacíficas, para o exercício da mediação e da reconciliação. Uma é a firmeza de princípios, porque, se não há princípios, não há possibilidade de seguirmos um caminho que seja justo. A segunda, combinada à primeira, e, mais uma vez, não há nisso contradição, há, digamos, um “tempero”, é a questão do pragmatismo. É preciso aliar os princípios a um pragmatismo, a um conhecimento real da situação e das possibilidades da situação. Não se pode chegar a nenhuma situação com soluções pré-fabricadas. Temos de ouvir as várias partes. Na realidade, se me permitem, embora eu tenha uma experiência seguramente menor do que os noruegueses, o mediador, na maior parte das vezes, é um pouco como o parceiro de idéias de que falava Platão. Ele precisa ajudar as partes a descobrirem a solução que está dentro delas; elas sabem onde está a solução. Às vezes, os preconceitos dificultam que se chegue à solução. Não podemos inventar soluções, temos de fazer com que as partes encontrem

o caminho de uma reconciliação. Evidentemente, às vezes os preconceitos são tão fortes, as atitudes, tão rígidas, que isso não é possível. Mas não devemos desistir.

Essa é nossa atitude, e nos agrada muito poder cooperar com a Noruega nos mais diferentes campos, alguns dos quais já foram mencionados aqui. Temos muitos outros em que cooperar daqui para frente – na área do desenvolvimento, do combate à fome, etc. Recordo-me de que, com relação ao problema do meio ambiente, Brasil e Noruega tiveram uma iniciativa conjunta em relação a padrões sustentáveis de produção e consumo. Isso demonstra que países em situações econômicas diferentes, em localizações geográficas diferentes, podem ter uma sensibilidade semelhante e, com isso, contribuir para o avanço de causas que são importantes para toda a Humanidade.

Na reforma das Nações Unidas, tema para cuja discussão nos conclamou o Secretário-Geral da ONU, temos certamente possibilidades de cooperar. A Noruega é um país que partilha uma visão da importância do multilateralismo, da importância do Direito Internacional, da importância do Conselho de Segurança. Por isso, creio que nós podemos dialogar sobre formas que nos possam ajudar a reformar as Nações Unidas, reformar o Conselho de Segurança, torná-lo mais legítimo, mais representativo, e chegar a isso de uma forma tão consensual quanto possível. Em todas essas questões, às vezes, os processos são tão importantes quanto os objetivos. Um processo mal conduzido acaba contaminando o objetivo. Esses são alguns exemplos em que podemos e devemos, certamente, trabalhar juntos.

Para finalizar, queria apenas dizer que é difícil, hoje em dia, falarmos de paz e

reconciliação, sem falarmos também de alguns temas econômicos. O Presidente Lula assinalou, em sua alocução nas Nações Unidas, que é preciso olharmos para a justiça social para podermos realmente resolver os problemas da paz. Não que a injustiça social ou a pobreza justifiquem ou sejam o único fator na raiz de atos de violência, guerras, terrorismo, coisas todas elas condenáveis em si mesmas. Abro um parêntese para dizer que o Presidente Lula teve grande satisfação em poder participar do seminário sobre terrorismo organizado pelo Primeiro-Ministro da Noruega, em Nova York. Mesmo que a pobreza e as desigualdades não possam, de maneira alguma, servir de justificativa para atos de violência, não há dúvida de que elas constituem um ambiente propício a que se desenvolvam idéias extremadas e procedimentos que não condizem com os nossos objetivos de alcançar uma paz duradoura e firme.

É nesse sentido que nós temos de olhar as relações econômicas internacionais. Cabe-nos buscar normas mais justas; negociações onde haja paridade. Nas negociações internacionais, não podemos aceitar imposições. Ontem mesmo, recebi um telefonema do Diretor-Geral da OMC, Dr. Supachai, em que ele pedia minha avaliação da situação e voltava a valorizar o papel que o G-20 teve na reunião de Cancún. Ele aventava com a possibilidade de continuarmos a conversar – União Européia, Estados Unidos, Noruega, Suíça, outros países e o G-20. A chave para a solução da questão agrícola na OMC, que está na origem dessa Rodada, encontra-se no diálogo e na busca do entendimento entre essas partes. Neste momento em que tantas discussões ocorrem e tanta informação pouco

fundamentada se distribui, é importante frisar que a posição do G-20 é uma posição de negociação e de discussão – uma posição construtiva. É claro que, como em toda negociação, pode haver divergências, diferenças, mas sempre há uma vontade de chegarmos a algo melhor para todos. Creio que esse telefonema do Diretor-Geral da OMC tinha o sentido, sobretudo, do reconhecimento da importância desse grupo para buscarmos uma solução, num mundo onde não cabem mais soluções decididas apenas entre as grandes potências – sejam as grandes potências político-militares, como eram, no passado, a União Soviética e os Estados Unidos, sejam as grandes potências econômicas, como é o caso dos Estados Unidos e da União Européia no mundo de hoje. A Noruega, mais do que ninguém, sabe a importância da independência, da personalidade, da individualidade. Por isso, todos nós temos de contribuir para esse esforço comum.

Este seminário, que terá a participação de professores com uma noção muito concreta e específica das metodologias de solução de conflitos, reveste-se de extrema importância. Se me permite Vossa Majestade, quero felicitar o Reino da Noruega por estarmos juntos nessa iniciativa. Quem sabe possamos, algum dia, fazer com que essa iniciativa vá um pouco além da nossa bilateralidade e possamos organizar um seminário internacional em que Brasil, Noruega e outros países discutam exatamente esses temas, da paz, da reconciliação, da mediação. Fica aqui a sugestão. Acho que esse diálogo internacional é o que importa, é o que realmente nos poderá levar a caminhos construtivos de uma paz duradoura, de um mundo mais justo, de um mundo mais seguro e mais tranquilo.

Queria, mais uma vez, agradecer esta oportunidade, a honra especial que nos dá Vossa Majestade estando presente aqui neste

momento, e também as brilhantes palavras do Ministro Petersen.

Muito obrigado.

Visita ao Brasil do Presidente do Paraguai

Declaração à imprensa feita pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do Presidente do Paraguai, Nicanor Duarte Frutos, no Palácio Itamaraty, em 14 de outubro de 2003

Excelentíssimo Senhor Nicanor Duarte Frutos, Presidente da República do Paraguai; senhores Ministros e Ministras do Paraguai, senhores Ministros do Brasil,

É com grande alegria que, mais uma vez, recebo em nosso país o Presidente do Paraguai, Nicanor Duarte Frutos.

Em maio último, antes mesmo que ele tomasse posse, convidei o Presidente Duarte Frutos para vir a Brasília, para que pudéssemos conhecer-nos melhor. Na verdade, as relações entre o Brasil e o Paraguai são tão importantes, e os temas que nos ocupam tão relevantes, que quis encontrá-lo quando ainda era Presidente eleito.

Avistamo-nos também em Assunção, por ocasião da Cúpula do MERCOSUL, e fizemos, juntos, uma visita a Itaipu para ver de perto os grandes benefícios e realizações dessa histórica parceria entre nossos dois países. A conversa de hoje serviu para aprofundar o franco diálogo que havíamos começado e que já se tornou tradição no relacionamento entre nossos países.

Não há dúvida de que o grande desafio

que os nossos países hoje enfrentam é o do crescimento econômico. O crescimento com geração de empregos e de oportunidades para as pessoas melhorarem suas condições de vida. Sabemos que o elemento chave para isso é melhorar a capacitação da nossa mão-de-obra, dando educação básica e formação técnica para que nossos trabalhadores possam competir em uma economia internacional cada vez mais globalizada.

Por isso, estamos desenvolvendo vários projetos de treinamento de técnicos paraguaios em ciência e tecnologia, gestão de políticas públicas, capacitação profissional, agricultura e sanidade animal, com o apoio da Agência Brasileira de Cooperação – ABC e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI.

Neste momento, talvez o exemplo mais concreto do nosso empenho em cada vez mais nos aproximar, intercambiar experiências e cooperar, seja o memorando que acabamos de assinar, para a construção da segunda ponte sobre o rio Paraná. Essa ponte, entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, é o mais importante projeto de integração

física entre os nossos países. Além de estimular o comércio, a ponte facilitará o controle do tráfego e do fluxo de mercadorias na região de Ciudad del Este, que hoje sobrecarrega a Ponte da Amizade.

Com o envolvimento do BNDES, estamos empenhados em mobilizar os recursos necessários para a construção da ponte. Estamos empenhados, também, em levar adiante outras iniciativas, para que o comércio bilateral e fronteiriço possa fluir. Tratamos de vários projetos de infra-estrutura, sobretudo construção e asfaltamento de estradas.

Vamos pôr em prática uma série de medidas para estimular investimentos no Paraguai. Vamos também desenvolver ações coordenadas para evitar a dupla tributação e, como resultado, a evasão fiscal. Ao mesmo tempo, vamos ampliar o regime de depósito franco-aduaneiro usado pelo Paraguai, atualmente restrito aos portos de Santos e Paranaguá.

Conversamos igualmente sobre a importante contribuição da comunidade brasileira residente no Paraguai, para o crescimento e o desenvolvimento econômico do país irmão. Desejamos que esse grupo possa integrar-se plenamente à sociedade paraguaia, de maneira segura e harmoniosa, em respeito à sua Constituição e às suas leis. Com esse objetivo, nossos dois governos estão colaborando para sistematizar e informatizar os serviços de documentação dos imigrantes do Paraguai. Isso permitirá regularizar rapidamente a situação jurídica dos imigrantes brasileiros, assegurando que possam continuar a contribuir, de forma construtiva e pacífica, para a revolução agrícola que está ocorrendo no Paraguai.

Estamos convencidos de que os processos

de integração regional devem harmonizar os interesses de todos os envolvidos, aliando crescimento e justiça social. É preciso que os fluxos de comércio em nossa região contribuam para extinguir o flagelo da fome, da pobreza, da ignorância e do crime organizado.

Reafirmamos nosso compromisso de fortalecer institucionalmente o MERCOSUL, contribuindo para aprofundar a integração econômica, política e social entre seus sócios. Nesse espírito, favorecemos a instalação da Secretaria de Apoio do Tribunal Permanente do MERCOSUL, em Assunção. Mais do que isso: confiamos que, por meio dos projetos de integração física atualmente em estudos, e da aproximação com a Comunidade Andina, poderemos tornar o MERCOSUL a pedra angular de uma verdadeira comunidade de países sul-americanos, como parte da família de nações latino-americanas.

Estaremos, assim, caminhando para realizar nosso ideal comum de uma América do Sul integrada, próspera e democrática.

Ressaltamos a importância de mantermos coordenação estreita nas importantes negociações comerciais em curso, como da OMC e na ALCA. Concordamos, por fim, que a atual conjuntura internacional apresenta desafios que exigem cada vez maior cooperação e fortalecimento dos instrumentos multilaterais.

O terrorismo internacional e a espiral de violência no Oriente Médio reforçam a necessidade de a comunidade internacional dispor de mecanismos representativos e eficazes de ação. Dentro dessa perspectiva, quero manifestar o reconhecimento do Brasil, pelo apoio do Paraguai à candidatura do Brasil para integrar o Conselho de Segurança das Nações Unidas, na qualidade

de membro permanente. Esse gesto confirma os laços de amizade, cooperação e apoio recíproco que unem nossos governos e nossos povos.

Quero dizer ao Presidente Nicanor Duarte Frutos que o protocolo que assinamos hoje é apenas mais uma etapa na boa e eficiente relação que Paraguai e Brasil precisam construir. O Brasil tem todo o interesse em dar sua contribuição para que possamos, concomitantemente com o desenvolvimento brasileiro, ajudar o Paraguai a se desenvolver. Como a integração física é, na verdade, o eixo principal da nossa relação sul-americana, iremos fazer todo o esforço que estiver ao nosso alcance para que possamos não apenas construir a ponte, as estradas que o Paraguai tanto precisa, mas também a estrada que, começando no Mato Grosso do Sul, pode levar o Brasil ao Pacífico, passando pelo Paraguai e outros países.

Não fazemos isso, Presidente Nicanor, apenas pensando no Brasil. Até porque Brasil e Paraguai estão tão próximos, tem tantos brasileiros morando no Paraguai, e temos tantos quilômetros de fronteira, que tudo o que fizermos para contribuir com o Paraguai – seja na formação científico-tecnológica,

seja na agricultura, seja na indústria, nas telecomunicações, nas estradas que precisam ser construídas –, estaremos fazendo nada mais do que a nossa obrigação. Contribuindo com o Paraguai, estaremos contribuindo com o próprio Brasil, porque a democracia exige que tenhamos tranqüilidade no nosso continente e, sobretudo, na nossa fronteira.

Quero, Presidente Nicanor, que, ao regressar ao Paraguai, regresse com a certeza absoluta de que o que nós fizemos hoje não é apenas um cumprimento de uma relação formal entre dois países e dois presidentes. Quero que leve ao Paraguai a certeza de que a nossa relação é a mais sincera possível, que o Brasil não quer ter nenhuma vocação hegemônica sobre qualquer país da América do Sul. O que nós queremos é construir uma parceria em que todos tenham igualdade de oportunidades para crescer, desenvolver-se e distribuir renda. Leve a certeza de que, aqui no Brasil, Vossa Excelência tem mais do que um Presidente amigo do Paraguai. Tenha a certeza de que, aqui no Brasil, Vossa Excelência tem um Presidente que, além de ser seu companheiro, é companheiro e admirador do povo do Paraguai.

Muito obrigado.

Visita do Presidente da República à Argentina

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de encerramento do Seminário “Integração da América do Sul: Desafios e Oportunidades”, em Buenos Aires, em 16 de outubro de 2003

Quero agradecer a oportunidade de encerrar este importante seminário que congregou tantas e tão expressivas lideranças empresariais dos nossos países.

Sei que muitos vieram do interior da Argentina e do Brasil para poderem estar aqui e mostrar com a sua presença e entusiasmo que estamos engajados em uma boa causa.

É um prazer transmitir a visão de meu Governo sobre a integração e o papel central dos empresários nesse projeto comum. O êxito dessa integração depende da conjugação de esforços entre os setores público e privado.

Venho à amiga Argentina, pela terceira vez desde que fui eleito, para reafirmar o meu compromisso com a parceria que nos une. Somos sócios numa empreitada para o desenvolvimento e a prosperidade de nossos povos. Queremos ir além das vantagens comerciais de curto prazo. Queremos uma parceria estratégica entre iguais, sem veleidades hegemônicas de parte a parte. O MERCOSUL será um êxito quando todos

ganhamos. Queremos uma aliança baseada no respeito mútuo e que nos habilite a encontrar mais rapidamente o caminho do desenvolvimento e da justiça social.

Senhores empresários,

Crescer, criar empregos e distribuir renda são a obsessão de meu Governo. Mas só atingiremos isso com muito trabalho. E trabalho é coisa que vocês empresários dos nossos países, conhecem bem.

O Brasil já teve muitas desilusões e promessas frustradas. O horizonte do crescimento e da distribuição de renda foi sempre uma miragem, uma esperança logo corroída por crises inflacionárias ou financeiras, pelo imobilismo, pelo conformismo. Aprendemos com os erros do passado e, hoje, sabemos que o crescimento sustentado não se obtém com mágicas ou com arroubos retóricos, tampouco com fórmulas e consensos importados, mas com serenidade e persistência. Em suma, cabe a nós, argentinos e brasileiros, definir nossos consensos.

Desenvolvimento é fruto de políticas consistentes e integradas, que fortaleçam a

base social sem a qual nenhum crescimento se sustenta no longo prazo.

Estamos colocando a casa em ordem, saneando as finanças, combatendo a corrupção e o desperdício e conduzindo a política econômica com muito equilíbrio e responsabilidade.

Para que haja boa política social, é preciso que haja boa política econômica. E isso não é tarefa simples em um país tão complexo como o Brasil, onde em cada esquina grita uma urgência, em cada momento se apresenta um desafio.

Foi com muita persistência e firmeza que conseguimos afastar a ameaça que pairava sobre o país quando assumimos o Governo. Todos lembram as previsões catastróficas e a conjuntura crítica que herdamos: o real em queda livre, a inflação em dois dígitos, o risco país em 2.400 pontos. O equilíbrio que alcançamos permitiu dar início à redução da taxa básica de juros. A inflação caminha para as metas estabelecidas. O real mantém-se estável. Recuperamos o fôlego para o crescimento sustentado.

Mais do que isso. Foi possível mudar a agenda do País, com uma visão de longo prazo. Essa visão é forjada com muita negociação, com muito diálogo, o que permitirá aprovar as reformas que darão uma feição mais justa e próspera ao nosso país.

As reformas tornarão nossa economia mais competitiva e melhorarão nossa distribuição de renda. Vamos voltar a crescer, agora em bases sólidas e sem atropelos. O crescimento econômico é um instrumento para criar riqueza e redistribuir renda, gerar empregos e melhorar a qualidade de vida de nosso povo. O Brasil com que sonhamos é um país com maior justiça social, mais competitivo e mais integrado a seus vizinhos.

Senhores empresários,

Essas mudanças internas refletem-se também na nossa política externa, mais afirmativa e ciosa do nosso interesse nacional. A nossa prioridade é o fortalecimento do MERCOSUL. Queremos também promover a integração sul-americana.

A integração passa pelo comércio, mas também por outras coisas muito concretas, como construção de novos acessos, rodovias, estradas de ferro e a modernização da infraestrutura de portos, aeroportos, energia e telecomunicações, fomentando o comércio regional e a integração de cadeias produtivas que atravessem nossas fronteiras.

Por isso, instruí o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a financiar projetos de integração física em cooperação com outras instituições, como a Corporação Andina de Fomento (CAF), o FONPLATA e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Há projetos, de grande simplicidade, como aquele que prevê a construção de aproximadamente cem quilômetros de via férrea num trecho do território argentino e uma ponte ferroviária sobre o Rio Paraná. Com apenas isso, estariam unindo toda a rede sul do Brasil com a rede norte argentina, com a mesma bitola, chegando até o Chile. Integraríamos 20 mil quilômetros de vias férreas unindo os principais portos do sul e sudeste do Brasil com os portos do norte chileno e integrando toda a mesopotâmia, o norte e o noroeste argentinos.

A integração é muito mais do que a simples liberalização do comércio. Estamos articulando políticas agrícolas, industriais, sociais, culturais e de ciência e tecnologia. Já começamos a trabalhar a idéia de um Parlamento do MERCOSUL e do Instituto Monetário.

Essas iniciativas são o primeiro passo para um projeto mais ambicioso, a integração da América do Sul. Cabe à Argentina e ao Brasil demonstrar liderança conjunta na construção de uma comunidade sul-americana unida, próspera e solidária, como parte da grande família sul-americana. E o núcleo desse projeto é o MERCOSUL, que vocês todos têm ajudado a construir. Necessitamos do apoio dos empresários do MERCOSUL na integração de nosso continente.

Não devemos desanimar diante das dificuldades que são naturais em relações densas e complexas como as nossas. Nossos problemas devem ser tratados com a maturidade e o equilíbrio que se espera de parceiros estratégicos.

Tenho uma linha direta com o Presidente Kirchner e cada Ministro brasileiro tem uma linha direta de comunicação com seus colegas argentinos. Assim, estamos dando o impulso político para avançar em todas as áreas do relacionamento bilateral. Vamos trabalhar pela convergência crescente de políticas econômicas, pela harmonização de regras e pela simplificação dos trâmites que incidem sobre o dia a dia das empresas.

É com esse propósito que o BNDES iniciou os estudos legislativos pertinentes com vistas a estender também às empresas argentinas suas linhas de créditos. Queremos eliminar o excesso de burocracia e padronizar os procedimentos de um e outro lado da fronteira.

Estamos comprometidos com a criação de marcos legais convergentes para facilitar o trânsito tanto de bens e serviços quanto de pessoas. Queremos a participação ativa da sociedade nesse processo.

Senhores empresários,

Os governos, sozinhos, podem pouco. A integração sul-americana e o fortalecimento do MERCOSUL devem ser, também, objetivos dos empresários, dos trabalhadores e de toda a sociedade.

Quero convidar as empresas a vestirem a camisa da integração. É preciso que nos unamos para buscar parceiros, integrar cadeias produtivas, fazer prospecção conjunta de mercados. É mais do que hora de deixar de lado disputas menores e unir todo nosso potencial para as batalhas que realmente importam.

Brasil e Argentina devem utilizar a integração bilateral para passar da exploração das vantagens comparativas de cada país à criação de vantagens competitivas regionais. De pouco valerá o esforço para ganhar produtividade e eficiência, se o acesso dos nossos produtos aos mercados internacionais for dificultado por barreiras artificiais.

Por isso, é essencial que a parceria entre Argentina e Brasil continue a exercitarse no campo das negociações comerciais internacionais, como na OMC e na ALCA. Em Cancún, vimos os resultados positivos de nossa coesão. A recente reunião de Buenos Aires confirmou a natureza objetiva e pragmática de nossos esforços. Estamos trabalhando, de mesmo modo, na ALCA, para que a liberalização comercial equilibrada seja fator de desenvolvimento e prosperidade para todos.

Senhores empresários,

Sou um otimista quanto ao futuro do meu país, da Argentina e da nossa região. Vamos explorar coletivamente o potencial de crescimento de nosso mercado comum e as oportunidades que nos aguardam no exterior. Esse é o sentido estratégico da integração.

Essa é a essência do projeto histórico que nos une. É assim que construiremos um novo modelo econômico e social capaz de assegurar a retomada do crescimento com geração de emprego e distribuição de renda.

Para nossa felicidade, nessa partida, Brasil e Argentina jogam no mesmo time e continuarão suando a camisa, juntos, com muito trabalho e dedicação.

Queria terminar afirmando aos empresários brasileiros, argentinos, uruguaios e paraguaios que, no próximo dia 3 de novembro, estarei fazendo uma viagem pelo continente africano. Vou à África do Sul, a Moçambique, a Angola, à Namíbia e a São Tomé e Príncipe. No dia 5 de dezembro, estaremos fazendo uma viagem para o Líbano, Emirados Árabes, Síria, Arábia Saudita, Egito e Líbia. Em janeiro, estaremos viajando para a Índia.

Todas essas viagens têm por objetivo não apenas mostrar o Brasil como país que pode tornar-se parceiro no campo comercial, industrial, cultural, científico e tecnológico, mas também mostrar a potencialidade da América do Sul. Têm por objetivo mostrar o que significa para o futuro do nosso continente a integração física que estamos buscando. Porque argentinos e brasileiros, empresários ou políticos, sindicalistas ou não, historicamente, falamos em integração da América do Sul e da América Latina. Não tem um discurso de um político sul-americano que não fale da integração da América Latina.

Foram precisos poucos meses de conversa e de viagens entre os países da América do Sul, entretanto, para constatarmos que a integração de que falávamos tanto em discursos era uma integração teórica. A integração pressupõe portos e aeroportos,

ferrovias e estradas, pontes e hidrovias, energia e telecomunicação. Sem isto, não há integração.

Muitas vezes, um representante empresarial de um país da América do Sul, para ir a outro país, tem de ir a Miami. Da África, para vir ao Brasil ou à Argentina, tem de ir à França. Se não pudermos garantir o direito de ir e vir daqueles que, como empresários ou como cidadãos comuns, querem participar desse processo de integração, passaremos mais um século fazendo retóricas.

É por isso que decidimos, junto como todos os países do Grupo do Rio, junto com o BNDES e com a CAF, fazer um grande seminário no Rio de Janeiro, para fazer um levantamento dos principais projetos de integração da América do Sul, quais as pontes que faltam, quais as estradas que faltam, quais as ferrovias que faltam, quais as hidrovias que faltam, o que falta de energia, para, com os projetos na mão, decidirmos o que nós mesmos poderemos fazer em parceria e, se não tivermos condições, o que poderemos buscar de financiamento internacional. Mais ainda: o que outros países podem investir para que essa integração se torne efetivamente verdadeira.

Estou convencido de que, quando consolidarmos a integração física da América do Sul, passaremos a contar na história não mais como um país do futuro ou um continente do futuro, mas como um continente capaz de se tornar igual ao que, hoje, nós conhecemos como potências econômicas.

Não podemos esperar que outros nos dêem oportunidades. Os empresários argentinos não podem ficar esperando que os brasileiros lhes convençam a ir ao Brasil. Muito menos os brasileiros podem ficar com medo de vir à

Argentina. Eu tenho dito aos empresários brasileiros: “Deixem de ter medo de ser empresas multinacionais. Cresçam. Extrapolem fronteiras”. Somente assim é que seremos levados em conta nas grandes negociações dos fóruns multilaterais.

O Brasil e a Argentina, certamente, têm uma relação extraordinária com os Estados Unidos, com a União Européia, com o Japão, e queremos manter. Queremos manter e aperfeiçoar essas relações. Mas queremos ter mais oportunidades. Não estamos pedindo nenhum favor a ninguém. Estamos apenas pedindo uma oportunidade verdadeira de que o comércio seja efetivamente livre e que não venham com barreiras tarifárias para impedir que os nossos produtos possam entrar no mercado internacional.

É com esta postura que, certamente, o MERCOSUL, mas, sobretudo, a Argentina e o Brasil, se colocarão no cenário mundial. Todo o respeito do mundo aos nossos parceiros de outros países. Mas o que queremos é ser respeitados também. O que queremos é ser tratados em igualdade de condições. Mais do que isso: o que queremos é uma oportunidade para deixarmos de ser vistos pelo mundo desenvolvido como o país das crianças de rua, da prostituição infantil ou do desemprego. Não estamos pedindo favor. Estamos apenas querendo o lugar que é nosso e que nós haveremos de conquistar.

Muito obrigado e boa sorte.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão do Congresso da Nação Argentina em homenagem ao Brasil, em Buenos Aires, em 16 de outubro de 2003

Senhor Presidente; Senhoras Congresistas, Senhores Congressistas,

É, para mim, uma grande honra dirigir-me ao Congresso da Nação: a Casa que reúne os legítimos representantes do povo argentino; a Casa que encarna a soberania popular deste país.

Conheço, por experiência própria, o papel fundamental que o poder legislativo tem como instituição democrática.

Meu respeito pelo parlamento fortaleceu-se quando, em 1986, fui eleito deputado com a missão de elaborar a Constituição que deveria assegurar a transição para a democracia no Brasil.

Hoje, como Presidente da República, tenho mantido uma sólida e respeitosa relação com o Legislativo de meu país.

O Congresso Nacional brasileiro tem sido fundamental, nesses dez primeiros meses de meu governo, para a implementação das profundas reformas de que tanto necessitamos. Tem exercido, ao mesmo tempo, vigilante fiscalização sobre a ação do Executivo, conforme prescreve a Constituição.

Como observador da cena política argentina, não posso deixar de evocar nesta ocasião o papel decisivo que teve o Congresso argentino na grave conjuntura dos anos de 2001 e 2002. A serenidade e o espírito patriótico que esta Casa soube manter foram decisivos para que o país pudesse superar aquele momento difícil.

Pela terceira vez, em menos de um ano, venho a Buenos Aires. Aqui estive, em dezembro do ano passado, ainda na condição de Presidente-eleito.

Nesse mesmo período, tive a satisfação também de receber em Brasília o ex-Presidente Duhalde e, por duas vezes, Néstor Kirchner, com quem conversei igualmente em Londres e em Nova York. Essa série de encontros reflete o estágio superior em que

se encontram as relações de nossos dois países.

Senhor Presidente, Congressistas,

Estamos, no Brasil, confrontados com o desafio de dinamizar a economia de nosso país, depois de duas décadas de estagnação ou crescimento medíocre.

Para vencer o pesado legado que recebemos, de pobreza e exclusão social, necessitamos mais do que um grande esforço de mobilização nacional. É preciso, igualmente, associar-nos a outros povos para mudar a relação de forças em direção a um mundo mais justo e democrático.

Para tanto, é necessário revigorar espaços regionais, como o MERCOSUL. O fortalecimento do eixo Brasil-Argentina é a pedra de toque dessa política.

É sempre bom lembrar que o MERCOSUL surgiu da aliança que nossos países souberam construir depois de prolongado período de autoritarismo. Na origem desse projeto estavam a profunda preocupação democrática e a aspiração de retomar o desenvolvimento com justiça social.

Hoje, vivemos uma situação especialmente favorável. A vontade política de nossos povos expressou recentemente – e continua expressando – um claro sinal de mudança. Temos de estar à altura dessa nova conjuntura e tirar as consequências desse mandato.

Senhor Presidente, Congressistas,

Em todas as ocasiões em que me dirigi ao povo argentino expressei com clareza a disposição de estabelecer com o seu país uma “aliança estratégica”, fundamental para levar adiante exitosamente o projeto do MERCOSUL e para construir uma comunidade sul-americana de nações. Reiterei essa disposição em meu recente

discurso à Assembléia Geral das Nações Unidas.

Hoje, no entanto, dou-me conta que a expressão “aliança estratégica” – por mais forte que possa parecer – talvez não revele toda a intensidade que deve ter o relacionamento entre nossos dois países. Melhor, seguramente, falar de uma parceria onde não haja lugar para disputas por liderança.

Brasil e Argentina são dois grandes países. Estamos chamados a desempenhar um papel decisivo na construção de um continente livre, justo e solidário. De nossa ação coordenada dependerá o futuro de nossos povos. Mais ainda: ela contribuirá para a construção de uma ordem mundial politicamente democrática e socialmente equilibrada, no quadro do multilateralismo.

Tenho afirmado – e reiterei ao Presidente Néstor Kirchner – que nada nos afastará dessa perspectiva. Sabemos que uma associação tão profunda, como a que estamos construindo, enfrenta dificuldades e desperta reações. Temos consciência de que os processos de mudança, como os que estamos realizando em nossos países, devem superar muitos obstáculos.

Estamos totalmente solidários com a ação corajosa do Governo argentino no enfrentamento das grandes questões econômicas e sociais, nas grandes opções políticas que adotou, especialmente aquelas que envolvem o restabelecimento da ética no trato da coisa pública e o respeito estrito dos Direitos Humanos. Expressamos diretamente nos organismos multilaterais nossa total solidariedade com a nação Argentina.

Senhor Presidente, Congressistas,
Para levar adiante este grande projeto de

integração de nossos países temos de estar munidos de sabedoria, paciência e generosidade.

Fazemos parte de gerações que lutaram por grandes ideais de transformação social e política. Temos como paradigmas éticos e morais homens e mulheres que não hesitaram em dar suas vidas para alcançar a justiça social e a liberdade. Não chegamos sozinhos aos governos de nossos países, mas em meio a vigorosos movimentos sociais com décadas de lutas.

Senhor Presidente, Congressistas,

Sempre apostamos no MERCOSUL. Entendemos que seu êxito implica a realização plena de sua vocação de união aduaneira.

Mas o MERCOSUL deve constituir-se em um espaço de articulação de políticas industriais, agrícolas, de ciência e tecnologia, deve assumir também uma dimensão social, que garanta a livre circulação de pessoas. Devemos propiciar uma profunda integração de nossas universidades e instituições científicas e estimular contatos culturais entre nossos povos. Devemos perseguir a articulação de nossos sistemas produtivos.

Da mesma forma que queremos, em nossos países, um desenvolvimento regional equilibrado, defendemos um MERCOSUL harmônico. Queremos um MERCOSUL solidário. Por isso, estamos criando mecanismos para impedir desequilíbrios conjunturais em nosso comércio regional, evitando perdas desnecessárias e tentações protecionistas entre nós.

Mais importante é nossa firme disposição de enfrentarmos unidos os grandes desafios impostos pela globalização e, particularmente, a onda protecionista patrocinada pelos países ricos.

É fundamental a aliança que estabeleceremos, junto com outros países, a partir da reunião da Organização Mundial do Comércio, em Cancún. É fundamental, igualmente, a ação coordenada que estamos desenvolvendo nas negociações para a formação de uma Área de Livre Comércio das Américas, a ALCA, bem como nas negociações com a União Européia.

Em todos esses casos, nossos negociadores têm defendido com firmeza nossos interesses, de forma construtiva e planejada, sem espírito de confrontação. Essas práticas antecipam a necessidade de uma crescente coordenação de nossas políticas externas.

É de grande importância a cooperação que iremos desenvolver nos próximos anos no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Também no nosso continente, queremos crescentemente compartilhar com a Argentina responsabilidades em incentivos de alcance político e econômico.

Estou convencido, Senhor Presidente, de que poderemos dar um impulso significativo na construção de uma grande infra-estrutura física na América do Sul. Necessitamos de mecanismos financeiros capazes de garantir os recursos para realizar este ambicioso programa de integração física.

O Brasil cumprirá sua parte nesse projeto com os recursos, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES. Um esforço suplementar deverá ser feito também para agilizar as trocas comerciais entre os países do MERCOSUL e os demais da América do Sul.

Para isso, estamos avançando na ampliação dos mecanismos que ajudem a fomentar o comércio, ao mesmo tempo em que estudamos outras iniciativas que

ampliem as trocas regionais.

Devemos estimular nossas empresas – públicas ou privadas – a aumentar seus investimentos na região.

Penso que Brasil e Argentina, como economias mais avançadas da América do Sul, podem contribuir para que se desenvolvam, em nossa região, processos de substituição competitiva de importações. Sem atitudes paternalistas ou vocação intervencionista, Argentina e Brasil podem viabilizar a criação de uma América do Sul mais equilibrada social e economicamente.

Dentro dessa mesma perspectiva, e respeitando a soberania dos Estados da região, Brasil e Argentina podem contribuir – desde que convocados – para a solução pacífica de conflitos que ameaçam a estabilidade social e política de alguns países amigos.

Senhor Presidente, Congressistas,

Temos pela frente uma grande obra econômica, social e política. A integração de nossos países exigirá, no momento devido – que espero não esteja muito longe – a criação de um Parlamento do MERCOSUL. Com isso estaremos dando ao MERCOSUL a legitimidade que decorre do exercício da soberania popular. Queremos que o Parlamento possa ser – dentro das atribuições que lhe forem sendo atribuídas – um instrumento fundamental para dar consistência e profundidade a nosso processo de integração.

Senhor Presidente e Congressistas,

A verdadeira sociedade que iremos construir entre Brasil e Argentina dependerá, em última análise, da capacidade que tenhamos de mobilizar corações e mentes – sobretudo os jovens – convocando a todos para construir uma grande comunidade, que

tem como principal trunfo a extraordinária qualidade de nossa gente.

Somos uma área de paz e de tolerância em um mundo cada vez mais marcado pelo conflito e pela intransigência. Cabe-nos, agora, realizar a grande obra de pôr fim à exclusão social e à pobreza. De construir uma sociedade mais igualitária, que abra amplas possibilidades para milhões de homens e mulheres, hoje vivendo na desesperança.

A democracia política que queremos consolidar e aprofundar dependerá em muito de nossa capacidade de construir uma sólida democracia econômica e social.

Brasil e Argentina possuem potencial econômico, história, reservas intelectuais, éticas e morais para levar adiante um grande projeto de integração, que preserve nossas identidades e a elas acrescente uma nova e luminosa dimensão.

Fomos quase ao fundo do poço e descobrimos que somos pobres. Mas também descobrimos que, sozinhos, não vamos a lugar nenhum. Unidos, nos tornaremos uma potência capaz de disputar no mundo comercial e no mundo econômico o lugar de destaque que merecemos ter.

Com essa lógica da globalização, não existe, por parte de nenhum país, concessão ou dádiva a outro país. A disputa do mercado é uma disputa muito competitiva, muito difícil e muito dura. Nós não podemos ficar de braços cruzados, esperando que alguém descubra que temos crianças de rua, que temos pobreza e que temos desemprego. Esse é um problema nosso.

Portanto, temos de assumir a responsabilidade de construir um MERCOSUL forte, de começarmos a construir um embrião de uma nação sul-

americana e começarmos a atuar como nunca atuamos, em todas as frentes de batalha, para que, em um dia que está muito próximo, as nossas crianças, as nossas mulheres e os nossos homens possam conquistar a cidadania plena.

Quero dizer aos congressistas e ao senhor Presidente que, muitas vezes, das ruas da Argentina e do Brasil, o povo tem pouca compreensão sobre o papel do Legislativo. Portanto, muitas vezes somos cobrados por coisas que não fizemos ou por coisas que faltam fazer. O que é importante é que, gostemos ou não, acreditemos ou não, o Parlamento, onde se reúnem as lideranças, homens e mulheres da Argentina, homens e mulheres do Brasil, que muitas vezes é tão atacado, é um espaço que, mesmo que não funcione como todos gostariam que funcionasse, sem ele não haveria democracia em nenhum país.

É esta Casa, cheia de contradições, cheia de adversidades, que dá a certeza de que dormiremos todas as noites e levantaremos todas as manhãs sem ter um policial para nos prender.

Muito obrigado e boa sorte.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de encontro com o Presidente Néstor Kirchner, em Buenos Aires, em 16 de outubro de 2003

Meu caro irmão, companheiro e Presidente Néstor Kirchner, Presidente da nação argentina; meu caro Dr. Rafael Bielsa, Ministro de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto; meu caro amigo Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores; meus amigos e amigas, ministros e ministras do Brasil, meus amigos ministros e ministras

da nação argentina,

Eu já vim muitas vezes a Buenos Aires – cinco vezes. Três como Presidente, porque, quando eu vim aqui, dia 10, logo depois das eleições, já estava eleito, e duas como sindicalista. Fiz passeata junto com as mães da Praça de Maio, exigindo justiça, num tempo em que as mães da Praça de Maio não eram nem recebidas.

Eu ficava lá de fora, olhando para este palácio e ficava pensando: será que um dia vou conseguir entrar aí dentro? E consigo, hoje, vir ao Palácio do Governo argentino, para poder respirar um pouco o ar da democracia que toma conta deste país; para poder sentir nos olhos de homens e mulheres a alegria pela conquista da esperança, da auto-estima e pela conquista de ter o direito de sonhar com uma Argentina livre, democrática, soberana. Uma Argentina com muita paz e com muitas conquistas no campo social. E, mais ainda: sonhar com a integração política, econômica, comercial, cultural, científica entre nossos dois países.

Nunca entendi, na verdade, por que em alguns momentos históricos as relações entre Brasil e Argentina estremeceram. Se fosse apenas no futebol, eu entenderia. Mas na política, na economia e no comércio não há razão para que Argentina e Brasil não sejam modelo de sucesso para o resto do mundo.

Recebemos de Deus o privilégio de sermos parceiros lá em Foz do Iguaçu, nas cataratas divididas pela natureza entre o Brasil e a Argentina. Isso significa que, do ponto de vista político, os homens e as mulheres da Argentina terão menos sacrifício e menos esforço de fazer a integração que a natureza já fez entre os dois países.

Os documentos que assinamos hoje são a mais viva demonstração da disposição, minha

e do Presidente Kirchner, de dizermos, de uma vez por todas, que os interesses estratégicos dos dois países e o futuro das novas gerações merecem de nós todo e qualquer sacrifício para que possamos plantar, hoje, a árvore que dará os frutos que eles comerão num futuro muito próximo.

Quero dizer ao Presidente Kirchner que essa integração, respeitando a soberania de cada país, é vista por mim como uma das principais coisas que podem acontecer nos meus quatro anos de mandato. Mais feliz eu fico quando sei que não é uma posição pessoal. É uma posição de cada ministro que aqui está e de cada ministro que aqui não veio. É uma posição de cada brasileiro e brasileira que tem consciência da importância da geopolítica para o desenvolvimento que queremos para o nosso continente.

Graças a Deus, a América do Sul tem eleito alguns dirigentes que podem contribuir de forma decisiva para que possamos – sem deixar de ter as nossas relações habituais com todos os países do mundo – criar entre nós uma relação muito mais forte, porque, com os outros, temos relações comerciais, relações culturais, mas, entre nós, estamos ligados como uma criança está ligada à mãe pelo cordão umbilical.

A natureza nos uniu, permitiu que estivéssemos muito próximos uns dos outros. A nossa tarefa, Presidente Kirchner, é muito mais fácil agora. É ter a compreensão do que é importante para a Argentina e do que é importante para o Brasil; o que os dois países ganharão com cada passo que dermos daqui para frente.

Por isso, os acordos firmados aqui, hoje, demonstram que a integração da Argentina e do Brasil, a integração da América do Sul, a integração da América Latina e a nossa

participação conjunta em todos os fóruns multilaterais não são mais uma promessa, não são mais um discurso retórico, mas serão uma ação cotidiana de cada argentino e de cada brasileiro, de cada argentina e de cada brasileira, porque, se não enxergarmos assim as nossas relações, estaremos muito mais fragilizados nas relações com outras forças políticas do mundo.

Certamente, haverá sempre alguém que entenda que não é boa para o Brasil essa relação com a Argentina ou que não será boa para a Argentina essa relação com o Brasil. Mas o Presidente Kirchner e eu não temos de nos preocupar com coisas menores. Temos de nos preocupar com a tarefa incomensurável que temos de recuperar a cidadania para milhões e milhões de homens, mulheres e crianças do Brasil e da Argentina que, hoje, passam fome. Temos de nos preocupar com milhões de argentinos e argentinas, e com homens e mulheres brasileiros aos milhões que precisam de um emprego que não têm.

Precisamos convencer os nossos empresários de que os empresários brasileiros podem e devem investir mais na Argentina, bem como os empresários argentinos podem e devem investir mais no Brasil. A troca de conhecimentos científicos e tecnológicos que podemos fazer entre nós, entre as nossas universidades, poderá ir consolidando uma relação que jamais existiu entre Argentina e Brasil.

Eu, particularmente, acredito que Argentina e Brasil têm um papel de tamanha responsabilidade no sucesso do MERCOSUL, de tamanha responsabilidade na integração da América do Sul, um papel tão importante nas futuras conquistas junto aos organismos multilaterais, sobretudo na ALCA e na OMC,

que não nos será dado o direito de estarmos separados nesta caminhada que temos de fazer.

Quero dizer ao Presidente Kirchner que venho à Argentina, com parte dos meus ministros, para dizer a Vossa Excelência que aprendi, na minha vida política, a utilizar uma frase com alguns companheiros. Quando queria afirmar a minha relação com uma pessoa de quem eu gostava e confiava, eu costumava dizer, nas minhas assembléias:

nem todo irmão é um companheiro. Mas todo companheiro será um grande irmão.

Quero que você saiba, Presidente Kirchner, que tenho em você um parceiro e, mais do que parceiro, um irmão e, mais do que um irmão, um companheiro, para que possamos fazer o nosso povo andar de cabeça erguida e merecer do restante do mundo o respeito a que temos direito.

Muito obrigado.

ALCA

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Sessão Inaugural do Encontro Parlamentar sobre a ALCA – O Papel dos Legisladores na ALCA, na Câmara dos Deputados, em 20 de outubro de 2003

Excelentíssimo Senador José Sarney, Presidente do Congresso Nacional; excelentíssimo Deputado João Paulo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados; excelentíssimo Raul Alfonsín, ex-Presidente da Nação Argentina e, hoje, Senador da República; senhoras e senhores Embaixadores acreditados junto ao meu Governo; meus caros companheiros Ministros de Estado do meu governo; Roberto Rodrigues, da Agricultura, Luiz Furlan, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Samuel Pinheiro, Ministro interino das Relações Exteriores, meu companheiro José Dirceu, da Casa Civil, Miro Teixeira, das Comunicações, e companheiro Olívio Dutra, Ministro das Cidades; meu caro Deputado Ney Lopes, Presidente do Parlamento Latino-Americano; Deputados e Deputadas das Américas, que estão participando deste Seminário; Senadores e Deputados brasileiros, meus amigos e minhas amigas,

A negociação da Área de Livre Comércio das Américas é, hoje, um dos temas mais debatidos no Brasil. O Congresso Nacional, a imprensa, o meio acadêmico e a sociedade civil acompanham de perto, e com crescente interesse, a evolução das negociações. Trata-

se de um tema de política externa que repercute intensamente no plano interno.

E, na realidade, há boas razões para isto. Afinal, a ALCA não envolve apenas a liberalização comercial e a abertura de mercados. Está em jogo, também, segundo as fórmulas que vinham sendo propostas, o tratamento de temas complexos e sensíveis, de grande relevância para o desenvolvimento do Brasil, como serviços, investimentos, compras governamentais e propriedade intelectual.

Sob o aspecto estritamente comercial, já nos foi claramente indicado que temas de fundamental interesse para o Brasil, como subsídios agrícolas e normas *antidumping* não serão objeto de negociações na ALCA. Isso cria evidentes limitações. Ainda assim, estamos dispostos a negociar de forma construtiva e pragmática, sem perder de vista interesses essenciais e o indeclinável dever de zelar pela nossa soberania.

Desejamos uma participação maior no comércio internacional. Obviamente nos atrai a possibilidade de acesso preferencial ao mercado mais dinâmico do mundo, que é o dos Estados Unidos. Como é normal em qualquer negociação, devemos estar

dispostos a fazer concessões recíprocas, orientadas pela lógica dos benefícios mútuos.

Mas a lucidez política nos obriga a não nos impressionarmos só com o varejo – em detrimento da visão de conjunto. Não seria sábio, tampouco, nos concentrarmos no lucro imediato, e perder de vista o médio e o longo prazos.

Como a maior economia da América do Sul, o Brasil tem, não só o direito, mas a obrigação de ajudar a definir um projeto de ALCA que seja favorável a todos os países e, sobretudo, aos países mais pobres. Foi o que fizemos com os nossos sócios do MERCOSUL.

Acabo de regressar da Argentina, onde o Presidente Kirchner e eu concordamos plenamente com a necessidade de que a proposta do MERCOSUL seja uma referência básica para as negociações. Quero que fique claro para todos, de uma vez por todas: para o Brasil, para o MERCOSUL, o foco da questão não é dizer “sim” ou “não” à ALCA, mas definir qual a ALCA que nos interessa.

O que não faz sentido é conceder acesso preferencial a nosso mercado sem uma contrapartida em áreas onde somos mais competitivos, como a agricultura, em que, além da concorrência desleal dos subsídios, enfrentamos barreiras tarifárias e não tarifárias que impedem o acesso de nossos produtos. As ofertas até agora apresentadas indicam que as possibilidades de ganhos neste setor são bastante limitadas.

Por outro lado, ao considerarmos o possível resultado das negociações, não podemos esquecer que estamos lidando com um conjunto de países extremamente heterogêneo, em termos de tamanho, população, nível de desenvolvimento

econômico e social.

Em uma palavra, o que queremos é uma ALCA equilibrada, que nos garanta real acesso aos mercados do hemisfério, e que, ao mesmo tempo, nos deixe espaço para políticas de desenvolvimento.

Por todas essas razões, a proposta do MERCOSUL caracteriza-se pela flexibilidade. Isto é, os países que queiram assumir compromissos mais profundos em qualquer área poderão fazê-lo, bilateral ou plurilateralmente, sem que esses compromissos estendam-se, necessariamente, a todos os demais.

Como têm dito nossos colegas uruguaios, “queremos uma ALCA que não impeça nem imponha”. Não é razoável querer regras e obrigações idênticas para 34 países de características e situações tão desiguais. Essas são as linhas principais do Governo brasileiro para as negociações da ALCA.

Nossa estratégia tem sido definida a partir de amplas consultas aos diversos setores da sociedade brasileira, em reuniões com todos os ministros envolvidos e nas quais eu próprio estive presente. Trata-se, pois, de uma estratégia de governo, sob a coordenação do Ministério das Relações Exteriores, com a participação dos ministros da Agricultura e Desenvolvimento, que têm a responsabilidade da condução do dia-a-dia dessas negociações.

Ao tratar da participação da sociedade no processo negociador, ressalto, evidentemente, o papel do Congresso Nacional. Considero extremamente positivo o interesse que as duas Casas têm demonstrado pelas negociações da ALCA.

Este seminário não é a primeira iniciativa importante dessa natureza, e certamente não será a última.

Sei do acompanhamento intenso que senadores e deputados fazem do processo. Sei de sua participação em reuniões do Comitê de Negociações Comerciais, assim como nas Reuniões Ministeriais da ALCA. Sei dos debates semanais nas Comissões de Relações Exteriores da Câmara e do Senado, às quais nossos negociadores comparecem com freqüência; sei do interesse pessoal do Presidente José Sarney e do Presidente João Paulo Cunha pela matéria.

O papel principal que caberá ao Parlamento, no entanto, ainda está por ser desempenhado. Como todos temos presente, a Constituição determina, com grande sabedoria, uma divisão de tarefas no que se refere aos tratados internacionais – seja o Acordo da ALCA, seja qualquer outro. Por determinação constitucional, o Executivo negocia e assina o acordo, cabendo ao Legislativo ratificá-lo. Sem a ratificação, o Acordo não vale.

E tenho certeza de que um Parlamento que se informa, que participa, que acompanha as negociações, com o interesse que tem demonstrado o Congresso Nacional brasileiro, terá as melhores condições de considerar o que vier a ser apresentado pelo Governo, caso, como espero, as negociações sejam bem sucedidas.

Sem prejuízo dessa faculdade soberana do Congresso, posso garantir aos senhores deputados e senadores que o Acordo que receberão terá contemplado os anseios e as preocupações da sociedade brasileira. Digo isso porque sei que a participação do Brasil nas negociações está sendo conduzida “sem subserviência nem confrontação”, como disse o nosso Ministro Celso Amorim. E está sendo conduzida de forma profissional, transparente e soberana, buscando preservar e promover o interesse nacional.

Meu caro Presidente José Sarney; meu caro Presidente da Câmara, João Paulo Cunha, Deputados aqui presentes, brasileiros e de outros países,

O debate sobre a ALCA nos possibilita uma grande oportunidade de definirmos que tipo de Nação nós queremos ser, que tipo de agricultura nós queremos, que tipo de indústria nós queremos.

De vez em quando leio, na imprensa, alguém dizendo que o Brasil está isolado, que o Brasil pode ficar isolado. Quero lembrar aos deputados, senadores, que o que aconteceu em Cancún, com a criação do G-20, foi uma extraordinária novidade política, não pela conquista que se obteve lá, mas pelo fato de que, pela primeira vez, um grupo de países com identificações de povo, de economia e de problemas sociais descobriu que era preciso unir-se para tentar fazer com que as economias ricas pudessem abrir um pouco de espaço, que nos fosse dado o direito de continuarmos sonhando, um dia, em deixarmos de ser um país em via de desenvolvimento e nos transformarmos num país verdadeiramente desenvolvido.

O que temos a dizer, até porque reconhecemos a importância da economia americana, européia e de outros países para o Brasil, é que não queremos uma política de confrontação pela confrontação, apenas para satisfazer esse ou aquele discurso ideológico de quem quer que seja.

Queremos mais do que isso. Não queremos ficar apenas no discurso. Queremos uma posição pragmática, de país soberano, de modo a fazer valer os interesses eminentemente nacionais. Precisamos levar em conta as diferenças das economias que estão na mesa de negociação.

Se na União Européia os países ricos

tiveram a sensibilidade de criar um fundo para ajudar as economias em desenvolvimento, como no caso da Espanha, de Portugal e da Grécia, na América do Sul temos muito mais pobreza e países muito mais pobres do que Espanha, Grécia e Portugal.

Na proposta, não existe uma política que diga que se vai alavancar a economia desses países, para que eles possam competir, minimamente, em igualdade de condições.

Se existe uma lição que nós, brasileiros, temos de aprender com os Estados Unidos da América, é de que não temos de ter vergonha de sermos brasileiros, como eles não têm vergonha de serem americanos. Não temos vergonha de defendermos a nossa agricultura, como a União Européia defende a sua agricultura.

Temos de aproveitar essa negociação para fazer valer não a nossa vontade porque, também, não temos força para impor a nossa vontade, mas que, entre a vontade dos mais ricos e a vontade dos mais pobres, permaneça o meio termo, o caminho do meio, aonde ninguém leva tudo. E todos levam para casa um pouco da conquista.

É assim que iremos tentar negociar a ALCA. É assim que eu espero que o Congresso Nacional possa ajudar o Brasil a fazer a mais profícua negociação já feita, num acordo importante como este que estamos fazendo.

Não vamos fugir da mesa de negociação. Vamos negociar, de cabeça erguida, discutindo, de igual para igual, cada um dos itens que interessa ao nosso país. Até porque não estamos pedindo favor a ninguém. Estamos apenas reivindicando um direito nosso, que é a

oportunidade da nossa economia dar um salto de qualidade, sem as imposições que o mundo desenvolvido tem tentado nos impor.

Para isso, estamos procurando parceiros. Vamos fazer muitas reuniões com outros países que pensam como nós, porque temos consciência de que o que não for resolvido na ALCA poderá ser resolvido na Organização Mundial do Comércio, onde o debate pode ser mais eficaz, mais democrático e com muito mais interesses em jogo.

O Brasil, como sempre, podem ficar certos, deputados e senadores, estará de coração aberto para fazer o melhor acordo do mundo, mas, ao mesmo tempo, estará alerta para não aceitar que imposições façam o Brasil negociar em condições desfavoráveis. Este país cresceu, amadureceu e agora chegou a nossa vez de dizermos, claramente, o que somos, quem somos e o que queremos para o nosso povo.

João Paulo, Presidente Sarney, meus parabéns pela iniciativa deste seminário. Eu não tenho dúvida nenhuma de que isto aqui vai mostrar para a sociedade brasileira que o acordo que vier a ser feito não será um acordo de interesse do Presidente da República, do Ministro da Indústria e do Comércio, do Ministro da Agricultura, do Ministro das Relações Exteriores, não será obra de uma pessoa; será, se Deus quiser, o resultado de um debate maduro que o Congresso Nacional começa a fazer e que, se Deus quiser, a sociedade brasileira acompanhará.

Boa sorte a todos que vieram participar deste seminário.

Muito obrigado.

XXII Congresso da Internacional Socialista

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Cerimônia de Abertura do XXII Congresso da Internacional Socialista, em São Paulo, em 27 de outubro de 2003

Meu caro companheiro Antônio Guterres, Presidente da Internacional Socialista; meus companheiros e companheiras, delegados deste congresso; Ministros do meu Governo; dirigentes da Internacional, autoridades presentes,

É com grande alegria que o Brasil acolhe, na cidade de São Paulo, este Congresso da Internacional Socialista. Saúdo a todos os delegados, com menção especial a meus colegas Chefes de Estado e de Governo, que muito nos honram com a sua presença. Aqui estão importantes representantes de forças políticas que, nos cinco continentes, lutam pelo progresso social de seus povos.

Como Presidente de um país hoje governado por uma coligação de partidos de esquerda e de centro mas, também, como Presidente de honra de meu partido, o Partido dos Trabalhadores, só posso dizer-lhes: sintam-se como se estivessem em suas próprias casas.

O Partido dos Trabalhadores, embora não integre a Internacional Socialista, manteve e mantém com a Internacional uma relação fraternal. Participou, nesses vinte últimos

anos, em inúmeros de seus congressos e reuniões e compartilhou muitas de suas iniciativas, em âmbito regional e mundial.

Vários partidos que conosco integram o Fórum de São Paulo na América Latina fazem parte da Internacional, da mesma forma que partidos da Europa, com os quais mantemos relações muito estreitas. Nos 23 anos de existência do Partido dos Trabalhadores, mantivemos um fértil diálogo com organizações e personalidades da Internacional.

Não posso deixar de evocar a figura marcante de Willy Brandt, o homem que foi capaz de impulsionar uma vigorosa interlocução com o leste e o sul do mundo, ampliando, assim, as fronteiras da Internacional.

Companheiros e companheiras,

Quando a Internacional Socialista foi criada, em 1899, no Congresso de Paris, ela reuniu partidos e organizações que travavam intensa luta contra os efeitos socialmente excludentes da Revolução Industrial, nos países mais desenvolvidos.

Ali estavam muitos dos melhores

combatentes das classes trabalhadoras que, durante décadas, lutaram para juntar os ideais da democracia econômica e social ao da democracia política. Ali estavam muitos dos que haviam combatido nas barricadas da Comuna de Paris e sofrido a repressão que se abateu sobre os trabalhadores franceses. Ali estavam os sociais-democratas alemães que construíram, então, um poderoso movimento sindical e um também poderoso partido, enfrentando as dificuldades das leis anti-operárias.

Estamos, pois, diante de um movimento que tem História. Uma História de acertos e de erros, de vitórias e derrotas. Uma História que foi, é, e continuará sendo analisada com paixão, porque é nossa História, a trajetória de homens e mulheres de esquerda.

Refletimos muito sobre essas questões quando decidimos formar o Partido dos Trabalhadores no Brasil, ainda durante o regime militar, em meio a vigorosas mobilizações das classes trabalhadoras.

Não desconhecemos as heranças do socialismo do Século XX. Sobretudo, não esquecemos seus sonhos, o sacrifício de tantos, as esperanças que foram capazes de despertar.

Mas pertencemos, junto com outras organizações, sobretudo da América Latina, a uma outra geração de partidos.

Refletimos, criticamente, sobre muitos paradigmas teóricos que recebemos e, sem cair no pragmatismo, procuramos criar um movimento que fosse capaz de enfrentar, de forma criativa, não-dogmática, os grandes desafios do nosso país.

O principal desses desafios é vencer as enormes desigualdades sociais que marcam o nosso país. Delas decorre o estigma da fome que nos marca. Na prática, nossa

democracia excluiu da cidadania efetiva a dezenas de milhões de homens e mulheres. Nossa soberania foi e é ameaçada.

Em nome de uma integração necessária do Brasil no mundo, governantes tornaram nosso país extremamente vulnerável aos movimentos dos capitais especulativos e às pressões das forças políticas que os sustentam.

Companheiros e companheiras,

Nosso processo foi um difícil aprendizado, que teve vários cenários. As lutas, nas fábricas e nos campos, os embates parlamentares, as experiências administrativas de governar as cidades e os estados, as discussões intelectuais. A mobilização permanente pelos direitos humanos, especialmente no combate ao racismo e à discriminação de gênero, e a defesa do meio ambiente. Nesse processo, foi-se reforçando nossa compreensão de que vivíamos em um mundo injusto, que era necessário mudar.

Meus companheiros e minhas companheiras,

Tenho dito e repetido que minha eleição para Presidente, que hoje completa um ano, não é a vitória de um homem, mas a culminação de um movimento que deve, agora, realizar, no Governo, tudo aquilo pelo qual lutou durante tantos anos.

No dia seguinte à minha eleição, afirmei que o objetivo principal de meu Governo era o de erradicar a fome em meu país e lutar para que esse flagelo desaparecesse do mundo. Quis, com isso, destacar o fato de existirem mais de 40 milhões de concidadãos, no Brasil, que passam fome. Mas quis, sobretudo, chamar a atenção para as condições econômicas, sociais e políticas que produziram tantos milhões de famintos.

Assim, nosso Programa Fome Zero, por

meio do qual queremos erradicar essa vergonha nacional, não é, como alguns pretendem, um mero programa assistencial. É evidente que teremos de lançar mão de políticas emergenciais. Afinal, não podemos pedir a quem tem fome para esperar os resultados da reconstrução da nossa economia.

Esse processo já está em marcha. Ele envolve grandes transformações estruturais, envolve a criação de empregos e políticas consistentes, nos âmbitos da educação, saúde, habitação e transporte. Em suma, a abertura de um novo, vigoroso e duradouro ciclo de desenvolvimento.

Somos capazes disso. Crescemos, no passado, entre 1930 e 1980, a uma taxa média superior a 6%. Podemos abrir um novo período de expansão, distinto daquele, pois agora queremos distribuir renda e expandir a democracia.

Meus companheiros e minhas companheiras,

Para realizar esses objetivos que, tenho certeza, são os de todos nós, precisamos de um mundo diferente, um mundo mais solidário, um mundo menos desigual, um mundo mais democrático.

Para atingir as metas do milênio, que sintetizam os ideais de um mundo socialmente mais equilibrado, necessitamos de novas relações internacionais, econômicas, comerciais e culturais.

Há economias que pregam o livre comércio, mas praticam intensamente o protecionismo. Querem tarifa zero nas relações comerciais, mas não abrem mão de subsídios que hoje alcançam um bilhão de dólares por dia. Querem liberalizar serviços, investimentos, propriedade intelectual e compras governamentais, mas utilizam cotas

e medidas *antidumping* para proteger setores inefficientes de suas economias.

Nas negociações em curso na Organização Mundial do Comércio, e naquelas para a formação de uma Área de Livre Comércio das Américas, temos procurado desenvolver uma agenda positiva. O G-20 formou-se, em Cancún, para tentar uma saída para os impasses na Organização Mundial do Comércio.

Em todos esses encontros, defendemos apenas o interesse nacional, as políticas acordadas no âmbito do MERCOSUL e em outros fóruns criados pelos países em desenvolvimento. Que fique claro, no entanto, que o Brasil tem governo e quer, junto com outros países, uma ordem econômica mundial mais justa e equilibrada, com igualdade de oportunidades para todos.

Companheiros e companheiras,

Em meu recente discurso na Assembléia Geral das Nações Unidas, fiz uma enfática defesa do multilateralismo como forma de lograr um mundo de paz e de entendimento, capaz de enfrentar as enormes desigualdades sociais que alimentam os fundamentalismos e as soluções de força, em especial o terrorismo.

Disse, e quero repetir: o aperfeiçoamento do sistema multilateral é a contraparte necessária do convívio democrático no interior das nações. Para atingir esses objetivos, precisamos reconstruir a ONU, ajustando-a às novas realidades do mundo de hoje, distintas daquelas dos anos 40, quando ela foi criada.

As Nações Unidas têm de ser reformada, especialmente seus mecanismos de segurança coletiva, o Conselho de Segurança e os organismos com a responsabilidade de enfrentar os problemas econômicos e sociais,

como o ECOSOC.

A ONU deverá empenhar-se fortemente na tarefa de construir a paz no mundo, no marco do respeito ao direito internacional. Só corresponde o uso da força em última instância e, assim mesmo, com o respaldo do Conselho de Segurança ou da Assembléia Geral. A única guerra na qual estamos dispostos a nos envolver é a guerra contra a fome e a exclusão. Essa, sim, valerá a pena vencer.

Companheiros e companheiras,

Nessa luta por um mundo de paz, temos buscado, por meio de uma política externa ativa e alta, aproximar-nos de nossos vizinhos da América do Sul, especialmente de nossos parceiros do MERCOSUL.

Estamos fortalecendo os laços econômicos na região. Queremos construir uma infraestrutura comum, que nos permita desenvolver-nos e melhor inserir-nos no mundo. Nós buscamos mais do que uma integração econômica e comercial: queremos construir instituições políticas comuns, buscando uma aproximação social e cultural.

Queremos, também, fortalecer a paz na região. Por essa razão, Brasil e outros países têm-se mobilizado para mediar conflitos, sempre no mais absoluto respeito à soberania dos países. Mas vamos, também, nos abrir para a África, continente que estarei visitando nos próximos dias e com o qual temos uma dívida histórica. Somos, com muito orgulho, o segundo país de maior população negra do mundo.

Queremos ampliar nossa parceria com o mundo árabe, que visitarei ainda este ano, para aprofundar contatos econômicos e comerciais mas, também, para aprofundar a cooperação política e cultural.

Desenvolvemos uma forte relação com

países como a Índia, a África do Sul, a China e a Rússia, com os quais queremos não só ampliar nossos contatos bilaterais, como atuar juntos, em âmbito internacional, para fortalecer o multilateralismo.

Nossa política externa é um importante instrumento para alterar a atuação atual, a correlação de força mundial, em favor de uma nova ordem, mais democrática, justa e socialmente equilibrada.

Quero, também, destacar que, nesses poucos meses de governo, conseguimos um relacionamento equilibrado e mutuamente respeitoso com os Estados Unidos e a União Européia. Com esses dois interlocutores, avançamos, em termos de abrangência e profundidade.

Meus companheiros e companheiras,

Espero que esses três dias em que São Paulo se transforma em capital mundial do socialismo democrático permitam a realização de um importante debate. De um debate capaz de renovar as esperanças daqueles que, em todas as partes do mundo, sonham e lutam por um mundo mais livre e justo, o que é a essência do socialismo.

As profundas transformações pelas quais passou o mundo nas últimas décadas abalaram muitas certezas e afetaram em parte paradigmas socialistas do passado.

Os conservadores celebraram muito apressadamente, sobretudo na América Latina, a vitória de suas teses e a derrota das esquerdas. Não foi necessário que transcorresse muito tempo, porém, para constatar que o legado que o conservadorismo deixou foi um continente de desempregados e famintos, atravessado por profundas desigualdades e incertezas. Um mundo onde as grandes conquistas científicas e tecnológicas beneficiam relativamente

poucos, excluindo muitos.

Um mundo mergulhado no temor de uma violência que não sabe evitar. Mas um outro mundo é possível. A tarefa de construí-lo não pode ser de uma corrente, de um partido ou de uma pessoa. O passado do socialismo nos deixou algumas lições.

Importantes alternativas políticas constroem-se sem dogmatismos, de forma plural, e eu respeito diferenças. Elas são, antes de tudo, expressão de grandes movimentos sociais.

Somos capazes de vencer quando deixamos de lado nossas divergências internas menores e privilegiamos o enfrentamento dos grandes desafios que temos pela frente.

Nas derrotas do socialismo, a desunião sempre ocupou lugar importante; nas vitórias, a unidade foi o ponto fundamental. Essa é também a experiência do meu partido. É dentro deste espírito unitário e com a esperança de que todos saberemos contribuir para a reconstrução do projeto socialista democrático no mundo que renovo meus votos de boas vindas a todos que aqui nos honram com suas presenças.

Meus companheiros e minhas companheiras, delegados deste congresso

Há um ano, neste mesmo horário, estávamos apreensivos, mas certos de que a nossa vitória eleitoral seria inevitável. Seria inevitável porque, como disse agora há pouco, a minha vitória não foi a vitória de um Presidente da República, de um cidadão brasileiro. A minha vitória foi a culminância de um movimento de massa que soube juntar, durante mais de 30 anos, o que existia de mais organizado na sociedade brasileira, nos sindicatos, nas igrejas, nos movimentos populares, nas ONGs.

Esse movimento culminou com a minha vitória depois de 3 derrotas seguidas – é

importante ressalvar –, e essa vitória, que não é de um homem ou de um partido, é a de um movimento que cresceu e fortaleceu-se na luta contra o regime militar. E nos obriga a olhar nos olhos de cada delegado aqui presente e dizer a todos vocês, meus companheiros e companheiras, que sabemos o peso do fardo que carregamos nas costas.

Sabemos o peso da responsabilidade, sabemos as esperanças e as paixões que a nossa vitória despertou em vários países da América Latina e em vários setores da esquerda no mundo inteiro.

Isso, ao invés de nos deixar apenas felizes, nos deixa mais preocupados, porque significa que a nossa responsabilidade aumentou e muito. É importante lembrar que há pouco tempo, na América Latina, vários partidos políticos que hoje estão num embate democrático, na luta política eleitoral, eram partidos que entendiam que não existia outra via para chegar ao poder que não a via da luta armada.

Foi graças à teimosia de companheiros como o companheiro Marco Aurélio Garcia e outros companheiros, que acreditaram e criaram o Fórum de São Paulo, que colocamos, pela primeira vez, a esquerda da América Latina – que nem conversava entre si, dentro dos seus países – para sentar, para começar a aprender o básico da democracia, que é a convivência na diversidade.

Ninguém precisa pertencer à mesma religião, ninguém precisa torcer pelo mesmo time de futebol, ninguém precisa acreditar 100% nas mesmas coisas.

A essência da democracia e da Internacional Socialista é ensinar que a grandeza da democracia é aprendermos a respeitar as pessoas como elas são e tirarmos das pessoas apenas aquilo que puder somar

na nossa luta objetiva, e não aquilo que pode nos dividir.

Quero dizer ao meu querido amigo Antonio Guterres, Presidente da Internacional Socialista, que, embora o nosso partido nunca se tenha filiado à Internacional, muitos de seus filiados não têm a solidariedade que nós temos tido nos encontros da Internacional Socialista. Fazemos isso porque, para nós, a democracia não é algo menor.

Por saber da nossa responsabilidade e, como Presidente da República deste país até o dia 1º de janeiro de 2007, e por saber que nós não podemos errar – porque a frustração não será apenas interna, mas será também externa –, é que resolvemos dar os passos que precisam ser dados.

Governar quatro anos – aqui estão muitos companheiros que são governantes nos seus países – não é uma corrida de 100 metros em que se tenta resolver tudo em apenas 10 segundos. É uma maratona, que tem de ter estratégia, que tem de ter definição correta do tempo que você aumenta e diminui a

velocidade.

Tenho dito aos meus companheiros: moro há 30 anos a 600 metros do sindicato dos metalúrgicos, onde eu nasci para a vida política. Quando terminar o meu mandato, vou voltar a morar a 600 metros do sindicato dos metalúrgicos. Pretendo continuar indo a porta de fábrica, participando dos movimentos populares, porque a minha história está ligada a esses movimentos.

A minha eleição é o momento histórico na luta desse movimento e eu quero dizer para vocês, para todos aqueles que confiam na nossa trajetória e naquilo que podemos fazer pelo Brasil, que podem ter a certeza de que nós não iremos decepcioná-los.

Vamos fazer de tudo para que, em todos os fóruns de que a Internacional participa, o nosso querido Brasil e o nosso Governo possam servir como referência de uma boa prática política nos nossos dias.

Muito obrigado e bom congresso para todos vocês.

Acordo MERCOSUL-União Européia

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do encerramento da IV Reunião Plenária do Fórum Empresarial MERCOSUL-União Européia, em Brasília, em 29 de outubro de 2003

Meu caro Presidente de Governo da Espanha, José María Aznar; Senhor Ingo Plöger, co-Presidente, pelo MERCOSUL, do Fórum Empresarial MERCOSUL-União Européia; Senhor Guy Dollé, co-Presidente, pela União Européia, do Fórum Empresarial MERCOSUL-União Européia; meu caro Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores do Brasil; meu caro Ministro interino Márcio Fortes, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; meu caro Carlos Lessa, Presidente do BNDES; Embaixadores; Empresários, meus amigos e minhas amigas,

Só o fato de vocês estarem realizando este encontro, ou mais um encontro, demonstra a confiança e a certeza de que a aliança entre o MERCOSUL e a União Européia não só pode ser uma realidade muito mais contundente, mas pode consagrar-se como uma aliança, eu diria, estratégica, sobretudo para os países do MERCOSUL.

Falo isso muito à vontade, porque, durante a campanha eleitoral, no ano passado, quando se discutia a questão da ALCA – e, muitas vezes, aqui no Brasil, as discussões dão-se na base do “tudo ou nada” – nós, para sairmos dessa discussão, afirmávamos que

o modelo mais importante de integração era o que tinha acontecido na União Européia.

Penso que temos muito a aprender, porque foram décadas de discussão da criação de instituições multilaterais, que foram consolidando o bloco econômico, político e cultural, um dos mais importantes que nós temos no planeta.

Obviamente, nós, do MERCOSUL, não temos de incorrer nos mesmos erros que a União Européia cometeu há vinte anos. Podemos começar com os acertos da União Européia.

Por isso, quando disputávamos as eleições, afirmávamos a necessidade de recuperarmos o prestígio do MERCOSUL. Recuperar o prestígio do MERCOSUL passava, em um primeiro momento, por estreitar a nossa aliança com a Argentina. Havia interesse, sobretudo, de que a Argentina tivesse um governo comprometido com o fortalecimento do MERCOSUL.

Quis o destino, e também os eleitores, que fosse eleito, no Brasil, alguém que tinha forte compromisso com o MERCOSUL, e que fosse eleito, na Argentina, alguém que tinha forte compromisso com o MERCOSUL.

Se os dois Governos colocarem em

prática a vontade demonstrada no processo eleitoral, certamente ficará mais fácil o entrosamento com os outros países do MERCOSUL e, porque não dizer, mais fácil ainda fazer com que toda a América do Sul possa, num curto espaço de tempo, fazer parte de um bloco importante, que é o MERCOSUL. Para isso, vamos ter de criar outros mecanismos. Vamos fazê-lo com a maior seriedade, sem que haja nenhum atropelo.

Esta IV Sessão do Foro Empresarial MERCOSUL-União Européia ocorre em um momento de particular importância no relacionamento econômico do MERCOSUL e da União Européia. Nesse contexto, observo que três dos quatro países que compõem o MERCOSUL tiveram, no corrente ano, mudanças de governo. Em todos os casos, esse processo representou mais do que uma simples mudança governamental. Configurou a demonstração inequívoca de que o Bloco é um objetivo estratégico de nossos países.

Estamos determinados a recuperar a visão histórica da integração regional fundada no projeto do MERCOSUL. Estamos empenhados em consolidar uma União Aduaneira e avançar em direção à formação do Mercado Comum. Queremos, no entanto, não apenas liberalizar o comércio, mas também articular ações nos campos político, econômico, cultural e científico, entre outros. Estaremos, assim, criando melhores condições de prosperidade e desenvolvimento para nossos povos, e reforçando nossa presença coletiva no diálogo internacional.

A nossa inspiração nessa caminhada sempre foi a notável experiência da União Européia. Por isso, ousamos propor a criação de um Parlamento do MERCOSUL e

caminhar, mais adiante, na direção de uma moeda única regional. Para isso, estamos criando o Instituto Monetário, para aperfeiçoar a idéia de uma moeda comum.

Além de ser um paradigma da integração, a Europa, no seu conjunto, permanece o principal parceiro comercial do Brasil e sua maior fonte de investimentos. Na oportunidade da visita, hoje, do Presidente Aznar ao Brasil, lembro o que ele já disse aqui: que a Espanha já é o segundo maior investidor estrangeiro no nosso país.

Nossa afinidade com a Europa é também histórica, cultural e política. Por isso, temos grande semelhança na forma de ver o mundo. Tudo isso forma um alicerce sólido, que temos de valorizar para construir relações mais intensas e proveitosas para ambas as partes.

Temos um sonho de ir mais longe, fazendo do MERCOSUL o núcleo de um projeto amplo de integração do nosso continente. Vemos na conformação de uma verdadeira Comunidade Sul-americana de Nações um poderoso instrumento para a superação de nossas vulnerabilidades sócio-econômicas. Para tanto, pretendemos começar pelo financiamento de projetos de infra-estrutura, como nas áreas de energia, transportes e comunicações. Convidamos os empresários aqui presentes a conhecer de perto essas ótimas oportunidades de negócios que se apresentam, também, para os capitais europeus.

É importante lembrar aos empresários que o BNDES, o nosso Banco de Desenvolvimento e a CAF, instituição de fomento da Comunidade Andina, concluíram, no mês de julho, se não me falha a memória, um grande seminário no Rio de Janeiro, durante o qual determinamos as obras de infra-estrutura, de

integração física dos países da América do Sul, para que, com esses projetos pudéssemos, em primeiro lugar, discutir quais os projetos que nós mesmos, da América do Sul, poderíamos colocar em prática, com financiamento próprio. Em segundo lugar, discutir quais os projetos para os quais precisaríamos procurar financiamento em instituições que não fossem as nossas. Em terceiro lugar, discutir quais os projetos que poderíamos trabalhar, em parceria com a iniciativa privada, da América do Sul e do mundo.

Espero que, em algum momento, ainda neste ano, os presidentes da América do Sul definam esses projetos, para que possamos, definitivamente, dizer que temos um projeto de integração. E por quê? Porque, habitualmente, na América do Sul e na América Latina – o Presidente Aznar deve conhecer isso muito bem – não há um político que não tenha feito um discurso dizendo que é preciso fazer a integração do continente.

Entretanto, quando você sai do discurso e vai para a realidade, constata que integração pressupõe estradas, pontes, hidrovias, energia, telecomunicações, portos, aeroportos. Sem isso, o discurso da integração fica apenas teórico, de época de campanha.

Como a campanha já terminou, e todos temos a obrigação de governar os nossos países, resolvemos sair do discurso de campanha da integração, que todos, ao longo do século passado, fizeram, para tentar tornar realidade esse projeto de integração, acreditando que a América do Sul tem potencial para deixar de ser vista, pelo mundo desenvolvido, como uma das partes pobres do Planeta Terra. Temos gente, temos, em muitos países, tecnologia, temos

disposição política e sabemos que precisamos utilizar essa disposição política e essa gente preparada profissionalmente, junto com os setores que têm capital para investimento, para tornar esse projeto realidade.

Nossos países estão envolvidos em intensas e complexas negociações, que definirão as novas molduras do comércio internacional, como, por exemplo, a OMC e a ALCA. Determinarão as oportunidades, os riscos e os limites para nossos esforços de construir um mundo mais justo e próspero. Nós, no MERCOSUL, estamos engajados nessas tratativas, com o firme propósito de chegarmos a acordos equilibrados. O que queremos é igualdade de oportunidades, ou seja, acesso desimpedido aos mercados, e o fim de restrições abusivas que distorcem o comércio internacional, em prejuízo, sobretudo, dos países em desenvolvimento. Os bilionários subsídios agrícolas criaram um verdadeiro *apartheid* comercial.

Nos meus encontros na Europa, tenho procurado transmitir a mensagem de que o Brasil e o MERCOSUL estarão empenhados em fazer sua parte, desde que os demais países façam a sua. Essa questão comercial é uma questão muito delicada, e eu queria desviar do meu discurso escrito para dizer uma coisa para vocês.

Se não sofisticarmos muito as nossas teorias sobre relações comerciais e se olharmos para as coisas que fazemos cotidianamente na nossa vida, vamos perceber que nenhum acordo entre duas pessoas ou dois países será bem-vindo, se uma parte sentir-se prejudicada. O acordo bom é aquele em que as duas partes acreditam que ganharam, em que as duas partes voltam para casa satisfeitas; em que

as duas partes podem contar vantagens dos acordos feitos.

Lembro-me sempre de um trabalhador qualquer, que compra um carro usado. Um cidadão sai de sua casa, de manhã, para vender um carro e um outro sai, de manhã, da sua casa, para comprar um carro. O bom acordo e o bom negócio é se o cidadão que saiu para vender o carro, voltar para a sua casa e disser para a sua mulher: "Fiz um grande negócio. Vendi meu carro por um bom preço." E o que comprou o carro do outro, por um bom preço, chegar em casa e disser para a mulher: "Fiz um extraordinário negócio. Comprei um carro por um preço extraordinário, dentro das minhas possibilidades." Aí o acordo é extraordinário.

Entre os países tem de ser assim. É normal que países queram ter superávit comercial. Todos querem ter superávit comercial. Todos os governantes propõem ter superávit comercial. Só que é preciso perguntar aos outros, que também querem, se vão permitir que você tenha superávit comercial. Mas é plenamente possível construir uma relação de eqüidade, de equilíbrio.

Essa tem sido uma preocupação do meu governo. Em vários países em que tenho andado, sobretudo os países menores do que o Brasil, com os quais temos um superávit comercial muito alto, tenho chamado a atenção dos meus companheiros de governo para a necessidade de comprar mais daquele país, para tornar a relação mais equilibrada. Porque, senão, não estamos ajudando no desenvolvimento daquele país. Temos de ter atitudes de certa generosidade, para que haja equilíbrio nessa relação, para que um país não sufoque o outro.

É por isso que estamos empenhados em negociar. Dizem que não queremos negociar

na ALCA. Pelo contrário, o Brasil quer negociar e passará 24 horas acordado. O que não queremos é sermos derrotados na ALCA. Se der um empate, está ótimo. Mas não queremos ser derrotados, porque queremos defender a nossa economia, a nossa indústria, a nossa agricultura, o nosso comércio, o nosso emprego e a nossa soberania.

Sei que os outros também querem defender o mesmo. A sabedoria humana tem de nos conduzir a um ponto de equilíbrio que permita que haja um acordo e que todos voltem para casa dizendo: "Eu ganhei". Se isso acontecer, certamente quem ganhará serão os povos dos países que fizeram o acordo.

Por isso, a União Européia é tão importante para nós. Não que seja fácil negociar com a União Européia, porque, nas negociações, tenho certeza de que o Governo Aznar é duro em defesa dos interesses da Espanha; que o Chirac é duro em defesa dos interesses da França; que o Schroeder é duro em defesa dos interesses da Alemanha, e assim por diante.

É nessa dureza de comportamento, mas com lealdade, compreendendo a necessidade de os países em desenvolvimento terem oportunidade, que acredito que precisamos negociar com toda a força do mundo. Acredito no ser humano e na relação humana e creio que as dificuldades, que agora parecem intransponíveis, podem não parecer intransponíveis daqui a alguns meses ou daqui a alguns anos.

O que não podemos é entrar numa mesa de negociação achando que somos pobres coitados, que temos muita criança pobre, que temos muita gente passando fome, muito desemprego, que somos um país de Terceiro Mundo. Se entrarmos assim, já entramos derrotados. Ninguém respeita, em

negociação – e vocês, empresários, sabem disso – quem entra de cabeça baixa, de forma subalterna e submissa. É preciso altivez. Se quem estiver negociando não se respeitar, não é o adversário que vai respeitá-lo.

Essa tem de ser uma máxima entre nós. O jogo é duro, mas é um jogo compensador. Se não fosse assim, não estaríamos aqui, discutindo com tanto interesse essa relação MERCOSUL-União Européia.

As pessoas pensam que, em negócio, pelo fato de você dizer que é pobre, alguém vai te dar algo de graça. Fui ao encontro de Davos e participei do encontro Ibero-Americano. Vi alguns companheiros falarem. Era um rosário de pobreza tão grande que não ajuda.

Se sou dirigente do meu país e eu, ao fazer um discurso, em algum lugar do mundo, jogar para baixo, quem é que vai me estender a mão? Tenho de acreditar naquilo que estou fazendo e arrumar parceiros para fazerem junto comigo, fazendo da forma mais competente possível, ou ninguém vai nos estender a mão. Até porque não queremos ser tratados como se fôssemos de terceira categoria. Queremos ser tratados em igualdade de condições.

Aqui, na América do Sul, na América Latina como um todo, muitas vezes, muitos dirigentes, em vários momentos da História deste Continente, subordinaram-se com muita facilidade a interesses de outros países, em detrimento de seu próprio povo.

É por isso que vamos negociar, com toda a força do mundo, mas, sobretudo, com toda a disposição do mundo, para fazermos os melhores acordos, que possam contemplar todas as partes envolvidas.

É preciso compreender que o comércio mundial ainda está muito longe de ser uma

relação entre parceiros iguais. O comércio deve ser liberalizado, de modo a não repetir e reforçar os padrões de desigualdade entre os países. Sabemos que os países em desenvolvimento devem integrar-se melhor nos fluxos de comércio para poderem tirar real proveito. Para isso, é indispensável resolver as distorções comerciais, sobretudo no que concerne aos subsídios agrícolas.

É uma coisa muito importante. Não trabalho, nunca, com a idéia de que o Presidente Chirac ou o Presidente Bush, para ajudar os pobres da América do Sul, vão perder suas eleições nos seus países, perdendo os votos dos agricultores. Como sou um ser político, não trabalho com essa hipótese. Trabalho com a hipótese de que precisamos de muita conversa, precisamos de muito argumento e precisamos de força política para fazer com que eles compreendam que é possível, também, convencer os seus pares a fazer um acordo razoável com os países em desenvolvimento.

Não trabalho nunca com a lógica de que, se eu mandar meu ministro falar com o nosso amigo Chirac, ele chegará lá dizendo: “Eu cheguei do Brasil agora e tem muita criança com fome”, e alguém vai ficar preocupado e falar: “Então vamos baixar o preço de tudo aqui, para vocês poderem exportar”. Eu acredito em Deus, mas não acredito em milagre, desse ponto de vista. Acredito em outros milagres.

Sendo a União Européia percebida como a grande potência agrícola protecionista, a posição que vier a adotar será chave para o êxito das negociações.

Meu amigos e minhas amigas,

As negociações que o MERCOSUL vem desenvolvendo com a União Européia têm igual importância e apresentam dificuldades

e riscos análogos às outras grandes negociações. Estou convencido, porém, que a associação entre o MERCOSUL e a Europa é mutuamente vantajosa.

Temos feito avanços importantes nas negociações entre a União Européia e o MERCOSUL. A União Européia é, hoje, o único interlocutor comercial do MERCOSUL que dispõe de ofertas em todas as áreas relevantes, sinalizando, sobretudo, disposição negociadora.

Para que tenhamos um bom acordo, no entanto, é necessário que a União Européia apresente um pacote de ofertas na área agrícola, que habilite o MERCOSUL a fazer uma contraproposta significativa de acesso ao seu mercado. Vale recordar que a maioria dos produtos agrícolas de interesse do MERCOSUL estão ainda na categoria de “não-ofertados” no processo negociador.

Em nossa concepção, a agricultura não poderá continuar sendo tratada como um ponto a mais na agenda da negociação. Deve ser um dos pontos centrais do nosso trabalho.

Nossos problemas são urgentes. Não podemos aceitar que as dificuldades nas negociações multilaterais na OMC retardem nossa negociação birregional. É importante lembrar que o fato de termos dificuldades na OMC não significa que não tenhamos história, cultura e disposição política de irmos fazendo um acordo birregional.

É importante que, na próxima reunião ministerial do MERCOSUL e da União Européia, a parte comunitária possa detalhar uma proposta que reflita o seu real interesse em negociar um acordo preferencial com o MERCOSUL.

Meus amigos e minhas amigas,

Um acordo comercial amplo entre a Europa e o MERCOSUL depende do pleno

engajamento do empresariado e de outros setores da sociedade, no processo negociador. O Fórum Empresarial MERCOSUL - União Européia oferece um canal para essa participação. Aqui se poderão estimular as negociações e avaliar os seus resultados. Contamos com a contribuição crítica de cada um dos senhores para permitir que as negociações sigam um caminho mutuamente aceitável e benéfico para os dois lados do Atlântico.

Nesse sentido, bem sei que essa sessão já produziu recomendações valiosas, sobretudo na área de facilitação de negócios. Estou certo de que os senhores e as senhoras aqui presentes levarão deste fórum a convicção de que a aproximação entre a União Européia e o MERCOSUL será instrumento fundamental para a promoção dos negócios e o bem-estar dos nossos povos.

Queria terminar dizendo aos empresários que estão aqui que o Brasil trabalha com a certeza de que o MERCOSUL não terá retrocessos. O Brasil trabalha com a certeza de que, por ser o país de maior economia da América do Sul, temos de ter projetos, inclusive de financiamento, para ajudar em obras de infra-estrutura em países mais pobres, em países com menos potencialidades do que o Brasil, do que a Argentina.

Estamos assumindo esse compromisso porque acreditamos que, em um mundo conturbado como o que vivemos hoje, se a América do Sul tiver estabilidades democrática e econômica, a América do Sul poderá apresentar para o mundo uma possibilidade não apenas de investimento, mas de parcerias como jamais fizemos em outro momento da nossa história.

Por isso, fico pessoalmente feliz com a visita do Presidente Aznar, porque o

Presidente Aznar nos trouxe, hoje, uma proposta de acordo, de uma relação estratégica entre o Brasil e a Espanha. Disse ao Presidente Aznar que vamos fazer uma comissão interministerial, analisar a proposta na sua plenitude, que é muito densa e muito importante, e, no dia 15, estaremos juntos outra vez, em Santa Cruz de la Sierra, no encontro Ibero-Americano. Talvez assinemos lá esse protocolo de intenções, sendo possivelmente o documento mais importante assinado entre o Brasil e a Espanha nos últimos anos.

Isso demonstra a confiança que o Presidente de Governo da Espanha tem no nosso governo e no nosso país, já demonstrada pelos empresários espanhóis que, como disse aqui o Presidente Aznar, já são o segundo grupo de investidores no Brasil.

Penso que a visita do Presidente Aznar permitiu-me, hoje, fazer uma brincadeira com ele. Passei parte da minha vida achando que o Aznar era conservador. E ele passou parte da vida dele achando que eu era um esquerdista. Depois de nos encontrarmos duas vezes, nem ele é tão conservador, nem eu sou tão esquerdista. Somos dois governantes. Ele, obviamente, com muito mais experiência do que eu, vivendo num continente onde a integração da União Européia teve uma visão muito mais democrática do que outras em outros lugares do mundo. A Espanha soube tirar proveito disso.

Eu, que visito a Espanha desde 1980, que visito Portugal desde 1980, consigo ver as diferenças entre o que eram Espanha e Portugal e o que esses países são hoje. Não é apenas porque tiveram dinheiro. Muitos países têm dinheiro e a corrupção o leva para

outra coisa e não para as obras necessárias ao desenvolvimento do seu país.

Acho que essa confiança que o Presidente Aznar teve no Brasil demonstra, claramente, que você pode fazer o seu discurso político a hora que você quiser, pode ter as suas definições ideológicas onde quiser, mas na hora de governar é diferente. Você nem sempre faz o que quer. Você faz aquilo que é importante fazer, dentro das possibilidades das coisas que se pode fazer.

Digo sempre: quando era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, em 1978 e 1980, nas grandes greves do ABC, lembro que, uma vez, uma jornalista perguntou-me do que eu tinha mais medo, se era de morrer pelo regime militar, se era de ser preso. E eu dizia para ela: "A coisa que eu mais tenho medo é de mentir para os trabalhadores que confiam em mim". Como Presidente da República, digo isto hoje: "A coisa que tenho mais medo é de mentir para o meu povo". Sei porque ganhei as eleições, sei das responsabilidades que temos, sei do que o Brasil precisa, sei do que o nosso povo precisa e sei que, quando terminar o meu mandato, a única coisa que eu tenho é o povo brasileiro que me elegeu Presidente.

Por isso, assumi um compromisso: de acordar todo santo dia mais otimista do que eu fui dormir; de acreditar todo santo dia que não existe nada que seja impossível. A única coisa impossível é Deus pecar. O restante nós poderemos transformar, se acreditarmos em nós mesmos, se acreditarmos naquilo em que estamos fazendo, se pararmos de ser pessimistas, se pararmos de achar que alguém vai fazer por nós aquilo que temos de fazer. Temos interesses de governo, temos interesses comerciais entre empresários da Europa, do MERCOSUL, da América do Sul

e da América Latina. O que precisamos é, com muita objetividade, definir o que queremos construir e construirmos juntos, da mesma forma que o Presidente Aznar trouxe aqui, no Brasil, um projeto, mostrando que ele não está pensando na próxima eleição, até porque me disse que não é candidato.

Essa proposta do Presidente Aznar é a proposta de uma pessoa que está conseguindo pensar nas próximas gerações. Não tenho dúvida de que essa é a grande diferença entre quem pensa numa eleição e quem pensa numa

nova geração. Quero governar não pensando no meu mandato, mas pensando nos filhos dos brasileiros que ainda nem compreendem por que fazemos política.

Boa sorte a vocês e que este fórum possa ter iluminado cada empresário e empresária aqui presente. Naquilo que depender do governo, podem ficar certos de que não haverá porta fechada. As portas estarão todas abertas para consolidar essa união entre o MERCOSUL e a União Européia.

Obrigado.

Segurança Hemisférica

*Discurso do Ministro das Relações Exteriores,
Embaixador Celso Amorim, no debate geral da
Conferência Especial de Segurança, no âmbito da OEA,
no México, em 28 de outubro de 2003*

Senhor Presidente,
Agradeço, inicialmente, a Vossa Excelência, Senhor Secretário de Relações Exteriores, pela calorosa acolhida.

A atuação do México no campo da segurança internacional é amplamente conhecida e apreciada, inclusive em vários grupos em que lutamos pelos mesmos ideais.

Senhor Presidente,
Cheguei mais tarde a esta Conferência, pois acabo de vir da Bolívia, onde fui expressar o apoio do Brasil e do Presidente Lula ao povo e ao Governo daquele país irmão, hoje empenhados em superar as causas dos trágicos acontecimentos da semana passada. Constatei, em todas as conversas que tive, com autoridades do Governo – inclusive o Ministro das Relações Exteriores aqui ao meu lado –, com membros da Igreja e representantes dos movimentos sociais, a percepção muito clara de algo que devemos ter também presente nesta sala: não existe segurança política sem segurança econômica, e não há segurança econômica sustentável sem justiça social.

A história da nossa região demonstrou que a melhoria das condições de vida do povo não é uma consequência automática do

crescimento econômico, embora possa ser por ele facilitada. Sabemos que o comércio livre e justo é um instrumento poderoso para promover o desenvolvimento econômico. Mas, para se transformar em instrumento de progresso social, o comércio deve beneficiar tanto o empresário exportador competitivo, que contribui para criar riquezas, como o pequeno produtor que precisa de sua atividade para subsistir. Esse foi o sentido da atuação de meu país, juntamente com vários outros, nas negociações ocorridas há dois meses em Cancún. Esse tem sido nosso objetivo em outras negociações comerciais.

Os arsenais de subsídios de que hoje dispõem os países mais ricos prejudicam os produtores, tanto grandes quanto pequenos. Suas colheitas, sem destino no mercado, tornam-se, por assim dizer, uma palha seca que alimenta o fogo da violência social no campo e nas cidades.

Tampouco se podem ignorar as legítimas aspirações dos países mais pobres – a grande maioria de nosso hemisfério – de adotarem políticas de desenvolvimento que conduzam a uma mudança qualitativa nos planos industrial e tecnológico e, sobretudo, a uma maior inclusão social. Essa é também uma

questão de segurança, que assim deve ser encarada.

Senhor Presidente,

Passada a ilusão de que o fim da Guerra Fria traria uma era de crescente paz e desenvolvimento, somos forçados a constatar que vivemos um momento de grande instabilidade. Assistimos à exacerbação de conflitos étnico-religiosos, a tragédias humanitárias, ao recrudescimento do terrorismo, à expansão do crime organizado transnacional.

Verificamos que não houve progresso satisfatório em matéria de desarmamento nuclear, que persistem graves riscos de proliferação de armas de destruição em massa, e que, em termos globais, houve uma lamentável retomada de gastos militares.

No plano político-estratégico, causam preocupação os novos papéis na área da segurança, que se auto-atribuem alianças militares de defesa coletiva; as doutrinas que confundem, de forma perigosa, noções consagradas sobre legítima defesa, soberania, integridade territorial e a autoridade do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Atravessamos uma séria crise de governança global, que exige uma reflexão coletiva sobre os mecanismos que criamos no pós-II Guerra para promover a paz e a segurança, o bem-estar e o desenvolvimento. Oportuno revela-se o alerta do Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan: “Estamos diante de uma encruzilhada. Este pode ser um momento não menos decisivo que o de 1945. Precisamos decidir se podemos continuar nas bases então acordadas ou se mudanças radicais se fazem necessárias.”

Senhor Presidente,

Esse é o contexto geral em que nos

reunimos aqui no México para rever os princípios e mecanismos de que dispomos para promover a segurança nas Américas. Conta a nosso favor o fato de termos vivido praticamente livres de tensões e conflitos armados, pelo menos no grau que se verifica em outros continentes. Além disso, revela-se extremamente remota a possibilidade de atos beligerantes provenientes de Estados extra-hemisféricos.

Talvez por essa razão, o foco de nossas atenções tenha-se concentrado em problemas, de natureza não estritamente estatal, mas que afetam a segurança da coletividade.

Será sempre subjetivo e, até certo ponto, arbitrário o limiar que separa as ameaças “tradicionais” das chamadas “novas ameaças”. Basta lembrar, por exemplo, que o problema da proliferação de armas de destruição em massa existe há quase sessenta anos, ou que, muito antes, ao longo dos séculos, práticas terroristas estiveram associadas a movimentos políticos de variada conotação. A escala pode ser outra. A consciência dos problemas pode ser mais viva. Nossa tolerância com atos bárbaros, que ceifam vidas civis inocentes, é justificadamente muito menor.

Ainda assim, não creio que devamos superestimar a novidade das ameaças, nem mesmo desvinculá-las de questões que não soubemos ou não pudemos resolver.

A proliferação de armas de destruição em massa deve certamente ser combatida e suas múltiplas causas devem ser atacadas. Mas é difícil, a uma análise que se queira lúcida e abrangente, não reconhecer que a posse continuada de arsenais mortíferos por parte das potências nucleares é, em si mesma, um incentivo (ainda que não uma justificativa)

à proliferação.

Isso não diminui a utilidade do exercício de reflexão sobre a diferenciação entre a temática tradicional e propriamente de defesa e os desafios de segurança que testemunhamos no nosso dia-a-dia. Diretamente ou não, todas as nossas sociedades sofrem os efeitos da criminalidade, da corrupção, da lavagem de dinheiro, do fácil acesso – legal ou ilegal – às armas de fogo, do tráfico de menores, da delinqüência pelas drogas, dos delitos ambientais, das epidemias de elevado impacto social, como a da AIDS, ela própria considerada uma ameaça à segurança internacional pelas Nações Unidas.

Senhor Presidente,

Ao constatarmos a existência de ameaças e desafios comuns e a necessidade de enfrentá-los de maneira concertada e cooperativa, devemos também reconhecer a importância das especificidades tanto nacionais, como regionais e sub-regionais.

Ao longo das últimas décadas, latino-americanos e caribenhos integramos a região que menos gastou em armamentos no mundo. Fomos também pioneiros na adoção de instrumentos na área do desarmamento e da não-proliferação, bem como na promoção da confiança mútua e da transparência.

O projeto, para nós estratégico, da integração regional permitiu-nos superar percepções de rivalidade – o que é, aliás, invejado por outras regiões do mundo – e consolidar nossa região como um espaço de paz, diálogo e cooperação. Somos Partes em todos os tratados internacionais relevantes na área do desarmamento e da não-proliferação. Não possuímos, nem queremos possuir, armas nucleares, químicas ou biológicas.

Não participamos de alianças militares

cujo escopo de ação possa conflitar com a autoridade legítima e exclusiva de que desfruta, nessa matéria, o Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Dispomos de uma identidade estratégica própria, que nos leva a trabalhar em torno de uma agenda positiva. O Presidente Lula tem reafirmado a importância do MERCOSUL e o caráter fundamental da parceria com a Argentina. Na área de segurança, firmamos a Declaração Política do MERCOSUL e Países Associados como Zona de Paz. Estabelecemos igualmente um Plano Geral de Cooperação e Coordenação Recíproca para a Segurança Regional, que detalha medidas para enfrentar problemas como narcotráfico, crime organizado, terrorismo, tráfico de menores, contrabando, ilícitos ambientais e questões migratórias.

Ainda este ano, o Ministro da Defesa, Embaixador José Viegas Filho – que me dá a honra de sua presença aqui ao meu lado na delegação –, liderou a iniciativa de reunir, no Rio de Janeiro, pela primeira vez, todos os Ministros da Defesa da América do Sul. Temos estabelecido Grupos Bilaterais de Defesa e Grupos de Trabalho em temas de segurança com diversos de nossos vizinhos.

É também com grande satisfação que informo a esta Conferência que o plenário da Câmara de Deputados do Brasil aprovou, na última quinta-feira, o Estatuto do Desarmamento, que restringe a posse, o uso e a venda de armas de fogo. Embora de natureza interna, essa medida vai no mesmo sentido das aspirações internacionais por maior controle e restrição à posse e ao tráfico de armas pequenas e leves.

Senhor Presidente,

Na análise do vínculo jurídico entre a Junta Interamericana de Defesa e a OEA

deverão ser levados em devida consideração os critérios acordados em seguidas Assembléias-Gerais desta Organização. Eses critérios prescrevem que a JID deve continuar a ser um órgão de assessoramento técnico-militar da OEA, sem funções operacionais. Entendemos que a Comissão de Segurança Hemisférica permanecerá como ponto focal do sistema de segurança interamericano.

O espírito de solidariedade em nossas relações hemisféricas rapidamente se manifestou em resposta aos hediondos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. O Brasil tomou, então, a iniciativa de acionar os mecanismos previstos no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. Reconhecemos, porém, que o TIAR, moldado, como foi, em outras circunstâncias históricas, deve ser revisitado. Outros instrumentos requerem urgente reforma. Em conformidade com o mandato que iremos aprovar, o Brasil pretende dar sua contribuição ao trabalho de exame e avaliação desses acordos pela Comissão de Segurança

Hemisférica.

Uma palavra adicional sobre o terrorismo. Os brutais atentados de 11 de setembro abriram um ciclo de violência cujo desenlace ainda não vislumbramos. Mais recentemente, o povo brasileiro foi direta e profundamente abalado com a morte de um de nossos mais eminentes compatriotas, o Alto Comissário para Direitos Humanos, Sérgio Vieira Mello, no ataque terrorista contra a sede da ONU em Bagdá.

A esse propósito, cito as palavras que pronunciou o Presidente Lula no recente encontro de alto nível promovido pela Noruega em Nova York: “O principal empecilho a uma cooperação mais efetiva contra o terrorismo é político. O ódio que anima os extremistas não se dissipará pelo emprego de métodos repressivos. São necessárias iniciativas diplomáticas, legitimadas pelo direito internacional. A luta contra o terrorismo não pode ser encarada como incompatível com a promoção e o fortalecimento dos direitos humanos, inclusive o direito a uma vida digna.”

Muito obrigado.

Visita ao Brasil do Presidente do Governo da Espanha

Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do Presidente do Governo da Espanha, José María Aznar, no Palácio Itamaraty, em 29 de outubro de 2003

É com grande satisfação que recebo no Brasil o Presidente do Governo da Espanha, José María Aznar, um antigo amigo do Brasil. Essa visita de trabalho teve um objetivo muito prático. Discutimos passos concretos para ampliar um relacionamento que já figura entre os mais importantes do Brasil. Um relacionamento que já conta com um importante patrimônio histórico e cultural comum, e que ganhou novo impulso durante a visita de Estado que realizei, em julho, à Espanha, por convite de Sua Majestade, o Rei Juan Carlos. Naquela ocasião, tratamos de vários temas de interesse comum, nos âmbitos bilateral, regional e internacional.

Hoje, nós aprofundamos esse diálogo, e saímos de nossa reunião de trabalho com a certeza de que os laços entre os dois países podem ser ampliados ainda mais.

Pudemos confirmar que as relações entre o Brasil e a Espanha passam, de fato, por fase de excepcional intensidade. Nos últimos quatro meses, tivemos vários contatos de alto nível. Além de minha visita à Espanha, tive a honra de receber, em Brasília, Sua

Majestade a Rainha Sofia, que participou do III Fórum Internacional do Microcrédito, no início de outubro. Há poucos dias, estive na cidade de Oviedo, onde recebi o Prêmio Príncipe de Astúrias de Cooperação Internacional.

Passamos em revista todos os campos – político, cultural, econômico e tecnológico – em que vêm prosperando iniciativas importantes entre nossos dois países. Abordamos, por exemplo, formas de impulsionar ainda mais nosso já vigoroso relacionamento econômico. A Espanha é, hoje, o segundo maior investidor estrangeiro no Brasil. Esperamos que essa presença possa ser ampliada na medida em que a economia brasileira retome o caminho do crescimento e mereça cada vez mais a confiança da comunidade financeira internacional.

Queremos que o mesmo dinamismo marque nossas trocas comerciais, que ainda estão longe do potencial das duas economias. Exploramos, por exemplo, formas para aumentar a participação de pequenas e médias empresas no comércio bilateral, com o apoio de bancos espanhóis e brasileiros.

Examinamos, igualmente, meios de diversificar nossas pautas de exportação. As exportações brasileiras, em particular, são dependentes de alguns poucos produtos tradicionais. Vamos explorar essas e outras idéias no Fórum Empresarial MERCOSUL-União Européia, em Brasília, que encerraremos hoje à noite. Contamos com o empenho de nossos empresários para encontrar formas inovadoras de alcançar esses objetivos.

Para assegurar a continuidade dessas iniciativas, tenho a satisfação de anunciar, conforme decidimos durante minha visita à Espanha, a instalação de dois grupos de trabalho: o primeiro, sobre investimentos e marco regulatório; o segundo, sobre questões comerciais. Os grupos reunir-se-ão a cada seis meses, a começar pelo primeiro semestre do próximo ano.

Concordamos que a cooperação bilateral tem papel decisivo nesse contexto. Ela oferece oportunidades para formar verdadeiras parcerias, unindo criativamente os conhecimentos técnicos e a experiência de instituições públicas e privadas de nossos países. Identificamos potencial para um trabalho colaborativo nas áreas mais variadas, como no turismo, agricultura de irrigação e educação. Nos campos da pesca e aquicultura, já estamos desenvolvendo projetos conjuntos.

Nesse particular, tenho muito prazer em verificar que, na reunião de julho da Comissão Mista de Cooperação, as delegações dos dois países estabeleceram que os programas bilaterais não poderão deixar de levar em conta as necessidades sociais básicas, o investimento no ser humano e o fomento da participação social.

A fim de impulsionar ainda mais nossos laços, o Presidente Aznar apresentou uma

abrangente proposta para balizar o futuro das relações entre o Brasil e a Espanha. O Governo brasileiro saúda a iniciativa e decidiu criar uma Comissão Interministerial para analisar todos os aspectos da proposta, que nos ajudará a explorar o imenso potencial de nosso relacionamento. O resultado dessa avaliação será examinado, num breve prazo, entre as duas Chancelarias.

Tivemos também oportunidade de dialogar sobre os grandes temas da atualidade regional e internacional e sobre os desafios do quadro de insegurança em que o mundo vive hoje. Discutimos, em especial, os processos de aproximação entre a América Latina e o Caribe e a União Européia, e as negociações comerciais internacionais, em especial, entre o MERCOSUL e União Européia.

Abordamos, ainda, a próxima Cúpula Ibero-Americana, a que vamos comparecer em meados de novembro. A confirmação de sua realização, em Santa Cruz de la Sierra, demonstra a solidariedade de toda a comunidade ibérica com o povo boliviano. Será, sobretudo, uma oportunidade para o fortalecimento institucional da cooperação ibero-americana e para procurar respostas para o desafio de promover o crescimento econômico com justiça social.

Examinamos, por fim, o processo de integração sul-americana, em particular na área de infra-estrutura, e as oportunidades que se abrem à participação de capitais espanhóis. A presença privilegiada que empresas espanholas já têm em campos estratégicos da economia da América do Sul faz da Espanha e de seus empresários parceiros naturais nessa empreitada.

Por todas essas razões, os contatos que mantive com o Presidente Aznar reforçam

a certeza de que Brasil e Espanha são, hoje, parceiros estratégicos. Estamos convictos de que esse espírito de parceria prevalecerá nas iniciativas que nossos países perseguirão em benefícios de seus povos.

Queria dizer ao Presidente José María Aznar que a alegria de recebê-lo no Brasil é muito grande. Primeiro, pela cordialidade e pela delicadeza com que a minha delegação foi recebida, quando da minha visita como Chefe de Estado à Espanha, a convite do Rei Juan Carlos.

Naquela ocasião, pude ter conhecimento da disposição política, dos compromissos e do caráter do homem público José María Aznar, que, de pronto, de forma muito objetiva, disse-me que gostaria que a relação da Espanha com o Brasil se transformasse numa relação estratégica para os dois países.

Hoje, no Brasil, o Presidente Aznar não só repete o discurso que fez naquela ocasião, da definição estratégica da relação Brasil-Espanha, como nos traz um texto, uma proposta de acordo, um protocolo que vamos discutir com os nossos Ministros aqui, no

Brasil; e que esperamos, no dia 15 do próximo mês, em Santa Cruz de la Sierra, assinar um protocolo definindo melhor, aprimorando, aperfeiçoando e consolidando uma relação estratégica entre a Espanha e o Brasil.

Quero dizer ao Presidente Aznar que a minha alegria, certamente, é a alegria do povo brasileiro; a minha alegria, certamente, é a alegria de todos os meus ministros. O carinho do povo espanhol com o povo brasileiro é algo que eu não imaginava que pudesse acontecer em tão curto período de tempo.

A nossa relação só tende a ser aprimorada, porque o Governo brasileiro pretende fazer o que for necessário para que possamos atrair mais empresas espanholas para investir no Brasil e, quem sabe, num curto prazo, convencer as empresas brasileiras a não terem medo de virarem empresas multinacionais e começarem a investir na Espanha.

Portanto, meu caro Presidente Aznar, muito obrigado pela sua presença, mais uma vez.

Visita ao Brasil da Presidente da Finlândia

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do almoço oferecido à Presidente da Finlândia, Tarja Halonen, no Palácio Itamaraty, em 31 de outubro de 2003

É um especial prazer recebê-la, em sua segunda visita ao Brasil. Desta vez, como Presidente do seu país. Esta será, estou certo, a oportunidade para aprofundarmos ainda mais as relações fortalecidas em sua viagem anterior, como Ministra das Relações Exteriores, em 1996. A expressiva delegação que a acompanha dá a perfeita dimensão do amplo potencial do nosso relacionamento.

Senhora Presidente,

Tenho acompanhado, com particular interesse, sua valiosa contribuição ao trabalho da Comissão Mundial sobre Dimensão Social da Globalização. Sua participação bem reflete as qualidades que há muito aprendemos a admirar na sociedade finlandesa: espírito de solidariedade, sentido de justiça e compromisso com o diálogo.

Esse fórum desempenha a função indispensável de oferecer uma visão alternativa mais humana para esse fenômeno.

Se a globalização é inevitável, isso não significa que devemos nos reconciliar de forma fatalista a seus efeitos perversos. Não precisamos aceitar que o preço da modernização, do ganho em competitividade

e em eficiência, seja a marginalização, o empobrecimento e a desesperança daqueles que ficaram para trás.

Tornar a globalização mais inclusiva e eqüitativa é um desafio que deve unir a todos nós. Foi com essa convicção que propus, na abertura da 58ª Assembléia Geral das Nações Unidas, a criação de um comitê mundial de combate à fome. Foi com esse objetivo que venho conclamando a comunidade internacional e os países desenvolvidos, em particular, a se engajarem nessa campanha.

A generosidade e a dedicação da Finlândia a essa causa são os melhores aliados que podemos ter na luta para conscientizar os países ricos do papel decisivo que cabe a eles na tarefa de construir um mundo mais justo e eqüitativo.

O mundo que queremos será construído por meio de valores que sempre uniram o Brasil e a Finlândia: a defesa dos princípios democráticos e do multilateralismo, a preservação do meio ambiente, a justiça social e o respeito aos direitos humanos. Nossa relação funda-se, também, numa parceria para trazer a nós os benefícios

do intercâmbio comercial e da cooperação científico-tecnológica.

Não há melhor exemplo do quanto podemos realizar juntos do que a fábrica da Nokia instalada na Zona Franca de Manaus. Ao visitá-la, amanhã, Vossa Excelência terá a oportunidade de conhecer um exemplo da parceria exitosa entre nossos dois países. Gera riqueza e bem-estar, mas não traz prejuízo ao meio ambiente. Faz uso das mais sofisticadas tecnologias de ponta, mas desenvolve, ao mesmo tempo, a capacitação técnica e científica local. Enfim, um exemplo da globalização que desejamos, no qual os avanços da tecnologia de comunicação aproximam as pessoas e promovem a

compreensão e o bem-estar dos povos.

Queremos que esse mesmo dinamismo marque também nossas trocas comerciais, que ainda estão longe de atingir o seu potencial. A importante delegação empresarial que acompanha essa visita ao Brasil saberá, estou seguro, realizar essas expectativas.

É dentro desse espírito de solidariedade e confiança que convido a todos os aqui presentes a unirem-se em um brinde ao diálogo cada vez mais perfeito entre finlandeses e brasileiros, e pela saúde e felicidade pessoal da Presidente Tarja Halonen.

Muito obrigado.

Visita do Presidente da República à África

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do almoço oferecido pelo Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, em 2 de novembro de 2003

Excelentíssimo Senhor Fradique Bandeira Melo de Menezes, Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe; Senhora Maria Letícia Lula da Silva; Excelentíssimo Senhor Deputado Dionísio Tomer Dias, Presidente da Assembléia Nacional de São Tomé e Príncipe; Excelentíssima Senhora Maria Alice Rodrigues Vera Cruz de Carvalho, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça de São Tomé e Príncipe; Excelentíssima Senhora Maria das Neves Ceita Batista de Sousa, Primeira-Ministra; Senhor Jean Ping, Ministro das Relações Exteriores da República Gabonesa; demais Ministros do Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe; Senhores Ministros do meu Governo; Senhores Embaixadores; Senhores e Senhoras parlamentares de São Tomé e Príncipe e do Brasil, senhores e senhoras,

Venho a São Tomé e Príncipe com alegria e emoção.

Ao observar do alto do avião a exuberante paisagem que cobre esta ilha, não pude deixar de lembrar do Brasil. Com orgulho, ao pensar nos laços que a História forjou,

nas afinidades culturais, em nosso desejo comum de traçarmos um caminho de crescente cooperação. Mas também com certa tristeza, pois São Tomé e Príncipe participou diretamente do processo de colonização do Brasil.

Desta ilha partiram grandes contingentes de africanos escravizados, durante um dos capítulos mais sombrios da história da humanidade. Daqui, transferiram-se para o Nordeste brasileiro os primeiros engenhos de açúcar. Mas hoje nos reencontramos para celebrar os laços de amizade fraterna que nos unem, e olhar para um futuro de realizações em benefício de nossos povos.

Tenho a agradável sensação da familiaridade, combinada com a surpresa, ao descobrir, no centro de São Tomé, que um trecho cheio de vida da bela baía Ana Chaves leva o nome de “Praia Brasil”. Fiquei sabendo que trouxeram do Brasil para cá, há vários séculos, a fruta-pão, que veio a transformar-se em um dos principais alimentos do povo são-tomense. Consta que o “calulu” local é primo do “caruru” do Nordeste brasileiro. Estou certo de que os

são-tomenses se sentirão igualmente em casa no Brasil.

Por todas essas razões, é motivo de grande satisfação iniciar por este país irmão minha primeira visita oficial à África.

Senhor Presidente,

Sei que chego a São Tomé e Príncipe num momento decisivo de sua história, quando o povo são-tomense repudiou uma tentativa de subverter a ordem democrática e constitucional. E aqui chego na dupla qualidade de Presidente do Brasil e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, para demonstrar solidariedade e apoio aos esforços de Vossa Excelência para normalizar a situação do país e cicatrizar feridas.

Presto aqui uma homenagem à ação conjunta da Comunidade Econômica dos Estados da África Central, da CPLP e da Nigéria em defesa da democracia são-tomense. A disposição imediata dos líderes africanos de buscar soluções no contexto regional e continental às recentes ameaças à democracia no continente é sinal da crescente maturidade política da África.

Hoje, na África, como na América do Sul, o respeito à democracia é um valor inquestionável. Como sabem, comecei minha vida política como líder sindical na principal região industrial do Brasil, o ABC paulista. Naquele tempo, sofriamos ainda com a violência de uma ditadura que durou vinte anos. Quando, em 1980, ainda sob um regime autoritário, fundamos o Partido dos Trabalhadores, elegemos a busca da convergência pelo diálogo, a democracia como instrumento de transformação de nossa realidade.

Estou certo de que Vossa Excelência saberá guiar com sabedoria e segurança a sociedade são-tomense rumo à consolidação

do regime democrático. Nesse trajeto, Vossa Excelência, o povo e as instituições nacionais, estejam certos de que contarão com o apoio integral do Brasil.

Senhores,

Ao tomar posse como Presidente, no início deste ano, determinei máxima prioridade ao aprofundamento de nossas relações com a África. Tenho repetido que isso constitui um dever moral e uma necessidade estratégica do Brasil. O imenso desafio de promover a inclusão e a eqüidade social nos aproxima. Precisamos estender a todos os benefícios da cidadania plena, garantir o exercício de todos os direitos humanos. Não apenas os políticos, mas também os sociais e econômicos.

Temos muito a aprender com a troca de experiências. Podemos desenvolver soluções inovadoras para problemas comuns. O combate à fome e à pobreza é tarefa inadiável. É necessária uma nova aliança mundial contra a exclusão social.

Para isso, precisamos fortalecer nossa capacidade de articulação nos organismos internacionais. Devemos lutar para valorizar o multilateralismo, que está para as relações internacionais como a democracia para o plano nacional. Tenho insistido na questão da responsabilidade das grandes nações em desenvolvimento.

Países como o Brasil não podem ficar alheios à situação dos países de menor desenvolvimento relativo. Os que dispõem de maior capacidade podem e devem ter políticas solidárias e fraternas em favor das nações mais necessitadas.

Estamos fazendo uma avaliação de nossa experiência em cooperação internacional. Trataremos de modernizar e ampliar nossas ações de cooperação. Posso assegurar que

as necessidades de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe serão uma das prioridades neste contexto.

Senhoras e senhores,

Hoje tive o prazer de inaugurar oficialmente o prédio da Embaixada do Brasil, a primeira missão diplomática criada em meu Governo. Com esse ato, sanamos uma séria lacuna, já que São Tomé e Príncipe era o único membro da CPLP no qual não contávamos com uma Embaixada residente.

A Embaixada do Brasil em São Tomé será um fator de aproximação, diálogo e identificação de interesses e oportunidades entre nossos dois países e povos. Nesses poucos meses de funcionamento de nossa representação, já pudemos identificar novas e promissoras áreas de cooperação, além de fortalecer programas em andamento.

Na área da educação, nossos projetos têm alcançado êxito. Estamos expandindo o apoio brasileiro ao Programa Bolsa-Escola, que, de 100 famílias, passará a atender 400 famílias. Estamos também renovando nosso apoio ao programa de alfabetização de jovens e adultos. Queremos que nossa cooperação educacional também se estenda às instituições de ensino superior.

Vamos assegurar que estudantes são-tomenses possam beneficiar-se de bolsas de estudo, nos níveis de graduação e pós-graduação, em universidades brasileiras.

Já em 2004, chegarão ao Brasil os primeiros estudantes são-tomenses para freqüentar nossas universidades. Temos o compromisso de, a partir de 2005, ampliar sensivelmente o número de vagas e bolsas e de bolsas de estudo em áreas prioritárias para São Tomé e Príncipe.

Gostaria de referir-me também à promissora cooperação em agricultura, área

crucial para o desenvolvimento econômico e social.

Hoje, aprovamos dois projetos nas áreas de assistência técnica à pesquisa agrícola e ao desenvolvimento rural, com ênfase no fortalecimento da agricultura familiar.

Além disso, estamos discutindo com o Ministro da Agricultura, que deverá visitar o Brasil, o início da cooperação na área de cooperativas agrícolas e de pesca. Esperamos, assim, contribuir para a recuperação da produtividade agrícola nas antigas "roças" são-tomenses.

Na área de saúde pública, assinamos protocolo de intenções. Vamos cobrir áreas essenciais como o combate à SIDA e à malária, e a capacitação e o treinamento de pessoal.

Conforme acertado, hoje, entre o ministro Humberto Costa e a Ministra Claudina Augusto Cruz, nas próximas semanas, missões dos Ministérios da Saúde de nossos países vão reunir-se para acertar detalhes de um projeto de cooperação ampliada a longo prazo.

Esperamos poder contar com o apoio do PNUD, do Banco Mundial e também do Banco Africano de Desenvolvimento para realizar, em São Tomé e Príncipe, uma experiência positiva de cooperação trilateral.

Vislumbro também grandes possibilidades de uma parceria de longo prazo na reestruturação das Forças Armadas em seu país. O destaque deverá ser a capacitação de quadros e a estruturação da Marinha. Já instruí meus colaboradores a discutirem com representantes das Forças Armadas são-tomenses um projeto de cooperação de longo prazo.

Senhor Presidente,

O Brasil deseja contribuir, por meio

dessas iniciativas, para perspectivas de desenvolvimento que se abrem para São Tomé e Príncipe.

Assinamos, hoje, ato que permitirá iniciar importante cooperação bilateral na área petrolífera. Essa cooperação prevê o apoio brasileiro à estruturação das instituições do Estado sâo-tomense no setor do petróleo. Está prevista, também, a formação de técnicos sâo-tomenses no Brasil. Nesse importante projeto, contaremos, pela parte brasileira, com a decisiva contribuição da Agência Nacional do Petróleo.

O Brasil participará com orgulho dessa iniciativa, que me fez recordar a experiência de meu país na luta para assegurar que nossas riquezas naturais estivessem a serviço do desenvolvimento nacional.

No mês passado, comemoramos os 50 anos da Petrobras, uma empresa nacional que pôs o Brasil na vanguarda da exploração do petróleo no mundo, e que nos fez praticamente auto-suficientes. São cinqüenta anos de experiência do domínio de tecnologias, mas, sobretudo, de aprendizado no campo da gestão, da negociação e da definição de políticas sobre a exploração de petróleo.

Estou certo de que, ao iniciarmos essa cooperação, estamos participando de uma ação que em alguns anos será motivo de orgulho para todos nós.

Há outros campos em que meu Governo também poderá incentivar a renovação da cooperação econômica e empresarial e atrair investimentos brasileiros. Para isso, acertei com o Presidente Fradique de Menezes a vinda de missão empresarial brasileira a São Tomé e Príncipe nos próximos meses.

Senhor Presidente,

Não há maior sinal de maturidade política e econômica para o continente africano do

que a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África.

A NEPAD é, acima de tudo, um compromisso da sociedade africana de assumir a responsabilidade por seu destino e buscar soluções próprias para os desafios que ainda hoje retardam a superação da pobreza e dos conflitos fraticidas. O Brasil deseja engajar-se integralmente nessa parceria.

Entendo que se deva fazer esforço especial para que países insulares como São Tomé e Príncipe sejam devidamente contemplados pela estratégia de integração e desenvolvimento da NEPAD.

Na América do Sul, descobrimos que não haverá integração real sem meios de comunicação e transporte eficientes entre os países. Não é diferente quando pensamos na integração entre nossos continentes. Para isso, necessitaremos estabelecer linhas aéreas e marítimas mais regulares ligando a África ao Brasil. É com esse objetivo que o Governo brasileiro está organizando o primeiro Fórum Brasil-África sobre transportes.

Senhor Presidente,

Além de todos os laços e referências comuns que mencionei ao início, há outro elo que une nossos povos. Refiro-me ao nosso idioma comum, o português. Estamos constituindo uma identidade coletiva entre nações orgulhosas de suas personalidades próprias na América, na África, na Europa e na Ásia.

Esse espírito está na base da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, cuja Presidência terei a honra de transmitir a Vossa Excelência, daqui a nove meses, nesta capital.

Nossa comunidade tem, entre outros desafios, o de manter a paz dentro de nossas

fronteiras. Passamos recentemente por mais dois testes importantes – aqui mesmo em São Tomé e, mais recentemente, na Guiné-Bissau.

A contribuição que a CPLP pôde dar nos dois casos confirmou sua vocação para a busca de soluções pacíficas aos conflitos.

Senhoras e senhores,

Minhas últimas palavras são de agradecimento ao Presidente Fradique de Menezes e ao povo são-tomense por sua generosa acolhida.

Queria, neste momento, propor um brinde à saúde do Presidente Fradique de Menezes e ao futuro promissor da amizade entre nossos povos.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da abertura da reunião ministerial Brasil-Angola, em Luanda, em 3 de novembro de 2003

É imensa minha satisfação em inaugurar este encontro de trabalho.

Queremos examinar aqui, com as autoridades angolanas, extenso conjunto de temas de interesse comum para nossos países.

Como resultado desse esforço, estou certo de que iremos firmar novos acordos que impulsionarão ainda mais o nosso relacionamento.

Gostaria de agradecer a todos os membros dos governos de Angola e do Brasil que participam desta reunião.

Obrigado por seu trabalho, por seu entusiasmo e por sua contribuição para levar adiante esta já antiga e sólida amizade entre os dois países irmãos.

Quero dedicar um agradecimento especial

ao Presidente José Eduardo dos Santos, pelo carinho que tem pelo Brasil e pelos brasileiros, e pela dedicação à promoção de nossas relações bilaterais.

Devo felicitá-lo muito especialmente pelo fato de nos encontrarmos, hoje, em um país em paz. A nação angolana, após décadas de sofrimento, pôde retomar o caminho da reconciliação nacional e da prosperidade. Com sabedoria e visão de futuro, Angola pode voltar-se também para os problemas de sua região.

Merece reconhecimento a ação diplomática angolana para o bom encaminhamento da questão da República Democrática do Congo, bem como no que concerne às crises em Guiné-Bissau e em São Tomé e Príncipe – nossos parceiros na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Senhor Presidente,

Associados de longa data, Angola e Brasil preparam-se para consolidar e aprofundar sua cooperação.

Este país é hoje o principal beneficiário dos programas de cooperação técnica brasileiros. Angola é ainda o destino de parte considerável dos investimentos externos do Brasil, além de contar com sistema de crédito por parte do Governo brasileiro, que tem funcionado de maneira eficiente.

Por isso, nossas relações inscrevem-se em um contexto de afinidades espontâneas e solidariedade recíproca. Essas circunstâncias explicam por que Angola é, desde sua independência, uma prioridade de nossa diplomacia.

Antevemos um futuro de paz, democracia e desenvolvimento social e econômico. Uma Angola forte e próspera poderá ser o motor do avanço de toda uma região. O desenvolvimento de Angola refletir-se-á em

benefícios também para o Brasil, e vice-versa.

Senhor Presidente,

Nossos companheiros de governo tratarão, hoje, da cooperação em áreas como agricultura, educação e formação profissional, entre outros. O objetivo é contribuir para o processo de reconstrução nacional angolano.

Na área agrícola, as possibilidades são extremamente promissoras. A EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, instituição de reconhecida excelência, apoiará o projeto de fortalecimento dos Institutos de Investigação Agronômica e Veterinária de Angola.

Há projetos em matéria de extensão rural e agricultura familiar, áreas relevantes para o desenvolvimento rural sustentável, e, claro, para o combate à fome e à miséria.

Na área de saúde, queremos trabalhar juntos em matéria de imunizações e malária. O Brasil quer também continuar a apoiar Angola no combate à devastadora epidemia da SIDA.

Tenho, igualmente, grande expectativa em torno da execução do acordo, assinado há pouco mais de um ano, relativo ao apoio brasileiro à reestruturação do programa de ensino básico e médio em Angola. O Brasil entende a fundamental importância do programa angolano “Escola para Todos” e quer contribuir, conforme as orientações e prioridades do governo angolano, para seu bom encaminhamento.

Senhor Presidente,

Os documentos que subscrevemos ao fim destes encontros marcarão os novos caminhos da nossa cooperação. Um bom exemplo é o Protocolo de Intenções na Área de Meio Ambiente. O tema, praticamente novo na agenda bilateral, poderá ter

desdobramentos positivos, inclusive na área de licenciamento ambiental.

Será assinado, também, um Programa de Trabalho sobre Cooperação Científica e Tecnológica. Esse documento reflete a determinação de estendermos a nossos cidadãos os benefícios dos avanços do conhecimento.

No setor petrolífero, contemplamos a participação da Petrobras e da Agência Nacional do Petróleo em projetos de cooperação técnica, como o levantamento de dados em bacias terrestres de produção.

Há, ainda, um acordo a ser assinado entre o Ministério da Juventude e Desportos de Angola e o Ministério do Esporte do Brasil, projetos de apoio ao Instituto de Formação de Quadros de Administração Local (IFAL) de Angola, bem como a cooperação para a modernização do Estado.

A extensa e diversificada agenda bilateral inclui vários outros temas igualmente relevantes.

Temos, igualmente, ampla gama de temas regionais e multilaterais de interesse comum.

Devemos demonstrar capacidade de compartilhar pontos de vista e articular posições sobre temas como comércio internacional, direitos humanos, cooperação internacional para o desenvolvimento, reforma das Nações Unidas, entre tantos outros.

Dentro de poucos meses, Brasil e Angola estarão ocupando simultaneamente assentos no Conselho de Segurança, coincidência que deve ser aproveitada para aumentarmos nossa sintonia em temas relacionados com a paz e segurança internacionais, com vistas a uma participação coordenada e afirmativa em favor da solução pacífica de conflitos e do multilateralismo.

Isso tudo sem falar nos interesses que nos unem na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, que atualmente tenho a honra de presidir.

Senhor Presidente,

Estou seguro de que nossos trabalhos, no dia de hoje, contribuirão para a construção de um relacionamento ainda mais consistente e produtivo, baseado nos tradicionais laços que unem Angola e Brasil.

Queria dizer ao Presidente José Eduardo que a nossa visita a Angola é o cumprimento de um compromisso histórico. Em primeiro lugar, do meu partido; em segundo lugar, do meu programa de governo. Essa visita visa a fazer um sinal para dentro e para fora do Brasil.

Queremos estreitar e aprimorar ainda mais a boa relação existente entre Angola e Brasil. Entendemos que o Brasil, como um país de língua portuguesa, economicamente mais forte e maior em população, precisa fazer gestos concretos de solidariedade e de generosidade e, ao mesmo tempo, dar sinais para o resto do mundo de que o Brasil tem dívidas históricas com o continente africano, com Angola. O Brasil quer, com gestos e com políticas afirmativas, concretas, resgatar a nossa relação que, durante tanto tempo, ficou um pouco esquecida.

Quero terminar agradecendo ao Presidente José Eduardo pelo apoio que tem dado à aspiração do Brasil de ser membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, e dizer ao Presidente que, nesses próximos três anos de mandato que tenho como Presidente da República do Brasil, dedicarei todo esforço possível, de todo o meu governo, para que a relação entre Angola e Brasil seja a mais perfeita e a mais produtiva possível. Se depender de nós,

queremos fazer em três anos aquilo que, possivelmente, não tenhamos feito durante tantos anos. Isso não é nenhum favor. É apenas fazer justiça com um povo que tanto contribuiu para que o Brasil fosse o que é hoje.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar oferecido pelo Presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, em Maputo, em 5 de novembro de 2003

Esta nossa viagem ao continente africano é o cumprimento de um compromisso histórico do meu partido e do meu Governo e, eu diria, de todas as pessoas, independentemente dos partidos a que pertençam no Brasil, que têm respeito pelo continente africano, que sabem que o Brasil tem uma dívida para com a África.

Moçambique é um caso à parte na relação com o meu Governo e na relação histórica com o Brasil. Não são poucos os companheiros nossos que moraram em Moçambique. Não são poucos os companheiros nossos que aqui receberam, do Governo de Moçambique, a possibilidade de trabalhar e, ao mesmo tempo, de emprestar os seus conhecimentos à população de Moçambique.

Quando terminaram as eleições, no ano de 2002, sabíamos que tínhamos um compromisso para cumprir com a América do Sul, com a África e com a América Latina. Era preciso reconstruir a relação do MERCOSUL, porque o MERCOSUL só pode dar certo se a relação Argentina-Brasil estiver em perfeitas condições e as duas economias estiverem em perfeitas condições.

Quis o destino que o Brasil me elegesse Presidente da República e que a Argentina

também elegesse um Presidente da República que pensa como pensa o Presidente do Brasil sobre o MERCOSUL. Fizemos um trabalho imenso, no sentido de trazer todos os países da América do Sul para participar do MERCOSUL; e esperamos poder concluir esse objetivo dentro de alguns meses.

O passo seguinte é o nosso querido continente africano. O Brasil tem uma dívida histórica. Conseqüentemente, precisa contribuir de forma decisiva para o pagamento dessa dívida. O pagamento dessa dívida passa pelas boas relações que o Brasil tem de ter, sobretudo com os países de língua portuguesa.

Sabemos que a sociedade brasileira foi construída com o trabalho, com o esforço, com o suor e com o sangue de uma grande parcela de africanos, que eram cidadãos e cidadãs livres na África e tornaram-se escravos para poder prestar serviços no meu e em outros países.

A forma mais correta de retribuirmos o sacrifício dos africanos é estabelecer a mais perfeita política de harmonia com a África. É um pouco o que viemos fazer aqui. Viemos aqui para dizer ao Presidente Chissano que o Governo brasileiro quer compartilhar parte do seu tempo, parte dos seus conhecimentos tecnológico, industrial e agrícola, para que possamos contribuir com o desenvolvimento desta parte do planeta Terra.

Os protocolos que assinamos hoje, na verdade, são importantes, mas ainda são pouco diante do que podemos assinar. Tenho certeza de que cada ministro que participou da reunião saiu convencido de que pode fazer mais, que pode contribuir mais e que pode fazer com que aconteça muito mais entre Moçambique e o Brasil, do que está acontecendo.

No campo da agricultura, o Brasil pode contribuir de forma decisiva para o crescimento da agricultura de Moçambique. No campo da pecuária, o Brasil pode contribuir de forma extraordinária. No campo da indústria, o Brasil pode contribuir de forma excepcional. Não tenho dúvida de que os empresários brasileiros estarão dispostos a dar essa contribuição.

A reunião de que participamos hoje, o Presidente Joaquim Alberto Chissano e eu, com os empresários brasileiros e de Moçambique é apenas uma demonstração daquilo que pode acontecer se continuarmos trabalhando para aprimorar essa relação.

Queria dizer ao meu querido amigo, Presidente Chissano – não digo isso para muita gente; ao longo da minha vida política tenho dito isso para pouquíssima gente, possivelmente pelo sentimento da consciência e pelo sentimento do coração – que nem todo irmão é um companheiro, mas todo companheiro é um grande irmão.

Quero que o Presidente de Moçambique saiba que entrei aqui achando que ele era um irmão e saio daqui achando que ele é mais do que irmão, que ele é um companheiro.

Essa relação que Brasil pretende manter com os países da África não é uma relação de um país imperialista com vocação de hegemonia. Já estamos cansados, já fomos colonizados, já nos libertamos do hegemonismo. Queremos agora parceria, queremos companheirismo, queremos trabalhar de braços juntos para a construção de uma política internacional equânime, para organismos multilaterais, democráticos e para que tenhamos igualdade de oportunidades.

Quero que o meu amigo Presidente Joaquim Alberto Chissano tenha certeza disso. Tenho mais três anos e dois meses de

mandato, e esse tempo será, dentre outras coisas, dedicado a recuperar o tempo perdido na nossa relação com o querido continente africano e com o querido país Moçambique.

Quero convidar a todos para fazer um brinde ao Presidente e à sua esposa, que não está presente. E fazer um brinde à felicidade do povo moçambicano, à felicidade do povo brasileiro e à felicidade do Presidente Chissano.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de encerramento do Seminário “Brasil-Moçambique: Comércio e Investimentos”, em Maputo, em 5 de novembro de 2003

É para mim um prazer participar do encerramento deste encontro empresarial, que marca um momento importante nas relações econômicas e comerciais entre Brasil e Moçambique.

Estou certo de que estamos caminhando para consolidar uma relação importante de desenvolvimento e prosperidade de nossos povos. Desde os primeiros momentos da história de Moçambique como país independente, o Brasil identificou nesse país um parceiro de grande potencial.

Há uma década, o povo de Moçambique soube pôr fim a uma guerra destrutiva e começou a trilhar o caminho da reconciliação e da reconstrução. Hoje, já colhe os primeiros frutos dessa trajetória vitoriosa. Apresenta, de forma consistente e continuada, uma das mais altas taxas de crescimento econômico do mundo. É modelo e inspiração para outros países. Mostra, assim, que a “renascença africana” pode ser mais do que uma figura de retórica. O Brasil quer participar dessa transformação em Moçambique e na África. Já estamos

dando passos importantes nessa direção.

Bem sabemos como o endividamento externo pode representar um peso insuportável para o desenvolvimento de um país. Por esta razão, o Brasil decidiu perdoar grande parcela da dívida de Moçambique conosco. Estamos certos de que, além de um gesto de solidariedade para com um povo que vem lutando contra seguidas adversidades, trata-se de medida de sentido econômico prático. Sem o peso dessas obrigações, Moçambique poderá acelerar ainda mais seu crescimento e terá melhores condições para ampliar suas trocas com outros países, inclusive com o Brasil.

Queremos potencializar esse intercâmbio por meio de um acordo preferencial de comércio que leve em conta o desequilíbrio entre nossas economias. Teremos de ter imaginação para fazê-lo sem desrespeitar nossas associações regionais ou as normas da Organização Mundial do Comércio. Mas com vontade política, lograremos fazê-lo.

Estamos dispostos a nos coordenar, no âmbito do MERCOSUL, para tornar viável um acordo com Moçambique, que leve em conta as necessidades diferenciadas de nossas economias e que dê aos produtos moçambicanos acesso livre ao mercado brasileiro.

Necessitamos, também, de projetos de grande envergadura, que sirvam de âncora ao nosso relacionamento econômico. Por isso tenho procurado apoiar o interesse de algumas empresas e, sobretudo, da Vale do Rio Doce na exploração do carvão de Moatize.

Entendemos que a participação de grande companhia brasileira, em associação com entidades de outros países, poderá dar contribuição importante no desenvolvimento de Moçambique.

Também no setor de agronegócio, a capacitação técnica e econômica brasileira pode ajudar a realizar o potencial agrícola de Moçambique, de modo a suprir o mercado moçambicano e de terceiros países. O Brasil já está em condições, por exemplo, de avançar na implementação do projeto de monitoramento hidrológico e ambiental em Moçambique, usando satélites brasileiros.

Temos, de fato, muito a compartilhar. As máquinas agrícolas produzidas no Brasil já são adaptadas às condições de operação encontradas em Moçambique. Nossas particularidades na área de armazenamento, distribuição e exportação de produtos agrícolas são também parecidas.

No que tange à infra-estrutura, Moçambique tem necessidades urgentes em matéria de fornecimento de água e de energia para movimentar sua agricultura e sua indústria. Também aí, o Brasil já acumula importante conhecimento e experiência em projetos desenvolvidos em dezenas de países nos cinco continentes.

Sabemos que o comércio é via de duas mãos. Queremos promover as exportações de Moçambique para o mercado brasileiro. Para isso, além do acordo preferencial a que me referi, podemos levar adiante programa de substituição competitiva de importações similar ao que estamos implementando com nossos vizinhos na América do Sul.

Podemos também cooperar na organização de missões empresariais moçambicanas ao Brasil e ao MERCOSUL, e organizar a participação de Moçambique em feiras de negócios brasileiros.

Todos esses projetos supõem acesso a crédito. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social–BNDES está procurando viabilizar linhas de crédito para

financiar o comércio e os investimentos de empresas brasileiras em países africanos. Moçambique ocupará um lugar prioritário nesta iniciativa.

Nossos esforços jamais atingirão seu pleno potencial se não tornarmos mais eficientes os meios de comunicação e transporte entre nossos países e regiões. Na América do Sul, já estamos trabalhando com o BNDES para financiar obras em matéria de energia, telecomunicações, aeroportos e ferrovias, entre outros. Temos acompanhado com interesse as iniciativas semelhantes executadas no âmbito da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). Podemos aprender muito trocando nossas experiências.

Como tenho dito sempre que me encontro com empresários: não podemos aumentar as relações entre nossos países e continentes enquanto for caro e demorado transportar mercadorias do Brasil para a África. Temos de considerar sistemas de logística que permitam fazer comércio – em termos ao menos semelhantes – aos que vigoram nas trocas com a América do Norte ou a Europa. A intensificação das relações com a Índia e a África do Sul, dois países que estamos visitando – um amanhã, outro no mês de janeiro – ajudarão a baratear o transporte de pessoas e de mercadorias entre o Brasil e Moçambique.

Na realidade, há uma grande perspectiva a ser explorada nas transações econômico-comerciais entre a América do Sul, a África Austral – em que Moçambique se integra – e o Sul da Ásia. Esse será um desafio não só para os governos, mas para os empresários. Nossos esforços para assegurar a inserção competitiva de nossas economias num mundo cada vez mais globalizado sofrem grandes entraves.

Não podemos aceitar que os países ricos

continuem protegendo seus mercados de forma injusta, erguendo barreiras ou despendendo bilhões de dólares em subsídios que tornam inviáveis nossas exportações, sobretudo em agricultura. É, portanto, fundamental que os países em desenvolvimento se unam e se coordenem no campo das negociações comerciais internacionais, como na OMC.

Somente com uma atuação internacional firme e unida conseguiremos regras mais justas e equilibradas no comércio internacional. Também nesse campo, creio que Brasil e Moçambique devem atuar de forma cada vez mais coordenada.

Senhores empresários,

Os Governos do Brasil e de Moçambique estão criando as condições propícias para a expansão da relação econômica e comercial entre Moçambique e o Brasil. Para realizarmos essas perspectivas, é fundamental que as empresas trabalhem junto com o governo. Por isso, convido agora os senhores a, como se diz no Brasil, vestirem a camisa deste time: o da cooperação Brasil-Moçambique.

Explorem, com ousadia, as muitas oportunidades que se estão criando para empreendimentos conjuntos, que gerarão riquezas e empregos para brasileiros e moçambicanos.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do jantar oferecido pelo Presidente da República da Namíbia, Sam Nujoma, em Windhoek, em 6 de novembro de 2003

Senhor Presidente,

É com emoção que venho à Namíbia, país irmão unido ao Brasil pelo Atlântico Sul. Somos irmanados também na luta pela liberdade, no culto à democracia e na busca

da justiça social.

Tenho a grata satisfação de reencontrar o Presidente Sam Nujoma, um líder cuja trajetória se confunde com a própria história deste jovem país. Recordo vivamente nossas conversas na década de 80, quando pude identificar no então líder da SWAPO as mesmas aspirações que sempre estiveram no centro de minhas preocupações políticas.

Hoje, como Presidente do Brasil, venho reafirmar ao Presidente Nujoma o respeito e a estima do povo brasileiro pelo povo namibiano. Venho expressar minha determinação em transformar este patrimônio de amizade e identidade de valores, em aproximação política e em cooperação bilateral em favor de nossos concidadãos.

Senhor Presidente,

Superadas as páginas trágicas do colonialismo e do *apartheid*, vemos emergir uma África Austral sem conflitos, em pleno renascimento. A coragem e o heroísmo demonstrados pela Namíbia em seu combate vitorioso pela autodeterminação espelham-se, hoje, em outra forma de determinação: o compromisso de buscar seu próprio caminho de desenvolvimento.

Partilhamos os mesmos compromissos com a paz, a tolerância, a democracia, e o progresso econômico e social. Partilhamos, igualmente, o dever de aprofundar essa promissora parceria entre Brasil e Namíbia.

Senhor Presidente,

A visita de Vossa Excelência ao Brasil, em 1987, ainda como líder de um movimento de libertação nacional, lançou as bases para uma aproximação que só se tem intensificado. As suas visitas, em 1995 e 1999, já como Chefe de Estado, e minha visita, hoje, consolidam uma parceria que nos comprometemos a fortalecer. Vamos fortalecê-la com maior

diálogo e conhecimento.

Saudamos, assim, a decisão da Namíbia de instalar, brevemente, sua Embaixada em Brasília, numa demonstração dessa vontade de mobilizar esforços em favor do fortalecimento dos nossos laços. No Brasil, realizamos, em maio último, em Fortaleza, o Primeiro Fórum Brasil-África, que ofereceu à sociedade brasileira e, em particular, ao empresariado, uma visão atualizada da realidade e das potencialidades da África.

Os geólogos ensinam-nos que, em passado longínquo, Brasil e Namíbia já formaram um só território. Nossa desafio é fazermos, hoje, do oceano que banha nossas costas um fator de aproximação. Nada melhor simboliza essa determinação e as possibilidades que oferece do que o programa de treinamento da Ala Marítima das Forças de Defesa da Namíbia.

Estamos construindo pontes sobre o Atlântico. A primeira é a da comunicação e da cooperação. Orgulhamo-nos do fato de que os oficiais da Marinha da Namíbia falem português, em decorrência de seus estudos no Brasil. A Adidância Naval que vamos criar, no ano que vem, sublinha o desejo brasileiro de aprofundar esse diálogo.

O Brasil tem contribuído para os esforços de pesquisa e demarcação da plataforma marítima da Namíbia – tão semelhante à brasileira. Queremos que seja uma parceria estratégica, compatível com o redimensionamento das relações entre nossos países e regiões. Uma parceria cuja moldura seja uma Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul a serviço de políticas mais eficazes nos domínios ambiental, de defesa e de transportes.

Queremos estender o exemplo de nossa cooperação naval para outros campos, com o envolvimento dos setores público e

privado, mediante projetos concretos e inovadores. Um primeiro passo envolve o intercâmbio acadêmico. O Brasil está pronto a oferecer vagas e bolsas, nos níveis de graduação e pós-graduação, em áreas de interesse prioritário para a Namíbia.

Uma área promissora é o treinamento e a cessão de tecnologias de cultivo, numa parceria entre o Ministério da Agricultura Namibiano e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. Estamos inaugurando novas áreas de colaboração também no campo do desenvolvimento urbano e agrário, mineração e ciências do solo. Daremos atenção especial ao manejo de recursos hídricos, de importância fundamental para este país.

É com alegria que verifico as semelhanças entre o Programa de Ação Nacional de Redução da Pobreza, implementado pelo Governo namibiano, e o Programa Fome Zero, que implantei no Brasil. Ambos refletem a comunhão de visão entre nossos países sobre a necessidade de atacar, de forma abrangente e sistemática, essa vergonhosa chaga de nossas sociedades.

Em nenhum campo nossa cooperação e solidariedade são mais urgentes do que no combate à epidemia do HIV/AIDS. Vamos trabalhar juntos para atender a um primeiro grupo de pessoas ameaçadas. Queremos agir para evitar o agravamento de um quadro dramático, que solapa a estabilidade econômica e social de alguns países africanos. Queremos, sobretudo, devolver a essas crianças e adultos a dignidade e a esperança de viver.

O caminho do desenvolvimento passa pela modernização do Estado. No Brasil, estamos finalizando a aprovação de reformas

estruturais fundamentais para o futuro do país. Na Namíbia, conhecemos sua eficiente investida contra a corrupção. Também aqui podemos aprender juntos.

Senhor Presidente,

Nesta minha viagem pude comprovar pessoalmente as transformações por que vem passando a África. Vejo um continente autoconfiante, que propõe à comunidade internacional uma nova parceria, a NEPAD, centrada no compromisso dos africanos de tomar seu destino em suas próprias mãos. Um continente amadurecido, que, ao se constituir na União Africana, está decidido a libertar-se de uma triste endemia: a desorganização econômica e as guerras fratricidas.

A Namíbia é fulcro de muitas das transformações que estão forjando essa nova África. Seja pela estatura e prestígio de seus líderes, seja pela pujança de sua economia, seja pelo vigor de sua diplomacia, a Namíbia simboliza a África do futuro. Um futuro em que o Brasil deseja participar. Esse futuro passa pela crescente integração e conexão entre nossas economias.

Os empresários brasileiros que me acompanham nesta visita querem conhecer melhor a sua excelente infra-estrutura de transportes, ver de perto suas zonas de processamento de exportações. Há oportunidades a serem exploradas, empreendimentos comuns que ganharão maior impulso, resultante do diálogo entre o MERCOSUL e a União Aduaneira da África Austral.

Sabemos, no entanto, que essa aproximação jamais será completa sem ligações rápidas e ágeis. Novas linhas aéreas e marítimas unindo o Brasil, a África e até mesmo a Ásia Meridional contribuirão para dinamizar nossas economias. Temos de encontrar soluções para estes desafios,

implementando acordos bilaterais já existentes no setor aéreo, multiplicando os vôos não regulares. Temos motivos para otimismo.

Brasil e Namíbia estão na vanguarda da promoção da integração das suas respectivas regiões, o que terá efeito multiplicador sobre nosso relacionamento transatlântico. No âmbito da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, a região vem multiplicando empreendimentos comuns graças à melhoria dos meios de transporte.

A América do Sul também investe na integração física, com projetos de infra-estrutura nos campos dos transportes, comunicações e energia. No Primeiro Fórum Brasil-África sobre transportes, que vamos organizar proximamente, estou seguro de que poderemos explorar alternativas que se abrem para diversificar e multiplicar nosso comércio, inclusive via projetos trilaterais.

Senhor Presidente,

Estivemos juntos, no passado, na denúncia: do preconceito, da discriminação, da exploração econômica e na luta pela emancipação política. Hoje, nos associamos para que nossas sociedades caminhem juntas, no futuro, em direção ao desenvolvimento com justiça social, em ambiente internacional mais eqüitativo e democrático.

Nossos esforços não se esgotam na esfera bilateral e inter-regional. Precisamos cooperar nos organismos multilaterais, tornando-os mais legítimos e representativos, sensibilizando-os para as carências dos menos favorecidos. Esse é o nosso desafio na Organização Mundial do Comércio.

Os países do Sul precisam trabalhar, com coesão e determinação, para que a Rodada de Doha seja mesmo a rodada do desenvolvimento. Disso depende a própria

credibilidade da Organização e as chances de se adotar um regime internacional de comércio justo e eqüitativo. Um regime que dê aos países em desenvolvimento o direito de competir e a seus cidadãos, o direito de sonhar com uma vida melhor.

A África venceu a luta heróica pela emancipação e agora vai ganhando, passo a passo, a luta pela pacificação. Acabo de vir de Angola e de Moçambique, onde pude ver de perto a esperança nos olhos das crianças. Meninos e meninas que não mais crescerão em meio a campos de batalha e trincheiras, mas no convívio familiar e em salas de aula.

Saúdo, portanto, a liderança que a Namíbia vem demonstrando em trazer a paz a países irmãos conflagrados. Seja por força de sua ação diplomática, seja por meio do envio de contingentes em apoio a missões da ONU.

Orgulha-me que o Brasil possa colaborar nesse louvável esforço, como ocorreu no caso da República Democrática do Congo. O Brasil prestou apoio logístico para o transporte de contingentes da Namíbia, cedidos à missão da ONU no Congo.

Afirmei perante a Assembléia Geral da ONU que o verdadeiro nome da paz é a justiça social. Na Namíbia e no Brasil, travamos a mesma batalha por melhores condições de vida para nossos povos. Esse é um combate em que acreditamos, porque só produz vitoriosos. Convido Vossa Excelência e o povo de Namíbia a juntarem forças com meu país nessa luta pela paz e pelo desenvolvimento, dentro e fora de nossas fronteiras.

Esta é a mensagem fraterna que, em nome do Governo e do povo brasileiros, desejo transmitir a Vossa Excelência e ao povo deste belo país.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento do Encontro Empresarial Brasil-Namíbia, Windhoek, 7 de novembro de 2003

Senhoras e Senhores,

A presença de numerosa comitiva empresarial que acompanha minha visita é demonstração de interesse do Brasil na diversificação e aprofundamento de nossos laços com a Namíbia. O Brasil está determinado a construir uma nova agenda bilateral para relançar nossas relações em todas as áreas possíveis. É o caso da área econômico-comercial, que merece uma atenção especial das autoridades dos dois países.

O objetivo de minha visita é gerar a mobilização política e empresarial necessária para darmos forte impulso ao nosso relacionamento. A vontade política encontra-se revigorada diante do potencial existente. Devemos, então, construir os meios para avançar.

Só haverá avanços significativos e duradouros se conseguirmos ancorar nossas relações em mais comércio e mais investimentos. Nosso relacionamento comercial tem sido modesto, simbólico mesmo. No corrente ano, até setembro, nosso comércio chegou a pouco mais de sete milhões de dólares, com saldo favorável ao Brasil.

Temos de encontrar meios de alavancar as trocas comerciais de modo mutuamente vantajoso. Para tanto, estamos dispostos a identificar formas para evitar que as diferenças de tamanho das duas economias criem desequilíbrios negativos para a Namíbia. Para avançar, devemos derrubar as barreiras que impedem nossa aproximação. A conclusão de um acordo comercial entre os dois países é fundamental. É com esse objetivo que tomamos parte, com grande

interesse, nas negociações comerciais entre o MERCOSUL e a Comunidade Aduaneira da África Austral, a SACU.

Esperamos que, na próxima rodada de conversações, em março de 2004, a Namíbia participe ativamente, apresentando propostas e demandas orientadas para um forte aumento de nossas trocas comerciais. Sabemos que o comércio é uma via de duas mãos. Por isso, podemos incentivar as exportações da Namíbia para o mercado brasileiro, ajudar na identificação da oferta exportadora do país e a de empresas brasileiras interessadas em importar produtos namibianos. Embora modestos, os números do nosso comércio bilateral não refletem o volume de mercadorias comercializadas entre os dois países.

Sabemos que a maioria das trocas bilaterais se processa através da África do Sul. Certamente, uma das possibilidades para ampliação direta deste comércio será a maior utilização do porto de Uolvis Bei, em território namibiano, por possuir melhores condições de operação do que outros no exterior e ótimas conexões terrestres com os países da região. Isso permitirá reforçar a vocação da Namíbia como porta de entrada e fornecedor de bens e serviços para a África – sobretudo para os países de seu entorno imediato.

Poderá, ainda, desempenhar importante papel, por intermédio do comércio, na reconstrução desse outro grande país africano, nossa irmã comum, Angola. Estamos dispostos a buscar formas de cooperação, a fim de potencializar ainda mais essa vocação, por meio, inclusive, de investimentos na economia namibiana.

Poderemos discutir a ampliação do porto e outros assuntos de interesse da Namíbia, durante o Primeiro Fórum Brasil-África

sobre Transporte Marítimo e Construção Naval, iniciativa inédita que o Ministério dos Transportes do Brasil pretende realizar no primeiro semestre de 2004. Esperamos forte presença de namibianos nesse evento.

Tudo isso coloca em evidência o setor de infra-estrutura, que desempenha um papel decisivo na ampliação do comércio bilateral. Estamos fazendo grande esforço, na América do Sul, para superar os entraves para uma ampla integração regional. A ausência de infra-estrutura adequada tem consequências altamente negativas para as trocas comerciais. Implica mais custos e tempo para transportar as mercadorias, exatamente o que tem ocorrido entre o Brasil e a África em geral, e a Namíbia, em particular. Temos de considerar a implantação de sistemas logísticos modernos, que permitam o comércio em termos semelhantes aos que vigoram nas trocas com a América do Norte ou a Europa.

Existem oportunidades a serem exploradas para que a Namíbia se transforme num bom destino para os investimentos brasileiros. Refiro-me, por exemplo, à criação, pela Namíbia, de zonas de processamento de exportações, que vamos divulgar em meu país. Essa iniciativa pode oferecer boas oportunidades para que as empresas brasileiras marquem presença, a partir de uma plataforma namibiana, nos mercados de toda a região.

Tenho dito que a África é uma das prioridades da política externa de meu governo. Minha presença aqui, acompanhada de grande número de ministros e desta comitiva empresarial, demonstra que estamos buscando transformar em realidade nosso objetivo de retomar e aprimorar os laços com a África. São laços que estão na nossa origem

como país, que dão nossa forma e nossa cara como nação.

Nossa tarefa agora é continuar a trabalhar juntos. Desse esforço resultarão, estou seguro, mais negócios, mais riqueza para alcançarmos mais desenvolvimento e mais bem-estar para nossos povos.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no início da Conferência Conjunta de Imprensa, em Pretória, em 8 de novembro de 2003

Meu querido companheiro Presidente Mbeki,

Queria, primeiro, dizer a vocês que com muito orgulho vim fazer esta viagem à África.

Saio da África do Sul com o sentido do dever cumprido, porque fizemos o que prometemos na campanha. Fiquei muito feliz quando o nosso Embaixador comunicou-me que, em apenas onze meses de governo, vieram mais ministros e personalidades brasileiras à África do Sul do que nos quatro anos que antecederam o meu governo. Isso significa que estamos fazendo aquilo em que acreditávamos – antes, durante e depois da campanha: estabelecendo alianças estratégicas com os nossos parceiros da América do Sul e da África.

A segunda coisa importante é que os reitores da Universidade do Rio de Janeiro e da Universidade da África do Sul criaram um fórum e um prêmio “Presidente Mbeki”, para estimular estudos sobre política externa e desenvolvimento sócio-econômico da África do Sul. Será também implementado o programa de cooperação, envolvendo bolsas de estudo e de pesquisa acadêmica.

Quero afirmar também que, ontem à noite,

o Presidente Mbeki pediu que o Brasil apoiasse a África do Sul como sede da Copa do Mundo de 2010. Disse, de pronto, que o Governo brasileiro apóia a África do Sul, sob uma condição: que eles não nos peçam para perder a Copa.

Quero crer, Presidente Mbeki, que o que fizemos hoje, nessas poucas horas, demonstra, da forma mais clara e objetiva possível, que a África do Sul e o Brasil estão no caminho certo.

Neste mundo globalizado, em que os países desenvolvidos já têm suas peças marcadas, já têm seus mercados definidos, já têm o domínio das coisas importantes que valem no comércio mundial, é extremamente saudável e correto, politicamente e economicamente, que juntemos todos os países que têm similaridades culturais, econômicas, tecnológicas e que, juntos, procuremos estabelecer uma ação no sentido de fazer valer os interesses dos países em desenvolvimento.

Aprendi, na minha vida de negociador, quando era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que o bom acordo é aquele em que os dois saem pensando que ganharam e saem satisfeitos com o resultado.

Na política internacional não é diferente. Tenho afirmado, todas as vezes que posso: o Brasil quer uma relação estratégica com a África do Sul, com os países em desenvolvimento, com toda a África e com a América do Sul. O Brasil quer estabelecer política estratégica com a China, com a Índia, com a Rússia, com o México. Essa política estratégica que queremos fazer é para garantir que os nossos países possam, na Organização Mundial do Comércio, ter igualdade de oportunidades para que seus produtos possam transitar com a mesma eqüidade com que

transitam produtos dos países ricos.

Mais ainda: o Brasil quer uma relação de parceria. Não queremos hegemonia, em nenhuma hipótese. Para nós, uma boa relação comercial pressupõe que um país não tenha grande superávit comercial com o outro, que um país não queira apenas vender, mas também se disponha a comprar, para que a troca se dê de forma justa e compensadora para todos – para os empresários, para os trabalhadores e para os governos.

Saio do seu país, hoje, satisfeito, realizado como político, porque percebo que o Presidente da África do Sul pensa como pensa o Presidente do Brasil.

Como diria um grande cantor brasileiro, Raul Seixas, por quem tenho profunda admiração: “Sonho que se sonha só é apenas um sonho. Mas sonho que se sonha coletivamente vira realidade.” Estamos transformando em realidade o fato de termos juntado os países do Terceiro Mundo, os países do Sul, a África e o Brasil. Em realidade política, econômica, na ciência e na tecnologia, realidade no bom entrosamento que o povo brasileiro tem com o povo da África do Sul.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar oferecido em sua homenagem pelo Presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, em Pretória, em 8 de novembro de 2003

Excelentíssimo Presidente da República da África do Sul, permita-me chamá-lo de companheiro Mbeki; Excelentíssima Senhora Zanele Mbeki; minha querida companheira Marisa; Senhores e Senhoras Ministros de Estado da África do Sul; Senhores Ministros e Ministras do Brasil que acompanham nossa

viagem; Senhores membros do corpo diplomático, companheiros e companheiras que não são Ministros, nem da África do Sul nem do Brasil,

Gostaria de, inicialmente, dizer ao Presidente Mbeki que o Brasil não terá nenhuma dúvida em apoiar a África do Sul como sede da Copa do Mundo de 2012. Só tem um porém: não podem pedir que o Brasil perca antecipadamente.

É uma grande satisfação reencontrá-lo hoje, senhor Presidente, e na sua própria casa. Muito me honrou sua presença no Brasil, na qualidade, também, de Presidente da União Africana, no dia em que tomei posse como Presidente. Desde então, voltamos a nos encontrar várias vezes, mais recentemente em São Paulo. A freqüência desses contatos retrata como nossos países estão se descobrindo mutuamente.

Nós, brasileiros, queremos cada vez mais conhecer um país cujo destino acompanhamos tão de perto ao longo dos anos. Apoiamos a luta heróica contra o regime racista e saudamos o fim do *apartheid*, sob a liderança inspiradora de Nelson Mandela. Torcemos pelo êxito da experiência única deste país, que sabe superar as cicatrizes de um passado de opressão e残酷, para criar uma democracia centrada na reconciliação e no resgate de profundas injustiças.

Descobrimos que temos muito em comum. Somos sociedades multiétnicas e com grande diversidade cultural. Queremos construir a verdadeira democracia, que se traduza em igualdade de direitos e oportunidades para todos. Somos países que temos responsabilidade especial nas negociações internacionais sobre meio ambiente. Vamos desenvolver nosso patrimônio ambiental e biológico em favor do

desenvolvimento sustentável. Queremos a adoção de padrões globais equilibrados e mais solidários nesse terreno. Acreditamos no ideal de um mundo em que predominem a paz, a cooperação e a democracia.

Temos a convicção de que estamos construindo uma parceria estratégica. Uma parceria que vem amadurecendo de forma notável. Temos intensificado a cooperação nas mais diversas áreas, e são excelentes as perspectivas de ampliá-la ainda mais. Estamos levando essa coordenação a um novo patamar, com a fundação, em Brasília, do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul – o G-3.

Temos um compromisso com a construção de um futuro mais próspero e mais justo para nossos povos. Estamos empenhados na criação coletiva de um novo padrão para as relações internacionais, que tenha por objetivo assegurar o desenvolvimento.

Alcançaremos as transformações se houver diálogo e uma parceria estratégica Sul-Sul. Já alcançamos importantes vitórias com a flexibilização do regime de patentes para medicamentos. Com isso, podemos trabalhar para que todos tenham a esperança de vencer o flagelo do HIV/AIDS.

Coincidimos na determinação de construir uma arquitetura financeira e comercial global previsível e transparente, capaz de prevenir e superar crises. Na Organização Mundial do Comércio estamos empenhados em garantir que a Rodada de Doha faça jus ao seu título de Agenda para o Desenvolvimento.

Seguiremos mantendo nossa coesão, como fizemos em Cancún, para fazer valer a competitividade de nossas exportações para os mercados dos países industrializados.,

Defendemos o fortalecimento do multilateralismo. Queremos uma reforma do sistema das Nações Unidas que torne o Conselho de Segurança mais representativo e legítimo.

Senhor Presidente,

O Brasil tem uma dívida com a África. Uma dívida de reconhecimento pela contribuição, em condições de sofrimento e opressão, que milhões de africanos deram para a construção do Brasil. Associamo-nos ao renovado compromisso do continente africano de tomar em suas próprias mãos a responsabilidade de encontrar respostas para seus problemas.

Merece nossa admiração o papel da África do Sul no lançamento e promoção da União Africana e de seu instrumento de trabalho, a Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano – a NEPAD. Desejamos que nossa parceria possa traduzir-se numa contribuição do Brasil para os objetivos da NEPAD.

Não haverá estabilidade nem desenvolvimento sustentável, sem o fim das guerras que afligem alguns países africanos. A atuação da África do Sul tem sido exemplar na busca de soluções pacíficas para esses conflitos.

Ressalto o papel decisivo do meu bom amigo, o Presidente Nelson Mandela, como facilitador do exitoso processo de paz no Burundi. Foi igualmente fundamental a presença da África do Sul para o bom encaminhamento das negociações da República Democrática do Congo.

O Brasil orgulha-se de ter contribuído para esse desfecho, ao prestar apoio à missão das Nações Unidas naquele país, e também de estar presente na Costa do Marfim e, brevemente, na Libéria.

Estou convicto de que a Comunidade dos

Países de Língua Portuguesa, cuja Presidência tenho a honra de exercer, pode dar sua contribuição. Essa disposição já foi testada, com êxito, em São Tomé e Príncipe e na Guiné-Bissau. O Brasil continuará colaborando nesses esforços, pois temos um histórico de atuação diplomática na defesa da democracia, da paz e da não-intervenção.

Senhor Presidente,

A liderança política e a pujança econômica da África do Sul estão forjando na África Austral uma “renascença africana”, cujos resultados já pude observar. Vossa Excelência tem conduzido este país, com lucidez e visão, no caminho da prosperidade. Do mesmo modo, comprehende que esse caminho deve passar pelo desenvolvimento da África como um todo.

Essa é uma revolução pacífica, cujas bases vêm sendo construídas no âmbito de iniciativas inovadoras que têm a África do Sul como seu pilar: a União Aduaneira da África Austral (SACU) e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Na América do Sul, também estamos trilhando esses caminhos. Estamos implementando programas de financiamento de obras de integração da infra-estrutura física que tornarão mais ágeis e eficazes as comunicações e transportes entre nossos países. Estamos, assim, criando as condições

para consolidar a união aduaneira que unirá nossas economias.

Creio que temos muito a aprender um com as experiências do outro. Tornar mais densos os fluxos de comércio, capital e tecnologia entre nossas regiões. Um importante avanço nessa direção passa pela rápida conclusão das negociações entre o MERCOSUL e a União Aduaneira da África Austral. Essas e outras iniciativas foram aprofundadas no “Primeiro Fórum Brasil–

África: Política, Cooperação e Comércio”, realizado, em maio, na cidade de Fortaleza. Naquele Fórum, dedicado a estimular a reflexão sobre a relação do Brasil com o continente africano, aprendemos muito.

Assim, aceitamos com muito prazer a oferta de que foi portadora a Ministra Zuma, para a realizar o próximo Fórum na África do Sul. Entendo esse oferecimento como um sinal de que é mútuo o desejo de estreitar nossa parceria e aprofundar nossa amizade.

Com espírito de confiança, convido a todos a erguerem suas taças e me acompanharem em um brinde. Um brinde à prosperidade e ao bem-estar do povo da África do Sul, ao desenvolvimento das relações de amizade entre nossos povos e à saúde e felicidade pessoais do Presidente Mbeki e de sua Senhora.

Muito obrigado.

Parceria Estratégica Brasil-Espanha

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na assinatura do documento de Parceria Estratégica Brasil-Espanha, em Santa Cruz de la Sierra, em 14 de novembro de 2003

Senhor Presidente,

O Plano de Parceria Estratégica que está sendo adotado, hoje, pelos Governos do Brasil e da Espanha, é expressão eloquente do extraordinário dinamismo de nossas relações bilaterais. Vivemos atualmente a etapa mais intensa de nossa tradicional amizade. Estamos maduros para atribuir um caráter verdadeiramente estratégico a esse exemplar relacionamento.

Sentimo-nos preparados para compreender que estamos fadados a uma parceria natural, sedimentada não apenas pelos elementos históricos, culturais e políticos que nos unem, mas também pelos novos vínculos regionais que se consolidaram a partir da década de 90 – tais como o relacionamento entre o MERCOSUL e a União Européia e o diálogo no âmbito ibero-americano.

Fomos construindo, pouco a pouco, um tipo de relacionamento que transcende o aspecto meramente circunstancial da defesa dos interesses imediatos de cada país. Com orgulho, podemos dizer que atingimos um estágio de estreita identificação em torno de princípios como o respeito aos direitos

humanos, a valorização da democracia e a promoção da paz e do desenvolvimento com justiça social.

Estamos em busca de novas convergências, com os olhos sempre voltados para as regiões a que pertencemos, em especial a América Ibérica. Estou seguro de que o estreitamento de nossa parceria terá um impacto positivo para o projeto de integração física da América do Sul.

Nossa agenda comum passou a incorporar novos projetos nas mais diversas áreas, sem perder de vista nossas altas responsabilidades perante a comunidade internacional. A recente Visita de Trabalho do Presidente José María Aznar ao Brasil foi um acontecimento de grande ressonância política. Serviu para que nossos Governos aprofundassem o entendimento recíproco, em ambiente marcado por um diálogo franco, objetivo e transparente.

Valorizo cada observação que tive a oportunidade de ouvir do Presidente Aznar naquela ocasião – e aqui caberia destacar, entre outras, sua manifestação de “viva simpatia” pelo pleito brasileiro de ocupar

assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, no caso de sua ampliação.

Durante nosso encontro em Brasília, tomamos, o Presidente Aznar e eu, a decisão de selar, na data de hoje, as bases de uma parceria estratégica. Fizemos isso porque acreditamos que podemos trabalhar juntos, e em crescente sintonia, para legar às futuras gerações um acervo de realizações mutuamente benéficas. Para o lançamento de nosso Plano de Parceria, escolhemos a ocasião da Cúpula Ibero-Americana, tão zelosamente organizada por nossos irmãos bolivianos – testemunho de nosso propósito de trabalhar em harmonia com os países da região.

Senhor Presidente,

Devemos cuidar para que o novo estágio de nossas relações seja constantemente dirigido às necessidades dos menos favorecidos. Teremos tudo a ganhar se conseguirmos juntar

nossas vozes na promoção da justiça social e no combate implacável à fome e à miséria. As questões sociais têm assumido peso crescente na agenda da comunidade internacional.

O Brasil e a Espanha, Senhor Presidente, estão predestinados ao exercício da solidariedade. Unidos, teremos muita contribuição a prestar, no esforço de elevar as condições de vida dos excluídos. Trata-se de um desafio que precisa ser enfrentado com coragem e determinação.

Concluo estas breves palavras – nesta hospitaleira Santa Cruz de la Sierra – manifestando a esperança de que nossas afinidades se traduzam não apenas na construção de uma parceria cada vez mais produtiva entre a Espanha e o Brasil, mas que beneficie nossas regiões e contribua, também, para a consagração de nossos valores humanistas.

Muito obrigado.

Metas do Milênio – Desenvolvimento Humano

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na abertura da “Conferência Internacional de Promoção de Consenso Político para a Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio na América Latina e no Caribe”, em Brasília, em 17 de novembro de 2003

Senhoras e Senhores,

Em nome do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quero dar as boas vindas ao Presidente Bharrat Jagdeo, da Guiana, que nos honra com sua presença. Agradeço, também, a presença de autoridades latino-americanas e do Caribe e de representantes de organismos internacionais.

A iniciativa do BID, em parceria com o Banco Mundial, com a CEPAL e com o PNUD, de organizar esta conferência para discutir a importância do consenso político para a implementação das Metas do Milênio não pode ser mais oportuna. A decisão política de conceder prioridade ao desenvolvimento humano, e a escolha de como fazê-lo serão determinantes para que alcancemos nossos objetivos. Este espaço de reflexão e diálogo aberto nos permitirá identificar, com lucidez e criatividade, formas de estimular a cooperação regional e maximizar os resultados de nossas ações nacionais.

O século XXI começa com um enorme

desafio: transformar as conquistas materiais logradas ao longo do século XX em benefícios para a toda a humanidade. É forçoso constatar que o progresso tecnológico e econômico não se traduziu em uma distribuição equitativa de seu produto. Pelo contrário: é cada vez maior o abismo que separa os ricos dos pobres. Isso é verdade para o mundo, para a América Latina e para o Brasil.

O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2003, dedicado a uma avaliação do estágio de implementação das oito Metas do Milênio, apresenta dados extremamente preocupantes: a fome ainda é uma realidade cotidiana para mais de 1 bilhão e 200 milhões de pessoas; 113 milhões de crianças permanecem fora da escola; todos os anos, onze milhões de recém-nascidos morrem de causas diversas. Em certos países, como o Brasil, minorias importantes, que, em alguns casos, são, na verdade, a maioria, como a dos afro-descendentes e dos indígenas apresentam indicadores mais negativos do

que a média nacional. Estas condições sociais, agravadas pela desigualdade, estão na raiz de várias das crises políticas que têm ocorrido na América Latina.

Também é preocupante a permanência de graves disparidades de gênero no acesso a educação, a emprego e a cargos eletivos. Em certas regiões do mundo, não chega a 10% o número de representantes femininas nos Parlamentos nacionais. Uma em cada 48 mães ainda morre durante o parto, vítima da falta de assistência. A AIDS, a malária, e a tuberculose continuam dizimando nações inteiras.

Devemos admitir que, dentro como fora dos Estados, o problema crucial não é só de pobreza absoluta, mas, sobretudo, da má distribuição de riqueza. Na América Latina, por exemplo, 58% das crianças com menos de cinco anos são pobres; 36% dos menores de dois anos estão em situação de alto risco alimentar, com seu futuro seriamente comprometido; 22 milhões de menores de 14 anos trabalham. Ao mesmo tempo, estamos entre os maiores produtores de alimentos do mundo; nosso continente é pródigo em terras férteis e em recursos hídricos, contando com duas das maiores bacias hidrográficas do planeta. Assim, nas palavras de Bernardo Kliksberg, coordenador da Iniciativa Interamericana de Capital Social, Ética e Desenvolvimento do BID, e eu cito: “não temos pobreza e desigualdade. Temos pobreza, porque há desigualdade”.

Esse quadro preocupante demonstra, de forma muito clara, que o crescimento econômico não garante, por si só, melhorias nos indicadores básicos do bem-estar social, ainda que seja, evidentemente, um elemento fundamental para facilitá-lo. A lógica do

mercado não é suficiente para uma efetiva distribuição dos benefícios materiais em bases eqüitativas.

Cabe aos Estados fazer escolhas que resultem na diminuição do fosso entre a riqueza e a miséria. É responsabilidade dos governos o bem-estar social como um todo. O desenvolvimento humano pressupõe a agregação de valor ético à produção material. É a lógica da política responsável, e não a do mercado, que está melhor aparelhada para promover a superação das desigualdades, nacional e internacionalmente.

Senhoras e Senhores,

A falta de acesso a bens elementares, inclusive educação e bens culturais, corrói o tecido social e torna os indivíduos vulneráveis. Em todas as regiões do globo, observa-se uma clara correlação entre desarticulação familiar, taxas de desemprego juvenil e outros indicadores sociais negativos, por um lado, e o aumento do número de delitos, por outro. Seria simplista e injusto estabelecer uma correlação direta entre pobreza e criminalidade. Não se pode, no entanto, ignorar a existência de um vínculo direto entre segurança política, segurança econômica sustentável e justiça social. Um mundo injusto e desigual é também um mundo inseguro.

As sete primeiras metas do Milênio, mais estreitamente relacionadas ao âmbito interno, estão em plena consonância com os esforços do Governo do Presidente Lula de promoção do desenvolvimento econômico com justiça social. O Programa Bolsa Família visa a atender as carências fundamentais dos segmentos mais vulneráveis da população. Até 2006, deverão beneficiar-se do Programa 11 milhões de famílias. Outras ações complementares no

campo da saúde, educação e emprego têm por objetivo a correção dessas desigualdades históricas.

Por suas implicações para a criação de um ambiente internacional mais favorável ao desenvolvimento econômico e social, gostaria, no entanto, de dizer algumas palavras a respeito da oitava meta do Milênio, que se refere à formação de parcerias globais.

Não queremos diminuir a importância do ambiente interno; mas ele, por si só, não será suficiente. A oitava Meta do Milênio aborda algumas das causas estruturais do problema da desigualdade que não dependem apenas de um esforço nacional: as barreiras de diferentes naturezas que ainda limitam o sistema internacional de comércio, em especial os bilionários subsídios agrícolas dos países desenvolvidos, que lutamos tanto para eliminar em Cancún e que temos tanta dificuldade em eliminar, tanto em nível regional como em nível internacional; a instabilidade dos fluxos financeiros internacionais, que não estão sujeitos a um sistema de regras previsíveis e multilateralmente acordadas; os problemas específicos dos países menos desenvolvidos, em particular os localizados em pequenas ilhas; o problema da dívida externa dos países em desenvolvimento; as condições de acesso a medicamentos; e a disseminação restrita dos avanços tecnológicos.

Essa meta parte da óbvia constatação do aumento exponencial dos contatos e vínculos entre países e populações.

O que podemos definir é a maneira pela qual esse processo de integração vai-se desenvolver. A integração pode ocorrer por meio dos benefícios do livre comércio, ou pela disseminação da pobreza, pela

desagregação social, pelo crime organizado, pelo narcotráfico. A globalização pode contribuir para a disseminação da prosperidade e do progresso tecnológico, ou manifestar-se sob a forma de epidemias, de danos sérios ao meio ambiente, da violência urbana, do terrorismo. Sabemos, hoje, que a segurança coletiva não se constrói sobre a injustiça social.

Tenho dito, e o Presidente Lula também, que, no caso da integração da América do Sul, a grande questão não é saber se ela vai ocorrer, mas sim saber como: por meio das correntes saudáveis de comércio, ou pela via do crime organizado, do narcotráfico e das muitas outras mazelas que afetam a região.

É fundamental, portanto, para nos aproximarmos das Metas do Milênio, que o bom governo, a plena democracia e o Estado de Direito se exprimam, também, em nível internacional. O aperfeiçoamento do sistema multilateral é a contraparte necessária do convívio democrático no interior das Nações. Toda nação comprometida com a democracia, no plano interno, deve zelar para que, também no plano externo, os processos decisórios sejam transparentes, legítimos e representativos.

Sem progresso significativo na construção de um ambiente internacional aberto, democrático, com regras e compromissos estabelecidos em bases de reciprocidade, dificilmente veremos uma melhora nas estatísticas das outras sete metas. O combate à miséria, à fome e à injustiça social requer uma aliança entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos. A luta contra a injustiça social é uma luta de todos.

Não podemos prescindir, nesse contexto de extrema vulnerabilidade social de

aproximadamente 1/5 da população mundial, de ações emergenciais, que aliviem as carências mais imediatas, e de projetos estruturais que ajudem a eliminar as raízes mais profundas da pobreza. “A fome não pode esperar”, afirmou o Presidente Lula, ao defender, durante a Conferência do G-8, em Evian, um Fundo Mundial de Combate à Fome. À margem da 58a Assembléia Geral da ONU, materializou-se uma inédita parceria entre três grandes democracias do mundo em desenvolvimento: Brasil, Índia e África do Sul. Ao colocar a erradicação da

pobreza e da fome em escala global como uma prioridade, os integrantes desse grupo buscam enfatizar a necessidade de que se adote um novo paradigma de desenvolvimento, que privilegie a justiça social.

Os dados estatísticos deixam claro o que a fome significa em termos sociais e econômicos. Costuma, porém, lembrar o Presidente Lula, nossa tarefa é fazer com que essa questão seja vista também como um problema político. Esse é, entre outros, o objetivo deste seminário.

Muito obrigado.

Visita ao Brasil do Presidente da Alemanha

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar oferecido ao Presidente da República Federal da Alemanha, Johannes Rau, no Palácio Itamaraty, em 27 de novembro de 2003

Excelentíssimo Senhor Johannes Rau, Presidente da República Federal da Alemanha; Senhora Christina Rau; Senhorita Ana Christina Rau; Excelentíssimo Senhor José Alencar, Vice-Presidente da República Federativa do Brasil; Senhora Marisa Campos Gomes da Silva; minha querida companheira Marisa; Senhor Lorenzo Baldissari, núncio apostólico; demais embaixadores acreditados junto ao Governo brasileiro; Ministro Celso Amorim, das Relações Exteriores; Ministro Roberto Rodrigues, da Agricultura; Ministro Jorge Armando Félix, do Gabinete do Segurança Institucional; senhores deputados; minhas amigas e meus amigos, senadores aqui presentes,

É com particular satisfação que recebo Vossa Excelência no Brasil. Estou certo de que esta sua segunda passagem pelo Brasil contribuirá para descortinar novas possibilidades para consolidar e aprofundar a rica colaboração entre a Alemanha e o Brasil.

Ela sublinha a parceria estratégica que formalizamos durante a vista do Chanceler

Schroeder. Naquela ocasião, adotamos um plano de ação Brasil-Alemanha, cobrindo uma ambiciosa gama de propostas e metas compatíveis com as potencialidades de nossas relações.

Estão previstos mecanismos diplomáticos de consulta e coordenação, e estabelecidos compromissos numa gama de temas cuja amplitude espelha a maturidade do nosso diálogo. O que torna a nossa parceria especialmente ampla e vigorosa é o fato de envolver uma intensa participação do setor privado e da sociedade civil.

Vejo com especial satisfação o acordo para esse instrumento inovador, que é o fórum do diálogo entre sociedades. Nossa diálogo está lastreado numa sólida associação econômica. Sua pujança é especialmente visível no setor industrial, no qual os vultosos investimentos alemães estão representados pelas mais de mil empresas alemãs estabelecidas no Brasil.

Quero deixar com os empresários que acompanham Vossa Excelência o desafio de redobrar os esforços que fizeram da Alemanha nosso terceiro maior parceiro

comercial e quinto maior investidor.

Senhor Presidente,

Nossa parceria é ainda mais relevante em um mundo marcado por turbulências políticas, ameaça de armamentismo e uma globalização que acirra as desigualdades. Partilhamos a visão de uma ordem internacional mais próspera, mais democrática, fundada no respeito ao direito e ao multilateralismo. Trabalhamos juntos em prol dos direitos humanos, da inclusão social e da proteção ambiental.

Estamos convencidos de que as Nações Unidas devem desempenhar papel crucial nesse mundo que queremos construir. É indispensável que a Organização ganhe maior eficiência e legitimidade.

Precisamos atualizar o Conselho de Segurança, por meio da ampliação do número de assentos permanentes, para países desenvolvidos e em desenvolvimento. O ano de 2004, quando Brasil e Alemanha estiverem no Conselho, oferece oportunidade excepcional para mostrarmos como podemos contribuir para que as relações internacionais sejam mais equilibradas, justas e pacíficas.

Desejamos que essa parceria se estenda também às negociações multilaterais na Organização Mundial do Comércio. O Governo brasileiro está firmemente empenhado em fazer de Doha, efetivamente, uma rodada para o desenvolvimento. Contamos com a compreensão e o apoio dos países ricos, para que as nações em desenvolvimento tenham a oportunidade de competir em igualdade de condições, sobretudo nas áreas como a agricultura, nas quais são mais eficientes.

Estou convencido de que nossos países poderão desempenhar importante papel catalisador, contribuindo para superar o

impasse nas negociações em Cancún.

Há 14 anos, o Muro de Berlim ruía, graças à firme determinação do povo alemão de não mais se deixar dividir. A comunidade internacional vê-se, hoje, perante um desafio igualmente histórico: derrubar o muro de regras e práticas discriminatórias que contribui para manter parte da humanidade em situação de pobreza e atraso.

Senhor Presidente,

Nada ilustra melhor o patrimônio de nossas realizações e as possibilidades para o futuro do que os 40 anos de cooperação Alemanha-Brasil.

Somos reconhecidos pela perseverança daqueles indivíduos e entidades que fizeram uma aposta no futuro do Brasil e na capacidade e determinação de seu povo em trilhar o caminho do desenvolvimento.

A ênfase foi sempre em ajudar as pessoas a encontrarem suas próprias soluções, aproveitando sua experiência e conhecimentos em ações de gestão ambiental, urbana e industrial, no manejo de recursos naturais, na proteção às florestas tropicais, com repercussão positiva na área social, e no aumento da produtividade das pequenas e médias empresas.

No campo social, o trabalho conjunto privilegia a organização comunitária em apoio a associações de pequenos agricultores, pescadores e comunidades de periferia urbana. Auto-estima, trabalho comunitário e qualidade de vida: são essas as chaves de 40 anos de sucesso.

Quero expressar meu agradecimento pelas iniciativas desenvolvidas em apoio ao nosso mutirão nacional de combate à fome e de redução das desigualdades. Estou convencido que uma das maiores vitórias da cooperação técnica Alemanha-Brasil é o

exemplo que oferece para outros países e regiões.

Na área ambiental, os bons frutos de nossa colaboração demonstram como a cooperação Norte-Sul pode transformar-se em realidade.

Estendo minhas felicitações a todas as entidades governamentais e não governamentais que, ao longo de décadas, têm

contribuído com entusiasmo para o desenvolvimento da exemplar parceria entre nossos países.

Convido a todos aqui presentes, que se unam em um brinde à saúde de Vossa Excelência e senhora, e à felicidade e prosperidade dos povos brasileiro e alemão. Saúde.

Visita do Presidente da República a Países Árabes

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar oferecido pelo Presidente da Síria, Bashar Al-Assad, em Damasco, em 3 de dezembro de 2003

Senhor Presidente,

É com grande satisfação que me encontro, hoje, na Síria. Minha satisfação é tanto maior, porque sou o primeiro Presidente do Brasil a visitar esta terra dos antepassados de tantos brasileiros.

Não é por acaso que escolhi a Síria como primeiro destino da viagem que faço pelo mundo árabe.

Nossas relações têm uma dimensão humana única, que se expressa na comunidade de mais de 2 milhões de descendentes de sírios que vivem no Brasil.

Uma comunidade perfeitamente integrada, que tanto contribuiu e continua a contribuir para a construção da identidade social e cultural do meu país.

Somos países com a aspiração comum ao desenvolvimento sustentável e ao bem-estar de nossos concidadãos.

Nossos governos estão empenhados na renovação da vida econômica e política.

Minha visita tem como objetivo explorar essas afinidades e pontos de aproximação.

Queremos ampliar nosso intercâmbio econômico-comercial, ainda muito aquém de seu potencial.

Demonstração viva desta disposição é a expressiva comitiva de empresários que me acompanha.

Vamos expandir a cooperação em diversas áreas.

Os acordos que assinamos hoje, nos mais variados campos, reforçam nosso compromisso de trabalharmos juntos.

O Brasil é país de vocação global e, por isso, deseja estreitar suas relações com todas as partes do mundo.

Somos também um país empenhado em moldar políticas de desenvolvimento e de integração. Na América do Sul, estamos colhendo os primeiros resultados, que queremos compartilhar com nossos irmãos árabes.

Tenho certeza de que teremos muito a aprender com nossas respectivas experiências para aumentar os fluxos de comércio, capital e tecnologia entre nossos países e regiões.

No seminário empresarial de que participei há pouco, convidei os homens de negócios brasileiros e sírios a apostarem na integração econômica e comercial.

Não tenho dúvida de que, em breve, veremos os benefícios deste empenho.

Estou convencido de que precisamos utilizar nossa voz conjunta, o nosso potencial como consumidores e como opinião pública, para sermos ouvidos pelos países mais ricos.

Por essa razão, entre outras, agradeço o apoio de Vossa Excelência à proposta de realização da Cúpula América do Sul – Países Árabes, no Brasil, em 2004.

Na verdade, nossos países não podem conformar-se com a lógica econômico-comercial dos últimos séculos, que gerou riqueza de maneira tão injusta e assimétrica.

Juntando forças nos fóruns internacionais e colaborando mais estreitamente entre nós, poderemos mudar em nosso favor a geografia comercial do mundo.

Queremos, naturalmente, aprimorar nossas relações com os países desenvolvidos, mas não podemos limitar nosso intercâmbio aos vínculos com os países ricos.

Até mesmo para sermos respeitados por eles, numa relação que não seja de dependência, mas de autêntica parceria.

Senhor Presidente,

Síria e Brasil também são a encruzilhada de povos das mais diversas origens e crenças, que forjaram identidades multiculturais e tolerantes.

No Brasil, somos orgulhosos de nosso patrimônio cultural árabe, que é, hoje, parte de nossa identidade nacional.

Acompanhamos com grande interesse e preocupação os acontecimentos no Oriente Médio.

Desejamos ver prevalecerem a paz e o entendimento no lar de tantos de nossos parentes e antepassados.

No Brasil, onde árabes e judeus convivem de forma harmônica e produtiva, estamos convencidos de que a paz é possível e

urgente.

Apoiamos, portanto, com confiança e expectativa, os esforços em curso para alcançar a reconciliação entre os povos do Oriente Médio.

Confiamos em que a Síria, pelo seu papel estratégico na região, contribuirá para as iniciativas que possam levar a esse objetivo.

Defendemos firmemente a criação de um Estado palestino.

Estamos convencidos de que o caminho à frente é o do diálogo e da negociação e nunca o da violência e do terrorismo.

A continuada ocupação de territórios palestinos, a manutenção e expansão de assentamentos são inaceitáveis.

Confiamos em que o Roteiro da Paz e a Iniciativa Árabe da Paz oferecem alternativas convergentes para o estabelecimento de um Estado palestino independente no mais breve prazo, ao mesmo tempo que atendem às preocupações com a segurança de Israel.

O direito de um povo exercer soberania sobre seu território é inalienável.

Por isso, o Brasil está votando nas Nações Unidas em favor da resolução que exige a devolução à Síria das Colinas de Golã.

Defendemos uma participação ativa das Nações Unidas na solução dos problemas da região e a efetiva aplicação de suas resoluções, enquanto expressão da vontade coletiva da comunidade internacional.

Lamentamos a guerra do Iraque. Entendemos que soluções por via diplomática são sempre as mais positivas e duradouras.

Queremos um maior envolvimento das Nações Unidas e dos Estados árabes no esforço de reconciliação e reconstrução daquele país.

São esses os princípios e linhas de ação que nortearão a atuação do Brasil a partir do

ano que vem, quando retorna ao Conselho de Segurança como membro não-permanente.

Além disso, estaremos dispostos a emprestar nosso apoio a iniciativas que busquem a paz, a justiça e a reconciliação.

Temos de lutar por uma ordem econômica e política no mundo que seja mais justa e mais democrática.

Por isso, defendemos a reforma das Nações Unidas, especialmente do Conselho de Segurança, que deve ser mais representativo das realidades do mundo de hoje, com países em desenvolvimento entre os seus membros permanentes.

Somente assim terá a legitimidade indispensável para que suas ações sejam efetivamente respeitadas.

Queremos fortalecer o multilateralismo e a prevalência do Direito Internacional.

Estamos certos de que Brasil e Síria estarão juntos nessa empreitada.

Senhor Presidente,

Minha visita retraça a viagem que muitos sírios fizeram em direção ao Brasil, em busca de novas perspectivas de vida.

Estou aqui para trazer a mensagem de que queremos que essa relação seja, cada vez mais, uma via de duas mãos ligando nossos países.

Estou certo de que a generosa hospitalidade com que estou sendo recebido será a marca desse intercâmbio entre nossos países.

É dentro desse espírito que proponho um brinde à felicidade do Presidente Bashar Al-Assad, à prosperidade crescente do valoroso povo sírio e à determinação de seguir trabalhando para construir um futuro de paz duradoura e de desenvolvimento com justiça social para nossas nações.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento do Seminário sobre Negócios e Investimentos, em Damasco, em 3 de dezembro de 2003

Excelentíssimo Senhor Bashar Al-Assad, Presidente da Síria; Excelentíssimo Senhor Eduardo Duhalde, nosso querido representante do MERCOSUL; Excelentíssimo Senhor Farouk Al-Sharaa, Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Síria; Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores do Brasil; Senhor Luiz Fernando Furlan, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil; Senhores Ministros brasileiros, Senhores Ministros sírios,

Meus caros Governadores dos Estados brasileiros que me acompanham – estou vendo pelo menos dois governadores aqui; eu queria até pedir para se levantarem, para que os empresários saibam quem são os companheiros – o Governador do Estado do Ceará, Lício Alcântara, e o Governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo. A nossa Governadora já esteve participando dos debates, e o Governador Paulo Hartung tinha um outro compromisso.

Quero agradecer, aqui, a presença dos meus ministros, e dizer aos senhores empresários que está presente entre nós, dentre os vários empresários brasileiros, o presidente do nosso símbolo de empresa bem sucedida no Brasil, o companheiro José Eduardo Dutra, Presidente da Petrobras.

É com grande satisfação que participo deste encontro. Vejo empresários, sírios e brasileiros, aqui reunidos, em Damasco, uma cidade com uma história comercial milenar. Como no passado, esta metrópole continua a atrair os viajantes interessados em conhecer as riquezas e as possibilidades que a Síria

oferece.

A presença de numerosa comitiva empresarial, que acompanha a minha visita, é demonstração de que hoje, mais do que nunca, o Brasil deseja conhecer a Síria e diversificar e aprofundar nossos laços.

Meu governo está determinado a construir uma nova agenda bilateral, para relançar nossas relações, em todas as áreas. Os laços que nos ligam à Síria e ao seu povo são antigos e profundos. Mas sabemos que os frutos dessa parceria só serão significativos e duradouros se conseguirmos ancorá-los em mais comércio e mais investimentos.

Esse é o objetivo de minha presença em seu país: gerar a mobilização político-empresarial necessária para darmos um forte impulso ao nosso relacionamento.

Há muito por fazer. No comércio, devemos reconhecer que nossas relações estão muito aquém de seu potencial. Os números são modestos e altamente desequilibrados. Temos de encontrar meios de alavancar as trocas de modo mutuamente vantajoso. Sabemos que a resposta está, em parte, na diversificação da pauta exportadora de ambos os países.

De nossa parte, além de promover nossos produtos, podemos ajudar a identificar a oferta exportadora da Síria para o Brasil e buscar empresas brasileiras interessadas em importar seus produtos.

O seminário de hoje reforça o que já intuímos. São muitas as oportunidades, são boas as perspectivas, numa infinidade de campos que refletem a força e a complementariedade de nossas economias: agrícola e agro-alimentício, têxteis, calçados, petróleo e seus derivados, produtos químicos, maquinaria, automóveis e aeronaves, entre outros.

No setor dos serviços, ligado a transporte, engenharia pesada e energia, há também espaço para parcerias inovadoras, por meio de *joint ventures*, mas devemos ser mais ambiciosos.

Desde o primeiro dia de meu Governo, tenho estimulado os homens de negócios brasileiros a investirem e a se estabelecerem nos países do Sul. Estou convencido de que nesses mercados se abrem possibilidades excepcionais de colaboração.

Produtos farmacêuticos e de saúde pública, metalurgia, energia alternativa, telecomunicações e novas tecnologias, sobretudo na área de biotecnologia: são essas algumas das áreas em que podemos nos ajudar mutuamente.

Nesta visita, estamos dando um importante passo nesta direção, ao assinar acordos que estimularão uma maior cooperação entre nossas instituições técnicas nos campos da educação e da ciência e tecnologia.

Senhor Presidente, senhores empresários, senhoras empresárias,

Ainda hoje haverá ocasião para que os participantes deste seminário estabeleçam contatos e avaliem oportunidades. Esses encontros serão uma excelente preparação para a visita, ao Brasil, do Ministro do Comércio da Síria no começo do ano que vem, acompanhado de delegação de empresários sírios. Não tenho dúvidas de que lá no Brasil os contatos de hoje serão aprofundados e que importantes negócios serão fechados. Quero lembrar ao empresariado sírio que o Brasil é mais do que um mercado amplo e diversificado de 170 milhões de consumidores; é, também, uma porta de entrada para o MERCOSUL, o terceiro maior bloco comercial do mundo,

e para a Associação Latino-Americana de Integração, que abarca todo o continente.

Afirmo isso com segurança, pois estamos empenhados, na América, no ambicioso empreendimento de construir um espaço econômico e comercial integrado, que caminha na direção de uma zona de livre-comércio de escala continental. Estamos derrubando barreiras burocráticas e tarifárias e, ao mesmo tempo, construindo pontes e estradas, melhorando as comunicações e a transmissão de energia.

Queremos compartilhar esta experiência com os países árabes, e explorar juntos como melhor aproveitar as possibilidades que se abrem para uma integração econômica e comercial entre nossas regiões.

Precisamos utilizar nossas forças, nosso potencial consumidor, a qualidade de nossa mão-de-obra para reforçar nossa capacidade de atuação no comércio internacional. Para agilizar este processo, convidei para participar desta viagem o ex-presidente da República Argentina, Eduardo Duhalde, que assumiu recentemente a presidência da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL.

É preciso que os países em desenvolvimento se convençam de que está em seu poder mudar a geografia econômico-comercial do mundo, sem confrontação, mas com muita firmeza. Foi o que procuramos fazer na OMC, com o G-20, que apresentou propostas tecnicamente sólidas e politicamente viáveis. É o que estamos fazendo, também, em nossos contatos com outros países e regiões. No lugar da lógica comercial dos séculos passados, que em nada nos beneficiou, necessitamos colocar uma nova lógica em que o comércio Sul-Sul seja tão importante quanto as relações com as nações mais ricas. Queremos levar este

esforço de aproximação para todas as áreas de nosso relacionamento.

Foi por essa razão que meu Governo propôs encontro de líderes de países da América do Sul e países árabes, a realizar-se no ano de 2004, no Brasil. Examinaremos modalidades de concertação, sobretudo em foros internacionais, em assuntos da agenda internacional de interesse comum. Vamos colocar as afinidades entre nossas populações a serviço de uma cooperação mais intensa, não apenas na área econômico-comercial, mas, também, nas esferas diplomática, científico-tecnológica, social e cultural. Não tenho dúvida de que as relações comerciais Brasil-Síria muito se beneficiarão dessa aproximação.

Vamos dar seguimento ao trabalho, que está sendo desenvolvido pela Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, de estreitamento das relações comerciais e de investimentos entre nossos dois países. Gostaria de destacar e agradecer, aqui, o empenho da Câmara, ao longo de muitos anos, para aproximar empresários e facilitar negócios entre países tão distantes geograficamente. Creio que o próximo passo será criar uma comissão de comércio bilateral, que imprima uma dinâmica mais intensa, específica e sistemática às nossas relações econômicas. Não poderia deixar de mencionar, aqui, o papel fundamental que poderá ter a Feira Internacional de Damasco, uma das mais importantes do mundo árabe. Merecidamente, a Feira celebrou, em outubro passado, 50 anos de existência com a inauguração de novas e estupendas instalações para acomodar o afluxo cada vez maior de expositores e visitantes.

Por fim, desejo agradecer ao Ministério do Comércio Exterior e Federação das Câmaras

de Comércio Sírias pela inestimável ajuda na organização deste evento. A todos desejo boa sorte e bons negócios.

Gostaria de agradecer, aqui, a presença de inúmeros deputados do Brasil, de alguns empresários, inclusive da minha cidade, São Bernardo do Campo. Queria dizer aos empresários brasileiros e sírios: quando se trata de negócios, vale mais a ousadia e a persistência do que uma boa intenção. Países do tamanho da Síria, países do tamanho do Brasil, continentes como o sul-americano ou como o continente árabe não podem mais, no século XXI, ficar à espera de serem descobertos. É preciso que definamos os nossos interesses, as nossas similaridades e, com essas similaridades e interesses definidos, temos de sair ao mundo para fazer o que ninguém fará por nós. Não é possível que alguns milhares de quilômetros deixem ainda maior a distância entre o mundo árabe e a América do Sul, o mundo árabe e o Brasil.

Quero dizer à Sua Excelência o Presidente da Síria que, possivelmente, os empresários sírios terão de reprender com os quase 3 milhões de sírios que um dia não mediram esforços para irem ao Brasil, não viram oceano e nem viram deserto e estão vivendo, no Brasil, em paz e harmonia, ajudando o nosso país e a Síria a crescerem.

Acabou-se o tempo em que a espera pela ajuda dos países ricos levava as nossas populações a esperarem anos e anos pelos grandes negócios, que nunca ultrapassavam as nossas fronteiras.

Se somos iguais, se temos os mesmos problemas, se temos os mesmos interesses, não esperemos que ninguém faça por nós aquilo o que somente nós poderemos fazer.

Vamos em frente e boa sorte para a Síria e para o Brasil, para os empresários sírios e

para os empresários brasileiros.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento do Seminário Empresarial Brasil-Líbano, em Beirute, em 5 de dezembro de 2003

Excelentíssimo Senhor Eduardo Duhalde, ex-Presidente da Argentina e Presidente da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL; Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores do Brasil; Senhores Ministros do Líbano; Senhor Adnan Kassar, Presidente da Federação das Câmaras de Comércio, Indústria e Agricultura do Líbano; Senhor Alfredo Cotait, Presidente da Câmara de Comércio Brasil-Líbano; senhores empresários brasileiros e libaneses, empresárias brasileiras e libanescas; meus amigos, minhas amigas; meu caro Ministro Luiz Furlan, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil; meu caro companheiro Ciro Gomes, Ministro de Estado da Integração Nacional do Brasil; meu caro Walfrido dos Mares Guia, Ministro de Estado do Turismo do Brasil; General Jorge Félix, Ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; senhor Marconi Perillo, Governador do Estado de Goiás; senhor Lício Alcântara, Governador do Estado do Ceará; senhor Paulo Hartung, Governador do Estado do Espírito Santo; senhora Wilma Faria, Governadora do Estado do Rio Grande do Norte; meu caro Embaixador Marcus de Vincenzi, Embaixador do Brasil no Líbano; Senador Ney Suassuna; Senador Ramez Tebet; Deputado Paulo Pimenta; Deputado Ricardo Izar; Deputado Nelson Trad; Deputado Simon Sessim; Deputado Devanir

Ribeiro; Deputado João Hermann; meu caro José Eduardo Dutra, Presidente da Petrobras,

Inicialmente, quero dizer algo sobre os empresários e Governadores que estão aqui. São Governadores de Estados muito importantes do meu país. Possivelmente, São Paulo e Rio de Janeiro sejam mais conhecidos dos nossos queridos irmãos libaneses, mas, hoje, quem quiser pensar em negócios, agronegócio e turismo, tem de considerar também os Estados que estão aqui representados, que são os que estão em um momento de desenvolvimento excepcional no Brasil.

Quero que os Governadores possam manter contato com os empresários aqui presentes e possam ter a sorte de fazer bons e grandes negócios para os seus Estados e, consequentemente, para o Brasil.

Quero agradecer a oportunidade de participar deste seminário empresarial, que congrega tantas e tão expressivas lideranças empresariais dos nossos países, para discutir temas de interesse direto do mundo da produção.

É uma honra estar aqui, com quem representa a economia real das relações Brasil-Líbano. Queremos que nossos laços de amizade e de sangue se transformem numa parceria efetiva, com benefícios concretos para nossos povos.

No passado, imigrantes libaneses contribuíram, com sua energia e denodo, para desenvolver o Brasil moderno. Em anos recentes, imigrantes brasileiros desenham o caminho inverso, ajudando a construir um novo Líbano.

Hoje, estamos determinados a unir essas correntes de trabalho e solidariedade por meio do comércio e dos investimentos, fazendo do fluxo de bens e de pessoas uma

fonte de progresso e bem-estar para os nossos concidadãos.

Este é o objetivo de minha vinda ao Líbano: mobilizar todos os setores de nossa sociedade em favor do relançamento de nossas relações. O Seminário Empresarial é uma oportunidade excepcional para buscarmos reforços para o que já fazemos. O nível de nosso comércio, de pouco mais de 50 milhões de dólares, é incompatível com a densidade de nossa história comum.

Sem dúvida, um dos principais desafios a enfrentar é o fato de que o comércio é muito desequilibrado em favor do Brasil. Um aspecto positivo a registrar é que esse desnível explica-se, em parte, pelo aumento significativo – aproximadamente 35%, só este ano – das exportações brasileiras. Cabe, agora, promover aumentos comparáveis nas vendas libanesas no Brasil. Parte das respostas está na diversificação da pauta libanesa.

O Brasil está disposto a explorar maneiras de contribuir para este esforço, ajudando a identificar empresas brasileiras interessadas em importar produtos libaneses.

Queremos que nosso intercâmbio seja, cada vez mais, uma expressão das potencialidades e criatividades de nossas nações. Os acordos que estamos assinando, de cooperação no campo da educação e de ciência e tecnologia, nos ajudarão a melhorar a condição de nossos países na economia mundial.

Senhoras e senhores,

Este seminário oferece ocasião para que se fortaleçam antigos contatos e se avaliem novas oportunidades. Este encontro será uma excelente preparação para a visita, ao Brasil, do Presidente Lahoud, no ano que vem. Faço votos de que ele se faça acompanhar de

expressiva delegação empresarial. Esperamos poder contar com o continuado apoio da Câmara de Comércio, Indústria e Agricultura de Beirute e Monte Líbano e da Câmara de Comércio Brasil/Líbano, em parceria com a comunidade empresarial brasileira, que poderá organizar a sequência desses contatos no Brasil, em seminários de alto nível, possivelmente em 2004. Estou certo de que, sob a magistral presidência do Dr. Adnan Kassar, a Federação contribuirá, mais uma vez, para aproximar empresários e facilitar negócios entre nossos países.

Entre as iniciativas que poderemos lançar, já no início de 2004, para imprimir uma dinâmica mais intensa e sistemática às nossas relações, quero ressaltar a importância da abertura de uma linha marítima direta e da abertura de vôos diretos entre Beirute e São Paulo.

Sabemos que nossas relações, em especial no terreno comercial, jamais serão fortes e duradouras se não dispusermos de meios de comunicação e transporte rápidos e eficientes. Tem toda razão o empresário que se queixa de que é muitas vezes mais rápido e mais barato viajar para o Extremo Oriente, por exemplo, do que para o Oriente Médio ou a África, apesar de estarem bem mais próximos do Brasil.

Se quisermos que nossos ideais de cooperação e integração sejam mais do que um exercício de retórica, temos de trabalhar para encurtar essas distâncias.

Na América do Sul, aprendemos essa lição e nos engajamos no ambicioso empreendimento de construir um espaço econômico e comercial integrado.

O Brasil, com os seus vizinhos, está implementando um programa de obras de infra-estrutura física que acelerará a

formação de uma zona de livre-comércio no continente sul-americano.

Estamos derrubando barreiras burocráticas e tarifárias, ao mesmo tempo em que construímos pontes e melhoramos as comunicações. É, portanto, com toda convicção que posso afirmar ao empresariado libanês que o Brasil é mais do que um mercado amplo e diversificado de 170 milhões de consumidores. É também uma porta de entrada para o MERCOSUL, o terceiro maior bloco comercial do mundo, para a América do Sul e para a Associação Latino-Americana de Integração, que abrange todo o continente.

Queremos compartilhar essa experiência com os países árabes e explorar, juntos, como melhor aproveitar as possibilidades que se abrem para uma integração econômica e comercial entre nossas regiões.

Para agilizar esse diálogo, convidei para participar desta viagem o ex-Presidente da República Argentina, Eduardo Duhalde, que assumiu recentemente a presidência da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL. Queremos o Líbano como parceiro privilegiado nessa empreitada.

Se hoje os números do nosso comércio bilateral são modestos, isso deriva do fato de grande parte de nossas trocas processar-se por terceiros países. Esse fato sublinha algo que precisamos valorizar.

O Líbano é um pólo de ligação entre o Ocidente e o Oriente, graças a uma economia certa e um meio empresarial e financeiro empreendedor, hábil na intermediação de negócios.

Vamos ampliar e aprofundar uma estratégia que faça de Beirute a ponta de lança das exportações brasileiras para o Oriente Médio e outros mercados do mundo árabe.

Já estamos pondo essa proposta em ação. Em terrenos que o Governo libanês gentilmente doou será construída, numa parceria do setor público brasileiro e de empresários de origem libanesa, a Casa Brasil. Poderemos contar com o empresariado libanês, herdeiro de milenar tradição comercial e com profundas raízes na região.

Teremos, assim, condições para buscar parceiros, criar cadeias produtivas, fazer prospecção conjunta de mercados, melhorar a imagem de nossas indústrias em terceiros mercados, potencializar os méritos da qualidade e da competitividade de nosso parque produtivo. Vamos consolidar o papel de Beirute como plataforma para os negócios brasileiros.

É dentro do mesmo espírito que meu Governo propôs encontros de líderes dos países da América do Sul e dos países árabes, a realizar-se no ano de 2004 no Brasil. Esse exemplo levará adiante nosso esforço de aproximação. Poderemos estudar novas formas de coordenar posições sobre temas de agenda internacional.

Vamos usar nossas afinidades para multiplicar nossa cooperação, não apenas na área econômica e comercial, mas também nas esferas diplomática, científica, tecnológica, social e cultural. Desse esforço resultarão, estou seguro, mais negócios e mais riquezas para alcançarmos mais desenvolvimento e mais bem-estar para os nossos povos.

É com esta convicção que desejo a todos êxito em seus negócios, até nosso próximo encontro no Brasil

Meus amigos e minhas amigas,
Não poderia concluir o meu discurso sem lembrar o que disse aqui o Presidente da Federação: que o último Chefe de Estado brasileiro que esteve no Líbano foi D. Pedro

II, em 1876, no século XIX. Isso demonstra o quanto, muitas vezes, perdemos noção da importância da relação humana para fazermos uma boa relação comercial.

Há muito tempo, milhares de irmãos libaneses escolheram o Brasil como sua segunda pátria. Alguns até já transformaram o Brasil na primeira pátria, porque lá nasceram, lá constituíram família, lá fizeram os seus negócios, lá estão criando seus filhos e ajudando o nosso querido Brasil a crescer economicamente, politicamente e socialmente.

Esta minha visita ao mundo árabe e ao Líbano tem como principal objetivo não apenas o fator comercial, que citei no meu discurso e que é muito importante. Queira Deus que muitos dos empresários brasileiros aprendam com os empresários libaneses a arte de negociar, a arte de fazer negócios. Mas a viagem também tem o objetivo de recuperar a nossa relação política e cultural. Sou um político que não acredita que o ser humano possa ser tratado como se fosse uma coisa estática, uma coisa virtual. O ser humano é movido pelas relações humanas, é movido pela emoção, é movido pela sensibilidade do convencimento.

Estamos aqui para dizer para vocês: queremos, nesses próximos anos, fazer da relação Líbano-Brasil e Brasil-Líbano aquilo que poderia ter sido feito há quinze ou vinte anos. Fazer do Líbano e fazer de Beirute uma porta muito grande de entrada do comércio brasileiro para o mundo árabe. Em contrapartida, queremos oferecer ao mundo árabe, através do Líbano, o Brasil como porta de entrada para uma boa relação com o MERCOSUL e com a América do Sul.

Estamos vivendo um momento tão excepcional na História do comércio mundial que a nós, brasileiros e libaneses,

está reservado o destino e, sobretudo, o compromisso de decidirmos se vamos querer continuar fazendo as coisas como sempre fizemos, ou se vamos querer avançar, em poucos anos, mais do que avançamos nesses muitos anos das nossas relações.

O mundo rico, o mundo desenvolvido, quando se trata de negócios, age com muita dureza em defesa dos seus interesses. Por isso é que, na Organização Mundial do Comércio, temos tantas dificuldades para fazer com que os europeus e os americanos abram mão dos subsídios dos seus produtos, sobretudo os agrícolas, para que os países em desenvolvimento possam competir em igualdade de condições. Afinal de contas, o livre-comércio precisa ser uma via de duas mãos. O livre-comércio não pode ser apenas a possibilidade de nós comprarmos o que os ricos produzem, e não conseguirmos introduzir os nossos produtos nos seus mercados.

Por isso esta reunião, para mim, é histórica. Possivelmente, muita gente não tem a dimensão do significado da nossa viagem ao mundo árabe. Da mesma forma que, durante muitos e muitos anos, o Brasil esteve voltado para Europa e para Estados Unidos, muitas vezes também os países árabes estiveram olhando apenas para um lado do planeta. Está na hora de nós mudarmos a geografia comercial do mundo. Se sozinhos nenhum de nós pode competir com os países ricos, juntos teremos muita força para competir com igualdade e fazer com que os países ricos flexibilizem suas regras, para que possamos competir em igualdade de condições.

Mudar a geografia do comércio no mundo significa a América do Sul olhar para o mundo árabe, não apenas observando os conflitos que a imprensa ou a televisão dos nossos países mostram, mas vendo as possibilidades da

relação política, da relação cultural, da relação econômica, com empresas dos países árabes investindo na América do Sul e no Brasil, e empresas da América do Sul e do Brasil investindo no mundo árabe. Afinal de contas, o bom comerciante não é aquele que quer levar vantagem em tudo, não é aquele que apenas quer vender e não quer comprar; o bom comerciante é aquele que, depois do negócio, sai feliz, mas o seu interlocutor sai feliz também, porque fez um grande negócio.

É assim que nós precisamos enxergar o mundo do comércio. Não é um país sufocando o outro, não é um país vendendo apenas mais do que o outro. É preciso que haja uma relação equânime para que as duas ou mais nações possam sobreviver e melhorar a qualidade de vida do seu povo.

É com esse objetivo que estou aqui – para dizer aos companheiros empresários, políticos, homens, mulheres e crianças deste país: queremos dizer a vocês que não estamos aqui apenas com uma visão comercial e econômica, porque, antes de tudo, Brasil e Líbano são países irmãos. E libaneses e brasileiros podem dizer uma frase que vocês utilizam muito no Brasil: nós somos “primos” de verdade.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Plenário da Assembléia Nacional Libanesa, em Beirute, em 5 de dezembro de 2003

Senhor Nabih Berry, Presidente da Assembléia Nacional da República Libanesa; senhor Eduardo Duhalde, ex-Presidente da Argentina e Presidente da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL; Embaixador Celso Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores

do Brasil; Senhores Ministros de Estado do Líbano, aqui presentes; senhor Luiz Fernando Furlan, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil; senhor Ciro Gomes, Ministro de Estado da Integração Nacional do Brasil; senhor Walfrido dos Mares Guia, Ministro de Estado do Turismo do Brasil; General Jorge Félix, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; senhor Marconi Perillo, Governador do Estado de Goiás; senhor Lúcio Alcântara, Governador do Estado do Ceará; senhora Wilma Faria, Governadora do Estado do Rio Grande do Norte; Embaixador Marcus de Vicenzi, Embaixador do Brasil no Líbano; senhor Vitor Buaiz; Senador Ney Suassuna; Senador Ramez Tebet; Deputados e Deputadas da República Libanesa; Deputado Paulo Pimenta; Deputado Ricardo Izar; Deputado Nélson Trad; Deputado Simon Sessim; Deputado Devanir Ribeiro; Deputado João Hermann; senhor José Eduardo Dutra, Presidente da Petrobras, senhoras e senhores,

Agradeço sensibilizado o convite da Assembléia Nacional do Líbano para falar neste Plenário.

É para mim uma grande honra ser o primeiro Chefe de Estado brasileiro a dirigir-se aos membros desta Casa, onde são debatidos e decididos os destinos da Nação libanesa. Gostaria de saudar os senhores parlamentares desta Assembléia e, em particular, o Senhor Nabih Berry, seu Presidente.

Registro também a presença de parlamentares brasileiros, de origem libanesa, que me acompanham nesta visita. Todos os senhores são guardiões das relações brasileiro-libanesas e exemplos concretos

dessa grande comunidade.

Senhores parlamentares,

Como ex-deputado, sei da responsabilidade insubstituível do Legislativo na construção de uma nação. Ao Parlamento cabe canalizar a vontade coletiva e concretizar suas aspirações e sonhos.

Na vida parlamentar, nos realizamos como sociedades modernas e dinâmicas, capazes de superar as adversidades. É a exemplar lição que nos ofereceu esta Assembléia.

Cicatrizou feridas e transpôs divisões acumuladas ao longo de 15 anos de conflito, para guiar o país no caminho da reconciliação política e da estabilização econômica,

No Brasil, como aqui, aprendemos a importância de buscar respostas democraticamente, de insistir no diálogo, de rechaçar os apelos ao argumento da força.

Como no Líbano, enfrentamos o desafio de promover reformas difíceis, por vezes amargas, mas que nos colocam na rota do desenvolvimento sustentável e da plena cidadania.

Senhoras e Senhores,

Nossas nações estão ligadas por laços indissolúveis de sangue dos muitos brasileiros cujos ancestrais vieram destas terras.

São, hoje, entre 6 e 7 milhões de homens e mulheres descendentes dos imigrantes libaneses que começaram a chegar ao Brasil na segunda metade do século XIX.

Gente empreendedora, laboriosa e valente, que se lançou em busca de novos horizontes e realizações.

Os primeiros libaneses que chegaram ao Brasil trouxeram não apenas sua força de trabalho e vontade de vencer.

Trouxeram sua determinação em lutar por uma sociedade justa, onde todos tivessem o

direito de progredir por conta do próprio esforço.

Ao abandonarem a agricultura e se tornarem vendedores itinerantes, foram os grandes inventores do comércio popular, tão presente nas cidades brasileiras, grandes e pequenas.

Ao longo de todos esses anos, os libaneses ajudaram a moldar a nossa cultura, integrando-se em todos as esferas da sociedade brasileira, espalhando-se por todos os cantos do país.

Vemos o êxito desses desbravadores nos mais variados campos de atividade profissional. São políticos, professores, médicos, engenheiros, escritores, jornalistas, empresários, artistas.

Gente brasileira com sangue libanês ajudou a construir o Brasil.

Mas essa corrente de imigração alimenta e enriquece os dois países.

Milhares de cidadãos brasileiros hoje habitam o Vale do Bekaa, retribuindo a obra de seus antepassados no Brasil.

Senhoras e Senhores,

As relações entre nossos dois países devem ser uma via de duas mãos, que se inspire nos nossos laços de sangue e de história, mas que não se contente com gestos retóricos e afetivos.

O Brasil deseja criar uma parceria mais profunda e mutuamente proveitosa com o Líbano.

Esta é a mensagem de minha visita e também da viagem ao Brasil, em junho passado, do Presidente do Conselho de Ministros, Senhor Rafik Hariri.

Temos consciência de que nossas relações estão aquém de suas potencialidades.

Desejamos ampliar a coordenação política entre o Brasil e o Líbano, aumentar

o fluxo comercial e aprofundar a cooperação cultural, técnica e educacional.

Com essa finalidade, assinamos vários acordos em diversas áreas de cooperação – das consultas políticas ao combate às drogas e da cooperação técnica no campo do turismo.

Na área comercial, os contatos entre nossos empresários, iniciados de forma mais sistemática com o encontro que se está realizando em paralelo à minha visita, certamente abrirão novas e mais promissoras perspectivas.

Temos de utilizar plenamente o potencial que o Líbano representa como porta de entrada histórica para todo o Oriente Médio.

Devemos reforçar nossas ligações marítimas e aéreas, facilitando o trânsito de pessoas e de negócios.

Mas, tenho certeza, há ainda muito mais a ser feito.

Senhoras e Senhores,

Acompanhamos com grande interesse e preocupação os acontecimentos no Oriente Médio.

Desejamos ver prevalecer a paz e o entendimento no lar de nossos parentes e antepassados.

No Brasil, onde é pacífico e harmônico o convívio de todas as etnias e confissões, estamos convencidos de que a paz é possível. Mais ainda, ela é urgente.

Apoiamos, com confiança e expectativa, as iniciativas em curso para reaproximar os povos do Oriente Médio por meio do diálogo e do entendimento.

O Roteiro da Paz e a Iniciativa Árabe da Paz, assim como as negociações de Genebra, oferecem alternativas convergentes para o estabelecimento de um Estado palestino independente, democrático, seguro, coeso e

economicamente viável.

Ao mesmo tempo, garantem as condições para o Estado de Israel viver em paz e segurança dentro de suas fronteiras.

Repudiamos todas as formas de violência.

Rechaçamos a repressão nos territórios árabes ocupados.

Condenamos igualmente os atos desesperados de terrorismo, que alimentam o ciclo de violência.

A paz entre palestinos e israelenses é uma tarefa de toda a comunidade de nações.

Defendemos uma atuação ativa das Nações Unidas na região e a efetiva aplicação de suas resoluções, enquanto expressão da vontade coletiva internacional.

A ampla experiência e credibilidade das Nações Unidas são insubstituíveis também no caso do Iraque, no momento em que se busca o caminho da reconciliação e da reconstrução.

Queremos uma ordem internacional mais justa e estável.

Por isso defendemos uma reforma ampla das Nações Unidas, sobretudo do Conselho de Segurança.

Agradecemos, sensibilizados, o apoio que o Líbano tem dado à possibilidade de que o Brasil venha a integrar o Conselho de forma permanente.

Estejam seguros os libaneses de que o Brasil sempre defenderá, no Conselho, os princípios da solução pacífica de conflitos, do multilateralismo e da autodeterminação dos povos, com respeito ao direito do pleno exercício de sua soberania nos territórios que lhes pertencem, segundo o direito internacional.

O Brasil crê num Líbano forte e altivo como o cedro que o simboliza.

Confiamos em que a experiência do

Líbano na conquista da paz duradoura servirá de inspiração para que a comunidade internacional continue esses esforços.

A partir de 2004, quando retorna ao Conselho de Segurança como membro não-permanente, o Brasil continuará se empenhando, com redobrada determinação, por esses objetivos.

O Líbano pode contar com o Brasil como um aliado na defesa de seus legítimos interesses nacionais e da estabilidade e do desenvolvimento no Oriente Médio.

Senhoras e senhores,

O Brasil é um país de vocação global e, por isso, deseja estreitar suas relações com as diferentes regiões do mundo, especialmente aquelas a que estamos unidos por uma herança comum.

Somos, também, um país empenhado em políticas de desenvolvimento e de integração, sobretudo entre os países do Sul.

Ao promovermos novas parcerias entre países em desenvolvimento, estamos buscando redesenhar a geografia comercial do mundo.

Não para deixarmos em segundo plano as relações com nossos sócios tradicionais da parte desenvolvida do planeta, mas para imprimirmos uma nova dinâmica, que permita buscar relações mais equilibradas.

Como tenho dito inúmeras vezes, não devemos abandonar nossas reivindicações em relação às práticas protecionistas dos países desenvolvidos.

Mas tampouco podemos ficar eternamente à espera de favores ou concessões.

Temos de juntar forças para aumentar as correntes de comércio e investimentos entre nós e para dialogar de igual para igual com os países do Norte.

Por isso tenho incessantemente procurado

estreitar os laços do Brasil com outros países em desenvolvimento, a começar pela América do Sul.

Há pouco mais de um mês, estive também na África.

Agora realizo esta viagem a cinco países árabes, que não hesito em qualificar de histórica, não só pelo ineditismo, mas pelas perspectivas de cooperação que já começo a antever.

No próximo mês de janeiro irei à Índia, e alguns meses depois pretendo visitar a China.

Ainda este mês, estarei recebendo representantes do chamado Grupo dos 20, que se formou em Cancún e que estarão em Brasília para dialogar com a União Européia sobre a retomada das negociações na OMC.

Tudo isso se insere no esforço de alterar em nosso favor a lógica das relações econômicas e comerciais.

Nos seminários empresariais de que tenho participado, aqui e em outros países, convidei os homens de negócios brasileiros e árabes a se engajarem com entusiasmo na integração econômica e comercial de nossas regiões.

Os laços históricos e a vocação universalista brasileira levaram-me, este ano, a visitar boa parte da América Latina, assim como a Europa e a África.

Agora trazem-me a esta região.

Queremos intensificar os vínculos e relançar o diálogo com o mundo árabe, não só para melhorar nosso comércio e fluxo de investimentos, mas também – e sobretudo – para que possamos juntar nossas forças na esfera internacional.

Por essa razão, propus a realização da Cúpula América do Sul - Países Árabes, no Brasil, em 2004.

Sou grato pelo apoio e receptividade que encontrei por parte das autoridades libanesas

para com essa iniciativa.

Senhoras e senhores,

Queremos que o Líbano seja nosso parceiro privilegiado nessa empreitada, nessa nova aventura – iniciada no passado por nossos patrícios – de encurtar distâncias e ligar povos.

A comunidade libanesa em nosso país – assim como a mais recente imigração brasileira para o Líbano – é testemunho eloquente do espírito de cooperação e solidariedade que sempre marcou nossas relações.

Minha vinda ao Líbano é uma celebração do orgulho e da confiança no muito que ainda vamos realizar juntos.

Minha presença, aqui, neste nobre recinto, é oportunidade para renovar o convite para continuarmos a alargar e fortalecer essa ponte de amizade e de cooperação que liga não apenas o Brasil ao Líbano, mas também povos e culturas.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Seminário Empresarial Brasil-Egito, no Cairo, em 8 de dezembro de 2003

Senhor Ali Al-Saidi, Ministro da Indústria da República Árabe do Egito; Presidente Eduardo Duhalde; Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores; senhor Luiz Fernando Furlan, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; senhores ministros de Estado, governadores de Estado, senadores e deputados; membros da comitiva que me acompanha na visita ao Egito; senhor Gamal Al Nasser, Presidente da Associação de Empresários Egípcios; Embaixadora do Egito no Brasil, Shadia Farak; senhores empresários, senhoras e senhores,

É grande minha satisfação em participar do encerramento deste Encontro Empresarial Brasil-Egito.

Espero que esses dias de trabalho no Cairo abram perspectivas concretas de negócios. O comércio e os investimentos podem ser poderosos veículos para aproximar nossas economias e melhorar as condições de vida de nossos povos.

Brasil e Egito são países de projeção regional e global. Temos muitos interesses comuns.

Nossas ações de Governo devem criar condições para inaugurar novos ciclos de desenvolvimento econômico, que eliminem as desigualdades sociais.

Existe um potencial de complementaridade entre nossos países a ser explorado. É de nosso mútuo interesse estratégico aproveitar plenamente este potencial. Precisamos identificar parcerias e oportunidades fora dos círculos tradicionais de poder no mundo. Não queremos deixar de lado nossas relações com o mundo desenvolvido. Devemos aprofundá-las.

Mas isso não nos impede de estabelecer laços econômicos e comerciais mais fortes com os países em desenvolvimento. Esse novo movimento exige vontade política para mudarmos padrões a que nos aferramos por muito tempo.

Minha viagem ao Oriente Médio expressa essa vontade política. Venho acompanhado de expressivo grupo de empresários brasileiros, cuja presença na comitiva muito agradeço.

Análises econômicas indicam claramente haver espaço para sensível melhoria do intercâmbio comercial entre o Brasil e o Egito.

Junto aos produtos que tradicionalmente

constituem objeto de intercâmbio, como o açúcar e o minério de ferro brasileiro, o algodão e os tapetes egípcios, vemos somarem-se, nos últimos tempos, outros setores em nossas trocas bilaterais. São exemplos os campos da agricultura e da irrigação, da fabricação de medicamentos e da aviação civil e militar.

Outros produtos estão sendo progressivamente identificados, como parte do esforço, inclusive, desta missão empresarial.

A realização da reunião da Comissão Mista bilateral, em 2004, deverá ampliar o leque de possibilidades.

Este evento permitirá o exame mais detido da variada gama de oportunidades existentes no mercado brasileiro para os exportadores egípcios.

Mas o comércio tem de ser uma via de duas mãos. O Brasil encontra-se aberto e pronto para acolher visitas de delegações comerciais do Egito, que encontrarão, em nosso país e nos demais membros do MERCOSUL, boas oportunidades para seus negócios e investimentos.

Temos fortes elos a nos unir. Basta recordar o contingente de dezenas de milhares de brasileiros de origem árabe que atuam nas mais diversas cadeias produtivas.

No agronegócio são grandes as possibilidades de cooperação ao longo de toda a cadeia produtiva: da plantação à comercialização de café, milho, soja, trigo ou produtos de criação animal.

A assinatura de instrumento de cooperação entre o Instituto Brasileiro de Frutas (IBRAF) e a HELA (Associação para o Aperfeiçoamento da Exportação Hortifrutícola) prevê treinamento de agrônomos e transferência de tecnologias entre nossos países.

Há aí ampla margem para o aproveitamento de vantagens comparativas brasileiro-egípcias, seja nos mercados internos, seja em terceiros países e regiões, como na Europa e na Ásia.

A abertura a terceiros mercados é um fator capaz de beneficiar todos os interessados em investir no Brasil e no MERCOSUL. A proximidade de outros mercados sul-americanos e as facilidades proporcionadas pela união aduaneira do MERCOSUL constituem estímulos aos investimentos em projetos de interesse comum.

Dou destaque à presença, em minha delegação, do ex-Presidente da Argentina, Eduardo Duhalde, hoje à frente da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL.

Senhores empresários,

Há avanços nas negociações para lograr uma maior liberalização comercial em toda a região. Negociações com a Índia e com África do Sul aproximarão o MERCOSUL ainda mais de outros importantes mercados.

Estou seguro de que a Cúpula de Países da América do Sul e do Mundo Árabe, que pretendemos realizar em 2004, no Brasil, oferecerá oportunidade única para promovermos uma genuína aproximação entre nossas regiões.

Queremos os empresários dessas duas regiões firmemente engajados nessa empreitada. Serão eles, juntamente com nossos governos e a sociedade, que darão vida aos projetos de aproximação que certamente nascerão naquele evento.

Senhoras e senhores,

O Egito é hoje um importante parceiro comercial do Brasil no Oriente Médio. O comércio já atinge cerca de 500 milhões de dólares e tem potencial para aumentar ainda

mais. É o país com o qual o Brasil tem registrado o seu maior superávit na região.

Reitero nosso desejo de identificar formas de aumentar as vendas de produtos egípcios no Brasil.

Mas existem outras áreas em que o intercâmbio pode prosperar, como o turismo, em que o potencial, de lado a lado, é enorme.

Temos de fazer um esforço concentrado para alargar a base tradicional do comércio Brasil-Egito. Precisamos acrescentar à pauta outros produtos, de forma a dar abrangência e densidade às relações dos dois países.

A criação do Conselho Empresarial Brasil-Egito servirá de instrumento para que encontremos os modos de impulsionar nosso relacionamento econômico. Com esse horizonte, empresários de ambos os países poderão criar parcerias proveitosas.

O Governo brasileiro está empenhado em colaborar nessa construção. A própria realização deste encontro evidencia as perspectivas promissoras desta nossa aproximação.

Antes de terminar, não posso deixar de dar uma palavra sobre o sentido desta minha viagem a cinco países árabes. Para além do significado político e afetivo deste reencontro, queremos contribuir para uma mudança efetiva nos padrões de relacionamento econômico-comercial que prevalecem até hoje.

Brasil e Egito têm cooperado em vários organismos internacionais e são duas lideranças importantes no recém-formado G-20, o qual influencia e continuará a influenciar, de maneira positiva, as negociações comerciais da OMC, especialmente no combate aos subsídios agrícolas.

Mas temos de trabalhar juntos com o objetivo de aumentar os fluxos de comércio

e investimentos entre os países do Sul, de forma a criar uma nova geografia econômico-comercial no mundo. Uma geografia que não despreze as relações com o mundo desenvolvido, mas que crie um equilíbrio justo de forças, interesses e benefícios para todos.

Estou certo de que contarei com o entusiasmo dos homens e mulheres de empresas do Egito e do Brasil para essa reconstrução.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita à sede da Liga dos Estados Árabes, no Cairo, em 9 de dezembro de 2003

Senhoras e senhores,

É com imensa satisfação que visito a Liga dos Estados Árabes, uma das mais importantes organizações multilaterais do mundo.

É uma honra fazer este pronunciamento como primeiro Chefe de Estado brasileiro a visitar esta nobre instituição.

Países árabes e Brasil têm profundos vínculos históricos e culturais. São laços de que nos orgulhamos. Eles explicam a cordialidade e o respeito com que nos relacionamos.

O rico patrimônio da civilização árabe-islâmica esteve presente nos primórdios do Brasil, por sua forte influência sobre a península ibérica, de onde vieram os colonizadores portugueses.

Mais tarde, milhares de imigrantes árabes desembarcaram em terras brasileiras buscando nova vida.

Os mais de 10 milhões de brasileiros descendentes desses imigrantes que hoje vivem em meu país mantiveram elos com

sua civilização materna.

Esses homens e mulheres deram decisiva contribuição à formação da identidade brasileira, bem como ao desenvolvimento econômico e social do País e ao enriquecimento de sua cultura.

Prezados amigos,

Tenho buscado ativamente ampliar o relacionamento internacional do Brasil.

Queremos forjar novas parcerias com regiões e países que, até pouco tempo, eram para nós apenas uma referência retórica ou afetiva.

O Brasil precisa criar e reforçar parcerias concretas – nos campos econômico, social, cultural e político – com os países do Sul.

Nestes primeiros 11 meses de meu Governo, nos reaproximamos da América do Sul, onde me reuni, às vezes por mais de uma vez, com todos Chefes de Governo da região.

Queremos consolidar a integração em nosso continente.

Dei os primeiros passos para relançar as relações com a África, com a qual o Brasil possui laços culturais e étnicos profundos.

Visitei, em novembro, vários países do Continente. Transmiti aos irmãos africanos em Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, África do Sul e Namíbia o compromisso brasileiro de construir sólidas parcerias, que se traduzam em contribuição efetiva aos esforços pela paz, pelo desenvolvimento e pela justiça social.

Venho aqui aprofundar nosso relacionamento com o mundo árabe. Apesar da simpatia e da afinidade naturais entre nossos povos, faltou a vontade política necessária para a construção de uma genuína parceria.

Necessitamos intensificar os contatos políticos de alto nível.

Em junho passado enviei, inicialmente,

à região, o meu Ministro das Relações Exteriores.

Pela primeira vez, um ministro do exterior latino-americano esteve na sede da Liga Árabe.

Agora, venho pessoalmente transmitir nosso genuíno interesse em ter, com os países árabes, um relacionamento mais forte.

Estamos convencidos do grande potencial para a expansão do comércio, dos investimentos e da cooperação em vários domínios.

Há boas possibilidades de complementaridade econômica entre esta região e o MERCOSUL, integrado pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Há boas possibilidades também de intercâmbio com toda a América do Sul.

É possível aumentar expressivamente nosso comércio, os fluxos de turismo, o intercâmbio cultural e os investimentos.

A compra de produtos brasileiros representa atualmente cerca de 1,5% do total de importações do mundo árabe.

Queremos, também, lançar esquemas de cooperação científico-tecnológica e cultural. A cultura, que já nos une, pode aproximar-nos ainda mais.

Existem valores e objetivos comuns que compartilhamos.

Desejamos que o Oriente Médio possa encontrar seu caminho para o estabelecimento definitivo da paz e para a prosperidade na região.

Queremos o fortalecimento das instituições multilaterais, especialmente as Nações Unidas.

A ONU deve ter papel central, sobretudo, no que se refere à reorganização e reconstrução do Iraque, mas também na questão da Palestina.

A ampliação do Conselho de Segurança é necessária para que este órgão possa representar, de modo mais expressivo, as posições dos países em desenvolvimento.

O Brasil apoia todas as iniciativas apresentadas no Conselho, bem como na Assembléia Geral das Nações Unidas e em outras instâncias multilaterais, para lograr a paz com justiça no Oriente Médio.

Apoiamos o Roteiro da Paz e a Iniciativa Árabe.

Ainda ontem recebi aqui, no Cairo, o Ministro das Relações Exteriores da Palestina que me trouxe uma mensagem do Presidente Arafat.

Reiterei-lhe nossa disposição de ajudar, em tudo o que estiver em nosso alcance, para que se logre uma paz justa entre Israel e Palestina, que conduza rapidamente a um Estado palestino no exercício pleno de sua soberania.

Posso assegurar-lhes que, em 2004, com um novo mandato no Conselho de Segurança da ONU, o Brasil continuará apoiando ainda com mais vigor essas causas, da mesma forma que nos empenhamos, na medida de nossas possibilidades, na busca de soluções pacíficas e diplomáticas para a crise iraquiana.

O direito de um povo exercer soberania sobre seu território é inalienável.

É este o princípio que nos tem guiado nas questões ligadas aos territórios árabes ocupados.

Por isso, o Brasil votou, nas Nações Unidas, em favor da resolução que exige a devolução à Síria das Colinas de Golã.

Não devemos nunca esquecer que o Brasil e as nações árabes vivenciaram – em momentos históricos distintos – a dominação colonial e travaram lutas por suas

independências.

Damos especial valor aos princípios da soberania e da autodeterminação dos povos, pilares da paz, da justiça e do progresso.

Senhoras e senhores,

Temos em comum a busca de soluções multilaterais, que são, por sua própria natureza, mais duradouras e eficazes.

A coordenação de posições em foros multilaterais e a maior aproximação entre países de diferentes regiões que partilham visões semelhantes ajudam a criar um saudável ambiente multipolar no cenário internacional.

É com isso em mente que tenho procurado alargar nossos contatos internacionais e visitado líderes de outros países.

O caminho da paz passa pelo diálogo e pela concertação. Passa, também, pela eliminação da miséria e da fome, que são caldo de cultura para a violência e o terrorismo.

Meu Governo está comprometido com um vigoroso programa de inclusão social, a partir do qual queremos reestruturar nossa economia.

A distribuição de renda, necessária para pôr fim às profundas desigualdades que atravessam nossa sociedade, não vem apenas com o crescimento econômico. Requer ações decididas do Governo e da sociedade.

Meus amigos,

Quero fazer alguns comentários sobre nosso trabalho nesse terreno, pois sei da presença, aqui, de ministros da área social dos países membros da Liga.

Em meu discurso na ONU, este ano, afirmei que não se pode pedir aos famintos que esperem os resultados de políticas de longo prazo.

Por essa razão, o alvo inicial do meu

Governo foi a criação do Programa Fome Zero.

Logrado um indispensável equilíbrio macroeconômico, o Brasil entra em fase de crescimento. Ao mesmo tempo, estamos executando ações para semear oportunidades de trabalho e renda que fortaleçam a segurança alimentar das comunidades mais pobres.

Entre essas medidas incluem-se:

- aquisição de alimentos dos pequenos produtores e apoio técnico à agricultura familiar;

- atendimento emergencial para acampados sem-terra, indígenas e outros grupos vulneráveis;

- políticas para atenuar os efeitos da seca em áreas afetadas pela desertificação, como a construção de cisternas;

- aquisição e distribuição de leite e ampliação dos recursos para merenda escolar;

- formação de Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local;

- implantação de restaurantes populares, cozinhas e hortas comunitárias; e

- construção de bancos de alimentos e apoio a programas locais de segurança alimentar.

Unificamos os programas de transferência de renda, criando o “Bolsa Família”, que atingirá 3,6 milhões de núcleos familiares até o fim de 2003.

Em 2006, mais de 11 milhões de famílias muito pobres serão incorporadas ao programa unificado, o que corresponderá a quase 50 milhões de pessoas.

Esses programas sociais expandem benefícios, mas também aumentam os compromissos e as responsabilidades das famílias atendidas.

A ênfase na participação comunitária é crucial para o sucesso dessa estratégia.

Não queremos trocar um Brasil excluído por outro socialmente dependente.

Os extremos frágeis de nossa sociedade merecem, também, atenção: as crianças e os idosos, as minorias étnicas e as culturais.

Desenvolvemos ações voltadas para a proteção direta da infância e da adolescência.

A Programa de Erradicação do Trabalho Infantil vai atender a 810 mil crianças e adolescentes. A meta para o ano que vem é praticamente dobrar esses números.

Estamos investindo na ampliação dos programas Saúde da Família e de Agentes Comunitários de Saúde.

Meus amigos,

O princípio que nos move é o de que a miséria e a fome constituem um problema essencialmente político. O planeta dispõe de alimentos suficientes para assegurar 2.900 quilo/calorias/dia para cada um de seus habitantes, 900 gramas acima do recomendado para uma nutrição sadia. No entanto, mais de 800 milhões de seres humanos passam fome.

É necessário agir em duas frentes: assegurar um piso aos excluídos e engajar amplos setores num projeto de desenvolvimento com base na justiça social.

Para isso, estamos ampliando o acesso ao microcrédito, fortalecendo a agricultura familiar, implementando uma reforma agrária de qualidade, erradicando o analfabetismo, criando um programa de primeiro emprego para jovens de 16 a 24 anos e investindo em habitação popular e saneamento básico.

Temos avançado bastante e vamos avançar muito mais.

Vejo, na área social, grandes possibilidades de troca de experiências e cooperação entre

o Brasil e os Países Árabes.

Senhoras e senhores,

O Brasil com o MERCOSUL e o Mundo Árabe possuem enormes mercados, com populações de, respectivamente, 210 milhões e 200 milhões de habitantes.

É preciso vontade política para avançar e ampliar nossa aproximação, nosso diálogo.

A admissão do Brasil como observador na Liga Árabe – que recebemos com tanto orgulho – é sinal de que isso começa a ser feito. Constitui passo significativo para que o Brasil acompanhe regularmente as posições do Mundo Árabe sobre os mais importantes temas da agenda internacional.

Tenho a esperança de que a Cúpula entre líderes da América do Sul e de Países Árabes, a ser realizada no Brasil, em 2004, será marco definitivo no estreitamento das relações entre o Mundo Árabe e as nações sul-americanas.

Queremos que a iniciativa crie uma nova moldura para a cooperação e o diálogo entre nossas regiões.

Agradeço aqui, Senhor Secretário-Geral, o apoio estendido pela Liga a essa iniciativa pioneira de reunir, no mais alto nível, as lideranças políticas das duas regiões.

É com satisfação que soube da intenção da Liga de reabrir sua representação em Brasília.

É com satisfação também que receberemos, no próximo ano, o Secretário-Geral Amre Moussa em nosso país.

Tenho a certeza de que o encontro auspicioso de hoje aponta para um novo capítulo na evolução das relações árabe-brasileiras.

Agradeço a todos os presentes, em nome do povo de meu país, esta oportunidade única de trazer a todos os senhores a mensagem

brasileira de paz duradoura e de fé inquestionável na construção de um futuro de prosperidade para nossos povos e para o mundo em que vivemos.

Muito obrigado

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de encerramento de encontro empresarial na Líbia, em 10 de dezembro de 2003

Meu caro amigo Eduardo Duhalde, ex-Presidente da Argentina e Presidente da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL; demais Ministros líbios; Ministros brasileiros; Governadores de Estado do Brasil; Deputados federais; Deputados estaduais; Senadores do Brasil; companheiros diplomatas dos dois países, empresários aqui presentes,

É, para mim, um grande prazer participar do encerramento deste encontro de negócios.

O seminário dá continuidade ao esforço que iniciamos em julho último, com o envio da primeira missão empresarial brasileira à Líbia em mais de uma década.

Estou certo de que esse encontro já representa um importante passo no aprofundamento das relações econômicas e comerciais entre a Líbia e o Brasil.

O grande número de empresários brasileiros que me acompanham nesta visita é símbolo do interesse que os negócios com a Líbia despertam em meu país. Os empresários também percebem o genuíno interesse do meu Governo de intensificar os laços com a Líbia nesta nova fase de plena integração deste país na economia mundial.

Os nossos países compartilham a herança cultural africana e árabe. Enfrentamos o desafio do desenvolvimento e de uma ordem internacional com muito desequilíbrio.

Partilhamos o desejo de participar de um comércio internacional mais justo. Um comércio que não seja distorcido pelo arsenal de medidas protecionistas adotadas por muitos de nossos parceiros no mundo desenvolvido.

Tenho afirmado a importância de os países em desenvolvimento adotarem estreita coordenação nas negociações internacionais. Foi o que o Brasil procurou fazer na reunião de Cancún, por meio do G-20, que hoje se afirma como um interlocutor indispensável nas negociações comerciais.

Senhoras e senhores,

Não temos tempo a perder. O comércio entre o Brasil e a Líbia encontra-se em um patamar muito inferior ao seu potencial. A recente recuperação econômica de nossas economias e o fim das sanções econômicas internacionais, que afetaram o comércio exterior líbio, criam as condições para que os fluxos de comércio e de investimentos bilaterais voltem a crescer, superando os níveis que alcançamos no passado.

É desejo do meu Governo desenvolver, com a Líbia, um relacionamento amplo, produtivo e equilibrado. Desejamos vender nossos bens e serviços. Estamos dispostos, também, a contribuir para o aumento do acesso dos produtos líbios ao mercado brasileiro.

É do nosso interesse que os fluxos de comércio e de investimentos se intensifiquem nos dois sentidos, criando vínculos duradouros entre nossos países.

O potencial de nosso relacionamento não se limita às nossas economias domésticas. A Líbia pode ser excelente porta de entrada para o acesso de produtos brasileiros aos mercados do norte da África, da mesma forma que o Brasil pode ser a porta de

entrada para os produtos líbios no MERCOSUL e na América Latina.

Na América do Sul, engajamo-nos num ambicioso empreendimento, a construção de um espaço econômico e comercial integrado. O Brasil está implementando, com seus vizinhos, um programa de obras de infraestrutura física que acelerará a conformação de uma zona de livre-comércio no continente sul americano e que oferecerá interessantes oportunidades de investimento.

Para avançarmos, precisamos aumentar o conhecimento mútuo. Nós, brasileiros, apesar da nossa herança árabe, ainda temos muito a aprender sobre a cultura local, suas práticas e convenções. O empresário brasileiro que quiser fazer negócios neste país enfrentará a concorrência de empresas estrangeiras, sobretudo européias, que atuam neste mercado há muito tempo.

Por isso, será preciso muita persistência, mas estou certo de que o esforço valerá a pena. Teremos de construir nosso relacionamento sobre a base da afinidade entre os nossos povos e do respeito mútuo. A área da construção civil, em que já há contratos assinados ou em fase de negociação, representa apenas uma, entre tantas outras, com grande potencial de desenvolvimento, desde a agricultura e a pecuária até a comercialização de máquinas e

equipamentos e até mesmo aeronaves.

Senhoras e senhores,

O comércio e os investimentos são formas efetivas de integração entre os países, mas a globalização, sozinha, não é capaz de trazer prosperidade econômica de forma equilibrada, com inclusão social e com geração de empregos.

A lógica econômica da globalização precisa ser complementada com a lógica social, capaz de distribuir renda e eliminar a pobreza. A relação entre o Brasil e a Líbia deve contribuir para aproximar não apenas os povos líbio e brasileiro, mas também os da América do Sul e do mundo Árabe.

Por isso, tomamos a iniciativa de realizar, em 2004, no Brasil, uma Cúpula de Países Sul-americanos e Árabes. Essa será uma grande oportunidade para aproximarmos as duas regiões, reforçar nossos esquemas de cooperação, melhorar nosso diálogo e criar novas e melhores oportunidades para nosso relacionamento econômico.

Queremos que os empresários dos dois países participem ativamente de eventos ligados à Cúpula. Esperamos que os contatos mantidos no seminário possam florescer e criar novas oportunidades de negócios em benefício de ambos os países.

Muito obrigado.

Cooperação Sul-Sul

Discurso do Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira por ocasião da sessão de abertura da Conferência de Alto Nível do G-77 sobre Cooperação Sul-Sul, em Marraqueche, em 9 de dezembro de 2003

Senhor Presidente,

Primeiramente, desejo congratulá-lo por sua designação para presidir esta Conferência de Alto Nível, bem como os demais membros do Comitê Organizador que, junto com nossos anfitriões, vêm nos proporcionando recepção calorosa e uma organização perfeita do evento. A delegação do Brasil está altamente motivada para contribuir, no que for necessário, para o alcance dos objetivos desta Conferência, inclusive o de estabelecer um programa de trabalho que amplie a cooperação entre os Estados-membros do G-77, visando seu desenvolvimento social e econômico.

Este evento constitui uma oportunidade singular para a troca de idéias com representantes dos países-membros do G-77 e para avançarmos na proposição de ações concretas que promovam, de forma efetiva, a cooperação implementada sob a coordenação deste fórum. Faço votos para que este evento seja instrumento de aproximação das instituições brasileiras também com países de outras regiões, com os quais possamos igualmente estreitar os laços da cooperação Sul-Sul.

Sinto-me gratificado por representar meu

país neste importante encontro, que ocorre no momento em que se comemora o 25º ano da adoção do Plano de Ação de Buenos Aires, e por poder apresentar minha visão pessoal e a experiência brasileira sobre a cooperação técnica entre países em desenvolvimento. Como diplomata de carreira, em serviço a meu país por aproximadamente quatro décadas, entendo a cooperação técnica internacional como uma opção estratégica de parceria, e estou seguro de que ela representa um instrumento capaz de produzir impactos positivos sobre populações, alterar e elevar níveis de vida, modificar realidades, promover o desenvolvimento sustentável, sempre inspirado pelo espírito de solidariedade internacional, o que confere um expressivo componente humano a minhas funções.

Senhor Presidente,

Como todos sabemos, o sistema tradicional de cooperação internacional que pautou as relações Norte-Sul na última metade do século XX esgotou a maior parte de seus paradigmas e, devido à sua rigidez filosófica, ideológica e mesmo operacional, não soube atualizar-se de maneira a atender às novas realidades nacionais, regionais e

globais. A decadência do modelo anterior, que se reflete de forma dramática na diminuição dos recursos alocados pelos doadores tradicionais, se, por um lado, não coincidiu com o surgimento de outro modelo, por outro, provoca um debate estimulante sobre o futuro da cooperação internacional.

O crescimento econômico dos países em desenvolvimento e o fortalecimento de suas capacidades internas nesse período acarretaram profundo impacto sobre a cooperação técnica, com a revisão de sua conceitualização e dos mecanismos de implementação dos projetos. Novas abordagens foram concebidas e implantadas, visando ao aperfeiçoamento da cooperação, bem como novas modalidades conquistaram seu espaço, como foi o caso da cooperação Sul-Sul. Diversos países em desenvolvimento contam hoje com economias diversificadas e grande capacidade de produção, inclusive do setor privado.

Penso que no século XXI a cooperação horizontal deverá crescer e tornar-se um dos principais temas da agenda diplomática bilateral dos países em desenvolvimento, tendência que já começou a ser percebida nos últimos anos da década de noventa. A partir de então, diversos países em desenvolvimento passaram a ocupar uma posição de proeminência no que diz respeito à capacidade de transferir conhecimentos e experiências, inclusive novas técnicas produtivas, bem como a ampliação criativa de tecnologias responsáveis pelo aumento da produtividade e competitividade de suas economias. Nesse contexto, o Brasil passou a ser crescentemente solicitado a transferir sua experiência em áreas específicas, nas quais instituições de excelência nacionais

apresentavam reconhecido sucesso.

O Governo brasileiro ampliou consideravelmente, nos últimos anos, as ações de cooperação técnica com outros países em desenvolvimento, em especial com os países africanos de língua portuguesa e com os países da América do Sul, América Central e Caribe. Mais recentemente, solicitado pelas suas lideranças a contribuir para a construção de uma nação livre e autônoma em Timor Leste, o Brasil também assumiu o firme compromisso de contribuir com a transferência de conhecimentos que efetivamente apoiassem sua independência.

O Brasil possui um importante acervo de conhecimentos técnicos e soluções que podem ser aplicados de imediato em países com problemas semelhantes. A estratégia maior de cooperação técnica prestada pelo Brasil, que não é assistencialista, não tem fins lucrativos e não é atada (*tied-aid*), está centrada no fortalecimento institucional de nossos parceiros, condição fundamental para que a transferência e a absorção dos conhecimentos sejam rápidas e efetivas.

Não sendo ainda doador líquido de recursos no âmbito da cooperação internacional e de ajuda ao desenvolvimento, o Brasil tem prestado intensa cooperação sob a forma de horas técnicas, envio de técnicos e consultores, promoção de cursos para elaboração, análise e formatação de projetos de cooperação técnica e pequenas doações de equipamentos exclusivamente no âmbito de projetos.

Senhor Presidente,

No Brasil, foi criada a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), com a atribuição de coordenar e operar os programas e projetos de cooperação para o desenvolvimento. Esta prerrogativa abrange a cooperação técnica

recebida pelo Brasil, pelos canais multilateral e bilateral, e a cooperação técnica com outros países em desenvolvimento, ou a cooperação técnica Sul-Sul. A estrutura organizacional da ABC traduz, portanto, as linhas da atuação brasileira e sintetiza as principais vertentes da cooperação técnica do País.

A orientação que a Agência Brasileira de Cooperação imprime às suas ações pauta-se pelo princípio de que a essência do espírito da cooperação técnica é buscar acelerar o desenvolvimento sócio-econômico dos parceiros, compartilhando experiências bem sucedidas e técnicas disponíveis.

Entre as políticas e diretrizes que norteiam a cooperação Sul-Sul brasileira destacam-se as de canalizar esforços para projetos de maior impacto, que promovam mudanças duradouras e propiciem maior efeito multiplicador, e de conceder prioridade a projetos que constituam iniciativas auto-sustentáveis.

Os laços culturais, históricos e políticos que unem o Brasil aos países com os quais há uma maior densidade de iniciativas no âmbito da cooperação técnica – da América Latina e Caribe e países de língua portuguesa, seja na África, seja na Ásia – facilitam a transferência de conhecimentos e experiências. Além dessa vertente bilateral, a cooperação horizontal brasileira faz uso, também, do canal multilateral, por meio do qual são implementados projetos conjuntos com organismos internacionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Fundo de Populações das Nações Unidas (FNUAP) e a Organização para Alimentos e Agricultura (FAO).

O relato das iniciativas implementadas

pelo Brasil no âmbito da cooperação técnica Sul-Sul ilustra, como poderá ser aferido a seguir, o considerável avanço obtido desde o Encontro do G-77 em Havana, segundo as linhas de ação preconizadas no seu Plano de Ação.

Assim, dentre as experiências brasileiras repassadas a países parceiros de nossa cooperação Sul-Sul ressalto as seguintes:

Na Área de Ensino Profissionalizante:

Em colaboração com a Agência Brasileira de Cooperação, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) vem participando da implementação de Centros de Formação Profissional em países em desenvolvimento. Como se sabe, o sistema de ensino profissionalizante brasileiro foi criado em 1942, inicialmente com o objetivo de formar mão-de-obra especializada para dar suporte ao processo de industrialização do País. Hoje, o SENAI forma profissionais para os mais diversos segmentos industriais, em 726 unidades que incluem Centros de Treinamento, Centros de Educação Profissional, Centros de Tecnologia e Unidades Móveis, que recebem todo ano 2,8 milhões de matrículas. O SENAI já formou mais de 30 milhões de alunos desde sua criação, por meio de cerca de 1.800 cursos ofertados.

O “Centro de Formação Profissional Brasil-Angola” foi estruturado no Cazenga, região metropolitana de Luanda, com o objetivo de apoiar o esforço de reconstrução do país, vitimado por um longo período de guerra civil. As áreas de formação inicialmente oferecidas pelo Centro, inaugurado em fins de 1999, foram: construção civil (alvenaria, carpintaria, instalações hidráulicas), costura industrial e eletricidade predial, e mecânica diesel. Posteriormente, outros cursos foram

incluídos nos programas de formação, como informática, panificação e artesanato, todos adaptados à realidade de Angola, de forma a refletirem as condições locais. O Centro tem capacidade para formar cerca de 1.500 alunos por ano, em cursos cuja duração é de cerca de 3 meses cada. Atualmente, o Brasil vem apoiando a fase de pós-projeto, até que o lado angolano assuma a gestão do Centro.

Este Centro obteve grande êxito no alcance de seus objetivos. O sucesso dessa iniciativa motivou a implantação de projetos semelhantes em Timor Leste, em Guiné-Bissau, em Cabo Verde e no Paraguai. As áreas de formação de cada um traduzem as prioridades locais, definidas de acordo com a realidade de cada país parceiro.

Na Área de Ensino Fundamental:

O Brasil tem disponibilizado para diversos países interessados sua experiência na estruturação dos Programas Bolsa-Escola e Alfabetização Solidária. O primeiro foi responsável por uma significativa redução da evasão escolar no ensino fundamental, nos municípios brasileiros pioneiros na sua adoção. Tem como filosofia a participação das crianças na formação da renda familiar, evitando o trabalho infantil. No Brasil, o Programa concede até R\$ 45,00 por família (cerca de US\$15), para que as crianças sejam mantidas na escola, condicionando este apoio a uma freqüência mínima. As iniciativas apoiadas pelo Programa Alfabetização Solidária buscam transferir a experiência brasileira na estruturação de programas desse tipo, visando a alfabetização de jovens e adultos.

Diversos países recebem a cooperação brasileira nesse campo, dentre eles, São Tomé e Príncipe e Moçambique. Este último está engajado nesses esforços por meio do

seu Programa Piloto Nacional de Alfabetização e da estruturação da Política Nacional de Educação de Jovens e Adultos. Em 2002, foram implantadas mais 200 turmas de alfabetização, além das 40 implantadas em 2001, por meio da capacitação dos alfabetizadores moçambicanos na metodologia do programa. O Brasil também fornece apoio institucional ao Ministério da Educação de Moçambique nos temas de gestão, captação de recursos e recolhimento e sistematização de dados e de avaliação. O projeto Bolsa-Escola em Moçambique prevê a concessão de 100 bolsas de US\$ 20 para famílias de Moçambique que mantiverem seus filhos na escola.

Em Timor Leste, a ABC apoia, desde 2002, o processo de reintrodução da língua portuguesa e o combate ao analfabetismo. Importantes projetos nas áreas de educação à distância e de alfabetização comunitária encontram-se em execução.

Na América Central, esforços semelhantes estão sendo desenvolvidos em El Salvador, com um projeto que deve atender famílias de baixa renda, visando a redução do trabalho infantil, e na Guatemala, para onde será transferida a metodologia brasileira do programa Bolsa Escola Cidadã e do Programa de Combate ao Analfabetismo.

Na Área de Saúde:

Outra área em que a cooperação técnica brasileira tem sido muito demandada é a de saúde. No Brasil, o Programa Saúde da Família reorganizou o modelo de atendimento da população pelos órgãos públicos, integrando as ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde. O atendimento em unidades básicas de saúde, ou mesmo nos domicílios, por médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e

agentes comunitários de saúde, que compõem as equipes do programa, levou a um progressivo descongestionamento das unidades hospitalares e à melhoria do atendimento nelas prestado. A introdução de um sistema informatizado também melhorou sensivelmente o atendimento do público em geral.

Um tema objeto de crescente demanda por diversos países, em especial, da América Latina e África, é o de combate às doenças sexualmente transmissíveis e à AIDS. Diversas ações vêm sendo desenvolvidas no âmbito da cooperação técnica, abrangendo desde a realização de cursos, até a elaboração de um plano nacional para a redução da transmissão materno-infantil, como o programa em andamento com a Guiné-Bissau. Projetos neste sentido vêm sendo elaborados também, ou já estão em execução, em Moçambique, Angola, Bolívia, Equador, Peru e Guatemala. Com Cuba, a cooperação técnica brasileira prevê o intercâmbio de tecnologias para diagnóstico da infecção por HIV e capacitação de técnicos nas áreas de prevenção, gestão de programas, controle epidemiológico e infectologia.

Com Botswana, busca-se fortalecer a capacidade de professores na área de prevenção de HIV/AIDS. O projeto prevê apoiar a área de comunicação de multimídia interativa local, por meio da educação à distância e divulgar material sobre HIV nas escolas, com o objetivo de que, em 2016, uma geração esteja livre do vírus.

Já o projeto com Angola prevê a capacitação de técnicos do seu programa nacional de luta contra a AIDS nas áreas de planejamento e gestão de programas, informação, educação e comunicação em saúde, vigilância epidemiológica e

mobilização social.

Alguns projetos de cooperação técnica buscam envolver todos os países interessados nas questões de saúde da região, como o projeto Cooperação Tripartite Brasil-Peru-Colômbia em Saúde, que tem como objetivo melhorar as condições de saúde na região amazônica comum aos três, ameaçada por doenças como cólera, tuberculose, malária e febre amarela; o projeto Fortalecimento da Capacidade de Vigilância e Controle Sanitário Integrado em Portos, Aeroportos e Fronteiras da Região Brasileiro-Colombiana, que busca estruturar e dar início ao controle sanitário integrado na área de portos, aeroportos e fronteiras; além de outros projetos sobre dengue, febre amarela, doença de chagas e malária.

Merecem menção também as iniciativas na área de controle da mortalidade infantil, apoiadas pela Pastoral da Criança do Brasil. Essa instituição já realizou visitas a Angola e ao Paraguai, procurando desenvolver parcerias com organizações locais. Estão previstas ações no âmbito sub-regional (países do Cone Sul – Argentina, Paraguai, Brasil e Uruguai) para discutir formas de disseminar a metodologia de combate à mortalidade infantil. Iniciativas semelhantes deverão ser realizadas também com os países da Comunidade Andina (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela).

Na área de Alimentação e Agricultura:

Neste campo, as ações apoiadas pelo Governo brasileiro buscam transferir as experiências brasileiras de desenvolvimento da agropecuária tropical, introdução de novas tecnologias que ensejam maior produtividade e melhor qualidade dos produtos, e do trabalho de extensão rural, responsável por disseminá-las junto aos

pequenos e médios produtores rurais. Diversos projetos de cooperação encontram-se em execução em países da América Latina e da África e no Timor Leste.

Em Angola, o projeto Fortalecimento Institucional dos Institutos de Investigação Agronômica e Veterinária prevê a ampliação da capacidade de geração e adaptação de tecnologias direcionadas ao desenvolvimento da fruticultura tropical e da olericultura, e ao desenvolvimento da bovinocultura e da caprinocultura, ambos voltados ao pequeno produtor. Outro projeto busca promover a extensão rural, trabalhando com os produtores familiares e as cooperativas, visando estabelecer mecanismos de transferência de tecnologia, bem como capacitar recursos humanos.

Em Moçambique, o projeto Apoio ao Desenvolvimento e Fortalecimento do Setor de Pesquisa Agropecuária tem como objetivo apoiar o Instituto de Investigação Agrária do país, identificando e solucionando suas dificuldades, elaborando planos de pesquisa e desenvolvimento, bem como transferindo conhecimentos específicos.

Com São Tomé e Príncipe, vêm sendo elaborados estudos para melhorar os níveis de produção e de qualidade da lavoura cacauícola, responsável pelo principal produto agrícola daquele país.

Com a Namíbia, busca-se apoiar a produção de frutas subtropicais e leguminosas. Deverão ser capacitados técnicos locais na geração e adaptação de tecnologias direcionadas à fruticultura subtropical, ao cultivo de cereais e à produção de legumes para consumo humano e animal.

O projeto Cultivo de Arroz Irrigado, em Guiné-Bissau, visa ao incremento da

produção de arroz por meio de técnicas de manejo já utilizadas com sucesso no Brasil, bem como à manutenção do cultivo básico de subsistência da população guineense.

Em Timor Leste, o projeto Transferência de Técnicas Cafeeiras tem como objetivo melhorar a produtividade de um dos principais produtos agrícolas do país.

Também na América do Sul, o Brasil vem cooperando com vários países na área de agricultura e pecuária. Com a Colômbia, a cooperação técnica incide sobre as áreas do cultivo de cacau, manejo agronômico e sanitário, agroindústria, melhoria genética e comercialização da produção do cacau.

Com a Bolívia, a cooperação técnica busca aumentar a competitividade do circuito produtivo do café na região dos Yungas, transferir tecnologia de produção e processamento de frutas tropicais para o incremento de sua oferta no país, transferir técnicas de cultivo do palmito na região de Chapare e capacitar técnicos bolivianos em sistemas de alerta e monitoramento de incêndios florestais.

Outra linha de ação importante da cooperação técnica com países limítrofes ao Brasil é a prevenção e o controle de doenças endêmicas nas regiões de fronteira.

Com o Peru, encontra-se em execução um projeto de prevenção, diagnóstico e controle da raiva silvestre em áreas endêmicas ou esporádicas; outro, visando fortalecer a competência técnica das instituições peruanas encarregadas da prevenção e do controle das doenças de impacto sobre a saúde animal, em termos de parasitoses, toxicologia, inocuidade alimentar e defesa zoo-sanitária;

Com a Bolívia, buscamos transferir conhecimentos para prevenir e controlar a

febre aftosa e para manutenção dos algodoeiros livres da praga do Bicudo.

Triangulação em apoio à cooperação Sul-Sul:

O Governo brasileiro vem procurando ampliar o apoio à cooperação Sul-Sul, por meio da “triangulação” com países interessados em co-participar das iniciativas em curso na América Latina e nos países de língua portuguesa – da África e Timor Leste. Entendimentos vêm sendo mantidos com o Japão, a Grã-Bretanha, a França e o Canadá. A intenção é a de realizar um somatório de recursos humanos, tecnológicos e financeiros desses países e do Brasil para apoiar a ampliação da cooperação Sul-Sul.

Ações Concretas de promoção da Cooperação Sul-Sul – considerações finais:

É significativo o potencial de ampliação e de reprodução dos programas e projetos de cooperação técnica Sul-Sul.

Caberia, então, indagar por que, com tantas experiências bem sucedidas, o volume da cooperação horizontal ainda é pequeno, à luz das demandas dos países em desenvolvimento? Um dos motivos certamente é a escassez de estudos que devem preceder a implementação dos projetos. Outro motivo reside no planejamento deficiente das intervenções e dos projetos de cooperação correspondentes. Aqui, também, é necessário quebrar a tradição de recebermos projetos prontos, de cuja elaboração não participamos e que raramente traduzem nossos anseios e prioridades. Nesses projetos, muitas vezes prevalece uma visão distorcida dos doadores quanto à nossa realidade, dispersando recursos valiosos para produzir, freqüentemente, relatórios de consultoria absolutamente dispensáveis.

A experiência brasileira neste particular é a de que a efetividade da cooperação técnica passa pela capacitação dos atores que nela atuam. Somente dominando essas etapas teremos a capacidade de influir de forma relevante no processo de receber cooperação técnica e de incorporar os conhecimentos disponibilizados. Ou seja, somente assim alcançaremos a autonomia na condução dos nossos processos de desenvolvimento que tanto almejamos.

O Brasil vem investindo nesse sentido. Para tanto, temos desenvolvido cursos de capacitação em formulação e análise de projetos de cooperação, que vêm sendo ministrados freqüentemente no País e no exterior. Essas iniciativas são conduzidas tanto no âmbito bilateral, como por intermédio de fóruns multilaterais, como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

A escassez de bons projetos faz com que a captação de recursos em montantes compatíveis com as necessidades dos países em desenvolvimento constitua um entrave permanente para o desenvolvimento da cooperação Sul-Sul. De fato, essa captação de recursos constitui um desafio permanente e que deve ser enfrentado e vencido no dia-a-dia, inclusive com soluções inovadoras como a instituição de “*trust-funds*” por parte da iniciativa privada, que é muitas vezes a beneficiária final da cooperação técnica. Outra solução para a escassez de recursos que nos aflige é a cooptação das empresas – estatais ou privadas – para participarem dos trabalhos de implementação dos projetos de cooperação Sul-Sul e assumirem parte dos custos envolvidos. Esse mecanismo tem sido muito utilizado pela ABC, que desta forma consegue alavancar cerca de 15 vezes os

recursos orçamentários alocados pelo Governo brasileiro para a cooperação técnica horizontal.

Outro motivo para a cooperação Sul-Sul ainda não ter atingido todo seu potencial reside na inexistência de um trabalho sistemático de prospecção e identificação de "ofertas" de cooperação técnica, constituídas de experiências bem sucedidas e cujas entidades detentoras dos conhecimentos se disponham a transferir.

Nesse contexto, seria interessante que o G-77 pudesse patrocinar a elaboração de uma relação, por parte das entidades de coordenação da cooperação Sul-Sul dos Estados-membros, a partir da qual fosse possível identificar interesses e possibilidades de apoio. O fato é que muitas vezes oportunidades de cooperação deixam de ser

concretizadas porque as instituições detentoras dos conhecimentos não as divulgam.

Para finalizar, gostaria, mais uma vez, de enfatizar que a política externa brasileira prioriza a importância da cooperação horizontal no contexto das relações internacionais.

Acredito que grandes possibilidades se abrem para a atuação conjunta dos países do G-77. Sou otimista quanto às perspectivas da cooperação Sul-Sul, uma vez que ela representa um dos caminhos mais seguros para lograr o desenvolvimento econômico sustentável, a elevação do nível e da qualidade de vida das populações, mais justiça social e maior respeito ao meio ambiente.

Muito obrigado.

Reunião Ministerial do G-20

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em encontro com delegações da reunião ministerial do G-20, no Palácio do Planalto, em 12 de dezembro de 2003

Inicialmente, quero dar os parabéns a todos vocês, chefes de delegação do G-20, embaixadores, pessoas que viajaram muitas horas para participar de um dia de debates sobre o futuro dos nossos países e das nossas relações comerciais.

Como acabo de voltar de uma viagem aos países árabes e ainda estou com o fuso horário na minha cabeça, sei como é que vocês estão.

Tenho plena consciência das dificuldades de deslocamento e agenda que muitos dos senhores enfrentaram para chegar até Brasília. Mas estou seguro de que regressarão às suas capitais ainda mais confiantes na importância de nossa coordenação para um desenlace equilibrado da Rodada de Doha e para o próprio futuro da Organização Mundial do Comércio.

A força do G-20 reside em seu compromisso com o mandato negociador da rodada de Doha, em suas propostas construtivas e em sua legitimidade política. Nossos países representam mais de 22% da produção agrícola mundial e neles vivem mais de 70% dos agricultores do mundo. Os países do Grupo respondem por cerca de 60% da população do planeta.

Imbuído dessa legitimidade e representatividade, o G-20 está mudando a dinâmica da diplomacia comercial multilateral. Graças à firmeza da atuação individual de seus membros e de sua visão coletiva, o G-20 tem contribuído para que os parâmetros de discussão da questão agrícola na OMC deixem de ser impostos pelos interesses protecionistas de alguns poucos atores.

O G-20 conseguiu transpor para a pauta de discussões a perspectiva dos produtores competitivos do mundo em desenvolvimento, e os interesses dos trabalhadores rurais que vivem da pequena agricultura e desempenham um papel social fundamental nas nossas economias.

O G-20 busca uma combinação equilibrada entre a agricultura familiar e o agronegócio, entre os interesses sociais e empresariais. Para os países em desenvolvimento, equilibrar essa equação é fundamental e indispensável em qualquer discussão comercial. Precisamos de um comércio internacional verdadeiramente aberto e equilibrado. Não podemos abrir mão da promoção do desenvolvimento com justiça social.

As posições definidas pelo G-20 conduzem ao fim das atuais distorções do comércio agrícola, e trarão melhores condições de vida para bilhões de agricultores em todo o mundo. Lutamos pela eliminação dos subsídios à exportação e medidas equivalentes, bem como dos subsídios internos à produção, que distorcem o comércio.

Queremos também melhorar as condições de acesso aos mercados dos países desenvolvidos. Para tanto, contamos com que todos os membros da OMC estejam efetivamente dispostos a assumir as responsabilidades inerentes ao mandato de Doha. Afinal, já esperamos muito.

Em nome dos setores mais vulneráveis de nossas sociedades, dos que ainda passam fome em nossos países, precisamos nos unir para que as regras do comércio internacional sejam mais justas e para que nossa competitividade se traduza em benefícios reais.

A demonstração de engajamento que o G-20 está dando nas negociações da Rodada de Doha é motivo de satisfação e orgulho para todos os seus integrantes. Certamente, este é o sentimento do meu país. Estamos certos de que nossa articulação inspirará outras ações. E não só para a defesa de interesses comuns em fóruns internacionais, mas também para o nosso intercâmbio recíproco, especialmente para a intensificação do comércio Sul-Sul.

Teremos, na 11ª reunião da UNCTAD, que será realizada em junho de 2004, em São Paulo, uma oportunidade para explorar novas idéias e planejar novos projetos. Podemos aproveitar a Conferência para lançar uma nova rodada de negociações sob o marco do sistema geral de preferências entre os países em desenvolvimento, o

SGPC.

Mas creio que podemos ser mais ousados e pensar no lançamento de uma área de livre-comércio entre os países do G-20, aberta a outros países em desenvolvimento. Afinal, muitos de nossos países já estão engajados individualmente e coletivamente em processos desse tipo na América do Sul, na África e na Ásia.

Nós mesmos, do MERCOSUL, já estamos negociando com a Índia e a África do Sul, afora, obviamente, as iniciativas no interior de cada uma de nossas regiões. Por que, então, não tentar levar essa lógica às suas consequências naturais e tratar de termos uma grande área de livre-comércio dos países do Sul? Não para que deixemos de lado os mercados dos países desenvolvidos, que continuarão a ser fundamentais. Mas para explorar plenamente o potencial que existe entre nós e que não depende de concessões dos países ricos. Peço que reflitam com carinho sobre estas idéias e, quem sabe, poderemos fazer da XI UNCTAD uma Conferência verdadeiramente histórica para os países em desenvolvimento.

Graças à nossa reunião, a voz do G-20, além de se fazer ouvir na OMC, ganha ressonância em todos os debates sobre o aperfeiçoamento do multilateralismo. São muitos os nossos aliados, inclusive no mundo desenvolvido, onde um número crescente de organizações e interlocutores não-governamentais apoia o nosso trabalho e se associa às nossas plataformas.

De mãos dadas, conquistaremos novas e importantes vitórias em benefício não somente de nossos próprios interesses, mas da democratização das relações internacionais como um todo.

Meu muito obrigado. Espero que

consigamos avançar até o ponto de chegarmos a conquistar um comércio efetivamente livre e que o povo mais pobre seja o beneficiário

dessa relação comercial entre os nossos países.

Muito obrigado e boa sorte!

XXV Reunião do Conselho do MERCOSUL

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Abertura da XXV Reunião do Conselho do MERCOSUL, em Montevidéu, em 16 de dezembro de 2003

Senhores Presidentes,

Sejam minhas primeiras palavras para agradecer ao Presidente Jorge Batlle a acolhida na capital da irmã República Oriental do Uruguai.

Desejo saudar muito especialmente a incorporação do Peru como mais novo Estado associado do MERCOSUL.

A conclusão dos entendimentos para o acordo entre o MERCOSUL e três países da Comunidade Andina – Colômbia, Venezuela e Equador – é um fato histórico que devemos celebrar com justa razão.

Alegra-nos, também, que o Conselho do Mercado Comum tenha decidido aprovar o aprofundamento dos laços da Bolívia com o MERCOSUL, equiparando seu status com o da outra nação-irmã associada ao MERCOSUL, o Chile.

O MERCOSUL é, hoje, reconhecido como um ator internacional relevante.

Por essa razão, honram-nos com suas presenças, aqui, em Montevidéu, o Primeiro-Ministro de Angola, Fernando Piedade Dias dos Santos, e o Ministro das Relações Exteriores da Federação Russa, Igor Ivanov.

Registro, também, a presença do Comissário Pascal Lamy, que participou há poucos dias de produtivo diálogo com o G-20, em Brasília.

Naquela ocasião, sugeri aos ministros do Grupo que estreitassemos nossos vínculos por meio de preferências comerciais ou mesmo da criação de uma ampla área de livre-comércio entre países do Sul, o que seria ainda melhor.

Essa pode ser a extensão natural dos entendimentos em curso com Índia e a África do Sul, aos quais quer associar-se o Egito, conforme me foi dito há dias no Cairo.

Renovo aqui a sugestão para que reflitamos sobre essas idéias e tomemos uma decisão durante a XI UNCTAD, que se realizará em junho, em São Paulo.

Também poderemos aprofundar essa discussão na Cúpula que reunirá presidentes da América do Sul e dos países árabes no Brasil.

A iniciativa de convocar esta cúpula foi muito bem recebida pelos países árabes que visitei recentemente, e, na realidade, por todos os membros da Liga Árabe.

Instruí meu Ministro das Relações Exteriores a iniciar imediatamente entendimentos com os chanceleres dos demais países envolvidos.

Espero que possamos ter uma reunião preparatória de altos funcionários, já no final de janeiro, possivelmente em Genebra.

Senhores Presidentes,

Ao assumir a Presidência do Brasil, atribuí prioridade máxima ao MERCOSUL. Ele deve ser um instrumento da expansão do comércio e da integração produtiva.

O projeto político do MERCOSUL exige um permanente esforço de negociação, atento às necessidades das economias menores.

Registro com satisfação os acordos obtidos nesta Reunião do Conselho do Mercado Comum de Montevidéu, que será considerada como um marco em nossa evolução.

Reafirmo meu compromisso de trabalhar para que o MERCOSUL represente um fator de desenvolvimento para todos os países-membros – inclusive para que as economias menores encontrem respostas para o desafio do crescimento.

Para isso, temos de buscar soluções criativas e pragmáticas, que não percam de vista o objetivo maior de conformação de uma união aduaneira, base do mercado comum previsto no Tratado de Assunção.

Foi nesse espírito que propus, na reunião de Cúpula de Assunção, em junho passado, que o MERCOSUL adotasse um programa de trabalho com metas claramente definidas.

O fruto dos trabalhos intensos que desenvolvemos nos últimos seis meses está no programa de metas que estamos aprovando para o período 2004-2006.

Esse programa prevê um conjunto de ações e metas ambiciosas: implantar um

Parlamento do MERCOSUL, ampliar a dimensão cidadã do bloco, completar a União Aduaneira, avançar nas bases para o Mercado Comum e iniciar a nova agenda de integração nos campos da produção e do desenvolvimento tecnológico.

É esse o espírito – presente em Assunção, em 1991 e em Ouro Preto, em 1994 – que queremos recuperar com a aprovação dessa agenda de trabalho.

O Brasil deseja insistir nesse caminho, reforçando as dimensões social, política e cultural do nosso empreendimento, sem esquecer que a base dessa construção tem de ser uma autêntica integração econômica.

Estou convencido de que há, hoje, uma firme e renovada disposição de todos os sócios de seguir no aprofundamento e na consolidação do MERCOSUL.

Prova disso são decisões de grande importância sobre o Protocolo de Compras Governamentais do MERCOSUL e a nova Rodada Negociadora do Grupo de Serviços.

Aprofundar o MERCOSUL significa fortalecer suas instituições.

A entrada em vigência do Protocolo de Olivos sobre solução de controvérsias é passo fundamental nessa direção.

Quero saudar muito especialmente a designação de meu amigo Eduardo Duhalde como Presidente da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL.

Com sua experiência e sabedoria política, o Presidente Duhalde trará novas idéias para este Foro. Encaminhará, com equilíbrio e visão, as grandes questões que estaremos tratando nos próximos dois anos.

Por isso, convidei-o a participar da visita que fiz a cinco países árabes.

A presença do Presidente Duhalde à frente do MERCOSUL contribuirá para reforçar seu

papel como um interlocutor cada vez mais relevante junto a outros países e regiões.

Senhores Presidentes,

Uma das prioridades de meu Governo está na ampliação do processo decisório no MERCOSUL.

Saúdo, portanto, o acordo firmado entre o Conselho do Mercado Comum e a Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL, em outubro passado.

Considero essa iniciativa um passo importante no sentido da ampliação da cidadania no processo de consulta e definição das políticas de integração.

Nesse mesmo sentido, desejo sugerir que a Comissão de Representantes Permanentes realize um levantamento de todos os avanços já alcançados pelo MERCOSUL em matéria de interesse direto e imediato dos cidadãos.

O trabalho formaria uma boa base para a elaboração de uma “cartilha do cidadão do MERCOSUL”. Esse seria um passo a mais para o reforço da sua dimensão social. Da mesma forma, devemos dar continuidade ao fortalecimento do Foro Consultivo Econômico e Social do MERCOSUL.

Isso garantirá um sistema permanente de consultas às nossas sociedades, seus trabalhadores, empresários, estudantes e entidades da sociedade civil.

O Foro constitui um dos principais mecanismos para valorizar a dimensão social do MERCOSUL, o que distingue o processo de integração de um simples bloco comercial.

Senhores Presidentes,

Um dos desafios mais urgentes que enfrentamos é a redução dos desequilíbrios que caracterizam nossa região.

Devemos aperfeiçoar as formas de

financiamento do desenvolvimento na América do Sul. Isso exige aproveitarmos as fontes existentes – nacionais e multilaterais – e criar novos mecanismos capazes de financiar atividades de infra-estrutura e de integração de cadeias produtivas.

Estou plenamente convencido da importância de o Brasil continuar estimulando investimentos brasileiros na região, por meio, inclusive, de uma participação crescente do BNDES.

Por isso, revoguei medidas que impediam um uso maior dos Convênios de Créditos Recíprocos (CCR), vitais para nossas trocas comerciais e relações econômicas.

Precisamos tomar decisões urgentes sobre os projetos de integração física pré-selecionados, como resultado do seminário realizado no Rio de Janeiro entre o BNDES e a Corporação Andina de Fomento.

Senhores Presidentes,

O MERCOSUL representa processo irreversível de integração, com um patrimônio de realizações que aumenta sua capacidade de enfrentar, com flexibilidade e realismo, os desafios internos e externos.

Para isso, conta com a firme vontade política de seus líderes de realizar a ambiciosa, porém realista, meta de construção de um mercado comum.

O meu governo está profundamente empenhado neste objetivo. Por isso, quero, mais uma vez, saudar a todos os presentes e, muito especialmente, o Uruguai e o Presidente Batlle por estarem presidindo esta reunião que, repito, passará para a História como um grande passo em direção à consolidação do MERCOSUL e da integração da América do Sul.

Muito obrigado.

ACORDOS

Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Contratação Recíproca de Nacionais

A República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, adiante designadas como “Estados Contratantes”,

Tendo em vista o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, assinado em Porto Seguro, em 22 de Abril de 2000;

Desejando intensificar e estimular os laços de amizade e cooperação já existentes entre os dois povos;

Conscientes da necessidade de facilitar a circulação dos seus nacionais para prestação de trabalho no território dos Estados Contratantes;

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

1. O presente Acordo aplica-se aos cidadãos da República Federativa do Brasil e da República Portuguesa, adiante designados como “nacionais” que, mediante contratos validados pelos órgãos competentes do Estado receptor, desloquem-se ao território deste Estado, por períodos limitados de tempo, para aí desenvolverem uma atividade profissional por conta de outrem.

2. Os nacionais de ambos os Estados Contratantes poderão ser contratados para todas as profissões cujo exercício não seja ou não esteja, permanente ou temporariamente,

vedado a estrangeiros, nos termos da legislação em vigor no Estado receptor.

ARTIGO II

1. A tramitação de qualquer tipo de visto, de acordo com a legislação interna do Estado receptor, não deverá ultrapassar o período de sessenta (60) dias, contados a partir da instrução completa do processo.

2. Os vistos emitidos ao abrigo do número anterior poderão ser prorrogados no território do Estado receptor, nos termos da respectiva legislação interna.

ARTIGO III

A entrada, a permanência e o emprego de nacionais efetuados ao abrigo do presente Acordo serão regulados pela legislação em vigor no Estado receptor.

ARTIGO IV

As autoridades responsáveis pela execução do presente acordo, adiante designadas como “órgãos competentes”, são:

a) Na República Portuguesa:

o Ministério da Segurança Social e do Trabalho;

b) Na República Federativa do Brasil:

o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério da Justiça.

ARTIGO V

Os órgãos competentes trocarão entre si informação disponível sobre as oportunidades de trabalho e os setores de atividade em que as mesmas existam, bem como sobre as disponibilidades de mão-de-obra.

ARTIGO VI

1. Aos nacionais de ambos os Estados Contratantes serão emitidos vistos adequados, nos termos da legislação em vigor no Estado receptor.

2. O fato de um nacional de um dos Estados Contratantes encontrar-se no território do outro Estado Contratante à data da assinatura do presente Acordo é considerado razão atendível para a aceitação de um pedido de visto num posto consular de carreira fora da área da sua residência, desde que aí esteja em situação legal e tenha a sua permanência regularizada no Estado Contratante em que se encontra.

ARTIGO VII

Os nacionais contratados poderão fazer-se acompanhar de elementos do seu núcleo familiar, nos termos da legislação em vigor no Estado receptor.

ARTIGO VIII

Os trabalhadores contratados ao abrigo do presente Acordo gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos às mesmas obrigações de natureza laboral em vigor para os trabalhadores nacionais do Estado receptor e da mesma proteção no que se refere à aplicação das leis relativas à higiene e à segurança do trabalho.

ARTIGO IX

1. Os nacionais contratados ao abrigo do presente Acordo poderão transferir para o seu Estado de origem, em moeda livremente conversível, a remuneração auferida no território do Estado receptor de acordo com a legislação em vigor neste Estado.

2. A importação e exportação de bens pessoais por parte do nacional serão efetuadas de acordo com a legislação em vigor em cada um dos Estados Contratantes.

ARTIGO X

Os órgãos competentes dos Estados Contratantes trocarão entre si informações sobre a legislação em vigor nas respectivas ordens internas relativa à entrada, permanência e contratação de cidadãos estrangeiros, bem como sobre direito laboral em geral.

ARTIGO XI

Os procedimentos relativos à execução do presente Acordo, no que respeita aos processos de recrutamento e seleção dos trabalhadores, observarão a legislação interna de cada Estado Contratante.

ARTIGO XII

Os Estados Contratantes adotarão os mecanismos administrativos necessários à execução do presente Acordo.

ARTIGO XIII

1. Para assegurar a adequada execução do estabelecido no presente Acordo, nomeadamente o previsto nos artigos 2º, 3º, 6º, 11 e 12, e no espírito dos entendimentos alcançados nos trabalhos preparatórios, é criada uma Comissão Mista de alto nível, presidida por membros do Poder Executivo de cada um dos Estados Contratantes.

2. Os Estados Contratantes acordarão, por via diplomática, a data da realização da primeira reunião da referida Comissão, a qual terá lugar em Portugal, até 15 dias após a entrada em vigor do presente Acordo.

3. A Comissão reunir-se-á ainda, alternadamente, a cada seis meses, no território de cada um dos Estados Contratantes.

ARTIGO XIV

1. O presente Acordo vigorará por um período de cinco anos, sendo automaticamente prorrogado por períodos sucessivos de um ano, salvo se algum dos

Estados Contratantes o denunciar, por escrito e por via diplomática, com a antecedência mínima de seis (6) meses relativamente ao termo do respectivo período de vigência.

2. Os direitos adquiridos durante a vigência do Acordo, assim como os pedidos em tramitação, não serão afetados pela denúncia.

ARTIGO XV

O presente Acordo pode ser objeto de revisão, a pedido de qualquer dos Estados Contratantes. As alterações entrarão em vigor nos termos previstos no artigo 16.

ARTIGO XVI

O presente Acordo entrará em vigor no trigésimo dia após a data da segunda notificação, por via diplomática, de que foram cumpridos os requisitos de direito interno, nos Estados Contratantes, necessários para o efeito.

Feito em Lisboa, em onze de julho de 2003, em dois originais em língua portuguesa, ambos fazendo igualmente fé.

Acordo sobre Cooperação em Assuntos relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia (juntos doravante referidos como as “Partes” e separadamente como a “Parte”),

Tendo em mente seus interesses comuns na paz e segurança internacionais, baseados na Carta das Nações Unidas;

Desejando incrementar as boas e cordiais relações entre as partes, assim como os laços de cooperação;

Reconhecendo que o fortalecimento da democracia abre uma significativa oportunidade para incrementar e intensificar a cooperação entre ambos;

Aspirando fortalecer várias formas de colaboração entre as Partes, tendo como base o estudo recíproco de assuntos de interesse mútuo;

Concordam com os seguintes tópicos:

ARTIGO I

Objetivo

1.1 O objetivo deste Acordo é o de incrementar a cooperação no âmbito da defesa, identificando os fundamentos para o intercâmbio de experiência e conhecimento para o uso e benefício de ambas as Partes.

ARTIGO II

Âmbito de Cooperação

2.1 As Partes identificarão áreas de cooperação e troca de informação e promoverão cooperação em assuntos de defesa, de acordo com os termos deste Acordo, sujeito às leis nacionais de cada Parte, regulamentos e contratos ou obrigações internacionais.

2.2. As Partes promoverão o estabelecimento de canais de comunicação em assuntos de defesa e proverão a troca de informações no campo de mútuo interesse.

2.3. Este Acordo não prejudicará qualquer acordo bilateral ou multilateral existente ou restringirá pactos ou acordos operacionais que possam ter sido assinados anteriormente por cada Parte.

2.4. As Partes envidarão esforços para encontrar-se anualmente, ou com outra periodicidade a ser mutuamente acordada, custeando as próprias despesas e de acordo com a disponibilidade de verbas, com vistas a trocar informações sobre matérias de mútuo interesse relativas à defesa, e em base de reciprocidade.

2.5. As áreas e as formas de cooperação serão, principalmente:

2.5.1 visitas mútuas de delegações com

representantes de alto-nível;

2.5.2 reuniões entre instituições militares equivalentes;

2.5.3 intercâmbio de pessoal de ensino e de treinamento;

2.5.4 participação em cursos, treinamentos práticos, seminários, conferências e simpósios;

2.5.5 visitas de navios e aeronaves militares;

2.5.6 troca de informações sobre as áreas operativas mencionadas neste Acordo ou estabelecidas em anexos; e

2.5.7 troca de experiências adquiridas no campo de equipamento militar, inclusive em conexão com operações internacionais de manutenção da paz;

ARTIGO III

Implementação

3.1. A cooperação será estabelecida de acordo com programas separados, os quais serão detalhados a cada ano e identificarão os principais tópicos para o ano subsequente.

3.2. O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia proverão apoio administrativo às Delegações e à preparação do programa de cooperação anual.

3.3. Quando preciso for, as áreas de cooperação referidas no Artigo II, parágrafo 2.5.6 serão objetos de anexos aditivos.

3.4. Outras visitas além das oficiais, tais como intercâmbio de delegações, serão conduzidas de acordo com as disposições previstas em anexo aditivo, a ser estabelecido por ambas as Partes, regulando as condições para a organização de visitas informais e de trabalho.

3.5. As despesas para implementação deste Acordo deverão ser acordadas pelas Partes e definidas em entendimentos e programas

subseqüentes, ficando sua efetivação dependendo da disponibilidade de recursos orçamentários.

ARTIGO IV

Liberação de Informação Sigilosa

4.1. A proteção, revelação e transmissão de informação sigilosa, produzida ou trocada dentro dos fundamentos deste Acordo, serão processadas e salvaguardadas de acordo com as leis e regulamentos nacionais das Partes. Um anexo aditivo será firmado entre as Partes antes de medidas relativas ao assunto.

4.2. As Partes admitem que uma informação recebida não será usada, em qualquer tempo, para propósitos distintos daqueles autorizados pelo detentor da informação.

4.3. A Parte receptora não liberará informação sigilosa para qualquer governo, organização nacional ou outra entidade de uma terceira parte, sem a prévia consulta à Parte que a originou.

4.4. A informação sigilosa será transferida somente por meio de canais governamentais ou por intermédio de canais aprovados por autoridades de segurança credenciadas.

ARTIGO V

Controvérsias

5.1. Quaisquer controvérsias a respeito da interpretação ou aplicação deste Acordo serão resolvidas amigavelmente por consulta entre as Partes.

ARTIGO VI

Entrada em Vigor e Término

6.1. O presente Acordo entrará em vigor na data de recebimento, pela respectiva Parte, da última Nota na qual comunica o cumprimento dos requisitos legais internos necessários à sua entrada em vigor.

6.2. As respectivas responsabilidades e obrigações das Partes quanto a providências

de segurança e de proteção de dados técnicos, informação e material continuarão aplicáveis não obstante o término deste Acordo.

ARTIGO VII

Texto e Assinatura

7. Em testemunho do que, os abaixo assinados, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, assinam este Acordo em duas vias, nos idiomas português, turco e inglês, todas igualmente autênticas. No caso de divergência sobre a interpretação ou aplicação do texto, prevalecerá a versão inglesa.

Feito em Brasília, em 14 de agosto de 2003, em dois exemplares originais, nos idiomas português, turco e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos.

Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru (doravante denominados "Partes"),

Reconhecendo o Tratado de Extradicação de Criminosos entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru, firmado no Rio de Janeiro, em 13 de fevereiro de 1919, vigente desde 22 de maio de 1922;

Desejando tornar mais efetivos os esforços envidados pelas Partes no combate ao crime;

Observando os princípios do respeito pela soberania e não-ingerência nos assuntos internos de cada uma das Partes, assim como as normas do Direito Internacional; e

Conscientes da necessidade de empreenderem a mais ampla cooperação para a extradição de pessoas que estejam sendo processadas ou tenham sido condenadas pelas autoridades competentes das Partes;

Concluem o presente Tratado nos termos que se seguem:

CAPÍTULO I

Da Obrigação de Extraditar ARTIGO I

As Partes obrigam-se reciprocamente à entrega, de acordo com as condições estabelecidas no presente Tratado, e de conformidade com as normas internas de cada uma delas, das pessoas que respondam a processo penal ou tenham sido condenadas pelas autoridades judiciais de uma das Partes e encontram-se no território da outra, para execução de uma pena que consista em privação de liberdade.

CAPÍTULO II

Da Admissibilidade ARTIGO II

Para que se proceda à extradição, é necessário que:

a) a Parte requerente tenha jurisdição para julgar sobre os fatos nos quais fundamentase o pedido de extradição, cometidos ou não em seu território;

b) as leis de ambas as Partes imponham penas mínimas privativas de liberdade de um ano, independentemente das circunstâncias e da denominação do crime;

c) a parte da pena ainda não cumprida seja igual ou superior a um ano, no caso de extradição para execução de sentença.

1. Quando o pedido de extradição referir-se a mais de um crime, e algum deles não cumprir com os requisitos deste artigo, a extradição poderá ser concedida pelos crimes que preencherem as referidas exigências.

2. A extradição é cabível quanto a autores, co-autores e cúmplices, qualquer que seja o grau de participação no crime, de acordo com as disposições do presente Tratado.

3. Os fatos previstos em acordos multilaterais devidamente ratificados pelas Partes envolvidas no pedido autorizam

igualmente a extradição.

4. Em matéria de crimes tributários ou contra a ordem econômica, financeira e monetária, a extradição será concedida com observância deste Tratado e da legislação do Estado requerido. A extradição não poderá ser negada em razão de a lei do Estado requerido não estabelecer o mesmo tipo de imposto ou taxa, ou estes não serem regulamentados da mesma forma na lei *de ambos os Estados*.

CAPÍTULO III

Da Inadmissibilidade

ARTIGO III

Não será concedida a extradição:

a) quando, pelo mesmo fato, a pessoa reclamada já tenha sido julgada, anistiada ou indultada na Parte requerida;

b) quando a pessoa reclamada tiver que comparecer, na Parte requerente, perante Tribunal ou Juízo de exceção;

c) quando a infração penal pela qual é pedida a extradição for de *natureza* estritamente militar;

d) quando a infração constituir crime político ou fato conexo;

e) quando a Parte requerida tiver fundados motivos para supor que o pedido de extradição foi apresentado com a finalidade de perseguir ou punir a pessoa reclamada por motivo de raça, religião, nacionalidade ou opiniões políticas, bem como supor que a situação da mesma seja agravada por esses motivos.

1. A apreciação do caráter do crime caberá exclusivamente às autoridades do Estado requerido.

2. A alegação do fim ou motivo político não impedirá a extradição se o fato *constituir*, principalmente, infração da lei comum. Neste caso, a concessão da extradição ficará condicionada ao compromisso formal da

Parte requerente de que o fim ou motivo político não concorrerá para o agravamento da pena.

3. Para os efeitos deste Tratado, considerar-se-ão crimes estritamente militares as infrações penais que encerrem atos ou fatos estranhos ao direito penal comum e que derivem, unicamente, de uma legislação especial aplicável aos militares e tendente à manutenção da ordem ou da disciplina nas Forças armadas.

4. A simples alegação de uma finalidade política na prática de um crime não o qualifica como delito de tal natureza.

ARTIGO IV

Para os efeitos deste Tratado, não serão consideradas infrações de natureza política:

a) os atentados contra a vida de um Chefe de Estado ou Governo estrangeiro, ou contra membros de sua família;

b) o genocídio, os crimes de guerra e os cometidos contra a paz e a segurança da humanidade;

c) os atos de terrorismo, tais como:

I- os atentados contra a vida, a integridade física ou a liberdade das pessoas que tenham direito à uma proteção internacional, incluídos os agentes diplomáticos;

II- a tomada de reféns ou o seqüestro de pessoas;

III- os atentados contra pessoas ou bens cometidos mediante o emprego de bombas, granadas, foguetes, minas, armas de fogo, explosivos ou dispositivos similares;

IV- os atos de captura ilícita de barcos ou aeronaves;

V- a tentativa de prática de crimes previstos neste artigo ou a participação, como co-autor ou cúmplice, de uma pessoa que cometa ou tente cometer ditos crimes; e

VI- qualquer ato de violência não

compreendido entre os anteriores e que esteja dirigido contra a vida, a integridade física, a liberdade das pessoas ou que vise atingir instituições.

ARTIGO V

Para qualificar a natureza política do crime, a Parte requerida poderá ter em conta as circunstâncias de que a Parte requerente esteja revestida da forma democrática representativa de governo.

CAPÍTULO IV

Da Denegação Facultativa

ARTIGO VI

1. Quando a extradição for procedente de acordo com o disposto no presente Tratado, a nacionalidade da pessoa reclamada não poderá ser invocada para denegar a extradição, salvo se uma disposição constitucional estabeleça o contrário. A Parte que por essa razão não entregar seu nacional promoverá, a pedido da Parte requerente, seu julgamento, mantendo-a informada sobre o andamento do processo e, finalizado, remeterá cópia da sentença.

2. Para os efeitos deste artigo, a condição de nacional será determinada pela legislação da Parte requerida, apreciada no momento da decisão sobre a extradição, e sempre que a nacionalidade não tenha sido adquirida com o propósito fraudulento de impedi-la.

ARTIGO VII

A prescrição da ação ou da pena dos crimes pelos quais solicita-se a extradição regular-se-á pela lei da Parte requerente. A Parte requerida, todavia, poderá denegar a extradição se a ação ou a pena estiverem prescritas segundo sua legislação.

ARTIGO VIII

Poderá ser denegada a extradição se a pessoa reclamada estiver sendo julgada no território da Parte requerida, pelos fatos que

fundamentam a solicitação.

CAPÍTULO V

Das Garantias à Pessoa do Extraditando

ARTIGO IX

A pessoa extraditada em virtude deste Tratado não poderá:

a) ser entregue a terceiro país que a reclamar, salvo mediante concordância do Estado requerido; e

b) ser processada e julgada por qualquer outra infração cometida anteriormente, podendo, contudo, o Estado requerente solicitar a extensão da extradição concedida.

ARTIGO X

À pessoa extraditada será garantida ampla defesa, assistência de um defensor e, se necessário, a de um intérprete, de acordo com a legislação da Parte requerida.

ARTIGO XI

Quando a qualificação do fato imputado vier a modificar-se durante o processo, a pessoa reclamada somente será processada ou julgada na medida em que os elementos constitutivos do crime que correspondem à nova qualificação permitam a extradição.

ARTIGO XII

A extradição não será concedida sem que a Parte requerente ofereça garantia de que será computado o tempo de prisão que tiver sido imposto à pessoa reclamada na Parte requerida, por força da extradição.

ARTIGO XIII

Quando a infração determinante de pedido de extradição for punível com pena de morte, prisão perpétua ou penas atentatórias à integridade física e tratamentos desumanos ou degradantes, a Parte requerida poderá condicionar a extradição à garantia prévia, dada pela Parte requerente, por via diplomática, de que, em caso de condenação, tais penas não serão aplicadas, convertendo-

se as duas primeiras na pena máxima privativa de liberdade prevista na legislação da Parte requerida.

CAPÍTULO VI
Do Procedimento

ARTIGO XIV

O pedido de extradição será feito por via diplomática, mediante apresentação dos seguintes documentos:

a) quando se tratar de pessoa não condenada: original ou cópia autêntica do mandado de prisão ou de ato de processo criminal equivalente, emanado da autoridade estrangeira competente;

b) quando se tratar de pessoa condenada: original ou cópia autêntica da sentença condenatória e certidão de que a mesma não foi totalmente cumprida e do tempo que faltou para seu cumprimento.

1. As peças ou documentos apresentados deverão conter a indicação precisa do fato imputado, a data e o lugar em que foi praticado, bem como dados ou antecedentes necessários à comprovação da identidade da pessoa reclamada. Deverão ainda ser acompanhadas de cópias dos textos da lei aplicados à espécie na Parte requerente, dos que fundamentem a competência deste, bem como das disposições legais relativas à prescrição da ação penal ou da condenação.

2. A parte requerente apresentará, ainda, indícios e provas de que a pessoa reclamada ingressou ou permanece no território da Parte requerida.

3. Se o pedido de extradição não estiver devidamente formalizado e instruído, a Parte requerida solicitará à Parte requerente que, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado do recebimento da comunicação, supra as deficiências observadas. Decorrido esse prazo, o pedido será julgado à luz dos

elementos disponíveis.

ARTIGO XV

Os documentos que instruirão o pedido de extradição serão acompanhados de tradução no idioma da Parte requerida.

ARTIGO XVI

Não será exigida a legalização quando os documentos tramitem por via diplomática.

ARTIGO XVII

Em caso de recusa da extradição, a decisão deverá ser fundamentada, não cabendo novo pedido com base nos mesmos fatos que originaram o anterior.

ARTIGO XVIII

A Parte requerente que obtiver a extradição comunicará à Parte requerida a decisão final proferida sobre a causa que deu origem ao pedido de extradição, se tal decisão inocentar o reclamado.

CAPÍTULO VII

Da Prisão Preventiva

ARTIGO XIX

1. A Parte requerente poderá solicitar, em caso de urgência, a prisão preventiva da pessoa reclamada, assim como a apreensão dos objetos relativos ao crime. O pedido deverá indicar que tal pessoa responde a um processo ou é sujeito de uma sentença condenatória, e deverá consignar a data e os atos que motivem o pedido, bem como o tempo e o local de sua ocorrência, além de dados de filiação e outras que permitam a identificação da pessoa cuja prisão requer-se. Deverão ser juntadas ao pedido cópias do mandado de prisão e da decisão que decretou a coação, prolatada por autoridade competente. Também deverá constar do pedido a intenção de proceder-se a um pedido formal de extradição.

2. Efetivada a prisão, o Estado requerente deverá formalizar o pedido no prazo de 60

(sessenta) dias. Caso não seja formalizado o pedido no prazo indicado, a pessoa reclamada será colocada em liberdade e só se admitirá novo pedido de prisão pelo mesmo fato, se retomadas todas as formalidades exigidas neste Tratado.

ARTIGO XX

O pedido de prisão preventiva para extradição poderá ser apresentado pela Parte requerente à requerida por via diplomática ou por intermédio da Organização Internacional de Polícia Criminal – INTERPOL, podendo ser transmitido por correio, fax ou outro meio que permita a comunicação por escrito.

CAPÍTULO VIII

Da Entrega do Extraditando

ARTIGO XXI

Concedida a extradição, a Parte requerida comunicará imediatamente à Parte requerente que o extraditando encontra-se à sua disposição.

Se, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da comunicação, a pessoa reclamada não tiver sido retirada pela Parte requerente, a Parte requerida dar-lhe-á liberdade e não a prenderá novamente pelo mesmo fato delituoso.

A entrega da pessoa reclamada ficará adiada, sob custódia da Parte requerida, sem prejuízo da efetivação da extradição, quando:

a) enfermidade grave impedir que, sem perigo de vida, seja ela transportada para a Parte requerente;

b) estiver sujeita a ação penal na Parte requerida, por outra infração. Caso esteja sendo processada, sua extradição poderá ser adiada até o fim do processo e,

c) em caso de condenação, até o cumprimento da pena.

ARTIGO XXII

A Parte requerente poderá enviar à Parte requerida, com prévia aquiescência desta,

agentes devidamente autorizados, para auxiliarem no reconhecimento da identidade do extraditando. Esses agentes não poderão exercer atos de autoridade no território da Parte requerida e ficarão subordinados às autoridades desta. Os gastos realizados correrão por conta da Parte requerente.

CAPÍTULO IX

Do Trânsito do Extraditando

ARTIGO XXIII

1. O trânsito pelo território de qualquer das Partes, de uma pessoa entregue por terceiro Estado a uma delas e que não seja nacional do país de trânsito, será permitido independentemente de qualquer formalidade judiciária. Para tanto, bastará simples solicitação feita por via diplomática, acompanhada da apresentação, em original ou cópia autêntica, do documento pelo qual o Estado de refúgio tiver concedido a extradição.

2. O trânsito poderá ser recusado por graves razões de ordem pública, ou quando o fato que determinou a extradição seja daqueles que, segundo este Tratado, não a justificaria.

3. Não será necessário solicitar o trânsito de extraditando quando se empreguem meios de transporte aéreo que não prevejam pouso em território do Estado de trânsito, ressalvado o caso de aeronaves militares.

CAPÍTULO X

Dos Custos

ARTIGO XXIV

Correrão por conta da Parte requerida os custos decorrentes do pedido de extradição, até o momento da entrega do extraditando aos agentes devidamente habilitados da Parte requerente, correndo por conta desta os que se seguirem, inclusive as despesas de traslado.

CAPÍTULO XI

Dos Documentos, Objetos e Valores

ARTIGO XXV

Ressalvados os direitos de terceiros, e atendidas as disposições da legislação da Parte requerida, todos os documentos, objetos e valores que se relacionem com o crime e que, no momento da prisão, tenham sido encontrados em poder da pessoa reclamada, serão entregues, com este, à Parte requerente.

1. Os documentos, objetos e valores em poder de terceiros, e que tenham igualmente relação com o crime, serão também apreendidos, mas somente serão entregues depois de resolvidas as exceções opostas pelos interessados.

2. Atendidas as ressalvas anteriores, a entrega dos referidos documentos, objetos e valores à Parte requerente será efetuada, ainda que a extradição, já concedida, não tenha sido efetivada por motivos de fuga ou morte da pessoa reclamada.

3. Caso os documentos, objetos e valores façam-se necessários à instrução de processo em andamento, a Parte requerida poderá conservá-los pelo tempo necessário.

CAPÍTULO XII

Da Recondução da Pessoa Extraditada

ARTIGO XXVI

A pessoa extraditada que, depois de entregue por uma Parte à outra, lograr subtrair-se à ação da justiça e retornar à Parte requerida, será preso mediante simples pedido feito por via diplomática, e entregue, novamente, sem outra formalidade, à Parte à qual já fora concedida a sua extradição.

CAPÍTULO XIII

Do Concurso de Pedidos

ARTIGO XXVII

Quando a extradição de uma mesma pessoa for pedida por mais de um Estado,

proceder-se-á da seguinte maneira:

a) quando se tratar do mesmo fato, será dada preferência ao pedido do Estado em cujo território o crime tiver sido cometido;

b) quando se tratar de fatos diferentes, será dada preferência ao pedido do Estado em cujo território tiver sido cometido o crime mais grave, a juízo da Parte requerida;

c) quando se tratar de fatos distintos, mas que a Parte requerida repute de igual gravidade, será dada preferência ao pedido que for apresentado em primeiro lugar.

CAPÍTULO XIV

Da solução de controvérsias

ARTIGO XXVIII

As controvérsias que surjam entre as Partes sobre as disposições contidas no presente Tratado, serão resolvidas mediante negociações diplomáticas diretas.

CAPÍTULO XV

Disposições Finais

ARTIGO XXIX

O pedido de extradição poderá ser denegado pela Parte requerida por razões de soberania nacional, de segurança, de ordem pública interna ou outros interesses fundamentais.

ARTIGO XXX

O presente Tratado é sujeito a ratificação. Os instrumentos de ratificação serão trocados em Lima, Peru.

ARTIGO XXXI

O presente Tratado entrará em vigor 30 (trinta) dias após a troca dos instrumentos de ratificação e sua vigência será por tempo indeterminado.

ARTIGO XXXII

A entrada em vigor do presente Tratado revoga o Tratado de Extradição de Criminosos entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru assinado no Rio de Janeiro,

no dia 13 de fevereiro de 1919 e vigente desde o dia 22 de maio de 1922.

ARTIGO XXXIII

Cada Parte poderá, a qualquer momento, denunciar o presente Tratado. A denúncia terá efeito seis meses após a data em que a outra Parte tenha recebido a respectiva notificação. Os pedidos de extradição em trâmite não serão afetados pela denúncia.

Feito em Lima, aos 25 dias do mês de agosto de 2003, em dois originais nos idiomas português e castelhano, sendo ambos os textos igualmente idênticos.

Tratado de Extradição entre a República Federativa do Brasil e a Romênia

A República Federativa do Brasil e a Romênia (adiante denominados Estados Contratantes),

Desejosos de regulamentar a extradição recíproca de criminosos,

Acordam o que se segue:

ARTIGO I

Obrigação de extradição

1. Os Estados Contratantes comprometem-se reciprocamente a extraditar, de acordo com as regras e nas condições previstas pelo presente Tratado, qualquer pessoa que se encontre no território do Estado Contratante requerido e que esteja acusada ou condenada por crime que autorize a extradição, com base no artigo 2.

2. A extradição será possível para um dos crimes previstos no artigo 2 caso seja cometido no território do Estado Contratante requerente ou em um terceiro Estado e o Estado Contratante requerente tenha competência para processar e julgar a pessoa reclamada e aplicar a pena.

3. A extradição será possível em relação aos crimes previstos no artigo 2,

indiferentemente de tal crime ter sido cometido antes ou depois da entrada em vigor do presente Tratado.

ARTIGO II

Crimes passíveis de extradição

1. O presente Tratado aplicar-se-á a crimes que sejam puníveis nas legislações de ambos os Estados Contratantes com penas privativas de liberdade de no mínimo um ano.

2. Se a extradição for solicitada para fins de cumprimento de sentença será necessário ainda que a pena a cumprir seja de, no mínimo, um ano.

3. Se o pedido de extradição se referir a dois ou mais delitos punidos com detenção pelas leis dos Estados Contratantes, mesmo se apenas um deles corresponder às condições previstas no parágrafo 1 sobre a duração da pena, a extradição poderá ser admitida também para as outras infrações.

4. No caso de infrações fiscais a extradição não poderá ser recusada pelo fato de a legislação do Estado Contratante requerido não prever o mesmo regime de taxas e impostos ou não dispor do mesmo tipo de regulamentação em matéria de taxas e impostos, alfândega ou câmbio de moeda estrangeira como a legislação do Estado requerente.

ARTIGO III

Motivos para recusa da extradição

1. Uma pessoa não será extraditada se a autoridade competente do Estado Contratante requerido constatar o seguinte:

a) a pessoa reclamada é nacional do Estado contratante requerido; ou

b) a infração pela qual a extradição é solicitada for de natureza política ou exclusivamente militar; ou

c) se houver importantes razões para considerar que a extradição de uma pessoa

foi requerida com vistas à sua perseguição ou punição por motivos raciais, religiosos, de nacionalidade ou étnicos ou por suas convicções políticas; ou que a situação dessa pessoa poderá agravar-se por um ou outro daqueles motivos; ou

d) se a pessoa cuja extradição for requerida tiver sido julgada definitivamente, indultada ou anistiada no território do Estado Contratante Requerido pelo mesmo crime que consta do pedido de extradição ou se tiver ocorrido a prescrição segundo a lei de pelo menos um dos Estados Contratantes; ou

e) se a pessoa requerida para a extradição tiver sido condenada ou deva ser julgada no Estado Contratante requerente por um Tribunal de exceção ou "ad hoc".

2. Em caso de pena de morte a extradição não é possível, salvo mediante promessa expressa formulada pelo Estado Contratante requerente de que a mesma não será executada, havendo comutação.

3. Para fins do presente Tratado, não serão considerados como políticos, especialmente, os seguintes crimes:

a) atentado contra a vida do Chefe de Estado ou um membro de sua família;

b) genocídio, crimes de guerra, crimes contra a paz e a humanidade;

c) terrorismo.

ARTIGO IV

Obrigação em casos de recusa de extradição

1. A recusa da extradição do nacional obriga o Estado Contratante requerido a submeter a causa, a pedido do Estado Contratante requerente, às suas autoridades judiciárias competentes para o exercício da persecução penal e o julgamento, se for o caso.

2. No caso de o Estado Contratante requerido recusar a extradição de um

estrangeiro, acusado ou condenado no Estado Contratante requerente, por infração grave ou por fatos incriminatórios previstos em convenções internacionais que não impõem outro modo de repressão, o exame da própria competência e o exercício, se for o caso, da ação penal serão feitos *ex officio*, sem exceção e sem atraso.

3. Nos casos previstos nos parágrafos 1 e 2, o Estado Contratante requerente transmitirá gratuitamente ao outro Estado os documentos, informações e objetos vinculados ao crime. O Estado Contratante requerente será informado sobre o resultado do seu pedido.

ARTIGO V

Procedimentos para a extradição

1. Sem prejuízo das disposições do artigo 6, o pedido de extradição deverá ser apresentado por escrito e encaminhado pela via diplomática.

2. O pedido deverá ser acompanhado de documentação que contenha:

a) dados de identificação da pessoa procurada, juntamente com quaisquer outras informações que possam ajudar a estabelecer sua identidade, nacionalidade (cidadania) e local onde se encontra;

b) informações sobre o crime que motivou o pedido de extradição;

c) os textos da lei aplicáveis ao caso;

d) no caso de uma pessoa condenada, original ou cópia autenticada da decisão condenatória e do mandado de execução da pena de prisão ou ato equivalente;

e) no caso de uma pessoa indiciada ou acusada, original ou cópia autenticada do mandado de prisão emitido pela autoridade competente no território do Estado Contratante requerente.

3. Caso as informações fornecidas pelo Estado Contratante requerente sejam

consideradas insuficientes para possibilitar ao Estado Contratante requerido tomar uma decisão sobre o caso, em conformidade com o disposto neste Tratado, o Estado Contratante requerido deverá solicitar ao outro Estado as necessárias informações complementares, e poderá fixar um prazo para seu recebimento.

ARTIGO VI

Da Prisão Preventiva

1. Em casos de urgência, a pessoa procurada poderá, em conformidade com a legislação do Estado Contratante requerido, ser presa preventivamente mediante solicitação das autoridades competentes do Estado Contratante requerente. O pedido de prisão preventiva deverá indicar a intenção de que será solicitada a extradição dessa pessoa e incluir uma declaração da existência de mandado de prisão ou sentença condenatória proferida contra a mesma, bem como os dados de sua identificação.

2. A pessoa presa em decorrência de solicitação dessa natureza será libertada após sessenta (60) dias a contar da data de sua detenção se o pedido de extradição não for recebido dentro desse prazo. A libertação da pessoa procurada não exclui uma nova prisão nem extradição se um pedido for posteriormente recebido.

3. O pedido de prisão preventiva também poderá ser transmitido por meio da Organização Internacional da Polícia Criminal - INTERPOL, desde que seja paralelamente comunicado pela via diplomática.

ARTIGO VII

Concurso de Pedidos

Se a extradição de uma pessoa for solicitada em concurso com pedidos de terceiros Estados, seja pelo mesmo crime ou por um outro crime, o Estado Contratante

requerido tomará sua decisão, dentro dos limites previstos na sua legislação, após levar em consideração as circunstâncias da causa, inclusive as disposições sobre a matéria contidas em quaisquer acordos existentes entre o Estado Contratante requerido e os terceiros Estados requerentes, a gravidade e o local do crime, as respectivas datas dos pedidos, a nacionalidade (cidadania) e o local de residência da pessoa procurada e a possibilidade de extradição subsequente para outro Estado requerente.

ARTIGO VIII

Decisão de Extradição e Entrega do Extraditado

1. O Estado Contratante requerido informará ao Estado Contratante requerente, pela via diplomática, a respeito de sua decisão sobre o pedido de extradição.

2. No caso de recusa de um pedido de extradição, o Estado Contratante requerido comunicará também as razões da denegação.

3. Se o pedido for aceito, o Estado Contratante requerente será informado sobre o local e a data de entrega do extraditado, bem como sobre a duração de detenção deste com vistas à sua entrega.

4. O Estado Contratante requerente providenciará a remoção do extraditado do território do Estado Contratante requerido dentro do prazo de trinta (30) dias, admitida prorrogação máxima de trinta (30) dias. Nova prorrogação somente será admitida diante de motivo de força maior. Se a pessoa não for removida dentro desse prazo, o Estado Contratante requerido poderá recusar-se a extraditá-la pelo mesmo crime.

ARTIGO IX

Devolução de Bens

1. Ao deferir um pedido de extradição, o Estado Contratante requerido devolverá ao

Estado Contratante requerente, nos limites da legislação daquele Estado, todos os objetos (inclusive quantias em espécie):

a) que possam ser usados como prova do crime; ou

b) que tenham sido adquiridos pela pessoa procurada em decorrência do crime e que estejam em sua posse ou que tenham sido descobertos posteriormente.

2. Se os objetos em questão estiverem sujeitos a seqüestro ou a confisco no território do Estado Contratante requerido, este poderá, no âmbito de processos pendentes, retê-los temporariamente ou entregá-los sob condição de que os mesmos serão devolvidos.

3. As disposições deste artigo serão aplicadas sem prejuízo do direito do Estado Contratante requerido ou de qualquer outra pessoa que não seja a pessoa procurada. Existindo tal direito, os bens serão devolvidos ao Estado Contratante requerido mediante solicitação e sem ônus, na maior brevidade possível, após a conclusão do processo judiciário.

ARTIGO X

Regra da Especialidade

1. A pessoa extraditada gozará de todos os seus direitos individuais e não será processada, julgada ou detida com vistas à execução de uma sentença ou ordem de prisão por um crime cometido antes da sua entrega, diverso daquele pelo qual a extradição tiver sido concedida, exceto nos seguintes casos:

a) quando o Estado Contratante que entregou a pessoa em questão consentir. O pedido de consentimento deverá ser apresentado por via diplomática, instruído pelos documentos previstos no artigo 5 e juntamente com cópia autêntica de depoimento feito pela pessoa extraditada com respeito ao delito em causa;

b) quando a pessoa extraditada, tendo tido oportunidade de fazê-lo, não houver deixado o território do Estado ao qual foi entregue, transcorridos quarenta e cinco (45) dias de sua liberação definitiva, ou, tendo-o deixado, haja retornado.

2. Quando a tipificação do delito que motivou a acusação for alterada, durante a tramitação do processo, a pessoa extraditada somente será processada, julgada ou condenada caso o delito em causa, em sua nova descrição, continue a ser crime passível de extradição.

3. Uma pessoa não será, sem o consentimento do Estado Contratante requerido, reextraditada para um terceiro Estado em decorrência de um crime cometido antes de sua entrega ou retorno ao Estado Contratante requerente, a menos que, após ter tido oportunidade de deixar o território do Estado ao qual foi entregue, não o tenha feito dentro de um prazo de sessenta (60) dias a contar da data de sua liberação definitiva ou tenha retornado a esse território após tê-lo deixado.

ARTIGO XI

Idiomas Utilizados

O pedido de extradição e os documentos apresentados estarão acompanhados de traduções oficiais para o idioma do Estado Contratante requerido.

ARTIGO XII

Despesas

As despesas referentes à tramitação do pedido de extradição serão custeadas da seguinte maneira:

a) o Estado Contratante requerente deverá tomar todas as providências necessárias com relação à sua representação processual no Estado Contratante requerido referente a quaisquer procedimentos decorrentes do

pedido de extradição, e deverá arcar com as eventuais despesas daí decorrentes;

b) despesas relativas ao transporte da pessoa extraditada serão custeadas pelo Estado Contratante requerente;

c) outras despesas no território do Estado Contratante requerido referentes à tramitação do pedido de extradição serão custeadas pelo Estado Contratante requerido.

ARTIGO XIII

Assistência Jurídica Recíproca

Cada Estado Contratante oferecerá ao outro, nos limites previstos na sua legislação, assistência jurídica em relação ao crime pelo qual foi solicitada a extradição.

ARTIGO XIV

Correlação com Outros Tratados Internacionais

O presente Tratado:

1. Não prejudica as obrigações que os Estados Contratantes ou um deles assumiu ou assumirá em conformidade com qualquer outra convenção internacional de caráter multilateral.

2. Ao mesmo tempo, deve facilitar a eventual aplicação dos princípios contidos nas convenções internacionais já mencionadas.

ARTIGO XV

Disposições finais

1. Este Tratado está sujeito à ratificação e os instrumentos pertinentes serão trocados em Bucareste tão logo quanto possível. O Tratado entrará em vigor na data da troca dos instrumentos de ratificação.

2. O presente Tratado terá duração indeterminada. Contudo, qualquer um dos Estados Contratantes poderá denunciá-lo a qualquer momento, mediante notificação ao outro pela via diplomática. Neste caso, o Tratado deixará de vigorar seis (6) meses após o recebimento da notificação.

Feito em Brasília, em 12 de agosto de 2003, em dois exemplares originais, nos idiomas português e romeno, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Acordo-Marco entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba (doravante denominados “as Partes”),

CONSIDERANDO: A vontade de ambas as Partes, refletidas no Memorando de Entendimento assinado em 04 de março de 1994 e nas emendas subscritas em 27 de maio de 1998 e em 12 de outubro de 2001, onde foram reconhecidos e confirmados os débitos decorrentes de importações cubanas – cartas de crédito honradas pelo Banco do Brasil S.A. junto a exportadores e débitos para com empresas privadas brasileiras.

CONSIDERANDO que o Banco Nacional de Cuba visa a ratificar o reconhecimento de suas dívidas junto aos credores brasileiros, conforme consta do Artigo II infra e do Anexo I que é parte integrante deste Acordo-Marco, e tem o firme interesse em regularizar os seus débitos junto aos mesmos.

INTERESSADOS em desenvolver em um nível maior e diversificar as relações econômicas, comerciais e financeiras entre os dois países, sobre a base dos interesses mútuos.

RECONHECENDO a importância que representa este Acordo-Marco na busca de uma solução que visa normalizar as relações econômicas e financeiras bilaterais que permitiram incrementar, com bases equilibradas, o fluxo comercial entre as Partes.

ACORDAM:

ARTIGO I

Manter uma ligação permanente e uma

avaliação periódica que permitam encontrar arranjos mutuamente vantajosos para a solução do problema das dívidas pendentes, que mantém a Parte cubana com a Parte brasileira tendo em mente que, desde 1996 foi liqüidada totalmente a dívida originada pelo Crédito assinado em 12 de maio de 1988 pelo Banco do Brasil S.A. – CACEX e o Banco do Nacional de Cuba, ao abrigo do extinto “Fundo do Financiamento às Exportações (FINEX)”;

ARTIGO II

Os débitos das Entidades Comerciais e Financeiras da República de Cuba para com as Entidades Comerciais e Financeiras da República Federativa do Brasil incluídos neste Acordo, abaixo indicados, serão liqüidados na seguinte ordem de prioridade:

1. Dívida do Banco Nacional de Cuba para com o Banco do Brasil S.A.
2. Dívida do Banco Nacional de Cuba junto às empresas privadas brasileiras.

ARTIGO III

Ao serem firmados quaisquer novos acordos ou contratos comerciais entre as Entidades da República de Cuba e da República Federativa do Brasil, referentes às exportações cubanas de produtos ou serviços da área de saúde, tais como vacinas, outros medicamentos para uso humano, meios de diagnóstico, equipamentos médicos, pagamentos referentes a royalties sobre a venda de produtos farmacêuticos, o produto veterinário – vacina recombinante contra o carapato, embarcações pesqueiras de lagosta, terminadas ou semi-elaboradas, e quaisquer outros produtos ou serviços que, eventualmente, possam ser escolhidos por acordo de ambas as Partes, e até que os débitos indicados no itens 1 e 2 do Artigo II do presente Acordo, sejam totalmente liqüidados, os

recursos derivados serão aplicados da seguinte forma, exceto para as embarcações pesqueiras de lagosta, terminadas ou semi-elaboradas :

1. 20% (vinte por cento) do valor de cada exportação cubana à República Federativa do Brasil, dos produtos mencionados no caput do presente Artigo, que será creditado na conta da Direção Geral no Banco do Brasil S.A., Agência Frankfurt, Alemanha, será destinado à amortização dos débitos referidos no Artigo II.

2. 20% (vinte por cento) do valor de cada exportação cubana à República Federativa do Brasil, dos produtos mencionados no caput do presente Artigo, será creditado na “Escrow Account”. O Acordo “Escrow Account”, que regulamenta a utilização da referida conta, foi assinado em outubro do ano 2001 pelo Banco Nacional de Cuba, o Banco do Brasil S.A. e o Banco Internacional de Comércio S.A.

3. 60% (sessenta por cento) do valor de cada exportação cubana à República Federativa do Brasil, dos produtos mencionados no caput do presente Artigo, serão creditados na conta em Euros nº 140-00133954-00-888, no Dresdner Lateinamerika Bank, Hamburgo, Alemanha.

As aplicações, no caso de exportações cubanas envolvendo embarcações pesqueiras de lagosta, terminadas ou semi-elaboradas, serão realizadas, respectivamente, nos percentuais de: 10 % - 30 % - 60% para os mesmos conceitos que aparecem detalhados nos pontos 1, 2 e 3 acima.

ARTIGO IV

As instituições financeiras bancárias brasileira e cubana envolvidas na implementação dos termos gerais expressos no presente Acordo-Marco, realizarão as negociações e subscreverão os acordos

técnicos bancários e instrumentos jurídicos, visando a instrumentalizar e regulamentar adequadamente o pagamento da dívida e demais obrigações existentes entre as Partes.

ARTIGO V

O presente Acordo-Marco poderá ser emendado com o consentimento mútuo, a pedido de quaisquer uma das Partes, e as modificações mutualmente acordadas surtirão efeito na data em que ambas as Partes o notificarem uma à outra. Qualquer diferença e/ou conflito de interpretação ou execução deste Acordo-Marco serão resolvidos de mútuo acordo entre as Partes.

ARTIGO VI

O presente Acordo-Marco entrará em vigor na data de sua assinatura e permanecerá válido até que as dívidas para com as Entidades brasileiras mencionadas no Artigo II, sejam totalmente liquidadas.

Os acordos e contratos comerciais e financeiros que se firmem com as Entidades da República Federativa do Brasil e República de Cuba no contexto do presente Acordo-Marco submeter-se-ão à Lei Brasileira e aos Tribunais da cidade de Brasília, Brasil, salvo pacto em contrário das referidas Entidades.

Lavrado na cidade de Havana, no dia 26 de setembro de 2003, em quatro originais, dois em língua portuguesa e dois em língua espanhola, tendo todos os textos igual teor e conteúdo.

A NEXO I

A) Dívida do Banco Nacional de Cuba para com o Banco do Brasil S.A. (valores conciliados em 30/06/2003):

VALORES EM EUROS (€)

PRINCIPAL -	21.652.699,44
JUROS CONTRATUAIS -	309.611,85
JUROS DE MORA -	19.877.593,33
TOTAL DA DÍVIDA -	41.839.904,62

A.1) Os juros estabelecidos entre o Banco do Brasil S.A. e o Banco Nacional de Cuba são a taxa LIBOR – “London Interbank Offered Rates” em EUROS para 6 meses mais spread de 2,5% a.a., atualizada semestralmente, sem capitalização, computado o número real de dias transcorridos em cada período, considerando o ano de trezentos e sessenta dias.

A.2) Os pagamentos efetuados serão imputados com a seguinte prioridade, na ordem cronológica do vencimento, iniciando-se pelos mais antigos: juros de mora, juros vencidos e principal vencido.

B) As Partes comprometem-se a elaborar, conjuntamente, uma lista das dívidas referidas no item 2, do Artigo II do presente Acordo-Marco para fins de operacionalizar seu pagamento.

C) Todos os pagamentos do Banco Nacional de Cuba serão feitos de livre disponibilidade e sem dedução de quaisquer impostos, taxas e encargos, presentes ou futuros exigidos pela República de Cuba ou por qualquer Estado soberano ou arrecadados em nome de quaisquer autoridades da República de Cuba, assim como quaisquer outras autoridades governamentais.

D) Ambas as Partes podem ceder seus direitos e obrigações previstos neste Acordo, com prévio consentimento por escrito da outra Parte.

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

Comunicado à imprensa a respeito da decisão dos EUA sobre assistência militar e o TPI (01.07.03)

O Governo brasileiro tomou conhecimento da decisão dos EUA de suspender a assistência militar a cerca de 50 países, entre os quais o Brasil, que não se dispuseram a assinar acordo bilateral com os EUA, ao amparo do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (TPI). Tal acordo daria imunidade de jurisdição aos cidadãos dos EUA.

O objetivo do TPI é impedir que permaneçam impunes indivíduos acusados da prática de crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídio. No entendimento brasileiro, o acordo proposto pelos EUA seria contrário à letra e ao espírito do Estatuto de Roma e atentaria contra a igualdade jurídica dos Estados. Ademais, sob o prisma estritamente jurídico, por ser parte de tal Estatuto, o Brasil não poderia afastar, pela via bilateral, obrigação contraída em âmbito multilateral. Por esses motivos, o Brasil não tenciona firmar o acordo bilateral proposto pelos EUA.

A assistência militar atualmente prestada pelos EUA ao Brasil não é significativa. O Governo brasileiro reitera seu interesse em preservar as tradicionais relações e a cooperação entre as Forças Armadas dos dois países.

Comunicado à imprensa a respeito da reunião sobre Mudança do Clima (02.07.03)

O Governo japonês formulou convite ao Brasil para co-presidir reunião informal de representantes governamentais sobre temas afetos ao futuro do Protocolo de Quioto. A reunião, que se realiza em Tóquio, no período de 2 a 4 de julho, é co-presidida pelo Brasil e pelo Japão, com o objetivo de contribuir, de maneira direta, para encaminhar o futuro debate sobre o segundo período de cumprimento do Protocolo de Quioto (pós-2012).

Foram convidados para participar do mencionado evento os seguintes países: África do Sul, Alemanha, Austrália, Canadá, China, Coréia do Sul, Estados Unidos, Irã, Índia, México e Reino Unido.

O temário do seminário prevê basicamente três tópicos: i) as ações adotadas no plano doméstico com vistas à redução de emissões de gases de efeito estufa; ii) a interação dessas iniciativas com o Protocolo de Quioto; e iii) o futuro do regime internacional de mudança do clima.

A delegação brasileira é chefiada pelo Ministro Everton Vieira Vargas, Diretor-Geral do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Itamaraty, e integrada pelo Dr. José Domingos Gonzales Miguez,

Coordenador Geral de Mudanças Globais de Clima, Meteorologia, Climatologia e Hidrologia do Ministério de Ciência e Tecnologia, além de funcionários diplomáticos.

A co-presidência do Brasil na reunião de Tóquio reforça o engajamento do Governo brasileiro no êxito do regime internacional sobre mudança do clima e na pronta entrada em vigor do Protocolo de Quioto.

Durante a estada em Tóquio, os membros da delegação brasileira, além de participarem do seminário, devem manter encontros bilaterais com representantes japoneses dos setores governamental, acadêmico, empresarial e industrial, com vistas a discutir energias renováveis, especialmente o álcool combustível e seus aspectos ambientais.

Nota Conjunta com o Ministério da Defesa – Brasil contribui com dois aviões de transporte para a Força Multilateral Temporária de Emergência das Nações Unidas em Bunia, República Democrática do Congo (03.07.03)

O Brasil cedeu dois aviões de transporte Hércules C-130 para a Força Multilateral Temporária de Emergência (IEMF) das Nações Unidas em Bunia, na República Democrática do Congo (RDC). Os aviões, da Força Aérea Brasileira, que decolam neste domingo, dia 6 de julho de 2003, estão sendo cedidos com suas tripulações e deverão ficar à disposição da IEMF até 1º de setembro de 2003, término do mandato da Missão.

A autorização para envio dos dois aviões ao exterior e para sua participação na IEMF foi concedida pelo Congresso Nacional, conforme o decreto legislativo nº 328, de 2 de julho de 2003.

A IEMF foi estabelecida em 30 de maio de 2003, pela Resolução 1484 (2003) do

Conselho de Segurança das Nações Unidas, aprovada com voto unânime de seus quinze membros, para estabilizar a situação na região em torno da cidade de Bunia, na região de Ituri, no leste da RDC. No mês de maio passado, choques armados entre milícias rivais irromperam em Bunia, criando uma grave situação humanitária e ameaçando a segurança na RDC e na região dos Grandes Lagos.

A IEMF, que é coordenada pela França, com apoio da União Européia e de outros países, começou a tomar posições em Bunia no último dia 6 de junho, e sua presença já contribuiu significativamente para a redução da violência e o alívio do sofrimento da população civil. Os aviões da FAB contribuirão para a capacidade de transporte de tropas e equipamentos da IEMF e servirão em apoio ao batalhão uruguai que se encontra naquela região, integrado na Missão das Nações Unidas no Congo (MONUC), desde 2001.

Os Acordos de Cessar-Fogo de Lusaka, de 10 de julho de 1999, visam a encerrar a guerra civil e a interferência de forças externas nos assuntos da RDC. O Conselho de Segurança das Nações Unidas, por meio das resoluções 1258 e 1279 (1999), estabeleceu uma força de manutenção da paz, a MONUC, para apoiar a implementação dos Acordos de Lusaka e o retorno da RDC a condições de paz e estabilidade. Os recentes combates na região de Bunia ameaçam os objetivos das Nações Unidas na RDC e ultrapassam a capacidade e o mandato da MONUC, razão pela qual foi decidido enviar a IEMF.

Os aviões da FAB deverão integrar-se à IEMF em 8 de julho corrente, em processo coordenado pelos Ministérios da Defesa do Brasil e da França.

Comunicado à imprensa sobre o Processo de Paz no Oriente Médio (04.07.03)

O Governo brasileiro tomou conhecimento com satisfação dos esforços de paz empreendidos pelas partes envolvidas no conflito entre israelenses e palestinos. A decisão do Governo israelense de retirar suas forças militares de áreas ocupadas em Gaza e a trégua anunciada por grupos palestinos na Intifada armada constituem passos importantes no impulso do processo de paz. O forte comprometimento das lideranças de ambas as partes é fundamental para que cesse a violência na região.

O Governo brasileiro apóia os esforços de mediação e negociação com vistas a assegurar a continuidade do Roteiro de Paz (“Road Map”). O Brasil defende a criação de um Estado palestino independente, de acordo com as legítimas aspirações do seu povo, e o direito do Estado de Israel de existir dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas. O Brasil está disposto a contribuir para o sucesso das negociações naquilo que estiver a seu alcance, sob a égide das Nações Unidas.

O Brasil exorta as partes a se manterem coesas para alcançar uma paz duradoura no Oriente Médio.

Comunicado à imprensa sobre pedido de painel na OMC relativo ao regime açucareiro das Comunidades Européias (08.07.03)

A Missão do Brasil em Genebra está sendo instruída a entregar, à presidência do Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da Organização Mundial do Comércio (OMC), pedido de estabelecimento de painel para exame das reclamações brasileiras relativas ao regime açucareiro das Comunidades

Européias (CE). O pedido brasileiro deverá constar da agenda da próxima reunião do OSC, prevista para o dia 21 de julho de 2003. As Missões da Austrália e da Tailândia também estarão encaminhando cartas ao OSC com o mesmo teor.

Em 27 de setembro de 2002, o Brasil solicitou consultas às CE para discutir os subsídios comunitários às exportações de açúcar. As consultas, realizadas nos dias 21 e 22 de novembro do mesmo ano, em Genebra, não conduziram a solução mutuamente satisfatória do contencioso. Tendo presente a inexistência de propostas ou ações que possam resultar em entendimento satisfatório para todas as partes, o Governo brasileiro decidiu dar seguimento aos procedimentos previstos no mecanismo de solução de controvérsias da OMC.

Ao solicitar o estabelecimento do painel, o Brasil procura resguardar seus direitos sob as disciplinas multilaterais de comércio e assegurar o cumprimento, pelas Comunidades, das obrigações contratadas na Rodada Uruguai. Trata-se, portanto, de zelar pela preservação de direitos e compromissos previstos nos Acordos de Agricultura e de Subsídios e Medidas Compensatórias, em vigor desde 1995.

O pedido de estabelecimento de painel levanta duas questões centrais, ambas relativas ao descumprimento, pelas Comunidades, dos compromissos de redução de subsídios à exportação, assumidos na Rodada Uruguai. São elas: (a) as exportações de excedentes de açúcar (tipo “C”), que se beneficiam de subsídios provenientes de mecanismos de proteção e de incentivos à produção; e (b) o pagamento de subsídios na exportação de volume de açúcar equivalente àquele importado de determinados países que

se beneficiam de preferências tarifárias, sem que tais subsídios sejam incluídos nos cálculos relativos ao compromisso de redução assumido pelas CE na Rodada Uruguai.

O pedido de estabelecimento de painel não questiona a concessão das referidas preferências tarifárias, que as Comunidades Européias concedem a alguns países da África, Caribe e Pacífico (os chamados ACP).

Ata Final da III Reunião da Comissão Geral Brasil-França (08.07.03)

A III Reunião da Comissão Geral Brasil-França, criada pelo Acordo-Quadro de Cooperação de 28 de maio de 1996, teve lugar em Paris, nos dias 7 e 8 de julho de 2003, sob a presidência de Dominique de Villepin, Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Francesa, e Celso Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil.

Os trabalhos das Comissões Temáticas – 1) cooperação científica e técnica; 2) cooperação audiovisual, cultural e lingüística; 3) assuntos econômicos – e as consultas políticas permitiram às duas partes medir a qualidade e a densidade de suas relações bilaterais e fixar os objetivos seguintes, que os dois Governos se comprometem a perseguir no curso dos próximos anos.

1- A França e o Brasil defendem uma visão comum de um mundo multipolar e reafirmam o seu compromisso em favorecer o tratamento multilateral dos grandes desafios internacionais.

Recentes situações de conflito e de pós-conflito confirmaram a importância do envolvimento das instituições multilaterais nas questões relativas à paz e à segurança internacionais. Por isso, ambas as partes insistem no papel das Nações Unidas, com

destaque para o equacionamento diplomático de situações de conflito.

Ambas as partes manifestam o desejo de cooperar para preservar e reforçar o papel das Nações Unidas na solução de crises internacionais e na manutenção da paz. Apóiam a reforma e a ampliação do Conselho de Segurança, a fim de que este tenha acrescida sua legitimidade e representatividade. Lembram, a respeito, o apoio concedido pela França, por ocasião de encontro bilateral ocorrido em abril de 2003, em Paris, para que o Brasil venha a ocupar um assento de membro permanente no Conselho de Segurança, no quadro de uma reforma daquele órgão.

No seguimento das Cúpulas de Monterrey e Joanesburgo, as partes buscarão coordenar suas posições, com vistas a fazer progredir os grandes temas da governança global, notadamente o desenvolvimento sustentável e a luta contra a pobreza.

A algumas semanas da reunião ministerial de Cancún, as partes afirmam sua determinação comum em agir no sentido de que as negociações comerciais multilaterais atinjam resultados que permitam responder aos objetivos da Agenda de Desenvolvimento de Doha.

As partes realçaram a utilidade do diálogo ampliado entre países do G8 e os grandes países emergentes, realizado em 1 de junho, durante a Cúpula de Evian. Desejam que este diálogo prossiga, em particular no que se refere à proposta do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de criar um fundo mundial de combate à fome. As duas partes comprometeram-se a estabelecer um grupo de reflexão sobre esta questão. Coincidiram na urgência de se encontrarem soluções para a escassez de recursos necessários ao combate

à fome e à pobreza extrema.

As partes expressaram a opinião de que o processo de globalização leve em conta a necessidade de inclusão social das populações mais pobres.

As partes dispensaram atenção prioritária à situação do continente africano e adotaram como objetivo ajudar o engajamento firme daquela região na via do desenvolvimento e do crescimento. Decidiram realizar cooperações triangulares com países africanos, especialmente no domínio da luta contra a AIDS.

As partes prosseguirão sua concertação sobre a arquitetura financeira internacional, especialmente sobre as perspectivas de reforma dos mecanismos de prevenção e de solução de crises.

Buscarão aproximar suas posições sobre a questão da diversidade cultural, em particular no contexto das discussões em curso na UNESCO sobre a negociação de uma convenção internacional sobre a matéria.

As partes concordaram em desenvolver uma cooperação regular no domínio do meio ambiente, que será objeto de uma futura declaração comum das *duas Ministras da Ecologia e do Desenvolvimento Sustentável e do Meio Ambiente*.

2- A França e o Brasil participarão no desenvolvimento, em todas as suas vertentes, da parceria estratégica entre a União Européia e os países da América Latina, definida nas Cúpulas de Chefes de Estado do Rio de Janeiro, em 1999, e de Madri, em 2002.

Sob esta ótica, as partes felicitaram-se pelos importantes progressos de integração do MERCOSUL e da América do Sul, bem como pelas perspectivas abertas pelo

alargamento da União Européia e pelos trabalhos da Convenção para o Futuro da Europa. Nesse contexto, as duas partes salientaram os esforços atuais com vistas à integração física na América do Sul, que criam, ao mesmo tempo, necessidades adicionais de recursos e novas oportunidades de investimento. Como país que ocupa uma posição importante nos investimentos na América do Sul, a França manifestou seu interesse em explorar novas oportunidades na região. As partes darão seguimento aos programas de cooperação universitária, institucional e técnica que visem a reforçar o processo de integração regional do MERCOSUL.

As partes reafirmaram o caráter estratégico do Acordo de Associação entre a União Européia e o MERCOSUL, que permitirá reforçar o diálogo político, os intercâmbios econômicos e as ações de cooperação. As partes comprometeram-se a apoiar a dinâmica positiva do processo de negociações, não apenas para aumentar o acesso mútuo a nossos mercados, mas também como forma de manter o equilíbrio entre os diversos processos em andamento.

Essa perspectiva contribui para a corrente de intercâmbios comerciais bilaterais e o fluxo substancial de investimentos diretos franceses no Brasil, que as partes desenvolverão, assegurando a estabilidade do quadro legal e regulamentar. Nesse contexto, as duas partes comprometem-se a explorar formas criativas de cooperação na área agrícola, em particular no plano sanitário e fitossanitário.

3- A França e o Brasil reforçarão sua cooperação para consolidar os intercâmbios – institucionais e humanos – entre os dois países e apoiar a modernização da economia

e do desenvolvimento social do Brasil.

As duas partes darão seguimento à política de parceria científica e tecnológica pelo estabelecimento de relações duráveis entre as instituições científicas. Elas aprofundarão as cooperações setoriais (pesquisas, ciências humanas e sociais, nanotecnologias), assim como os programas, centrados em *tecnologias inovadoras, que contribuam para a modernização do aparelho de produção brasileiro*. As partes darão atenção redobrada à atual parceria no campo aeroespacial, cujo potencial deveria ser ainda mais reforçado.

As partes darão grande atenção à cooperação em matéria de reforma do Estado e desenvolverão intercâmbios entre instituições públicas e as grandes escolas da função pública dos dois países, em particular sobre os temas do desenvolvimento territorial, da segurança pública e da luta contra a criminalidade organizada, do trabalho interministerial e do planejamento estratégico.

As partes concordaram em aprofundar as cooperações técnicas existentes e iniciar novos projetos para apoiar as prioridades sociais do Governo brasileiro, em setores tais como agricultura familiar durável, saúde pública de base, economia social e solidária, luta contra o analfabetismo, ensino pré-escolar e serviços públicos essenciais.

Para promover a diversidade cultural e o pluralismo lingüístico, as partes darão continuidade à sua política de cooperação entre grandes instituições culturais, em particular no quadro da Temporada do Brasil na França em 2005, com vistas a facilitar o intercâmbio de profissionais, a difusão e a co-produção cultural, a formação de jovens criadores e o ensino das línguas portuguesa

e francesa, respectivamente, na França e no Brasil.

As duas partes concordaram em estabelecer um diálogo no campo do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável, com vistas a um intercâmbio sobre temas de interesse comum no que se refere às negociações multilaterais e à cooperação bilateral. Nesse contexto, salientaram a importância dos instrumentos multilaterais no tratamento das questões ambientais globais, em particular no que diz respeito às mudanças do clima. Quanto à cooperação bilateral, as duas partes aprofundarão os intercâmbios no campo de recursos hídricos, parques nacionais, biodiversidade e florestas.

As partes darão seguimento à cooperação transfronteiriça, especialmente no domínio do desenvolvimento sustentável, assim como nos da formação e do ensino de línguas, das infra-estruturas de transportes (ponte sobre o Rio Oiapoque), da água potável e da saúde.

Feito em Paris, em 8 de julho de 2003, em dois exemplares, em francês e em português, os dois textos tendo igualmente fé.

Comunicado à imprensa sobre painel da OMC que deu ganho de causa ao Brasil e demais demandantes contra salvaguardas dos EUA sobre produtos siderúrgicos (11.07.03)

Painel da OMC, estabelecido a pedido do Brasil, China, Comunidades Européias, Coréia, Japão, Noruega, Nova Zelândia e Suíça (co-demandantes), determinou hoje, 11 de julho, que todas as salvaguardas impostas pelos EUA sobre importações de 10 categorias de produtos siderúrgicos violam as disciplinas multilaterais de comércio. O painel aceitou os principais

argumentos dos co-demandantes.

O Governo brasileiro recebe com satisfação a decisão do painel e manifesta sua expectativa de que os EUA revoguem prontamente as medidas de salvaguarda tidas como incompatíveis com as normas da OMC.

As salvaguardas dos EUA estão em vigor desde 5 de março de 2002.

Comunicado à imprensa por ocasião do VIII Conselho de Ministros da CPLP (16.07.03)

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, presidirá, nos próximos dias 17 e 18 de julho, em Coimbra, Portugal, o VIII Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP. O Conselho será presidido pelo Brasil até julho de 2004. É a primeira vez na história da Comunidade que um Estado membro exerce a Presidência do Conselho por dois anos, coincidentes com a Presidência da Conferência de Chefes de Estado e de Governo, órgão máximo da Comunidade.

O Presidente da República visitou, em 11 de julho, a sede da CPLP, durante sua visita de Estado a Portugal. O gesto é a expressão pública da alta prioridade que o Governo concede às relações do Brasil com os países membros da CPLP.

A reunião do Conselho de Ministros da CPLP deverá permitir o exame da situação na República de São Tomé e Príncipe, Estado membro da Comunidade. O Governo brasileiro condena e repudia firmemente o golpe militar ocorrido nesta madrugada naquele país. O Brasil, na sua condição de atual Presidente da CPLP, buscará, com os Governos dos demais países da Comunidade, contribuir para o pronto restabelecimento da

ordem democrática em São Tomé e Príncipe.

A CPLP vem funcionando com crescente eficiência, dinamismo e abrangência: foram criados grupos informais para coordenar posições e discutir temas da agenda internacional, inclusive candidaturas dos Estados-membros nas Nações Unidas, entre as quais a do Primeiro-Ministro Pascoal Mocumbi, de Moçambique, a Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde; estão sendo acompanhadas as situações internas de Angola – que inaugura sua fase de reconstrução nacional – de Timor Leste e de Guiné-Bissau; apresentaram-se projetos nas áreas de governo eletrônico, telecomunicações e saúde; têm sido realizadas reuniões de alto nível sobre diferentes temas.

Com o apoio de técnicos dos Ministérios da Saúde do Brasil e de Portugal, foi concluído o projeto conjunto da CPLP de luta contra o HTV/SIDA, apresentado ao Fundo Global de Combate à AIDS, Tuberculose e Malária.

O Brasil considera especialmente relevante a cooperação com os Estados-membros da Comunidade e, desde 2000, já destinou mais de US\$ 1,4 milhão para o Fundo Especial da CPLP para financiamento das iniciativas de cooperação. No Conselho de Ministros de Coimbra, o Ministro Celso Amorim deverá fazer anúncio de mais recursos brasileiros para o Fundo Especial, do qual o Brasil é o maior provedor.

O Brasil foi sede do II Fórum Empresarial da CPLP, nos últimos dias 10 e 11 de junho, em Fortaleza, que serviu à prospecção de novas oportunidades de negócios e investimentos. No evento, foi acordada a criação do Conselho Empresarial da CPLP (CECPLP), para promover a ampliação dos fluxos de comércio e investimento entre os Estados-membros.

A Presidência brasileira da Comunidade está dando especial atenção ao fortalecimento do Instituto Internacional da Língua Portuguesa e aos esforços do Instituto Camões e do Secretariado Executivo da CPLP para a instalação do Centro de Línguas Oficiais de Díli, no Timor Leste, como parte das atividades voltadas para a promoção da língua portuguesa no mundo.

Declaração da CPLP sobre o golpe militar em São Tomé e Príncipe (16.07.03)

Declaração do Comitê de Concertação Permanente da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a respeito do golpe militar em São Tomé e Príncipe:

Face aos acontecimentos registrados no país irmão São Tomé e Príncipe, o Comitê de Concertação Permanente da CPLP, reunido em sessão extraordinária nesta data, condena com firmeza a sublevação militar ali ocorrida.

A CPLP, no cumprimento de seu estatuto e na essência democrática que é o substrato da Comunidade de nossos países, rejeita a assunção do poder que não respeita os princípios constitucionais vigentes em São Tomé e Príncipe. A alternância no poder deve sempre ter lugar por meio dos processos democráticos institucionalmente consagrados.

A CPLP insta os revoltosos a que cessem a rebelião, restabelecendo a ordem constitucional e a legalidade democrática, libertando os membros do Governo e outros detidos sem que haja violência no país.

Comunicado à imprensa sobre a situação em São Tomé e Príncipe (16.07.03)

O Governo brasileiro condena e repudia firmemente o golpe militar ocorrido nesta madrugada na República de São Tomé e

Príncipe, Estado-membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Conclama os revoltosos a cessar de imediato o movimento, permitindo o pronto restabelecimento do regime constitucional e da ordem democrática.

No último mês de abril, foi ativada a Embaixada do Brasil em São Tomé. A Encarregada de Negócios do Brasil, com quem o Itamaraty já manteve contato direto, informou que os brasileiros radicados em São Tomé e Príncipe, sobretudo religiosos e missionários, estão bem e que a situação na capital é, no momento, calma.

Ademais da pequena comunidade referida, encontram-se atualmente em São Tomé e Príncipe, cerca de 15 brasileiros, entre funcionários diplomáticos e membros de delegações técnicas que se deslocaram recentemente ao país: três técnicos da Agência Nacional do Petróleo, quatro consultores do Ministério da Educação e técnicos da Agência Brasileira de Cooperação.

No âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que já emitiu declaração de condenação ao golpe, o Brasil, atual Presidente da CPLP, está acompanhando a situação em São Tomé e Príncipe, buscando, com os Governos dos demais Estados-membros da Comunidade, contribuir para o pronto restabelecimento da ordem democrática naquele país.

Declaração do Conselho de Ministros da CPLP sobre a situação em São Tomé e Príncipe (17.07.03)

Declaração emanada da VIII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa sobre a situação em São Tomé

e Príncipe:

O Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, reunido em Coimbra, ao analisar a situação prevalecente na República Democrática de São Tomé e Príncipe, reiterou as posições assumidas pelo Comitê de Concertação Permanente da CPLP e pelos Ministros das Relações Exteriores e dos Negócios Estrangeiros dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa de condenação à interrupção da ordem democrática naquele Estado membro.

O Conselho de Ministros da CPLP afirma a necessidade do retorno imediato e incondicional ao normal funcionamento das instituições democráticas em São Tomé e Príncipe. Ao apelar ao cumprimento dos princípios constitucionais, a CPLP insta os revoltosos a assegurarem a integridade física e a libertação imediata de todos os detidos.

O Conselho de Ministros da CPLP exorta o Povo de São Tomé e Príncipe a manter a serenidade e a restabelecer, pela via do diálogo, a ordem e a legalidade democráticas.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa manifesta a sua firme vontade de contribuir, em coordenação com os organismos regionais africanos, para a pronta normalização institucional em São Tomé e Príncipe, indicando sua disposição de designar uma representação para integrar uma missão que ajude a encontrar uma solução para a crise.

Comunicado à imprensa sobre a situação em São Tomé e Príncipe (18.07.03)

Com o objetivo de contribuir para o pronto retorno à normalidade institucional

na República Democrática de São Tomé e Príncipe, ainda afetada por sublevação militar, o Conselho de Ministros da CPLP, reunido na cidade de Coimbra, em Portugal, sob a presidência do Ministro Celso Amorim, decidiu enviar de imediato missão de bons ofícios àquele Estado-membro.

A missão da CPLP será integrada pelo Ministro do Interior de Angola, Oswaldo Serra Van-Dúnem, e pelo Embaixador do Brasil em Luanda, Jorge Taunay, e se coordenará com representantes de países que integram organismos regionais africanos também associados no esforço de promoção de uma solução para a crise santomense. A missão irá manter conversações com os revoltosos, somando-se assim às gestões que já vêm sendo lideradas, na capital santomense, desde o início da sublevação militar, pelo Embaixador de Portugal em São Tomé, com a participação, também, da Encarregada de Negócios do Brasil em São Tomé, Conselheira Eliana da Costa e Silva Puglia.

A Conselheira Eliana Puglia esteve presente hoje, dia 18, no Quartel General de São Tomé, por ocasião de manifestação por escrito do grupo revoltoso, pela qual solicita a mediação da CPLP, junto com outros países, para a *solução da crise*.

O Governo brasileiro soma-se, ademais, a todo o conjunto da comunidade internacional, inclusive à União Africana, às organizações regionais da África e aos Governos dos países africanos, ao reiterar sua condenação e repúdio à quebra da ordem institucional em São Tomé e Príncipe.

O Governo brasileiro conclama os revoltosos a procederem prontamente à libertação de todos os detidos e ao retorno à

legalidade.

A comunidade brasileira em São Tomé e Príncipe, bem como os membros das missões brasileiras da Agência Nacional do Petróleo, do Ministério da Educação e da Agência Brasileira de Cooperação, em visitas de cooperação técnica ao país no momento em que eclodiu a sublevação, encontram-se bem. Todos mantêm contato estreito com a representação diplomática brasileira naquele país. Os membros dessas missões brasileiras deverão partir em breve de São Tomé, por vôos comerciais cuja normalização se espera para as próximas horas, tendo o espaço aéreo do país sido liberado desde as 9:00 horas de hoje.

Declaração do Grupo do Rio sobre a situação em São Tomé e Príncipe (21.07.03)

O Grupo do Rio expressa sua mais enérgica condenação ao golpe de Estado perpetrado na República de São Tomé e Príncipe, e manifesta sua grande preocupação pelo impacto negativo que essa ação ilegal tem para a paz, a estabilidade e o desenvolvimento do país e da região da África Ocidental.

O Grupo do Rio faz um apelo urgente aos golpistas para que restabeleçam, com a maior brevidade possível, o regime constitucional e a ordem democrática.

O Grupo do Rio associa-se às declarações emitidas pelos Presidentes da União Africana e da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, bem como pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, manifestando reconhecimento e apoio aos esforços que estão sendo realizados em favor do restabelecimento da ordem e da restauração do Estado de Direito no país.

Comunicado Conjunto à imprensa dos Presidentes da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da República do Suriname, Runaldo Ronald Venetiaan (22.07.03)

1. Atendendo a convite do Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente do Suriname, Runaldo Ronald Venetiaan, acompanhado de membros de seu Gabinete ministerial, realizou visita de trabalho a Brasília, em 22 de julho de 2003.

2. Os Presidentes assinalaram o combate à fome e à pobreza como elementos essenciais de sua visão de desenvolvimento, estando o Governo brasileiro plenamente disposto a cooperar com o Governo surinamês na implementação de políticas eficazes de saúde, educação e de promoção social.

3. Os Presidentes assinalaram a prioridade atribuída à integração sul-americana. Sem prejuízo da dimensão caribenha decorrente de sua situação geográfica, o Suriname deseja integrar-se, também, progressivamente, à América do Sul. O Governo brasileiro manifestou compromisso de apoiar a integração do Suriname ao continente.

4. Os Presidentes referiram-se ao fortalecimento do regionalismo, com democracia e segurança como pilares importantes da integração regional. Ambos os Presidentes sublinharam o papel fundamental da Organização dos Estados Americanos (OEA) a esse respeito.

5. Os Presidentes sublinharam a importância de uma atmosfera pacífica, harmoniosa e cooperativa entre os países da América do Sul, e reafirmaram sua adesão ao princípio de resolução pacífica das disputas entre países do continente.

6. Conscientes de que a infra-estrutura

física é essencial para a integração, os Presidentes determinaram que as autoridades competentes nos dois países examinem projetos concretos que facilitem a ligação viária do Suriname com o Brasil. Nesse sentido, ressaltaram a importância da próxima realização de seminário, patrocinado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pela Corporação Andina de Fomento (CAF), no Rio de Janeiro, em agosto de 2003, com o propósito de examinar alternativas de financiamento de obras de infra-estrutura nos países sul-americanos.

7. O Governo do Suriname identificará, entre outros, projetos nas áreas de energia e de exploração mineral a serem considerados para financiamento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e, com a mesma finalidade, será examinado o estabelecimento de uma linha de navegação regular entre o Brasil e Suriname.

8. No âmbito da Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), ressaltaram a importância da interconexão viária entre o Brasil, a Venezuela, a Guiana e o Suriname para o aumento dos fluxos comerciais e turísticos no norte da América do Sul.

9. Os Presidentes examinaram os principais temas da realidade internacional e concordaram com a necessidade de reforma do sistema das Nações Unidas, em particular do Conselho de Segurança. Nesse contexto, o Presidente Runaldo Ronald Venetiaan manifestou o apoio do Suriname à participação do Brasil no Conselho de Segurança como membro permanente. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva manifestou o vivo reconhecimento do Brasil

a este importante apoio.

10. Os Presidentes coincidiram em que o narcotráfico constitui grave ameaça à segurança, à democracia e ao Estado de Direito. Ressaltaram que estreita cooperação é necessária para combater eficazmente a produção, o tráfico e o consumo de drogas ilícitas. Nesse contexto, reafirmaram o compromisso de estreitar ainda mais a cooperação bilateral no que se refere ao controle e à vigilância nas zonas de fronteira.

11. No âmbito dos mecanismos de cooperação na área de segurança, defesa e meio ambiente, os Presidentes acordaram o acesso progressivo do Suriname a informações geradas pelo Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), com vistas a alcançar a sua integração ao sistema, sem prejuízo das possíveis aplicações do SIVAM em outros campos da relação bilateral.

12. Os Presidentes saudaram a instalação, em Brasília, da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), a qual constitui valioso mecanismo de coordenação política e de canalização de recursos extra-regionais.

13. Os Presidentes salientaram a importância da coordenação de posições dos países sul-americanos nas negociações comerciais internacionais, na Organização Mundial do Comércio e no processo da Cúpula das Américas. Destacaram a importância de que as negociações, para alcançarem resultados equilibrados e equitativos, levem em conta os diferentes níveis de desenvolvimento econômico dos países do Hemisfério, as estratégias de desenvolvimento nacional e as enormes carências sociais, que se agravaram em anos recentes.

14. Os Presidentes assinalaram a importância do papel da informação no desenvolvimento dos povos do Suriname e do Brasil. Nessa perspectiva, acordaram envidar esforços para envolver suas respectivas sociedades nos processos de informação, comunicação e tecnologia. Isto será positivo para o desenvolvimento dos dois países, para minimizar as dificuldades de acesso à tecnologia digital e para a maior integração das nações sul-americanas.

15. Expressaram seu convencimento quanto à necessidade de ampliar os laços econômicos e comerciais entre o MERCOSUL e o Suriname, mediante a negociação de um Acordo de Preferências Tarifárias Fixas ao amparo do Art. 25 do Tratado de Montevidéu- 1980. Ressaltaram, ademais, a necessidade de operacionalizar o Memorando de Entendimento entre o MERCOSUL e a República do Suriname em Matéria de Comércio e Investimento, assinado em 1º de setembro de 2000, o qual prevê intercâmbio de idéias sobre cenários regionais e medidas de fomento ao comércio de maneira geral.

16. No que diz respeito ao comércio bilateral, os Presidentes acordaram explorar formas de aumentar o volume do intercâmbio, tendo presente, inclusive, o Memorando de Entendimento entre o MERCOSUL e a República do Suriname em Matéria de Comércio e Investimento.

17. Os Presidentes manifestaram seu interesse em aprofundar a cooperação nos campos da cultura, educação e ciência e tecnologia, inclusive em relação ao atual programa de intercâmbio estudantil e à troca de experiência entre universidades, na convicção de que é necessário assegurar o desenvolvimento integral e o bem-estar de

sus populações. Ambos os países manifestaram sua satisfação pela excelente cooperação na área da saúde e concordaram em explorar possibilidades adicionais de ações conjuntas nas instâncias regional, sub-regional e bilateral.

18. Os Presidentes salientaram, também, a importância de que os programas de desenvolvimento e a cooperação para o desenvolvimento, nos planos bilateral e regional, levem em consideração a situação de mulheres e crianças em seus respectivos países.

19. Tendo em vista o interesse mútuo em aprofundar os laços de cooperação e imprimir maior dinamismo ao tratamento dos temas da agenda bilateral, os dois países decidiram fortalecer os mecanismos de diálogo e coordenação existentes, dentre os quais a Comissão Mista Brasil-Suriname e o Grupo Permanente de Cooperação Consular bilateral.

20. Os Presidentes enfatizaram a necessidade de retomar as reuniões regulares do Grupo Permanente de Cooperação Consular bilateral e seus subgrupos, tendo por objetivo, entre outros, a negociação de um Memorando de Entendimento sobre o fenômeno migratório entre os dois países e o estabelecimento de mecanismo voltado para a melhoria da situação legal dos brasileiros residentes na República do Suriname.

21. Os Presidentes enfatizaram a necessidade de um acordo de cooperação entre os dois países nas áreas de assistência jurídica recíproca, justiça e polícia, com vistas a formalizar, garantir e institucionalizar a cooperação nas áreas de manutenção da lei e da ordem e de combate ao crime transnacional.

Comunicado à imprensa sobre o fim da sublevação militar em São Tomé e Príncipe (23.07.03)

Foi assinado hoje, dia 23 de julho, em São Tomé e Príncipe, “Memorando de Entendimento” entre o Presidente Fradique Bandeira Melo de Menezes, o Chefe da Comissão Militar (grupo revoltoso), Major Fernando Pereira, e o Chefe da Missão Internacional de Bons Ofícios (o chamado “Grupo de Brazzaville”), Ministro Rodolphe Adada, da República do Congo. O documento pôs fim à sublevação militar que interrompeu a ordem democrática e constitucional em São Tomé e Príncipe.

Vale lembrar que a CPLP, reunida em Coimbra sob a Presidência do Chanceler Celso Amorim, por ocasião do VIII Conselho Ministerial, havia decidido enviar missão a São Tomé, em coordenação com a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC). Tal coordenação levou à criação do Grupo de Brazzaville, do qual o Brasil participou ativamente, por intermédio do Embaixador em Angola, Jorge Taunay, e da Encarregada de Negócios em São Tomé, Conselheira Eliana Puglia. Participaram do Grupo, também, o Ministro do Interior de Angola, Oswaldo Serra Van-Dúnem, e o Chanceler do Gabão, Jean Ping, entre outros. A atuação do Grupo foi fundamental para se alcançar solução pacífica, em curto espaço de tempo.

O “Memorando de Entendimento” criou a “Comissão de garantia e de acompanhamento do Acordo de 23 de julho de 2003”, da qual participará representante especial do Presidente da CPLP, que deverá ser o Embaixador designado em São Tomé e Príncipe, Paulo Dyrceu Pinheiro.

O Governo brasileiro congratula-se com

os mediadores internacionais e com as autoridades legitimamente constituídas de São Tomé e Príncipe pelo desfecho positivo, com vistas a garantir o retorno imediato à normalidade democrática no país.

Comunicado à imprensa sobre a situação na Libéria (24.07.03)

O Governo brasileiro lamenta profundamente a retomada das hostilidades na Libéria e acompanha com consternação o recrudescimento do conflito no país, que tem causado grande número de mortos e feridos na população civil, assim como deslocamentos em massa.

Ciente dos esforços envidados pela comunidade internacional na busca de uma solução negociada para o conflito, o Governo brasileiro associa-se às manifestações do Secretário-Geral das Nações Unidas, que considera inaceitáveis tentativas de resolver o conflito pela força e solicita às partes envolvidas um imediato cessar-fogo, assim como a pronta conclusão de um acordo negociado sob os auspícios da Comunidade Econômica de Estados da África Ocidental (CEDEAO).

O Governo brasileiro encoraja todos os esforços diplomáticos desenvolvidos no âmbito da União Africana e dos organismos regionais africanos para pôr fim aos conflitos armados no continente.

Ao expressar sua inconformidade com as gravíssimas consequências humanitárias decorrentes da deterioração da situação na Libéria e seu apoio a uma solução negociada para o conflito, o Governo brasileiro apela a todas as partes em condições de fazê-lo a atuarem de modo a livrar a população liberiana do flagelo da guerra que se vem abatendo sobre o país.

Comunicado à imprensa sobre a decisão do ECOSOC a respeito da ONG Reporters Sans Frontières – International (24.07.03)

O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) considerou hoje, 24 de julho, o relatório do Comitê de Organizações Não-Governamentais das Nações Unidas. O relatório recomendou a adoção, pelo ECOSOC, de decisão suspensando, por um ano, o status consultivo especial da ONG “Reporters Sans Frontières - International”, por considerar haver aquela organização infringido dispositivos relativos à participação das ONGs nas Nações Unidas, tais como estipulados pela Resolução 1996/31 do ECOSOC, de 25 de julho de 1996. A recomendação do Comitê foi motivada pela atuação inadequada da mencionada ONG durante a última reunião da Comissão de Direitos Humanos, bem como pelo fato de não terem sido por ela apresentados, nos últimos anos, relatórios sobre sua contribuição para os trabalhos das Nações Unidas, como exigido pelos regulamentos.

A decisão foi aprovada pelo ECOSOC por 27 votos a favor, 23 votos contra e 4 abstenções.

O Brasil votou a favor por entender que o procedimento aplicado pelo Comitê – órgão competente para deliberar sobre questões relativas ao relacionamento das ONGs com as Nações Unidas - foi regular e observou as regras pertinentes, inclusive quanto ao direito de defesa.

Após o voto, o Brasil formulou declaração em plenário, na qual reiterou a importante contribuição das ONGs para o trabalho das Nações Unidas e para os avanços na área dos direitos humanos.

Comunicado à imprensa sobre exigência dos EUA de visto de trânsito para brasileiros (06.08.03)

No último dia 4 de agosto, o Governo brasileiro tomou conhecimento da decisão do Governo norte-americano de, alegando razões de segurança, passar a exigir, de imediato, visto de trânsito para nacionais de diversos países, inclusive do Brasil, de passagem por aeroportos dos EUA.

O Governo brasileiro lamenta a aplicação da decisão a cidadãos brasileiros, a qual já está acarretando grandes transtornos e prejuízos para viajantes e companhias aéreas nacionais. A exigência provocou o cancelamento ou adiamento de viagens, além de perdas financeiras devido à necessidade de reitinerar bilhetes aéreos. Ademais, a solicitação do visto de trânsito trará encargos adicionais, com o pagamento de taxas e emolumentos cobrados pelas autoridades consulares norte-americanas.

O Governo brasileiro está examinando a situação, tendo em vista o princípio da reciprocidade e à luz da legislação pertinente.

Comunicado à imprensa sobre visita ao Brasil do perito independente da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas sobre o direito ao desenvolvimento (08.08.03)

O perito independente da Comissão de Direitos Humanos (CDH) das Nações Unidas sobre o direito ao desenvolvimento, Professor Arjun Sengupta, realizará visita oficial ao Brasil, no período de 11 a 16 de agosto, no contexto do convite permanente estendido pelo Governo brasileiro a todos os Relatores Especiais da Comissão.

O Professor Sengupta, nascido na Índia, no ano de 1937, foi nomeado perito

independente em 1999. Foi anteriormente membro e Secretário da Comissão de Planejamento do Governo da Índia (1993-1998), Embaixador da Índia junto às Comunidades Européias (1990-1993) e Assessor Especial do Diretor Administrativo do Fundo Monetário Internacional (1988-1990).

O perito, cujo mandato foi estabelecido em 1998 pela CDH, tem como atribuições submeter à Comissão estudos sobre o progresso na implementação do direito ao desenvolvimento, bem como relatórios sobre temas de interesse específico.

O Professor Sengupta tem apresentado contribuições significativas para a definição do conceito e do conteúdo do direito ao desenvolvimento. A implementação e a tradução do direito ao desenvolvimento em iniciativas concretas e de aplicação imediata também têm constituído uma das principais linhas de atuação do perito.

O Professor Sengupta será recebido pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, e manterá encontros com autoridades dos Ministérios de Assistência e Promoção Social, da Fazenda, da Justiça, do Planejamento, da Saúde, do Trabalho, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, bem como da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e da Secretaria Nacional de Segurança Pública. Também se reunirá com representantes das agências das Nações Unidas, do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, e com representantes de organizações não-governamentais.

Em seus encontros com representantes governamentais, o perito das Nações Unidas tenciona discutir as experiências do Governo brasileiro na elaboração e implementação de estratégias de desenvolvimento e de redução

da pobreza, bem como trocar idéias a respeito do impacto de fenômenos econômicos e financeiros internacionais sobre a realização do direito ao desenvolvimento.

Comunicado à imprensa sobre a situação na Libéria (12.08.03)

O Governo brasileiro acolheu com satisfação a Resolução 1497 (2003) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que, entre outras medidas, autorizou o estabelecimento de força multinacional de emergência na Libéria, a fim de estabilizar a situação do país e permitir a retomada da ajuda humanitária à população.

O Governo brasileiro reitera sua consternação diante do número de mortos e feridos e dos deslocamentos em massa na Libéria, ao longo dos últimos meses.

O Governo brasileiro acompanha com otimismo os recentes acontecimentos políticos no país, que abrem caminho para uma retomada das negociações. O Brasil espera que se possa alcançar solução pacífica e definitiva para a crise liberiana, e encoraja todas as partes em conflito a observar o cessar-fogo e a permitir que a assistência humanitária alcance a população, com o objetivo de pôr fim ao sofrimento do povo da Libéria.

Comunicado à imprensa sobre visita ao Brasil do Diretor-Executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) (13.08.03)

O Diretor-Executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), Klaus Töpfer, realizará visita a Brasília, nos dias 14 e 15 de agosto, quando será agraciado com a Medalha da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, no grau de Grande Oficial.

O Senhor Töpfer, nascido na Alemanha, em 1938, foi nomeado Diretor-Executivo do PNUMA em 1998. Presidiu, além disso, a III Sessão da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (1995), e ocupou diversos cargos em seu país natal, entre eles os de Ministro Federal de Planejamento Regional, Construção e Desenvolvimento Urbano (1994-1998) e Ministro Federal do Meio Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança Nuclear (1987-1994).

O PNUMA é o principal órgão do sistema das Nações Unidas na área ambiental e um importante parceiro do Brasil, tanto em negociações multilaterais como na implementação de projetos e programas ambientais nos níveis nacional e regional. Em sua gestão, Klaus Töpfer empreendeu importantes reformas, que fortaleceram a base financeira e o papel político daquele Programa. O Senhor Töpfer mantém interlocução muito positiva com as autoridades brasileiras e esteve no País pela última vez em junho de 2002, quando foi convidado a participar da cerimônia de transferência da sede da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável do Rio de Janeiro para Joanesburgo.

Como Ministro do Meio Ambiente da Alemanha, Klaus Töpfer teve papel destacado na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), além de ter sido importante incentivador da criação do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), maior programa do gênero em todo o mundo.

No dia 15 de agosto, o Senhor Töpfer será recebido pelo Ministro interino das

Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, que fará a entrega da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. Durante sua permanência em Brasília, ele será igualmente recebido pela Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e manterá encontros com parlamentares e autoridades federais, estaduais e municipais da área de meio ambiente.

Em seus encontros com representantes governamentais, o Diretor-Executivo do PNUMA discutirá o aprofundamento da cooperação entre aquele Programa e o Brasil, à luz dos resultados da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo em 2002.

Declaração dos Presidentes do MERCOSUL, Bolívia e Chile – Agricultura na OMC (15.08.03)

Os Chefes de Estado dos países do MERCOSUL, Bolívia e Chile, membros do Grupo de Cairns, reunidos por ocasião da posse do Presidente do Paraguai, Nicanor Duarte Frutos, passaram em revista a situação da Rodada de Doha e manifestaram sua preocupação pela falta de progresso nas negociações, às vésperas da reunião Ministerial da OMC em Cancún.

Nesse contexto, ressaltaram o caráter central da agricultura para o êxito da Rodada. Avanços na negociação agrícola, preservando o nível de ambição fixado na Declaração Ministerial de Doha, contribuirão para atingir os objetivos de desenvolvimento da Rodada e para viabilizar progressos em outras áreas de negociação.

Os Chefes de Estado, ao tomarem conhecimento das últimas iniciativas trazidas a Genebra pelos dois principais parceiros comerciais, no âmbito das negociações

agrícolas, avaliaram que tais iniciativas não constituem, contudo, base suficiente para fazer progredir as negociações nem para a obtenção de um acordo satisfatório na Ministerial de Cancún, o qual necessariamente deve refletir os interesses de todos os participantes.

Nesse sentido, estão instruindo seus representantes a seguir explorando alternativas que levem a resultados transparentes, equilibrados e substantivos nos três pilares em negociação (apoio doméstico, subsídios à exportação e acesso a mercados).

Reiteraram que a Rodada lançada em Doha constitui oportunidade histórica para corrigir as enormes distorções que hoje caracterizam o mercado agrícola mundial em detrimento, em particular, dos países em desenvolvimento, que têm, na agricultura, uma de suas principais fontes de ingressos de exportação.

Memorando de Entendimento Brasil-Argentina (17.08.03)

No quadro da aliança estratégica que une a Argentina e o Brasil e com o ímpeto renovado com que dão continuidade às consultas sobre temas de interesse comum, os Ministros Celso Amorim e Rafael Bielsa reuniram-se na cidade de Assunção, no dia 15 de agosto de 2003, e acordaram:

1. reafirmar seu compromisso com o desarmamento e a não-proliferação de armas de destruição em massa, destacando o trabalho desenvolvido pela Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares no campo nuclear;

2. impulsionar a cooperação comercial e não comercial nos usos pacíficos da energia nuclear, em particular na medicina nuclear,

por meio, entre outras iniciativas, da ampliação e do aprofundamento das relações entre agentes econômicos, técnicos e científicos dos dois países;

3. iniciar consultas com vistas ao desenvolvimento de projetos conjuntos no quadro dos programas espaciais nacionais, com vistas à cooperação regional em áreas, entre outras, de pesquisa e desenvolvimento de satélites e sensores para uso nos campos da saúde, do meio ambiente, da agricultura e outros de interesse comum; tratar, ainda, da participação argentina nas atividades futuras do Centro de Alcântara, com relação a sua utilização para lançamento de satélite;

4. iniciar consultas tendentes a estabelecer o quadro empresarial e a projeção comercial pertinentes para a co-produção de aeronaves e de material aeronáutico;

5. tomar medidas que permitam alcançar maiores níveis, crescentes e sustentáveis, de intercâmbio no comércio bilateral e assentar as bases para avançar em matéria de coordenação macroeconômica. Para esse fim, serão iniciadas consultas para (a) desenhar, com a maior brevidade, fórmulas permanentes que levem em conta, entre outros fatores, o desempenho econômico de ambos países e alterações prejudiciais significativas e súbitas em setores produtivos de qualquer dos dois países, com vistas a permitir a expansão duradoura e equilibrada das duas economias; e (b) identificar e adotar, de comum acordo, medidas específicas para dar solução a problemas pontuais no comércio bilateral de alguns setores produtivos que serão identificados por ambos os países em tais consultas. A Argentina fez entrega de sua lista nesta oportunidade.

Declaração do Brasil, Argentina, Paraguai, Bolívia, Chile, Colômbia, Peru e Uruguai – Declaração de Assunção (17.08.03)

Os Chefes de Estado da República da Argentina, da República da Bolívia, da República Federativa do Brasil, da República da Colômbia, da República do Chile, da República do Paraguai, da República do Peru e da República Oriental do Uruguai, reunidos na cidade de Assunção, na República do Paraguai, por ocasião da posse presidencial do doutor Nicanor Duarte Frutos, em 15 de agosto de 2003, aproveitam a oportunidade para ratificar juntamente o compromisso de seus Governos na luta contra o terrorismo e o narcotráfico, flagelos que afetam profundamente as nações do mundo.

Conscientes de que esses problemas desestabilizam a ordem interna dos países, atentando contra a segurança e os direitos fundamentais das pessoas, à luz dos tratados internacionais e das resoluções das Nações Unidas, das conclusões das cúpulas presenciais da região e dos mais diversos foros que ocorreram com o mesmo espírito, baseados no princípio da responsabilidade compartilhada,

1. Declararam a firme convicção de seus Governos de que a estabilidade política, baseada no respeito aos princípios democráticos de direitos humanos, de segurança e da não violência, é uma condição fundamental para alcançar a paz e o desenvolvimento social dos povos.

2. Manifestam sua definitiva condenação ao terrorismo em todas as suas formas e ao narcotráfico, bem como a qualquer atividade ilícita relacionada a ambos.

3. Reiteram sua firme determinação de continuar avançando na luta contra esses flagelos, no entendimento de que

correspondem a uma problemática muitas vezes integrada e que, como tal, deve ser tratada de forma global.

4. Destacam a importância do fortalecimento da cooperação como ferramenta básica para uma ação eficaz e satisfatória e, nesse sentido,

5. Expressam seu mais firme respaldo e solidariedade ao Governo da república irmã da Colômbia, na pessoa de seu Presidente, Sr. Álvaro Uribe Vélez, que, com manifesta determinação, tem encaminhado a busca da paz por meio de sua política de fortalecimento das instituições democráticas, do Estado de Direito e da garantia das liberdades fundamentais dos colombianos.

Dentro do marco das excelentes relações na região, os Chefes de Estados registram com satisfação o desenrolar do encontro e assinam a presente Declaração de Assunção.

Comunicado à imprensa sobre atentado contra o Escritório das Nações Unidas em Bagdá (19.08.03)

O Governo brasileiro condena veementemente o ato terrorista perpetrado hoje contra as instalações das Nações Unidas em Bagdá, que resultou em vários mortos e feridos.

O Presidente da República acompanha com grande preocupação o estado de saúde do brasileiro Sérgio Vieira de Mello, Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas no Iraque.

O Brasil rechaça todo ato de terrorismo e, em especial, aqueles dirigidos contra organizações que trabalham pela promoção da paz. Nesse sentido, é motivo de repulsa o fato de ter sido o Escritório das Nações Unidas em Bagdá escolhido como alvo de um atentado covarde, no momento em que

presta serviços inestimáveis aos iraquianos e à comunidade internacional, conforme mandato conferido pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Comunicado à imprensa sobre a morte de Sérgio Vieira de Mello (19.08.03)

Chocado e compungido, o Governo brasileiro recebeu com profunda tristeza a notícia da morte de Sérgio Vieira de Mello, Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas no Iraque, em decorrência de bárbaro e insensato ato terrorista.

Sérgio Vieira de Mello sempre se desincumbiu com grandeza e profissionalismo das difíceis missões que lhe foram confiadas no Camboja, na Bósnia e no Kosovo, entre outras. No Timor Leste, teve papel fundamental, na qualidade de chefe da Autoridade Transitória das Nações Unidas, na reconstrução do país e na consolidação de suas instituições. Era um defensor incansável do humanismo, da paz, do direito e do multilateralismo. Honrou a cidadania brasileira e é motivo de orgulho para toda a Nação.

O Presidente da República determinou luto oficial por três dias e decidiu outorgar a Ordem Nacional do Mérito, em seu grau máximo, a Sérgio Vieira de Mello, como homenagem póstuma. O Presidente da República colocou o avião presidencial à disposição para transportar o corpo de Sérgio Vieira de Mello de regresso ao Brasil, se esse fosse o desejo da família.

O Governo brasileiro, que está recebendo inúmeras manifestações de pesar de líderes mundiais, expressa aos familiares de Sérgio Vieira de Mello os seus sentidos pêsames e compartilha a dor dos que lhe eram próximos.

Comunicado Conjunto Brasil-Chile, por ocasião da visita ao Brasil do Presidente do Chile (19.08.03)

1. O Presidente da República do Chile, Ricardo Lagos Escobar, realizou visita de trabalho ao Brasil no dia 19 de agosto de 2003. Fez-se acompanhar, na visita, de comitiva ministerial integrada pelos titulares das pastas das Relações Exteriores, María Soledad Alvear, do Planejamento e Cooperação, Andrés Palma, do Trabalho e Previdência Social, Ricardo Solari, e de Obras Públicas, Javier Etcheberry.

2. O Presidente Lagos reuniu-se com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, oportunidade em que discutiram temas da agenda bilateral, regional e internacional. Paralelamente, Ministros de Estado do Brasil mantiveram contato com seus homólogos chilenos sobre temas de interesse de cada pasta.

3. Os dois Presidentes congratularam-se pelo excelente estado das relações bilaterais, baseadas em ampla coincidência de valores, na defesa da democracia, dos direitos humanos, do multilateralismo e da solução pacífica de controvérsias, e caracterizadas por contatos freqüentes e cordiais entre autoridades de várias esferas, de ambos os países.

4. Os Presidentes concordaram quanto à necessidade de reformar e revitalizar o sistema das Nações Unidas, em particular o Conselho de Segurança, de modo a torná-lo mais representativo diante das novas realidades mundiais. Nesse contexto, o Presidente Lagos manifestou ao Presidente Lula que, caso se decida a ampliação do número de membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Chile reconhecerá o legítimo interesse

histórico do Brasil em integrar essa categoria de membros.

5. Sublinharam, particularmente, o compromisso comum de Brasil e Chile com a defesa do multilateralismo e do sistema das Nações Unidas, ao qual compete papel central na manutenção da paz e da segurança internacionais e na promoção do desenvolvimento econômico e social de forma sustentável. Reafirmaram a disposição comum a ambos os países de envidar seus melhores esforços pelo fortalecimento e aperfeiçoamento do sistema multilateral.

6. Expressaram o desejo comum de que essa convergência de valores traduza-se, no plano bilateral, em crescente coordenação.

7. Para aprofundar esse esforço de concertação, decidiram convocar, no menor prazo possível, reunião do Sistema de Consultas e Coordenação Política Brasil-Chile, no nível de Subsecretários, a realizar-se em Santiago.

8. No mesmo sentido, orientaram suas respectivas Chancelarias a manter estreito contato no que se refere à participação do Brasil e do Chile no Conselho de Segurança das Nações Unidas, no qual os dois países estarão representados *em 2004*.

9. Coincidiram, igualmente, em que a eliminação da pobreza e a promoção da inclusão social são elementos cruciais para o exercício pleno da cidadania e a consolidação das instituições democráticas no Estado de Direito moderno.

10. Os Presidentes coincidiram em adotar uma política de maior aproximação entre os dois países no que diz respeito a projetos de cooperação bilateral na área social. Nesse sentido, instruíram suas respectivas equipes a aprofundar entendimentos já iniciados em torno de temas específicos, tais como as

metodologias adotadas para a identificação e registro de famílias carentes e práticas envolvendo atividades desportivas e culturais como meio de reduzir a vulnerabilidade de jovens em situação de risco social. Haverá intercâmbio, também, nas áreas de planejamento e avaliação de políticas sociais.

11. Com vistas a promover maior conhecimento das políticas de desenvolvimento social dos dois Governos, será realizado, no Brasil, um seminário bilateral, no segundo semestre do corrente ano. Acordou-se que serão realizadas consultas bilaterais com o objetivo de apresentar proposta comum no âmbito da III Cúpula União Européia - América Latina, no plano da cooperação inter-regional em matéria de políticas sociais.

12. Ratificaram os entendimentos expressos na Declaração de Assunção, de 15 de agosto de 2003, em que, juntamente com os Presidentes da Argentina, Bolívia, Colômbia, Paraguai, Peru e Uruguai, expressaram o compromisso de seus Governos com a luta contra o terrorismo e o narcotráfico.

13. Reafirmaram a importância da integração sul-americana, que, no marco de uma atmosfera democrática e pacífica, harmoniosa e cooperativa, deve traduzir-se na conformação de um modelo de desenvolvimento no qual se alie o crescimento, a justiça social e a dignidade dos cidadãos.

14. Sublinharam, ademais, o compromisso com a integração latino-americana, estando determinados a perseverar nos esforços para a consecução dessa aspiração comum.

15. No que se refere à integração entre as duas economias, os Presidentes coincidiram

quanto ao fato de que os recentes avanços alcançados no processo de aprofundamento do Acordo de Complementação Econômica nº 35 (ACE-35) devem representar o início de uma fase mais dinâmica das relações econômicas e comerciais entre o MERCOSUL e o Chile. Ambas as Partes reiteraram seu compromisso de perseverar nos esforços de ampliação dos temas da agenda do ACE-35, de modo a estreitar os laços que unem o Chile ao MERCOSUL.

16. Ambos os Presidentes comprometeram-se a envidar esforços para fortalecer o Foro de Consulta e Coordenação Política do MERCOSUL, particularmente na área do desenvolvimento social e em todas as iniciativas que visam a beneficiar diretamente os cidadãos dos países participantes.

17. Sublinharam que a integração física é a base do projeto de integração da América do Sul e congratularam-se pelos esforços desenvolvidos no âmbito da Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional na América do Sul (IIRSA). Concordaram quanto à necessidade de materializar em breve os diversos projetos existentes, especialmente os diretamente ligados aos Corredores Bioceânicos.

18. Com relação a projetos de infra-estrutura, saudaram os resultados do seminário realizado no Rio de Janeiro, pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em cooperação com a Corporação Andina de Fomento (CAF).

19. Os Presidentes discutiram a importância do comércio internacional para a promoção do desenvolvimento econômico e social de seus países. Sublinharam a necessidade de que todos os povos se

beneficiem das oportunidades proporcionadas pelo sistema multilateral de comércio. Consideraram injustificáveis os desequilíbrios e assimetrias nas regras comerciais vigentes, que permitem a utilização de toda sorte de subsídios e barreiras para aqueles produtos em que os países em desenvolvimento são mais competitivos, em particular os produtos agrícolas.

20. Coincidiram em manter o nível de ambição do mandato de Doha, avançando substantivamente nos três pilares do tema agrícola e entendendo que os avanços nos diferentes temas da negociação estão inter-relacionados.

21. Concordaram em manter uma estreita coordenação do MERCOSUL ampliado com a América Latina e com outros países em desenvolvimento, com vistas à Conferência Ministerial da OMC em Cancún, de modo a permitir que a Rodada de Doha seja concluída com êxito.

22. Sublinharam que as negociações comerciais devem levar em conta os diferentes níveis de desenvolvimento econômico, as estratégias de desenvolvimento nacional e as carências sociais de cada país.

23. O Presidente Lagos agradeceu a hospitalidade recebida do Governo brasileiro e a possibilidade de haver mantido um diálogo franco e construtivo para o fortalecimento das relações bilaterais. Além disso, convidou o Presidente Lula a visitar o Chile em data a ser acordada pelos canais diplomáticos.

Comunicado à imprensa sobre traslado do corpo de Sérgio Vieira de Mello (20.08.03)

O Presidente da República pôs à disposição da família de Sérgio Vieira de Mello avião da Força Aérea Brasileira para

o traslado de seu corpo. Nesse sentido, o Ministro das Relações Exteriores designou o Embaixador Adolf Westphalen, Diretor-Geral de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Apoio a Brasileiros no Exterior, e o Conselheiro Carlos Roberto Penna, Subchefe do Gabinete do Ministro, para integrar missão especial. A missão partirá hoje, às 22:30 horas, de Brasília para Bagdá, com escala em Genebra, para embarque da viúva e dos filhos de Sérgio Vieira de Mello.

Em Bagdá, onde o avião deverá chegar na sexta-feira, dia 22, serão recebidos os corpos de Sérgio Vieira de Mello e, a pedido das Nações Unidas, de cinco outros funcionários da representação da ONU no Iraque, caso se confirme autorização das respectivas famílias. Nesse caso, na rota de regresso ao Brasil, o avião fará nova escala em Genebra para o desembarque dos corpos dos cinco funcionários, partindo em seguida para o Rio de Janeiro, onde deverá chegar, em princípio, no dia 23, sábado, em horário a ser determinado.

Após as homenagens que serão prestadas a Sérgio Vieira de Mello no Rio de Janeiro, o corpo retornará em avião da FAB a Genebra, de onde seguirá, por desejo expresso da viúva e dos filhos, para a cidade de Thonon, na França, para ser enterrado.

Comunicado à imprensa sobre Proposta Conjunta de Grupo de Países em Desenvolvimento – G-20 – sobre Agricultura (20.08.03)

O Brasil, junto com África do Sul, Argentina, Bolívia, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Equador, Filipinas, Guatemala, Índia, México, Paraguai, Peru, Tailândia e Venezuela, apresentou hoje, dia 20, perante

o Comitê de Negociações Comerciais da OMC, uma proposta para as negociações sobre agricultura da Rodada Doha. Além de buscar situar essas negociações estritamente de acordo com a letra e o espírito do mandato recebido da Conferência Ministerial de Doha, a proposta visa também a contribuir positivamente para as discussões, por meio da apresentação dos objetivos pretendidos por uma parcela expressiva de países em desenvolvimento, que são produtores e exportadores significativos de produtos agrícolas.

Com efeito, a proposta pretende ser aberta e abrangente em linha com o nível de ambição fixado no mandato de Doha, e atendendo às preocupações do maior número possível de participantes. Procura, igualmente, incorporar disposições de tratamento especial e diferenciado em favor dos países em desenvolvimento em todos os aspectos da negociação.

Ênfase é atribuída aos compromissos a serem assumidos pelos países desenvolvidos, porquanto é em seus mercados que ocorrem as maiores distorções e barreiras ao acesso de produtos agrícolas, em especial de interesse exportador dos países em desenvolvimento. É a produção subsidiada dos países desenvolvidos que desloca a exportação dos países em desenvolvimento, causa deterioração de preços no mercado internacional e ameaça a produção interna de países pobres, em particular, a da agricultura familiar.

A proposta conjunta do Brasil e de outros países em desenvolvimento segue a estrutura estabelecida no mandato de Doha, a saber, os três pilares do comércio agrícola: apoio doméstico, subsídios à exportação e acesso a mercado. Contempla também os problemas

dos países em desenvolvimento.

Em apoio doméstico, a proposta visa a obter uma redução substancial das medidas de apoio interno distorcivas, nos países desenvolvidos, principalmente para os produtos que delas mais se beneficiam, bem como para aqueles cuja produção acaba sendo colocada no mercado internacional. Advoga a eliminação de todas as medidas de apoio direto ao amparo do Art. 6.5 do Acordo sobre Agricultura da OMC. Defende a ampliação das isenções das obrigações de redução de apoio doméstico para os agricultores de baixa renda e de poucos recursos dos países em desenvolvimento, além de manter nos níveis atuais o limite mínimo de apoio que esse países podem conceder à sua produção.

A proposta, ademais, estipula a elaboração de critérios mais rigorosos e a fixação de um teto e/ou redução dos pagamentos diretos permitidos pelo atual Acordo sobre Agricultura (medidas de Caixa Verde), pelos países desenvolvidos. Para o Brasil, é essencial que a reforma no apoio doméstico em agricultura não seja frustrada pela continuação de medidas, ainda que justificadas como permitidas, cujos efeitos continuam a distorcer o comércio internacional.

Em relação ao pilar de acesso a mercados, a proposta visa a efetivamente alcançar uma redução expressiva das altas tarifas aplicadas, em particular pelos países desenvolvidos. Para tanto, propõe-se a adoção de uma fórmula de redução, que representa uma combinação de cortes maiores em tarifas mais altas com cortes lineares, além da possibilidade de aumento das quotas-tarifárias e níveis zero para as tarifas intra-quota. As salvaguardas hoje existentes, que excluem determinados

produtos do compromisso de redução tarifária pelos países desenvolvidos, devem ser eliminadas. Os produtos tropicais e outros de interesse dos países em desenvolvimento devem, igualmente, ser beneficiados com tarifa zero.

Para os países em desenvolvimento, a proposta preserva a possibilidade de manutenção de proteção na fronteira, com uma redução linear menor do que para os países desenvolvidos, bem como cria uma categoria de produtos especiais, que poderão continuar sujeitos a proteção, segundo parâmetros a serem negociados. Mantém, igualmente, a possibilidade de uso de salvaguardas especiais por esses países, em condições a serem determinadas.

No tocante a subsídios à exportação, a proposta sustenta a eliminação de todos os subsídios, ainda que em prazos diferentes: menor para os produtos de interesse dos países em desenvolvimento e, num prazo maior, para outros produtos. Advoga, ademais, maior disciplinamento no uso de créditos à exportação e de ajuda alimentar, mediante o estabelecimento de regras apropriadas que visem a eliminar os componentes caracterizados como subsídios, embutidos nesses mecanismos.

A proposta reconhece, também, que as questões de erosão de preferências e da situação dos países que acederam recentemente à OMC devem ser examinadas.

Comunicado à imprensa sobre atentado terrorista em Jerusalém (20.08.03)

O Governo brasileiro manifesta-se profundamente consternado diante da onda de violência que contamina o cenário do Oriente Médio nesses últimos dias. Além do hediondo ataque contra as instalações

das Nações Unidas em Bagdá, a ocorrência de atentado terrorista, perpetrado por grupos extremistas, em 19 de agosto, contra alvo civil na área central de Jerusalém, é objeto de repúdio e preocupação. O Governo brasileiro condena veementemente o atentado, com 20 mortes e mais de uma centena de feridos, e estende a sua solidariedade aos familiares das vítimas, bem como ao povo e ao Governo de Israel.

O Brasil vê com grande preocupação os recentes atentados suicidas por parte de grupos extremistas e as incursões das forças israelenses no território palestino. Tal clima de represálias sucessivas prejudica o entendimento que se instalava nas últimas semanas, como resultado dos louváveis esforços empreendidos pelas lideranças políticas das partes em conflito, no contexto da implementação do Roteiro da Paz.

O Governo brasileiro conclama, mais uma vez, israelenses e palestinos a dar continuidade a seus esforços em prol da pacificação regional. Continuamos a acreditar que o atual momento pode constituir oportunidade para a consolidação de clima de confiança mútua, em torno do objetivo de uma paz duradoura no Oriente Médio.

O Governo brasileiro renova sua disposição de contribuir para o aprofundamento dos entendimentos, inclusive mediante participação em esforço internacional sob a égide das Nações Unidas. No nosso entender, a paz somente será alcançada com a criação de um Estado palestino independente e com o reconhecimento do direito à existência do Estado de Israel dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas.

Comunicado à imprensa sobre a VI Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Combate à Seca Grave e/ou Desertificação – UNCCD (21.08.03)

Será realizada em Havana, Cuba, no período de 25 de agosto a 5 de setembro de 2003, a VI Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca Grave e/ou Desertificação, particularmente na África (UNCCD). Nos últimos dois dias do evento haverá um segmento ministerial, no qual o Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Claudio Roberto Pertoldo Langone, representará a Ministra Marina Silva.

2. A Convenção das Nações Unidas sobre Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca Grave e/ou Desertificação foi aprovada em 1994, entrou em vigor em 1996 e, até o presente momento, conta com 186 Estados Partes. O Brasil tornou-se parte da Convenção em 25 de junho de 1997 e, desde então, tem participado ativamente das Conferências das Partes (COP) da Convenção.

3. A Convenção representa o maior esforço empreendido pela comunidade internacional nessa área. Tem por objetivo combater a desertificação e mitigar os efeitos da seca em países cujos territórios compreendem zonas áridas, semi-áridas e sub-úmidas secas, por meio de estratégias integradas de longo prazo, baseadas no aumento da produtividade da terra e na reabilitação, conservação e gestão sustentada dos recursos em terra e hídricos.

4. Calcula-se que mais de 230 milhões de pessoas no mundo vivam em áreas afetadas por desertificação. Segundo algumas estimativas, o Brasil enfrenta perdas

econômicas da ordem de US\$ 300 milhões anuais causadas pela seca e desertificação, que atinge gravemente áreas do Nordeste brasileiro, a região semi-árida mais populosa do mundo. Como demonstração de seu interesse no tema e de seu apoio à implementação da Convenção, o Brasil sediou, no Recife, em novembro de 1999, a III COP. Durante o evento, o País conseguiu fazer aprovar a "Iniciativa do Recife", que procurou reforçar o nível de compromisso político da comunidade internacional em relação à UNCCD.

5. O Brasil tem assinalado nas Conferências das Partes que a Convenção para o Combate à Desertificação e/ou Seca Grave, a exemplo dos demais instrumentos originados da Conferência do Rio, não deve ser interpretada como um acordo de caráter estritamente ambiental, mas como instrumento para o desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, defende que o combate à desertificação deve ser incorporado às iniciativas globais de luta contra a fome e a pobreza.

6 A delegação brasileira será chefiada pelo Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e integrada pela Ministra Mitzi Gurgel Valente Costa, Chefe da Divisão do Meio Ambiente do Itamaraty, por parlamentares estaduais, funcionários do Ministério do Meio Ambiente e representantes de órgãos ambientais.

7. Informações adicionais podem ser obtidas na página eletrônica da Convenção: www.unccd.int

Comunicado à imprensa sobre reunião inaugural do Grupo de Trabalho para a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (26.08.03)

Será realizada hoje, dia 26 de agosto, às 15 horas, na Sala de Conferências do Palácio

do Itamaraty, a Reunião Inaugural do Grupo de Trabalho para preparar a participação brasileira na Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação.

O GT foi instituído por Decreto Presidencial e contará com a participação de representantes de diversos ministérios e entidades governamentais, bem como de representantes da sociedade civil, do setor privado e da comunidade acadêmica.

"Sociedade da Informação" refere-se ao amplo conjunto de temas surgido a partir das transformações provocadas na economia e na sociedade pelas novas tecnologias; é um termo que tem sido empregado em numerosas acepções, como um conceito técnico, econômico, cultural.

A Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação é a primeira tentativa das Nações Unidas de congregar todos os Chefes de Estado e de Governo do mundo sob o propósito comum de construir um consenso global a respeito da organização da nova economia e da nova sociedade centrada nas tecnologias da informação.

A Cúpula está prevista para realizar-se em duas etapas: a primeira, de 10 a 12 de dezembro de 2003, em Genebra; e a segunda, em novembro de 2005, em Túnis. Para a etapa de Genebra, já está prevista a adoção de uma declaração de princípios e de um plano de ação.

Declaração do Governo brasileiro sobre incidente durante encontro entre os Co-Presidentes da ALCA (28.08.03)

O Governo brasileiro lamenta profundamente o incidente ocorrido, hoje, durante a entrevista à imprensa dos dois co-Presidentes da ALCA, Embaixadores Adhemar Bahadian, do Brasil, e Peter

Allgeier, dos EUA, no Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro.

Ao tomar conhecimento do incidente, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, entrou imediatamente em contato telefônico com o Embaixador Allgeier, para expressar solidariedade.

O mencionado incidente não condiz com a tradição de hospitalidade do povo brasileiro e é incompatível com o bom relacionamento que o Brasil mantém com os EUA. O Governo brasileiro está seguro, entretanto, que esse incidente isolado não afetará o clima sereno que deve cercar as negociações.

Comunicado à imprensa a respeito do painel sobre o regime açucareiro das Comunidades Européias (29.08.03)

Hoje, 29 de agosto de 2003, em reunião do Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da Organização Mundial do Comércio (OMC), foi estabelecido, a pedido da Missão do Brasil em Genebra, painel para exame das reclamações brasileiras relativas ao regime açucareiro das Comunidades Européias (CE). Austrália e Tailândia, parceiras do Brasil nessa disputa, fizeram pedidos similares, igualmente aprovados. Será estabelecido painel único para examinar o pleito dos três países.

Barbados, Canadá, China, Colômbia, Estados Unidos, Jamaica, Maurício, Nova Zelândia e Trinidad Tobago reservaram seus direitos de terceira parte. Outros países poderão fazê-lo dentro de dez dias.

As partes dispõem de 20 dias, a contar desta data, para chegar a acordo sobre a composição do painel. Na falta de consenso, as partes reclamantes poderão recorrer ao Diretor-Geral da OMC, que disporá então de dez dias para designar os três integrantes do

painel. Este deverá concluir seu relatório até seis meses após a data de sua composição.

A disputa foi iniciada, no âmbito do Mecanismo de Solução de Controvérsias da OMC, em 27 de setembro de 2002, quando o Brasil solicitou consultas formais às CE para discutir os subsídios comunitários às exportações de açúcar. As consultas, realizadas em 21 e 22 de novembro do mesmo ano, em Genebra, não conduziram a entendimento satisfatório para as partes. O Governo brasileiro decidiu, assim, dar seguimento aos procedimentos de solução de controvérsias previstos pelo mecanismo da OMC.

Ao solicitar o estabelecimento do painel, o Brasil procura resguardar seus direitos sob as disciplinas multilaterais de comércio e assegurar o cumprimento, pelas CE, das obrigações contraídas na Rodada Uruguai, em especial aquelas dos Acordos de Agricultura e de Subsídios e Medidas Compensatórias, em vigor desde 1995.

O pedido de estabelecimento de painel levanta duas questões centrais, ambas relativas ao descumprimento, pelas CE, dos compromissos de redução de subsídios à exportação, previstos no Acordo de Agricultura. São elas:

a) as exportações de excessos de açúcar (tipo "C"), que se beneficiam de subsídios provenientes de mecanismos de proteção e de incentivos à produção interna; e

b) o pagamento de subsídios na exportação de volume de açúcar equivalente àquele importado de determinados países que se beneficiam de preferências tarifárias, sem que tais subsídios sejam incluídos nos cálculos relativos ao compromisso de redução assumido pelas CE na Rodada Uruguai.

O pleito brasileiro não questiona a concessão das referidas preferências tarifárias que as Comunidades Européias concedem a alguns países da África, Caribe e Pacífico (os chamados ACP).

Os subsídios que constituem o objeto da queixa brasileira distorcem as condições de concorrência no mercado internacional e causam sérios prejuízos a produtores competitivos de açúcar, como o Brasil e numerosos países em desenvolvimento.

Comunicado à imprensa sobre patentes e saúde pública – decisão sobre o parágrafo 6º da Declaração de Doha (30.08.03)

No dia de hoje, os membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) chegaram a uma decisão sobre o parágrafo 6º da Declaração Ministerial sobre o Acordo de Propriedade Intelectual Relacionada ao Comércio (TRIPS, em sua sigla em inglês) e Saúde Pública, concluída em Doha (Catar) em 2001. O parágrafo 6º estipula que o Conselho de TRIPS deveria encontrar, até o final de 2002, uma solução para o problema dos países que dispõem de pouca ou nenhuma capacidade de produção no setor farmacêutico e que, por isso, não estariam em condições de recorrer à licença compulsória prevista no Acordo TRIPS. Esse era o único ponto da Declaração que aguardava equacionamento.

A Declaração de Doha, cuja integridade foi mantida e fortalecida, permanece um instrumento fundamental para as políticas de saúde pública no Brasil. A Declaração reconhece, de forma inequívoca, os direitos dos membros da OMC de conceder licenças compulsórias e de determinar os motivos para a sua concessão. A decisão adotada no dia de hoje consolida o entendimento de que

os membros estão habilitados a usar, em sua totalidade, as flexibilidades inerentes ao Acordo TRIPS para enfrentar problemas de saúde pública. O Programa Nacional de DST/AIDS, que é um êxito reconhecido em todo o mundo e modelo para países em desenvolvimento, continuará a beneficiar-se daquelas flexibilidades.

Os entendimentos hoje alcançados em Genebra respeitam plenamente a letra e o espírito da Declaração de Doha. Graças à intensa mobilização dos governos e da sociedade, foram afastadas as tentativas de reduzir o escopo da solução a um conjunto limitado de doenças e de países.

A decisão de hoje estende a possibilidade do recurso à licença compulsória a países sem capacidade produtiva, que poderão assim valer-se de importações mais baratas para atender suas necessidades. Não traz, por outro lado, obstáculos para países que precisem valer-se dos dispositivos do Acordo TRIPS para proteger a saúde pública. Os procedimentos para evitar desvios de medicamentos produzidos dentro do sistema concebido serão aplicados apenas na medida em que sejam factíveis e não tenham impacto significativo sobre os preços. A decisão garante que os membros têm o direito soberano de determinar se dispõem ou não de capacidade de produção no setor farmacêutico. Esse direito será exercido de boa fé e de forma transparente, sem obrigações adicionais.

No processo de discussão para a obtenção de acordo sobre a matéria, foi fundamental a participação das organizações não-governamentais, da opinião pública e da sociedade civil como um todo. A decisão adotada reflete a soma dos esforços dos diversos atores envolvidos no processo.

O Governo brasileiro trabalhou com total transparéncia e em perfeita sintonia com a sociedade e orgulha-se de ter contribuído decisivamente para alcançar uma decisão de consenso em torno de uma questão essencial para os países em desenvolvimento na consecução de seus objetivos de saúde pública.

Comunicado à imprensa sobre visita de trabalho do Presidente de Burkina Faso, Senhor Blaise Compaoré (03.09.03)

O Presidente de Burkina Faso, Senhor Blaise Compaoré, realizará visita de trabalho ao Brasil no dia 3 de setembro de 2003. Trata-se da primeira visita presidencial entre os dois países desde o estabelecimento de relações diplomáticas, em 1975.

O Presidente Compaoré será recebido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ocasião em que avaliarão possibilidades de ampliação das relações bilaterais nas áreas comercial, política e de cooperação. No âmbito comercial, deverão ser analisados mecanismos de estímulo ao comércio bilateral, campo em que o Brasil pode oferecer significativa gama de bens de consumo imediato, além de serviços de alta qualidade em matéria de engenharia de infraestrutura, mineração e transportes.

Em matéria de cooperação, deverá ser examinada a possibilidade de oferecimento de vagas para alunos de Burkina Faso em escolas técnicas e universidades brasileiras. Também será discutido o programa brasileiro de combate ao HIV/AIDS, bem como mecanismos de cooperação no campo de fabricação de medicamentos genéricos.

Em relação à agenda multilateral, deverão ser abordados temas relacionados com o comércio internacional e o fortalecimento do sistema das Nações Unidas.

Durante a visita, será assinado “Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Burkina Faso, no âmbito do Programa de Cooperação Internacional do Ministério da Saúde do Brasil”, voltado para o combate ao HIV/AIDS em Burkina Faso.

A visita do Presidente Blaise Compaoré reafirma o compromisso do Governo brasileiro com o fortalecimento das relações com os países africanos.

Comunicado à imprensa a respeito de painel sobre o contencioso relativo à classificação aduaneira de cortes de frango salgado (02.10.03)

Hoje, 2 de outubro de 2003, o Governo brasileiro solicitou ao Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da OMC o estabelecimento de painel no contencioso relativo à classificação aduaneira de cortes de frango salgado pelas Comunidades Européias (CE). Esse passo decorre do fato de que as partes não alcançaram solução mutuamente satisfatória durante a fase de consultas.

O objeto da disputa é a Resolução das CE nº 1223/02, que alterou a classificação aduaneira de cortes de frango salgado, que vinham sendo importados sob o código 0210.90.29 (frango salgado) da nomenclatura combinada comunitária, e que passaram a ser classificados sob o código 0207.14.10 (frango congelado) da mesma nomenclatura. A medida européia afetou as exportações brasileiras de carne de frango salgado ao determinar, na prática, aumento da tarifa de importação do produto de 15,4%, para 1.024 euros/tonelada (aproximadamente 75% ad valorem). No entendimento do Brasil, a Resolução nº 1223/02 fere o disposto no artigo II do GATT/1994, uma vez que estaria

sendo dado ao frango salgado brasileiro tratamento menos favorável que aquele previsto nos compromissos comunitários assumidos na OMC.

A Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango (ABEF) estima que, por força da medida comunitária, as exportações brasileiras de cortes de frango salgado para a Europa sofrerão redução de 80%, o que representaria, aproximadamente, US\$ 350 milhões em exportações não realizadas por ano.

Na reunião hoje realizada, as CE exerceram seu direito de não aceitar o estabelecimento do painel. Novo pedido deverá, em princípio, ser apresentado pelo Brasil na próxima reunião ordinária do OSC, prevista para 7 de novembro de 2003. De acordo com as disciplinas da OMC, o painel terá de ser obrigatoriamente estabelecido nessa ocasião.

Comunicado do G-20 (02.09.03)

Os Ministros do G-20, grupo composto por África do Sul, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Filipinas, Guatemala, Índia, México, Paquistão, Paraguai, Peru, Tailândia e Venezuela, com interesse especial nas negociações agrícolas, decidiram convocar uma reunião em Cancún, México, a ocorrer no dia 9 de setembro. Os Membros deverão trocar impressões sobre as atividades do Grupo durante a V Conferência Ministerial da OMC e coordenar suas posições com vistas às negociações agrícolas.

Compreendendo a maior parte da população rural do mundo e respondendo por fração expressiva do comércio agrícola mundial, o Grupo foi criado durante as últimas etapas da preparação para a Conferência

Reunião Ministerial da OMC, como agrupamento informal de países que compartem a percepção de ser a agricultura o ponto central da Agenda do Desenvolvimento de Doha. O Grupo está firmemente comprometido a contribuir para o processo negociador, a fim de que se obtenham resultados transparentes, equilibrados e substantivos nas negociações. Com esse propósito, o Grupo apresentou proposta de marco negociador em agricultura para deliberação em Cancún, conforme o que os Ministros acordaram em Doha.

Os Membros estão unidos na necessidade de se reduzir substancialmente o apoio doméstico que distorce o comércio e de se eliminarem todas as formas de subsídios à exportação. A melhoria substancial no acesso a mercado também deverá ser apropriadamente tratada nas negociações, como insta o mandato de Doha. Os Membros também se encontram unidos na necessidade de incorporar, nas regras multilaterais, as preocupações legítimas dos países em desenvolvimento, bem como dos Membros que acederam recentemente à OMC, no que tange ao seu desenvolvimento rural, segurança alimentar e manutenção de padrões de vida.

Esse Grupo de países em desenvolvimento está voltado para ampliar a abrangência do processo negociador e para manter o nível de ambição fixado pelos Ministros em Doha.

Informação a respeito de telefonema do Presidente dos EUA, George W. Bush, ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (08.09.03)

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu hoje, dia 8, às 8h30 da manhã, telefonema do Presidente dos Estados

Unidos, George W. Bush, para uma conversa sobre a Conferência da OMC (Organização Mundial do Comércio) a realizar-se esta semana em Cancún, no México.

O Presidente norte-americano sublinhou a importância da reunião de Cancún para o futuro do comércio internacional. Manifestou sua satisfação com os entendimentos, recém-alcançados em Genebra, que solucionaram de forma satisfatória para EUA e Brasil o ponto pendente na Declaração de Doha sobre o Acordo de TRIPs (Propriedade Intelectual relacionada ao comércio, em sua sigla em inglês) e Saúde Pública. Afirmou que valoriza o papel desempenhado pelo Brasil na OMC. Acrescentou que o Representante Especial para Comércio dos EUA, Robert Zoellick, estará procurando o Ministro Celso Amorim, em Cancún, para que os dois países trabalhem juntos na promoção do consenso.

Em seus comentários, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sublinhou os seguintes pontos:

- o Ministro Celso Amorim está sendo instruído a trabalhar ativamente pelo consenso, em Cancún; o Brasil quer preservar e fortalecer a OMC e o sistema multilateral de comércio.

- O Brasil considera a Conferência Ministerial de Cancún uma oportunidade valiosa para orientar os trabalhos futuros da Rodada de Doha. Não podemos esperar por outra rodada para que nossos interesses sejam atendidos, sobretudo em agricultura.

- O texto preparado pelo Presidente do Conselho da OMC não satisfaz o mandato da Rodada em matéria de agricultura. Junto com outros países em desenvolvimento, o Brasil preparou proposta que visa a manter o nível de ambição original. Esse grupo (o “G-20”) representa 65% da população rural

e cerca da metade da população mundial.

- Sem avanços significativos na negociação agrícola não será possível avançar nas demais áreas.

Comunicado Ministerial do G-20 (09.09.03)

Os Ministros do G-20 encontraram-se, hoje, em Cancún durante a preparação para a Conferência Ministerial da OMC. Expressaram seu compromisso com o resultado exitoso da V Conferência Ministerial e reiteraram que a agricultura constitui a peça central da Rodada de Doha.

O G-20 é um grupo informal de países em desenvolvimento que surgiu em Genebra durante os estágios finais da preparação para Cancún. O Grupo constitui boa amostra dos membros da OMC e comprehende uma parcela substancial da população, da produção e do comércio agrícolas mundiais: 63% de todos os agricultores e 51% da população mundial vivem nos 20 membros do Grupo. Os países do Grupo também são responsáveis por cerca de 20% da produção agrícola mundial, 26% da exportação agrícola total e 17% de todas as importações mundiais de produtos agrícolas.

Existe uma inegável relação entre agricultura e desenvolvimento. A maioria da população pobre em países em desenvolvimento vive em áreas rurais. De forma a transformar em realidade a Agenda de Desenvolvimento de Doha, a agricultura deve estar plenamente incorporada às regras do sistema multilateral de comércio, com o objetivo de eliminar as distorções prevalecentes no comércio e produção agrícolas. Trata-se também de condição essencial para tornar o comércio agrícola mais justo e mais equitativo.

Participante-chave nas negociações

agrícolas, o Grupo decidiu tabular uma proposta quadro (documento WT/MIN(03)/W/6), com vistas a tornar o processo negociador mais inclusivo e equilibrado, tendo presente a necessidade de respeitar plenamente o nível de ambição do mandato de Doha.

O projeto do Presidente do Conselho Geral, submetido aos Ministros, juntamente com outras contribuições, em particular a do G-20, não reflete o nível de ambição do mandato de Doha, pois não conduz a cortes substanciais no apoio interno distorcivo ao comércio, a aumento substancial em acesso a mercados e à eliminação dos subsídios à exportação.

Com vistas a corrigir os desequilíbrios e em linha com os demais países e grupos de países que compartilham o objetivo geral de uma reforma fundamental do comércio agrícola, o G-20 propõe um enfoque que exige contribuição substancial dos países desenvolvidos. Como são eles fundamentalmente os *responsáveis pelas distorções* existentes na produção e no comércio agrícolas, cabe aos principais países desenvolvidos responsabilidade especial nesta negociação.

No tocante ao apoio interno, as reduções propostas são complementadas por regras e disciplinas mais rígidas. Isto assegurará que o processo de reforma seja efetivo e não degenera em mudanças entre caixas e produtos (“box and product-shifting”). A proposta visa também a evitar o abuso do apoio interno não sujeito a compromissos de redução. Nossa proposta não permitirá que o nível total de apoio à produção alcance proporções ultrajantes que têm ocasionado, por exemplo, problemas graves aos produtores de algodão na África Central e Ocidental. Essa situação provocou o lançamento, pelo Presidente de Burkina

Faso, em nome de outros países da região, de uma iniciativa setorial importante.

Subsídios à exportação devem ser eliminados. Razões de ordem econômica, política, técnica e ética contribuem para tornar sua continuidade uma aberração. Simultaneamente, regras mais estritas devem ser estabelecidas para créditos à exportação e ajuda alimentar. Essas formas de elisão de compromissos em subsídios à exportação não podem continuar a distorcer a competição entre exportadores.

Com relação a acesso a mercados, o G-20 propõe melhorias substanciais por meio de cortes tarifários mais profundos e da eliminação de salvaguarda especial para países desenvolvidos. Além disso, sugerem-se a expansão de quotas tarifárias, bem como regras aperfeiçoadas para sua administração. Com respeito aos países em desenvolvimento, uma fórmula diferenciada foi proposta de acordo com a capacidade destes países para contribuir para o processo. O Grupo responde, assim, ao requisito contido na Declaração de Doha de que o tratamento especial e diferenciado deve ser “operacionalmente eficaz e permitir a países em desenvolvimento levar em conta suas necessidades de desenvolvimento, incluindo segurança alimentar e desenvolvimento rural”. Além disso, o Grupo reitera o fato de que devem ser levadas em consideração as preocupações de membros que recentemente acederam à OMC.

O Grupo atuará em coordenação estreita durante a Conferência Ministerial. O Grupo reafirma que sua proposta continua sobre a mesa e convida os membros da OMC a apoiá-la, particularmente aqueles que compartilham o compromisso com os dois objetivos centrais da Rodada de Doha: desenvolvimento e reforma agrícola.

Como a proposta do Grupo reflete totalmente a integridade e o nível de ambição do mandato de Doha, ela constitui e continuará a estar no centro das negociações sobre agricultura.

Comunicado à imprensa sobre o falecimento da Ministra dos Negócios Estrangeiros da Suécia (11.09.03)

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, dirigiram, hoje, ao Primeiro-Ministro da Suécia, Göran Persson, e ao Ministro, substituto, dos Negócios Estrangeiros da Suécia, Jan Karlsson, respectivamente, as seguintes mensagens de condolências relativas ao falecimento da Ministra dos Negócios Estrangeiros da Suécia, Anna Lindh:

“Excelentíssimo Senhor Göran Persson, Primeiro-Ministro do Reino da Suécia,

Profundamente consternado pela triste notícia do falecimento da Ministra dos Negócios Estrangeiros da Suécia, Senhora Anna Lindh, gostaria de expressar, em meu nome e do povo brasileiro, minhas condolências pela lastimável perda dessa grande representante do Governo sueco.

Ao prestar-lhe minha mais sentida solidariedade e pedir-lhe que sejam transmitidas aos familiares da Ministra Anna Lindh as condolências do Governo e do povo brasileiros, expresso minha esperança de que o Reino da Suécia consiga brevemente recuperar-se do trágico acontecimento de hoje e possa levar adiante os altos ideais defendidos pela Ministra Anna Lindh.

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República Federativa do Brasil”

“Excelentíssimo Senhor Jan Karlsson, Ministro, substituto, dos Negócios Estrangeiros do Reino da Suécia,

Profundamente entristecido pelo falecimento da Ministra dos Negócios Estrangeiros da Suécia, expresso a Vossa Excelência e aos familiares da Ministra Anna Lindh minhas condolências por essa lastimável perda.

Seguro de que a diplomacia sueca permanecerá comprometida com a defesa dos altos princípios que sempre defendeu, expresso minha profunda solidariedade neste momento de grande consternação.

Samuel Pinheiro Guimarães

Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores”

Comunicado à imprensa sobre negociações da OMC em Cancún (12.09.03)

Estamos chegando aos últimos dias da Conferência Ministerial de Cancún. Torna-se ainda mais importante, neste momento, concentrar nossos esforços em tentativas de negociação e não voltar nossas energias para ataques a países ou a grupos de países.

O Brasil está comprometido a trabalhar com vistas à conclusão bem-sucedida da reunião de Cancún, em consonância com o mandato de Doha, que, em relação à agricultura, deveria conduzir a ampla reforma do comércio agrícola. Tem sido esta a atitude do G-21, que temos a honra de coordenar.

Comunicado à imprensa sobre a instalação de escritório da Corporação Andina de Fomento (CAF) em Brasília (12.09.03)

O Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, recebeu em

audiência, em 11 de setembro, o Senhor José Vicente Maldonado, primeiro representante da Corporação Andina de Fomento no Brasil.

A CAF foi fundada pelos países andinos (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela), com o propósito de financiar projetos de desenvolvimento. Atualmente, o Brasil e todos os demais países da América do Sul são membros da CAF, que também está presente em países latino-americanos associados (Costa Rica, México e Panamá).

A agência andina financia essencialmente obras de infra-estrutura. A sua carteira atual de projetos é superior a sete bilhões de dólares. Nos últimos dez anos, aprovou projetos em valor total superior a 28 bilhões de dólares. Possui a melhor classificação de risco da América Latina.

A instalação do escritório da CAF no Brasil corresponde ao interesse de aproximação com o Governo e agências brasileiras de desenvolvimento, em particular o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Estando no Brasil, a CAF poderá participar mais ativamente de projetos nacionais e colaborar com o esforço de integração dos países da América do Sul, que corresponde à prioridade da política externa brasileira.

De nacionalidade equatoriana, Maldonado é formado em Ciências Políticas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Equador. É funcionário da CAF desde 1997. Antes de vir para Brasília, foi representante da CAF na Bolívia. Ocupou posições de alta relevância no Equador, entre as quais as de Ministro da Indústria, Comércio, Integração e Pesca e de Secretário-Geral da Administração Pública.

Comunicado à imprensa sobre decisão do Gabinete de Segurança de Israel (12.09.03)

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com profunda apreensão, da decisão do Gabinete de Segurança de Israel de “remover” dos territórios palestinos o Presidente da Autoridade Nacional da Palestina, Yasser Arafat.

O Brasil reconhece no Presidente Arafat uma autoridade legítima e democraticamente eleita pelo povo palestino. Neste momento em que assistimos, com perplexidade, a uma nova escalada de ações retaliatórias e contrárias à paz, a decisão do Gabinete de Segurança israelense poderá comprometer irremediavelmente o processo de paz.

O Governo brasileiro exorta Israel a reverter a decisão do seu Gabinete de Segurança e conclama, mais uma vez, israelenses e palestinos a agir com moderação e retornar à mesa de negociações, único espaço de onde poderá surgir uma solução justa e duradoura para o conflito na região.

Comunicado à imprensa sobre a situação na República da Guiné-Bissau (14.09.03)

O Governo brasileiro lamenta a ocorrência, neste domingo, 14 de setembro de 2003, de golpe militar na República da Guiné-Bissau. O golpe ocorre no contexto do quadro de fragilidade e instabilidade políticas que se instalou no país, sobretudo a partir da destituição, condenada por toda a comunidade internacional, da Assembléia Nacional da Guiné-Bissau.

Em nome da Presidência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, o Governo brasileiro apela aos militares bissau-guineenses, bem como às lideranças

políticas do país, para que seja instalada a ordem constitucional. Conclama, ainda, os militares e os partidos políticos da Guiné-Bissau a assumirem um compromisso firme de restabelecimento da justiça e do Estado de Direito e de respeito aos direitos humanos, no contexto da preparação das próximas eleições legislativas, que, espere-se, sejam prontamente realizadas, em um ambiente de confiabilidade e transparência.

Juntamente com a comunidade internacional, em particular as Nações Unidas e o ECOSOC, o Brasil e a CPLP vêm acompanhando de perto a situação na Guiné-Bissau com vistas à promoção de soluções para os problemas do país. O Brasil e a CPLP mantêm a disposição firme de continuar dialogando com os órgãos pertinentes das Nações Unidas, bem como outros organismos regionais africanos, e com as forças políticas bissau-guineenses com o objetivo de contribuir para a inauguração de um quadro de paz e desenvolvimento na Guiné-Bissau.

O Governo brasileiro apela para que a comunidade internacional se disponha a prestar o apoio diplomático e material necessários à implantação da ordem constitucional na Guiné-Bissau, e, juntamente com a CPLP, dispõe-se a colaborar com esse processo.

As informações procedentes de Bissau indicam que a situação é calma e não há registros de violência ou atos de vandalismo. A comunidade brasileira na Guiné-Bissau também se encontra em segurança, inclusive os três técnicos do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, que chegaram neste sábado, 13, ao país, para colaborar no processo de preparação das eleições.

Comunicado à imprensa sobre visita ao Brasil da Relatora Especial da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas sobre Execuções Extrajudiciais, Sumárias ou Arbitrárias (16.09.03)

Encontra-se em visita ao Brasil, entre os dias 16 de setembro e 8 de outubro, a Relatora Especial da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas sobre Execuções Extrajudiciais, Sumárias ou Arbitrárias, Senhora Asma Jahangir.

A Relatora cumpre agenda de trabalho que se inicia e se encerra em Brasília, e compreende visita aos Estados da Bahia, Pernambuco, Pará, São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Em Brasília, a Relatora deverá manter encontros com os Ministros de Estado da Justiça e das Relações Exteriores, o Secretário Especial de Direitos Humanos, o Secretário Nacional de Segurança Pública, o Diretor da Polícia Federal, o Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República e a Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão.

Nos Estados, a Senhora Jahangir deverá entrevistar-se com Governadores, Secretários de Segurança Pública, Diretores das Polícias Civil e Militar, Corregedores e Ouvidores-gerais da Polícia, Diretores de Institutos Médicos Legais, Procuradores Estaduais, Defensores Públicos, Membros do Judiciário e Comissões de Direitos Humanos das Assembléias Legislativas. A agenda da Relatora Especial inclui visita a uma unidade da FEBEM de São Paulo.

Durante todas as etapas da visita, a Relatora Especial também manterá contatos com organizações não-governamentais e defensores de direitos humanos, bem como com testemunhas, vítimas e familiares de

vítimas de execuções extrajudiciais.

Visitaram anteriormente o Brasil os Relatores sobre venda de crianças, prostituição e pornografia infantil; sobre violência contra a mulher; sobre o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância correlata; sobre direitos humanos e resíduos tóxicos; sobre a tortura; e sobre o direito à alimentação. Todos os Relatores Especiais recebidos no território brasileiro desenvolveram livremente suas atividades e apresentaram ao Governo brasileiro conclusões e recomendações de grande utilidade para o aprimoramento de diagnósticos e identificação de medidas concretas em seus respectivos campos de ação.

Comunicado à imprensa sobre reunião Brasil-Argentina a respeito de tráfico ilícito de armas de fogo, munições, explosivos e outros materiais relacionados (18.09.03)

Realizou-se em Buenos Aires, nos dias 11 e 12 de setembro, reunião Brasil-Argentina sobre tráfico ilícito de armas de fogo, munições, explosivos e outros materiais relacionados. O encontro resultou na assinatura de uma ata sobre o assunto, pela qual as duas partes se comprometem a adotar uma série de medidas.

Discutiu-se a situação da apreensão de armas argentinas no Brasil (inclusive no estado do Rio de Janeiro) e de armas brasileiras na Argentina, e coincidiu-se com a necessidade de implementar a diretiva 7/98 do CMC/ MERCOSUL, que visa a estabelecer sistema para o intercâmbio de informações sobre pessoas, veículos e armas.

As delegações ofereceram o acesso recíproco aos bancos de dados do SINARM e do RENAR, tendo o lado brasileiro apresentado a nova estrutura do DPF/MJ para

o combate ao crime organizado, que conta com uma divisão para a repressão do tráfico ilícito de armas na qual funciona o SINARM. Houve, ainda, troca de informações preliminares sobre rotas, quadrilhas e o contrabando de armas. O lado brasileiro propôs a criação de grupo de trabalho para discutir o marco legal e operacional para futuras ações conjuntas nessa área, o qual deverá reunir-se nos próximos meses, e submeter suas conclusões aos dois governos. O lado argentino propôs a assinatura de Memorando de Entendimento para institucionalizar e ordenar a cooperação bilateral neste campo. Foram trocadas opiniões sobre a implementação do Plano de Ação da ONU sobre Armas Pequenas e da Convenção Interamericana (CIFTA). Em relação ao MERCOSUL, houve acordo quanto à necessidade de fortalecer o GT sobre Armas de Fogo e Munições.

Comunicado Conjunto à imprensa dos Presidentes da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da República da Colômbia, Álvaro Uribe Vélez (18.09.03)

1. Os Presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da Colômbia, Álvaro Uribe Vélez, reuniram-se em Cartagena, em 16 de setembro de 2003, por ocasião da celebração dos 40 anos da Organização Internacional do Café (OIC).

2. Os Presidentes expressaram satisfação pelo aniversário de 40 anos da OIC, o qual consideraram ocasião propícia para fortalecer esta Organização, que reúne os interesses de 50 países produtores. Nesse sentido, congratularam-se pelos laços de solidariedade e de cooperação que unem o Brasil e a Colômbia como os principais países produtores e exportadores de café, e

manifestaram intenção de continuar estimulando políticas de promoção conjunta de consumo de café nos mercados internacionais.

3. Assinalaram que a OIC é o foro central para discutir a política internacional cafeeira. Apoiaram, conforme acordado, as medidas e os programas orientados ao mercado desenvolvidos pela referida Organização, os quais buscam restabelecer o equilíbrio entre oferta e demanda, por meio da promoção da qualidade do café, do aumento do consumo mundial e do desenvolvimento de programas de diversificação de outros cultivos.

4. Os Presidentes notaram com satisfação os progressos registrados na implementação de compromissos contidos no Comunicado Conjunto divulgado por ocasião da visita ao Brasil do Presidente Álvaro Uribe, em 7 de março de 2003, entre os quais se destacam: a participação do Brasil na Reunião de Ministros de Relações Exteriores e Defesa dos Países Vizinhos da Colômbia sobre Segurança Regional (Bogotá, 13/03/03); a assinatura, pelos Ministros da Defesa dos dois países, de Memorando de Entendimento em Matéria de Defesa (20/06/03); a realização da Primeira Reunião do Grupo de Trabalho Brasil-Colômbia para a Repressão da Criminalidade e do Terrorismo (Bogotá, 24/07/03); a apresentação – realizada por Missão da Comissão de Coordenação do SIVAM – sobre as diferentes modalidades de acesso da Colômbia às informações do Sistema, por ocasião da visita oficial do Ministro das Relações Exteriores do Brasil a Bogotá (25/07/03); e a realização de missões colombianas e brasileiras no contexto da cooperação para a produção de álcool combustível.

5. Em conformidade com os termos do

Acordo-Quadro firmado entre a CAN e o MERCOSUL em dezembro de 2002, os Presidentes reafirmaram sua vontade de continuar avançando nas negociações do Acordo de Livre-Comércio entre ambos os blocos de integração, levando em conta o prazo ali estabelecido. Nesse sentido, reconheceram que a reunião de Lima, a realizar-se em 7 de outubro de 2003, será um passo importante nesse processo.

6. Conscientes da necessidade de estabelecer laços mais estáveis e profundos entre as duas economias, os Presidentes decidiram encarregar as autoridades competentes de ambos os países da análise do comércio bilateral entre o Brasil e a Colômbia, com o objetivo de buscar um maior intercâmbio com eqüidade.

7. Os Presidentes reiteraram seu interesse em continuar fortalecendo a integração física no âmbito da Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional da América do Sul (IIRSA) e reconheceram a necessidade de obter progressos na matéria. Nesse sentido, destacaram a importância do Seminário de co-financiamento realizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil (BNDES) e a Corporação Andina de Fomento (CAF) de 6 a 8/8/03, no qual a Colômbia apresentou projetos de infraestrutura fluvial contemplados nos Eixos Multimodais do Amazonas e do Orinoco, os quais contribuirão para consolidar uma região social e economicamente sólida.

8. Os Presidentes coincidiram em relação à importância de continuar afiançando as relações de cooperação em matéria de segurança entre os dois países. Nesse sentido, registraram com satisfação a realização da Primeira Rodada de Conversações entre as Forças Armadas de ambos os países, a

realizar-se em Bogotá, no próximo mês de novembro.

9. Da mesma forma, em relação à VI Reunião da Comissão Mista em Matéria de Drogas Brasil-Colômbia, a qual se realizará em Brasília, em novembro de 2003, os Presidentes reafirmaram o interesse dos dois Governos em dar continuidade e fortalecer as ações de cooperação no combate às drogas e aos delitos conexos.

10. Em razão do que foi manifestado no contexto da Primeira Reunião do Grupo de Trabalho Bilateral para a Repressão da Criminalidade e do Terrorismo, o Presidente da Colômbia reiterou o interesse de seu Governo em enviar uma missão técnica ao Brasil, integrada por representantes das entidades colombianas competentes, com o objetivo de avaliar conjuntamente a maneira pela qual o Brasil e a Colômbia podem coordenar ações no âmbito do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) e do Sistema Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (SISDACTA).

11. Os Presidentes ressaltaram a importância de continuar analisando as condições que possibilitem o aproveitamento das potencialidades do Brasil e da Colômbia para a produção e exportação de aço, no âmbito do projeto siderúrgico binacional proposto.

12. Com vistas a aprofundar, em nível técnico, a ampla agenda bilateral, os Presidentes congratularam-se pela próxima realização da VII Comissão de Vizinhança, em Bogotá, em 16 e 17 de outubro de 2003.

13. Os Presidentes instaram as autoridades competentes dos dois países a continuar supervisionando o cumprimento dos compromissos assumidos na Reunião de

Avaliação e Acompanhamento do III Programa de Cooperação Técnico-Científica Brasileiro-Colombiano, celebrada em 26 de junho último em Bogotá, com o objetivo de facilitar a implementação dos projetos acordados.

14. Em matéria agrícola, Brasil e Colômbia acordaram desenvolver projetos de cooperação em matéria de cultivo mínimo do solo e plantio direto, bem como em relação à possibilidade de que a Colômbia continue a adquirir maquinário proveniente do Brasil.

15. Os Presidentes felicitaram-se pelas aproximações que se têm verificado entre os dois países, com vistas a aprofundar a cooperação para a produção de álcool carburante na Colômbia, por meio do aproveitamento da experiência brasileira. Da mesma forma, estimularam os investidores do Brasil e da Colômbia a examinarem opções de linhas de crédito flexíveis e de longo prazo que incentivem os processos de reconversão tecnológica industrial na Colômbia, indispensáveis para a promoção da vinculação do setor privado a essa promissora atividade.

16. Os Presidentes testemunharam com satisfação a assinatura de memorando entre a empresa colombiana Servicio Aéreo a Territorios Nacionales (SATENA) e a Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER) para a compra de aeronaves ERJ 145.

17. Os Presidentes expressaram a necessidade de fortalecer o multilateralismo e reformar as Nações Unidas, inclusive o Conselho de Segurança, a fim de torná-lo mais representativo e democrático, com países em desenvolvimento, inclusive da América do Sul. Nesse sentido, os dois Presidentes reconheceram a histórica

aspiração do Brasil, ao mesmo tempo em que indicaram a importância de que a Colômbia tenha voz presente no Conselho.

Nota Conjunta à imprensa sobre a VII Reunião da Agenda Comum Brasil-Estados Unidos sobre Meio Ambiente (19.09.03)

Foi realizada, nos dias 18 e 19 de setembro de 2003, em Brasília, a VII Reunião da Agenda Comum Brasil-Estados Unidos sobre Meio Ambiente. A primeira reunião da Agenda ocorreu em março de 1996, em Brasília, e ambos os Governos têm mantido encontros anuais desde então, em Brasília e Washington, para discutir questões prioritárias de interesse mútuo nas áreas de meio ambiente e desenvolvimento sustentável, com a participação dos órgãos governamentais pertinentes dos dois países.

Além das consultas de alto nível, os dois lados estão buscando o aperfeiçoamento das consultas e da cooperação em outros níveis, mediante o estabelecimento de grupos de trabalho para facilitar o diálogo e a cooperação em áreas específicas, e por meio de discussões bilaterais entre agências governamentais relevantes.

A VII Reunião concentrou-se nas seguintes questões:

a) intercâmbio de perspectivas e posições sobre questões ambientais importantes, como mudança global do clima e energias renováveis; conservação e uso sustentável da diversidade biológica; questões de política florestal; saúde e desenvolvimento sustentável; gestão responsável de substâncias químicas; e utilização de sensoriamento remoto na proteção do meio ambiente;

b) programa de trabalho da Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável das

Nações Unidas (CDS), órgão multilateral responsável pelo seguimento da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, e da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Joanesburgo, 2002. Em 2004/2005, a CDS dará especial atenção aos temas de água, saneamento e assentamentos humanos;

c) cooperação sobre tecnologias e práticas ambientalmente saudáveis e suas aplicações nas áreas de eficiência energética e no uso de fontes novas e renováveis de energia;

d) troca de experiências e cooperação em pesquisa avançada e desenvolvimento tecnológico em curso nos dois países, inclusive sobre a utilização de hidrogênio e do biodiesel como fontes de energia, bem como no desenvolvimento de novas tecnologias para a proteção de áreas florestais;

e) intercâmbio de conhecimento na criação e gestão de áreas protegidas, bem como no campo de aplicação da legislação ambiental.

Na busca desses objetivos, a Agenda Comum estimula a cooperação com o setor privado, instituições educacionais e organizações não-governamentais, conforme mutuamente acordado, em programas e iniciativas relevantes na área de meio ambiente e desenvolvimento sustentável, particularmente nos campos da cooperação técnica e do desenvolvimento e disseminação de tecnologias ambientalmente saudáveis, bem como a troca de experiências e perspectivas sobre as parcerias de cada Governo com os principais grupos representativos da sociedade civil. A Agenda também visa a facilitar o intercâmbio científico e tecnológico e outros esforços conjuntos para lidar com questões

ambientais de interesse mútuo.

A Delegação brasileira foi chefiada pelo Ministro Everton Vieira Vargas, Diretor do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Ministério das Relações Exteriores, e composta por representantes dos Ministérios do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, Minas e Energia, Saúde, Agricultura e Defesa, além de outras agências governamentais. A Delegação dos Estados Unidos foi chefiada pelo Dr. John F. Turner, Secretário de Estado Assistente para Oceanos e Assuntos Científicos e Ambientais Internacionais do Departamento de Estado, e integrada por representantes da Agência de Proteção Ambiental (EPA), do Instituto Smithsonian, da Administração Nacional de Aeronáutica e Espaço (NASA) e da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (*USAID*).

Comentários do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, sobre artigo do Representante Comercial dos EUA referente aos resultados da Conferência de Cancún (22.09.03)

A propósito do artigo publicado hoje, dia 22, na imprensa internacional pelo Representante Comercial dos EUA (USTR), sobre os resultados da V Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) – no qual o Brasil é citado nominalmente cinco vezes – o Ministro Celso Amorim tem os seguintes comentários:

- cada país tem o direito de apresentar sua própria avaliação de Cancún;

- o Brasil, seguro de haver mantido uma posição construtiva, não considera útil envolver-se em um exercício de atribuição de culpa pela dificuldade em alcançar consenso em Cancún;

- o Brasil prefere concentrar-se no fortalecimento da OMC, em coordenação com parceiros comerciais interessados na liberalização do comércio agrícola e na eliminação de subsídios, conforme o mandato de Doha;

- se as referências nominais ao Brasil refletem a importância atribuída à nossa atuação na OMC, as críticas, implícitas ou explícitas, contrastam com comentário do USTR ao Chefe da Delegação brasileira – na véspera do encerramento da reunião – de que o pronunciamento feito horas antes em nome do G 20-”plus” fora pragmático (“businesslike”), o que constituía, por si só, um sinal positivo;

- os comentários críticos surpreendem também, pois, até recentemente, os EUA compartilhavam em larga medida o mesmo nível de ambição expresso pelo G 20-”plus” em relação aos três pilares da reforma do comércio agrícola;

- do ponto de vista do Brasil, o mais importante agora é, em consonância com a declaração aprovada em Cancún pelos Ministros, retomar prontamente as negociações em Genebra;

- o Brasil continuará a empenhar-se por um consenso genuíno, que leve em consideração as aspirações legítimas de todos os participantes e, em particular, dos países em desenvolvimento.

Comunicado à imprensa sobre visita de trabalho do Presidente da República ao México (23.09.03)

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará sua primeira visita de trabalho ao México, nos próximos dias 25 e 26 de setembro, ao regressar de sua participação na Assembléa Geral das Nações Unidas.

O Presidente Lula reunir-se-á com o Presidente Vicente Fox, para tratar dos principais assuntos econômicos e políticos bilaterais e da agenda internacional, a exemplo da cooperação internacional para o combate à pobreza, do fortalecimento do multilateralismo como fundamento da ordem internacional, da cooperação técnica na área de ciência e tecnologia e da cooperação consular. Merecerá atenção especial o tema da cooperação consular, em razão da crescente utilização do território mexicano por imigrantes brasileiros que buscam entrar nos EUA.

A evolução do comércio bilateral também será objeto de atenção dos Presidentes, que poderão examinar novas modalidades de associação comercial entre os dois países. Em 2002, o México consolidou-se como o quarto maior destino das exportações brasileiras, atrás apenas de Estados Unidos, Alemanha e China, tendo o fluxo comercial mais do que duplicado nos últimos 5 anos, para US\$ 2,3 bilhões em 2002. O superávit brasileiro no mesmo período passou de US\$ 19 milhões para US\$ 1,7 bilhão. As operações comerciais no primeiro semestre de 2003 confirmam essa tendência.

A reunião dos Presidentes Lula e Fox proporcionará, ainda, oportunidade para preparar a participação de Brasil e México nas Cúpulas Ibero-Americana, Extraordinária das Américas e América Latina e Caribe-União Européia, que ocorrerão, respectivamente, na Bolívia, em novembro de 2003, e no México, em janeiro e em maio de 2004. Os dois Presidentes poderão, também, realizar um balanço dos resultados da Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, realizada em Cancún, entre 10 e 14 de setembro, bem como intercambiar

impressões sobre o desenvolvimento do processo negociador comercial multilateral.

Comunicado à imprensa sobre visita do Presidente da República a Cuba (23.09.03)

O Senhor Presidente da República realizará visita de trabalho a Cuba nos dias 26 e 27 de setembro, ao regressar do México após participar da Assembléia Geral das Nações Unidas.

O Presidente Lula mantém vínculo histórico de amizade com o Presidente Fidel Castro, que esteve presente, em Brasília, às cerimônias de posse presidencial. Durante sua primeira visita a Cuba como Chefe de Estado, o Presidente Lula dará seguimento aos esforços brasileiros para a crescente inserção de Cuba no seio da comunidade latino-americana.

A visita visará a manter e aperfeiçoar o diálogo político existente entre os dois governos, assim como a selar, pela assinatura de um conjunto de acordos, novos instrumentos de cooperação bilateral, notadamente nas áreas de saúde, pesca, aquicultura, turismo, esporte e educação.

Merece especial atenção o acordo que prevê a liquidação dos débitos cubanos com o Banco do Brasil e com empresas privadas brasileiras, mediante a destinação de percentual fixo do valor das exportações cubanas de certos produtos para a amortização das dívidas.

Por ocasião da visita presidencial, empresários brasileiros e cubanos manterão encontros em Havana, o que favorecerá a ampliação do volume de negócios entre os dois países e o incremento do comércio bilateral, que se situou, em 2002, no patamar de US\$ 88 milhões, com superávit brasileiro de US\$ 60 milhões.

Declaração dos Ministros das Relações Exteriores dos Países da Coalizão da Nova Agenda (23.09.03)

1. Os Ministros do Egito, Irlanda, México, Nova Zelândia, África do Sul, Suécia e Brasil reuniram-se à margem da 58^a Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas para rever os desenvolvimentos no campo do desarmamento nuclear e para renovar seu compromisso de alcançar um mundo livre de armas nucleares.

2. Os Ministros homenagearam a memória de Anna Lindh, Ministra das Relações Exteriores da Suécia, e deploraram a perda da colega devotada à causa comum.

3. Os Ministros manifestaram sua profunda preocupação com a falta de progresso, até o momento, na implementação dos “13 passos” para alcançar o desarmamento nuclear, acordados pelos Estados Parte do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, na Conferência de Revisão de 2000.

4. Os Ministros enfatizaram que cada um dos artigos do TNP é mandatório para cada um dos Estados-membros, em todo momento e circunstância e que os Estados-membros devem ser considerados responsáveis pelo estrito cumprimento das respectivas obrigações derivadas do Tratado, e reiteraram que a implementação das obrigações assumidas no âmbito do Tratado permanecem sendo imperativas.

5. Os Ministros recordaram que o progresso contínuo e irreversível na redução de armas nucleares é pré-requisito fundamental para promover a não-proliferação. Nesse contexto, fizeram um chamamento à Federação Russa e aos Estados Unidos para tornar irreversível e verificável o Tratado sobre Reduções de Armas Estratégicas Ofensivas (“Tratado de

Moscou”), de modo a transformá-lo em uma medida de desarmamento nuclear, e para tratar da questão das ogivas não operacionais.

6. Os Ministros enfatizaram que o recente debate internacional sobre armas de destruição em massa sublinhou que a única garantia contra o uso de qualquer arma de destruição em massa, em qualquer lugar, inclusive as armas nucleares, é a sua total eliminação e a segurança de que nunca serão usadas ou produzidas novamente.

7. Os Ministros reiteraram sua profunda preocupação com as tentativas de ampliação do papel das armas nucleares nas doutrinas estratégicas, inclusive a racionalização do uso e do desenvolvimento de novos tipos de armas nucleares.

8. Os Ministros instaram a comunidade internacional a intensificar os esforços no sentido de alcançar a adesão universal ao TNP. Fizeram um apelo para que Índia, Israel e Paquistão aceitem ao Tratado como Estados não nuclearmente armados e para que coloquem as respectivas instalações sob salvaguardas abrangentes da AIEA. Recordaram os compromissos de todos os Estados-membros do TNP com a promoção de sua universalização.

9. Os Ministros expressaram sua profunda preocupação com o anúncio feito pela República Democrática e Popular da Coréia de sua intenção de abandonar o TNP e com os desdobramentos correlatos. Nesse sentido, fizeram um chamamento à RDPC para que reconsiderasse sua decisão e apoiam todos os esforços para uma pronta e pacífica solução da situação, que permita àquele país retornar ao pleno cumprimento dos dispositivos do TNP.

10. Os Ministros enfatizaram que a Agência Internacional de Energia Atômica

deve ser capaz de verificar e assegurar que as instalações nucleares dos Estados-membros do TNP estejam sendo utilizadas exclusivamente com fins pacíficos, e fizeram um apelo aos Estados para que cooperem completa e imediatamente com a Agência Internacional de Energia Atômica para resolver questões surgidas decorrentes da implementação de suas respectivas obrigações em relação à Agência.

11. Os Ministros reafirmaram a convicção de que o estabelecimento de zonas livres de armas nucleares internacionalmente reconhecidas, com base em acordos livremente alcançados entre os países das respectivas regiões, , fortalece a paz e a segurança globais e regionais, reforça o regime de não-proliferação nuclear e contribui para a realização do objetivo do desarmamento nuclear e, nesse sentido, manifestaram a esperança de que outras regiões sigam o mesmo caminho.

12. Os Ministros sublinharam o significado do presente processo de exame do TNP, que tem o objetivo de verificar o progresso na implementação do tratado e considerar ações necessárias ao desarmamento nuclear. Enfatizaram a importância de que a Terceira Comissão Preparatória da Conferência de Exame de 2005 do TNP apresente, à Conferência, recomendações substantivas em relação ao desarmamento nuclear, assim como sobre a questão das garantias de segurança.

13. Os Ministros sublinharam que o multilateralismo deve permanecer no primeiro plano em todos os esforços relacionados com a segurança internacional e, com o propósito de contribuir ainda mais para o objetivo de um mundo livre de armas nucleares, enfatizaram que continuarão a

buscar com determinação esse objetivo e anunciaram sua intenção de submeter, à 58^a Assembléia Geral das Nações Unidas, dois projetos de resolução denominados: “Rumo a um mundo livre de armas nucleares: uma nova agenda” e “Redução de armas nucleares não-estratégicas”.

NOTA INFORMATIVA

A Coalizão da Nova Agenda é composta por sete países: Brasil, Egito, Irlanda, México, Nova Zelândia, África do Sul e Suécia. A Nova Agenda desempenhou papel central na Conferência de Exame do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), em 2000, auxiliando na consecução de acordo sobre um “compromisso inequívoco” das cinco potências nucleares quanto à eliminação total de seus arsenais atômicos, assim como sobre um programa prático de ação para o desarmamento nuclear, os chamados “13 Passos para o Desarmamento Nuclear”.

O novo ciclo do processo de exame do TNP teve início em 2002, com a primeira reunião da Comissão Preparatória, e culminará na Conferência de Exame, em 2005. Na segunda reunião da Comissão Preparatória, realizada em Genebra, em abril de 2003, a Coalizão da Nova Agenda apresentou seu documento de posição (NPT/CONF.2005/PC.II/16), assim como um documento sobre o tema das garantias de segurança (NPT/CONF.2005/PC.II/WP.11).

A Coalizão da Nova Agenda espera que a terceira reunião da Comissão Preparatória proporcione a oportunidade para que essa matéria seja debatida em profundidade. A Coalizão da Nova Agenda deseja que o ciclo de exame de 2005 avalie o progresso na implementação dos “13 Passos” e considere as atividades necessárias ao desarmamento

nuclear. O Brasil será o coordenador da Coalizão da Nova Agenda durante a sessão da Primeira Comissão da 58^a Assembléia Geral das Nações Unidas.

Comunicado à imprensa sobre Cooperação Brasil-Polônia na Luta Contra o Crime Organizado e outras Modalidades Criminosas (25.09.03)

Realizou-se em Brasília, no período de 22 a 24 de setembro, a primeira rodada de negociações do Acordo de Cooperação entre o Brasil e a Polônia no Campo da Luta Contra o Crime Organizado e Outras Modalidades Criminosas. As delegações foram chefiadas, respectivamente, pelo Ministro Marcos Pinta Gama, Coordenador-Geral de Combate aos Ilícitos Transnacionais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, e pelo Sr. Zbigniew Wrona, Diretor do Departamento Jurídico do Ministério dos Assuntos Internos e Administração da Polônia.

A reunião transcorreu em clima de cooperação e mútuo entendimento. As duas delegações procederam a uma primeira leitura da minuta de acordo, da qual resultou nova versão do instrumento. As Partes concordaram em dar continuidade à negociação do acordo em uma segunda rodada, a ser realizada, em Varsóvia, em data a ser acertada posteriormente.

O documento versa sobre atividades de cooperação no campo do combate ao crime organizado internacional e outras modalidades criminosas, especialmente crimes contra a vida, a saúde e a integridade física da pessoa humana; fabricação, tráfico e comercialização ilícita de entorpecentes e substâncias psicotrópicas; fabricação, comercialização e tráfico ilícito de armas,

munições, explosivos, gases e outros meios letais; desvio, uso e/ou tráfico ilícito de material nuclear e radioativo; terrorismo e seu financiamento; lavagem de dinheiro e de outros ativos; tráfico de seres humanos, especialmente mulheres e crianças; exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes; seqüestro; crimes cibernéticos; falsificação e circulação de meios de pagamentos; falsificação e comercialização de documentos, incluindo os de identidade e viagem; tráfico de migrantes e corrupção.

Por ocasião do encontro, a Parte brasileira submeteu à Parte polonesa, para posterior apreciação pelos setores competentes, propostas de Acordo de Assistência Judiciária Mútua em Matéria Penal, Transferência de Presos e Extradição.

Comunicado dos Governos da Índia, Brasil e África do Sul – IBAS (25.09.03)

1. O Primeiro-Ministro da Índia, Sr. Atal Bihari Vajpayee, o Presidente do Brasil, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, e o Presidente da África do Sul, Sr. Thabo Mbeki encontraram-se em 24 de setembro por ocasião da 58a Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas. O encontro foi precedido de reunião dos Ministros das Relações Exteriores da Índia, Yashwant Sinha, do Brasil, Celso Amorim, e da África do Sul, Nkosazana Dlamini-Zuma, os quais intercambiaram impressões sobre temas da atualidade internacional.

2. Os Ministros sublinharam a necessidade de fortalecer o multilateralismo e, nesse sentido, acordaram cooperar entre si e com o Secretário-Geral para avançar a reforma das Nações Unidas.

3. Os Ministros também acordaram que seus países devem cooperar nos foros internacionais e nas discussões sobre temas

multilaterais.

4. Ao reconhecer que o comércio constitui importante instrumento para o crescimento econômico e para a geração e a distribuição de riqueza, ressaltaram a importância de promover uma agenda de desenvolvimento na OMC. Renovaram seu compromisso de trabalhar em conjunto para promover a reforma do comércio agrícola internacional, com vistas a eliminar todos os subsídios que distorcem o comércio e assegurar acesso aos mercados dos países desenvolvidos, reconhecendo, ao mesmo tempo, a necessidade de implementar tratamento especial e diferenciado em favor dos países em desenvolvimento. Trocaram impressões sobre as negociações relativas à rodada de Doha, em particular a recém-concluída reunião de Cancún, e assinalaram a importância de continuar o trabalho e a coordenação no âmbito do G-22.

5. Os Ministros reiteraram a determinação de seus governos de contribuir ativamente para a implementação das metas de desenvolvimento acordadas internacionalmente nas principais conferências da ONU e na Cúpula do Milênio, em especial a relativa à redução à metade, até 2015, do número de pessoas em situação de pobreza e fome.

6. Acordaram que os esforços para erradicar a fome e a pobreza devem ser empreendidos no quadro mais amplo da promoção dos direitos humanos, particularmente os direitos econômicos, sociais e culturais e o direito ao desenvolvimento. O combate à fome transcende a distribuição de alimento e abrange medidas estruturais em diversas áreas, em especial nas de educação, saneamento, saúde, emprego, desenvolvimento rural e infraestrutura.

7. Os Ministros notaram que, como

demonstram estatísticas recentes, as Metas de Desenvolvimento do Milênio não serão alcançadas até 2015 sem esforços renovados e ambiciosos da comunidade internacional destinados a promover e a financiar a implementação de estratégias para combater a pobreza e a fome.

8. Nesse contexto, sublinharam seu compromisso de cooperar no desenho e na implementação de projetos orientados para a redução da pobreza e o combate à fome, bem como para o acesso à educação, saúde e saneamento, passíveis de serem replicados e disseminados em escala ampliada. Estes devem incluir a identificação de projetos-piloto e boas práticas nas áreas acima mencionadas, com vistas a sua disseminação nos planos regional e internacional, como exemplos concretos para avançar as Metas de Desenvolvimento do Milênio. A preparação, aprovação e implementação desses projetos observariam os regulamentos e os procedimentos existentes no âmbito do PNUD e de outras agências das Nações Unidas. Os três países convidam outros países interessados a participar da iniciativa. Desejam igualmente assegurar o apoio do setor privado e a participação da sociedade civil. Para ressaltar seu compromisso, Índia, Brasil e África do Sul aportarão contribuições a essa iniciativa, com vistas a facilitar a operacionalização dos projetos.

9. A iniciativa é complementar aos esforços existentes e em consideração, pela comunidade internacional, para combater a pobreza e a fome.

10. Os Ministros acordaram que o próximo encontro da Comissão Trilateral do IBAS se realizará na Índia, durante a segunda quinzena de março de 2004. Com vistas a implementar os objetivos da Declaração de

Brasília e de contribuir para a próxima reunião da Comissão Trilateral, serão realizados encontros nas áreas de planejamento, ciência e tecnologia, defesa e agricultura, entre outras.

Comunicado à imprensa sobre atentado na cidade colombiana de Florencia – Mensagem do Ministro Celso Amorim à Ministra das Relações Exteriores da Colômbia (30.09.03)

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, dirigiu à Ministra das Relações Exteriores da Colômbia, Carolina Barco, mensagem de condolências relativa ao atentado praticado na cidade colombiana de Florencia, em 28 de setembro corrente.

No texto da mensagem, o Ministro Amorim manifestou sua consternação ao tomar conhecimento do ato criminoso que causou a morte de dez pessoas, bem como ferimentos em dezenas de outras, e expressou sua mais enérgica indignação diante do covarde atentado. O Chanceler brasileiro pediu à Ministra Carolina Barco, nesse momento doloroso para a Colômbia, aceitar a solidariedade e o decidido apoio que o Brasil estende à nação vizinha e irmã, e reiterou a convicção do Governo brasileiro de que, juntos, o Governo e o povo colombianos saberão encontrar o caminho da paz e da prosperidade de que bem são merecedores.

Comunicado à imprensa sobre a XV Reunião do Comitê de Negociações Comerciais da ALCA (01.10.03)

O MERCOSUL apresentou, hoje, dia 1º de outubro, na XV Reunião do Comitê de Negociações Comerciais da ALCA, em

Trinidad e Tobago, projeto de Declaração para ser considerada pela Reunião Ministerial da ALCA, em Miami, em novembro próximo.

O MERCOSUL reafirma seu interesse em negociar de forma construtiva com vistas a terminar, no prazo de janeiro de 2005, as negociações da ALCA. O trabalho desenvolvido ao longo dos últimos oito anos gerou impasses cristalizados ao longo de mais de sete mil pontos dos documentos de negociação. Entendemos que, para a conclusão exitosa das negociações, é necessário sermos criativos e utilizarmos plenamente todos os formatos disponíveis: o multilateral, o plurilateral e o bilateral. Essa é a maneira de permitir que todos os temas sejam objeto de entendimentos e que se possa avançar com segurança no processo negociador, com equilíbrio e eqüidade.

Observamos que os mesmos temas que geraram o impasse na Reunião Ministerial de Cancún (investimentos, compras governamentais) estão presentes na agenda negociadora da ALCA. Isso reforça nossa convicção de que devemos ser criativos e determinados para alcançar nossos objetivos. Não é possível falar em ALCA abrangente sem incluir o tratamento dos temas relacionados com os subsídios à exportação e às medidas de apoio interno em agricultura. Também não há ALCA com alto grau de ambição sem a inclusão de normas relacionadas com as medidas antidumping.

Continuamos dispostos a trabalharativamente com os demais participantes para viabilizar uma estrutura pragmática e realista para as negociações, que leve à conclusão com êxito da Reunião Ministerial de Miami.

Comunicado à imprensa sobre participação conjunta do MERCOSUL na Feira ANUGA 2003 (01.10.03)

O MERCOSUL participará, pela primeira vez, com estande próprio, em uma feira internacional. Trata-se da Feira Internacional de Alimentos, Processamento de Alimentos e Bebidas – ANUGA 2003, a realizar-se, entre 11 e 15 de outubro, na cidade de Colônia, Alemanha.

A ANUGA é um dos mais tradicionais eventos internacionais do setor alimentício, realizando-se, a cada dois anos, com 286 mil m² e cerca de 6 mil expositores provenientes de aproximadamente 100 países.

A iniciativa insere-se no programa de atividades da Reunião Especializada de Promoção Comercial Conjunta do MERCOSUL, criada em dezembro de 2000, com a missão específica de promover as exportações do bloco para terceiros mercados.

Muitas empresas dos quatro países do MERCOSUL vêm participando regularmente da ANUGA, em estandes nacionais ou setoriais. Na sua última edição, em 2001, participaram 80 expositores brasileiros. Há, entretanto, muitas empresas que, pelo tamanho ou inexperiência, ainda não tiveram a oportunidade de participar de evento desta magnitude.

O novo estande do MERCOSUL – ademais de constituir a primeira experiência de representação conjunta do bloco em evento internacional – foi concebido precisamente para abrigar aquelas empresas, na maioria de pequeno porte, de modo a proporcionar-lhes não apenas contatos comerciais, mas sobretudo o conhecimento das vantagens oferecidas pelas feiras internacionais.

Nesse sentido, serão facultados às empresas participantes encontros de negócios, sessões de degustação, exibição de amostras e catálogos, visitas guiadas e outras atividades de apoio à promoção de seus produtos. Cerca de 40 empresas dos quatro países do MERCOSUL deverão estar representadas no novo estande.

Outras iniciativas da Reunião Especializada de Promoção Comercial Conjunta do MERCOSUL já foram concluídas com êxito. Entre elas, destaca-se a I Missão Empresarial Conjunta do MERCOSUL à África do Sul, realizada em junho de 2002, da qual participaram 84 empresas e entidades setoriais dos 4 países, com mais de U\$ 4 milhões de negócios realizados.

Iniciativa igualmente pioneira foi a criação, na cidade de Berlim, Alemanha, em novembro de 2002, do I Centro de Promoção Comercial Conjunta do MERCOSUL. Ali estão trabalhando diplomatas dos quatro países, com a finalidade de promover a imagem do bloco e os seus produtos de exportação.

Para o futuro imediato, outras ações conjuntas estão sendo organizadas. Entre os dias 24 e 26 de novembro próximo, será realizada a II Missão Empresarial do MERCOSUL, desta vez ao México. Para o início do próximo ano, será realizada, no Centro de Promoção Comercial Conjunta em Berlim, a I Mostra Institucional do MERCOSUL, especialmente organizada para grupos específicos, tais como estudantes, formadores de opinião, acadêmicos, empresários etc. Também para 2004 está prevista a realização de grande apresentação do MERCOSUL na cidade de Xangai, China.

Comunicado à imprensa a respeito de painel sobre o contencioso relativo à classificação aduaneira de cortes de frango salgado (02.10.03)

Hoje, 2 de outubro de 2003, o Governo brasileiro solicitou ao Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da OMC o estabelecimento de painel no contencioso relativo à classificação aduaneira de cortes de frango salgado pelas Comunidades Européias (CE). Esse passo decorre do fato de que as partes não alcançaram solução mutuamente satisfatória durante a fase de consultas.

O objeto da disputa é a Resolução das CE nº 1223/02, que alterou a classificação aduaneira de cortes de frango salgado, que vinham sendo importados sob o código 0210.90.29 (frango salgado) da nomenclatura combinada comunitária e que passaram a ser classificados sob o código 0207.14.10 (frango congelado) da mesma nomenclatura. A medida européia afetou as exportações brasileiras de carne de frango salgado ao determinar, na prática, aumento da tarifa de importação do produto de 15,4% para 1.024 euros/tonelada (aproximadamente 75% ad valorem). No entendimento do Brasil, a Resolução nº 1223/02 fere o disposto no Artigo II do GATT/1994, uma vez que estaria sendo dado ao frango salgado brasileiro tratamento menos favorável que aquele previsto nos compromissos comunitários assumidos na OMC.

A Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango (ABEF) estima que, por força da medida comunitária, as exportações brasileiras de cortes de frango salgado para a Europa sofrerão redução de 80%, o que representaria, aproximadamente, US\$ 350 milhões em exportações não

realizadas por ano.

Na reunião hoje realizada, as CE exerceram seu direito de não aceitar o estabelecimento do painel. Novo pedido deverá, em princípio, ser apresentado pelo Brasil na próxima reunião ordinária do OSC, prevista para 7 de novembro de 2003. De acordo com as disciplinas da OMC, o painel terá de ser obrigatoriamente estabelecido nessa ocasião.

Comunicado à imprensa sobre obras de infra-estrutura na América do Sul (02.10.03)

O Presidente do Equador, Lucio Gutiérrez, dirigiu ontem, dia 1º de outubro, carta ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em que ratifica o compromisso de seu Governo de executar o projeto da Hidrelétrica de San Francisco, a ser construída por empresa brasileira. A carta foi entregue ontem ao Embaixador do Brasil no Equador, Sergio de Abreu e Lima Florencio.

A decisão era condição necessária para avançarem os entendimentos relativos à concessão do crédito de US\$ 243 milhões, destinados a financiar exportações brasileiras de bens e serviços, ao amparo do Convênio de Créditos Recíprocos (CCR). O valor total do projeto é de US\$ 302 milhões, dos quais US\$ 59 milhões serão originários de aporte dos acionistas de empresa equatoriana e destinados a cobrir gastos locais.

O desfecho exitoso do processo negociado com o Equador representa importante conquista para o Governo e o setor exportador brasileiros, em consequência do expressivo montante de exportações de alto valor agregado, sobretudo de bens de capital.

O empreendimento hidrelétrico, que deverá gerar 230 MW, corresponderá a 12% da atual oferta energética do Equador e contribuirá de forma significativa para a superação do déficit crônico de energia desse país.

As negociações para a construção da Hidrelétrica de San Francisco iniciaram-se há cerca de seis anos. A recente decisão equatoriana abre caminho para transformar em realidade uma nova e importante dimensão da política brasileira na América do Sul: a de dar prioridade a iniciativas efetivas de integração física com nossos parceiros da região.

Comunicado do Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela (03.10.03)

O Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela, composto por Brasil, Chile, Espanha, Estados Unidos da América, México e Portugal, acompanha, com interesse, os passos que vêm sendo tomados pelo Conselho Nacional Eleitoral, com vistas à convocação de referendos revocatórios, com base no Artigo 72 da Constituição da República Bolivariana da Venezuela. A aprovação, pelo CNE, do regulamento que, entre outras disposições, norteia a coleta de assinaturas e a aceitação, pelo Conselho, dos pedidos formais para a realização de referendos, por parte do Governo venezuelano e da oposição, representa, sem dúvida, passo importante no cumprimento do acordo firmado em 29 de maio último, no âmbito da Mesa de Negociações e Acordos entre Representantes do Governo e da Coordenadora Democrática.

O Grupo de Amigos considera de grande relevância que se mantenha o clima de

moderação e respeito que vem prevalecendo no processo de reconciliação política. Expressa, nesse contexto, sua confiança em que as etapas seguintes do processo transcorrerão dentro da normalidade institucional, com pleno respeito às liberdades democráticas e em ambiente de tranquilidade, sem violência.

Mensagens trocadas entre os Chanceleres Celso Amorim e Igor Ivanov por ocasião do 175º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Rússia - (03.10.03)

Por ocasião do 175º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Rússia, os Chanceleres Celso Amorim e Igor Ivanov trocaram as seguintes mensagens congratulatórias:

A Sua Excelência o Senhor Celso Luiz Nunes Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

Senhor Ministro,

Hoje os nossos países comemoram uma data memorável – 175º Aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre a Rússia e o Brasil.

Durante esse período, formaram-se tradições sólidas de cooperação bilateral. Apesar das mudanças históricas, de diversos e complexos processos políticos, sociais e econômicos, os povos dos nossos países conseguiram preservar e multiplicar o sentimento de amizade e simpatia.

O potencial das relações russo-brasileiras é muito grande. Nos últimos anos, o nível do nosso diálogo político tem-se caracterizado pelo alto grau da confiança recíproca. Estão em funcionamento mecanismos eficazes e permanentes de

coordenação na arena internacional. Desenvolvem-se com dinamismo os laços no campo comercial, econômico, científico, cultural e outros. Tudo isso permite falar sobre um progresso na formação de uma verdadeira parceria estratégica.

As tarefas principais incluem intensificar a cooperação nos campos de comércio, economia, investimentos, ciência e tecnologias; diversificar a pauta do intercâmbio comercial; realizar os programas e os projetos nas áreas de alta tecnologia, tais como indústria aeroespacial, energia nuclear, telecomunicações, complexo energético e de combustíveis; bem como elaborar os mecanismos financeiros apropriados, que contribuiriam para a sua implementação.

Estou convicto de que as relações de amizade e cooperação construtiva e mutuamente vantajosa entre os nossos países, que se têm fortalecido de modo inalterável, correspondem aos interesses fundamentais dos povos da Rússia e do Brasil, e servem aos nobres objetivos da construção de uma ordem mundial mais justa, democrática e segura.

Aproveito a oportunidade para transmitir-lhe, caro amigo e colega, bem como a todo o povo brasileiro, os votos de prosperidade, paz e felicidade.

I. IVANOV

Moscou, 3 de outubro de 2003

A Sua Excelência o Senhor Igor Sergueievitch Ivanov, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia

Senhor Ministro,

Tenho a honra de congratular-me com Vossa Excelência pelo aniversário dos 175 anos de estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Rússia, em 3

de outubro corrente.

Esteja Vossa Excelência seguro de que envidarei os melhores esforços para aprofundar ainda mais o diálogo político construtivo e mutuamente proveitoso entre os nossos Governos. Constatou, com satisfação, que as relações entre o Brasil e a Rússia conhecem, hoje, seu melhor momento, havendo um forte potencial para sua expansão, tanto por meio de esforços conjuntos no plano bilateral, como de ações concertadas nos principais foros internacionais.

Recordo, com prazer, as ocasiões em que estive com Vossa Excelência no corrente ano e saliento que é densa nossa agenda bilateral nos próximos meses. A este respeito, caberia destacar a realização da III Reunião da Comissão de Alto Nível, em Moscou, no primeiro semestre de 2004, e da III Reunião da Comissão Intergovernamental de Cooperação Brasil-Rússia, em Brasília, em novembro próximo. No plano das visitas de alto nível, o Ministro da Defesa russo, Serguei Ivanov, visitará seu homólogo brasileiro, José Viegas Filho, no corrente mês. Terei, ainda, o prazer de recebê-lo em Brasília, durante a visita oficial que Vossa Excelência realizará ao Brasil, em dezembro próximo.

Estou certo de que, ao darmos continuidade a esses importantes mecanismos bilaterais de concertação política e cooperação, a excelência de nossas relações receberá renovado impulso nos próximos anos.

Expresso, desse modo, os protestos de minha alta estima e consideração, desejando-lhe êxito e os melhores votos de felicidade.

Palácio Itamaraty, 30 de setembro de 2003.

CELSO AMORIM

Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

Comunicado à imprensa sobre visita de Estado ao Brasil dos Reis da Noruega (04.10.2003)

O Rei Harald V e a Rainha Sonja da Noruega realizarão visita de Estado ao Brasil entre os dias 6 e 11 de outubro de 2003. O programa contemplará as cidades de Brasília, São Paulo, Jaguariaíva (PR), Rio de Janeiro, Niterói e Itaboraí (RJ). O Casal Real viajará acompanhado de comitiva integrada pelos Ministros das Relações Exteriores, Jan Petersen, do Comércio e Indústria, Ansgar Gabrielsen, da Pesca, Svein Ludvigsen, do Petróleo e Energia, Einar Steensnaes, do Meio Ambiente, Borge Brende, além do Vice-Ministro de Desenvolvimento Internacional, Olav Bjorven, e de expressivo número de empresários noruegueses.

A visita realiza-se em momento profícuo nas relações com o Brasil, em que merecem realce as boas perspectivas de diálogo e de concertação no plano multilateral, em especial no âmbito das Nações Unidas. Brasil e Noruega apresentam posições convergentes em vários temas da agenda internacional. A política externa norueguesa tem-se pautado pela defesa do multilateralismo, com atuação centrada em temas globais de raiz social e humanitária. Nesse quadro, a ação governamental da Noruega tem-se direcionado, em boa medida, para assuntos como a solução pacífica de conflitos, a promoção dos direitos humanos, o combate ao subdesenvolvimento e a proteção ambiental.

No plano bilateral, o comércio entre o Brasil e a Noruega vem registrando crescimento constante nos últimos anos, tendo passado da casa dos US\$ 200 milhões, em meados da década de 90, para US\$ 450 milhões, em 2000. O Brasil constitui importante mercado para os produtos

noruegueses no contexto da América Latina, ao absorver 70% das exportações da Noruega para a região. Constitui, ainda, o principal mercado do mundo para as exportações norueguesas de bacalhau. De sua parte, a Noruega oferece importante mercado para produtos brasileiros, como a alumina calcinada, a soja e o café, sendo o país com maior consumo per capita de café do mundo.

A visita de Estado do Rei Harald V e a Rainha Sonja da Noruega deverá ensejar a oportunidade de ampliação das perspectivas bilaterais de cooperação e de investimento, notadamente nos setores da construção naval e transporte marítimo, petróleo, geração de energia hidrelétrica, pesca e produção de seus derivados.

Comunicado à imprensa sobre visita ao Brasil da Rainha Sofia da Espanha (04.10.03)

Atendendo a convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Rainha Sofia da Espanha realizará visita ao Brasil entre os dias 5 e 8 de outubro corrente. O programa da visita, centrado em Brasília, estará voltado para a participação da Rainha no III Foro Internacional de Microcrédito, evento patrocinado pela Fundação Atrio. Durante o simpósio, será discutido o papel do microcrédito no desenvolvimento social, com a apresentação de experiências brasileiras e de outros países nesse setor.

Além de participar da abertura do Foro e de acompanhar os debates sobre o tema do microcrédito, a Rainha Sofia visitará o Memorial dos Povos Indígenas e será homenageada em jantar oferecido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A programação da Rainha Sofia contemplará,

ainda, visita à Associação Agulha Mágica, em Santa Maria, onde conhecerá o artesanato produzido por um grupo de mais de 200 mulheres. Assistirá, também, à inauguração da exposição de artesanato “Piauí, terra querida”, a realizar-se na Embaixada da Espanha.

A visita da Rainha Sofia insere-se em quadro de acentuada cooperação entre o Brasil e a Espanha. As relações entre os dois países conhecem, hoje, um dos mais intensos momentos de sua história. Tradicionalmente vinculados por elementos históricos, culturais e políticos, a Espanha e o Brasil vêm construindo – por meio de seus setores público e privado – parceria solidamente ancorada nas áreas econômica, social e cultural.

Comunicado à imprensa sobre a situação no Oriente Médio (04.10.03)

O Governo brasileiro condena o bárbaro atentado ocorrido em Haifa, ao norte de Israel, que provocou a morte de pelo menos dezoito pessoas. A repetida violência contra alvos civis constitui prática inaceitável, que se afasta diametralmente das diretrizes de aumento de confiança mútua, estabelecidas no Mapa da Paz.

O Governo brasileiro conclama, uma vez mais, as partes em conflito a cessarem os atos de contínua hostilidade e a evitarem iniciativas que não favorecem o clima de confiança, tais como a construção de um muro de segurança dentro dos territórios palestinos e o anúncio de novos assentamentos em territórios ocupados.

O Governo brasileiro exorta as partes em conflito a retornarem à mesa de negociação, em prol da paz e da segurança dos povos palestino e israelense.

Comunicado à imprensa sobre bombardeio por Israel do território sírio (05.10.03)

O Governo brasileiro condena o bombardeio realizado hoje, por forças israelenses, nas cercanias de Damasco, na Síria.

Ao reiterar seu repúdio a atos de violência e, em especial, a todas as formas de terrorismo, o Governo brasileiro expressa sua consternação ante o acirramento dos ânimos no Oriente Médio e conclama as partes envolvidas a evitarem represálias sucessivas e a buscarem a rápida retomada do Processo de Paz.

Comunicado à imprensa sobre reunião dos Chanceleres do Brasil e da Noruega (07.10.03)

No contexto da visita de Estado ao Brasil dos Reis da Noruega, os Chanceleres Celso Amorim e Jan Petersen participaram da abertura do “Seminário Brasil-Noruega: Paz, Reconciliação e Mediação – Novos Temas de Política Exterior”, realizado no Instituto Rio Branco.

Em reunião de trabalho posterior à abertura do Seminário, os Chanceleres tiveram oportunidade de conversar sobre a agenda bilateral e temas da pauta multilateral, entre os quais os resultados da recente Conferência Ministerial de Cancún, ocasião em que reafirmaram o compromisso dos dois países com a OMC, e defenderam a pronta retomada das negociações em Genebra e a conclusão exitosa da Rodada de Doha.

Os Ministros coincidiram quanto à necessidade de reforma das Nações Unidas e, nesse contexto, apoiaram a recente proposta do Secretário-Geral Kofi Annan de criação de um grupo de personalidades eminentes para, no prazo de um ano,

apresentar relatório com sugestões sobre o assunto.

Os Chanceleres Amorim e Petersen avaliaram, ainda, a possibilidade de que a experiência do Seminário Brasil-Noruega venha a ser transformada em exercício regular, possivelmente anual, envolvendo outros países, com vistas a aprofundar o intercâmbio de experiências nas áreas de mediação e solução de conflitos internacionais.

Comunicado à imprensa sobre morte de criança brasileira na fronteira líbano-israelense (09.10.03)

O Governo brasileiro lamenta a morte do menor Ali Nader Yassine, de 5 anos, vítima acidental, no vilarejo de Houla, da violência na fronteira líbano-israelense e exemplo dos estreitos elos familiares que unem o Brasil e o Líbano. O Itamaraty está transmitindo à mãe brasileira e ao pai libanês os sentidos pêsames pelo trágico incidente.

O Brasil se entristece com mais essa perda inocente e espera que as partes em conflito meditem sobre os dolorosos efeitos da espiral de violência em curso no Oriente Médio e se empenhem em negociações de paz.

Comunicado à imprensa sobre a posse do Primeiro-Ministro da Autoridade Nacional Palestina (09.10.03)

O Governo brasileiro enviou ao novo Primeiro-Ministro da Autoridade Nacional Palestina, Senhor Ahmed Qurei, por ocasião da sua posse como chefe do Gabinete de Emergência palestino, e ao Ministro das Relações Exteriores, Senhor Nabil Shaath, mensagens de encorajamento no cumprimento de seus novos e complexos encargos.

O Governo brasileiro exorta, mais uma vez, as partes em conflito a cessarem os atos

de contínua hostilidade e a retornarem à mesa de negociação. Conclama os membros do Quarteto (Estados Unidos, Rússia, ONU e União Européia), patrocinadores do Mapa do Caminho, a intervirem firmemente na região, onde está atualmente em curso um processo de franca deterioração das relações entre palestinos e israelenses.

Comunicado à imprensa sobre reunião de avaliação da Conferência Ministerial de Cancún, realizada em Buenos Aires (10.10.03)

Os Ministros e Representantes de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, China, Cuba, Egito, Índia, México, Paraguai, África do Sul e Venezuela reunimo-nos em Buenos Aires a fim de examinar as perspectivas das negociações a partir da V Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, com vistas à reunião a celebrar-se em Genebra, antes do dia 15 de dezembro próximo.

Reafirmamos a importância da plena vigência do sistema multilateral de comércio e da OMC. A Organização – de participação quase universal – deve continuar funcionando sobre a base do consenso e do respeito aos direitos de todos seus Membros.

Coincidimos em que o sistema multilateral de comércio é essencial para a continuação do processo de liberalização comercial em bases justas e equilibradas. O objetivo deste processo deve ser o crescimento dos países em desenvolvimento, mediante a melhoria das condições que contribuam para se alcançar maior participação no comércio mundial.

O conceito fundamental da Rodada de Doha é o desenvolvimento, e a agricultura constitui parte central destas negociações.

Temos a firme determinação de continuar o processo de reforma e atingir a integração total da agricultura às disciplinas da OMC.

Apesar dos esforços realizados pelos Membros da OMC no marco da Conferência de Cancún, não foi possível avançar substancialmente no processo negociador. Instamos os Membros a participarem de forma construtiva nos temas do Programa de Doha, destacando a importância de concentrarmo-nos naqueles que são prioritários para melhorar e elevar os níveis de vida dos países em desenvolvimento e os dos menos desenvolvidos.

Fazemos um chamado a todos os Membros a retomar as tarefas em Genebra com espírito construtivo e, a partir dos desenvolvimentos positivos de Cancún, a apoiar os esforços do Presidente do Conselho Geral e do Diretor-Geral nesse sentido e a propiciar as convergências que permitam alcançar resultado justo e aceitável para todos. Nesse sentido, nos comprometemos a envolvermo-nos pessoalmente, na medida em que isso contribua para facilitar as negociações em Genebra.

Comunicado à imprensa sobre a situação na Bolívia (13.10.03)

O Governo do Brasil manifesta sua grave preocupação diante da crise política na Bolívia e da violência que dela tem decorrido. Lamenta profundamente o elevado número de feridos e as perdas de vidas, além de outras consequências adversas para a população boliviana. O Governo brasileiro exorta enfaticamente a que se estabeleçam canais de diálogo entre o Governo Constitucional do Presidente Sánchez de Lozada e as forças de oposição, a fim de encontrar soluções pacíficas para a

crise, baseadas no estrito respeito às leis vigentes e aos direitos humanos e de livre circulação de pessoas e bens. Ao reiterar sua plena disposição de seguir cooperando com o processo de desenvolvimento da Bolívia, em benefício da conformação de uma sociedade justa naquela nação vizinha e irmã, o Governo do Brasil sublinha, por outro lado, sua expectativa de que as fórmulas para solucionar a crise sejam perfeitamente consentâneas com os compromissos com a ordem democrática assumidos no âmbito do MERCOSUL, do qual a Bolívia é Estado associado.

Comunicado Conjunto à imprensa dos Presidentes da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da República do Paraguai, Nicanor Duarte Frutos (14.10.03)

1. A convite do Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente do Paraguai, Nicanor Duarte Frutos, acompanhado pelos Ministros das Relações Exteriores, Indústria e Comércio, Agricultura e Pecuária, Obras Públicas e Comunicações, realizou visita de trabalho a Brasília, em 14 de outubro de 2003.

2. Os encontros entre os Presidentes e os Ministros evidenciaram que as relações entre os dois países encontram-se em elevado nível de entendimento político e econômico, reafirmando a qualidade da parceria entre ambos os países.

3. Os Presidentes reafirmaram o compromisso de seus países com a democracia e a inclusão social, destacando o combate à fome e à pobreza como essencial ao desenvolvimento e à integração regional. Os mandatários congratularam-se, nesse sentido, pelos êxitos do projeto Centro de Formação e Capacitação Profissional Brasil-

Paraguai, em Hernandárias, que já proporcionou o treinamento de 1020 jovens e a realização de 94 cursos, nas áreas de informática, eletroeletrônica, construção civil e metalmecânica.

4. Ressaltaram a contribuição da comunidade brasileira residente no Paraguai e a importância de sua integração segura e harmoniosa à sociedade paraguaia. Reiteraram, a propósito, a determinação de ambos os Governos de implementar projeto bilateral de cooperação técnica, com vistas a modernizar e capacitar os órgãos paraguaios responsáveis pela documentação dos imigrantes.

5. Destacaram o compromisso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de brindar apoio financeiro a obras públicas de integração física no Paraguai, tais como os seguintes projetos: Loma Plata – Carmelo Peralta (incluindo a ponte entre Carmelo Peralta e Porto Murtinho, sobre o rio Paraguai); Estrada Cruce Gurani-Pindoty Porá; Estrada San Estanislao- Puerto Rosário; Estrada Caazapá-Coronel Bogado – obras relevantes para a integração viária da América do Sul. Até o final de 2003, o BNDES considerará o financiamento das referidas obras de infra-estrutura, a serem apresentadas oportunamente. Com vistas à concessão dos financiamentos, o Governo paraguaio fornecerá as garantias necessárias.

6. Assinalaram a prioridade atribuída pelos dois Governos à integração sul-americana, tanto na vertente econômico-comercial como na de infra-estrutura física. Destacaram que o projeto de uma América do Sul integrada deve contemplar o interesse de todos, tendo por objetivo a conformação de um modelo de desenvolvimento no qual

se aliem o crescimento e a justiça social.

7. Os Presidentes anunciaram, com satisfação, a assinatura, nesta data, de um Memorando de Entendimento e a convocação da Comissão Mista Brasil-Paraguai para a Construção da Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Paraná, obra que confirma o compromisso com o aprofundamento das relações bilaterais e com o projeto de integração física sul-americana.

8. Ambos Mandatários coincidiram em que a Hidrovia Paraguai-Paraná constitui um eixo de desenvolvimento sócio-econômico regional. Nesse sentido, expressaram a necessidade de adotar medidas que facilitem a navegação e preservem o meio ambiente, de forma a atender às crescentes demandas dos mercados regionais.

9. Os Presidentes reafirmaram a necessidade urgente de fiscalização conjunta da pesca nos trechos fronteiriços dos rios Apa e Paraguai.

10. Os Presidentes reafirmaram seu compromisso com o desenvolvimento sustentável de ambos os países, a gestão integrada dos seus recursos hídricos transfronteiriços e o uso sustentável dos recursos biológicos, florestais e pesqueiros.

11. Reafirmaram a importância de Itaipu Binacional para o desenvolvimento econômico e social de ambos os países, em conformidade com o espírito e a letra do Tratado de Itaipu, seus anexos e demais atos bilaterais acordados entre os dois países. Nesse contexto, destacaram a recente aprovação dos Objetivos Estratégicos da Binacional.

12. Ambos os Governos instruíram seus respectivos Diretores Gerais de Itaipu a buscar propostas de uma engenharia

financeira vantajosa, tanto para a Entidade, como para ambos os países, a fim de reduzir o montante do serviço da dívida da empresa. O saldo resultante dessa operação destinar-se-á à redução de tarifas e à criação de uma rubrica destinada a programas de caráter social.

13. Os Presidentes determinaram às autoridades competentes que elaborem um projeto de acordo, com a finalidade de executar, no Paraguai, um programa inspirado no “Bolsa Escola” brasileiro. O programa buscará ampliar a experiência adquirida em projeto-piloto conduzido na área de Itaipu Binacional, que contempla atendimento a 600 famílias, sendo 300 brasileiras e 300 paraguaias.

14. Demonstraram sua satisfação com o andamento da cooperação em curso entre a Eletrobrás e a ANDE (*Administración Nacional de Electricidad*) para a reformulação do planejamento e da operação dos sistemas elétricos paraguaios e sua importância para a integração da região.

15. Os Presidentes manifestaram entusiasmo com a realização da Primeira Jornada empresarial Paraná-Paraguai, no período de 1 a 3 de outubro de 2003, em Curitiba. Os resultados da missão sinalizam boas perspectivas de negócios e consolidam o desenvolvimento de contatos empresariais iniciais para futuros entendimentos nas áreas de cooperação, comércio e investimentos.

16. Os Presidentes do Brasil e do Paraguai ressaltaram a importância de se buscar o incremento do comércio bilateral por meio do incentivo a medidas que promovam o aumento das importações de produtos paraguaios, nos moldes do recém-lançado programa brasileiro de substituição competitiva de importações.

17. Ratificaram sua determinação de promover e intensificar a cooperação, a fim de prevenir, combater e eliminar todas as manifestações do crime organizado transnacional e o tráfico ilícito de armas pequenas e leves, munições e material explosivo, atividades que alimentam a espiral da violência e constituem um obstáculo à consolidação da democracia e ao pleno desenvolvimento sócio-econômico de ambos os países.

18. Os Presidentes destacaram o clima de paz que prevalece na região e, nesse contexto, examinaram as perspectivas de intensificar a cooperação militar entre ambos os países, no âmbito dos acordos em vigor.

19. Os Presidentes decidiram convocar a III Reunião da Comissão Mista Antidrogas, a realizar-se, em Assunção, no primeiro trimestre de 2004.

20. Os Presidentes concordaram em que o MERCOSUL é um projeto político, que deve contar com a mais ampla participação de todos os segmentos das sociedades dos Estados-Partes. Coincidiram na importância de fortalecer a Comissão Parlamentar Conjunta, no sentido de avançar, em consulta com os demais parceiros, na direção de um Parlamento do MERCOSUL.

21. Da mesma forma, comprometeram-se a continuar trabalhando para promover o aumento dos fluxos de comércio intrazona e a consolidação da União Aduaneira, assim como para dar os passos necessários em direção à concretização do Mercado Comum, levando em consideração os diferentes níveis de desenvolvimento entre os Estados-membros.

22. Consideraram necessário que sejam adotadas medidas concretas no MERCOSUL, de maneira a levar em conta as assimetrias

entre os Estados-Partes, conforme salientado no parágrafo 10 do Comunicado Conjunto dos Presidentes dos Estados-partes do MERCOSUL, divulgado ao final da XXIV Reunião de Cúpula do MERCOSUL, em 18 de junho de 2003. Nesse contexto, os Presidentes assinalaram as necessidades e os problemas específicos do Paraguai, como país em desenvolvimento e sem litoral marítimo.

23. Salientaram a importância da coordenação dos Estados-Partes do MERCOSUL nas negociações econômico-comerciais internacionais, em particular na Organização Mundial do Comércio (OMC).

24. Os Presidentes sublinharam a necessidade do cumprimento dos compromissos assumidos em Doha e da implementação, nos prazos acordados, da Agenda para o Desenvolvimento. A propósito, concordaram em que as negociações, para alcançarem resultados equilibrados e eqüitativos, têm de levar em conta os diferentes níveis de desenvolvimento econômico, as estratégias de desenvolvimento nacional e as enormes carências sociais, as quais se agravaram em anos recentes.

25. Os Presidentes lamentaram a ausência de resultados concretos na Reunião Ministerial da OMC em Cancún. Reafirmaram o desejo de continuar com as negociações comerciais da Rodada Doha, em bases equilibradas e com reais perspectivas de sucesso, em particular no capítulo agrícola.

26. Reiteraram a necessidade de que os dois países mantenham, no âmbito do MERCOSUL, estreita coordenação e unidade, no contexto do processo negociador da ALCA.

27. Os Presidentes do Brasil e do Paraguai passaram em revista a agenda da XIII Conferência de Chefes de Estado e de

Governo dos Países Ibero-Americanos, a ser celebrada em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, em 14 e 15 de novembro próximo. Nesse contexto, tomaram nota das sugestões formuladas pelo grupo de reflexão sobre o futuro do processo de cúpulas na reunião de Chanceleres Ibero-Americanos, em 1º de outubro passado, em Lisboa. Os Presidentes acordaram que a proposta de criação de uma Secretaria-Geral Permanente, dado seu caráter inovador e multidimensional, requer amplas consultas internas, bem como análise acurada de suas implicações. A próxima Cúpula de Santa Cruz de la Sierra servirá de oportunidade para intercâmbio preliminar sobre uma reflexão profunda e abrangente da proposta.

28. Reconheceram também a importância da agricultura, nos dois países, para a luta contra a pobreza e para a geração de renda e empregos. Nesse contexto, salientaram a relevância central da liberalização do comércio agrícola para o avanço nas negociações, por meio da redução substancial das barreiras comerciais, das medidas de apoio interno e da eliminação dos subsídios às exportações de produtos agrícolas – sem descuidar do estrito cumprimento dos regulamentos sanitários e fitossanitários em vigor.

29. Assinalaram a importância de promover ações conjuntas voltadas para garantir o padrão zoológico e fitossanitário da região e para lograr um amplo reconhecimento do mesmo em nível internacional. Nesse sentido, ressaltaram a necessidade de fortalecer a cooperação existente na matéria entre ambos os países e expressaram satisfação com os trabalhos realizados pelos técnicos brasileiros e paraguaios sobre febre aftosa, que permitiram a reabertura do mercado brasileiro

à carne paraguaia.

30. Reafirmaram a importância da saúde como uma das bases prioritárias para o desenvolvimento sócio-econômico de seus países e instaram as autoridades competentes a desenvolverem atividades centradas na faixa de fronteira, com vistas à integração das comunidades fronteiriças brasileiras e paraguaias.

31. Com vistas a intensificar a cooperação entre os dois países na área de saúde, autoridades de ambos os países assinaram o Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para a implementação do projeto “Assistência e Tratamento a Pessoas vivendo com HIV/AIDS”, que prevê a assistência e o tratamento de 100 pacientes vivendo com HIV/AIDS no Paraguai.

32. Os Presidentes felicitaram-se pela assinatura do Instrumento de Cooperação Desportiva entre a Direção-Geral de Desportos do Paraguai e o Ministério do Esporte da República Federativa do Brasil, que permitirá uma estreita cooperação, entre ambas as instituições, no fomento das práticas desportivas.

33. Os Presidentes recordaram que seus países ratificaram o Estatuto de Roma, que estabeleceu o Tribunal Penal Internacional, e reiteraram a importância e alcance de tal instrumento, havendo-se comprometido com seu cumprimento integral.

34. Os Presidentes coincidiram na necessidade de reformar a Organização das Nações Unidas, em particular o Conselho de Segurança, a fim de reforçar o sistema multilateral. Nesse contexto, o Presidente Duarte Frutos reiterou o apoio do Paraguai a

que o Brasil integre o referido Conselho como membro permanente. O Presidente Lula manifestou seu vivo reconhecimento diante de tão importante apoio, que corresponde ao elevado nível da relação bilateral.

35. Ao concluir as atividades previstas na agenda de trabalho, o Presidente da República do Paraguai expressou seu agradecimento ao povo e ao Governo brasileiro pela hospitalidade e pelas atenções dirigidas a ele e à sua comitiva durante a visita.

Comunicado à imprensa sobre evacuação de cidadãos brasileiros em La Paz (15.10.03)

Com base em informações e avaliações recebidas da Embaixada em La Paz, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva autorizou operação de evacuação de cidadãos brasileiros de passagem por La Paz.

Comunicado à imprensa sobre Missão Empresarial ao Vietnã (16.10.03)

O Itamaraty realizará missão empresarial ao Vietnã entre os dias 20 e 24 de outubro. A delegação brasileira será encabeçada pelo Deputado Aldo Rebelo, líder do Governo na Câmara dos Deputados, e integrada pelos Deputados Luiz Carlos da Silva (Prof. Luizinho) e Eduardo Campos, pelos Embaixadores Mario Vilalva, Diretor-Geral de Promoção Comercial, e Edmundo Fujita, Diretor do Departamento da Ásia e Oceania, e por empresários dos setores aeroespacial e de engenharia civil, equipamentos elétricos e eletrônicos, siderurgia, veículos e autopeças, material de defesa e serviços financeiros.

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Vietnã em 1989. Desde então, o comércio entre os dois países vem crescendo

gradualmente, embora ainda apresente números modestos. Em 2002, alcançou a cifra de U\$ 43 milhões nos dois sentidos. O Brasil tem exportado para o Vietnã ração animal, produtos de madeira, couros e peles, inseticidas e laminados de aço, entre outros, no total aproximado de U\$ 28 milhões. Importa produtos de borracha, calçados, material elétrico e peças de vestuário, entre outros, no total de cerca de US\$ 15 milhões.

Há grande potencial para a expansão do comércio bilateral, especialmente das exportações brasileiras. O Vietnã é um país com mais de 80 milhões de habitantes, cuja economia vem crescendo a taxas de 7% ao ano – segundo maior desempenho na região, depois da China. No ano em curso, o Governo vietnamita está investindo US\$ 26 bilhões na importação de tecnologia e maquinaria para modernizar o setor produtivo. Até o momento, os investimentos estrangeiros no Vietnã, apenas no setor manufatureiro, já ultrapassam os US\$ 7 bilhões.

As oportunidades imediatas para o Brasil estão focadas na possibilidade de participação no programa de expansão do setor energético vietnamita, em particular no setor hidrelétrico. Ademais, são boas as perspectivas de crescimento das exportações brasileiras nas áreas do agronegócio, produtos siderúrgicos, equipamentos eletroeletrônicos, veículos e aeronaves.

Além de contatos com diferentes áreas, a delegação brasileira participará, em Hanói, da XII Feira Industrial Internacional do Vietnã (21 a 26 de outubro de 2003), onde o Brasil se fará representar por um estande institucional patrocinado pelo Itamaraty. A Feira, considerada o maior evento empresarial do país, contou, na sua edição

de 2002, com a participação de 16 países, 465 empresas e 170 mil visitantes.

MERCOSUL. Fortalecimento Institucional. Ratificação do Protocolo de Olivos sobre Solução de Controvérsias (16.10.03)

O Senado Federal promulgou, no dia 15 de outubro, o Decreto Legislativo nº 712, pelo qual o Congresso Nacional aprovou o texto do Protocolo de Olivos sobre Solução de Controvérsias no MERCOSUL. O Governo brasileiro está, assim, apto a depositar o instrumento de ratificação do Protocolo junto ao Paraguai, país depositário. Os demais Estados-partes do MERCOSUL já o fizeram.

Assinado em 2002 pelos Presidentes de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, o Protocolo de Olivos constitui importante passo para o fortalecimento institucional do MERCOSUL, ao aperfeiçoar o mecanismo de solução de controvérsias instituído pelo Protocolo de Brasília, de 1991.

O principal avanço em relação ao Protocolo de Brasília é a criação do Tribunal Permanente de Revisão. Esse Tribunal, cujos árbitros serão nomeados por um período de dois anos, com possibilidade de prorrogação, decidirá sobre eventuais recursos impetrados contra os laudos dos Tribunais Arbitrais. Seus laudos serão obrigatórios para os Estados envolvidos nas controvérsias, não estarão sujeitos a recursos de revisão e terão, com relação às partes, força de coisa julgada.

O Protocolo de Olivos entrará em vigor no trigésimo dia a partir da data em que tenha sido depositado o instrumento de ratificação pelo Brasil.

A aprovação, pelo Congresso Nacional, do Protocolo de Olivos reflete o firme compromisso do Brasil com o MERCOSUL

e resulta de um esforço concentrado dos Poderes Executivo e Legislativo, por meio da Seção Nacional da Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL, em acelerar a entrada em vigor dos instrumentos jurídicos que contribuam para o fortalecimento institucional do Bloco.

Declaração Conjunta dos Senhores Presidentes da República Federativa do Brasil e da República Argentina (Buenos Aires, 16.10.03)

A convite do Presidente da República Argentina, Néstor Kirchner, o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, realizou visita de Estado à República Argentina, entre os dias 16 e 17 de outubro de 2003.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve acompanhado por importante comitiva integrada por Ministros de Estado e representantes do Poder Legislativo brasileiro.

O Presidente da República Federativa do Brasil foi recebido pelo Congresso da Nação, reunido em Assembléia Legislativa.

Os Presidentes trocaram pontos de vista e avaliações sobre a situação interna em ambos os países e sobre a conjuntura regional e internacional, e analisaram os principais temas da agenda bilateral, em clima de grande cordialidade. Nesse sentido, coincidiram em que o grau de convergência e entendimento alcançado entre ambos os países é reflexo de ações concretas na busca da consolidação da associação estratégica entre ambos os países, em um âmbito de amizade, confiança recíproca e previsibilidade.

Como consequência, durante a visita foram assinados os seguintes instrumentos bilaterais:

- a) Consenso de Buenos Aires;
- b) Declaração sobre a Água e a Pobreza;
- c) Acordo sobre Simplificação de Legalizações de Documentos Públicos;
- d) Acordo de Cooperação entre as Autoridades de Defesa da Concorrência na Aplicação das Leis de Concorrência;
- e) Acordo por Troca de Notas que Modifica o Acordo de Facilitação de Atividades Empresariais;
- f) Memorando de Entendimento para a criação da Comissão de Monitoramento do Comercio entre Brasil e Argentina;
- g) Memorando de Entendimento para o estabelecimento de um mecanismo de intercâmbio de informação sobre a circulação e o tráfico ilícito de armas de fogo, munições, explosivos e outros materiais correlatos.

Durante a sua visita a Buenos Aires, o Presidente Lula da Silva manteve reuniões de trabalho com o Presidente Kirchner, nas quais constataram o nível de convergência em relação aos temas de interesse comum, e accordaram o seguinte:

1. Congratularam-se pela consolidação do processo de integração bilateral que norteou a constituição da associação estratégica como destino natural dos esforços empreendidos ao longo da história e destacaram a importância do entendimento e da consulta permanente entre ambos os Chefes de Estado em temas substantivos.

Tendo em conta a perspectiva de que ambos os países integrem o Conselho de Segurança das Nações Unidas nos próximos anos, accordaram estabelecer um procedimento especial de cooperação e trabalho conjunto no âmbito desse organismo.

Assinalaram, em sua visão compartilhada,

que as negociações econômicas e financeiras internacionais que ambos os países levam adiante nos âmbitos regional e multilateral, tanto no nível individual quanto no âmbito do MERCOSUL, bem como as que se referem ao tratamento da dívida pública, devem ter como horizonte a criação de riqueza, o combate à pobreza, o fomento da educação e da saúde e a possibilidade de manter políticas autônomas de desenvolvimento de suas respectivas sociedades.

2. Enfatizaram a importância de fortalecer as instituições democráticas nos países da região, a plena vigência do Estado de Direito, a defesa irrestrita dos direitos humanos, a proteção do meio ambiente e o combate à corrupção, entendendo que o menosprezo a tais valores é gerador de pobreza, desigualdade social e instabilidade política.

3. Congratularam-se pela recente aprovação do Protocolo de Olivos pelo Congresso Nacional do Brasil e pela pronta entrada em vigor desse instrumento, que confere ao processo de integração do MERCOSUL um nível ótimo de segurança jurídica, e que permitirá pôr em funcionamento o Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL.

4. Ressaltaram a necessidade da pronta incorporação aos ordenamentos jurídicos nacionais da normativa MERCOSUL.

Por tal motivo, decidiram impulsar a aprovação, em dezembro de 2003, do instrumento que se encontra em negociação, no âmbito do MERCOSUL, para estabelecer a vigência imediata da normativa a ser aprovada, que não requeira tratamento parlamentar. Igualmente, instruíram as áreas competentes de seus respectivos países para que adotem todas as medidas internas necessárias para alcançar esse objetivo a

partir de 1º de janeiro de 2004.

Em relação à normativa MERCOSUL aprovada até o presente e pendente de incorporação, pela via administrativa exclusivamente, os Presidentes instruíram as áreas competentes a completar a incorporação ao ordenamento jurídico do Brasil e/ou da Argentina, segundo corresponda, no prazo máximo de 60 dias.

5. Felicitaram-se pelo avanço dos entendimentos voltados para a criação do Parlamento do MERCOSUL, no âmbito mais amplo da revisão da estrutura institucional da União Aduaneira.

Destacaram, igualmente, o acordo inter-institucional celebrado entre o Conselho Mercado Comum e a Comissão Parlamentar Conjunta, em 6 de outubro passado, que permitirá maior participação parlamentar e um mecanismo de consultas recíprocas naqueles projetos de normas do MERCOSUL que requeiram aprovação dos Parlamentos nacionais.

Congratularam-se pela criação dos Grupos Parlamentares de Amizade binacionais, testemunho da participação mais ativa dos respectivos Congressos na construção da associação estratégica entre ambos os países.

Destacaram a importância do estreitamento dos laços de amizade entre as Províncias e os Municípios argentinos e os Estados e Municípios brasileiros, e destacaram o papel de iniciativas como as reuniões de Governadores da Comissão Regional de Comércio Exterior do Nordeste Argentino - Litoral (CRECENEA) e do Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul (CODESUL).

6. Decidiram impulsionar um Mecanismo Permanente Conjunto em Temas Educativos, que terá como eixo o deslocamento de atores

vinculados à educação. Nesse sentido, coincidiram em fortalecer o ensino do espanhol e do português nas escolas básicas, alentando a formação, o aperfeiçoamento e a mobilidade de professores, a elaboração conjunta de recursos didáticos, e estimulando a empresas, editoras e meios de comunicação argentinos e brasileiros para que produzam materiais didáticos destinados ao ensino dos dois idiomas.

Acordaram, igualmente, promover a divulgação recíproca de doutorados ministrados por centros de educação universitária dos dois países, bem como a mobilidade de pós-graduados em centros de excelência.

Acolheram com satisfação o início das negociações de um Protocolo de Intenção em matéria educativa.

7. Coincidiram em atribuir à Educação, Ciência e Tecnologia papel central na estratégia de desenvolvimento nacional e regional, na superação da pobreza e na obtenção de uma maior eqüidade social. Comprometeram-se, no cumprimento destes propósitos, a buscar o aumento do investimento de recursos financeiros nesses setores e o uso mais eficiente dos mesmos.

8. Coincidiram na necessidade de fortalecer o processo de integração com a adoção de medidas concretas para a facilitação do trânsito dos cidadãos de ambos os países. Nesse sentido, dispuseram o seguinte:

a) até a vigência do Acordo de Residência para Nacionais dos Estados-Partes do MERCOSUL, ambos os países suspendem toda medida de expulsão de cidadãos brasileiros e argentinos, com exceção daquelas baseadas na existência de antecedentes penais; e

b) implementar-se-ão bilateralmente, nos controles dos pontos fronteiriços, medidas que permitam cruzar rapidamente a fronteira aos cidadãos brasileiros e argentinos mediante um mecanismo simples, ágil e diferenciado em relação aos nacionais de terceiros Estados. As referidas medidas serão adotadas no quadro do processo regional, para alcançar a livre circulação de pessoas no menor prazo possível.

9. Destacaram a importância da aprovação do Visto MERCOSUL antes do fim de 2003, para simplificar os trâmites administrativos e eliminar as restrições ao ingresso e ao trabalho temporário que afetam os nacionais dos países da região que prestam serviços sob contrato.

10. Felicitaram-se pela assinatura do Acordo sobre Simplificação de Legalizações em Documentos Públicos, que elimina a necessidade de consularização de documentos públicos para que adquiram validade no território da outra parte. O Acordo tem impacto positivo direto na vida dos cidadãos que circulam entre os dois países, bem como no gasto das empresas, diminuindo o custo MERCOSUL.

11. Assinalaram a importância da redução do montante de investimento de U\$S 100.000 para U\$S 50.000 para a obtenção de Visto Permanente para empresários, medida convergente com a determinação, consagrada no Acordo de Residência para Nacionais do MERCOSUL, de alcançar a livre circulação de pessoas na região.

12. Congratularam-se pela aprovação parlamentar e pronta entrada em vigor do Convênio sobre Assistência Consular dos Nacionais da Outra Parte que se Encontrem em Território de Estados nos Quais não Haja Representação Diplomática de seu País, que

tem por efeito ampliar a rede de assistência consular aos nacionais dos dois países no exterior. Do mesmo modo, com o intuito de estender o atendimento das necessidades dos cidadãos no exterior, comprometeram-se a realizar prova piloto de consulado conjunto com a brevidade possível.

13. Expressaram seu interesse pelo avanço das obras de infra-estrutura de integração física, em particular a Auto-Estrada MERCOSUL (trecho Porto Alegre – Uruguaiana, do lado brasileiro, e ruta nacional 14, do lado argentino) e o projeto de integração ferroviária. Sobre esse particular, sublinharam a importância da construção de um corredor bioceânico de bitola única, que permitirá unificar a rede de ferrovias do Sul e Sudeste do Brasil à rede Norte e Noroeste da Argentina, com a possibilidade de extensão ao sistema ferroviário de países vizinhos, e acordaram impulsar o tratamento do tema no âmbito bilateral e junto a organismos governamentais de financiamento.

14. Expressaram seu interesse na implementação das obras de dragagem e balizamento na Hidrovia Paraguai - Paraná, baseada no respeito e na proteção ao meio ambiente.

Da mesma forma, comprometeram-se a assegurar o futuro do Programa da Hidrovia, levando em consideração a sua importância econômica e seus objetivos de integração regional.

15. Expressaram sua satisfação pelo início das atividades da Comissão Mista Bilateral Permanente em matéria energética e instruíram aquele organismo a realizar proximamente uma reunião plenária.

Expressaram seu interesse em incrementar o intercâmbio de energia

elétrica e gás natural para minimizar o custo de operação e distribuição, assim como garantir o abastecimento energético em ambos os países.

Manifestaram sua vontade de criar os Grupos de Trabalho *ad hoc* previstos no acordo por troca de notas de 5 de julho de 2002, para o desenvolvimento hidrelétrico do trecho compartilhado do Rio Uruguai, o Gasoduto Uruguaiana - Porto Alegre e intercâmbios energéticos aproveitando a infra-estrutura existente ou ampliando a que for necessária.

Da mesma forma, por sugestão do Presidente Kirchner, examinaram o projeto de obras hidrelétricas na bacia do Rio Santa Cruz, e coincidiram na importância de sua concretização para o desenvolvimento energético da região.

16. Receberam com satisfação a convocação da 3ª Plenária do Instituto Social Argentino – Brasileiro, programada para os dias 20 e 21 de novembro do corrente ano, em Buenos Aires, destacando a continuidade das funções do Instituto Social, cujas atividades estimulam a cooperação entre as áreas competentes em matéria de desenvolvimento social e buscam a convergência em políticas públicas de ambos os países.

17. Congratularam-se pelo Memorando de Entendimento firmado pelos respectivos Chanceleres em 15 de agosto passado e instruíram as autoridades competentes a apresentar, ao final de dezembro de 2003, um relatório sobre os avanços alcançados em matéria de cooperação nos usos pacíficos da energia nuclear, de desenvolvimento de projetos conjuntos de programas espaciais e das consultas para a co-produção de aeronaves e material aeronáutico, de acordo

com os pontos 2, 3 e 4 do citado instrumento.

18. Com referência ao ponto 5 do mencionado Memorando, anunciaram a criação de uma Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral, que deverá analisar o comportamento dos fluxos comerciais e realizar recomendações executivas consensuais a respeito. Da mesma forma, instruíram as autoridades competentes a promover o objetivo da expansão equilibrada e duradoura das duas economias, em conformidade com o estabelecido no ponto 5.a. do referido Memorando de Entendimento.

19. Congratularam-se pela negociação de entendimento entre a Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Alimentação da Argentina e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil, e de seus instrumentos anexos, para facilitar os procedimentos de fiscalização do cumprimento das normas sanitárias e fitossanitárias para os produtos de origem agropecuária no comércio entre ambos os países.

20. Comprometeram-se em acelerar e aprofundar, no MERCOSUL e no âmbito bilateral, as negociações nas áreas de serviços, compras governamentais e investimentos, as quais deverão garantir um tratamento recíproco e preferencial permanente. Nesse sentido, Brasil e Argentina negociarão textos e compromissos para aprofundar seu processo de integração.

21. Examinaram as negociações para a formação de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Nesse sentido, consideraram de grande importância que se realizem os ajustes, de forma realista e pragmática, para acomodar as aspirações e preocupações de todos os países, com a finalidade de levar as negociações a uma

conclusão exitosa e equilibrada em 1º de janeiro de 2005.

22. Realçaram o empenho comum em finalizar acordos do MERCOSUL com a Comunidade Andina antes do final de 2003, e com México, Índia e África do Sul na maior brevidade.

Da mesma forma, destacaram os avanços alcançados nas negociações MERCOSUL - União Européia, com o propósito de estabelecer uma associação inter-regional que englobe os aspectos políticos, econômicos, comerciais e de cooperação. A esse respeito, acordaram dar renovado impulso às negociações e comprometeram-se a propor, antes do fim do ano, a realização da reunião de negociadores comerciais, em nível ministerial, prevista no Programa de Trabalho do Rio de Janeiro.

23. Destacaram os avanços que estão sendo realizados com respeito à integração das regiões fronteiriças, tanto no âmbito do Grupo *ad hoc* de Integração Fronteiriça do MERCOSUL, como por iniciativa das populações fronteiriças de ambos os países.

Nesse sentido, destacaram a recente realização da reunião do Comitê de Fronteiras Paso de los Libres - Uruguiana, reconhecendo a importância dos Comitês como instrumentos para institucionalizar uma integração que, de fato, existe entre as comunidades fronteiriças.

Para tanto, coincidiram em instruir os organismos competentes da administração central de ambos os países a realizar um seguimento efetivo das propostas dos Comitês, com o objetivo de atender às suas inquietações e às necessidades das populações envolvidas.

24. O Presidente do Brasil reiterou o respaldo de seu Governo aos legítimos

direitos da República Argentina na disputa de soberania referente à Questão Malvinas. Da mesma forma, expressou seu interesse em que a prolongada disputa da soberania entre a República Argentina e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte alcance uma pronta solução, em conformidade com as resoluções das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos.

O Presidente argentino agradeceu o permanente apoio do povo e do Governo do Brasil na Questão Malvinas e reiterou o compromisso da República Argentina de recuperar, pela via da negociação e conforme as múltiplas manifestações da comunidade internacional, o exercício da soberania sobre as Ilhas Malvinas, Georgias do Sul e Sandwich do Sul e os espaços marítimos circundantes.

25. Reafirmaram que a dimensão cultural tem um lugar central no aprofundamento das relações de amizade entre os dois povos e destacaram a importância da intensificação do intercâmbio cultural entre ambos os países, assim como a realização de eventos conjuntos nessa área.

Nesse espírito, ressaltaram a convocação da Comissão Mista de Cultura para o próximo mês de dezembro e a assinatura do Acordo entre a Agência Nacional do Cinema (ANCINE) e o Instituto Nacional do Cinema e Artes Audiovisuais (INCAA), que permite a distribuição de filmes de longa-metragem entre ambos os países.

Da mesma forma, acordaram estabelecer o Prêmio Binacional das Artes e da Cultura, a fim de reconhecer a obra e a trajetória de artistas e intelectuais de ambos os países. Para cada disciplina será constituído um júri, que outorgará a distinção que, em cada caso, levará o nome de uma personalidade

destacada de um e outro país.

26. Manifestaram o interesse mútuo no desenvolvimento conjunto de conceitos avançados em relação a veículos lançadores de satélites e no desenvolvimento das capacidades específicas necessárias para o uso da Base de Alcântara para o lançamento dos mesmos. Decidiram desenvolver uma missão satelital conjunta particularmente desenhada para a observação dos territórios do Brasil, da Argentina e dos países da região.

27. Acolheram, com grande satisfação, a proposta dos empresários brasileiros e argentinos de estabelecer, em breve prazo, um conselho empresarial binacional para aprofundar o diálogo entre os meios empresariais dos dois países, promover uma maior integração de suas economias, estabelecer ou ampliar cadeias produtivas e ajudar os Governos no desenho de estratégias comuns de desenvolvimento e negociação nos foros internacionais. Decidiram instruir os órgãos responsáveis de seus Governos a que apóiem com medidas concretas a implementação da iniciativa.

28. Reafirmaram o compromisso com o desarmamento e a não-proliferação de armas de destruição em massa, destacando o trabalho desenvolvido pela Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares no campo nuclear;

Impulsionaram a cooperação nos usos pacíficos da energia nuclear, em particular na medicina nuclear, por meio da ampliação e do aprofundamento das relações entre agentes técnicos e científicos dos dois países, com o objetivo imediato de propiciar a colaboração crescente e sustentada de nossos países no mercado regional.

29. Consideraram extremamente oportuna a realização do Seminário “América do Sul: Desafios e Oportunidades”, que aprofundará o debate sobre temas de interesse para ambos os países no processo de criação de um espaço econômico comum.

30. Sublinharam a vontade de reforçar os mecanismos de cooperação mútua com vistas à prevenção, ao combate e à erradicação de todas as manifestações do crime organizado transnacional, como o narcotráfico e seus delitos conexos, e o tráfico ilícito de armas de fogo, munições e materiais explosivos. Nesse sentido, decidiram convocar a I Reunião da Comissão Mista Antidrogas, em Buenos Aires ou Brasília, no primeiro trimestre de 2004, com base no Acordo de Cooperação para a Prevenção do Uso Indevido e Combate ao Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas de 1993.

31. Passaram em revista a agenda da XIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo dos Países Ibero-americanos, a ser celebrada em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, nos dias 14 e 15 de novembro próximo. Nesse contexto, tomaram nota das sugestões formuladas pelo grupo de reflexão sobre o futuro do processo de cúpulas, na reunião de Chanceleres Ibero-americanos, em 10 de outubro passado, em Lisboa, as quais requerem amplas consultas internas, assim como a consideração de sua oportunidade e diferentes implicações.

32. Determinaram que as respectivas Chancelarias e demais agências responsáveis em ambos países coordenem-se estreitamente com vistas ao acompanhamento das diferentes iniciativas previstas nesta Declaração e examinem em forma periódica sua implementação.

33. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva agradeceu a hospitalidade amiga do Presidente Néstor Kirchner e a calidez com que foi recebido pelo povo da República Argentina.

Consenso de Buenos Aires (16.10.03)

Nós, os Presidentes da República Argentina, Néstor Kirchner, e da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, convencidos de que o bem-estar dos povos constitui o objetivo prioritário de ambos os Governos, reafirmamos o nosso desejo de intensificar a cooperação bilateral e regional com vistas a garantir a todos os cidadãos o pleno usufruto de seus direitos e liberdades fundamentais, incluindo o direito ao desenvolvimento, em um âmbito de liberdade e justiça social em concordância com os valores, propósitos e objetivos estabelecidos na Cúpula do Milênio.

Destacamos a transcendência que a consolidação da democracia política possui para a nossa região, bem como o nosso propósito comum de fortalecê-la, assumindo a responsabilidade histórica que nos concerne em relação ao combate à pobreza e à desigualdade, ao desemprego, à fome, ao analfabetismo e à doença, que configuram uma perda efetiva de autonomia e dignidade das pessoas, obstaculizando gravemente o exercício pleno da cidadania.

Concordamos em impulsar decididamente, no processo de integração regional, a participação ativa da sociedade civil, fortalecendo os organismos existentes, bem como as iniciativas que possam contribuir para a complementação, a associação e o diálogo amplo e plural.

Manifestamos a nossa convicção de que, em um contexto mundial caracterizado pela

aceleração de um processo de globalização que tem ampliado o horizonte das possibilidades humanas, mas que, paralelamente, tem gerado inéditas modalidades de concentração econômica, nossas nações devem definir seu futuro no âmbito de uma agenda que responda às necessidades, possibilidades e desafios que singularizam nossos países no início de século XXI.

Comprometemo-nos a instrumentar políticas públicas que alicerçem o crescimento sustentável e a distribuição eqüitativa de seus benefícios, propiciando ordenamentos tributários e fiscais mais justos.

Temos a certeza de que o flagelo da pobreza não se resolve com planos assistenciais. Mesmo quando estes possam constituir um paliativo necessário até o efetivo equacionamento do problema, não devem tender a cristalizar uma sociedade dividida entre aqueles que têm emprego e aqueles que recebem assistência. Nesse sentido, propomos impulsionar todas as ações necessárias com vistas a reduzir as elevadas taxas de desemprego que castigam nossas sociedades, gerando condições propícias para o desenvolvimento dos negócios e do investimento produtivo.

Temos ciência do papel estratégico que nossos Estados devem desempenhar e redobraremos os esforços tendentes a fortalecer suas instituições, profissionalizar a administração pública, melhorar sua capacidade de resposta, incrementar sua eficácia e assegurar maior transparência nos processos de tomada de decisões.

Reconhecemos que a nossa aspiração comum de desenvolvimento implica dar absoluta prioridade à educação como ferramenta de inclusão social, sendo que a sua capacidade integradora e equalizadora

não tem sido superada por nenhuma outra política social. Nesse sentido, através da política educativa, nossos Governos buscarão garantir a todos os cidadãos a aquisição de capacidades de aprendizado que lhes permitam desenvolver-se ao longo de suas vidas, em uma sociedade em permanente transformação que requer atualização constante de habilidades e capacitação.

Reafirmamos o nosso compromisso para construir uma sociedade da informação norteada pelos objetivos de inclusão social, erradicação da fome e da pobreza, melhoria da saúde e da educação, bem como alcançar um desenvolvimento econômico e social equilibrado.

Sabemos que a revolução informática traz novas oportunidades de participação e de acesso ao conhecimento, mas apresenta inéditos perigos de exclusão, gerando uma brecha tecnológica entre as nossas nações e os países altamente industrializados. Nesse contexto, nossos povos devem incorporar-se ao mundo digital. Para tanto, propomos desenvolver a infra-estrutura necessária, de forma tal que todos os cidadãos e empresas, especialmente as pequenas, estejam em condições de participar ativamente das vantagens que oferece a sociedade da informação.

Redobraremos os esforços para que nossas universidades e institutos de ciência e tecnologia multipliquem e potencializem seus vínculos, com o intuito de gerar um pólo científico e tecnológico regional que aprofunde as investigações básica e aplicada, com critérios de sustentabilidade e eqüidade social.

Consideramos que muitos dos problemas que hoje enfrentamos baseiam-se nos fortes

desequilíbrios e desigualdades regionais existentes no âmbito de nossas nações. Propomos-nos, portanto, a instrumentalizar políticas de desenvolvimento regional que levem em consideração e respeitem a diversidade do território.

Reafirmamos a nossa convicção de que o trabalho decente, da maneira como é concebido pela OIT, constitui o instrumento mais efetivo de promoção das condições de vida de nossos povos e de sua participação nos frutos do progresso material e humano. Saudamos a próxima Conferência Regional do Emprego do MERCOSUL, em março de 2004, e desejamos que de seus resultados surjam linhas de ação que permitam a nossas comunidades níveis satisfatórios de coesão social e dignidade do trabalhador e de sua família.

Reiteramos nossa adesão aos princípios consagrados na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, bem como aos programas de ação estabelecidos pela Agenda 21, adotada pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, e no Plano de Implementação adotado pela Cúpula sobre Desenvolvimento Sustentável.

Expressamos nossa firme intenção de cooperar e coordenar ações com vistas à promoção dos objetivos consagrados pelos acordos multilaterais ambientais, tais como a Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Climática e seu Protocolo de Quioto e a Convenção sobre Diversidade Biológica, entre outros.

Continuaremos envidando esforços na busca de soluções sustentáveis para a gestão integrada dos recursos hídricos compartilhados, com a intenção de propiciar o desenvolvimento sustentável de nossas

populações.

Ratificamos nossa profunda convicção de que o MERCOSUL não é somente um bloco comercial, mas, ao contrário, constitui um espaço catalisador de valores, tradições e futuro compartilhado. Dessa forma, nossos Governos estão trabalhando para fortalecer o aperfeiçoamento de suas instituições nos aspectos comerciais e políticos, e da incorporação de novos países.

Entendemos que a integração regional constitui uma opção estratégica para fortalecer a inserção de nossos países no mundo, aumentando a sua capacidade de negociação. Uma maior autonomia de decisão nos permitirá enfrentar de maneira mais eficaz os movimentos desestabilizadores do capital financeiro especulativo, bem como os interesses contrapostos dos blocos mais desenvolvidos, amplificando nossa voz nos diversos foros e organismos multilaterais. Nesse sentido, destacamos que a integração sul-americana deve ser promovida no interesse de todos, tendo por objetivo a conformação de um modelo de desenvolvimento no qual se associem o crescimento, a justiça social e a dignidade dos cidadãos.

Reafirmamos o nosso desejo de continuar com as negociações da Rodada de Doha em bases equilibradas e com perspectivas reais de êxito, em particular no que tange ao capítulo agrícola, superando a falta de resultados concretos em Cancún. Reafirmamos nosso firme compromisso com os objetivos da Agenda de Doha e instamos os países desenvolvidos a cooperarem de maneira efetiva para a sua realização, de maneira a consolidar um sistema multilateral de comércio aberto, sem distorções e não-discriminatório. Declaramos, do mesmo

modo, nossa intenção de estabelecer novas alianças e estratégias conjuntas com outros países com os quais compartilhamos interesses e preocupações semelhantes.

Reiteramos o nosso compromisso com uma continuada e estreita coordenação de posições na busca de acordos equilibrados, que possam incrementar as ligações do MERCOSUL com outros sócios, em particular a Comunidade Andina, com o objetivo de obter maior prosperidade para todos.

Coincidimos na disposição de continuar participando, a partir do MERCOSUL, nas negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), com o intuito de alcançar um acordo equilibrado, que respeite os interesses díspares dos participantes e que dê ao processo a flexibilidade necessária para permitir que a negociação se desenvolva conforme a situação de cada um dos países e blocos envolvidos. Nesse sentido, coincidimos em reafirmar a proposta de formato metodológico apresentada pelo MERCOSUL, por considerarmos que a mesma constitui uma alternativa realista, que permitirá alcançar um acordo satisfatório em janeiro de 2005.

Expressamos que a administração da dívida pública deve ter como horizonte a criação de riqueza e de emprego, a proteção da poupança, a redução da pobreza, o fomento da educação e da saúde, bem como a possibilidade de manter políticas sustentáveis de desenvolvimento econômico e social.

Enfatizamos o nosso compromisso histórico com o fortalecimento de uma ordem multilateral baseada na igualdade soberana de todos os Estados e rechaçamos todo exercício de poder unilateral incompatível com os princípios e propósitos consagrados pela

Organização das Nações Unidas.

Entendemos que o multilateralismo e o respeito às normas e princípios do Direito Internacional devem permanecer no primeiro plano em todos os esforços relacionados com a segurança internacional e, particularmente, em relação aos objetivos de desarmamento e não-proliferação.

Reafirmamos o papel central das Nações Unidas e do Conselho de Segurança nas relações internacionais como principal instrumento universal para a manutenção da paz e da segurança internacionais, bem como a promoção do desenvolvimento econômico e social de forma sustentável. Sublinhamos a necessidade de estrita observância da Carta da ONU e dos princípios e normas universalmente reconhecidos do direito internacional por parte de todos os membros da comunidade internacional.

Reafirmamos a necessidade de combater as ameaças à paz e à segurança internacionais e o terrorismo, de acordo com a Carta das Nações Unidas e com os instrumentos jurídicos nos quais o Brasil e a Argentina são parte.

Afirmamos a nossa vontade de trabalhar conjuntamente para a concretização deste Consenso e fazemos extensivo a todos os países latino-americanos o convite para alcançarmos, desta forma, uma sociedade mais justa, eqüitativa e solidária, que fortaleça a democracia na região.

Comunicado à imprensa sobre a renúncia do Presidente da Bolívia (17.10.03)

O Governo brasileiro tomou conhecimento da decisão do Presidente Gonzalo Sánchez de Lozada de renunciar ao cargo.

O Governo brasileiro, ao longo da crise boliviana, pautou sua atuação pela necessidade

da preservação da paz e da estabilidade institucional democrática. Movidos pelo mesmo propósito, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente Néstor Kirchner enviaram conjuntamente representantes pessoais a La Paz, com a finalidade de conhecer melhor a situação e manter contatos com o Presidente boliviano, personalidades políticas e setores influentes. Em tais contatos, os representantes transmitiram a disposição dos Governos brasileiro e argentino de contribuírem para a paz.

O Governo brasileiro reitera seu firme compromisso com a manutenção da paz e da democracia em nossa região. Reitera, também, a plena disposição de colaborar com o novo Governo boliviano, em prol do desenvolvimento da Bolívia, para o que continua a oferecer a cooperação do Brasil, inclusive no âmbito do MERCOSUL.

Comunicado à imprensa sobre operação de evacuação em La Paz (17.10.03)

Por volta das 8:00 horas de hoje, avião da Força Aérea Brasileira decolou de El Alto, na Bolívia, trazendo para o Brasil mais de 100 pessoas, em sua grande maioria brasileiros, que manifestaram desejo de deixar aquele país. O avião dirige-se a Campo Grande, onde deverá pousar por volta das 11:10 horas da manhã.

O Governo brasileiro manifesta os agradecimentos às autoridades bolivianas pela cooperação que prestaram para o êxito da operação.

Comunicado do Grupo do Rio de apoio ao novo Governo Constitucional da República da Bolívia (17.10.03)

O Grupo do Rio manifesta seu respaldo à solução constitucional e democrática que o

povo boliviano, por meio de seus legítimos representantes no Congresso, deu à grave crise que atravessa a República da Bolívia.

O Grupo do Rio, firme promotor e defensor da democracia na região, apóia os esforços que, a partir deste momento, envidarão o povo boliviano e seus governantes com vistas à solução dos problemas sociais que enfrentam, dentro dos princípios constitucionais e no mais estrito apego às leis da República, o que permitirá fortalecer a governabilidade democrática e consolidar o Estado de Direito naquela Nação.

Em consequência, o Grupo do Rio oferece seu apoio ao Governo chefiado pelo Licenciado Carlos D. Mesa Gisbert, novo Presidente Constitucional da Bolívia, cuja assunção do cargo preserva e reafirma a legitimidade democrática naquele país.

Comunicado à imprensa sobre visita oficial do Presidente da Ucrânia, Leonid Kutchma, ao Brasil (21.10.03)

O Presidente da Ucrânia, Leonid Kutchma, está realizando visita ao Brasil no período de 20 a 23 de outubro corrente. Em Brasília, o Presidente Leonid Kutchma foi recebido, em 21 de outubro, pelo Presidente da República, pelo Presidente do Senado Federal e pelo Presidente da Câmara dos Deputados. Manteve, ainda, encontro com representantes da comunidade ucraniana na Embaixada da Ucrânia.

Nas conversações que mantiveram em Brasília, os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Leonid Kutchma fizeram uma avaliação do estado das relações entre o Brasil e a Ucrânia, as quais conhecem momento de importante desenvolvimento. Examinaram as amplas possibilidades existentes para a intensificação da

cooperação bilateral, havendo identificado a área espacial como a de maior potencial. Concordaram com o sentido estratégico dos programas brasileiro e ucraniano de uso pacífico do espaço e com a importância da cooperação entre os dois países nesse campo, cuja próxima etapa compreenderá o aproveitamento do Centro de Alcântara para o lançamento de satélites em bases comerciais, fazendo uso do veículo lançador ucraniano Ciclone-4.

Os dois Presidentes registraram a necessidade de se aprofundarem os contatos para explorar oportunidades de cooperação de "joint ventures", em especial na construção de centrais termelétricas, gasodutos e sistemas de distribuição de gás natural no Brasil, tendo em conta a experiência e o parque instalado de ambos os países nesses campos e as possibilidades comerciais abertas pelas recentes descobertas de gás no litoral brasileiro.

Foram assinados os seguintes acordos bilaterais durante a visita: a) Declaração Conjunta sobre os Resultados das Conversações Oficiais entre o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Presidente da Ucrânia, Leonid Kutchma; b) Tratado sobre Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamento Cyclone-4 no Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA); c) Memorando de Entendimento sobre Futuros Projetos Bilaterais na Área Espacial; d) Protocolo de Intenções sobre Cooperação no Campo da Defesa; e) Tratado sobre Extradição.

Ainda no âmbito da visita, as empresas Bardella S.A Indústrias/NUCLEP e a Motor Sitch assinaram Memorando de Entendimento para a fabricação, no Brasil, de

turbinas a gás com tecnologia ucraniana.

Os dois Presidentes demonstraram satisfação com o fato de os dois países disporem, hoje, de importante acervo de tratados e acordos bilaterais, que permitem o desenvolvimento de uma cooperação diversificada e abrangente.

Os Presidentes procederam, também, a uma avaliação sobre questões relevantes do cenário internacional. Trocaram impressões sobre a segurança internacional, o funcionamento das Nações Unidas e os diversos processos de negociações comerciais nos planos regional e internacional.

O Presidente Leonid Kutchma visitará, em 22 de outubro, o Centro de Lançamentos de Alcântara, onde será descerrada placa comemorativa ao projeto Ciclone-4 - Alcântara. No dia 23, o Presidente Kutchma segue para o Rio de Janeiro para manter encontros com autoridades locais. O Presidente Kutchma terá, igualmente, contatos com a classe empresarial daquele Estado, com vistas a incrementar as relações comerciais da Ucrânia com o Rio de Janeiro.

Comunicado Conjunto Brasil-Índia (Nova Delhi, 21.10.03)

Atendendo a convite do Ministro de Assuntos Exteriores da Índia, Senhor Yashwant Sinha, e em retribuição à sua visita ao Brasil, em junho do corrente, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, realizou visita oficial a Nova Delhi de 20 a 21 de outubro de 2003.

2. O Chanceler Celso Amorim viajou acompanhado de Delegação composta de representantes de diferentes Ministérios a cargo de importantes áreas da cooperação bilateral. A Delegação brasileira também

incluiu doze representantes de importantes setores industriais e de serviços, como construção e infra-estrutura, mineração, siderurgia, aviação, transporte e logística e promoção comercial.

3. Os dois Chanceleres co-presidiram a primeira reunião da Comissão Mista Brasil–Índia, a qual, com vistas a uma análise aprofundada do relacionamento entre os dois países, abordou temas tanto de natureza multilateral quanto bilateral. Foram criados Grupos de Trabalho nas seguintes áreas de cooperação: ciência e tecnologia, espacial, temas sociais, saúde, energia, transportes, agricultura, turismo, comércio, cultura e educação. Os grupos mantiveram conversas preliminares nas diferentes áreas de interesse comum e concordaram em continuar a cooperação bilateral.

4. Os dois lados notaram o considerável crescimento no intercâmbio comercial bilateral, que triplicou entre 1998 e 2002, chegando a 1,2 bilhão de dólares. As estatísticas referentes a 2003 mostram que essa tendência positiva continua. Também observaram que a conclusão do Acordo MERCOSUL –Índia de Preferências Tarifárias Fixas proporcionará estímulo adicional para o intercâmbio entre a Índia e os países do MERCOSUL – Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

5. Os Ministros decidiram incentivar a cooperação bilateral em ciência e tecnologia, a qual nos últimos anos expandiu-se para incluir importantes setores como tecnologia da informação, biotecnologia e pesquisa espacial. Nesse contexto, também acordaram convocar, proximamente, reunião do Conselho Científico Brasil–Índia.

6. Os Chanceleres concordaram com a necessidade de os dois países cooperarem

em novas áreas, como o combate ao analfabetismo e à fome, e a redução da pobreza. Ambas as partes têm consciência da importância de aprender reciprocamente com suas experiências na área social, de forma a aprimorar os programas existentes e criar novas iniciativas.

7. As duas Partes decidiram realizar o primeiro encontro da Agenda Comum Brasil–Índia para o Meio Ambiente antes da visita do Presidente do Brasil à Índia, a realizar-se no início de 2004.

8. No campo multilateral, os dois Ministros reiteraram suas impressões sobre a necessidade do fortalecimento do multilateralismo, particularmente em relação às Nações Unidas e à OMC. Os Ministros expressaram forte apoio à proposta do Secretário-Geral das Nações Unidas no que concerne à reforma daquela organização internacional, incluindo o ECOSOC e o Conselho de Segurança. Sublinharam a necessidade de um equilíbrio equânime por meio da ampliação do Conselho de Segurança, a qual promova a democratização do sistema das Nações Unidas e melhor reflita as mudanças globais que ocorreram desde a criação da ONU.

9. Os Ministros também examinaram os progressos alcançados pelo Fórum de Diálogo IBAS para Cooperação Trilateral entre Índia, Brasil e África do Sul, instituído no último mês de junho, em Brasília. Registraram a concordância dos Chefes de Estado/Governo dos três países, em encontro realizado em Nova York em 24 de setembro, em atribuir a mais alta prioridade à implementação do programa de ação desse Fórum, que, *inter alia*, poderá dar ênfase a medidas conjuntas de combate à pobreza e à fome junto a suas populações.

10. Durante a visita, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil também manteve encontro oficial com o Ministro do Comércio e Indústria da Índia, Arun Jaitley. Durante o encontro, discutiram as negociações em curso da Rodada de Doha da OMC e o papel desempenhado pelo G-20 durante a Conferência Ministerial da OMC no último mês de setembro. A esse respeito, concordaram em dar continuidade aos esforços conjuntos para coordenar posições no G-20, a fim de promover os interesses de países em desenvolvimento na Organização Mundial de Comércio.

11. Os dois lados expressaram satisfação com o Encontro Interativo de Negócios Brasil-Índia, organizado pela Federação das Câmaras Indianas de Comércio e Indústria (FICCI), que realçou as potencialidades do Brasil e da Índia, permitindo uma forte parceria entre as comunidades empresariais dos dois países.

12. A Mesa-Redonda, organizada pela Confederação das Indústrias Indianas (CII), sobre o sistema multilateral de comércio e a OMC também proporcionou foro para valioso intercâmbio de pontos de vista entre representantes governamentais e do setor privado dos dois países.

13. O Ministro Celso Amorim concluiu a visita a Nova Delhi com audiência formal com o Senhor Atal Bihari Vajpayee, Primeiro-Ministro da Índia, e, na oportunidade, fez entrega de carta do Presidente da República Federativa do Brasil, Senhor Luiz Inácio Lula da Silva. A carta transmitiu a cordial aceitação, por parte do Presidente brasileiro, para ser o Convidado de Honra na comemoração do Dia da República da Índia, em janeiro de 2004.

14. Em nome do Presidente da República Federativa do Brasil, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, estendeu convite ao Primeiro-Ministro da Índia, Atal Bihari Vajpayee, para que realize visita ao Brasil. O Chanceler Celso Amorim também formulou convites ao Ministro de Assuntos Estrangeiros, Yashwant Sinha, e ao Ministro do Comércio e Indústria, Arun Jaitley, para que visitem o Brasil. Os convites foram aceitos e acordou-se que, por canais diplomáticos, serão definidas datas de mútua conveniência.

15. O lado brasileiro expressou o seu agradecimento sincero ao Governo da República da Índia pela hospitalidade recebida e pela excelente qualidade dos preparativos para a visita à Índia.

Comunicado à imprensa sobre eleições para o Conselho de Segurança das Nações Unidas - Mandato 2004-2005 (22.09.03)

Na quinta-feira, 23 de outubro de 2003, a Assembléia Geral das Nações Unidas deverá eleger cinco novos membros não-permanentes do Conselho de Segurança, com mandato de dois anos (de 1º de janeiro de 2004 a 31 de dezembro de 2005). O Brasil é o único candidato da região latino-americana para ocupar a vaga que se abrirá em decorrência do encerramento do mandato do México, em 31 de dezembro de 2003. A candidatura brasileira conta com o endosso do Grupo Latino-Americano e do Caribe (GRULAC).

O Conselho de Segurança tem quinze membros. De acordo com o Artigo 23 da Carta das Nações Unidas, cinco membros são permanentes: China, Estados Unidos, Federação Russa, França e Reino Unido. Os demais dez membros são eleitos pela

Assembléia Geral para mandatos de dois anos, em atenção a dois critérios: a contribuição dos membros das Nações Unidas para a manutenção da paz e da segurança internacionais e a distribuição geográfica eqüitativa. Não é permitida a reeleição imediata.

O Brasil deverá cumprir, em 2004-2005, seu nono mandato eletivo no Conselho de Segurança. De todos os Estados-membros das Nações Unidas, é o país que por mais vezes serviu no Conselho de Segurança, tendo cumprido mandatos no órgão em 1946-47, 1951-52, 1954-55, 1963-64, 1967-68, 1988-89, 1993-94 e 1998-99.

De acordo com a prática das Nações Unidas, dos dez assentos eleitos, dois cabem ao Grupo da América Latina e Caribe; três, ao Grupo Africano; dois, ao Grupo Asiático; dois, ao Grupo da Europa Ocidental e Outros; e um, ao Grupo do Leste Europeu.

Também foram endossados pelos seus respectivos Grupos regionais e deverão cumprir mandato simultaneamente com o Brasil, os seguintes Estados: Argélia, Benin (Grupo Africano), Filipinas (Grupo Asiático) e Romênia (Grupo do Leste Europeu). Esses quatro Estados substituirão, respectivamente, Camarões, Guiné, Síria e Bulgária.

Cinco outros Estados, que desde o início de 2003 já exercem mandatos no Conselho, coincidirão com o Brasil no órgão durante o ano de 2004: Chile (GRULAC), Angola (Grupo Africano), Alemanha, Espanha (Grupo da Europa Ocidental e Outros) e Paquistão (Grupo Asiático).

De acordo com a Carta das Nações Unidas, cabe ao Conselho de Segurança velar pela manutenção da paz e da segurança internacionais. O Brasil defende a estrita observância da Carta das Nações Unidas e

dos princípios e normas universalmente reconhecidos do Direito Internacional por parte de todos os membros da comunidade internacional.

Os parâmetros para a atuação do Brasil no Conselho de Segurança foram dados no discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do debate geral da 58ª Assembléia Geral das Nações Unidas: “A ONU não foi concebida para remover os escombros dos conflitos que ela não pôde evitar, por mais valioso que seja o seu trabalho humanitário. Nossa tarefa central é preservar os povos do flagelo da guerra. Buscar soluções negociadas com base nos princípios da Carta de São Francisco. Não podemos confiar mais na ação militar do que nas instituições que criamos com a visão da História e a luz da Razão.“

Na mesma ocasião, o Presidente Lula declarou que a reforma da ONU “tornou-se um imperativo, diante do risco de retrocesso no ordenamento político internacional. É preciso que o Conselho de Segurança esteja plenamente equipado para enfrentar crises e lidar com as ameaças à paz. Isso exige que seja dotado de instrumentos eficazes de ação. É indispensável que as decisões deste Conselho gozem de legitimidade junto à Comunidade de Nações como um todo. Para isso, sua composição, em especial no que se refere aos membros permanentes, não pode ser a mesma de quando a ONU foi criada há quase 60 anos. Não podemos ignorar as mudanças que se processaram no mundo, sobretudo a emergência de países em desenvolvimento como atores importantes no cenário internacional, muitas vezes exercendo papel crucial na busca de soluções pacíficas e equilibradas para os conflitos. O Brasil está pronto a dar

a sua contribuição. Não para defender uma concepção exclusivista da segurança internacional. Mas para refletir as percepções e os anseios de um continente que hoje se distingue pela convivência harmoniosa e constitui um fator de estabilidade mundial. O apoio que temos recebido, na América do Sul e fora dela, nos estimula a persistir na defesa de um Conselho de Segurança adequado à realidade contemporânea.”

Comunicado à imprensa sobre a eleição do Brasil para o Conselho de Segurança (23.10.03)

O Brasil foi eleito hoje, 23 de outubro, para o Conselho de Segurança das Nações Unidas, para um mandato de 2 anos (2004-2005). Além do Brasil, foram também eleitos pela Assembléia Geral, na qualidade de membros não-permanentes, Argélia, Benin, Filipinas e Romênia.

Durante o ano de 2004, o Conselho de Segurança terá os seguintes membros: China, Estados Unidos, Federação Russa, França, Reino Unido (permanentes); Alemanha, Angola, Chile, Espanha e Paquistão (não-permanentes, com mandato para 2003-2004); e os cinco Estados eleitos hoje.

O Brasil cumprirá, em 2004-2005, seu nono mandato eletivo no Conselho de Segurança. De todos os Estados-membros das Nações Unidas, é o que foi eleito por maior número de vezes. Os mandatos anteriores do Brasil foram em 1946-47, 1951-52, 1954-55, 1963-64, 1967-68, 1988-89, 1993-94 e 1998-99.

O Brasil, no Conselho de Segurança, terá a oportunidade de participar mais ativa e diretamente das deliberações sobre as questões relativas à paz e à segurança

internacionais, cujo tratamento, na opinião brasileira, deve dar-se em estrita observância à Carta das Nações Unidas.

Comunicado à imprensa sobre violência no Oriente Médio (23.10.03)

O Governo brasileiro acompanha com grave preocupação a ininterrupta onda de violência que continua a caracterizar o relacionamento israelo-palestino. Ao recordar que tanto o Primeiro-Ministro israelense, quanto o Primeiro-Ministro palestino, em recentes declarações, afirmaram que o Mapa da Paz é o único instrumento disponível para negociar-se a paz, o Brasil conclama, mais uma vez, os membros do Quarteto (Estados Unidos, Rússia, ONU e União Européia), patrocinadores do Mapa da Paz, a intervirem firmemente para que as duas partes cessem as hostilidades recíprocas.

O Governo brasileiro lamenta profundamente as mortes, o elevado número de feridos e a destruição causada por operações das Forças de Defesa de Israel na cidade de Gaza e acredita que o clima de hostilidade prevalecente obstrui o diálogo e prejudica as iniciativas tendentes à retomada de negociações de paz.

Comunicado à imprensa sobre Conferência Especial sobre Segurança (27.10.03)

Após visita à Bolívia, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, viaja hoje para a Cidade do México, onde participará da Conferência Especial sobre Segurança. As delegações à Conferência Especial serão chefiadas por Chanceleres, com a participação, em alguns casos, de Ministros da Defesa ou equivalentes. A delegação brasileira será chefiada pelo Ministro Celso Amorim e integrada também pelo Ministro da Defesa, Embaixador José Viegas Filho.

A Conferência Especial sobre Segurança foi idealizada durante a Segunda Cúpula das Américas (Santiago/1998) e definida por Resolução aprovada na XXXII Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) (Barbados/2002). A Conferência tem como objetivo considerar os novos aspectos da segurança hemisférica. Os conceitos e abordagens tradicionais deverão ser expandidos, de modo a abranger novas ameaças à segurança.

As reuniões preparatórias examinaram diversos temas, entre os quais destacam-se: o enfoque multidimensional da segurança hemisférica; redução de desastres naturais; narcotráfico e crime organizado; proliferação e tráfico ilícito de armas pequenas e leves em todos os seus aspectos; proscrição de armas nucleares na América Latina e no Caribe e proibição completa de ensaios nucleares; transparência na aquisição de armas convencionais; e terrorismo.

Ao final da Conferência, deverá ser emitido documento intitulado “Declaração de Segurança das Américas”, cuja negociação consumiu sete reuniões preparatórias ao longo de vários meses. O documento reflete um equilíbrio entre perspectivas diferentes no que se refere às ameaças à segurança do hemisfério e ao modo pelo qual a OEA pode contribuir para enfrentá-las, e à questão do envolvimento das forças armadas dos países nesse processo. O Brasil conseguiu ver atendidas suas expectativas em relação ao texto final da Declaração.

Comunicado à imprensa sobre Conferência Regional da América Latina e Caribe sobre Energias Renováveis (28.10.03)

Os temas de mudança do clima e do uso sustentável da energia vêm adquirindo

importância crescente na agenda internacional. O Brasil ocupa posição destacada nesses debates, em função da postura de liderança adotada nas principais frentes de negociação, bem como da significativa participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira e do grande potencial de expansão do setor.

Durante a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, ocorrida em Joanesburgo, em 2002, foi apresentada a “Iniciativa Brasileira de Energia”, propondo que os países se comprometessesem a alcançar a meta de 10% de fontes renováveis de energia no total da matriz energética até o ano 2010. A meta foi incluída na Iniciativa Latino-Americana e Caribenha sobre Desenvolvimento Sustentável (ILAC) e contou, igualmente, com apoio da União Européia – que tinha proposta própria – e da maioria dos países africanos.

A Conferência Regional da América Latina e Caribe sobre Energias Renováveis, que se realizará em Brasília, nos dias 29 e 30 de outubro corrente, objetiva congregar as mais altas autoridades responsáveis pelo tema na América Latina e no Caribe, com vistas a examinar a questão no contexto regional, bem como preparar a participação dos países da região na Conferência Internacional sobre Energias Renováveis, a realizar-se em Bonn, em junho de 2004.

A Conferência Regional constará de dois segmentos. O seguimento técnico, no dia 29, reunirá especialistas latino-americanos e caribenhos, bem como representantes de organismos multilaterais e de bancos de fomento e representantes da sociedade civil, com vistas a analisar em profundidade a situação das energias renováveis na região. No dia 30, será realizado o segmento de alto

nível, durante o qual os Ministros responsáveis pelos temas de energias renováveis e meio ambiente nos países da região deverão lançar a Plataforma da América Latina e do Caribe sobre Energias Renováveis, a ser apresentada na Conferência Internacional sobre Energias Renováveis, em junho de 2004. Também participará desse segmento o Ministro do Meio Ambiente da Alemanha, Jürgen Trittin, anfitrião da Conferência de Bonn.

A Conferência está sendo organizada pelos Ministérios das Relações Exteriores, de Minas e Energia e do Meio Ambiente. Darão apoio ao Governo brasileiro na organização da Conferência, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA e o Governo da Alemanha. A CEPAL estará encarregada do Secretariado da Conferência.

Além dos Ministérios acima mencionados, participam também da elaboração da Plataforma da América Latina e do Caribe sobre Energias Renováveis o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério da Agricultura.

A decisão brasileira de sediar a Conferência Regional reafirma o papel de relevo do País nas negociações internacionais sobre energias renováveis, e contribui para o desenvolvimento de importante setor da economia nacional.

Comunicado à imprensa sobre visita do Presidente da República à África (31.10.03)

O Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e comitiva partirão do Brasil na noite do dia 1 de novembro, em viagem oficial a

cinco países africanos, conforme o seguinte calendário:

São Tomé e Príncipe – 2 de novembro
Angola – 3 e 4 de novembro
Moçambique – 5 e 6 de novembro
Namíbia – 7 de novembro
África do Sul – 8 de novembro

A visita presidencial à África privilegia um conjunto de países que apresentam condições especialmente favoráveis para o desenvolvimento de uma parceria estreita com o Brasil, quer no plano das instituições democráticas, quer no plano econômico e social. O diálogo com esses parceiros africanos tem como pano de fundo a busca pelo desenvolvimento interno e a luta contra a fome e a pobreza, tanto no plano nacional quanto internacional, em condições de vigência plena do Estado de Direito e de ampliação da participação da sociedade civil na esfera pública. Esse diálogo tem também como pressuposto o compromisso com o multilateralismo, com o Direito Internacional e, em particular, com um sistema internacional mais justo.

No campo bilateral, o roteiro presidencial inclui os parceiros africanos com os quais o Brasil tem um relacionamento mais estreito e antigo. É o caso de Angola, país com o qual o Brasil mantém excelentes relações há quase três décadas; de Moçambique, que assistiu a um incremento sensível do relacionamento bilateral nos últimos anos, impulsionado, em grande medida, pela aproximação propiciada pela CPLP; da Namíbia, país com o qual o Brasil desenvolve o mais importante programa de cooperação militar pacífica no Atlântico Sul; e, por fim, da África do Sul, que, desde o fim do Apartheid, e por suas imensas semelhanças com o Brasil, converteu-se em

parceiro natural, na África, para o desenvolvimento de todo tipo de cooperação, em particular no plano internacional. O relacionamento com São Tomé e Príncipe tende a ampliar-se sensivelmente com a inauguração, pelo Presidente Lula, da Embaixada do Brasil naquele país, que era o único membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) onde não havia representação diplomática brasileira residente.

Tanto pelas condições objetivas dos países a serem visitados quanto pelo histórico da presença brasileira, a região é fértil para o aprofundamento e ampliação do relacionamento bilateral. Tal quadro permite antever os resultados positivos que poderão ser alcançados com a visita presidencial, inclusive no tocante à sensibilização do público interno brasileiro para as perspectivas e para o potencial a ser melhor explorado na África. A missão empresarial que acompanhará o Presidente da República, composta também por empresários do MERCOSUL, deverá confirmar essa análise.

A presente viagem à África busca avançar na implementação da diretriz do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no sentido de uma aproximação mais concreta do Brasil com relação à África. Inspiram o relançamento e a revitalização da política africana do Brasil os interesses manifestos de múltiplos setores da sociedade brasileira, em especial a comunidade de afrodescendentes e de acadêmicos, que defendem o resgate e a promoção dos laços com a África. Como declarou o Presidente Lula, o estreitamento das relações com a África constitui para o Brasil uma obrigação política, moral e histórica. O Brasil é a segunda maior nação negra do mundo, atrás da Nigéria, e o Governo

está empenhado em refletir essa circunstância em sua atuação externa.

No plano político, as relações Brasil-África atendem também ao reconhecimento de que as alianças e as políticas de cooperação econômica, técnica, cultural, em ciência e tecnologia e na área do comércio com os países africanos podem contribuir para a expansão das trocas comerciais, da concertação político-diplomática em foros econômicos e políticos, ou, ainda, para a obtenção de amplo apoio às propostas que o Governo brasileiro está apresentando com vistas à criação de melhores condições de desenvolvimento para os países em desenvolvimento. A aproximação com a África é parte dos recentes esforços da diplomacia brasileira em estreitar o diálogo e a cooperação com países do Hemisfério Sul que compartilham, no cenário internacional, preocupações e demandas semelhantes às do Brasil.

No plano econômico, a aproximação com a África pode representar mais oportunidades para a atuação externa das empresas brasileiras, e para a promoção do comércio exterior brasileiro e também das capacidades nacionais, que ganham dimensão internacional pela expansão dos programas de cooperação técnica, científica e tecnológica executados por órgãos e instituições brasileiras.

A disposição brasileira de manter e aprofundar os laços de diálogo e cooperação com o continente africano é expressa, também, por meio da ativa participação do Brasil na CPLP, organização em que ocupa atualmente a presidência e que conta com cinco países africanos entre seus membros.

O Brasil não se qualifica como doador líquido de capitais, porém está em condições

de estimular o desenvolvimento africano por meio do fortalecimento da cooperação Sul-Sul, que poderia ser grandemente estimulada com o aumento do financiamento internacional. Nesse contexto, o Brasil tem anunciado que quer desenvolver uma parceria estreita com a África para a promoção dos objetivos da “Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano” (NEPAD), quer no plano das instituições democráticas, quer no plano econômico e social.

Comunicado à imprensa sobre reunião do Ministro Celso Amorim com o Presidente do Peru (31.10.03)

O Ministro Celso Amorim foi recebido ontem, dia 30, em Lima, pelo Presidente do Peru, Alejandro Toledo. Na ocasião, o Presidente Toledo entregou carta ao Ministro Amorim na qual solicita a incorporação do Peru como Estado Associado do MERCOSUL. Cartas com o mesmo teor foram endereçadas aos demais membros do MERCOSUL.

Com a assinatura do acordo de livre-comércio com o MERCOSUL, que deverá entrar em vigor em 1º de novembro, o Peru passa a reunir as condições para pleitear o status de Estado Associado – o mesmo de que gozam, hoje, Bolívia e Chile. O Brasil apóia plenamente essa pretensão e empenhar-se-á, junto aos demais sócios do MERCOSUL, para que o Peru possa participar, como Estado Associado, já na próxima reunião do Conselho do Mercado Comum, a realizar-se em dezembro, em Montevidéu.

Plataforma de Brasília sobre Energias Renováveis (31.10.03)

Os países da América Latina e Caribe, participantes da Conferência Regional para

a América Latina e Caribe sobre Energias Renováveis,

Levando em conta as iniciativas nacionais e internacionais adotadas para dar seguimento ao Plano de Ação da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de Joanesburgo.

Recordando que na Iniciativa Latino-americana e Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável, aprovada na primeira reunião extraordinária do Foro de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe, celebrada em Joanesburgo, África do Sul, em 31 de agosto de 2002, se reconhece a importante contribuição que podem fazer as atividades sub-regionais e regionais ao fomento do desenvolvimento sustentável da América Latina e do Caribe, no âmbito da Plataforma para Ação para Joanesburgo em 2002, aprovada no Rio de Janeiro, Brasil, em outubro de 2001.

Recordando, igualmente, que um dos objetivos principais da Iniciativa Latino-americana e Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável era outorgar uma dimensão prática ao processo que culminaria na Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, de forma que este refletisse as singularidades, visões e metas da região, levando em conta, acima de tudo, a vigência do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, dos Estados.

Acolhendo com satisfação a iniciativa do Governo alemão de ser anfitrião, em junho de 2004, da Conferência Internacional sobre Energias Renováveis.

Destacando o apoio positivo que o uso produtivo das fontes renováveis de energia pode trazer ao desenvolvimento sustentável para os países da região, sobretudo para os seguintes pontos:

a) a mitigação da pobreza, por meio da redução das desigualdades e da criação de novas oportunidades de emprego e de geração de renda;

b) o aumento da segurança energética e a diversidade das matrizes energéticas nacionais e regionais, especialmente no que se refere a reduzir o grau de dependência do fornecimento de combustíveis fósseis em nossas economias;

c) a redução dos riscos da variação hidrológica;

d) a descentralização da produção de energia, especialmente nas zonas rurais e isoladas;

e) o melhoramento da base tecnológica e industrial dos países; e

f) a universalização do fornecimento e do uso de energia elétrica.

Levando em conta os desafios que representa para os países da região o cumprimento do Plano de Ação de Joanesburgo e da Iniciativa Latino-Americana e Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável, sobretudo no que respeita à contribuição da energia renovável dentro da matriz energética global.

Reconhecendo o aporte da Coalizão de Joanesburgo sobre Energias Renováveis ao promover a mobilização dos países sobre o tema em todas as regiões.

Reconhecendo, igualmente, a importância de uma adequada coordenação na formulação de políticas que articulem o consumo e a oferta de energias no quadro de um desenvolvimento sustentável,

Acordam

1. Dar impulso ao cumprimento da meta da Iniciativa Latino-americana e Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável de lograr, no ano de 2010, que a região,

considerada em seu conjunto, utilize pelo menos 10% do consumo total energético de energias renováveis, baseando-se em esforços voluntários, e tendo em conta a diversidade de suas situações nacionais. Esse percentual pode ser aumentado por aqueles países ou sub-regiões que, de maneira voluntária, desejem fazê-lo;

2. Fortalecer a cooperação entre os países da região e os países desenvolvidos para promover o crescimento econômico, a proteção do meio ambiente e a eqüidade social, em cumprimento dos acordos adotados na Iniciativa Latino-Americana e Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável;

3. Fomentar a elaboração das políticas públicas de longo prazo necessárias para dar impulso ao desenvolvimento de fontes de energia renovável, de acordo com os marcos regulatórios existentes em cada país, com o objetivo de integrá-las de maneira plena e efetiva na matriz energética, e estimular, igualmente, os investimentos do setor privado;

4. Promover, em cada país, a cooperação com o setor produtivo, com o objetivo de criar alianças e aprofundar o conhecimento do setor de energias renováveis;

5. Promover, no âmbito de cada país, políticas que estimulem e incentivem os setores produtivos, industriais e agropecuários, públicos ou privados, para que adotem escalas e tecnologias em seus processos produtivos que tornem competitiva a demanda de energias renováveis;

6. Fomentar a adoção de molduras regulatórias e institucionais que incorporem instrumentos que internalizem os benefícios sociais e ambientais que produzem as energias renováveis;

7. Trocar experiências sobre a adoção e implementação de políticas para fomentar o emprego de energia renovável entre os países da região com outras regiões;
8. Facilitar processos de captação de recursos humanos com fins de difusão de tecnologia, de aperfeiçoamento de estudos e projetos, e de provisão de serviços de instalação e assistência técnica, entre outros, considerando o usuário final de energias renováveis como parte importante do processo de captação;
9. Levar a cabo, com o apoio da CEPAL e de outras agências internacionais, um intercâmbio de experiências sobre marcos regulatórios aplicáveis ao desenvolvimento de fontes renováveis de energia, com os seguintes objetivos:
 - a) elaborar um quadro comparativo das molduras regulatórias vigentes na região, em relação aos tratamentos específicos existentes relativos às energias renováveis;
 - b) elaborar propostas que permitam aprofundar a dimensão de sustentabilidade das molduras regulatórias vigentes, de acordo com a situação de cada país, e promover uma maior eficácia energética;
10. Apoiar decididamente, na Conferência Internacional sobre Energias Renováveis (Bonn, 2004), a criação de um fundo de cooperação técnica e financeira, que facilite a cooperação dos países industrializados com a América Latina e Caribe em matéria de desenvolvimento tecnológico, permita reduzir os custos atuais e aumente o investimento em fontes renováveis de energia nos países da região;
11. Instar as instituições financeiras para que financiem projetos nacionais, sub-regionais e regionais de energias renováveis;
12. Estimular o desenvolvimento de projetos de energias renováveis e a criação de mercados de “certificados verdes” de energia e de crédito de carbono, e a execução de programas de incentivos fiscais, considerando as externalidades positivas das fontes renováveis e os efeitos negativos dos combustíveis fósseis;
13. Formular políticas públicas que estimulem o desenvolvimento de mercados de energias renováveis;
14. Levar em conta as necessidades sociais dos setores de mais baixos ingressos dos países da região no processo de desenvolvimento de mercados de energia renovável, buscando alternativas economicamente viáveis para alcançar as metas de relevância social da Declaração do Milênio e da Iniciativa Latino-Americana e Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável;
15. Estimular a realização de estudos comparativos entre as alternativas de fornecimento centralizado e descentralizado de energia, outorgando prioridade às opções de distribuição em pequena escala nas regiões em que convenha e seja factível aproveitar os recursos energéticos renováveis locais;
16. Solicitar ao Secretário-Executivo da CEPAL que elabore um documento sobre o estado da situação das energias renováveis na América Latina e Caribe, para sua posterior apresentação na Conferência Internacional sobre Energias Renováveis e que, em conformidade com os mandatos da Comissão e com os recursos de que disponha, apóie os países da região nessa Conferência Internacional e no processo de seguimento e implementação de seus acordos, incluída a convocatória, no quadro das Nações Unidas, de uma conferência

regional de seguimento;

17. Realizar avaliações periódicas da aplicação desta Plataforma, especificamente de seus objetivos, com vistas à sua atualização, quando for necessário;

18. Declarar que esta Plataforma de Ação constitui uma contribuição da América Latina e do Caribe à Conferência Internacional sobre Energias Renováveis e encomendar à presidência que a apresente na referida Conferência;

19. Agradecer ao Governo da República Federativa do Brasil pela organização da Conferência e à Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Governo da República Federal da Alemanha pelo apoio dado a este foro.

Comunicado Conjunto da visita do Presidente da República a São Tomé e Príncipe (02.11.03)

1. A convite de Sua Excelência Fradique Bandeira Melo de Menezes, Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, Sua Excelência Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, efetuou, no dia 2 de novembro corrente, uma visita oficial à República Democrática de São Tomé e Príncipe.

2. Sua Excelência Luiz Inácio Lula da Silva fez-se acompanhar de sua esposa, a Senhora Marisa Letícia Lula da Silva, e de uma importante delegação composta por membros do Governo Federal, do Congresso brasileiro e de empresários.

3. À sua chegada ao Aeroporto Internacional de São Tomé e Príncipe, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a comitiva que o acompanhou foram recebidos pelo Presidente Fradique Bandeira Melo de

Menezes e brindados com uma recepção fraterna e calorosa pela população da cidade de São Tomé, testemunho dos excelentes laços de amizade entre os dois Povos e Países.

4. Durante a visita, os dois Chefes de Estado mantiveram um encontro de trabalho em que passaram em revista a cooperação entre seus dois países. Congratularam-se com o estado atual dessa cooperação e manifestaram o desejo do seu reforço e aprofundamento. A ocasião permitiu, igualmente, o intercâmbio de posições sobre várias questões internacionais, bem como sobre a situação política e econômica nas respectivas regiões.

5. Os dois Presidentes analisaram a situação econômica, política e social dos seus países. O Presidente Lula da Silva felicitou seu homólogo e o povo santomense pela bem sucedida transição para a democracia, motivo de grande satisfação no Brasil, e pelos esforços de desenvolvimento nacional. O Presidente Fradique de Menezes agradeceu e felicitou seu homólogo e o povo brasileiro pela assunção do novo Governo, em 2003, observando constituir marco na consolidação da democracia brasileira e motivo de esperança para o mundo em desenvolvimento.

6. Na análise dos desafios que se apresentam aos dois países, os Presidentes manifestaram a satisfação pela identidade dos pontos de vista, em particular sobre o imperativo de promover a inclusão e a equidade social para larga parcela de suas populações, e sobre a necessidade da superação da exclusão social, fator fundamental para a garantia do pleno exercício da cidadania e para a consolidação das instituições democráticas, bem como

para incentivar o desenvolvimento econômico. Concordaram em que a democracia e a modernização da atuação do Estado impõem a adoção de parâmetros éticos na gestão das políticas públicas.

7. Destacaram a necessidade de desenvolver políticas públicas dirigidas à promoção social de grupos marginalizados. Reconhecendo a relevância da questão racial como fator de desigualdade no Brasil, o Presidente brasileiro ratificou a importância crucial de avançar nas políticas de promoção da igualdade racial. Enfatizou, ademais, a importância, para o Brasil, de conhecer e valorizar a si próprio por meio do reforço das relações com a África. Nesse contexto, os dois Presidentes ressaltaram a importância do envolvimento das sociedades brasileira e santomense no processo de construção de uma estreita relação não só entre Governos, mas também entre a sociedade civil de ambos os países. Assinalaram, também, o compromisso de seus Governos com a promoção social das mulheres.

8. Reconhecendo que o combate à fome e à pobreza constitui tarefa inadiável, os dois Presidentes enfatizaram a necessidade de se forjar uma nova aliança mundial contra a exclusão social, de cuja superação depende um desenvolvimento econômico autêntico e um ambiente internacional mais seguro. Nesse particular, comprometeram-se com o fortalecimento político e financeiro das agências especializadas do sistema das Nações Unidas, competentes e capacitadas para levar adiante o desafio de combater a fome em escala mundial. O Presidente de São Tomé e Príncipe felicitou o Presidente do Brasil pelo lançamento do Fundo Mundial de Combate à Fome, proposto pelos países integrantes do Fórum IBAS (Índia, Brasil e

África do Sul).

9. No exercício coletivo de criação de um novo paradigma internacional de desenvolvimento, declararam que o grupo dos países em desenvolvimento deve assumir papel ativo e realizador, em autêntico esforço de promoção do diálogo e da parceria Sul-Sul. O Presidente brasileiro defendeu que é responsabilidade dos maiores países desse grupo liderarem processo de transformação das relações entre os países em desenvolvimento, com a promoção de políticas solidárias e generosas em favor das nações mais necessitadas.

10. Assim, o Presidente Lula da Silva salientou que o seu Governo, apesar das limitações orçamentárias a que está sujeito, está preparado para oferecer a seus parceiros africanos a capacitação para a formulação e a execução de políticas públicas nas mais diversas áreas, bem como tecnologias adequadas ao nível de desenvolvimento médio dos países africanos. Mencionou, com esse objetivo, o lançamento do Programa de Ação Brasil - África, que prevê a ampliação de projetos já em andamento e o lançamento de novos projetos de cooperação com países africanos.

11. Neste contexto, os dois Presidentes manifestaram sua satisfação com os êxitos registrados na implementação dos projetos bilaterais em curso e congratularam-se com a assinatura de novos instrumentos de cooperação nas áreas de agricultura, educação, saúde, desporto e petróleo.

12. Os Presidentes recordaram a importância do setor agropecuário para os seus países e saudaram, neste contexto, o lançamento de projetos de cooperação bilateral para o desenvolvimento da agricultura familiar em São Tomé e Príncipe.

13. Reconhecendo o papel da educação como fator fundamental para o desenvolvimento das sociedades, os dois Presidentes destacaram a parceria bilateral de sucesso em projetos de alfabetização de jovens e adultos e no Bolsa-Escola, e saudaram o anúncio brasileiro de apoiar financeiramente a ampliação e continuidade desses projetos. Regozijaram-se pela disposição comum de estreitar a cooperação educacional ao nível universitário e salientaram a necessidade de continuarem a desenvolver ações nessa área, com o objetivo, em particular, de contribuir para a formação dos quadros superiores santomenses. Foi anunciada, pelo Presidente brasileiro, a disposição de ampliar e facilitar o acesso de estudantes africanos e santomenses, em particular, ao ensino universitário brasileiro de graduação e pós-graduação, sobretudo em áreas a serem definidas pelas autoridades dos dois países, à luz das prioridades e necessidades do país beneficiário.

14. No domínio da saúde pública, saudaram o empenho brasileiro em oferecer a diversos países do continente africano apoio na formulação e implementação de planos nacionais de combate ao HIV/SIDA. Nesse particular, saudaram o anúncio da inclusão de São Tomé e Príncipe na lista de países beneficiados pelo Programa de Cooperação Internacional (PCI) do Ministério da Saúde brasileiro, que inclui o fornecimento de anti-retrovirais para tratamento de pacientes soropositivos e a capacitação de profissionais de saúde, entre outras ações. Identificaram, também, o combate ao paludismo como tema de debate a ser fortalecido nos organismos multilaterais competentes e como área promissora para a cooperação bilateral.

15. Tendo em conta o enorme potencial de São Tomé e Príncipe no setor petrolífero e o papel estratégico deste para o desenvolvimento do país, os Presidentes mostraram-se especialmente satisfeitos com as perspectivas da cooperação bilateral no domínio energético, a ser iniciada com a assessoria técnica da Agência Nacional de Petróleo (ANP) do Brasil às autoridades santomenses da área de petróleo.

16. Ainda no domínio da cooperação, os dois Presidentes manifestaram sua satisfação com as perspectivas positivas de parceria bilateral e multilateral em matéria judiciária. Nesse contexto, saudaram a doação de equipamentos de informática pelo Superior Tribunal de Justiça do Brasil ao Supremo Tribunal de Justiça de São Tomé e Príncipe.

17. Manifestaram também a sua satisfação pelo anúncio da cooperação entre a Rádio Nacional de São Tomé e Príncipe e a Radiobrás, que envolve troca de materiais jornalísticos, produções conjuntas e intercâmbios profissionais.

18. Na análise da situação econômica internacional, os dois Presidentes ressaltaram sua convicção no potencial gerador de crescimento econômico do comércio internacional, mas observaram ser inadmissível que os setores em que os países em desenvolvimento revelam competitividade estejam sujeitos a práticas protecionistas adotadas pelos países industrializados. Na visão dos Presidentes, a incorporação dos países em desenvolvimento à economia global passa necessariamente pelo acesso sem discriminação aos mercados dos países ricos.

19. Os Presidentes destacaram seu empenho em promover a discussão sobre novo padrão de relacionamento comercial entre os países em desenvolvimento, o que,

ao contribuir para o incremento expressivo das trocas comerciais entre estes, deverá proporcionar a diminuição da dependência para com os grandes centros econômicos. Com esse objetivo, instruíram os órgãos competentes dos seus dois Governos a estudarem mecanismos conjuntos capazes de estimular o intercâmbio econômico-comercial bilateral.

20. Os dois Presidentes louvaram o firme propósito dos governos africanos e sul-americanos de chamarem a si as responsabilidades na condução das políticas de promoção do desenvolvimento social e econômico em seus próprios países e regiões. Nesse sentido, manifestaram a sua satisfação com o esforço consistente do continente africano de recuperação política, econômica e social, simbolizado pela União Africana (UA) e pela Nova Parceria Econômica para o Desenvolvimento Africano (NEPAD).

21. Congratularam-se pela participação do Brasil, na qualidade de observador, na II Cimeira da UA, em Maputo, com o objetivo de estreitar o diálogo entre o País e a organização continental. O Presidente brasileiro sublinhou o interesse de seu Governo em divulgar os projetos de desenvolvimento da NEPAD junto ao empresariado brasileiro e sua disposição de, cada vez mais, orientar as ações de cooperação brasileiras para os objetivos do programa.

22. Ao passarem em revista a situação política prevalecente na África, os Presidentes expressaram sua preocupação com a persistência de conflitos armados em diversas áreas do continente, bem como sua expectativa de que a ONU, a UA e as organizações regionais competentes possam contribuir para sua rápida e duradoura

solução. Reconheceram, com satisfação e esperança, os recentes avanços no processo de paz em diversos países africanos, como a República Democrática do Congo, a Libéria, o Sudão e o Burundi. Congratularam-se pela eficiente atuação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em coordenação com os organismos regionais africanos, nas recentes crises em São Tomé e Príncipe e na Guiné-Bissau, havendo o Presidente Fradique de Menezes agradecido vivamente a Presidência brasileira da CPLP pela sua efetiva disposição de contribuir positivamente para a solução pacífica das crises havidas nesses dois países de língua portuguesa.

23. Profundamente preocupados com a degradação do meio ambiente e com o uso irracional dos recursos disponíveis, os Presidentes reiteraram o compromisso do Brasil e de São Tomé e Príncipe com o fortalecimento do regime internacional de meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Manifestaram o seu apoio à implementação efetiva do mandato, estabelecido durante a Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, para a criação, no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica, de um regime internacional de promoção e salvaguarda da repartição justa e eqüitativa de benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos. Com relação ao combate à biopirataria, reafirmaram a necessidade de que patentes concedidas sobre processos ou produtos oriundos de material genético ou de conhecimento tradicional associado cumpram com os requisitos de identificação de origem do material ou do conhecimento associado, repartição justa e eqüitativa de benefícios, e consentimento prévio e

informado dos Estados e comunidades.

24. No exame dos principais temas da conjuntura política internacional, os Presidentes reconheceram a coincidência de seus pontos de vista. Com relação à situação prevalecente no Iraque, os Presidentes Fradique de Menezes e Lula da Silva manifestaram o desejo de que o povo iraquiano assuma o mais rapidamente possível o comando de seu próprio destino. Consideraram, em especial, a importância de assegurar a vigência do Direito Internacional, o fortalecimento da Organização das Nações Unidas e o respeito às resoluções do Conselho de Segurança, bem como de privilegiar a diplomacia como meio para a manutenção da paz e da segurança internacional.

25. Nesse particular, reconheceram a necessidade de se proceder à reforma da Organização das Nações Unidas, em particular do Conselho de Segurança, de maneira a refletir as realidades atuais. Nesse contexto, o Presidente de São Tomé e Príncipe reiterou o apoio a que o Brasil integre o referido Conselho como membro permanente. O Presidente brasileiro expressou seu vivo reconhecimento diante de tão importante apoio, que reflete a nova dimensão política das relações bilaterais.

26. Os dois Presidentes reafirmaram, ainda, a necessidade de combater o terrorismo e as ameaças à paz e à segurança internacional, em conformidade com a Carta das Nações Unidas e com os instrumentos jurídicos de que são partes os dois países. Nesse sentido, manifestaram sua determinação em aprofundar a cooperação de caráter preventivo entre os dois países, com vistas ao contínuo intercâmbio de informações e experiências no combate à

delinqüência internacional e a atividades potencialmente associadas ao terrorismo e a seu financiamento.

27. De igual maneira, expressaram a necessidade de fortalecer o diálogo bilateral, a fim de estabelecer e intensificar ações na área de prevenção e repressão ao tráfico de drogas e aos chamados delitos conexos, os quais têm em comum a característica da transnacionalidade.

28. Com relação à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), os Presidentes demonstraram-se satisfeitos com o seu fortalecimento, bem como com o sucesso da VIII Reunião do Conselho de Ministros, ocorrida em Coimbra, Portugal, em 17 e 18 de julho último. Sublinharam a importante contribuição da Organização para uma inserção internacional mais vantajosa de seus membros, seja por meio do desenvolvimento proporcionado por relevantes projetos de cooperação, seja pela concertação político-diplomática em temas comunitários e em foros multilaterais. Enfatizaram igualmente a necessidade de se conceber a promoção e a difusão da língua portuguesa, sem prejuízo de outros idiomas nacionais, como projeto de caráter estratégico para a afirmação da presença de seus Estados-membros em um mundo globalizado. Nesse contexto, o Presidente Fradique Bandeira Melo de Menezes congratulou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela atuação brasileira na Presidência da Comunidade, bem como pelo apoio oferecido pelo Brasil para a organização da V Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, a ter lugar em São Tomé, em 2004. O Presidente brasileiro, por sua vez, saudou o empenho já nítido entre os santomenses de exercerem

a Presidência da organização com grande compromisso e entusiasmo.

29. No âmbito da visita, as autoridades dos dois países firmaram os seguintes documentos, a fim de intensificar a cooperação bilateral:

- Acordo de Cooperação Esportiva entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe;

- Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe sobre Cooperação Técnica na Área de Saúde;

- Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica celebrado entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Democrática de São Tomé e Príncipe na área da Educação, para a implementação do projeto “Bolsa-Escola” em São Tomé e Príncipe;

- Emenda ao Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe na Área da Educação, para a implementação do Projeto “Alfabetização Solidária em São Tomé e Príncipe”;

- Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe sobre a Cooperação Educacional;

- Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe para a implementação do projeto “Construção

Institucional e Metodológica da Extensão Rural como Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar em São Tomé e Príncipe”;

- Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe para a implementação do “Projeto de Apoio ao Desenvolvimento na Área Agrícola da República Democrática de São Tomé e Príncipe”;

- Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe sobre Cooperação Técnica no domínio do Setor Petrolífero.

30. No termo da sua visita, Sua Excelência Luiz Inácio Lula da Silva manifestou o seu profundo agradecimento a Sua Excelência Fradique de Menezes, ao Governo e ao Povo Santomense pela calorosa recepção e generosa hospitalidade que lhe foram reservadas, assim como à sua comitiva, durante a sua visita à República Democrática de São Tomé e Príncipe, e convidou-o a visitar a República Federativa do Brasil, convite que foi aceito com prazer pelo seu homólogo santomense, devendo a data ser posteriormente definida pelos canais diplomáticos.

Comunicado à imprensa relativo a visita ao Brasil do Relator Especial da Comissão de Direitos Humanos (CDH) das Nações Unidas sobre Venda de Crianças, Prostituição e Pornografia Infantil, Senhor Juan Miguel Petit (03.10.03)

No período de 3 a 14 de novembro, visitará o Brasil o Relator Especial da

Comissão de Direitos Humanos (CDH) das Nações Unidas sobre Venda de Crianças, Prostituição e Pornografia Infantil, Senhor Juan Miguel Petit.

O Relator cumprirá agenda de trabalho que se iniciará em Brasília e prosseguirá com visitas aos Estados da Bahia, Pará, São Paulo e Rio de Janeiro.

Em Brasília, nos dias 3 e 4, encontrará-se com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, o Ministro de Estado da Justiça, o Secretário Especial de Direitos Humanos, membros do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), da Frente Parlamentar pela Infância, da Comissão Interministerial de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil e com representantes do Programa Fome Zero, além de organizações não-governamentais relacionadas ao seu mandato.

Nos Estados, o Senhor Petit deverá entrevistar-se com integrantes do Ministério Público, dos Conselhos Estaduais de proteção à criança e ao adolescente, de centros de pesquisa sobre violência sexual infanto-juvenil e de organizações não-governamentais dedicadas ao assunto.

Trata-se da segunda visita ao Brasil do titular da Relatoria Especial da CDH sobre a Venda de Crianças, Prostituição Infantil e Pornografia Infantil; a primeira, em janeiro de 1992, foi do então relator, Senhor Vitit Muntarbhorm.

Visitaram anteriormente o País Relatores Especiais sobre violência contra a mulher; sobre o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância correlata; sobre direitos humanos e resíduos tóxicos; sobre a tortura; sobre o direito à alimentação; e sobre execuções extrajudiciais, sumárias ou

arbitrarias, bem como o Perito Independente sobre o Direito ao Desenvolvimento. Todos os Relatores Especiais recebidos desenvolveram livremente suas atividades; e o Governo brasileiro considera as conclusões e recomendações contidas em seus relatórios de grande utilidade para o aprimoramento da situação dos direitos humanos no País em seus respectivos campos de ação.

O Relator Especial da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas sobre o Direito à Moradia Adequada, Doutor Miloon Kothari, deverá ser o próximo a visitar o País, entre fevereiro e março de 2004.

Comunicado Final da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Angola (03.11.03)

A convite de Sua Excelência José Eduardo dos Santos, Presidente da República de Angola, Sua Excelência Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, efetuou, nos dias 3 e 4 de novembro de 2003, uma visita oficial e de amizade à República de Angola, acompanhado de uma importante delegação governamental e parlamentar.

Os dois estadistas presidiram à sessão das conversações oficiais, tendo-se depois reunido em privado.

Os dois Chefes de Estado sublinharam o caráter histórico da visita e a sua importância para o aprofundamento dos laços de amizade, fraternidade e solidariedade existentes entre Angola e Brasil.

Os dois Chefes de Estado congratulararam-se com o nível das relações de amizade, político-diplomáticas, de cooperação econômica e comercial alcançado, assim

como pelas boas perspectivas para o aprofundamento das mesmas.

Os Chefes de Estado regozijaram-se com o nível da cooperação financeira existente e encorajaram os operadores econômicos dos respectivos países a encontrarem formas para o estabelecimento de parcerias, de forma a rentabilizar as oportunidades que se oferecem nesse domínio.

Os dois Presidentes registraram com satisfação que o elevado número de empresários que integra a delegação presidencial brasileira testemunha a vontade dos dois países de incrementarem as suas relações econômicas e comerciais.

Suas Excelências Luiz Inácio Lula da Silva e José Eduardo dos Santos destacaram, no âmbito da cooperação bilateral, a construção da barragem hidroelétrica de Capanda como um exemplo de cooperação com vantagens mútuas.

Durante a visita de Sua Excelência o Presidente da República Federativa do Brasil, foram assinados instrumentos jurídicos nos domínios da agricultura, da juventude e desportos, da ciência e tecnologia, do trabalho, emprego e formação profissional, da educação, da formação de quadros da administração local e do urbanismo e ambiente, conforme lista anexa.

Os dois Chefes de Estado trocaram informações sobre a situação política, econômica e social nos respectivos países, bem como sobre a conjuntura política regional em que se insere cada um dos países, tendo também passado em revista a situação internacional.

O Chefe de Estado angolano felicitou seu homólogo brasileiro pela sua ascensão ao poder em 2003, e considerou o fato como um marco para a consolidação da democracia

brasileira e um motivo de esperança para o mundo em desenvolvimento.

O Chefe de Estado angolano felicitou, ainda, o seu homólogo brasileiro pelos êxitos econômicos já alcançados durante a sua governação e pela forma determinada e empenhada como tem vindo a aplicar o programa de combate à fome denominado “Fome Zero”.

Sua Excelência José Eduardo dos Santos agradeceu o apoio brasileiro à implementação do Programa “Escola para Todos”, que permitirá modernizar e massificar o sistema de educação em Angola.

O Presidente da República de Angola considerou que a melhoria das facilidades de crédito e o aumento do seu volume, pelo Brasil, seja sob a forma de crédito ao exportador, de crédito-ajuda ou de crédito ao desenvolvimento bonificado estimulariam um maior envolvimento das empresas do setor público ou privado na reconstrução das infraestruturas, na reativação da produção agropecuária e industrial e no aumento do comércio bilateral.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva felicitou, por seu turno, o seu homólogo e o povo angolano pela conquista da paz em Angola, pelos esforços e empenho dos angolanos na consolidação da reconciliação nacional e apelou à comunidade internacional para prestar assistência para a reconstrução econômica de Angola, disponibilizando-se para sensibilizar a comunidade internacional e os organismos financeiros multilaterais no sentido de apoiarem a realização de uma Conferência Internacional de Doadores a favor de Angola.

O Chefe de Estado brasileiro manifestou a solidariedade e disponibilidade do seu país em participar na reconstrução econômica de

Angola nos vários domínios, particularmente no da investigação científica, agropecuário, financeiro, assistência técnica, formação de quadros e nos programas de reintegração social, entre outros.

Os dois Chefes de Estado ressaltaram que o combate à fome e à pobreza constitui uma responsabilidade comum dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, visando à construção de um mundo mais justo e solidário. Para o efeito, Sua Exceléncia José Eduardo dos Santos felicitou o seu homólogo brasileiro pelo lançamento da iniciativa do Fundo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) de Combate à Fome.

Os dois Chefes de Estado sublinharam a importância do desenvolvimento do setor agropecuário na reconstrução nacional de Angola e seu contributo para a auto-suficiência alimentar do país, saudando, nesse contexto, o lançamento do projeto de cooperação bilateral para o desenvolvimento da agricultura familiar em Angola, bem como a perspectiva de atuação conjunta na área de cooperativismo, no quadro da Organização das Cooperativas dos Povos de Língua Portuguesa (OCPLP), criada em 1997.

Suas Excelências Luiz Inácio Lula da Silva e José Eduardo dos Santos examinaram a possibilidade de Angola beneficiar-se de condições que estimulem e facilitem o comércio com o MERCOSUL. Nesse contexto, o Presidente brasileiro felicitou o Presidente José Eduardo dos Santos pelo seu notável desempenho à frente dos destinos da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), cuja presidência rotativa terminou este ano.

O Presidente do Brasil manifestou a

disposição do seu Governo de estudar fórmulas, compatíveis com o MERCOSUL e a OMC, que permitam a aplicação de tratamento comercial preferencial a Angola, no contexto dos países em desenvolvimento da África e, em particular, dos países da CPLP.

Suas Excelências Luiz Inácio Lula da Silva e José Eduardo dos Santos sublinharam o interesse dos dois países em cooperar no domínio da saúde, designadamente no da prevenção e do combate à pandemia do HIV/SIDA (AIDS), no apoio à produção de medicamentos retrovirais, assim como no combate a outras endemias.

Os dois Chefes de Estado manifestaram o seu efetivo comprometimento com os propósitos que nortearam a constituição da CPLP, felicitando-a pelo seu desempenho na concertação político-diplomática para a solução dos problemas políticos que têm afetado alguns dos seus membros, cimentando, assim, a solidariedade e a amizade entre os povos de língua portuguesa.

Abordando a questão da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), os dois estadistas sublinharam a possibilidade de a América do Sul e a NEPAD trocarem experiências sobre projetos de infra-estrutura, considerando a experiência técnica consolidada no programa da Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional da América do Sul (IIRSA). O Chefe de Estado brasileiro sublinhou o interesse do seu Governo em estimular empresários do Brasil a participarem nos projetos da NEPAD.

Suas Excelências Luiz Inácio Lula da Silva e José Eduardo dos Santos sublinharam a primazia dos valores e princípios estabelecidos na Carta da ONU, que

consideram como atuais, tendo defendido a reforma do sistema das Nações Unidas, momente o seu Conselho de Segurança, tendo em conta a nova realidade internacional, que exige soluções mais democráticas e multilaterais sobre as questões candentes da humanidade.

Sua Excelência José Eduardo dos Santos reiterou o apoio de Angola para que o Brasil seja membro permanente do Conselho de Segurança pela região da América Latina. Os dois Chefes de Estado decidiram intensificar o diálogo e a concertação político-diplomática entre os respectivos Governos para a sua atuação no âmbito do Conselho de Segurança – onde o Brasil ocupará, a partir de 2004, um assento de membro não-permanente –, privilegiando uma parceria eficaz e construtiva, orientada para a promoção dos interesses do continente africano.

Sua Excelência Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, agradeceu a Sua Excelência José Eduardo dos Santos, ao povo e Governo angolanos o acolhimento e a hospitalidade fraternais que foram reservados a si e a sua delegação durante a sua estada na República de Angola. O Chefe de Estado do Brasil formulou um convite ao seu homólogo angolano para visitar a República Federativa do Brasil. O convite foi aceito e a data da visita será marcada pelos canais diplomáticos.

Lista de Atos assinados pelo Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola:

- Protocolo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para apoio ao Instituto de Formação da

Administração Local (IFAL);

- Protocolo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre Cooperação Técnica na Área da Agricultura e Pecuária;

- Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para Implementação do Projeto “Reorganização, Fortalecimento Institucional e Inovação Metodológica da Extensão Rural como Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável em Angola”;

- Memorando de Entendimento ao Amparo do Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para apoiar o Desenvolvimento do Programa “Escola para Todos” em sua fase emergencial (2004-2007);

- Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola no domínio dos Desportos (Esporte);

- Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para as áreas do Trabalho, Emprego e Formação Profissional;

- Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para Implementação do Projeto “Fortalecimento da Educação Ambiental em Angola”;

- Programa de Trabalho em Matéria de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola;

- Protocolo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola na área do Meio Ambiente;

- Segunda Emenda ao Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola na área de Formação Profissional, firmado em 28 de Abril de 1999;

- Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para a Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional dos Institutos de Investigação Agronômica e Veterinária de Angola”;

- Programa Executivo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para os anos de 2004-2006.

Comunicado Conjunto da Reunião de Chanceleres e Ministros de Comércio Exterior da Comunidade Andina e do MERCOSUL (03.11.03)

No dia 31 de outubro de 2003, reuniram-se, na cidade de Lima, os Chanceleres e Ministros de Comércio Exterior da Comunidade Andina e do MERCOSUL, segundo acordado em reunião mantida no dia 4 de agosto de 2003, para avaliar as negociações tendentes à assinatura de um Acordo de Livre Comércio entre ambos os blocos de países, em 17 de dezembro do corrente ano, e dar diretrizes concretas a

temas pendentes de negociação.

Os Chanceleres e Ministros de Comércio coincidiram a respeito dos benefícios que o fortalecimento das relações e da integração entre a Comunidade Andina e o MERCOSUL aportam para a América do Sul, principalmente nas áreas comercial e de investimentos, assim como em sua interrelação com terceiros países. Enfatizaram, por outro lado, a importância de que o acordo a ser assinado constitua um instrumento por meio do qual todos os países se beneficiem das oportunidades que oferece a constituição de um mercado ampliado, destinado, principalmente, a elevar o nível de vida de suas populações.

Ao avaliarem o estado das negociações, verificaram com satisfação o grau de avanço das mesmas, o que reflete a ampla vontade dos seus governos para chegar, de maneira pragmática e com a necessária flexibilidade, a um acordo equilibrado e benéfico, que leve em consideração as assimetrias existentes, assim como os interesses de todas a partes.

Os Chanceleres e Ministros de Comércio analisaram e debateram amplamente os distintos aspectos centrais identificados no curso das negociações e concordaram em emitir diretrizes que guiarão as mesmas para a assinatura do Acordo de Livre Comércio.

Comunicado à imprensa sobre reunião de coordenação sobre a ALCA (04.11.03)

Realizou-se hoje, 4/11, no Itamaraty, reunião preparatória à Reunião do Comitê de Negociações Comerciais (CNC) e à Reunião Ministerial da ALCA, que terão lugar em Miami, de 16 a 19 de novembro e de 20 a 21 de novembro, respectivamente.

A reunião permitiu examinar os principais aspectos dos projetos de Declaração

Ministerial que se encontram em negociação, de forma a reunir subsídios para a atuação do Brasil em Miami. Permitiu, também, preparar a 38º reunião da Seção Nacional de Coordenação sobre a ALCA (SENALCA), que se realizará no dia 6 de novembro, com representantes de todos os setores interessados nas negociações da ALCA.

Participaram da reunião representantes do Ministério da Fazenda, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Secretaria-Executiva da CAMEX, além do Ministério das Relações Exteriores. A reunião foi coordenada pelo Subsecretário-Geral da América do Sul do Itamaraty, Embaixador Luiz Filipe de Macedo Soares, na qualidade de Chefe da Delegação brasileira ao CNC.

Comunicado à imprensa sobre a nomeação do Embaixador João Clemente Baena Soares como membro de Painel de Alto Nível para estudar as ameaças globais à segurança internacional (05.11.03)

O Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, divulgou em 4 de novembro a composição do Painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudança, cuja criação fora por ele anunciada em setembro último, por ocasião da abertura do debate geral da atual sessão (58ª) da Assembléia-Geral das Nações Unidas.

O Painel deverá examinar os principais desafios e ameaças globais à paz e à segurança internacionais, avaliar os atuais mecanismos e instrumentos multilaterais para lidar com tais ameaças, incluindo os

órgãos principais das Nações Unidas, e elaborar recomendações para reforçar a ação coletiva. O Secretário-Geral, ao apresentar o Painel, informou que seu foco principal recairá sobre a paz e a segurança, interpretadas de forma ampla, podendo estender suas análises e recomendações a temas econômicos e sociais, na medida em que tenham impacto sobre a segurança internacional. As recomendações do Painel serão transmitidas pelo Secretário-Geral à Assembléia Geral das Nações Unidas, para deliberação durante sua 59ª Sessão (setembro de 2004 a agosto de 2005).

O Painel é composto por dezesseis personalidades de expressão global, todos com ampla experiência política e diplomática, que atuarão a título pessoal. Sua composição é geograficamente equilibrada, representando todas as regiões do mundo. O Presidente do Painel será o ex-Primeiro Ministro da Tailândia, Anand Panyarachun.

Deverá integrar o Painel o Embaixador do Brasil João Clemente Baena Soares, ex-Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (1984-1994) e ex-Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores (1979-84). Nascido em Belém do Pará em 1931, o Embaixador Baena Soares é atualmente membro da Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas e Presidente da Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá, no Rio de Janeiro.

Comunicado à imprensa sobre Centros de Estudos Brasileiros em Angola e Moçambique – Homenagem aos Embaixadores Ovídio de Andrade Melo e José Aparecido de Oliveira (05.11.03)

Durante sua visita à África, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva inaugurou, em

Luanda, em 3 de novembro, o Centro de Estudos Embaixador Ovídio de Andrade Melo, que terá por missão apoiar e promover o estudo das relações entre o Brasil e o continente africano.

Ao dar ao Centro o nome do Embaixador Ovídio de Andrade Melo, o Governo brasileiro presta homenagem a um diplomata cuja lucidez levou o Brasil a ser o primeiro país a reconhecer, em 11 de novembro de 1975, a independência de Angola.

Em Moçambique, no dia de ontem, o Presidente Lula decidiu dar ao Centro de Estudos Brasileiros de Maputo o nome do Embaixador José Aparecido de Oliveira. A iniciativa homenageia a contribuição prestada pelo Embaixador José Aparecido à cultura do país e o seu empenho na criação e fortalecimento da Comunidade de Países da Língua Portuguesa e na abertura do Centro, em particular.

Com essas homenagens, o Governo brasileiro espera atrair para as atividades dos Centros de Estudos Brasileiros de Luanda e de Maputo o prestígio associado às personalidades que lhes emprestam os nomes.

Comunicado Conjunto da Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Moçambique (06.11.03)

No âmbito do reforço das relações de amizade e de cooperação que unem a República de Moçambique e a República Federativa do Brasil, o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula de Silva, efetuou uma visita de Estado a Moçambique, de 04 a 06 de novembro de 2003.

A visita enquadrou-se, igualmente, no contexto da nova política externa do

Governo brasileiro, visando essencialmente ao relançamento da cooperação com os países africanos.

Durante a sua estada em Moçambique, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva manteve conversações oficiais com o Presidente de República de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano, nas quais se destacou a abordagem da situação econômica, política e social dos dois países.

Aproveitando a ocasião, o Presidente de Moçambique felicitou o seu homólogo e o povo brasileiro pela assunção do novo Governo, em 2003, considerando que o fato constituiu um marco na consolidação da democracia brasileira e motivo de esperança para o mundo em desenvolvimento. Por sua vez, o Presidente brasileiro congratulou o Presidente de Moçambique e o povo moçambicano pelos onze anos de paz, sinal do bem-sucedido processo de reconciliação e de democratização de Moçambique, e pelo sucesso na reconstrução nacional.

Entre os desafios que aproximam os seus países, coincidiram no imperativo de promover a inclusão e a eqüidade social para a larga maioria das suas populações, por meio de políticas eficazes na área de segurança alimentar, agricultura familiar, saúde, assistência social, emprego, educação, direitos humanos e proteção do ambiente, entre outras. Recordaram que a superação da exclusão social é fundamental para garantir o exercício pleno da cidadania e a consolidação das instituições democráticas, bem como para incentivar o desenvolvimento econômico. Concordaram em que a democracia e a modernização da atuação do Estado impõem a adoção de parâmetros éticos na gestão de políticas públicas.

Ao longo das conversações, os dois Presidentes concordaram que o combate à fome e à pobreza constitui tarefa urgente. Enfatizaram a necessidade de se forjar uma nova aliança mundial contra a exclusão social, de cuja superação depende um desenvolvimento econômico autêntico e um ambiente internacional mais seguro. Afirmaram ser responsabilidade comum de todos a construção de um mundo mais justo e solidário. Comprometeram-se com o fortalecimento político e financeiro das agências especializadas do sistema das Nações Unidas, competentes e capacitadas para levar adiante o desafio de combater a fome em escala mundial. O Presidente de Moçambique felicitou o Presidente do Brasil pelo lançamento do Fundo Mundial de Combate à Fome, proposto pelos países integrantes do Fórum IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), e ambos anunciaram a disposição de ver implantado, em Moçambique, o primeiro projeto de combate à fome com recursos provenientes do referido Fundo.

No exercício coletivo de criação de um novo paradigma internacional de desenvolvimento, declararam que o grupo dos países em desenvolvimento deve assumir papel pró-ativo, num esforço efetivo de promoção do diálogo e da parceria Sul-Sul.

O Brasil mencionou, no encontro, o lançamento do Programa de Ação Brasil-África, que prevê a ampliação de projetos já em andamento e o lançamento de novos projetos de cooperação com países africanos.

Os Presidentes manifestaram, ainda, satisfação pelo esforço consistente do Continente africano com vistas à estabilidade

política, desenvolvimento econômico e social, simbolizado pela União Africana (UA), e, em particular, pela Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD). Louvaram o firme propósito dos governos africanos e sul-americanos de chamarem a si as responsabilidades na condução das políticas de promoção do desenvolvimento social e econômico nos seus próprios países e regiões.

Nesse contexto, o Presidente brasileiro cumprimentou o Presidente Chissano pelo seu mandato na Presidência da UA, e sublinhou o interesse do Governo brasileiro em divulgar os projetos de desenvolvimento da NEPAD junto ao empresariado brasileiro, inclusive com vistas ao aumento do investimento brasileiro em Moçambique, além de sua disposição de, cada vez mais, orientar as ações de cooperação brasileiras para os objetivos do programa.

Os Presidentes concordaram, do mesmo modo, sobre a conveniência de o continente africano e a América do Sul trocarem experiências no que se refere a projetos de infra-estrutura no âmbito da NEPAD, tendo em mente a experiência técnica consolidada no programa da Iniciativa para Integração da Infra-estrutura Regional da América do Sul (IIRSA).

Os Presidentes expressaram preocupação em relação à persistência de conflitos armados em diversas áreas do Continente africano, bem como sua expectativa de que a ONU, a UA e as organizações regionais competentes possam contribuir para sua rápida e duradoura solução. Reconheceram, com satisfação e esperança, os recentes avanços no processo de paz em diversos países africanos, como a República Democrática do Congo, a Libéria, o Sudão e o Burundi. Nesse contexto, o

Presidente brasileiro felicitou seu colega moçambicano por sua pronta e decisiva atuação à frente da União Africana, em particular nas recentes crises em São Tomé e Príncipe e na Guiné-Bissau. Congratularam-se, também, pela eficiente atuação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em coordenação com organismos regionais africanos, nas crises ocorridas nesses dois países.

O Presidente de Moçambique felicitou o Brasil, na qualidade de Presidente da CPLP, pelo dinamismo e empenho demonstrados na resolução de conflitos na África, com particular destaque para a Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, membros daquele Comunidade.

Os Presidentes coincidiram na necessidade de reformar a Organização das Nações Unidas, em particular o Conselho de Segurança. Nesse contexto, o Presidente de Moçambique reiterou o apoio a que o Brasil integre o referido Conselho como membro permanente. O Presidente brasileiro expressou seu vivo reconhecimento diante de tão importante apoio, que reflete a nova dimensão política das relações bilaterais.

No âmbito da visita, foram assinados documentos nas áreas da Educação, Saúde, Administração Estatal, Juventude e Desportos, Meio Ambiente, Agricultura, Recursos Minerais e Energia, e Ciência e Tecnologia, de acordo com a lista em anexo.

No final da visita, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva agradeceu o acolhimento fraterno por parte do Povo e do Governo moçambicanos, aproveitando a ocasião para endereçar um convite ao Presidente Joaquim Alberto Chissano para visitar oficialmente o Brasil, em datas a serem acordadas pela via diplomática.

Comunicado à imprensa sobre a XV Reunião das Partes do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (07.11.03)

Será realizada, de 10 a 14 de novembro, em Nairóbi, Quênia, a XV Reunião das Partes do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio.

O regime internacional para a proteção da camada de ozônio, do qual também faz parte a Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio, estabelece medidas de controle e calendários para a eliminação do consumo e da produção de substâncias como os hidroclorofluorcarbonos (HCFC), bem como sua substituição por alternativas economicamente viáveis menos nocivas à camada de ozônio. Com a implementação do Protocolo de Montreal, espera-se que a camada de ozônio esteja recuperada, até meados deste século, em níveis semelhantes aos do início da década de 1980.

Países desenvolvidos e países em desenvolvimento têm calendários diferenciados de implementação do Protocolo de Montreal. No caso dos HCFC, os países desenvolvidos comprometeram-se a eliminar totalmente o consumo e produção até 1996, com a possibilidade de isenções para usos essenciais. Os países em desenvolvimento, por sua vez, deverão deixar de consumir aquelas substâncias até 2010. Além disso, os países em desenvolvimento beneficiam-se, nas suas atividades de conversão para substâncias que não destroem a camada de ozônio, de recursos do Fundo Multilateral para a Implementação do Protocolo de Montreal.

A XV Reunião das Partes deverá tratar de uma série de temas relevantes para o futuro

do Protocolo. Entre eles, podem ser destacados um possível detalhamento do cronograma de redução, nos países em desenvolvimento, do consumo do brometo de metila, substância com aplicação na agricultura, e a definição dos termos de referência para um estudo sobre a gestão do mecanismo financeiro do Protocolo.

Informações adicionais sobre a XV Reunião podem ser obtidas pelo site: www.unep.org/ozone.

Comunicado Conjunto sobre a Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à República da Namíbia (07.11.03)

1. A convite de Sua Excelência o Dr. Sam Nujoma, Presidente da República da Namíbia, Sua Excelência o Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, acompanhado de delegação de alto nível composta por Ministros, Congressistas e empresários, realizou Visita de Estado à Namíbia em 6 e 7 de novembro de 2003.

2. Em sua chegada ao Aeroporto Internacional Hosea Kutako, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sua delegação foram recebidos pelo Presidente Sam Nujoma, que se fez acompanhar de Ministros, altos funcionários do Governo e membros do corpo diplomático.

3. A visita permitiu aos dois Chefes de Estado passar em revista as relações bilaterais, que ambos julgaram excelentes. Nesse contexto, o Presidente brasileiro saudou o processo de estabelecimento de Embaixada residente da Namíbia em Brasília, o que facilitará a ampliação da cooperação entre os dois países.

4. Ao analisar os aspectos da situação política, social e econômica, tanto regional

quanto internacional, os dois Chefes de Estado reconheceram os benefícios desiguais da globalização para os países em desenvolvimento. Expressaram preocupação quanto à falta de capacidade, por parte dos países em desenvolvimento, de tirar pleno proveito das oportunidades da globalização. Nesse sentido, enfatizaram o papel da cooperação Sul-Sul na promoção do desenvolvimento sustentável e na obtenção da auto-suficiência.

5. O Presidente do Brasil manifestou a disposição de seu Governo de oferecer apoio a seus parceiros africanos em ações de fortalecimento institucional.

6. Os dois Chefes de Estado reafirmaram seu compromisso com a erradicação da pobreza, da fome e do subdesenvolvimento, bem como com a luta permanente contra a pandemia do HIV/AIDS.

7. O Presidente da Namíbia congratulou o Brasil por seu apoio na luta contra a terrível pandemia do HIV/AIDS. Nesse sentido, o Presidente do Brasil comprometeu-se a continuar colaborando com a Namíbia na luta contra aquela pandemia, inclusive por meio da cessão de tecnologia para a instalação de laboratório de produção de anti-retrovirais na Namíbia.

8. O Presidente da Namíbia expressou gratidão a seu contraparte brasileiro pela presente cooperação no estabelecimento da Ala Marítima das Forças de Defesa da Namíbia. Saudou também a doação de uma corveta brasileira para aquelas Forças. O Presidente do Brasil manifestou sua satisfação pela decisão do Governo da Namíbia de encomendar ao Brasil a construção de barcos-patrulha.

9. Preocupados com o recrudescimento da tensão internacional, que ameaça a paz e

a estabilidade globais, os dois Chefes de Estado concordaram em que situações de conflito constituem o maior obstáculo à erradicação da pobreza e da fome e à persistência do subdesenvolvimento. Nesse contexto, enfatizaram o papel das Nações Unidas na manutenção da paz internacional e da segurança, em conformidade com a Carta da ONU.

10. Os dois Chefes de Estado saudaram o estabelecimento do Governo de Transição na República Democrática do Congo (RDC) e a conquista da paz em Angola. Congratularam-se com os governos e povos desses dois países e conclamaram a comunidade internacional a contribuir para a reconstrução e formação do Estado nacional.

11. Os dois Chefes de Estado reiteraram seu apoio à reforma das Nações Unidas, sobretudo ao fortalecimento da Assembléia Geral e à expansão e democratização do Conselho de Segurança. Saudaram o anúncio, pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, do estabelecimento de um Grupo de Personalidades Eminentas para a reforma da ONU. Nesse contexto, o Presidente da Namíbia expressou o apoio à ascensão do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança. Por sua vez, o Presidente do Brasil expressou apoio a que a África tenha assento permanente no Conselho e assentos não-permanentes adicionais.

12. Convencidos do potencial de desenvolvimento da África, os dois Chefes de Estado instaram a comunidade internacional a apoiar a União Africana e seu programa de recuperação econômica, a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD).

13. Os Presidentes expressaram satisfação pelo encontro entre os membros da delegação empresarial brasileira e seus contrapartes namibianos, que, acreditam, contribuirá para o fortalecimento dos laços comerciais entre os dois países. Os dois Chefes de Estado saudaram também o início das negociações entre o MERCOSUL e a União Aduaneira da África Austral (SACU) como um passo positivo no fortalecimento da cooperação entre as duas sub-regiões.

14. Durante a visita, foram assinados os seguintes instrumentos entre os dois países:

- Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Saúde;
- Protocolo de Intenções na Área do Desenvolvimento Agrário;
- Protocolo de Intenções sobre Cooperação Educacional;
- Ajuste Complementar para a Implementação do Projeto “Apoio ao Desenvolvimento Urbano da Namíbia”;
- Ajuste Complementar para a Implantação do Projeto “Assistência à Produção de Frutas Subtropicais e Leguminosas na Namíbia”;
- Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Intercâmbio Técnico, Científico e Cultural entre Instituições do Patrimônio Histórico;
- Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Esportes;
- Memorando de Entendimento nas Áreas de Geologia, Mineração e Transformação Mineral;
- Memorando de Entendimento para a prestação de serviço no levantamento da plataforma continental da Namíbia.

15. Ao final da visita, Sua Excelência Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, expressou seus sinceros

agradecimentos ao Dr. Sam Nujoma, Presidente da República da Namíbia, pelo caloroso acolhimento e generosa hospitalidade oferecidos a ele e a sua delegação.

16. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva convidou o Presidente Sam Nujoma a realizar uma visita de Estado ao Brasil.

17. Tal convite foi aceito com prazer. A data da visita será acordada por meio de canais diplomáticos.

Comunicado Conjunto por ocasião da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à África do Sul (08.11.03)

A convite do Presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, o Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, visitou a cidade de Pretória em 07 e 08 de novembro de 2003. A visita permitiu o intercâmbio de visões sobre várias questões internacionais, bem como sobre a atual situação política e econômica nos seus respectivos países e regiões.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez-se acompanhar por sua esposa e por um número significativo de Ministros, os quais mantiveram conversações com seus homólogos sul-africanos a respeito das possibilidades de cooperação mútua em suas respectivas áreas de atuação. No curso das conversações bilaterais, realizadas no Palácio Presidencial (Union Buildings), Ministros homólogos de ambos os países assinaram acordos bilaterais sobre cooperação científica e tecnológica, bem como para evitar a bitributação. Acompanharam o Presidente brasileiro várias personalidades políticas importantes e representantes da sociedade civil, bem como uma expressiva delegação de empresários, que buscou explorar as

oportunidades de negócios na África do Sul.

Os dois Presidentes discutiram a situação econômica, política e social de seus países. Nesse contexto, o Presidente brasileiro parabenizou seu colega sul-africano pelo sucesso da transição política sul-africana e, especialmente, pelo êxito dos trabalhos da Comissão de Reconciliação e Verdade, finalizados em março de 2003, que muito contribuíram para cicatrizar as feridas abertas durante o período do *apartheid*. O Presidente sul-africano agradeceu e congratulou seu colega e o povo brasileiro pela posse do novo Governo, em 2003, observando que tal fato constitui marco na consolidação da democracia brasileira e motivo de esperança para o mundo em desenvolvimento.

Durante as conversações que mantiveram, os dois Presidentes concordaram quanto à importância de enfrentar com determinação as questões relativas à erradicação da pobreza, segurança alimentar, serviços de saúde, emprego e educação, bem como quanto à necessidade de garantir a proteção dos direitos humanos, da democracia e dos direitos da mulher, e também do meio ambiente. Ademais, ambos os Presidentes concordaram em intensificar o comércio, os investimentos e a cooperação tecnológica.

As Partes comprometeram-se com a cooperação mútua na luta contra a discriminação e na promoção da igualdade racial.

Os Presidentes concordaram, igualmente, em incrementar a cooperação referente a medidas de combate às várias epidemias que afligem ambos os países em áreas como HIV/AIDS, doenças causadas pela água, malária e dengue. A cooperação em ciência e tecnologia, assim como em defesa, foi

também objeto das conversações.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva reafirmou a disposição do Brasil de estreitar suas relações com a África e, nesse contexto, ambos os Presidentes destacaram o significado da grande afinidade cultural resultante da contribuição africana para o desenvolvimento do Brasil moderno. Os Presidentes também reconheceram o sucesso do primeiro Fórum Brasil-África realizado em Fortaleza, em junho de 2003, e saudaram o fato de que ele se tornará um evento anual, a ser sediado pela África do Sul em sua próxima edição.

Os Presidentes indicaram seu apoio aos esforços empreendidos pelo continente africano que, tal como proposto na Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD), têm por objetivo a recuperação política, econômica e social da África. O Brasil recebeu cumprimentos por sua participação na II Cimeira da União Africana, em Maputo, destinada a ampliar o diálogo entre o País e o continente.

No tocante à cooperação entre os países do Sul, os dois Presidentes saudaram a criação do Fórum Índia, Brasil, África do Sul (IBAS), em junho de 2003, por ocasião da assinatura da Declaração de Brasília, assim como o êxito do encontro entre os Presidentes dos três países, à margem da 58ª Assembléia Geral da ONU, em Nova York. Mostraram confiança no papel importante que o IBAS deverá desempenhar na articulação e na promoção dos assuntos de interesse dos países do Sul, bem como nos resultados da cooperação entre os três países em projetos destinados ao combate à fome e à superação das dificuldades relacionadas a educação, saúde e saneamento.

Ao enfatizarem sua confiança nos

benefícios do crescimento do comércio internacional, os Presidentes indicaram ser inaceitável que países em desenvolvimento estejam sujeitos às práticas protecionistas dos países desenvolvidos. Eles saudaram as atuais negociações comerciais entre a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SACU) e o MERCOSUL, com vistas à criação de uma área de livre-comércio. Discutiram os impactos negativos recentes da flutuação de moedas nos países em desenvolvimento, e concordaram também quanto à necessidade de fazer reformas na atual arquitetura do sistema financeiro internacional, de modo a alcançar maior eficiência na promoção de soluções para as crises financeiras nacionais e regionais.

Os Presidentes concordaram com a necessidade de reforma da Organização das Nações Unidas, particularmente o Conselho de Segurança. Ambos os Presidentes consideram que África e América Latina deveriam ter assento permanente no Conselho de Segurança. Eles também reafirmaram a necessidade de combater o terrorismo e as ameaças à paz e à segurança internacionais, em conformidade com a Carta das Nações Unidas e outros instrumentos jurídicos dos quais ambos os países são parte. Eles examinaram temas da atualidade internacional e expressaram seu desejo de uma solução justa e duradoura para o processo de Paz do Oriente Médio, bem como da assunção, pelo povo iraquiano, do controle de seus assuntos internos tão logo possível. Ademais, enfatizaram a importância de garantir o cumprimento do Direito Internacional, de fortalecer as Nações Unidas e de respeitar as resoluções do Conselho de Segurança como os principais instrumentos

para a manutenção da paz e da segurança internacionais.

Os dois Presidentes saudaram o anúncio do “Prêmio Presidente Thabo Mbeki” a ser anunciado proximamente por 19 universidades do Estado do Rio de Janeiro, em parceria com suas contrapartes sul-africanas.

No contexto das atuais negociações comerciais de Doha, o Presidente Mbeki e o Presidente Lula da Silva ressaltaram a importância do G-20 como instrumento para a promoção da cooperação entre países em desenvolvimento nos fóruns internacionais.

O Presidente Lula da Silva externou seu apreço pela calorosa e fraterna acolhida a ele dispensada e convidou o Presidente Thabo Mbeki a efetuar visita oficial ao Brasil em data a fixar no futuro próximo. O Presidente Mbeki agradeceu e aceitou, com prazer, o convite.

Comunicado à imprensa sobre o resultado do contencioso em que Brasil e outros países questionavam salvaguardas dos EUA sobre produtos siderúrgicos (10.11.03)

Foi divulgado hoje, 10 de novembro, o relatório do Órgão de Apelação da Organização Mundial do Comércio (OMC) referente ao contencioso que questiona as medidas de salvaguarda impostas pelos Estados Unidos sobre importações de produtos siderúrgicos.

A esse respeito, o Brasil e os demais co-demandantes emitiram, na mesma data, em Genebra, o comunicado à imprensa a seguir transscrito:

“Comunicado de imprensa divulgado em Genebra por Brasil, China, Coréia do Sul,

Japão, Noruega, Nova Zelândia, Suíça e União Européia (10 de novembro de 2003)

Relatório do Órgão de Apelação confirma que as salvaguardas dos Estados Unidos sobre produtos siderúrgicos violam disciplinas da OMC.

É com satisfação que Brasil, China, Coréia do Sul, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Suíça e União Européia tomam conhecimento da confirmação, pelo Órgão de Apelação da OMC, de que todas as medidas de salvaguardas impostas pelos EUA sobre dez categorias de produtos siderúrgicos violam as disciplinas da Organização.

Os co-demandantes recebem com satisfação o relatório do Órgão de Apelação, circulado hoje, 10 de novembro, que confirma as principais conclusões do painel. Caberá agora aos EUA revogar, sem demora, as medidas de salvaguarda tidas como incompatíveis com as disciplinas da OMC.

Vale observar que, após a adoção do relatório de Apelação pelo Órgão de Solução de Controvérsias, e caso não sejam revogadas as medidas dos EUA, os Países Membros da OMC afetados por elas terão o direito de impor “medidas de reequilíbrio” e seguir outros cursos apropriados de ação, em conformidade com os Acordos da OMC.

Histórico:

Em 5 de março de 2002, os EUA divulgaram Proclamação Presidencial que impunha medidas de salvaguarda sobre dez categorias de produtos siderúrgicos, na forma de tarifas adicionais de até 30%. Nos meses seguintes, Brasil, China, Coréia do Sul, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Suíça e União Européia questionaram as medidas dos EUA no âmbito do Mecanismo de

Solução de Controvérsias da OMC.

Os co-demandantes mantiveram estreita cooperação ao longo dos procedimentos de painel e apelação. O Órgão de Apelação reafirmou as principais violações apontadas pelo painel em seus relatórios de 11 de julho de 2003, e confirmou que, no conjunto, as medidas dos EUA carecem de base legal, porque:

- nenhuma das medidas dos EUA foi tomada em consequência de desdobramentos imprevistos, como exigido pelo Acordo de Salvaguardas da OMC;

- para a maioria dos produtos, não havia ocorrido aumento nas importações, outro pré-requisito indispensável para a imposição de salvaguardas;

- os EUA isentaram das medidas importações do Canadá, México, Israel e Jordânia, de forma incompatível com as disciplinas da OMC.

O relatório do Órgão de Apelação será adotado pelo Órgão de Solução de Controvérsias dentro dos próximos 30 dias. Os co-demandantes procurarão assegurar que a adoção do relatório se dê no mais breve prazo possível, de modo a permitir a imediata revogação das medidas de salvaguarda dos EUA.”

Comunicado à imprensa sobre atentado em Riade (10.11.03)

Ao manifestar seu mais vivo repúdio ao atentado terrorista ocorrido em Riade no sábado, dia 8 de novembro, que vitimou dezenas de cidadãos sauditas e estrangeiros, inclusive crianças, em um complexo residencial naquela capital, o Governo brasileiro estende sua sincera solidariedade ao Governo Saudita e às famílias dos mortos e dos feridos.

Comunicado à imprensa sobre a IV Reunião da Comissão Brasil-Coréia (11.11.03)

A IV Reunião da Comissão Mista Brasil-Coréia realizou-se em Brasília, em 10 de novembro de 2003. A Comissão Mista foi estabelecida por Memorando de Entendimento assinado pelos dois países em setembro de 1989. A III Reunião realizou-se em Seul, em outubro de 2000.

A delegação do Brasil foi presidida pelo Embaixador Edmundo S. Fujita, Diretor do Departamento da Ásia e Oceania do Ministério das Relações Exteriores. A delegação da Coréia foi presidida pelo Embaixador Shin Soong-chull, Diretor-Geral para Assuntos Latino-Americanos e Caribenhos do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comércio (MOFAT).

Compuseram a delegação brasileira diplomatas de diversas áreas do Itamaraty, bem como representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Ministério da Ciência e Tecnologia, da Comissão Nacional de Energia Nuclear, da Comissão Nacional de Estudos Relativos à Aviação Internacional, do Departamento de Aviação Civil e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários. A delegação coreana esteve composta de diplomatas do MOFAT em Seul e da Embaixada da Coréia em Brasília, além de representantes do Ministério do Comércio, Indústria e Energia, do Ministério de Obras e Transportes, do Ministério de Assuntos Marítimos e Pesca e do Instituto de Pesquisas em Energia Atômica da Coréia.

A agenda da Reunião contemplou temas

econômicos e políticos, afetos ao relacionamento bilateral entre os dois países e às conjunturas regional e internacional. Vale destacar entre os assuntos discutidos a expansão do comércio e do investimento bilaterais; a cooperação científica e tecnológica; visitas bilaterais de alto nível; e o andamento do processo de ratificação de acordos assinados entre os dois países.

As duas delegações congratularam-se pelo incremento do comércio bilateral nos últimos anos e ressaltaram a importância do fortalecimento do livre-comércio e da criação de condições para a expansão equilibrada das trocas de bens e serviços.

Ambas as delegações notaram que a Coréia é um dos maiores investidores asiáticos no Brasil e concordaram quanto à importância de continuar a promover um ambiente favorável aos investimentos nos dois países.

As duas delegações passaram em revista a cooperação na área de ciência e tecnologia. Concordaram em que um programa de atividades deve ser lançado no âmbito do Memorando de Entendimento para a Cooperação na Área da Tecnologia da Informação e das Comunicações, e em promover a implementação das atividades previstas no Memorando de Entendimento relativo ao Programa de Cooperação Conjunta sobre Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia Industrial, para mútuo benefício dos dois países.

Os dois países trocaram pontos de vista sobre os resultados da Reunião Ministerial de Cancún e reiteraram o compromisso de seus respectivos Governos com o relançamento das negociações, tendo em vista a garantia de um desfecho positivo para a Rodada de Doha.

Brasil e Coréia saudaram o significativo incremento na troca de visitas de alto nível, tendo sido lembrada especialmente a visita presidencial a Seul, em janeiro de 2001. Os dois lados concordaram em promover ainda mais o intercâmbio de visitas de alto nível.

Os dois países realçaram a importância do Foro de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (FOCALAL) como um instrumento para fortalecer o diálogo e a cooperação entre as duas regiões geograficamente distantes. Reiteraram a disposição de contribuir para o sucesso da II Reunião Ministerial do FOCALAL, a celebrar-se em janeiro de 2004, em Manila, e enfatizaram a disposição de envidar esforços conjuntos no biênio 2004/2005 em que Brasil e Coréia assumirão as respectivas Coordenadorias Regionais do Foro.

As duas delegações enfatizaram o papel central das Nações Unidas como instrumento para a manutenção da paz e da segurança internacionais e para a promoção do desenvolvimento sustentável. Registraram o apoio de ambas as partes à reforma do Conselho de Segurança e a sua adaptação às novas realidades da cena internacional.

A V Reunião da Comissão Mista Brasil-Coréia deverá ter lugar em Seul, em data a ser acordada pelos canais diplomáticos.

Comunicado à imprensa sobre a II Reunião Ministerial MERCOSUL-União Européia (11.11.03)

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, participará da II Reunião de Negociadores Econômico-Comerciais em Nível Ministerial MERCOSUL-União Européia, que se realizará na cidade de Bruxelas, Bélgica, no dia 12 de novembro de 2003.

A II Reunião de Negociadores Econômico-Comerciais em Nível Ministerial MERCOSUL-União Européia deverá permitir avanços na negociação de um Acordo de Associação Inter-regional MERCOSUL-União Européia. A mencionada reunião estava prevista no “Programa de Trabalho do Rio de Janeiro”, acordado em 27 de julho de 2002, por ocasião da I Reunião de Negociadores Econômico-Comerciais MERCOSUL-União Européia, quando foram estabelecidas as atividades prioritárias a serem tratadas, em uma primeira etapa, naquelas negociações.

Além do novo “Programa de Trabalho” para as negociações MERCOSUL-União Européia, a II Reunião de Negociadores Econômico-Comerciais em Nível Ministerial MERCOSUL-União Européia constituirá oportunidade para a discussão sobre a melhoria do acesso a mercados de bens entre as Partes. Interessa em particular aos Estados Parte do MERCOSUL receber da União Européia indicação mais precisa sobre um pacote de ofertas ao MERCOSUL nos produtos de seu especial interesse no setor agrícola.

Comunicado à imprensa sobre o Plano de Parceria Estratégica Brasil-Espanha (14.11.03)

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente de Governo da Espanha, José María Aznar, assinaram hoje, em Santa Cruz de la Sierra, à margem da XIII Cúpula Ibero-Americana, o Plano de Parceria Estratégica Brasil-Espanha. O documento traduz a vontade dos dois Governos de elevar o nível do relacionamento bilateral, ampliando e aprofundando a cooperação.

A decisão de assinar esse documento em Santa Cruz de la Sierra foi tomada durante a Visita de Trabalho do Presidente Aznar ao Brasil, no último dia 29.

O texto está estruturado em torno de três temas principais: fortalecimento do diálogo político, desenvolvimento social e crescimento econômico.

No preâmbulo do Plano, os dois países declaram que os benefícios de uma colaboração ampliada devem ser extensivos às suas respectivas regiões, em especial a ibero-americana.

O documento assinado pelos dois mandatários afirma que a Espanha comprehende as razões da postulação do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, no caso de sua ampliação, e manifesta simpatia a essa aspiração do Governo brasileiro. No mesmo contexto, ambos os Governos comprometem-se a manter consultas permanentes sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com base no seu interesse comum em fortalecê-lo.

O Plano de Parceria Estratégica reflete a intensificação das relações econômicas bilaterais, evidenciada pelo fato de que a Espanha é o país europeu que mais investe no Brasil.

Os dois Governos assumem o compromisso de privilegiar o desenvolvimento social, por meio de programas de educação, treinamento e desenvolvimento da cultura.

Declaração Conjunta Brasil-República Dominicana (17.11.03)

1. O Presidente da República Dominicana, Rafael Hipólito Mejía Domínguez, realizou visita de trabalho ao Brasil no dia 17 de novembro de 2003.

Durante a visita, esteve acompanhado do Secretário de Estado das Relações Exteriores, Francisco Guerrero Pratts, e de importante comitiva.

2. O Presidente Mejía reuniu-se com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, oportunidade em que discutiram temas da agenda bilateral, regional e internacional.

3. Os Presidentes congratularam-se pelo excelente estado das relações bilaterais, caracterizadas por contatos freqüentes e cordiais entre autoridades de várias esferas de ambos os países, e baseadas em ampla coincidência de valores e princípios, como a defesa da democracia, dos direitos humanos, do multilateralismo e da solução pacífica de controvérsias.

4. Ambos os Presidentes coincidiram quanto à necessidade de reformar e revitalizar o sistema das Nações Unidas, em particular o Conselho de Segurança, de modo a assegurar o ingresso de países em desenvolvimento entre seus membros permanentes, o que o tornará mais representativo. Nesse contexto, o Presidente Mejía manifestou ao Presidente Lula que, caso se decida a ampliação do número de membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a República Dominicana vê com simpatia que o Brasil integre o referido Conselho como membro permanente.

5. Sublinharam, particularmente, o compromisso comum do Brasil e da República Dominicana com a defesa do sistema das Nações Unidas, ao qual compete papel central na manutenção da paz e da segurança internacionais e na promoção do desenvolvimento econômico e social de forma sustentável. Reafirmaram a disposição comum a ambos os países de

envidar seus melhores esforços para o fortalecimento e aperfeiçoamento do sistema multilateral.

6. Expressaram o desejo comum de que essa convergência de valores se traduza, no plano bilateral, em crescente coordenação.

7. Para aprofundar esses esforços, orientaram suas respectivas Chancelarias a convocar, quando se julgar necessário, reunião de consultas políticas entre os dois países.

8. Coincidiram, igualmente, em que a eliminação da pobreza e a promoção da inclusão social são elementos cruciais para o exercício pleno da cidadania e a consolidação das instituições democráticas no moderno Estado de Direito.

9. Os Presidentes coincidiram em adotar política de maior aproximação entre os dois países no que diz respeito a projetos de cooperação bilateral na área social. Nesse sentido, o Presidente Lula apresentou ao Presidente Mejía os programas “Fome Zero”, “Primeiro Emprego” e “Bolsa Escola”.

10. Reafirmaram o compromisso de seus Governos com a luta contra o terrorismo e o narcotráfico.

11. Destacaram, também, sua coincidência em temas como direitos humanos, meio ambiente, desarmamento e não-proliferação de armas.

12. Reiteraram o compromisso de dar impulso à integração latino-americana, estando determinados a perseverar nos esforços para a consecução dessa aspiração comum que, no âmbito da democracia, da paz e da cooperação, deve traduzir-se na conformação de modelo de desenvolvimento que conjugue crescimento econômico, justiça social e dignidade dos cidadãos.

13. Os Presidentes conversaram sobre a

importância do comércio internacional para a promoção do desenvolvimento econômico e social de seus países. Sublinharam a necessidade de que todos os povos se beneficiem das oportunidades proporcionadas pelo sistema multilateral de comércio. Consideraram injustificáveis os desequilíbrios e assimetrias nas regras comerciais vigentes, que permitem a utilização de toda sorte de subsídios e barreiras para aqueles produtos em que os países em desenvolvimento são mais competitivos, em particular os produtos agrícolas.

14. Ao passar em revista os resultados da recente reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio, em Cancún, coincidiram em manter o nível de ambição do mandato de Doha, avançando substantivamente nos três pilares do tema agrícola e entendendo que os avanços nos diferentes temas de negociação estão inter-relacionados. Sublinharam, ademais, a importância de regras que garantam o tratamento especial diferenciado para países em desenvolvimento. Os Presidentes concordaram em coordenar posições em torno da Rodada de Doha, assim como nas negociações para a ALCA.

15. Ambos os Presidentes expressaram sua satisfação com os resultados alcançados com os trabalhos da visita, destacando, entre eles, os instrumentos jurídicos assinados: o “Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre Cooperação entre suas Academias Diplomáticas”, que propiciará o intercâmbio acadêmico, educacional e de publicações entre as academias diplomáticas dos dois países; o “Acordo para Isenção de Vistos em

Passaportes Diplomáticos e Oficiais”, que tem como objetivo facilitar o trânsito de diplomatas e especialistas em missão de cooperação entre os dois países; o “Acordo de Cooperação Esportiva entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana”, que viabilizará o intercâmbio de conhecimentos e experiências na área esportiva; e o “Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre o Programa de Cooperação Técnica”, que se destina a fortalecer o Programa de Cooperação Técnica já existente entre os dois países, notadamente os projetos “Manejo da Bacia do Rio Yaque” e “Assistência e Tratamento a Pessoas vivendo com HIV/AIDS”. O projeto de cooperação em HIV/AIDS objetiva transferir tecnologia e capacitar recursos humanos em assistência e manejo clínico em HIV/AIDS, além de doar medicamentos anti-retrovirais genéricos produzidos no Brasil, por laboratórios públicos, para o tratamento de portadores de HIV/AIDS na República Dominicana.

16. Por fim, foi formalizado o Tratado de Extradição entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana, com vistas a regulamentar as solicitações de extraditandos, em ambos os países.

17. O Presidente Mejía agradeceu ao Presidente Lula a hospitalidade recebida do Governo brasileiro e a oportunidade de haver mantido diálogo franco e construtivo para o fortalecimento das relações bilaterais. Além disso, convidou o Presidente Lula a visitar a República Dominicana em data a ser acordada pelos canais diplomáticos.

Comunicado à imprensa sobre atentados em Istambul (17.11.03)

O Governo brasileiro expressa sua indignação pelos atentados perpetrados em 15 de novembro contra duas sinagogas em Istambul, vitimando centenas de fiéis. Ao manifestar sua solidariedade ao Governo turco e às famílias dos mortos e feridos, o Governo brasileiro conclama as lideranças políticas internacionais a buscarem soluções que extirpem desde logo as causas dos sucessivos atos de terror praticados em diferentes partes do mundo.

O Ministro Celso Amorim enviou mensagem de condolências ao Chanceler turco.

Comunicado à imprensa sobre atentado em Bogotá (17.11.03)

O Governo brasileiro repudia com veemência o atentado praticado em Bogotá na noite de sábado, 15 de novembro de 2003, o qual causou uma morte e ferimentos em setenta e uma pessoas. O povo e o Governo brasileiros manifestam a sua mais enérgica condenação a esse ato covarde e criminoso.

O Brasil estende à nação vizinha e irmã a solidariedade e o decidido apoio de que é merecedora. O Governo brasileiro reitera sua convicção de que, juntos, o Governo e o povo colombianos saberão encontrar o caminho da paz e da prosperidade, e renova seu oferecimento em colaborar com a Colômbia na busca de uma solução pacífica para o conflito.

Comunicado à imprensa sobre visita do Presidente da República Cooperativista da Guiana (18.11.03)

Na presença dos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Bharrat Jagdeo, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, e a Embaixadora da Guiana no

Brasil, Marilyn Miles, assinaram, no dia 17 de novembro corrente, dois protocolos adicionais ao Acordo de Preferências Tarifárias Fixas firmado entre os dois países em 2001. A assinatura desses protocolos adicionais permitirá a plena vigência do Acordo entre o Brasil e a Guiana e abre a possibilidade de incremento no fluxo comercial entre os dois países.

2. Essa iniciativa insere-se no contexto da prioridade conferida pelo Governo brasileiro à integração da América do Sul e do recém-lançado programa de substituição competitiva de importações, que visa a dar preferência às importações provenientes dos países vizinhos.

Comunicado Conjunto dos Presidentes da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da República da Bolívia, Carlos D. Mesa (18.11.03)

1. Atendendo a convite do Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente da Bolívia, Carlos Diego Mesa Gisbert, acompanhado de membros de seu Gabinete ministerial, realizou visita de trabalho a Brasília, em 18 de novembro de 2003. O Presidente da Bolívia esteve acompanhado dos Ministros de Relações Exteriores e Culto, Juan Ignacio Siles del Valle, do Ministro da Presidência, José Antonio Galindo Neder, do Ministro de Mineração e Hidrocarbonetos, Álvaro Ríos, do Ministro do Desenvolvimento Econômico, Xavier Nogales Iturri, do Ministro da Fazenda, Javier Cuevas, e do Ministro dos Serviços e Obras Públicas, Jorge Urquidi, os quais mantiveram reuniões com suas contrapartes brasileiros.

2. O encontro entre os dois Presidentes reafirmou a solidez dos laços que unem

Brasil e Bolívia, bem como o elevado nível de entendimento político e a relevância econômica que caracterizam a relação bilateral.

3. Os Presidentes examinaram detidamente os principais temas da realidade internacional e concordaram com a necessidade de reafirmar o multilateralismo e promover a reforma das Nações Unidas, inclusive do Conselho de Segurança. Nesse sentido o Presidente Carlos Mesa reafirmou o apoio da Bolívia a que o Brasil integre o Conselho de Segurança na qualidade de membro permanente.

4. Os Presidentes reafirmaram compromisso com a democracia e a justiça social. Lamentaram a perda de vidas de cidadãos bolivianos durante a recente crise no país. Manifestaram satisfação com a solução institucional encontrada para a sucessão presidencial na Bolívia. O Presidente Carlos Mesa expressou seu reconhecimento pelas reiteradas mostras brasileiras de apoio à democracia e à estabilidade na Bolívia, exemplificadas, entre outros, pela oportuna missão conjunta de representantes dos Presidentes do Brasil e da Argentina e pela visita do Chanceler Celso Amorim a La Paz, em 26 e 27 de outubro do ano corrente, a primeira visita de um chanceler à Bolívia após a crise.

5. Ambos Presidentes salientaram a realização da XIII Reunião de Cúpula Ibero-americana, que teve lugar na cidade de Santa Cruz de la Sierra, nos dia 14 e 15 do mês corrente, oportunidade na qual se ratificou o apoio à democracia boliviana e se consolidaram os laços de amizade e cooperação entre os países ibero-americanos.

6. Os Presidentes ressaltaram o combate à fome e à pobreza como elemento essencial de sua visão de desenvolvimento e fizeram

referência à possibilidade de maior cooperação e troca de experiências em projetos sociais, a exemplo do programa “Fome Zero” do Governo brasileiro.

7. Os Presidentes concordaram com a visão comum de cooperação e integração que sustenta as relações bilaterais, sublinhando, nesse contexto, a promoção dos direitos humanos, a complementação das economias de ambos os países, a integração física e energética, a promoção do comércio, o turismo, o incremento dos investimentos, o desenvolvimento sustentável, a proteção do meio ambiente e o combate ao narcotráfico.

8. Os Presidentes referiram-se à importância particular da integração na área de energia e do comércio de gás para a consolidação da parceria estratégica entre os dois países. Registraram, com satisfação, os avanços alcançados por ocasião da ida de missão brasileira a La Paz, em 10 e 11 de novembro de 2003, em especial o reinício dos trabalhos da Comissão Mista Bilateral Permanente em Matéria Energética, conforme cronograma acordado durante a visita presidencial; o lançamento de projeto de cooperação para transferência de tecnologia de gás veicular, residencial e industrial; e o entendimento relativo à viabilização do uso recíproco de energia elétrica em áreas fronteiriças. Reiteraram o interesse em que se avance nos estudos relativos à conformação de um pólo petroquímico na região de fronteira entre os dois países.

9. O Presidente Carlos D. Mesa ressaltou a iniciativa do Brasil de implementar, na Bolívia, um Centro de Tecnologia para uso do gás natural. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou que, com esse propósito, uma missão visitará a Bolívia com a

brevidade possível, integrada por representantes do Ministério das Minas e Energia e do Centro de Tecnologias do Gás (CTGAS).

10. Expressaram especial satisfação com o anúncio de novas iniciativas da Petrobras na Bolívia, com o objetivo de criar mais parcerias na área de refino e para o aumento da produção, consumo e distribuição de gás. Ressaltaram o nível dos investimentos da empresa na Bolívia, e valorizaram o compromisso do Governo boliviano de garantir-lhes segurança jurídica, viabilidade e previsibilidade em suas decisões sobre política energética.

11. Celebraram a abertura de escritório do Banco do Brasil em Santa Cruz de la Sierra como mais um sinal do crescimento do comércio e dos investimentos bilaterais e da confiança do Brasil no desenvolvimento da Bolívia.

12. Com o propósito de estimular investimentos produtivos recíprocos, saudaram a decisão de iniciar negociações de um acordo para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal.

13. Tendo presente a importância da Bolívia como Estado Associado do MERCOSUL, os Presidentes concordaram quanto à oportunidade de acelerar a liberalização comercial no âmbito do Acordo de Complementação Econômica 36, em especial no que tange aos benefícios que poderão advir para as exportações bolivianas. A esse respeito, assinalaram a conveniência de que seja realizada, durante o primeiro trimestre de 2004, reunião da Comissão Administradora do ACE-36.

14. No contexto do Acordo-Quadro CAN-MERCOSUL, firmado em dezembro de 2002, os Presidentes reiteraram a

necessidade de concluir o processo de negociação de uma zona de livre-comércio entre a Comunidade Andina de Nações e o MERCOSUL, antes de 31 de dezembro de 2003.

15. Os Presidentes assinalaram a alta prioridade atribuída pelos dois Governos à integração sul-americana, tanto na vertente econômico-comercial como na de infra-estrutura física. Nesse sentido, os Presidentes enfatizaram que a IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana) constitui instrumento apropriado para a promoção daquele objetivo. No mesmo contexto, ressaltaram a formalização do crédito PROEX e sua aceitação pelo Governo da Bolívia, para a construção da estrada Tarija/Potosí, e a necessidade de conclusão das obras de ligação rodoviária binacional, com ênfase no projeto de melhoramento e pavimentação da estrada Roboré-Puerto Suárez. Sublinharam a importância da missão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) do Brasil, que visitará a Bolívia proximamente, com o objetivo de acelerar a definição de projetos e das linhas de crédito correspondentes.

16. Os Presidentes coincidiram que a Hidrovia Paraguai-Paraná constitui um eixo de desenvolvimento sócio-econômico binacional e regional. Nesse sentido, determinaram o exame de medidas que, preservando o meio ambiente, facilitem a navegação e as operações fluviais nas águas jurisdicionais da Bolívia e do Brasil e a busca de uma solução para a questão da tomada de água no Canal Tamengo.

17. Os Presidentes reiteraram a importância do pronto estabelecimento de uma Comissão para a análise, em todos os

seus aspectos, inclusive os ambientais, de projetos de desenvolvimento no Rio Madeira.

18. Ressaltaram a importância da integração fronteiriça e instruíram os organismos competentes a adotar medidas concretas, em benefício dos cidadãos residentes em áreas de fronteira, em matéria de residência, educação, trabalho e saúde. Saudaram, a propósito, a negociação de um acordo específico entre os dois países, que beneficiará as comunidades fronteiriças.

19. Os Presidentes decidiram estimular fluxos de comércio e investimentos nas regiões fronteiriças e favorecer a conformação de áreas de produção conjunta, destinadas a suprir os respectivos mercados internos e os mercados de terceiros países.

20. Os Presidentes determinaram o estabelecimento de mecanismos adequados para encontrar soluções rápidas e eficientes para a desobstrução da corrente de comércio, por intermédio de medidas pontuais junto aos respectivos órgãos de controle aduaneiro e outros diretamente envolvidos na autorização da circulação de pessoas e bens nas fronteiras das Partes.

21. Os Presidentes enfatizaram a importância da coordenação de posições dos países sul-americanos nas negociações econômico-comerciais internacionais, na Organização Mundial do Comércio e no processo de conformação de uma Área de Livre Comércio das Américas. A esse propósito, salientaram a necessidade de que as negociações se dêem de forma equilibrada e eqüitativa, levando em conta os diferentes níveis de desenvolvimento econômico dos países do Hemisfério, bem como os objetivos estratégicos e de política econômica

necessários para superar as enormes carências sociais que se agravaram em anos recentes, e a necessidade de solucionar tais desequilíbrios por meio da elevação dos níveis de comércio.

22. Congratularam-se pela conclusão exitosa das negociações para o cancelamento da dívida pública boliviana com o Brasil.

23. Os Presidentes manifestaram satisfação por ser a Bolívia o país sul-americano com o maior número de projetos de cooperação técnica brasileira, incluindo prioritariamente projetos nas áreas da agricultura, educação, saúde, meio ambiente e pequenas e médias empresas. Nesse contexto, decidiram renovar os ajustes complementares ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, que permitirão ampliar e aprofundar essa assistência.

24. Os Presidentes, conscientes da assimetria existente nas relações comerciais entre ambos os países, congratularam-se pela assinatura do Memorando de Entendimento que, no âmbito do Programa de Substituição Competitiva de Importações, estabelece diretrizes para estimular uma maior presença de produtos bolivianos no mercado brasileiro, promover investimentos brasileiros na Bolívia, assim como identificar e fazer uso de crédito e mecanismos de financiamento com tais propósitos.

25. Os Presidentes consideraram o tema do reconhecimento dos diplomas de estudantes brasileiros na Bolívia e determinaram que o mesmo seja examinado de acordo com as leis e regulamentos dos dois países.

26. Ao agradecer as atenções recebidas, juntamente com sua comitiva, por ocasião da visita a Brasília, o Presidente Carlos Diego Mesa Gisbert estendeu convite ao Presidente

Luiz Inácio Lula da Silva para realizar visita à Bolívia, o qual foi aceito com satisfação.

Comunicado à imprensa sobre Missão Comercial Conjunta do MERCOSUL ao México (19.11.03)

Por iniciativa dos Ministérios das Relações Exteriores do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, realizar-se-á, nos dias 24, 25 e 26 de novembro de 2003, a II Missão Comercial Conjunta do MERCOSUL, desta vez à cidade do México, com a participação de um total de 177 empresas dos quatro países do bloco regional (95 empresas argentinas, 44 empresas brasileiras, 4 empresas paraguaias e 34 empresas uruguaias).

A missão conjunta ao México será chefiada pelo Sr. José Ignacio Villar Terradas, Ministro da Indústria, Energia e Minas do Uruguai, país que exerce atualmente a Presidência Pró-Tempore do MERCOSUL. Contará, também, com a presença do Vice-Presidente da República Argentina, Daniel Scioli, e outras autoridades públicas e privadas dos quatro países.

As empresas que compõem a missão representam os mais diversos setores de atividade econômica do MERCOSUL. Foram arregimentadas com base em estudos de inteligência comercial e nas preferências tarifárias concedidas pelo Acordos de Complementação Econômica (ACES) celebrados entre os países do MERCOSUL e o México. Da parte do Brasil, estarão representados os setores de alimentos (A1 Negócios Internacionais Ltda., Casadoce Indústria e Comércio de Alimentos, FISPAL, Füller S/A, Parmalat Brasil S/A), automotivo/autopeças (Consórcio Industrial de Peças, DaimlerChrysler do Brasil Ltda., Westaflex Tubos Flexíveis), confecções

(Distribuidora Sulamericana, Malharia Brandili), construção civil (Comércio e Construções Camargo Corrêa S/A), cosméticos (FSI Financial Solutions Integrator), equipamento médico-hospitalar (Silimed Silicone Instrumental), móveis (Conecbras Importação e Exportação, Interglobal Indústria e Comércio), máquinas e equipamentos (EMBRACO, Gaulux Ltda., Yoshi Indústria e Comércio Ltda.), material de construção (Eliane Revestimentos Cerâmicos, Telhas Artesanais M. Vogel), software (RMS Software) e utensílios domésticos (Maynard Comércio Internacional), entre outros.

O programa de trabalho da missão prevê a realização de exposições sobre a situação política e macroeconômica do MERCOSUL, de rodadas de negócios com empresas locais e de visitas a empresas e entidades setoriais. As empresas brasileiras participantes já possuem, até a presente data, 167 agendamentos de negócios com empresas mexicanas.

Outras iniciativas da Reunião Especializada de Promoção Comercial Conjunta do MERCOSUL já foram concluídas com êxito. Entre elas, destaca-se a I Missão Empresarial Conjunta do MERCOSUL, realizada em junho de 2002 à África do Sul, da qual participaram 84 empresas e entidades setoriais dos 4 países, com mais de U\$ 14 milhões de negócios realizados. Iniciativa igualmente pioneira foi a criação, na cidade de Berlim, Alemanha, em novembro de 2002, do I Centro de Promoção Comercial Conjunta do MERCOSUL. Ali estão trabalhando diplomatas dos quatro países, com a finalidade de promover a imagem do bloco e os seus produtos de exportação.

Também nesse marco institucional, o MERCOSUL participou, em outubro

passado, pela primeira vez com estande próprio, na Feira Internacional de Alimentos, Processamento de Alimentos e Bebidas – ANUGA 2003 – na cidade de Colônia, Alemanha. O estande abrigou 36 empresas do MERCOSUL e possibilitou a geração de negócios da ordem de US\$ 10 milhões.

Outras ações conjuntas estão sendo organizadas. Para o início do próximo ano, será realizada, no Centro de Promoção Comercial Conjunta em Berlim, a I Mostra Institucional do MERCOSUL, especialmente organizada para grupos específicos, tais como estudantes, formadores de opinião, políticos, acadêmicos, empresários etc. Também para 2004, está prevista a realização de uma grande apresentação do MERCOSUL na cidade de Xangai, China.

Declaração Ministerial de Miami sobre a negociação da ALCA (21.11.03)

Introdução

1. Nós, os Ministros Responsáveis por Comércio no Hemisfério, representando os 34 países que participam das negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), celebramos nossa Oitava Reunião Ministerial em Miami, Estados Unidos da América, em 20 e 21 de novembro de 2003, com a finalidade de estabelecer diretrizes para a fase final das negociações da ALCA.

2. Reconhecemos a significativa contribuição que a integração econômica, inclusive a ALCA, aportará à consecução dos objetivos previstos no processo da Cúpula das Américas: fortalecimento da democracia, criação de prosperidade e realização do potencial humano. Reiteramos que a negociação da ALCA continuará a levar em conta a ampla agenda social e econômica

contida nas Declarações e nos Planos de Ação de Miami, Santiago e cidade de Quebec, com o objetivo de contribuir para a elevar os níveis de vida, incrementar o emprego e melhorar as condições de trabalho de todos os povos das Américas, fortalecendo o diálogo social e a proteção social, melhorando os níveis de saúde e educação e melhor protegendo o meio ambiente. Reafirmamos a necessidade de se respeitar e valorizar a diversidade cultural, conforme estabelecem a Declaração e o Plano de Ação da Cúpula das Américas de 2001.

3. Reiteramos que a ALCA pode coexistir com acordos bilaterais e sub-regionais, na medida em que os direitos e obrigações dispostos nesses acordos não estejam cobertos ou excedam os direitos e obrigações da ALCA. Também reafirmamos que a ALCA será compatível com as normas e disciplinas da Organização Mundial do Comércio (OMC).

4. Os compromissos assumidos pelos países da ALCA devem ser compatíveis com os princípios da soberania dos Estados e os respectivos textos constitucionais.

A visão da ALCA

5. Nós, os Ministros, reafirmamos nosso compromisso com conclusão bem-sucedida das negociações da ALCA até janeiro de 2005, com o objetivo último de constituirmos uma área de livre-comércio e conseguirmos a integração regional. Os Ministros reafirmam seu compromisso com uma ALCA abrangente e equilibrada, que efetivamente promova o crescimento econômico, a redução da pobreza, o desenvolvimento e a integração mediante a liberalização do comércio. Os Ministros também reconhecem a necessidade de flexibilidade, a fim de que sejam levadas em consideração as necessidades e as

sensibilidades de todos os parceiros da ALCA.

6. Estamos conscientes de que as negociações devem conduzir a um acordo equilibrado, que considere as diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias do Hemisfério, por intermédio de várias disposições e mecanismos.

7. Levando em conta e reconhecendo os mandatos existentes, os Ministros entendem que os países podem assumir diferentes níveis de compromissos. Procuraremos desenvolver um conjunto comum e equilibrado de direitos e obrigações, aplicáveis a todos os países. Além disso, as negociações devem permitir que os países que assim o decidam, no âmbito da ALCA, acordem obrigações e benefícios adicionais. Uma das possíveis linhas de ação seria a de que esses países realizem negociações plurilaterais no âmbito da ALCA, definindo as obrigações nas respectivas áreas individuais.

8. É grande a nossa expectativa de que esse empenho enseje um adequado equilíbrio de direitos e obrigações, no qual os países colham os benefícios de seus respectivos compromissos.

Instruções gerais

9. Constarão do Acordo medidas em cada disciplina de negociação e medidas horizontais, conforme seja cabível, que levem em consideração as diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias, e que sejam passíveis de implementação. Será dispensada especial atenção às necessidades, condições econômicas (inclusive os custos de transição e os possíveis desequilíbrios internos) e oportunidades das economias menores, a fim de assegurar sua plena participação no processo da ALCA.

10. Instruímos o Comitê de Negociações Comerciais (CNC) a formular um conjunto comum e equilibrado de direitos e obrigações aplicáveis a todos os países. As negociações sobre o conjunto comum de direitos e obrigações incluirão disposições em cada uma das seguintes áreas de negociação: acesso a mercados; agricultura; serviços; investimento; compras governamentais; propriedade intelectual; política de concorrência; subsídios, antidumping e direitos compensatórios; e solução de controvérsias. As partes interessadas poderão optar pelo desenvolvimento de liberalizações e disciplinas adicionais, de maneira plurilateral. O CNC deverá estabelecer procedimentos para essas negociações, os quais disporão, entre outros aspectos, o seguinte: os países que negociem obrigações e benefícios adicionais na ALCA notificarão a Co-Presidência de sua intenção de fazê-lo, antes do início das negociações; e qualquer país que não decida fazê-lo poderá participar das referidas negociações adicionais como observador. Os observadores, mediante notificação à Co-Presidência, poderão, a qualquer momento a partir de então, tomar parte de tais negociações. Os resultados das negociações devem ser conformes com a OMC. Essas instruções devem ser encaminhadas pelo CNC, o mais tardar até sua Décima Sétima Reunião, aos Grupos de Negociação e ao Comitê Técnico de Assuntos Institucionais (CTI), a fim de possibilitar o prosseguimento simultâneo das negociações e sua conclusão de acordo com o cronograma.

Orientação sobre as questões de texto

11. Instruímos o CTI a apresentar, à Décima Oitava Reunião do CNC, seu projeto de texto bem como suas recomendações em relação às instituições necessárias à

implementação do Acordo da ALCA, inclusive propostas sobre os mecanismos de financiamento, as normas administrativas e as implicações, quanto a recursos humanos, do funcionamento da estrutura institucional do Acordo da ALCA.

12. Determinamos ao CTI que, com a devida observância das disposições constantes desta Declaração, apresente ao CNC, com a brevidade possível, uma proposta sobre o processo de finalização do Acordo. Dessa proposta deverão constar, *inter alia*, passos específicos, inclusive análise jurídica, tradução, verificação e autenticação, necessários à finalização do texto do Acordo, bem como o processo e o cronograma de conclusão desses passos.

Orientação sobre as negociações de acesso a mercados

13. Instruímos que as negociações sobre acesso a mercados sejam conduzidas em ritmo que leve a sua conclusão até 30 de setembro de 2004.

Diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias

14. Reconhecemos as diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias do Hemisfério e a importância de que todos os países que participam da ALCA cresçam economicamente, melhorem a qualidade de vida de seus povos e alcancem um desenvolvimento social e econômico equilibrado e sustentado para todos os que delas fazem parte. Reafirmamos, por conseguinte, nosso compromisso de levar em consideração, na formulação da ALCA, as diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias do Hemisfério, a fim de que sejam criadas oportunidades para sua plena participação e para o incremento de seu nível de desenvolvimento. Estabeleceremos

mecanismos que complementem e aperfeiçoem as medidas que consideram as diferenças no nível de desenvolvimento e tamanho das economias, sobretudo das economias menores, a fim de facilitar a implementação do Acordo e maximizar os benefícios que possam decorrer da ALCA. Tais medidas incluirão, embora sem a elas se limitarem, assistência técnica e medidas de transição, inclusive períodos de ajuste mais longos.

15. Tomamos nota do relatório do CNC sobre o progresso alcançado com relação ao tratamento das diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias em cada um dos Grupos de Negociação e instruímos essas entidades a que prossigam seu trabalho nessa área. Colocamos esse relatório à disposição do público na página oficial da ALCA na Internet. Observamos com preocupação que, embora as negociações do texto tenham progredido, as propostas destinadas a expressar o tratamento das diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias acham-se entre colchetes em todas as disciplinas de negociação. Reiteramos, por conseguinte, nossa orientação ao CNC e a todos os Grupos de Negociação, especialmente aos que tratam do acesso a mercados, para que traduzam esse princípio em medidas específicas que se reflitam nos resultados das negociações. Instruímos o Grupo Consultivo sobre Economias Menores (GCEM) a que mantenha atualizado esse relatório, com o apoio do Comitê Tripartite, e a que o submeta a nossa consideração em nossa próxima reunião.

16. Com vistas a proporcionar acompanhamento adequado das atividades em andamento no GCEM, e a fim de conseguir a plena participação de todos os

países na ALCA, instruímos o GCEM a que formule recomendações ao CNC, em sua próxima reunião e em coordenação com o CTI, sobre as características de um comitê permanente de aplicação do tratamento das diferenças no nível de desenvolvimento e tamanho das economias, de modo a que faça parte da estrutura institucional da ALCA.

Programa de Cooperação Hemisférica

17. Reconhecemos que o comércio pode desempenhar papel importante na promoção do desenvolvimento econômico e na redução da pobreza. Salientamos, por conseguinte, que o compromisso dos países de integrar o comércio a seus planos nacionais de desenvolvimento, tais como as Estratégias de Redução da Pobreza, é essencial para assegurar o papel do comércio no desenvolvimento e garantir maior assistência relacionada com o comércio na região.

18. Reconhecemos que as economias menores e menos desenvolvidas necessitarão de apoio financeiro que as auxilie no processo de ajuste decorrente da integração hemisférica. Por conseguinte, instruímos o GCEM a que, com base no trabalho que vem realizando nessa área e com o apoio do Comitê Tripartite, formule recomendações ao CNC, em sua Décima Oitava Reunião, sobre métodos e mecanismos de financiamento para considerar as necessidades de ajuste decorrentes das diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias do Hemisfério.

19. Vemos com satisfação o empenho do GCEM, com a assistência do Comitê Tripartite, na implementação do Programa de Cooperação Hemisférica (PCH). Na reunião realizada em Washington, D.C., em 14 e 15 de outubro, com instituições doadoras de relevo, e que teve como anfitrião o Banco

Interamericano de Desenvolvimento, passos importantes foram dados na preparação das estratégias de capacitação em comércio (ECC) pelos governos, que foram o foco da discussão na mesa-redonda dos doadores. Essas estratégias são essenciais para a definição de programas efetivos e de fontes de financiamento adequadas. Para os países que buscam assistência para concluírem a negociação do Acordo da ALCA, esses passos constituem o começo do processo de melhoramento de sua capacidade de se prepararem para a implementação de seus termos, de melhorarem sua capacidade de praticar o comércio e de obterem sucesso em sua adaptação à integração.

20. Com base nas discussões e no relatório do CNC sobre o avanço da implementação do PCH e sobre a reunião inicial com doadores, instamos os países a que, com a colaboração do Comitê Tripartite, concluam as estratégias ECC, conforme seja adequado, e organizem reuniões sub-regionais com os doadores, a fim de prosseguir com as discussões sobre as referidas estratégias. As primeiras reuniões sub-regionais com doadores deverão ser realizadas dentro de quatro a seis meses.

21. Reiteramos nosso acordo celebrado em Quito, no sentido de que o PCH atenda às necessidades imediatas de assistência, com a finalidade de fortalecer a participação dos países nas negociações. Observamos com preocupação a lentidão com que vêm sendo consideradas essas necessidades imediatas, e instamos a comunidade doadora a que com urgência preste apoio financeiro e não financeiro, previsível e multifacetado, especialmente financiamento não reembolsável, a fim de atender aos objetivos e às prioridades de capacitação estabelecidos nas

estratégias e planos de ação nacionais e sub-regionais pertinentes dispostos no PCH. A esse respeito, acolhemos com satisfação as contribuições já prestadas, inclusive o financiamento não reembolsável.

22. Também instruímos o CNC a que, com o apoio do GCEM, dê continuidade ao desenvolvimento do PCH mediante a definição das modalidades e procedimentos de gestão e implementação do referido programa, uma vez concluídas as negociações da ALCA. Do mesmo modo, determinamos ao GCEM que informe o CNC, durante todo o ano, sobre o andamento do PCH. Colocamos o relatório do CNC sobre a implementação do PCH à disposição do público na página oficial da ALCA na Internet.

Transparéncia e participação da sociedade civil

23. De acordo com o compromisso que assumimos com a transparéncia nas Cúpulas de Santiago e de Quebec, colocamos, hoje, a terceira minuta dos capítulos do Acordo à disposição do público na página oficial da ALCA na Internet, nos quatro idiomas oficiais.

24. Também acolhemos com satisfação o relatório sobre Melhores Práticas e Exemplos Ilustrativos de Consultas com a Sociedade Civil no Nível Nacional/Regional, preparado pelo Comitê de Representantes Governamentais sobre a Participação da Sociedade Civil (SOC), que salienta as melhores práticas para a divulgação de informações à sociedade civil e para o aumento da sua participação no processo da ALCA. Observamos a amplitude e a diversidade das medidas e atividades empreendidas por nossos vários governos nacionais a fim de melhorar a comunicação com nossas respectivas sociedades civis.

Observamos, ademais, que este documento se encontra à disposição do público na página oficial da ALCA na Internet. Instruímos, ainda, o SOC a que formule recomendações ao CNC a respeito dos meios de ampliar os mecanismos para a divulgação de informação sobre os debates realizados, valendo-se das experiências dos países na difusão de informação à sua sociedade civil.

25. Com relação a essa maior participação dos diferentes setores da sociedade civil na iniciativa hemisférica, e quanto à maior e continuada comunicação de mão dupla com a sociedade civil, tomamos nota, em particular, da decisão de realizar reuniões com a sociedade civil, juntamente com as reuniões regulares do SOC, em que sejam focalizadas as questões que constituem temas de discussão nessas negociações. No último ano, foram realizadas duas dessas reuniões: uma em São Paulo, Brasil, sobre agricultura, e a outra em Santiago, Chile, sobre serviços. Registrarmos a presença nessas reuniões de uma ampla representação tanto de funcionários governamentais da ALCA quanto da sociedade civil, inclusive dos setores de negócios e do trabalho, produtores agrícolas, ONGs, e grupos acadêmicos, rurais e indígenas. Os relatórios das reuniões, elaborados pelo SOC, inclusive as declarações da sociedade civil, foram colocados à disposição do público na página oficial da ALCA na Internet. Para nossa satisfação, pelo menos duas dessas reuniões estão planejadas para 2004: uma na República Dominicana, sobre direitos de propriedade intelectual, e outra nos Estados Unidos, sobre acesso a mercados, que incluirá questões referentes às pequenas empresas.

26. Apreciamos o ponto de vista que vários setores da sociedade civil nos

apresentaram no decorrer do último ano e meio, de modo especial paralelamente às reuniões de vice-ministros do México e de San Salvador. Apreciamos, também, as recomendações formuladas no Oitavo Fórum Comercial das Américas e no Primeiro Fórum de Comércio e Desenvolvimento Sustentável das Américas, organizados com ampla representação da sociedade civil, e com os quais nos reunimos aqui em Miami, Flórida. Incentivamos a realização de eventos similares, organizados paralelamente a todas as reuniões de Ministros e vice-Ministros, e recomendamos que incluam ampla representação da sociedade civil. Também tomamos nota do seminário regional sobre a ALCA realizado pela Comunidade Andina em Lima, Peru. As opiniões manifestadas nesses eventos constituem valiosa colaboração para as negociações, motivo por que instamos a sociedade civil a que continue a contribuir de maneira construtiva.

27. Acolhemos com satisfação o Quarto Relatório do SOC, que descreve as atividades desse comitê, bem como as várias contribuições recebidas nessa fase. Colocamos esse relatório à disposição do público na página oficial da ALCA na Internet. Instruímos, ademais, o SOC a que continue a encaminhar contribuições às entidades da ALCA, bem como a que apresente um novo relatório em nossa próxima reunião, descrevendo suas atividades e as várias opiniões que tenha recebido de pessoas e organizações do Hemisfério, além do modo como foram elas consideradas nas negociações da ALCA.

28. Manifestamos nosso interesse na criação de um comitê consultivo da sociedade civil na estrutura institucional da ALCA, após a entrada em vigor do Acordo.

Esse comitê poderia contribuir para a transparência e a participação permanente da sociedade civil, à medida que a ALCA vá sendo implementada. Instruímos o Comitê de Representantes Governamentais sobre a Participação da Sociedade Civil a que, em coordenação com o CTI, continue a estudar o assunto e formule recomendações ao CNC a esse respeito. Solicitamos ao CNC que analise essas recomendações e apresente proposta pertinente à matéria para nossa futura consideração.

Idiomas de trabalho

29. Reiteramos nosso procedimento operacional em vigor, segundo o qual realizamos as reuniões em nível ministerial com interpretação em inglês, espanhol, francês e português, e divulgamos a Declaração Ministerial e os textos da Minuta de Acordo da ALCA nesses quatro idiomas. Acordamos que as reuniões do CNC terão interpretação em inglês, espanhol, francês e português, e reiteramos que as reuniões dos demais Comitês e dos Grupos de Negociação serão realizadas com interpretação nos idiomas de trabalho – inglês e espanhol – e que os documentos dessas reuniões serão traduzidos nesses dois idiomas de trabalho.

Designação da presidência das entidades

30. Reconhecemos o trabalho realizado durante a fase das negociações pela Presidência e Vice-Presidência dos diversos Grupos de Negociação e de outras entidades da ALCA, cujo apoio foi decisivo para os avanços alcançados no processo. Em conformidade com os termos acordados na Reunião de San José, aprovamos a nova lista de Presidências e Vice-Presidências das várias entidades da ALCA que atuarão na próxima fase de negociações, a qual figura como

Anexo a esta Declaração. Ocorrendo renúncia ou ausência permanente do Presidente de uma entidade da ALCA, o respectivo Vice-Presidente assumirá a Presidência.

Calendário de reuniões

31. Instruímos o CNC a que convoque pelo menos três reuniões antes da próxima Reunião Ministerial, as quais serão realizadas em Puebla, na Cidade do Panamá e em Trinidad e Tobago, respectivamente.

Cidades candidatas a sede da Secretaria da ALCA

32. Tomamos nota de que as cidades mencionadas a seguir formularam solicitação no sentido de serem consideradas como sede permanente da Secretaria da ALCA e de que assim notificaram a Co-Presidência do CNC: Atlanta, EUA; Cancún, México; Chicago, EUA; Colorado Springs, EUA; Galveston, EUA; Houston, EUA; Miami; EUA; Cidade do Panamá, Panamá; Port-of-Spain, Trinidad e Tobago; e Puebla, México. É esta a lista definitiva das cidades candidatas. A fim de facilitar nossa decisão sobre este tema, solicitamos que as cidades referidas prestem à Secretaria da ALCA a informação descrita no documento TNC/26, “Elementos para a Avaliação das Cidades Candidatas a Sede da Secretaria da ALCA”, até 1º de março de 2004, para divulgação a todas as delegações.

33. Acordamos que os elementos preparados pelo Subcomitê de Orçamento e Administração (ADM) para a avaliação das cidades candidatas a sede da ALCA têm caráter exclusivamente informativo e orientador, e que os países poderão utilizá-los no processo de seleção.

34. Acordamos que a decisão sobre a sede da Secretaria da ALCA será tomada em nossa nona reunião.

Comitê Tripartite

35. Expressamos, uma vez mais, nosso apreço pelo apoio que o Comitê Tripartite [o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL)] tem proporcionado às negociações da ALCA e por sua contribuição técnica, analítica e financeira ao processo de integração hemisférica. Também agradecemos ao BID, à CEPAL e à OEA o apoio proporcionado ao Programa de Cooperação Hemisférica e às reuniões temáticas da sociedade civil, bem como à reformulação e à manutenção da página oficial da ALCA na Internet. Exortamos o Comitê Tripartite a que continue apoiando as negociações e o PCH, e reiteramos a necessidade de contar com sua contínua colaboração nessa etapa final das negociações.

Secretaria Administrativa da ALCA

36. Somos gratos pelo inestimável e firme apoio proporcionado pela Secretaria Administrativa a estas negociações. Também manifestamos nosso apreço ao Governo do México e ao Comitê Tripartite pelas medidas tomadas no sentido de arcar com os custos da transferência da Secretaria Administrativa da Cidade do Panamá para o México e os custos do funcionamento da Secretaria Administrativa na cidade de Puebla durante a fase final das negociações. Finalmente, agradecemos ao Governo do México por proporcionar as instalações nas quais as negociações estão sendo realizadas e a Secretaria Administrativa vem funcionando durante esta fase final.

Agradecimentos

37. Manifestamos nosso apreço aos

Ministros do Trabalho do Brasil, do Canadá e do México por externarem suas opiniões acerca das atividades da Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho, e por oferecerem à nossa consideração o Relatório do Grupo de Trabalho sobre as Dimensões Trabalhistas do Processo das Cúpulas das Américas estabelecidas pela Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho (CIMT) sobre os resultados de sua análise, *inter alia*, das questões da globalização relacionadas ao emprego e ao trabalho. Observamos que a CIMT aprofundará seu exame dos aspectos fundamentais das dimensões trabalhistas da integração econômica, e solicitamos que os Ministros da CIMT nos mantenham informados dos resultados, por intermédio dos Co-Presidentes. Compartilhamos seus pontos de vista expressados na Declaração de Salvador.

38. Agradecemos aos Governos do México, de El Salvador, de Trinidad e Tobago e dos Estados Unidos a organização das reuniões do CNC durante este período e ao Governo dos Estados Unidos a organização desta Oitava Reunião Ministerial. Também expressamos nossos agradecimentos aos Estados Unidos e ao Brasil pelo exercício da Co-Presidência da ALCA durante esta fase final das negociações.

Futuras reuniões

39. Realizaremos nossa próxima reunião no Brasil em 2004.

Comunicado à imprensa sobre atentados contra o Consulado britânico e o banco HSBC em Istambul (21.11.03)

O Governo brasileiro deplora e repudia os atos de terror perpetrados nesta data contra o Consulado-Geral britânico em Istambul e contra instalações do banco HSBC na mesma

cidade, que resultaram na morte de mais de vinte pessoas e mais de três centenas de feridos.

Ao manifestar seu pesar aos Governos turco e britânico, bem como às famílias dos mortos e feridos, o Governo brasileiro reitera, com veemência, sua condenação explícita a semelhantes manifestações de violência, e volta a conamar a comunidade internacional a unir esforços na busca de soluções que erradicuem permanentemente os motivos que levam seres humanos a cometer atos de terror.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, enviaram mensagens de condolências a seus homólogos dos Governos da Turquia e do Reino Unido.

Comunicado à imprensa sobre visita do Presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Doutor José Zalaquett (21.11.03)

Visitará o Brasil, no período de 24 a 29 de novembro, o Presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), Doutor José Zalaquett.

O Presidente da CIDH visitará as cidades de São Paulo, Vitória e Brasília.

Durante sua missão no Brasil, o Comissário Zalaquett deverá reunir-se, entre outras autoridades, com o Secretário Especial dos Direitos Humanos, integrantes do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da Justiça, governadores estaduais, parlamentares, membros do Ministério Público, representantes da OAB e militantes de ONGs de defesa dos direitos humanos.

O principal objetivo da missão consiste no aprofundamento do diálogo e da

cooperação entre a CIDH e as autoridades do Governo federal e dos Governos estaduais, para a identificação e o desenvolvimento de estratégias conjuntas de promoção dos direitos humanos no País, visando a aumentar o grau de conhecimento, entre agentes públicos e a sociedade civil, dos órgãos, normas e mecanismos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, criada em 1948, é órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA) encarregado da promoção e proteção dos direitos humanos no hemisfério. A Comissão possui funções de cooperação em matéria de direitos humanos e de exame da situação geral dos direitos humanos nos países-membros da OEA, bem como funções de recebimento e investigação de denúncias de violações de direitos humanos.

José Zalaquett Daher, de nacionalidade chilena, é advogado com vasta militância na área de direitos humanos. Por dois anos Ministro do Governo Salvador Allende, organizou, após 1973, a “Vicaria de la Solidaridad” do Comitê da Paz do Chile. Foi preso em 1975 e exilado no ano seguinte. Retornou ao Chile em 1986 e, em 1990, passou a integrar a Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação. Desde 1998 integra a CIDH.

Comunicado à imprensa sobre Relatório Consolidado do Brasil ao Comitê sobre os Direitos da Criança (24.11.03)

Encontra-se disponível na página eletrônica do Itamaraty ([endereço http://www2.mre.gov.br/dhs.htm](http://www2.mre.gov.br/dhs.htm)) o Relatório Consolidado do Brasil ao Comitê sobre os Direitos da Criança.

O Comitê sobre os Direitos da Criança é o órgão criado pela Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, de 1989, para monitorar o cumprimento, pelos Estados-partes, das normas prescritas por aquela Convenção.

O Relatório cobre o período de 1991 a 2002, traçando o perfil dos avanços e das dificuldades ainda existentes no tratamento dos direitos da criança e do adolescente no Brasil.

A elaboração do texto assegurou a participação de representantes da sociedade civil e dos diversos órgãos governamentais relacionados ao tema. Constituiu-se Comitê de Redação, coordenado pela Divisão de Direitos Humanos do Itamaraty e integrado por representantes do Ministério da Educação, do Ministério da Saúde, do Ministério do Trabalho e Emprego, da Secretaria Especial de Assistência Social, do Departamento da Criança e do Adolescente do Ministério da Justiça, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, da Fundação Nacional do Índio e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Os trabalhos do Comitê duraram cinco meses.

Outros órgãos e instituições também participaram de reuniões ou contribuíram com subsídios, como o Ministério da Cultura, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério do Esporte e Turismo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e o Conselho Nacional de Combate à Discriminação, entre outros.

O Relatório foi aprovado pelo CONANDA em 10 de setembro passado, e deverá ser examinado pelo Comitê sobre os Direitos da Criança em sua sessão de setembro de 2004.

Comunicado à imprensa sobre Negociações MERCOSUL-CAN (27.11.03)

O Brasil está plenamente comprometido com a conclusão exitosa do Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina (CAN), instrumento da mais alta relevância para a integração política e econômica da América do Sul, prioridade da política externa do Governo do Presidente Lula.

Na semana em curso, está sendo realizada, na cidade de Quito, a IV Reunião Negociadora entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina, durante a qual se espera culminar a negociação do Acordo de Livre Comércio entre os dois blocos.

O Brasil reafirma o compromisso de concluir esse processo negociador no mês de dezembro próximo, conforme tem sido reiterado pelos Presidentes e Chanceleres dos países do MERCOSUL e da CAN.

O Brasil já manifestou ao Governo do Uruguai, que detém a Presidência Pro Tempore do MERCOSUL, a sua posição favorável a que se estenda convite aos Presidentes andinos para que venham a Montevidéu no dia 17 de dezembro, para uma reunião de Cúpula MERCOSUL -CAN.

Da mesma forma, o Governo brasileiro considera necessária a participação do Peru, na qualidade de Estado Associado, na reunião do Conselho e de Cúpula do MERCOSUL ampliado, nos dias 15 e 16 de dezembro.

Comunicado à imprensa sobre cessar-fogo entre a Índia e o Paquistão (27.11.03)

O Governo brasileiro recebeu com satisfação o anúncio oficial, em 25 de novembro corrente, pelos Governos indiano e paquistanês, da entrada em vigor de um

cessar-fogo militar ao longo da Linha de Controle entre a Índia e o Paquistão, na Cachemira.

O Governo brasileiro acredita que essa importante decisão, conjugada a outras medidas recentes tendentes a aumentar a confiança mútua entre os dois países, contribuirá para a diminuição das tensões bilaterais, abrindo caminho para negociações que permitam aos dois países resolverem suas diferenças de forma pacífica.

Como país amigo da Índia e do Paquistão, o Brasil regozija-se pela decisão de se engajarem decididamente na redução das tensões na região.

Comunicado à imprensa sobre atos da comemoração dos 40 anos da Cooperação para o Desenvolvimento Brasil-Alemanha (27.11.03)

No âmbito da visita oficial ao Brasil do Presidente da República Federal da Alemanha, Johannes Rau, ambos os países comemoraram, no dia 27 de novembro, 40 anos da cooperação para o desenvolvimento institucionalizada. As comemorações, que contarão com a participação do Presidente Johannes Rau, incluem a realização, no Palácio Itamaraty, de solenidade, no Auditório, e de exposição comemorativa.

A Alemanha é o segundo maior parceiro brasileiro em programas de cooperação técnica e financeira. As comemorações buscam realçar a excelência dos programas e das parcerias em projetos de transferência de tecnologia, conhecimento e experiência em áreas e setores de interesse comum, notadamente os de meio ambiente, desenvolvimento social e desenvolvimento regional integrado. Em termos de montantes, os 40 anos de cooperação para o

desenvolvimento envolveram recursos alemães da ordem de mais de um bilhão de dólares, aos quais se juntou a contrapartida brasileira, de importante valor.

A solenidade comemorativa dos 40 anos de Cooperação para o Desenvolvimento contará com a presença de autoridades governamentais federais brasileiras e alemãs, representantes estaduais, regionais, municipais, representantes de instituições de excelência de ambos os países e ONGs. O evento será encerrado pelo Presidente Johannes Rau e pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim.

A exposição comemorativa, preparada pela Embaixada da Alemanha em Brasília, será inaugurada às 20:25 horas, previamente ao jantar que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva oferecerá ao Presidente alemão.

Comunicado à imprensa sobre visita do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a países árabes (02.12.03)

O Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva visitará cinco países do mundo árabe, conforme o seguinte calendário:

Síria, 3 e 4 de dezembro;

Líbano, 4 e 5 de dezembro;

Emirados Árabes Unidos, 6 e 7 de dezembro;

Egito, 8 e 9 de dezembro;

Líbia, 9 e 10 de dezembro.

A viagem presidencial tem claro significado histórico. Trata-se da primeira de um Chefe de Estado brasileiro ao Oriente Médio, desde a visita, de caráter essencialmente privado, realizada em 1876 pelo Imperador Dom Pedro II ao Líbano, Síria, Palestina e Egito.

A iniciativa do Governo brasileiro afirma o grande interesse do Brasil em intensificar

suas relações com todo o Mundo Árabe, ao qual o Brasil está ligado por diversas vertentes. O fato de a visita realizar-se ainda no primeiro ano da administração do Presidente Lula da Silva é, por sua vez, significativo da prioridade que o Governo imprime ao desenvolvimento do intercâmbio com os países árabes, alguns pertencentes ao continente africano.

Ligam-nos aos países árabes tanto as raízes ibéricas do Brasil, fortemente influenciadas pela presença islâmica, quanto a importante imigração proveniente do Líbano e da Síria. Trata-se de exemplo de integração benfazeja à nacionalidade brasileira. A adaptação dos imigrantes às condições da terra que os acolheu equivale à capacidade da população brasileira de impregnar-se com seus valores e costumes.

Ao longo do tempo, sedimentaram-se, no plano político, valores comuns. Contribuem, hoje em dia, para forjar novas identidades entre o Brasil e os países árabes: a busca da paz duradoura, a valorização do respeito à soberania dos Estados e à autodeterminação dos povos, a necessidade de acatamento à Lei internacional e de fortalecimento da ordem mundial, o direito ao desenvolvimento e ao usufruto dos recursos naturais nacionais, a proteção da diversidade cultural e a preservação das especificidades nacionais e regionais.

Vale frisar que as expectativas positivas despertadas pela eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no sentido do fortalecimento da postura universalista da política exterior brasileira, e o capital político e afetivo já acumulados pelo Brasil junto ao mundo árabe oferecem condições favoráveis à renovada aproximação com os países visitados.

No campo econômico, são claras as possibilidades de incrementar as relações em benefício mútuo, seja mediante maior intercâmbio de bens e serviços, seja com o aumento da cooperação econômica traduzida em empreendimentos conjuntos e associações empresariais, seja, ainda, com investimentos recíprocos que possibilitem aprofundar laços e diversificar pautas e mercados para o intercâmbio comercial.

As importações de bens pelo mundo árabe atingem valor superior a US\$ 150 bilhões a cada ano. A região mantém investimentos externos da ordem de muitas centenas de bilhões de dólares, aplicados nos mercados financeiros e nos parques produtivos da América do Norte e da Europa. A participação do Brasil nesses fluxos comerciais e financeiros, embora crescente nos últimos anos, é ainda incipiente, ante as possibilidades existentes.

São também relevantes as oportunidades de cooperação técnica e científica para o desenvolvimento. A visita permitirá, ademais, explorar as possibilidades de intercâmbio de experiências bem sucedidas entre o Brasil e aqueles países, na área de programas sociais.

A visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Síria reveste-se de particular importância, porquanto reforçará ainda mais o intercâmbio comercial, político e cultural entre o Brasil e a Síria, bem como os laços humanos entre os dois países. Vivem no Brasil mais de 2 milhões de descendentes de sírios.

As relações Brasil-Líbano singularizam-se, também, pela sua dimensão humana. Encontra-se no Brasil a mais numerosa comunidade de descendência libanesa fora do Líbano, 6 a 7 milhões de indivíduos, com

expressiva participação nas mais diversas áreas de atividade profissional do País. Por outro lado, 40 a 60 mil cidadãos libaneses, naturalizados brasileiros, voltaram a estabelecer-se no Líbano, mantendo interesses e laços familiares e profissionais no Brasil. A viagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Beirute lançará as bases para o adensamento dos laços bilaterais, em especial nas áreas de transportes, serviços, negócios, turismo, cultura e coordenação política, e dará seguimento às decisões conjuntas anunciadas quando da visita, a Brasília, do Presidente do Conselho de Ministros do Líbano, Rafik Hariri, em junho último.

A visita aos Emirados Árabes Unidos (EAU) também é de particular importância, por ser a primeira jamais realizada por um Chefe de Estado brasileiro. A presença do Presidente da República expressará, ao mais alto nível, o desejo do Brasil de intensificar seu relacionamento com os Emirados e oferecerá estímulo à cooperação e às parcerias empresariais entre os dois países. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva inaugurará a Semana do Brasil, evento de natureza comercial e cultural com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre o nosso país e propiciar oportunidades de negócios e de parcerias bilaterais.

Já a escolha do Egito preenche centenária lacuna histórica e constituirá oportunidade para ampliar o diálogo político bilateral, dinamizar a cooperação e estimular as trocas comerciais. Ressalte-se o elevado perfil político do Egito na região: no Cairo, encontra-se a sede da Liga dos Estados Árabes, a cujo plenário, pela primeira vez, dirigir-se-á um Presidente brasileiro.

A Líbia, país com o qual o Brasil mantém

relações diplomáticas plenas, obteve, ainda em 1999, a suspensão das sanções impostas pelas Nações Unidas em 1992, definitivamente canceladas em setembro do corrente ano. Isso permitirá à Líbia a acelerada ampliação de suas relações com a comunidade internacional, para o que deseja o Brasil colaborar ativamente. A Líbia oferece amplas perspectivas de negócios, tanto no comércio quanto nos investimentos, na esteira de recentes e numerosas missões comerciais e econômicas de lado a lado.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva far-se-á acompanhar, em sua visita aos países árabes, pelo ex-Presidente da Argentina, Eduardo Duhalde, que deverá assumir, em duas semanas, em Montevidéu, as funções de Presidente da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL. O convite, sem precedentes, ao Presidente Duhalde para integrar a comitiva presidencial assinala, também para os interlocutores dos países árabes visitados, a central prioridade que o Presidente da República atribui ao MERCOSUL e à parceria estratégica com a Argentina. Acompanharão, igualmente, o Presidente da República os Ministros das Relações Exteriores; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Integração Nacional; do Turismo; e do Gabinete de Segurança Institucional. Integram, ainda, a comitiva os Governadores de Goiás, Ceará, Espírito Santo e Rio Grande do Norte, além de senadores e deputados federais e de líderes empresariais brasileiros com especial interesse nas relações com os países árabes.

Comunicado à imprensa sobre iniciativa para a paz no Oriente Médio (02.12.03)

Antes de embarcar hoje, em Recife, para sua viagem a cinco países árabes, o

Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, emitiu a seguinte nota:

“O Brasil apóia a iniciativa organizada por setores expressivos da sociedade civil de Israel e da Palestina para a paz no Oriente Médio. A proposta representa um passo positivo e inspirador para a região.

Nutrimos a esperança de que Israel e a Palestina trabalhem conjuntamente em favor de uma solução pacífica do conflito, por meio de concessões recíprocas. Somente pela via da negociação e do diálogo se poderá alcançar uma paz duradoura”.

Comunicado à imprensa sobre a 9ª Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-9) (02.12.03)

Estão sendo realizadas, em Milão, no período de 1 a 12 de dezembro, a 9a Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-9), a 19a Sessão do Órgão Subsidiário de Implementação (SBI-19) e a 19a Sessão do Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico (SBSTA-19) da Convenção.

2. A delegação do Brasil é chefiada pelo Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Cláudio Roberto Bertoldo Langone, e integrada por funcionários dos Ministérios das Relações Exteriores, da Ciência e Tecnologia, do Meio Ambiente e das Minas e Energia, além de parlamentares e representantes do Fórum Brasileiro de Mudança Climática, do setor produtivo e da sociedade civil.

3. A Conferência visa ao reforço da implementação da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima, aberta à assinatura dos Estados na Conferência do Rio de 1992, e

que hoje conta com a adesão de 193 países. Viga mestra do regime internacional sobre mudança do clima, a Convenção estabelece obrigações para as Partes, de acordo com as responsabilidades comuns, porém diferenciadas, dos Estados pela emissão de gases de efeito-estufa na atmosfera. As Partes na Conferência devem informar sobre medidas adotadas para controle, redução e prevenção de emissões de gases-estufa e para a conservação e fortalecimento dos sumidouros desses mesmos gases. Estão sendo debatidas modalidades de projetos de florestamento e reflorestamento no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, previsto no Protocolo de Quioto.

4. O segmento de alto nível (10 e 11 de dezembro) tratará dos seguintes temas: mudança do clima; adaptação, mitigação e desenvolvimento sustentável; tecnologia, inclusive uso, desenvolvimento e transferência de tecnologias; avaliação de progresso nos níveis nacional, regional e internacional no cumprimento da promessa e do objetivo embutidos nos acordos de mudança do clima, inclusive sob os aspectos científico, financeiro e de políticas públicas

5. Para que os países em desenvolvimento atinjam o desenvolvimento sustentável e contribuam para a estabilização da concentração de gases de efeito-estufa na atmosfera, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) contempla projetos que levem à redução certificada de emissões de gases de efeito-estufa, mediante os procedimentos e modalidades definidos por meio dos Acordos de Marraqueche, adotados na COP-7 (Decisão 17/CP.7). A mesma Decisão estipulou que, no primeiro

período de compromisso do Protocolo de Quioto (2008-2012), somente serão elegíveis no âmbito do MDL projetos de florestamento e reflorestamento. Ficará excluída a questão das “emissões evitadas” por meio da preservação de florestas existentes. Projetos de reflorestamento envolvem o replantio em áreas que foram cobertas por florestas e convertidas para outros usos antes de 31 de dezembro de 1989. Os de florestamento envolvem o plantio de árvores em áreas não cobertas por florestas nos últimos 50 anos.

6. Itens destacados da agenda são “validação e registro” e “verificação e certificação” dos projetos de MDL. Deverão ser estabelecidas regras segundo as quais os participantes de um projeto de MDL submeterão à entidade operacional designada documentos sobre a análise dos impactos sócio-econômicos e ambientais associados à atividade de reflorestamento ou florestamento. Deverá realizar-se levantamento dos impactos ambientais, de acordo com os procedimentos exigidos pela Parte que desenvolve o projeto, assim como de todas as provisões relevantes de outros acordos, tais como a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Convenção de Ramsar de Proteção das Áreas Úmidas e a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação.

7. A Conferência das Partes constitui ocasião para um apelo aos membros da comunidade internacional, que ainda não o fizeram, a ratificarem o Protocolo de Quioto, que estabeleceu metas quantitativas de redução dos gases de efeito-estufa para os países do Anexo I da Convenção – países desenvolvidos e aqueles com economias em transição.

8. O regime internacional sobre mudança

do clima constitui processo cujo êxito se encontra na implementação efetiva e verificada dos compromissos assumidos. A Convenção-Quadro e o Protocolo de Quioto representam a distribuição negociada, entre os países, dos encargos derivados da mitigação da mudança global do clima. O Brasil está convencido de que a mudança do clima é tema de natureza global a requerer resposta global, baseada no princípio da divisão dos encargos proporcional à responsabilidade de cada país na geração da mudança do clima.

9. O site da Convenção de Mudança do Clima (www.unfccc.org) apresenta mais informações sobre os eventos.

Comunicado do Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela (03.12.03)

O Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela, composto por Brasil, Chile, Espanha, Estados Unidos da América, México e Portugal, acompanhou, com grande interesse, as ações que levaram à finalização da coleta de assinaturas com vistas aos referendos revocatórios que poderiam ser convocados, com base no Artigo 72 da Constituição da República Bolivariana da Venezuela.

O Grupo de Amigos registra com satisfação haver prevalecido um ambiente de tranquilidade durante as duas etapas do processo de coleta de assinaturas.

O Grupo de Amigos considera de grande relevância que, nos passos seguintes do processo de reconciliação política que se desenvolve na Venezuela, mantenha-se clima de moderação e prudência, sem recurso à violência e com pleno respeito às liberdades democráticas.

Comunicado à imprensa sobre revogação pelos Estados Unidos das salvaguardas sobre produtos siderúrgicos (04.12.03)

O Brasil tomou conhecimento, com satisfação, da revogação plena e imediata das medidas de salvaguardas sobre importações de produtos siderúrgicos, impostas pelos EUA em março de 2002, que foram consideradas inconsistentes com as disciplinas da OMC. A revogação, divulgada em 4 de dezembro por meio de Proclamação Presidencial, passa a vigorar a partir do dia 5.

A decisão do Governo dos EUA confirma a importância do sistema multilateral como instrumento eficaz de solução de controvérsias e representa sinal positivo para as negociações em curso na OMC.

O Brasil confia que a plena revogação dessas medidas propiciará crescimento nas suas exportações de produtos siderúrgicos ao mercado norte-americano e trará benefícios para ambos os países.

Histórico:

Em 5 de março de 2002, os EUA divulgaram Proclamação Presidencial que impunha medidas de salvaguarda sobre 10 categorias de produtos siderúrgicos, na forma de tarifas adicionais de até 30%. Nos meses seguintes, Brasil, China, Coréia do Sul, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Suíça e União Européia questionaram as medidas dos EUA no âmbito do Mecanismo de Solução de Controvérsias da OMC.

Os co-demandantes mantiveram estreita cooperação ao longo dos procedimentos de painel e apelação. O Órgão de Apelação da OMC, em relatório divulgado em 10 de novembro, reafirmou as principais violações apontadas pelo painel em seus relatórios de 11 de julho de 2003 e confirmou que, no conjunto, as medidas dos EUA careciam de

base legal, porque:

- nenhuma das medidas dos EUA foi tomada em consequência de desdobramentos imprevistos, como exigido pelo Acordo de Salvaguardas da OMC;

- para a maioria dos produtos, não havia ocorrido aumento nas importações, outro pré-requisito indispensável para a imposição de salvaguardas;

- os EUA isentaram das medidas importações do Canadá, México, Israel e Jordânia, de forma incompatível com as disciplinas da OMC.

O relatório do Órgão de Apelação deverá ser adotado pelo Órgão de Solução de Controvérsias no dia 10 de dezembro.

Comunicado Conjunto Brasil-Síria por ocasião da visita do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à Síria (04.12.03)

A convite do Presidente Bashar Al Assad e Senhora, o Presidente do Brasil, Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, e Senhora visitaram oficialmente a República Árabe da Síria de 3 a 4 de dezembro de 2003. Trata-se da primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro à região desde a última visita, de caráter científico, do Imperador Pedro II, em 1876.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva veio acompanhado do Chanceler Celso Amorim, de outras altas autoridades e de uma delegação de empresários.

Como expressão da prioridade acordada pela diplomacia brasileira às relações com o mundo árabe, o Presidente do Brasil está realizando uma visita a cinco países árabes, começando pela Síria, país com o qual o Brasil mantém historicamente estreitos laços, em virtude da numerosa e importante comunidade de origem síria, de mais de 2

milhões de pessoas, que muito contribuiu para o desenvolvimento econômico, social e cultural do Brasil. Os dois Presidentes enfatizaram, ao final de seus encontros, a sua coincidência de pontos de vista sobre os principais temas de política internacional. Também enfatizaram seu respeito pela soberania dos países e a prioridade do direito internacional, bem como o papel das Nações Unidas na promoção da paz e da cooperação internacional.

Os dois Presidentes sublinharam a urgência em se alcançar uma paz abrangente, justa e duradoura no Oriente Médio, baseada nas resoluções pertinentes do Conselho de Segurança, no princípio da terra pela paz, e na iniciativa de paz árabe. O lado brasileiro expressou seu reconhecimento do papel essencial da Síria para se alcançar a paz e a estabilidade na região.

Os dois Presidentes examinaram o papel atual das Nações Unidas e ressaltaram a necessidade de apoiar a Organização e de promover a reforma de seus mecanismos, incluída a expansão do Conselho de Segurança, incorporando um número de países do Sul como membros permanentes.

Quanto à deterioração da situação do Iraque, os dois Presidentes enfatizaram a necessidade de dar passos acelerados com vistas à transferência do poder para o povo iraquiano, pôr fim à ocupação e conceder às Nações Unidas um papel fundamental para que o povo iraquiano possa exercer sua soberania, escolher seu próprio governo e garantir a integridade de seu território.

Os dois Presidentes ressaltaram que a realização da Cúpula de Chefes de Estado da América do Sul e de países árabes propiciará uma oportunidade de aproximação entre essas duas importantes

regiões do mundo, e de promover a coordenação de suas posições em foros internacionais e regionais no âmbito político, econômico e social. Consideraram, ainda, que os problemas que o mundo tem enfrentado, especialmente nos países em desenvolvimento, constituem importante elemento da agenda de trabalhos dos governos e organizações internacionais, uma vez que o desenvolvimento está estreitamente ligado a questões referentes à segurança alimentar e social, à criação de empregos em número suficiente para alcançar o aumento da renda e à justiça para todos. Os dois Presidentes salientaram, ainda, que a cooperação internacional e o desenvolvimento de parcerias internacionais visando a reduzir a pobreza e as disparidades no mundo são de suma importância para que os governos possam atingir esses objetivos. Nesse contexto, os dois Presidentes enfatizaram a necessidade de uma ação para ampliar as áreas de cooperação. Também concordaram em intercambiar experiências entre o Brasil e a Síria em prol do aumento do bem-estar e do combate à pobreza e às enfermidades. Nesse contexto, sublinharam a importância do esforço internacional para combater a fome onde ela exista.

Os dois Presidentes concordaram que o volume do intercâmbio comercial não corresponde ao potencial de ambos os países e que seus governos deveriam envidar todos os esforços possíveis para reverter essa situação. Assim, afirmaram a necessidade de desenvolver e reforçar as suas relações bilaterais. Nesse sentido, expressaram sua convicção de que os atos assinados durante a visita, nas áreas de cooperação técnica, econômica, cultural, educacional, de esportes e de turismo, bem como a formação

de um Comitê Conjunto e de um Conselho Empresarial, constituem a base para elevar o nível das relações entre os dois países. Consideram, ainda, que o encontro de empresários sírios e brasileiros realizado em Damasco abrirá as portas para o melhoramento do comércio bilateral e dos projetos e investimentos conjuntos.

O Presidente do Brasil visitou a Mesquita dos Omaiades e o Palácio Azem e expressou agradecimentos ao Presidente Bashar Al-Assad e ao povo sírio por sua hospitalidade.

O Presidente do Brasil dirigiu convite ao Presidente Bashar Al-Assad e Senhora para que visitem o Brasil. O convite foi aceito e a data para sua realização será determinada por via diplomática.

Comunicado à imprensa sobre visita do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Líbano (06.12.03)

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou o Líbano no período de 4 a 6 de dezembro de 2003. Esteve acompanhado do Chanceler Celso Amorim, de outras altas autoridades governamentais e de uma delegação de empresários. Manteve conversações com o Presidente libanês, Senhor Emile Lahoud, com o Presidente do Conselho de Ministros, Senhor Rafik Hariri, e com o Presidente da Assembléia Nacional libanesa, Senhor Nabih Berri, e realizou discurso em seu plenário. Encontrou-se, ainda, com membros da comunidade brasileira no Líbano.

Em seus pronunciamentos e encontros, o Presidente Lula da Silva agradeceu o generoso oferecimento, por parte do Governo libanês, de terreno para a construção da Casa do Brasil em Beirute. Dentre os acordos assinados, destaca-se o

Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Comissão Bilateral de Alto Nível Brasil-Líbano, que criará importante mecanismo com reuniões periódicas entre altas autoridades dos dois países. No âmbito da Comissão, serão adotadas as necessárias medidas para iniciar negociações com vistas à adoção de um acordo de expansão comercial. Foram assinados, ainda, acordos nas áreas de cooperação técnica, de turismo, antidrogas, cooperação sanitária e fitossanitária. Foram anunciadas as negociações de acordos nas áreas de cooperação cultural e educacional, de saúde, de energia elétrica, de esportes e de Memorando de Entendimento para a ampliação e a diversificação das relações bilaterais. Em 2004, serão iniciadas conversações para um acordo de previdência social, tão mais importante quando existem expressivas comunidades de cidadãos e descendentes do Líbano no Brasil e do Brasil no Líbano. Registre-se, ainda, o adiantado estágio da avaliação a que o Banco do Brasil procede sobre o possível início de suas operações diretas na região.

Tendo em mente a importância que acordam à ciência e tecnologia como fatores de desenvolvimento econômico, de melhoria da qualidade de vida, de promoção da paz e de redução das disparidades sociais entre nações e dentro delas, decidiu-se estimular a ampliação do conhecimento mútuo nesse campo, mediante a troca de missões científicas.

Com vistas a facilitar ainda mais os contatos entre as duas comunidades e dinamizar os fluxos de negócios e de turismo, atividade de grande relevância para ambos os países, o Governo brasileiro está adotando medidas que permitam agilizar a

tramitação de pedidos de visto. Ficou ainda acertado negociar, a partir de março de 2004, a retomada da ligação aérea direta entre os dois países. O encontro empresarial que teve lugar durante a visita presidencial abrirá portas no comércio bilateral e estimulará a cooperação nas áreas de serviços e obras de infra-estrutura.

A convergência de pontos de vista dos dois países em temas de política internacional está consubstanciada na posição comum em favor do multilateralismo, do respeito à soberania dos Estados, da primazia do direito internacional, e do papel primordial das Nações Unidas na promoção da paz e da cooperação internacional. Nesse contexto, foram sublinhadas a urgência em se alcançar uma paz justa, abrangente e duradoura no Oriente Médio, baseada nas resoluções pertinentes do Conselho de Segurança, bem como a necessidade de um rápido retorno à normalidade e à capacidade de autodeterminação do Iraque. Foi manifestado o apoio à reforma das Nações Unidas, incluída a expansão do Conselho de Segurança. Ao Governo brasileiro foi reiterado o apoio libanês à aspiração do Brasil a tornar-se membro permanente do Conselho de Segurança. O Presidente Lula da Silva agradeceu o apoio libanês.

Foi reafirmada a importância dos temas sociais como elemento relevante da agenda internacional. O desenvolvimento sócio-econômico depende da segurança alimentar e social; de uma reforma agrária e da agricultura familiar; de geração de empregos e de aumento de renda; e de negociações internacionais. São fundamentais a expansão da cooperação nessas áreas e a promoção do intercâmbio de experiências bem sucedidas, em cada país, em prol da inclusão social e

vários temas da agenda internacional, assim como sobre a situação política e econômica de ambos os países. Quanto ao conflito israelo-palestino, o Presidente Lula da Silva reiterou ao Presidente Mubarak a posição brasileira de apoio à retomada do Mapa do Caminho como meio para se encontrar uma paz justa e duradoura, que garanta a construção de um Estado palestino soberano, independente e economicamente viável. O Presidente Hosni Mubarak aceitou o convite do Presidente Lula da Silva para participar da Cúpula de líderes árabes e sul-americanos, em 2004, no Brasil.

Os Ministros que acompanharam o Presidente Lula da Silva mantiveram conversações com seus homólogos egípcios. Foram examinadas as possibilidades de se ampliar a cooperação entre o Brasil e o Egito, e de iniciar as negociações para a assinatura de acordos bilaterais de cooperação em áreas como a ciência e a tecnologia, o desenvolvimento agrário, a saúde e a energia.

O Presidente Lula da Silva e o Presidente Hosni Mubarak examinaram as possibilidades de ampliar a cooperação bilateral no campo comercial, que já registra cifras de aproximadamente US\$ 500 milhões, com grande potencial de crescimento. O Presidente Lula da Silva encerrou, com pronunciamento, o bem sucedido seminário empresarial realizado durante a sua visita.

Durante o encontro do Presidente Lula da Silva com o Primeiro-Ministro Atef Ebeid, foram assinados dois instrumentos internacionais: um Memorando de Entendimento para isentar de vistos os funcionários governamentais em missões oficiais e um Memorando para estabelecer consultas políticas bilaterais, quando se completarem as negociações para a

assinatura de Acordo Bilateral de Extradção.

A viagem do Presidente da República ao Egito contemplou, igualmente, visita à Liga dos Estados Árabes. Tratou-se da primeira oportunidade em que um Chefe de Estado brasileiro foi acolhido na sede daquela organização. Durante a visita, o Presidente brasileiro teve a oportunidade de encontrarse com o Secretário-Geral da Liga, Senhor Amre Moussa, e com os 22 Ministros da área social da Liga, que se encontravam no Cairo na ocasião. O Presidente pronunciou discurso no plenário da organização. Registre-se, ainda, a participação de todos os representantes permanentes dos países árabes junto à Liga.

O Presidente Lula da Silva manteve, ainda, no Cairo, encontro com o Ministro das Relações Exteriores da Autoridade Nacional Palestina, Senhor Nabil Shaath. No seu encontro, foram fundamentalmente abordados temas ligados ao Processo de Paz no Oriente Médio e, em particular, ao processo de paz israelo-palestino. Trocaram impressões sobre os países que desempenham papel-chave no processo negociador, com chamamento ao Brasil, pela parte palestina, para participar mais diretamente daquele processo. O Ministro Shaath fez entrega de carta do Presidente Yasser Arafat ao Presidente Lula da Silva. Por fim, convidou o Presidente brasileiro a visitar a Palestina.

Comunicado à imprensa sobre a segunda reunião plenária do Mecanismo “3 + 1” (representantes das Chancelarias da Argentina, Brasil, Paraguai e Estados Unidos) sobre a situação da Tríplice Fronteira (12.12.03)

Realizou-se, em 3 de dezembro corrente, em Assunção, a segunda reunião plenária do

Mecanismo “3 + 1” (Brasil, Argentina, Paraguai e Estados Unidos), sobre a situação da Tríplice Fronteira, encabeçada por representantes das respectivas Chancelarias e inaugurada pela Ministra das Relações Exteriores do Paraguai, Embaixadora Leila Rachid. O encontro deu seguimento aos trabalhos encetados na reunião de Buenos Aires, em dezembro de 2002, quando da criação do Mecanismo “3+ 1”, e em maio deste ano, por ocasião da reunião de unidades de inteligência financeira (UIF’s) dos quatro países, realizada em Brasília, no âmbito daquele Mecanismo.

O propósito do encontro em Assunção foi, basicamente, a discussão e a análise das medidas preventivas contra a potencial incidência de ilícitos transnacionais, como narcotráfico, tráfico de armas, terrorismo e seu financiamento, na região da Tríplice Fronteira. Foram também avaliados temas relacionados a capacitação, fortalecimento institucional, controles fronteiriços e avanço legislativo. O evento objetivou, ainda, impulsionar a cooperação – de caráter preventivo – entre os países participantes, com vistas à atualização permanente do diagnóstico quanto aos aspectos institucionais e operacionais, e às necessidades das agências competentes de cada país. Com isso, os fatos atribuídos à situação da Tríplice Fronteira passam a ser corretamente dimensionados, reduzindo-se a visão estereotipada da região.

Com base numa ampla perspectiva de cooperação entre diversas agências estatais e suas homólogas estrangeiras, os países participantes acordaram incrementar, quantitativa e qualitativamente, os intercâmbios de informações e experiências. Em sintonia com as conclusões alcançadas em reuniões anteriores, as delegações reiteraram

não haverem seus órgãos de inteligência detectado atividades operativas de terrorismo na Tríplice Fronteira. O encontro de Brasília, por sua vez, havia revelado a ausência de provas, ou mesmo indícios, de transferências financeiras lícitas ou ilícitas a partir daquela região para grupos terroristas ou entidades de fachada no Oriente Médio.

No intuito de elevar os níveis de vigilância e monitoramento da região, as delegações examinaram propostas relativas, *inter alia*, ao patrulhamento conjunto do Lago Itaipu; ao sistema de controle migratório integrado, via informatização; ao controle do transporte transfronteiriço de valores, objeto de reunião que as Unidades de Inteligência Financeira (UIFs) tencionam realizar no segundo semestre de 2004; ao programa de visitas às fronteiras dos Estados Unidos, em parceria com o Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE-OEA); ao aprimoramento da segurança portuária e aeroportuária; e ao treinamento em tecnologia da informação voltado para o rastreio de operações financeiras suspeitas.

Durante o encontro em Assunção, o Brasil reiterou seu oferecimento aos demais países de compartilhar as facilidades do Centro de Inteligência, a cargo do Departamento de Polícia Federal, sediado em Foz do Iguaçu, com vistas ao estabelecimento de um centro regional, a partir do segundo semestre de 2004, a serviço da cooperação quadrilateral em matéria de segurança e de inteligência.

A reunião em Assunção serviu, portanto, para o Brasil manifestar mais uma vez sua permanente disposição em cooperar com outros países na área de inteligência e de segurança, a fim de trocar informações e definir linhas de ação no combate aos ilícitos

transnacionais que incidem ou possam vir a incidir sobre a região da Tríplice Fronteira.

Comunicado da Reunião Ministerial do G-20 (12.12.03)

A Reunião Ministerial do G-20 realizou-se em Brasília, nos dias 11 e 12 de dezembro, com a finalidade de intercambiar opiniões e coordenar posições sobre como prosseguir nas negociações agrícolas e como obter avanços na Rodada de Doha. Estiveram presentes delegações dos seguintes países, para o encontro sediado pelo Brasil: África do Sul, Argentina, Bolívia, Chile, China, Cuba, Egito, Filipinas, Índia, Indonésia, México, Nigéria, Paquistão, Paraguai, Tanzânia, Venezuela e Zimbábue. Representante do Equador também compareceu à reunião. A CARICOM também esteve representada na reunião. No final da reunião, os Ministros foram recebidos pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ocasião em que o Presidente fez um pronunciamento sobre as negociações agrícolas e o comércio internacional.

O Diretor-Geral da OMC, Supachai Panitchpakdi, e o Comissário da União Européia para o Comércio, Pascal Lamy, como convidados especiais, encontraram-se com os Ministros do G-20.

O G-20 entabulou um diálogo construtivo com o Diretor-Geral da OMC sobre procedimentos para avançar nas negociações, à luz das discussões em Genebra e das consultas que o Diretor-Geral vem realizando com vários dos principais membros. O G-20 também manteve um diálogo positivo e aberto com o Comissário para o Comércio da União Européia, Pascal Lamy, sobre as respectivas posições em agricultura, com vistas a considerar possíveis novos enfoques para alcançar progressos nas negociações.

Os Ministros reiteraram a importância que atribuem à OMC e ao sistema de regras multilaterais de comércio. Em particular, reafirmaram seu compromisso com a conclusão exitosa e oportuna da Agenda de Doha para o Desenvolvimento, baseada no pleno cumprimento do mandato acordado durante a IV Conferência Ministerial da OMC. Uma conclusão com êxito das negociações promoverá o crescimento do comércio mundial e uma integração mais positiva dos países em desenvolvimento no sistema multilateral de comércio.

Os Ministros do G-20 conclamaram todos os membros da OMC a encarar as próximas etapas das negociações com espírito aberto e disposição para chegar a consensos que abram o caminho para uma efetiva liberalização do comércio agrícola, capaz de refletir as necessidades e sensibilidades dos países em desenvolvimento e os interesses da comunidade internacional como um todo.

As negociações em agricultura são fundamentais para conduzir a Rodada de Doha a uma conclusão exitosa e no tempo previsto. O comércio de produtos agrícolas continua a ser prejudicado por toda a sorte de barreiras e distorções. Uma efetiva liberalização e reforma do comércio agrícola que abarquem as barreiras e distorções ao comércio dariam uma grande contribuição aos objetivos de desenvolvimento da Rodada. Ademais, a liberalização auxiliará no tratamento da deterioração dos preços dos produtos de base. A eliminação das barreiras e distorções no comércio agrícola poderia, também, contribuir para a transformação econômica, a redução da pobreza e a promoção da estabilidade política e social nos países em desenvolvimento.

Os Ministros salientaram que, ao

congregar países em desenvolvimento da África, das Américas e da Ásia, com diferentes estruturas e orientações agrícolas, em torno de uma plataforma negociadora comum, o G-20 contribuiu substancialmente para tornar o processo da OMC mais inclusivo. O G-20 está preparado a continuar a desempenhar um papel importante a esse respeito e a estender sua cooperação a outros grupos. Os Ministros também instaram os membros da OMC a considerarem, de maneira efetiva e substantiva, as preocupações dos PMDRs (Países de Menor Desenvolvimento Relativo) como expressado antes de Cancún e desde então.

Os Ministros reconheceram a situação enfrentada pelos países dependentes de preferências comerciais e, em condições a serem determinadas na negociação, estão abertos a considerar enfoques para tratar da questão.

Os Ministros tomaram nota da Declaração do Cairo, adotada por ocasião da Reunião Mini-Ministerial dos países africanos, em que se reconhece existirem grandes áreas de convergência entre o Grupo Africano e o G-20. Observaram que se deveria perseguir uma cooperação mais estreita entre os dois grupos. Os Ministros sublinharam a importância econômica, social e política do algodão para um grande número de países africanos; e conclamaram os membros da OMC a refletir sobre formas inovadoras para tratar esse problema no âmbito do mandato de Doha.

O G-20 é uma coalizão de países formada para tratar das preocupações de seus membros, que são também comuns à maioria dos países em desenvolvimento, no que se refere a:

- eliminação de práticas que distorcem o

comércio e a produção agrícolas;

- busca de aumento substancial de acesso a mercados; e

- desenvolvimento rural, segurança alimentar e/ou necessidades de subsistência dos agricultores nesses países.

Tomou-se nota das consultas conduzidas pelo Presidente do Conselho Geral, em linha com as instruções recebidas da Conferência Ministerial. A perspectiva de um acordo, no entanto, continua a elidir os membros da OMC. Em particular com respeito à agricultura, os Ministros sublinharam que o único caminho para um resultado exitoso das discussões seria estabelecer uma base justa para as negociações, que não predetermine o seu resultado, nem implique redução no nível de ambição do mandato de Doha.

Os Ministros reiteraram a necessidade de preservar a integralidade da Agenda de Doha para o Desenvolvimento e enfatizaram que qualquer reinterpretação ou diluição do mandato afetaria o delicado equilíbrio entre as várias frentes negociadoras e comprometeria o foco de desenvolvimento do programa de trabalho.

O G-20 tomou nota do fato de que o texto contido no documento *Job (03)/150/Rev. 2* foi objeto de intensas consultas e preocupações expressas por parte de várias delegações, especialmente por parte do Grupo. O G-20 insiste que, no processo de busca de um acordo sobre o conjunto final de modalidades, o nível de ambição do mandato de Doha permanece como princípio básico das negociações. Em tal processo, qualquer marco negociador, para ser viável, deve ser consistente com o mandato de Doha e conduzir ao estabelecimento de modalidades capazes de

assegurar que as negociações agrícolas resultem em reduções substanciais no apoio interno, incremento substancial no acesso a mercados, eliminação gradual de todas as formas de subsídios à exportação e tratamento especial e diferenciado que, de modo operacional e efetivo, leve em conta as preocupações de desenvolvimento rural e de segurança alimentar dos países em desenvolvimento. Além disso, as preocupações específicas dos membros que recém acederam à OMC devem também ser adequadamente contempladas nesse contexto.

O G-20 está preparado a contribuir para o êxito como um todo da Rodada de Doha e, em particular, na área agrícola. Os maiores parceiros comerciais, que são os responsáveis pelas principais distorções no comércio agrícola, devem dar o exemplo de modo a permitir que se dêem passos adicionais para se alcançar o objetivo de longo prazo de um sistema comercial agrícola justo e orientado ao mercado.

Reafirmando o seu engajamento nas negociações comerciais e oferecendo seu apoio aos esforços conduzidos pelo Presidente do Conselho Geral e pelo Diretor-Geral da OMC, os Ministros enfatizaram sua disposição de contribuir para a pronta retomada das conversações nos organismos negociadores, de modo a permitir que se alcancem progressos ao longo de 2004, com vistas a completar a Rodada de acordo com o seu calendário original, uma vez que qualquer atraso viria em detrimento dos países em desenvolvimento, dos PMDRs e de todos os membros da OMC. É o ponto de vista do Grupo que isto demandará intensificação nas negociações já ao início de 2004.

Os Ministros instruíram seus

representantes em Genebra a desenvolver um programa de trabalho para o Grupo, baseado nas discussões em Brasília e neste Comunicado.

Os Ministros concordaram em reunir-se, sempre que necessário, para discutir o andamento das negociações agrícolas e coordenar posições do Grupo. Estimaram que a próxima reunião do G-20 poderia ser realizada por ocasião da XI UNCTAD, em junho de 2004, ou em data anterior, se os progressos nas negociações assim aconselharem.

Comunicado Conjunto à imprensa sobre Reunião Ministerial do G-20 com o Comissário de Comércio da União Européia, Pascal Lamy (12.12.03)

Por ocasião da Reunião Ministerial do G-20, realizada em Brasília, nos dias 11 e 12 de dezembro de 2003, o Grupo teve oportunidade de reunir-se com o Comissário Lamy para discutir o estado atual da Rodada de Doha e modos de fazer avançar as negociações agrícolas.

O diálogo revelou-se frutífero e positivo, com ambas as partes explicando as respectivas posições de modo pragmático e reconhecendo a importância desse diálogo para alcançar progressos nas negociações. Houve concordância generalizada de que se necessita intensificar as negociações no início do próximo ano, de forma a avançar o mais rapidamente possível para um diálogo ampliado entre todos os parceiros, com vistas a obter progressos reais e substantivos em linha com o mandato de Doha e dentro do cronograma nele definido.

O Comissário Pascal Lamy fez uma apresentação clara e aberta da posição da União Européia sobre todos os aspectos da

Agenda para o Desenvolvimento de Doha, com particular ênfase em agricultura, bem como respondeu a questões dos Ministros do G-20.

O G-20 reiterou sua disposição em contribuir para o êxito das negociações e entrar em atitude negociadora no início do próximo ano.

Ambos as partes concordaram em continuar a intercambiar pontos de vista por intermédio de suas delegações em Genebra e em nível ministerial, com vistas a contribuir, em conjunto com outros parceiros comerciais, para o desfecho exitoso e oportuno da Rodada de Doha.

Comunicado à imprensa sobre captura de Saddam Hussein (14.12.03)

O Brasil considera que a captura de Saddam Hussein representa um ponto de inflexão na situação iraquiana e conta que contribuirá para acelerar o processo de transição ao autogoverno pelo povo iraquiano. O Brasil reitera seu ponto de vista de que as Nações Unidas devem desempenhar um papel central nesse processo.

Comunicado à imprensa sobre o Acordo MERCOSUL -CAN (16.12.03)

O Governo brasileiro manifesta sua grande satisfação com a assinatura, hoje, 16 de dezembro, na cidade de Montevidéu, do Acordo de Complementação Econômica entre o MERCOSUL e a Colômbia, o Equador e a Venezuela, integrantes da Comunidade Andina. O Acordo firmado pelos Chanceleres dos sete países conclui com êxito as negociações para a conformação de uma zona de livre-comércio entre os dois agrupamentos, que será a base da integração da América do Sul.

O Acordo do MERCOSUL com a Comunidade Andina reflete concretamente a alta prioridade da América do Sul na política externa do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Somando-se ao recém-firmado Acordo de Livre Comércio do MERCOSUL com o Peru e ao Acordo já existente com a Bolívia, representa passo fundamental no processo de criação de um espaço integrado na América do Sul. Os Acordos do MERCOSUL com todos os países da Comunidade Andina conformam a arquitetura de cooperação e integração entre os povos sul-americanos que o Brasil tem-se empenhado em construir.

Cúpula das Nações Unidas sobre a Sociedade da Informação – Uso da língua portuguesa (17.12.03)

Encerrou-se no último dia 12, em Genebra, a primeira parte da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (<http://www.itu.int/wsis/>), que reuniu delegados de 176 países, representantes de organismos internacionais e do setor privado, inclusive grande número de ONGs. A Cúpula foi convocada pelas Nações Unidas para tratar das potencialidades e desafios das novas tecnologias de informação.

O assunto é de particular interesse para o Brasil e para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), cujo Conselho de Ministros, reunido em Coimbra, Portugal, no último dia 18 de julho, pediu aos Estados-membros e ao Secretariado da Comunidade que contribuissem para o êxito da Cúpula.

Graças a acordo fechado entre as Agências de Telecomunicação do Brasil e de Portugal (ANATEL e ANACOM), para o financiamento de serviços de interpretação, foi dado passo importante e inédito para a

afirmação da língua portuguesa: os pronunciamentos oficiais, durante a Cúpula sobre a Sociedade da Informação, puderam ser feitos em português pelos Chefes de Estado e representantes dos países da CPLP. Estão sendo também vertidos para o português os principais documentos de trabalho da referida reunião.

Por sua importância para a inclusão digital e o avanço científico-tecnológico, é de louvar-se o espaço que a língua portuguesa já logrou assegurar nas discussões sobre a Sociedade da Informação, tornando acessível para todo o público brasileiro o acompanhamento dos debates da Cúpula Mundial.

Conselho de Segurança das Nações Unidas – Convite do Brasil à Argentina (17.12.03)

Por ocasião do encontro que o Presidente Lula manteve com o Presidente Kirchner, na manhã de ontem, em Montevidéu, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, entregou ao seu colega argentino, Rafael Bielsa, nota pela qual transmite convite para que diplomata argentino participe da Delegação brasileira ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, durante o ano de 2004.

O Governo argentino aceitou o convite, que foi qualificado de histórico.

As delegações dos dois países junto às Nações Unidas, em Nova Iorque, discutirão as modalidades dessa participação, mantendo, com esse fim, os contatos pertinentes com o Secretariado da ONU.

Declaração conjunta dos Ministros das Relações Exteriores do Brasil e dos Negócios Estrangeiros da Rússia (19.12.03)

No período de 19 a 21 de dezembro corrente, o Ministro dos Negócios

Estrangeiros da Federação da Rússia, Igor S. Ivanov, realizou visita oficial ao Brasil, a convite do Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Celso Amorim.

2. O Ministro Igor S. Ivanov foi recebido em audiência pelo Senhor Presidente da República e proferiu palestra sobre a política externa russa no Instituto Rio Branco.

3. No ambiente construtivo e amistoso tradicionalmente existente nas relações russo-brasileiras, os Ministros das Relações Exteriores e dos Negócios Estrangeiros mantiveram conversações abrangentes sobre ampla gama de questões ligadas às relações bilaterais, problemas internacionais e regionais.

4. Celso Amorim e Igor S. Ivanov destacaram que, nos últimos anos, as relações russo-brasileiras, que se desenvolvem com base no Tratado sobre Relações de Parceria, caracterizam-se pelo crescente dinamismo e pelos freqüentes contatos havidos em diversos níveis, inclusive de cúpula. O diálogo político entre os dois países é caracterizado por elevado nível de confiança. Foram ajustados mecanismos efetivos de coordenação de interação no cenário internacional, com base na proximidade de posições e na convergência de interesses.

5. Foi expressa a aspiração recíproca de dar continuidade ao processo de ampliação e diversificação de uma cooperação mutuamente vantajosa nas áreas econômico-comercial, científico-tecnológica e cultural, dentre outras. Importante papel, nesse contexto, cabe aos mecanismos existentes: à Comissão de Alto Nível de Cooperação (CAN), dirigida pelo Vice-Presidente da República Federativa do Brasil e pelo

Presidente do Governo da Federação da Rússia, que orienta a Comissão Intergovernamental Brasil-Rússia de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica, e a Comissão Política, dirigida pela Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e pelo Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia.

6. Os Ministros defenderam a necessidade de assegurar a alta qualidade de preparação e de realização, no primeiro semestre de 2004, em Moscou, da terceira reunião ordinária da Comissão de Alto Nível, a ser precedida por reuniões das Comissões Intergovernamental de Cooperação e de Assuntos Políticos. Os Ministros das Relações Exteriores e dos Negócios Estrangeiros dos dois países constataram, com satisfação, a convergência ou proximidade das posições do Brasil e da Rússia no que tange a amplo leque de questões. Deram destaque particular à coincidência das posições a respeito da formação de um novo e mais justo sistema das relações multilaterais, com base nas disposições da Carta da ONU, na prevalência do Direito Internacional e nos princípios da democracia e na observância dos direitos e liberdades humanos, em contexto de repúdio total ao recurso unilateral à força nas relações internacionais.

7. Os Ministros confirmaram o papel central da ONU nas relações internacionais, principal instrumento universal de manutenção da paz e da segurança regional e internacional. Constataram a convicção de que uma cooperação estreita do Brasil e da Rússia no Conselho de Segurança da ONU (em 2004-2005) poderá contribuir eficazmente para o alcance desses objetivos,

e comprometeram-se a manter consultas regulares sobre o processo de reforma desencadeado pelo Secretário-Geral Kofi Annan, com o estabelecimento de Painel de Pessoas Eminentas. Nesse contexto, Brasil e Rússia favorecem um Conselho de Segurança ampliado, também por meio da inclusão, na sua composição, de países em desenvolvimento entre seus novos membros permanentes. O Ministro Celso Amorim expressou seu reconhecimento pelo apoio da Rússia à inclusão do Brasil entre os futuros membros permanentes do Conselho. Os Ministros manifestaram disposição de cooperar na garantia da paz e da segurança global, na prevenção e solução pacífica dos conflitos internacionais, com base nas disposições da Carta da ONU e na prevalência do Direito Internacional e na solução de todos os problemas e situações de crise por meios políticos e diplomáticos.

8. Celso Amorim e Igor S. Ivanov reiteraram o firme desejo das autoridades dos dois países de cooperar estreitamente no combate ao terrorismo internacional, com base no direito internacional, normas e princípios da Carta da ONU. Os Ministros destacaram a necessidade de consolidação dos esforços da comunidade internacional contra o terrorismo, sob a égide da ONU, e do incremento da cooperação entre os países-membros e o Comitê Antiterrorista do CSNU. Assinalaram a importância de assegurar a responsabilidade por atos terroristas, o bloqueio dos meios de financiamento do terrorismo e o combate aos crimes conexos. Os Ministros apontaram a importância da conclusão, o mais rapidamente possível, no âmbito da 58^a Sessão da Assembléia-Geral, da elaboração dos projetos da Convenção sobre o

Terrorismo Internacional e da Convenção Internacional de Combate aos Atos de Terrorismo Nuclear.

9. As Partes revelaram proximidade de posições no que tange à criação de um sistema global para fazer face a novas ameaças à paz e à segurança internacionais e desafios, com base no Direito Internacional, reservando à ONU o papel central de coordenação. Os dois Chanceleres atribuem especial importância à detecção e prevenção dessas ameaças em sua fase inicial e à erradicação de suas causas fundamentais. Os Ministros confirmaram a decisão de contribuirativamente para os esforços internacionais no combate ao crime organizado transnacional, inclusive tráfico ilícito de drogas e armas, à corrupção, à lavagem de ativos e a outras ameaças e desafios do século XXI.

10. Os Ministros sublinharam que o cumprimento pleno e eficaz do Tratado sobre Não-Proliferação das Armas Nucleares e a consolidação do regime de não-proliferação em todos os seus aspectos têm importância vital para o fortalecimento da segurança e da paz internacionais, para a promoção do processo de desarmamento nuclear e para o desenvolvimento e aproveitamento científico, tecnológico e comercial, com fins pacíficos, na área nuclear pelos Estados-membros do Tratado. A adesão universal ao Tratado e o pleno cumprimento, por todas as partes, de seus dispositivos na íntegra e das recomendações adotadas na Conferência de Exame de 2000 são o caminho certo para promover o processo de desarmamento e prevenção da proliferação das armas nucleares.

11. Foi especialmente destacada a importância dos acordos internacionais na

área de não-proliferação de armas de destruição em massa, inclusive a Convenção sobre a Proibição de Armas Biológicas e Toxínicas (CPABT) e a Convenção sobre a Proibição das Armas Químicas (CPAQ), e da promoção da cooperação internacional no âmbito desses regimes.

12. No contexto de intensificação de esforços pelo desarmamento nuclear, Celso Amorim e Igor S. Ivanov reconheceram a importância do Tratado de Proibição de Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (Tratado de Tlatelolco), assim como a necessidade de garantir a entrada em vigor mais rápida do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares.

13. Os Ministros pronunciaram-se a favor da normalização universal e justa do conflito no Oriente Médio, baseada nas Resoluções 242, 338, 1397 e 1515 do Conselho de Segurança da ONU, nos princípios da Conferência de Madri, inclusive no princípio “terra em troca de paz”, bem como acordos e entendimentos existentes. Foi expressa a opinião recíproca de que o “Mapa do Caminho”, elaborado pelo grupo de quatro mediadores internacionais, composto pela Rússia, os EUA, a UE e a ONU, é a melhor opção disponível para a solução da crise atual e para o avanço no estabelecimento de paz sólida na região do Oriente Médio, paz em que dois Estados independentes – Israel e Palestina – coexistirão lado a lado dentro de fronteiras reconhecidas e seguras.

14. As Partes expressaram preocupação com a persistência da situação explosiva no Iraque e com a intensificação da atividade terrorista no país. Os Ministros pronunciaram-se em favor da transferência, o mais rapidamente possível, da soberania ao povo iraquiano mediante a aprovação de nova

Constituição e da formação de um governo legítimo, resultado de eleições democráticas, de acordo com a Resolução 1511 do CSNU.

15. Os dois Chanceleres prestaram apoio à integração latino-americana e expressaram satisfação pela consolidação das instituições democráticas e pela preservação da estabilidade na América Latina.

16. Por sua vez, Igor S. Ivanov destacou a política dos países da América do Sul, orientada para uma interação ativa com vistas ao fortalecimento da coordenação dos esforços de política externa no âmbito da Organização das Nações Unidas e em outros foros internacionais, pela defesa eficaz dos interesses de longo prazo da região na arena internacional, para enfrentar os desafios globais contemporâneos, em particular o tráfico de drogas e o terrorismo internacional, pela unificação e intensificação dos esforços para o fortalecimento da democracia e da estabilidade na região.

17. O Chanceler Igor S. Ivanov declarou o interesse de seu país na Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura da América do Sul (IIRSA) e ficou de encaminhar os projetos, do âmbito daquela Iniciativa, para exame dos setores potencialmente interessados no seu país.

18. O Ministro das Relações Exteriores do Brasil apreciou os esforços das autoridades russas de fortalecer, tanto no âmbito bilateral, quanto no multilateral, suas relações com a América Latina. Apoiou a aspiração da Rússia de intensificar sua interação com organizações da região, como o Grupo do Rio, a OEA, o MERCOSUL e o Sistema de Integração Centro-americano.

19. Os Ministros concordaram em contribuir por todos os meios para o fortalecimento dos contatos entre o

MERCOSUL e a Rússia, com vistas a criar os mecanismos de diálogo político e de cooperação, inclusive com o objetivo de ampliar os laços econômico-comerciais entre as Partes, em conformidade com a Declaração Conjunta dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da Rússia e dos Ministros das Relações Exteriores dos países-membros do MERCOSUL, Bolívia e Chile, adotada em Montevidéu, em 16 de dezembro do ano em curso.

20. As Partes ressaltaram a convergência das posições do Brasil e da Rússia na questão da normalização da situação cubana, comprovada pelos resultados da votação, na Assembléia Geral da ONU, de resolução que trata da necessidade de suspensão do embargo econômico, comercial e financeiro a Cuba.

21. Celso Amorim e Igor S. Ivanov destacaram a necessidade da tomada de medidas coletivas coordenadas, com o objetivo de aumentar o controle sobre os processos de globalização, de contribuir para a distribuição mais harmônica dos efeitos positivos da globalização entre todos os membros da comunidade internacional e para a superação de seus efeitos negativos. Nesse contexto, os Ministros sublinharam a especial importância do acesso dos países em desenvolvimento às novas possibilidades do progresso econômico, social, científico e tecnológico que surgem com o processo de globalização.

22. Os Ministros confirmaram a necessidade de fortalecimento de um sistema de comércio mundial mais justo e equilibrado, que leve em consideração, de modo abrangente, os interesses de todos os países-membros da OMC e manifestaram seu apoio à plena implementação da Agenda

do Desenvolvimento de Doha. As Partes manifestaram-se em favor da resolução, com a maior brevidade possível, dos problemas que os países-membros da OMC enfrentaram durante a última Conferência Ministerial de Cancún.

23. Os Ministros Celso Amorim e Igor S. Ivanov analisaram o tema das quotas de importação instituídas pela Rússia para alguns tipos de alimentos, e comprometeram-se a continuar as consultas correspondentes no âmbito das negociações para a acessão da Rússia à OMC, e bilateralmente, inclusive no âmbito da Comissão Intergovernamental de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica, com vistas a alcançar uma solução para a questão.

24. No que se refere à questão do respeito aos direitos humanos, os Ministros destacaram a importância de contribuir para uma abordagem universal do assunto, a inadmissibilidade da politização e do uso de “padrões duplos”, e concordaram em coordenar ações na área da defesa dos direitos humanos.

25. O Chanceler Igor S. Ivanov louvou a iniciativa de constituição do fundo de combate à fome e à pobreza como expressão da vontade dos Governos da Índia, do Brasil e da África do Sul – com o objetivo de propiciar a adequada implementação das Metas de Desenvolvimento do Milênio – de cooperar no campo social, em particular naquele voltado para a erradicação da fome e da pobreza em escala global. Sublinhou que, não obstante estar a iniciativa inserida no contexto da cooperação Sul-Sul, sua plena realização recomendaria estreita coordenação com os países doadores, o que lhe atribuiria também um caráter Norte-Sul.

26. As Partes concordaram, também, em

intensificar o trabalho sobre vários acordos em preparação, com vistas ao aperfeiçoamento e à atualização da base jurídico-contratual bilateral.

27. O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia, Igor Ivanov, formulou ao Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Celso Amorim, convite para visitar oficialmente a Rússia. O convite foi aceito com satisfação. As datas da visita serão acordadas por canais diplomáticos.

Comunicado à imprensa sobre as atividades de Promoção Comercial do Itamaraty em 2003 (24.12.03)

O lançamento, em dezembro corrente, da nova versão da Braziltradenet (www.braziltradenet.gov.br), portal de comércio exterior do Itamaraty, culmina um ano de intensas atividades de promoção comercial por parte do Ministério das Relações Exteriores. Tais atividades incluíram ações de apoio ao empresário exportador e novos programas de trabalho vinculados às prioridades da política externa brasileira. Nesse sentido, além das tradicionais atividades de suporte a novos negócios, tais como a realização de missões comerciais, feiras, apresentações, pesquisas de mercado, estudos de produtos, guias de procedimento e outras iniciativas, foi dada prioridade às ações conjuntas no âmbito do MERCOSUL, à introdução de um novo conceito de promoção do comércio na América do Sul e à revitalização das relações comerciais com a África e o Oriente Médio.

Nesse contexto, mereceu realce a realização de novos eventos no âmbito da Reunião Especializada de Promoção Comercial Conjunta do MERCOSUL

(REPCCM), criada pelo GMC, em dezembro de 2000. Entre eles, teve especial repercussão a participação de 36 empresas dos 4 países, de forma inédita sob um mesmo pavilhão, na Feira Internacional de Alimentos, Processamento de Alimentos e Bebidas – ANUGA 2003 (Alemanha, outubro), com negócios gerados da ordem de US\$ 10 milhões. Ainda nesse capítulo, foi realizada, com sucesso, a II Missão Comercial Conjunta, desta vez à cidade do México (novembro), com a participação de 170 empresas dos 4 países e negócios encaminhados da ordem de US\$ 70 milhões. Por outro lado, foi particularmente proveitoso o seminário “*Como hacer negocios con Corea – la oportunidad detrás del desafío*”, realizado em Assunção, no mês de junho, do qual surgiu o compromisso coreano de financiar a participação conjunta dos 4 países na Feira “*Seul Food*”, em 2004. Registre-se, ainda no âmbito da REPCCM, o lançamento, no mês de dezembro, da *Argentinatradenet*, com *know-how* transferido de sua congênere brasileira.

No contexto da prioridade conferida ao processo de integração física e comercial da América do Sul, foi lançado, em maio, o Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI), pelo qual se pretende revitalizar os fluxos de comércio com os países vizinhos do continente, ademais de procurar equilibrar as trocas comerciais, tradicionalmente superavitárias para o Brasil. O PSCI visa à abertura de mais espaço para as vendas sul-americanas no mercado brasileiro, mediante a promoção direta dos bens e serviços produzidos na região (missões importadoras, feiras compradoras e eventos promocionais das oportunidades para os investidores brasileiros). Para tanto,

foi concluída, no corrente ano, com a colaboração da ALADI, a identificação da oferta exportável dos países vizinhos. Foram também iniciadas parcerias com seus agentes econômicos e comerciais (Chile, Bolívia, Uruguai, Paraguai e Venezuela) e firmado o primeiro Memorando de Entendimento (Bolívia) para a execução do Programa. Foram, ainda, iniciados entendimentos com o BNDES, o BID e a FUNCEX para as próximas etapas do Programa, das quais constarão a identificação de financiamentos para as operações de promoção comercial, de importação (*buyer's credit*) e de viabilização de investimentos brasileiros (*outward investments*), além dos estudos tendentes a identificar as importações brasileiras de terceiros mercados passíveis de serem substituídas, de forma competitiva, por compras provenientes dos países vizinhos.

Seguindo as prioridades estabelecidas pelo Governo, foi realizado, na cidade de Fortaleza, em junho passado, o II Fórum Empresarial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), organizado em parceria com o Banco do Nordeste. O evento contou com 292 participantes, entre empresários brasileiros e africanos lusófonos, bem como representantes governamentais de ambas as partes. Além das sessões expositivas e dos subseqüentes encontros de negócios, foi discutida, na ocasião, a formação de um Conselho Empresarial da CPLP e emitido comunicado, no qual se expressa o interesse da classe empresarial de dar seqüência a esse tipo de iniciativa. O II Fórum Empresarial da CPLP em muito contribuiu para o sucesso dos encontros empresariais realizados por ocasião da visita do Presidente da República

a 5 países africanos, em novembro passado.

Voltaram a merecer atenção, em 2003, as missões comerciais organizadas pelo Itamaraty, tendo como escopo a promoção das exportações em mercados novos ou não-tradicionais. Ao todo foram realizadas 23 missões a 21 países: Argentina, Venezuela, Peru, Cuba, Argélia, Angola, Moçambique, Namíbia, Cabo Verde, África do Sul (2), Líbia (2), Egito, Síria, Líbano, Austrália, Nova Zelândia, Índia, Vietnã, Grécia, Portugal e Espanha. As missões empresariais são os instrumentos mais visíveis de prestação de serviço aos exportadores brasileiros. Seus resultados, seja na prospecção e encaminhamento de novos negócios, seja na promoção da imagem do Brasil como economia moderna e destino seguro para investimentos diretos, têm credenciado o Itamaraty como agente na promoção do comércio exterior. As missões realizadas em 2003 envolveram mais de 800 empresários brasileiros e cerca de 2.700 contrapartes estrangeiras. Encaminharam negócios estimados em aproximadamente US\$ 1,5 bilhão.

Na mesma ordem de importância, o programa de Feiras, Exposições e Seminários do Itamaraty contemplou 55 eventos, dos quais 14 feiras de caráter geral e 41 mostras especializadas nos seguintes setores: agropecuária e alimentação (10); calçados e artefatos de couro (4); hospitalar (1); informática e telecomunicações (2); móveis e utilidades domésticas (2); máquinas, equipamentos e ferragens (1); construção (1); têxteis confecções e moda (4); turismo (5); e diversos (11). Nas atividades específicas de promoção do turismo, o Itamaraty participou dos trabalhos do Conselho Nacional do Turismo e, de

forma bastante ativa, de duas das suas nove câmaras setoriais: Financiamento e Investimento; e Promoção e Marketing. Em 2003, teve destaque o apoio prestado pelo MRE e pelos postos no exterior à crescente demanda das Secretarias Estaduais de Turismo no desenvolvimento de seus projetos no exterior.

Prosseguiram, em 2003, as atividades de inteligência comercial, instrumento de grande valia para a organização de eventos promocionais no exterior e para as decisões dos empresários exportadores. Tendo a BrazilTradeNet como plataforma de divulgação, mereceram realce a elaboração/ atualização de 12 guias da série “Como Exportar” (Arábia Saudita, Austrália, Egito, Grécia, Hungria, Índia, México, Nova Zelândia, Peru, República Tcheca, Romênia e Suíça); de 35 cruzamentos estatísticos (potencial demanda para produtos brasileiros); de 2003 informações sobre produtos; e de 102 pesquisas de mercado. Ademais, foram introduzidos no sistema 5200 registros de empresas estrangeiras e 2300 registros de empresas brasileiras, que ofereceram 1059 oportunidades comerciais e 4619 ofertas de exportação, respectivamente. Por outro lado, os postos inseriram no sistema 338 concorrências públicas internacionais e 47 informações de projetos, com ampla divulgação junto a empresas e entidades empresariais do País.

Continuaram a merecer atenção, em 2003, as atividades de promoção do investimento estrangeiro direto no País. Nesse campo, tiveram destaque a realização do II e do III Fóruns dos Estados, ambos na cidade do Rio de Janeiro, respectivamente, em junho e novembro, em parceria com a Investe Brasil e a CNC; o I Seminário de Promoção de

Investimentos, realizado em Curitiba, em parceria com o Governo do Estado do Paraná; e os seminários de promoção do investimento promovidos pelo Itamaraty em Estocolmo, Madri e Viena, no mês de maio. No âmbito do SIPRI, foram atualizados 12 Convênios com unidades da Federação. Destacou-se, ainda, a realização, no Itamaraty, no mês de outubro, por ocasião da visita do Rei Harald V da Noruega, de seminário sobre economia brasileira e de investimentos, que reuniu 41 altos executivos de empresas norueguesas com os Ministros brasileiros das Relações Exteriores, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, da Agricultura, das Minas e Energia e da Pesca, entre outras autoridades federais e estaduais.

Nas atividades desenvolvidas no âmbito da cooperação Itamaraty-Escritórios de Advocacia, iniciada em 2002, mereceu especial relevo o Programa de Capacitação para Jovens Advogados na Missão do Brasil em Genebra, em parceria com o Instituto Brasileiro da Concorrência e do Comércio Externo (IBRAC) e do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados (CESA). No total, 11 escritórios enviaram representantes para o estágio em 2003 (Pinheiro Neto; Tozzini, Freire e Teixeira; Luiz Olavo Baptista; Trench, Rossi e Watanabe; Mattos Filho; Del Chiaro Advogados, Gandra; Albino Advogados; Machado Meyer; Demarest; e Lopes da Silva e Guimarães). O estágio incluiu extenso programa de estudos e pesquisas nos temas afetos ao Órgão de Solução de Controvérsias da OMC e de acompanhamento dos trabalhos de formulação da posição do Brasil nos vários painéis ocorridos no presente ano. Ainda neste item, cabe registrar a realização, em

Madri, no mês de outubro, do I Encontro entre Escritórios de Advocacia Brasileiros e Espanhóis, organizado em parceria com o CESA, a OAB e o Instituto de Comércio Exterior da Espanha (ICEX). O evento, inédito, muito apreciado pelos participantes, contou com a participação de 57 escritórios (36 espanhóis e 21 brasileiros), e serviu para promover novas relações no âmbito da advocacia empresarial (cerca de 100 encontros de negócios), além de aprofundar o debate em temas tais como investimento, arbitragem, intercâmbio comercial, barreiras técnicas jurídicas e administrativas, além do relacionamento MERCOSUL -União Européia.

Prosseguiram, em 2003, os esforços para prover as Embaixadas e outros postos no exterior de material de divulgação na área comercial. Nessa área, foi realizado o lançamento da Revista “Brasil Marca de Excelência”, em português, inglês e espanhol. A Revista, integralmente produzida no MRE e financiada em parceria com a iniciativa privada, foi muito bem recebida nos meios empresariais brasileiros e estrangeiros, por sua qualidade gráfica e abrangência das matérias publicadas.

Em dezembro, foi lançado o novo Programa de Promoção das Exportações para o sistema das Nações Unidas (PEE-ONU), cujas importações totais alcançaram, em 2002, US\$ 4,5 bilhões. O Brasil é o 8º maior fornecedor do Sistema, com vendas de US\$ 129,5 milhões naquele exercício. Pretende-se ampliar essa participação, mediante maior envolvimento nos processos de “procurement”, bem como maior divulgação da demanda do sistema da ONU junto aos meios empresariais.

Tiveram seqüência, em 2003, as

atividades de capacitação dos funcionários do Departamento de Promoção Comercial, que incluíram ciclo de palestras com autoridades públicas e privadas, do qual constaram temas ligados à avicultura, suinocultura, vitivinicultura e citricultura de exportação, à indústria química, ao fatorial, ao setor de couro, calçados e artefatos, à indústria de equipamentos odonto-médico-hospitalares, à evolução da dívida externa brasileira e aos capitais estrangeiros e ao câmbio no Brasil. Os resumos das palestras estão sendo consolidados no terceiro volume da publicação “Temas de Promoção Comercial” (janeiro-dezembro de 2003).

No âmbito da gradual expansão do sistema de promoção comercial no exterior, caberia destacar, ainda, o início do funcionamento, em 2003, de Seção de Promoção Comercial (SECOM) em Dubai, Emirados Árabes Unidos, e os preparativos para a abertura de SECOM regional em São Domingos, na República Dominicana, com cobertura de toda a área do Caribe.

Comunicado à imprensa sobre violência no Oriente Médio durante os festejos de Natal (26.12.03)

O Governo brasileiro manifesta-se profundamente consternado com as ações e reações de violência ocorridas nos últimos cinco dias no Oriente Médio. O ataque perpetrado contra soldados israelenses, os duros ataques retaliatórios das forças militares de Israel, na faixa de Gaza, e o atentado palestino suicida do dia de Natal, em Tel Aviv, configuram lamentável e inaceitável espiral de brutalidade, que contrasta com o espírito de paz e fraternidade celebrado na Terra Santa e em todo o mundo

por ocasião dos festejos de Natal. Constituem, ainda, sério golpe às tentativas de renegociação de um cessar-fogo que permita a volta à mesa de negociações para a implementação do Mapa do Caminho para a Paz.

O Governo brasileiro conclama, mais uma vez, israelenses e palestinos a dar continuidade ao seu esforço em prol da pacificação regional. No seu entender, a paz somente será alcançada com a criação de um Estado palestino independente e com o reconhecimento do direito à existência do Estado de Israel dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas.

Comunicado à imprensa sobre terremoto no Irã (26.12.03)

Ao tomar conhecimento do trágico terremoto que abalou o Irã na madrugada do dia 26 de dezembro e causou a perda de milhares de vidas, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou, em nome do Governo e do povo brasileiros, mensagem de solidariedade ao Presidente Mohammad Khatami e de condolências aos familiares das vítimas.

Comunicado à imprensa sobre ajuda humanitária ao Irã (31.12.03)

O Governo brasileiro está enviando ao Irã carregamento de 1 tonelada de medicamentos para contribuir com a ajuda humanitária sendo prestada às vítimas do trágico terremoto ocorrido naquele país, na cidade de Bam, no dia 26 de dezembro.

Os medicamentos doados incluem analgésicos, antibióticos, antiinflamatórios, antitérmicos e antianêmicos, entre outros, utilizados no tratamento de traumatismos, inflamações, infecções gerais, doenças respiratórias e outras enfermidades que

costumam surgir como consequência de grandes desastres naturais, tal como o terremoto ocorrido em Bam. Os medicamentos podem atender a até 70.000 pessoas por mês durante um período de três meses.

A doação será transportada gratuitamente por aviões da Varig e da Tam até Paris, de onde serão transbordados para avião da Iran

Air, com destino a Teerã.

Os medicamentos foram doados pelo Ministério da Saúde e são fabricados pelo laboratório farmacêutico da Fiocruz, em Manguinhos, Rio de Janeiro.

A remessa dos donativos é expressão da solidariedade do povo brasileiro para com o povo iraniano nesta hora de dor e tristezas das dezenas de milhares de vítimas do sismo.

ARTIGOS

A ALCA possível – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Folha de São Paulo*, 08.07.03)

O governo do Presidente Lula não aderirá a acordos que forem incompatíveis com os interesses brasileiros.

Ao assumir o comando da nação, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que as negociações comerciais são hoje de importância vital para o Brasil. Além de um esforço interno de aumento da competitividade de nossos produtos e de diversificação de nossa pauta exportadora, deixou claro que não poderíamos prescindir do combate, no plano internacional, pela abertura de novos mercados e por regras mais justas, respeitado o direito soberano do povo brasileiro de decidir sobre seu modelo de desenvolvimento.

Nesse espírito, o Governo Lula tem procurado reforçar o MERCOSUL, promover a integração da América do Sul, explorar novas parcerias comerciais – sobretudo com os grandes países em desenvolvimento – e participar ativamente dos exercícios negociadores em curso: na OMC, no processo da ALCA e entre o MERCOSUL e a União Européia.

No que se refere à ALCA, deparamos com um contexto negociador complexo do ponto de vista dos interesses brasileiros, sujeito a um calendário que nos deixava escassa margem para uma eventual correção de rumos. Tal como vinha se desenvolvendo nas

negociações, o projeto da ALCA ia muito além do que denota a expressão “livre-comércio” em sentido estrito. Com efeito, as propostas em discussão incluíam aspectos normativos para serviços, investimentos, compras governamentais e propriedade intelectual, que incidem diretamente sobre a capacidade reguladora dos países.

Por outro lado, não pareciam encorajadoras as perspectivas de obtenção de livre acesso ao maior mercado do hemisfério para os produtos em que detemos vantagens comparativas (sobretudo, mas não apenas, agrícolas). Excluíram-se das negociações aspectos de importância prioritária para o Brasil, como os subsídios agrícolas e as medidas antidumping. As discussões sobre acesso a mercados haviam sido de fato fragmentadas, de modo que ao MERCOSUL fora reservado o tratamento menos favorável, com prazos de abertura mais longos do que os oferecidos a outros países do continente.

Deve-se lembrar, porém, que já dispomos de canais negociadores para levar adiante uma agenda de integração com os países latino-americanos no âmbito da ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), em especial os da América do Sul. Essas tratativas beneficiam-se da cobertura jurídica da chamada “cláusula de habilitação” da OMC, que autoriza a troca de preferências comerciais entre países em

desenvolvimento. Assim, o maior interesse em negociarmos uma ALCA reside na expectativa de acesso ao mercado norte-americano, o qual, por sua dimensão e dinamismo, não pode ser ignorado. Trata-se, pois, de encontrar o equilíbrio adequado entre nossos objetivos, por assim dizer, “ofensivos”, vistos a partir de uma perspectiva a um só tempo combativa e realista, e a necessidade de não comprometer nossa capacidade de desenhar e executar políticas de desenvolvimento social, ambiental, tecnológico etc.

Após um processo de reflexão dentro do governo, que não deixou de envolver debates com o Legislativo e a sociedade civil, o Presidente Lula aprovou as linhas mestras do posicionamento brasileiro nas negociações sobre a ALCA. De forma sucinta, essa posição – obviamente sempre sujeita a alguns ajustes no processo de negociação – pode ser descrita da seguinte forma: 1) a substância dos temas de acesso a mercados em bens e, de forma limitada, em serviços e investimentos seria tratada em uma negociação 4 + 1 entre o MERCOSUL e os EUA; 2) o processo ALCA propriamente dito focalizar-se-ia em alguns elementos básicos, tais como solução de controvérsias, tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, fundos de compensação, regras fitossanitárias e facilitação de comércio; 3) os temas mais sensíveis e que representariam obrigações novas para o Brasil, como a parte normativa de propriedade intelectual, serviços, investimentos e compras governamentais, seriam transferidos para a OMC, a exemplo do que advogam os EUA em relação aos temas que lhes são mais sensíveis, como subsídios agrícolas e regras antidumping.

Esse enfoque redimensionado em “três trilhos” foi objeto de estreitas consultas com nossos sócios do MERCOSUL e foi exposto a nossos parceiros norte-americanos. Foi também debatido na reunião ministerial de “Wye Plantation”, em maio passado, e será apresentado, nesta semana, em El Salvador, por ocasião da 14ª Reunião do Comitê de Negociações Comerciais da ALCA.

A visão brasileira foi também levada pelo Presidente Lula à recente reunião de cúpula com os Presidentes da Comunidade Andina, na Colômbia. O debate substantivo sobre a ALCA, que se seguiu à exposição do Presidente, contribuiu para um início de coordenação entre as posturas negociadoras dos países da América do Sul. Ainda que reconheçamos que há diferenças importantes entre o MERCOSUL e os países da Comunidade Andina, o diálogo entre nós é fundamental não só para as negociações da ALCA, mas para a própria integração sul-americana, nossa principal prioridade.

Assim, em vez de nos prendermos a concepções irrealistas de uma Área de Livre Comércio das Américas, em torno das quais o consenso se afigura inatingível, preferimos nos concentrar na “ALCA possível”, que concilie da maneira mais produtiva os objetivos necessariamente diferenciados dos 34 países participantes. Foi a partir desse enfoque consistente e realista que a declaração conjunta na reunião dos Presidentes Lula e Bush, em Washington, expressou o entendimento de que os dois países cooperarão pela conclusão exitosa das negociações nos prazos previamente acordados.

Mas prazos, como temos dito repetidamente, não podem prevalecer sobre o

conteúdo. E “negociações exitosas”, no caso do Brasil, significa preservar espaço para decidir de forma autônoma nossas políticas sócio-ambientais, tecnológicas e industriais, e obter melhores condições de acesso para os setores em que mais somos competitivos – e que enfrentam as mais elevadas barreiras protecionistas. O governo do Presidente Lula não aderirá a acordos que forem incompatíveis com os interesses brasileiros, mas explorará, soberanamente, todas as alternativas para a promoção de nosso comércio e a aceleração de nosso desenvolvimento.

* Este artigo também foi publicado por diversos veículos de imprensa latino-americanos.

Um brasileiro a serviço da paz – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Folha de São Paulo*, 20.08.03)

Sérgio Vieira de Mello dedicou sua vida à Organização das Nações Unidas e à construção da paz. Rara combinação de intelectual e homem de ação, Sérgio ingressou no Alto Comissariado para Refugiados da ONU com 21 anos, munido de um idealismo que nunca abandonaria. Pouco tempo mais tarde, concluiria seu doutorado em filosofia na Sorbonne. Enfrentou espinhosas missões nos mais turbulentos cenários com a mesma galhardia carioca que permanecerá na lembrança de todos aqueles que tiveram a oportunidade de conhecê-lo.

Fluente em vários idiomas, mantinha sua desconcertante espontaneidade tanto em contatos com Chefes de Estado quanto no atendimento às vítimas dos conflitos armados, às quais procurava levar socorro e esperança.

Antes de ser indicado por Kofi Annan para o cargo de Subsecretário-Geral da ONU para Assuntos Humanitários, em 1998, já adquirira uma sólida reputação por seu trabalho de campo em situações de alto risco no Sudão, no Líbano, no Camboja e na Bósnia, entre outros. Sua habilidade política assegurou-lhe o apoio dos integrantes do Conselho de Segurança quando o Secretário-Geral decidiu indicá-lo como seu representante para o Kosovo, após os bombardeios da OTAN na ex-Iugoslávia.

Tarefa de ainda maior complexidade foi-lhe confiada quando Annan o nomeou chefe da Administração Interina de Timor Leste, no período crítico que antecedeu a independência timorense. Em reconhecimento aos inestimáveis serviços por ele prestados à causa humanitária e às Nações Unidas, Sérgio Vieira de Mello foi aclamado pela Assembléia Geral, em 2002, como Alto Comissário para Direitos Humanos. Nos meses em que exerceu o cargo, dedicou especial atenção à consolidação do Estado de Direito em países recém-saídos de conflitos armados.

Em maio último, quando o Conselho de Segurança buscava cicatrizar as desavenças que o haviam imobilizado no tratamento da crise iraquiana, seu nome despontou como o candidato natural para assumir o que seria sua última e possivelmente mais difícil missão, na qualidade de representante do Secretário-Geral em Bagdá. Sua morte constitui um sério revés para o processo de reconstrução institucional do Iraque.

Em suas mais recentes declarações, insistia na importância da rápida devolução do poder político aos iraquianos, com vistas ao pleno restabelecimento da soberania do país. O hediondo ato terrorista perpetrado ontem contra o escritório da ONU em Bagdá

desfecha um golpe brutal contra aqueles que mais podem fazer pela paz na região, interrompendo um esforço incipiente, mas de resultados encorajadores, de reconciliação nacional.

Tive a honra de trabalhar em parceria com Sérgio Vieira de Mello durante o período em que fui representante permanente do Brasil junto à ONU, em Nova York. Ironicamente, o tema que nos aproximou na época foi a questão iraquiana. Em janeiro de 1999, quando assumi a presidência do Conselho de Segurança, acabávamos de vivenciar a interrupção das atividades dos inspetores da ONU no Iraque, e a tarefa principal que se impunha ao órgão era restabelecer um consenso mínimo entre seus membros, para garantir o cumprimento, por Bagdá, de suas obrigações na área de desarmamento. Foram constituídas três comissões sob minha coordenação, com o mandato de elaborar não somente recomendações para o desmantelamento da capacidade iraquiana de destruição em massa, como também diretrizes para a redução do sofrimento da população civil e para a prestação de contas quanto ao destino dos prisioneiros de guerra.

Sérgio desempenhou um papel central na elaboração do relatório sobre a situação humanitária, revelando a um só tempo sua sensibilidade com relação às carências dos desvalidos e sua vocação para a identificação dos consensos possíveis. São traços que marcaram toda a sua brilhante carreira como funcionário da ONU e incansável defensor do multilateralismo.

As inúmeras manifestações de consternação e pesar pelo desaparecimento precoce de Sérgio Vieira de Mello, provenientes dos mais

diversos quadrantes, representam um tributo a um artesão da paz que, em suas múltiplas e árduas missões pelo mundo, soube honrar a confiança nele depositada pela comunidade internacional. Estou certo de que seu exemplo inspirará sucessivas gerações de brasileiros e brasileiras que desejam contribuir para o aperfeiçoamento da convivência entre os povos e as nações. Ao decretar luto oficial e agraciá-lo postumamente com a Ordem Nacional do Mérito, o Presidente da República inscreve o nome de Sérgio Vieira de Mello no panteão de heróis que honraram o nome do Brasil.

* Este artigo também foi publicado pelo jornal suíço *Le Temps* e pela revista *Foreign Affairs en español*.

A ALCA e o jogo dos sete erros (1ª parte)

– Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (O Estado de São Paulo, 24.08.03)

As negociações para a constituição de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) despertam justificada curiosidade e interesse não só de especialistas, mas também do público em geral. O governo do Presidente Lula tem encorajado um debate amplo sobre o tema, de modo a poder refletir, da maneira a mais democrática possível, as ambições e as preocupações da sociedade brasileira. Por isso tornou públicas as ofertas brasileiras e tem esclarecido nossas posturas negociadoras. Em recente artigo, intitulado A ALCA possível, fiz um resumo do estágio em que nos encontramos e apresentei as diretrizes aprovadas pelo Presidente. Volto, hoje, ao tema com o fim de procurar esclarecer aspectos que são objeto de mal-entendidos. Identifico, em particular, sete questões ou “mitos” que merecem ser dissecados. Neste primeiro artigo, trato de

três deles.

“Aderir ou não aderir à ALCA.” A ALCA é um projeto *in fieri*, que não existe como realidade acabada. Quando um país deseja ingressar na Organização Mundial do Comércio (OMC) – como ocorreu com a China recentemente –, são negociados termos e condições para sua acessão. O país aceita regras em cuja elaboração não teve voz, em troca de vantagens – reais ou percebidas – de participar do sistema multilateral de comércio. É uma situação distinta da que ocorre na ALCA, que ainda está, por assim dizer, na linha de montagem. Não se trata de aderir ou não à ALCA, mas de definir seus contornos, conciliando interesses “ofensivos” – no caso do Brasil, acesso ao mercado dos EUA para produtos como aço, calçados, suco de laranja, açúcar – e preocupações “defensivas” – autonomia governamental para a adoção de políticas industriais, tecnológicas, etc.

“ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) será o equivalente americano da União Européia.” Não é à toa que boa parte do público tem da ALCA uma percepção pouco clara: o próprio enunciado “livre-comércio” presta-se a equívocos. O projeto da ALCA, conforme seu principal proponente – e outros que já subscreveram acordos bilaterais desse tipo –, envolve muito mais do que liberalização “comercial”. De acordo com essa corrente, deveriam ser discutidas na ALCA questões como investimentos, compras governamentais e propriedade intelectual, para não falar de meio ambiente e cláusulas trabalhistas, que extrapolam a concepção do GATT ou mesmo do acordo de serviços da OMC. Boa parte da motivação norte-americana para negociar a ALCA é justamente a de obter regras para

aquelas questões segundo padrões que estão acima do que podem conseguir no plano global.

O adjetivo “livre” também tem de ser visto com um grão de sal. Pelo que foi demonstrado até hoje, não parece haver intenção, por parte de nossos parceiros, de eliminar todas as suas barreiras e práticas distorcivas. No caso das barreiras não-tarifárias, é notória a falta de disposição dos EUA para discutir temas como antidumping, por exemplo. Mesmo no que toca a tarifas, a oferta existente para produtos agrícolas de interesse brasileiro limita-se a cotas tarifárias, “em dez anos ou mais”. Da eliminação dessas tarifas não se fala, como não se fala de redução ou fim dos subsídios que nos prejudicam no mercado norte-americano e em terceiros mercados.

Até mesmo a palavra “Américas” é imprecisa, já que – por razões boas ou más – Cuba não figura no universo de participantes. Em suma, o termo “ALCA” faz pensar no Sacro Império Romano Germânico, que, como disse um pensador do século 19, não era nem sacro, nem império, nem romano ou germânico. A idéia de que a ALCA possa vir a ser o correspondente americano do projeto de integração europeu, ou mesmo do MERCOSUL, é ilusória. Basta pensar no livre trânsito de pessoas, que certamente não estará em cogitação em futuro previsível. Muito menos se pode falar de uma política de segurança comum ou de uma política externa única. Ao envolver países de graus de desenvolvimento muito diverso, a ALCA é projeto *sui generis*, cuja identidade está sendo moldada em função de expectativas nem sempre convergentes, que precisam ser mais bem formuladas e discutidas pelos diferentes participantes.

“Conforme for, o Brasil fica de fora.” Esse raciocínio, muito presente na formulação de posições anteriores, é mais teórico do que real. A lógica das negociações internacionais – e sobretudo das que envolvem muitos países – faz com que a opção de não aderir a um acordo de cuja elaboração o País participou seja muito custosa. Não só é difícil de justificar moral e politicamente tal ausência, como se cristalizam interesses em torno de eventuais vantagens, por menores que sejam, que dificultam a opção de “ficar de fora” (basta recordar o caso da Rodada Uruguai). A partir do momento em que assumimos uma postura de negociação, o correto e natural é que procuremos usar nossa liderança no sentido de fazer valer nossos interesses “ofensivos” e “defensivos”, juntamente com os dos nossos sócios, de modo a influir no seu desenlace. Evitamos, assim, opções radicais, de elevado custo político e econômico. Reconhecendo plenamente as atribuições do Legislativo, de ratificar ou não qualquer acordo internacional negociado pelo Executivo (com ou sem confirmação por referendo popular), é preferível observar, desde logo, uma postura de firmeza negociadora, de modo a não termos de escolher entre a adesão a um tratado que não nos agrada e sua rejeição pura e simples, após haver participado de sua elaboração.

Na continuação deste artigo, tratarei dos quatro “mitos” restantes.

A ALCA e o jogo dos sete erros (final) – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (O Estado de São Paulo, 26.08.03)

Na primeira parte deste artigo, publicada no domingo (24/8), tratei de três questões

ou “mitos” sobre as negociações da ALCA. Hoje, complementando o artigo, trato dos quatro restantes.

“O formato 4+1 retira da ALCA o foco em acesso a mercados.” Essa opinião sobre as propostas brasileiras – repetida com alguma insistência – é o oposto do que temos procurado fazer. Conforme tenho declarado, o mercado norte-americano, por sua dimensão e dinamismo, constitui o foco central de interesse brasileiro numa ALCA. Com a exceção do caso canadense, não precisamos de uma negociação hemisférica para nos aproximarmos de nossos vizinhos sul-americanos, nem sequer de México e de Cuba – que são membros da ALADI. Por outro lado, não foi o Brasil que fragmentou sua oferta em acesso a mercados. Enquanto a oferta inicial do MERCOSUL foi feita, talvez com certa ingenuidade, sob a forma *erga omnes*, a delegação norte-americana decidiu diferenciar suas propostas por países e grupos de países – reservando ao MERCOSUL tratamento o menos favorável. Considerando essa realidade, o MERCOSUL dispôs-se a negociar em bloco com os EUA, num formato 4+1. Achamos que, assim, preservaremos melhor nossos interesses, que, do contrário, ficariam diluídos numa negociação entre 34 países heterogêneos.

Não temos nenhum preconceito contra dizer-se que esse acordo se dá no âmbito da ALCA, de conformidade com regras gerais, que logremos negociar sobre solução de controvérsias, regras de origem, etc. (tampouco facilmente equacionáveis). Contrariamente a algumas interpretações, o formato 4+1 não exclui da ALCA o capítulo de acesso a mercados. A desgravácia a ser acordada inserir-se-á no contexto do arcabouço plurilateral, válido para todos.

Tampouco teremos dificuldade em “multilateralizar” na ALCA o que viermos a negociar no 4+1 (é distinta a situação oposta – a de estender aos EUA acordos preferenciais com países da América do Sul). A estratégia dos três trilhos faz com que a ALCA concentre-se precisamente nas questões de acesso, e não naquelas que, como diz Bhagwati, pouco ou nada têm a ver com o comércio. Trata-se de enfoque pragmático e que leva em conta as posturas da principal economia da região.

“A ênfase em acesso a mercados pressiona a indústria.” Há quem considere que a reconfiguração da ALCA, segundo o modelo dos “três trilhos”, retirará da nossa indústria elementos defensivos de barganha, forçando-a a uma maior e mais rápida liberalização. Recordo, resumidamente, que a concepção dos três trilhos visa a transformar a ALCA num exercício concentrado na eliminação de entraves ao comércio de bens e serviços (trilho 1), dentro de um marco regulatório simplificado aplicável aos 34 países (trilho 2), escoimado de questões sensíveis para diferentes participantes (no caso do MERCOSUL, propriedade intelectual, investimentos, regras para serviços, compras governamentais), em resposta à exclusão de temas de nosso interesse pelos EUA. Esses temas seriam tratados na Organização Mundial do Comércio (OMC), segundo os mandatos da Rodada de Doha (trilho 3). Como se sabe, os processos de estabelecimento de áreas de livre-comércio prevêem a redução a zero das tarifas de importação, seja qual for o seu escopo. Assim sendo, ao se aceitar a negociação de uma área de livre-comércio, estabelece-se que a indústria nacional terá de preparar-se para conviver, afora exceções pontuais, com a

inexistência de restrições aduaneiras para os produtos importados – independentemente da aceitação da proposta dos “três trilhos”. Se isso é bom ou não é algo que pode ser discutido. Mas nada tem a ver com a estratégia proposta pelo Brasil e seus sócios. Por outro lado, nossos industriais podem ficar certos de que o governo Lula zelará para que o ritmo e o alcance das desgravações na área industrial levem em conta seus interesses e sensibilidades. Aliás, a consciência desses interesses reflete-se na defesa da liberdade para a política de compras governamentais e na inclusão de cláusulas sobre indústria nascente entre as condicionalidades de nossa oferta.

“O risco de isolamento.” Enquanto se negocia a ALCA, proliferam iniciativas bilateralizantes envolvendo diferentes participantes no processo. O Chile já concluiu um acordo com os EUA, fala-se na Colômbia e na República Dominicana como futuras candidatas a seguir os passos chilenos.

Existe uma percepção equivocada de que o Brasil poderá estar correndo riscos, caso persista em sua estratégia de redimensionar a ALCA. A esse respeito, caberia esclarecer inicialmente que o modelo do acordo EUA-Chile não convém a um país com as características do Brasil. Acresce que, ao mesmo tempo, estamos ativamente participando da Rodada de Doha na OMC, negociamos um acordo MERCOSUL-União Européia e desenvolvemos outras iniciativas com a África, o Oriente Médio, a Índia, a China, a Rússia e, sobretudo, com a América do Sul. Na realidade, o que se nota é que há mais “demanda” por Brasil do que “oferta”. O risco é de não sermos capazes de corresponder à expectativa de aproximação com um número

crescente de parceiros. Não o contrário.

“Devemos defender nossos interesses, sim, mas dentro de um enfoque realista.” Desde que se verificou que a noção de “ALCA abrangente” (*comprehensive*) era um mito, em função da recusa norte-americana de tratar questões de nosso interesse fundamental, como antidumping e subsídios agrícolas, os críticos da postura do governo passaram a defender uma posição “realista”. Na visão desses críticos (explicitamente ou não), realismo consiste em abrir mão de algumas reivindicações essenciais e aceitar, integralmente, se não as demandas, ao menos o modelo negociador proposto por nossos parceiros. Esses “realistas” são, na realidade, mais realistas que o rei, pois os próprios norte-americanos admitem que, da forma como as coisas iam, a ALCA estava à beira do colapso. Além de ignorarem nossos interesses de longo prazo em áreas vitais, esses “realistas” deixam de levar em conta que não podemos gastar toda a munição negociadora em uma etapa, se formos precisar dela em outra, e parecem acreditar que a virtude traz consigo sua própria recompensa (preceito irrealista se aplicado às relações entre as nações, sobretudo no campo comercial).

O Brasil em Cancún – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Valor Econômico, 09.09.03)

Terá início no próximo dia 10, em Cancún, no México, a V Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio. Cancún não é princípio nem fim de um processo negociador, e sim um momento de avaliação dos progressos alcançados e orientação do trabalho futuro, de modo a viabilizar a conclusão exitosa da “Agenda para o Desenvolvimento de Doha”,

conforme os termos da Declaração Ministerial adotada na capital do Catar, há dois anos.

Entrementes, o nível de ambição acordado em Doha para as negociações agrícolas – de importância central no contexto da rodada – encontra-se sob forte pressão protecionista dos produtores da Europa, Japão e Estados Unidos. A dimensão do desenvolvimento, que deveria permear o tratamento dado aos diferentes temas e constituir um eixo de negociação em si mesmo, tem sido negligenciada pelos países desenvolvidos.

Na Declaração Ministerial de Doha, ficara consignada a necessidade de todos os Estados-membros beneficiarem-se das oportunidades e dos ganhos materiais que o sistema multilateral de comércio proporciona, com os interesses dos países em desenvolvimento no coração do Programa de Trabalho da Organização. São compromissos que precisam ser honrados e que o Brasil, apoiado por uma ampla coalizão, tenciona cobrar.

A peça-chave do programa negociador de Doha é o tema da agricultura. Ao fim da Rodada Uruguai (Marraqueche, 1994) ficara consignada, nos entendimentos alcançados no Acordo sobre Agricultura, a necessidade de um esforço liberalizador suplementar, com vistas à plena incorporação dessa categoria de produtos ao sistema multilateral de comércio. Essas negociações “mandatadas” não chegaram a materializar-se, em função da postura negociadora de certos países desenvolvidos, que alegavam necessitar de um marco negociador mais amplo, incluindo bens industriais, serviços e regras, para efetuar concessões na esfera agrícola. Assim surgiu a idéia de uma nova

rodada de negociações multilaterais, à qual os Estados-membros da OMC foram, gradualmente, aderindo de boa fé. Após a “débâcle” de Seattle, em 1999, o lançamento da rodada encontraria condições mais propícias na Conferência Ministerial de Doha, em 2001. Importante notar, contudo, que a assim chamada Agenda para o Desenvolvimento de Doha nasceria sob o signo de um compromisso herdado da Rodada Uruguai: qual seja, o da liberalização do comércio agrícola.

Chega a ser indecoroso que, mais de cinqüenta anos após o surgimento de regras multilaterais destinadas a liberalizar e disciplinar o comércio internacional, sob a égide do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio, em sua sigla em inglês), uma categoria de produtos de tão grande relevância para os países em desenvolvimento permaneça protegida por exceções, subsídios, barreiras de toda ordem.

A concessão de um tratamento aos produtos agrícolas, que seja, ao menos, análogo ao dos produtos industriais é de alto interesse comercial brasileiro e do MERCOSUL. Trata-se de aspiração legítima de todos os exportadores competitivos, e muito particularmente daqueles mais dependentes da venda de produtos agrícolas, na África, Ásia e América Latina. Admitidas as preocupações legítimas dos pequenos agricultores na Índia, na Indonésia e, por que não, no próprio Brasil, não há *rationale* política ou econômica para a proteção subsidiada das grandes empresas de agronegócios dos países desenvolvidos.

Sob a liderança do Brasil, desenvolveu-se um grande esforço para, por assim dizer, “reequilibrar o jogo”, em respeito ao mandato negociador de Doha. Um núcleo de

países, com especial interesse nas negociações agrícolas, deu um passo histórico e inovador ao atrair para uma plataforma comum, abrangente e equilibrada, vários participantes em busca da reafirmação dos propósitos originais da Rodada. O resultado foi uma aliança sem precedentes, envolvendo 20 países, que juntos compõem mais de 60% da população agrícola e cerca da metade da população total do mundo. Nela encontram-se representantes de três continentes: quase todos os países da América do Sul, acrescidos de Índia, China e África do Sul, entre outros. Ao longo da Conferência de Cancún, terei a honra de coordenar as reuniões deste “G-20”, a fim de refletir nossos objetivos nas deliberações sobre agricultura.

Qualquer equiparação do grupo a uma aliança tímida ou inimiga do livre-comércio revela, na melhor das hipóteses, desconhecimento de suas propostas e de sua atuação. Trata-se, na realidade, de uma associação de países, que de forma criativa e propositiva, está constituindo um pólo alternativo à mal disfarçada tentativa de diluição do mandato de Doha. Esse pólo beneficia-se, também, de amplo apoio junto à opinião especializada de representantes de organismos internacionais (Richard Newfarmer do Banco Mundial, para dar um exemplo) e de grupos não-governamentais na Europa e nos Estados Unidos – onde cresce o clamor pela eliminação das assimetrias e distorções do sistema multilateral de comércio, que penalizam o mundo em desenvolvimento e prejudicam os consumidores do mundo industrializado.

Obviamente, nossos interesses não se esgotam na problemática agrícola. Acabamos de ter uma grande vitória na área

de patentes e remédios, consolidando e ampliando os resultados de Doha. Temos atuado de forma especialmente participativa no grupo sobre regras, que abre perspectivas de um aprimoramento das disciplinas sobre direitos *antidumping*, créditos à exportação e direitos compensatórios, de modo a torná-las menos arbitrárias e punitivas ao exportador eficiente do mundo em desenvolvimento. Na medida em que a agricultura venha a ser satisfatoriamente equacionada, teremos condições de avançar no cumprimento dos mandatos sobre liberalização em bens industriais e serviços. Não temos preconceito contra um esforço de esclarecimento, e a eventual negociação de parâmetros de cooperação, em temas como investimentos e políticas de concorrência. Concordamos em estabelecer métodos para aumentar a transparência em compras governamentais e somos a favor da facilitação de comércio – como se depreende de nossa insistência no cumprimento do programa de trabalho sobre regras de origem.

Ao mesmo tempo, parece-nos fundamental manter a questão do desenvolvimento à frente da pauta das negociações. Existe toda uma gama de assuntos relacionados à “implementação” dos resultados da Rodada Uruguai que tem recebido escassa atenção dos desenvolvidos. Recentemente artigo publicado na imprensa brasileira, de autoria do Comissário da União Européia para Comércio Internacional, sequer se refere a esse capítulo central da agenda negociadora de Doha. Para o Brasil, trata-se de obter reconhecimento da latitude requerida para a definição de modelos de desenvolvimento nos países pobres, em conformidade com as características

tecnológicas, industriais, sociais e ambientais de cada um. Nesse sentido, estamos trabalhando pela preservação de um espaço de autonomia, no contexto da revisão do Acordo sobre Medidas sobre Investimento relacionadas ao Comércio (TRIMs em inglês), e procurando compatibilizar o Acordo sobre Medidas de Propriedade Intelectual e Comércio (TRIPs, na sigla em inglês) com a Convenção sobre Diversidade Biológica, de modo a garantir a partilha eqüitativa dos benefícios advindos da exploração de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais.

A estratégia do Brasil fundamenta-se na política do governo do Presidente Lula de maximizar as oportunidades no cenário internacional, de maneira soberana e proativa, para viabilizar o desenvolvimento de que carece a sociedade brasileira. Não estamos dispostos a aceitar que Cancún se transforme em uma corrida sem rumo, acelerada artificialmente por participantes que desejam mudar suas regras no meio do percurso. Uma corrida redirecionada em um sentido contrário aos propósitos da Declaração de Doha não levará os países em desenvolvimento a lugar algum. Uma rodada negociadora só ocorre a cada década e meia, se tanto. Não podemos trair nossas expectativas legítimas, permitindo a redução das ambições nos temas de nosso interesse, sobretudo agricultura, e coonestando a preservação de privilégios para os países desenvolvidos.

The Real Cancun – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Wall Street Journal, 25.09.03)

The Cancun Ministerial Conference did not produce consensus. Discussions among

member states of the World Trade Organization remain inconclusive and will have to be taken up by delegations at the WTO's headquarters in Geneva. Although the absence of agreement on modalities for moving forward is a disappointment, in one fundamental aspect Cancun can be seen as positive: attempts by major trading powers to dilute the Doha mandate on agriculture did not prosper, and the voice of the developing world was taken into consideration.

The question here is not whether a modest outcome would have been better than the absence of results. The real dilemma that many of us had to face was whether it was sensible to accept an agreement that would essentially consolidate the policies of the two subsidizing superpowers – with very modest gains and even some steps backward (the new, broader definition of “blue box” subsidies to accommodate the U.S. for instance) – and then have to wait for another 15 or 18 years to launch a new round, after having spent precious bargaining chips.

As coordinator of the Group of 22 developing countries that presented a united front on agriculture, I am convinced that Cancun will be remembered as the conference that signalled the emergence of a less autocratic multilateral trading system. In Brazil, and in a host of developing countries large and small – which represent 69% of the world's farmers – Cancun has been hailed as a turning point.

Let me be clear. We are not interested in North-South confrontation. To use an expression made popular by trade negotiators when combating protectionism under its many guises, our platform is about “leveling the playing field,” through the full integration

of agriculture into the multilateral rules-based trading system. It is about addressing in a decisive manner the most important unfinished business of the Uruguay Round (should I say, business that was never seriously taken up?). It is about honoring the terms of the Doha Development Agenda in an area unanimously viewed as its centerpiece.

Two years ago at Doha, member states agreed to substantially improve market access, phase out export subsidies and substantially reduce distorting domestic support in agriculture. The so-called “mandated negotiations” required by Article 20 of the Uruguay Round Agreement on Agriculture had come to a standstill. Certain trading powers insisted that, in the absence of a new round – with a broad agenda including industrial goods, services and rules on new topics such as investment, competition, trade and environment – it would not be possible to liberalize their agricultural regimes.

After the Seattle debacle in 1999, this reasoning gained increasing acceptance, and in 2001 political conditions finally allowed for the launching of a round at the WTO Ministerial in the capital of Qatar. It is important to underline, however, that the trade liberalizing exercise launched at Doha represented a long overdue collective commitment to do away with protectionist barriers and trade distorting policies in an area of vital importance to competitive exporters from both the developed and the developing world.

As I had the occasion of stressing in Cancun, no other area of trade is subject to such blatant discrimination as agriculture. Distortions in agricultural trade not only

harm efficient exporters by denying them market opportunities. Domestic and export subsidies in developed countries depress prices and incomes throughout the world, cut into export earnings and increase food insecurity in developing countries. Their addictive nature does not contribute to productivity gains or the creation of wealth. They only generate dependence, on one side, and deprivation on the other.

Contrary to what some have said, ours is not a maximalist agenda. In fact, our “offensive” objectives are very similar to those the U.S. used to advance until quite recently. Indeed, these are the sort of proposals the U.S. promoted when I was head of the Brazilian delegation in Geneva and was nominated (by the U.S.!) to chair the Agriculture Committee of the WTO. In Cancun, even after we made a genuine effort to accommodate the interests of our broad-based constituency of developing nations, I would venture to calculate that between 70% and 80% of our proposals corresponded almost literally to what the U.S. upheld until not very long ago. Cancun did not fail on account of agriculture. We were ready to negotiate in earnest. We had prepared amendments for the last text brought to the negotiating table. Our approach was recognized even by those on the other side as “businesslike.”

As we resume negotiations in Geneva – hopefully with a lighter agenda as regards the “Singapore issues” – may we bear in mind the lessons of Cancun. The G-22 and other developing countries will not be reduced to the role of supporting actors in discussions that affect their development prospects. Consensus cannot be imposed through pre-cooked deals that disregard

previous commitments and ignore the legitimate aspirations of the majority of the world’s population. Trade must be a tool not only to create wealth but also to distribute it in a more equitable way.

We are confident that a virtuous alliance among those who support free trade and economic development throughout the globe will prevail in steering the Doha Round to a successful outcome, in line with the promises raised at its inception. Brazil will be working actively with all WTO trading partners to make this possible.

O Brasil e os novos conceitos globais e hemisféricos de segurança – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (texto apresentado no ciclo de debates, organizado pelo Ministério da Defesa, sobre atualização do pensamento brasileiro em matéria de defesa e segurança, 11.10.03)

Introdução

Ao participar desta oportuna iniciativa do Ministério da Defesa, pretendo concentrar-me no exame dos conceitos de defesa e segurança, atualmente em pauta, de maior relevância para a ação externa do Brasil.

Vivemos sob o impacto das grandes interrogações que surgiram, primeiramente, dos atentados de 11 de setembro de 2001, e, mais recentemente, da intervenção militar e ocupação do Iraque. Não creio haver exagero retórico na afirmação do Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, em seu recente discurso à LVIII Assembléia-Geral das Nações Unidas: “Estamos diante de uma encruzilhada. Este pode ser um momento não menos decisivo que o de 1945, quando as Nações Unidas foram fundadas(...). Precisamos decidir se podemos continuar

com as bases então acordadas ou se mudanças radicais se fazem necessárias. E não podemos nos esquivar das questões sobre a adequação e a eficácia das regras e instrumentos à nossa disposição”.

Adoto como ponto de partida para minhas reflexões as três categorias de preocupações mencionadas por Kofi Annan, em seu esforço de síntese dos principais dilemas da atualidade no campo da paz e segurança internacionais. São questões que trazem à tona um conjunto de conceitos que surgiram no pós-Guerra Fria, e que reclamam definições urgentes da comunidade internacional, de forma coletiva, e de cada um de seus integrantes.

A primeira delas refere-se à problemática da ação preventiva e unilateral. Trata-se de um desafio direto à credibilidade do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que – excetuadas as situações de autodefesa previstas pelo Artigo 51 da Carta da ONU – detém a responsabilidade primordial pela autorização do uso legítimo da força para a manutenção da paz e segurança internacionais. Annan tem em mente não só a Estratégia de Segurança Nacional adotada pelo Governo Bush em 2002, mas também a possibilidade de que outros Estados sigam posturas semelhantes. Deixando claro seu desejo de transcender as recentes divisões entre partidários e detratores da intervenção no Iraque, considera necessário “não apenas denunciar o unilateralismo, mas encarar de frente as preocupações que levam alguns Estados a se sentirem singularmente vulneráveis”.

Surge, assim, sua preocupação com as novas ameaças à paz, sobretudo as resultantes de ações de grupos terroristas, ainda mais se estes estiverem de posse de armas de destruição em massa. Nesse ponto, o

Secretário-Geral alude ao que se vem denominando “contra-proliferação” – linha de ação que prevê recurso à força militar e vai além das políticas e práticas ditas de “não-proliferação”. Trata-se de definir se a resposta internacional a tais ameaças dar-se-á por intermédio de regimes informais e de participação limitada, como a *Proliferation Security Initiative*, proposta pelos EUA, ou se é possível capacitar o sistema multilateral de segurança coletiva das Nações Unidas para lidar com essas situações. Annan posiciona-se claramente em favor deste último curso de ação, e associa a revisão dos instrumentos de ação do Conselho à questão da ampliação desse órgão, com vistas a torná-lo mais “representativo da comunidade internacional e das realidades geopolíticas de hoje”. O objetivo é habilitar o órgão a “reconquistar a confiança dos Estados e da opinião pública mundial”.

O Secretário-Geral menciona também as ameaças representadas pelo genocídio e outras violações maciças dos direitos humanos, caracterizando a resposta internacional a elas como freqüentemente “hesitante e tardia”. Nesse contexto, Annan refere-se ao polêmico direito de ingerência e a formulações assemelhadas como as da responsabilidade de proteger, segurança humana ou dever de solidariedade.

Antes de apresentar as linhas gerais de como o Brasil pode e deve posicionar-se em relação a essas e outras questões, valeria situá-las no atual contexto estratégico internacional, e passar em revista iniciativas a elas relacionadas, nos planos global e hemisférico.

Unipolaridade, multipolaridade

As análises contemporâneas sobre o vigor, ou declínio, da inquestionável hegemonia

norte-americana no plano militar costumam reservar espaço para a coexistência de outros atores importantes – a começar pelos que reúnem, simultaneamente ou não, grande capacidade militar, econômico-tecnológica e peso específico regional. Aliás, a própria Estratégia de Segurança Nacional norte-americana reconhece a existência de “*main centers of global power*” e admite a legitimidade das ambições que manifestam “*potential (sic) great powers*”, como a Rússia, a China e a Índia.

Embora a ESN admita, até certo ponto, o conceito de balança de poderes no sistema internacional, não devemos interpretá-la como uma doutrina favorável a um mundo multipolar. Trata-se, antes, de uma balança concebida como estruturalmente desequilibrada em favor dos EUA. Aos países nuclearmente armados é reconhecida a capacidade de dissuasão que os habilitaria a reequilibrar o jogo estratégico, em determinadas circunstâncias. A menção à Índia como um dos atores de peso global traz implícito seu reconhecimento de fato como potência nuclear – perceptível desde a campanha eleitoral do Presidente Bush. A essa atitude norte-americana de leniência em face do regime do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), soma-se o cumprimento insatisfatório, por Washington e demais potências “oficialmente” nucleares (Rússia, China, França e Reino Unido), das obrigações de desarmamento contidas no tratado – em desconsideração às exigências reforçadas que se adotaram, por consenso, na Conferência do TNP em 2000. Mais do que nunca, parece claro que a permanência dos arsenais dos cinco países reconhecidos pelo TNP como nuclearmente armados seguirá constituindo um forte estímulo à

proliferação, seja por outros Estados, seja por grupos não-estatais ou terroristas.

Subjacente à nova doutrina norte-americana está a visão de que o poderio militar constitui o fundamento central do poder político. Presume-se que a capacidade militar dos EUA continuará sendo incontrastável, circunstância de fato plausível, sobretudo em um cenário de conflito clássico, inter-estatal. A verdade é que não se vislumbra a formação de qualquer aliança militar para fazer frente aos EUA isoladamente ou à OTAN. O único projeto de uma nova identidade militar, o da União Européia, não se projeta, em princípio, como antagônico aos interesses norte-americanos e continua a enfrentar sérios obstáculos, seja pelas dissensões intra-comunitárias (estimuladas pela “nova Europa” do Secretário de Defesa Donald Rumsfeld, alinhada aos EUA), seja pela continuada reinvenção, no pós-Guerra Fria e pós-11/9, das razões de ser da OTAN, como veremos na seqüência.

Isto não significa que o poderio militar norte-americano deixará de enfrentar: (a) limitações, sobretudo em zonas de influência de outros atores de peso (como ocorre, por exemplo, em relação à China na questão nuclear norte-coreana); (b) desafios de difícil previsão e contenção, como os do 11/9, por meios e modos até mesmo rudimentares; (c) provações no terreno, como as da ocupação do Iraque, de elevados custos políticos e econômicos. A experiência iraquiana traz para o debate internacional (independentemente de suas repercussões internas nos EUA) não só a questão dos méritos e motivações da própria intervenção, como a da viabilidade, a médio e longo prazo, da estratégia de segurança norte-americana.

Direito de ingerência, responsabilidade de proteger, segurança humana

O conceito de “direito de ingerência”, que despontou com intensidade no início dos anos 90, perdeu alguma proeminência após o 11/9, sem haver desaparecido da agenda internacional. Não resta dúvida, porém, de que o debate em torno das chamadas “intervenções humanitárias” passou para o segundo plano aos olhos dos EUA e da OTAN, se comparado com a atenção conferida ao terrorismo e à proliferação de armas de destruição em massa.

Não obstante, vale notar a elaboração que aquelas teses mereceram no discurso que o Chanceler da França pronunciou, em março último, no prestigioso Instituto de Estudos Estratégicos, em Londres. Dominique de Villepin assinala que a Guerra do Golfo teria aberto caminho à consolidação do *droit d'ingérence humanitaire*, que – segundo sustenta – teria motivado as operações de paz da ONU na Somália, Haiti, Ruanda, Bósnia, Timor Leste e Serra Leoa. Entretanto, o próprio Ministro francês reconhece que os limites do conceito de ingerência humanitária foram “progressivamente aparecendo”, em função das críticas sobre sua “parcialidade” formuladas por “potências emergentes”. Sintetizou-as o Chanceler da seguinte maneira: “Por que engajar-se aqui, e não lá? Quem toma a decisão? Em nome de qual legitimidade?”. Lembra que a intervenção da OTAN no Kosovo foi particularmente polêmica. Mesmo tendo sido, em sua opinião, uma “empreitada legítima e um êxito político”, a operação ocasionou profundas divergências: alguns nela viram um “primeiro exemplo de um direito costumeiro de intervenção humanitária sem

um mandato da ONU; outros (como ele, Villepin) viram, ao contrário, uma exceção, que acabou justificada pelo amplo respaldo internacional que recebeu e pela ameaça que existia de uma catástrofe humanitária”.

Sob nova roupagem, o direito de ingerência ressurgiu como “responsabilidade de proteger” em um relatório de iniciativa canadense, publicado no final de 2001 (um tanto obscurecido pelo pós-11/9). O relatório, que teve como um de seus co-Presidentes o ex-Chanceler australiano Gareth Evans, parte de duas premissas básicas. A primeira é a de que a soberania estatal implica responsabilidade, recaindo sobre o Estado a responsabilidade primeira pela proteção da nação. A segunda, a de que, quando a nação estiver sofrendo “*serious harm*”, como resultado de guerra civil, insurgência, repressão ou “*state failure*”, e o Estado não se dispuser ou for incapaz de pôr fim a essa situação, o princípio da não-intervenção cederia passo a uma responsabilidade coletiva da comunidade internacional de oferecer proteção, se necessário, até mesmo pela coerção.

A seção do relatório mais questionável é a que se refere à questão de quem decide se deve ou não haver intervenção. Conquanto a autoridade do Conselho de Segurança das Nações Unidas não seja diretamente questionada, são examinados diferentes cursos de ação – mais ou menos heterodoxos – nos casos em que o órgão permanecer paralisado em função de ameaça de voto de um de seus membros permanentes. Nesse caso, o relatório prevê três opções: (i) ação pela Assembléia-Geral em Sessão Especial de Emergência, sob os procedimentos desenvolvidos em 1950 (“*Uniting for Peace*”); (ii) envolvimento do organismo

regional pertinente, mediante prévia autorização do CSNU; e (iii), por fim, uma intervenção capitaneada por uma coalizão de “*concerned states*”. Deixa-se, assim, a porta aberta a que alguns países se arroguem o direito de intervir, sem autorização expressa do Conselho de Segurança ou acompanhamento por instância verdadeiramente multilateral.

Outra iniciativa canadense, assemelhada, é a da “Rede de Segurança Humana”, proposta em 1999, e que reúne anualmente os Chanceleres de um grupo de países “*like-minded*”. No âmbito da ONU, não prosperou a tentativa do Canadá de ver o conceito de “segurança humana” incorporado na resolução anual que trata da questão da prevenção dos conflitos. Ao considerar o indivíduo como centro das preocupações em matéria de segurança, transforma-se este em sujeito de direito internacional, à semelhança dos Estados. Nessa ótica, a “segurança humana” poderia justificar medidas preventivas de proteção dos indivíduos, recaindo no mesmo arcabouço intervencionista do direito de ingerência e da responsabilidade de proteger.

Nova OTAN, Proliferation Security Initiative, ataque preventivo

Se bem o terrorismo e a proliferação de armas de destruição em massa tenham-se erigido no principal foco dos EUA no pós-11/9, já constavam há anos de diversas iniciativas norte-americanas, como a da reformulação, em 1999, do conceito estratégico da OTAN, aprovada por ocasião do cinquentenário da aliança. Entre as inovações (e temerárias reafirmações da “contribuição única” conferida pelas armas nucleares, tidas como “essenciais para preservar a paz”), registre-se a ampliação dos

motivos que podem justificar uma ação da OTAN. Segundo o novo conceito estratégico, a segurança dos aliados passou a ser afetada por “riscos de natureza mais ampla”, “não-militares”, “multidireccionais”, “de difícil previsão”. São apontados, entre esses, o terrorismo, a proliferação de armas de destruição em massa, o crime organizado, conflitos étnicos, abusos de direitos humanos, fluxos migratórios incontrolados, atos de sabotagem e até mesmo a interrupção dos fluxos de recursos vitais.

Para além dos contornos do documento de 1999, o 11 de setembro despertou na OTAN ambições quase que ilimitadas. Conforme assinala o diretor de planejamento político da aliança, a invocação do artigo 5 do Tratado de Washington (que estipula a obrigação básica de autodefesa coletiva) representou um fato inédito, inclusive por decorrer de reação a ataque por agentes não-estatais. Para todos os efeitos práticos, o terrorismo passou da categoria de “risco” para transformar-se em uma “missão” de permanente combate (ofensivo, se necessário) da aliança transatlântica. Como bem sentenciou uma analista, a OTAN transforma-se de uma organização de defesa coletiva, no sentido clássico e militar do termo, em uma organização mais bem de segurança coletiva. Difícil compatibilizar o novo conceito da OTAN com a competência exclusiva e legítima que, nessa matéria, detém o Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O deslocamento de tropas de países membros da OTAN para o Afeganistão foi o primeiro caso de ação fora da área tradicional de preocupação da aliança, muito além, portanto, de seu entorno geográfico, como nas operações realizadas na ex-Iugoslávia.

Como disse um Embaixador junto à OTAN (curiosamente, o da França), juntamente com as Torres Gêmeas de Nova York, ruiu uma longa controvérsia que existia na aliança sobre as “operações fora da área”. A ação no Afeganistão reforçou, ademais, a concepção norte-americana da OTAN como uma “caixa de ferramentas” (*toolbox*), da qual são formadas, pelos EUA, coalizões *ad hoc*, segundo conveniências políticas e capacidades militares específicas para cada operação.

Essas mudanças foram consolidadas em novembro de 2002, quando se realizou, em Praga, a primeira cúpula da OTAN depois do 11/9. Ainda havia, então, coesão política entre os membros; coesão essa abalada meses depois, com as cisões que o conflito no Iraque provocou nas relações entre os EUA, por um lado, e França e Alemanha, por outro – as quais não chegaram, contudo, a afetar a implementação das decisões tomadas na capital tcheca. Valeria ressaltar a criação de uma Força de Resposta da OTAN, com capacidade de deslocamento rápido nos mais diversos terrenos e situações. A ela estará integrado o primeiro batalhão capacitado para operações contra armas de destruição em massa, o qual, estima-se, deverá estar operacional em 2004.

Desdobramento recentíssimo, fora do âmbito da OTAN, é a *Proliferation Security Initiative*, de iniciativa dos EUA, que prevê a criação de um regime informal na área da “contra-proliferação”. À diferença dos demais existentes, esse regime disporá de capacidade operacional militar, voltada para a interceptação de carregamentos marítimos, terrestres e aéreos que supostamente contenham armas de destruição em massa, tecnologias e equipamentos relacionados a

mísseis, além de “outras tecnologias”. A mais recente rodada de negociação, envolvendo 11 países, ocorreu em Paris, em setembro. Está prevista uma série de exercícios, tendo sido realizado o primeiro, o *Pacific Protector*. Ante o caráter subjetivo, amplo e permissivo do poder assumido pelos membros desse regime para interceptar carregamentos suspeitos, o risco maior para os países não-membros recai, naturalmente, sobre os fluxos internacionais legítimos de material de uso duplo utilizado para fins pacíficos, inclusive no que tange ao direito de preservarem a confidencialidade de determinadas operações, à luz de seus interesses industriais ou comerciais.

No mesmo ímpeto, porém sob a moldura da ONU, e analogamente ao Comitê Antiterrorismo estabelecido no pós-11/9, Reino Unido e França vêm sugerindo a criação de um “Comitê de Contra-Proliferação” no seio do Conselho de Segurança das Nações Unidas. O órgão, que disporia de uma equipe de inspetores a ser acionada em caso de necessidade (*on-call inspectorate*), destinar-se-ia a acompanhar o comportamento de países “sob suspeita” de proliferação de armas de destruição em massa e a recomendar ações preventivas do Conselho. Aparentemente, a idéia enfrentaria resistências de parte dos EUA, que se estariam opondo a que o Conselho de Segurança adquira novas responsabilidades em bases permanentes.

Uma palavra, por fim, sobre a noção de “ataque preventivo” contida na nova Estratégia de Segurança Nacional norte-americana. Trata-se de uma visão baseada no que denominei multilateralismo acessório, pois, de fato, se a caracterização do perigo que justifica uma ação preventiva é determinada pelo próprio Estado

que a executa, fica patente o alijamento do sistema normativo multilateral. Ao colocar em um mesmo contexto e tentar criar associações entre valores humanistas, “prevenção”, combate ao terrorismo, necessidades de segurança, imperativos morais e armas de destruição em massa, a nova doutrina não só põe em xeque noções fundamentais sobre soberania, integridade territorial e autoridade do Conselho de Segurança das Nações Unidas, como também, de forma perigosa, turva a clareza de limites, existente na Carta de São Francisco, entre *enforcement* e legítima defesa. Além do risco de que, generalizada essa estratégia, o mundo enfrente uma situação de instabilidade e riscos de conflagração sem precedentes, trata-se de uma visão essencialmente falha em seus pressupostos e potencialmente danosa à segurança dos próprios EUA. Como perguntou recentemente um editorial do *New York Times*, diante da falta de provas para a acusação de que o Iraque possuía armas de destruição em massa: “Se a informação de inteligência e a avaliação de risco são incompletas – e quando não o são?, usá-las como base para a guerra preventiva enseja enormes perigos”.

Segurança hemisférica, o papel da JID e o TIAR

Dentro de duas semanas terá lugar, no âmbito da Organização dos Estados Americanos, a Conferência Especial de Segurança, que decorre de um chamado à reflexão sobre a segurança hemisférica, desenvolvida desde 1991. A ausência de tensões regionais ou de preocupações com conflitos de natureza clássica, interestatal, foi um dos fatores que levaram a que o foco das atenções se voltasse para o agravamento de outros aspectos ou temas não tradicionalmente relacionados a questões de

segurança.

A Conferência propõe-se a rever conceitos que pautaram o relacionamento interamericano nos últimos 60 anos, no contexto do combate ao nazifascismo e, posteriormente, ao comunismo, período este em que prevaleciam abordagens e doutrinas como as das “escolas de segurança nacional” e da “contra-insurgência”. Pretende-se, assim, consolidar, pela primeira vez, em um documento a ser adotado pelos 34 países do hemisfério, um “enfoque multidimensional” de segurança, que englobe desde o aspecto da defesa tradicional até as chamadas “novas ameaças”. Entre essas são mencionadas, no projeto de declaração final, terrorismo, narcotráfico, crime organizado, tráfico ilícito de armas, deterioração ambiental, epidemias, assim como – ponto sobre o qual vêm insistindo o Brasil e outros países –, a pobreza extrema, que corrói a noção de cidadania e propicia terreno fértil para que se alastrem atividades ilícitas.

Muitas delegações têm reagido com desconfiança a propostas que se prestem a atitudes intervencionistas. Cabe ter em mente que o sistema jurídico interamericano foi pioneiro na elaboração do princípio da não-intervenção (consagrado, pela primeira vez, na Convenção sobre Direitos e Deveres dos Estados, aprovada em Montevidéu, em 1933), o qual serviu de fonte de inspiração para as formulações adotadas posteriormente nas Nações Unidas. Além disso, os conceitos de segurança surgidos no pós-Guerra Fria e no pós-11/9, o novo perfil assumido pela OTAN e outras das iniciativas a que acima nos referimos aguçaram sensibilidades e resistências à incorporação, no contexto hemisférico, de conceitos assemelhados para o tratamento das “novas ameaças”, por mais

preocupantes que elas sejam.

O tema mais controverso é o da redefinição, como querem os EUA, da missão das Forças Armadas nacionais. Curiosamente, não há um documento ou proposta que os EUA tenham formalmente apresentado à OEA sobre uma revisão do sistema interamericano de segurança. Há, sim, posições sobre assuntos específicos (Colômbia, Venezuela, Tríplice Fronteira), artigos e declarações de funcionários e oficiais de alta patente, que, a título pessoal ou não, defendem a necessidade de envolvimento das Forças Armadas em atividades que escapam de suas funções tradicionais.

Outra questão polêmica é a da revisão do papel da Junta Interamericana de Defesa (JID), proposta pelos EUA e pelo Canadá. Esses dois países desejariam expandir as atividades da Junta em direção ao campo da segurança, transformando-a em órgão central de um eventual novo arranjo de segurança hemisférica – e despertando temores de que viria a JID a ser uma espécie de “braço armado” desse arranjo.

Também controversa é a questão da atualidade ou não do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). Apesar dos questionamentos sobre sua validade, desde a Guerra das Malvinas, foi o TIAR um dos motivos que inspiraram o processo de rediscussão do sistema interamericano de segurança. Sua invocação pelas Partes no pós-11/9 (por iniciativa do Brasil) e sua denúncia pelo México, em 2002, apenas acirraram a discussão sobre o futuro do instrumento. O México, como país-sede da Conferência, não havia incluído referência ao Tratado no projeto de declaração. Tampouco sobre o Tratado de Soluções

Pacíficas (Pacto de Bogotá), em vigor para 11 Estados da OEA (Brasil). Por iniciativa do Peru, com o co-patrocínio do Brasil, foi incluído parágrafo no sentido de recomendar ao Conselho Permanente que inicie um processo de avaliação do TIAR e do Pacto de Bogotá. Seja como for, apesar de sua relevância, avalia-se como provável que a Conferência deva apenas empurrar para adiante o sensível tema de uma revisão do TIAR.

Uma visão brasileira

Uma percepção que se tem no Brasil, pelo menos fora dos reduzidos círculos profissionais e especializados, é a de que desdobramentos na área da segurança internacional pouco nos dizem respeito. Àquela percepção associa-se a noção, amplamente disseminada, de que dificilmente nos envolveremos em confronto com uma grande potência militar. Tampouco se cogita de um conflito com um país vizinho. Isso não significa que possamos prescindir de uma capacidade militar de dissuasão, como também de repulsão e preparo para defesa e resistência contra ameaças externas. Cabe ao planejamento estratégico, naturalmente, avaliar a extensão e o grau de atenção a ser dado às ameaças concretas e hipotéticas, presentes e futuras.

Os nexos intrínsecos entre política externa e defesa têm particular relevância no caso de um país como o nosso, que tem logrado viver em paz com todos os seus vizinhos há mais de cento e trinta anos. Da política externa provieram projetos estratégicos, notadamente o da integração regional, que nos permitiu superar rivalidades, em especial com a Argentina, e que tem como objetivo maior consolidar o estatuto da América do Sul como um espaço

de paz, diálogo e cooperação, possibilitando que nos concentremos no desenvolvimento econômico e social.

Temos, ademais, assumido liderança em várias iniciativas nos foros multilaterais que tratam das questões da segurança, do desarmamento e da não-proliferação. Refiro-me, entre outras, às iniciativas de criação de uma Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul e da declaração do Hemisfério Sul como Zona Livre de Armas Nucleares. Em seguida a nossa adesão ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear, participamos ativamente da coalizão da “Nova Agenda”, que teve papel decisivo no programa concreto de medidas para o desarmamento nuclear adotado pela Conferência de 2000.

O Brasil beneficia-se de uma projeção internacional singular: a de um país de inegável expressão, que não defende uma concepção exclusivista ou auto-centrada, mas sim cooperativa da segurança internacional. É vasta a margem de atuação e de arregimentação de apoios que existe para um país com o nosso perfil. Mesmo em outras esferas, como a da OMC, uma clara percepção de nossos interesses, aliada à mobilização de outros países em desenvolvimento, pôde, na reunião de Cancún, projetar-nos de maneira sólida e consistente contra alguns dos mecanismos de sustentação das assimetrias no sistema internacional. Como disse o Presidente Lula, a postura que mantivemos em Cancún “demonstra que o Brasil dispõe de uma capacidade de articulação talvez única, que nos permite lutar por nossos interesses, somando forças com clareza de objetivos, e sem confrontações”.

É preciso, antes de mais nada, que continuemos a salvaguardar esse verdadeiro

trunfo político de que dispomos na América do Sul. Possuímos identidade estratégica própria, que não se confunde com a da América do Norte, o que torna inaplicáveis conceitos de segurança hemisférica do gênero *“one size fits all”*. Somos uma região onde os gastos militares são proporcionalmente muito baixos, não dispomos de armas nucleares ou outras armas de destruição em massa e não participamos, nem queremos participar, de alianças militares de compatibilidade duvidosa com as Nações Unidas.

Todos esses fatores nos levam a trabalhar em torno de uma agenda própria de preocupações da América do Sul. Uma América do Sul ainda mais unida e coesa poderá afinar posições e melhor refutar conceitos e iniciativas questionáveis. Pouca aplicabilidade terão em nossa região pretextos que costumam embasar veleidades intervencionistas, se fortalecermos nossos mecanismos de concertação regional. Tais mecanismos vêm contribuindo, com efeito, para reforçar nossa teia de políticas, interesses e valores comuns, entre os quais os da consolidação da democracia, do respeito aos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável com justiça social.

É preciso distinguir entre, de uma parte, um intervencionismo humanitário de custos humanos e materiais potencialmente elevados e questionável efeito estabilizador, e, de outra parte, a noção de responsabilidade coletiva no plano humanitário, com a qual nos identificamos plenamente. Cumpre, assim, fomentar a capacidade dos Estados de prover assistência, em um ambiente de cooperação internacional, e não de imposição pela força. Há que reconhecer que, em situações extremas, o recurso à ação militar pode vir a

justificar-se. A determinação de justificativa para uma intervenção humanitária envolve um delicado exercício de julgamento, tendo em vista, inclusive, a necessidade de se evitar que o uso da força agrave ainda mais uma situação de instabilidade. Fundamental, nesses casos, será preservar o processo multilateral de decisão, acompanhamento e avaliação da situação.

A assistência humanitária deve, de preferência, ser oferecida com o consentimento do Estado reciendário e prestada com base nos critérios de neutralidade e imparcialidade. Nunca é demais lembrar que a cooperação internacional no campo do desenvolvimento econômico e social, em bases sustentadas e regulares, seguirá sendo a melhor maneira de prevenir a ocorrência de crises humanitárias.

Temos dúvidas, também, sobre a noção de “segurança humana”. Fosse ela incorporada em um instrumento internacional – ainda assim, não de segurança –, teria de ser explicitada e, sobretudo, vinculada à noção de direito ao desenvolvimento. Deveria, nesse sentido, incorporar os pontos de vista dos países em desenvolvimento, de modo que, no topo de uma agenda de ação, figurassem os anseios da maior parte da humanidade, como o acesso a medicamentos, condições mais justas no comércio internacional e combate à pobreza – principal fator de insegurança humana. Como disse o Professor John Ruggie, um dos principais assessores do Secretário-Geral da ONU, por mais louvável que seja sua inspiração, o conceito de segurança humana dificilmente pode ser compatibilizado com os capítulos da Carta das Nações Unidas que versam sobre paz e segurança internacional.

Ao longo de todo o processo preparatório da Conferência Especial de Segurança, no

âmbito da OEA, o Brasil e outros países (México, Argentina, Chile, Peru, Uruguai, Venezuela) têm insistido na necessidade de que cada país defina, soberanamente, e de acordo com suas próprias especificidades, prioridades e legislações internas, a maneira de empregar suas Forças Armadas e suas forças policiais. Não aceitamos que venha a prevalecer mais uma manifestação de descompasso – lembrando o que ocorre, por exemplo, nas questões de comércio, entre o liberalismo que se prega e o protecionismo que em muitos casos se pratica. Nunca é demais lembrar estarem, no caso dos EUA, os militares proibidos, por lei, de atuarem como forças de segurança pública. Também no Brasil estão claramente definidos, na Constituição, os papéis das Forças Armadas e das forças policiais.

Não obstante, as reservas que nutrimos em relação a determinados conceitos de segurança não nos devem impedir de assumir plenamente nossas responsabilidades em face de fenômenos que afetam nossa região, como a criminalidade e a violência urbana, enfrentando-as com determinação. Devemos superar polêmicas estéreis em torno da escolha entre associar ou dissociar as Forças Armadas das tarefas policiais ou de segurança pública. Trata-se, antes, de discutir – com o pleno envolvimento das instituições do Estado e das entidades da sociedade civil – as modalidades de interação e cooperação que queremos estabelecer e que, como se sabe, já existem e têm sido implementadas no Brasil, até por dispositivo constitucional, na forma de apoio logístico, de inteligência e operacional, sem que isso tenha implicado desvio em relação à missão precípua das Forças Armadas ou prejuízo para nossa capacidade de defesa.

O Brasil, juntamente com os países da ALADI, defende uma clara distinção entre os assuntos de defesa e de segurança, e, nesse sentido, tem apoiado a manutenção da Junta Interamericana de Defesa como órgão de assessoramento técnico-militar da OEA, sem funções operacionais. Estamos dispostos a discutir uma eventual nova estrutura para a JID e a definir mais nitidamente seu vínculo jurídico com a OEA. Acreditamos, porém, que o assunto requer detido exame em nível político-diplomático, e que a Comissão de Segurança Hemisférica – e não a JID – deva permanecer como ponto focal de todo o sistema de segurança interamericano.

Uma coisa é certa: para enfrentarmos nossas vulnerabilidades de segurança, devemos dar continuidade e aprimorar as iniciativas regionais e sub-regionais, a começar pelo Plano Geral de Cooperação e Coordenação Recíproca para a Segurança Regional do MERCOSUL, firmado pelos Ministros do Interior e Justiça dos países-membros e dos países associados, Bolívia e Chile. O Plano detalha medidas a serem tomadas para enfrentar problemas como narcotráfico, crime organizado, terrorismo, tráfico de menores, contrabando, furto de automóveis, ilícitos ambientais e questões migratórias. Poderíamos, desde já, explorar a idéia de que esse mecanismo se estenda aos demais países da América do Sul.

Com a Colômbia, especificamente, estabelecemos, em julho último, um Grupo de Trabalho para a Repressão da Criminalidade e do Terrorismo. Na agenda da primeira reunião, figuraram temas como a agilização do intercâmbio de inteligência, cooperação em investigações criminais, cooperação judiciária, modalidades de utilização do SIVAM pela Colômbia, compatibilização em matéria

legislativa e controle de fronteiras. Igualmente com a Colômbia existe uma Comissão Mista Antidrogas, cuja VI reunião deverá ocorrer em Brasília, em novembro próximo.

O problema colombiano afeta a segurança de todos os países vizinhos, e creio tratar-se de tema incontornável. O Brasil tem oferecido seus préstimos, em atenção a solicitação do Governo colombiano e com pleno respeito à soberania do país. Acreditamos que, a exemplo de outros casos encaminhados pela via não militar sob a alçada das Nações Unidas, os bons ofícios do Secretário-Geral merecem ser plenamente utilizados. No mesmo espírito, não devemos excluir o recurso a outras eventuais medidas, inclusive o estabelecimento de embargo de armas à guerrilha e aos paramilitares.

Faço aqui um parênteses sobre as alegações em torno da existência de grupos terroristas na Tríplice Fronteira entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai. Inexistem, até o momento, elementos comprobatórios da presença ou do financiamento de terroristas a partir daquela região. Não podemos permitir que a Tríplice Fronteira continue sendo apontada como celeiro de terroristas. A vinculação que por vezes se faz entre atividades terroristas e a presença de comunidade de origem árabe na região é particularmente perniciosa e contraproducente. Somos uma sociedade multiétnica e multicultural – a exemplo, aliás, de todas as sociedades do hemisfério – e repudiamos acusações fundadas em preconceitos étnicos ou religiosos.

Enfim, na área propriamente de defesa, vale sublinhar a utilidade de mecanismos como os Grupos Bilaterais de Defesa, que estabelecemos com Argentina, Bolívia, Chile, Peru e Uruguai. Com a Colômbia, foi assinado, em junho último, um Memorando

de Entendimento entre os Ministérios da Defesa brasileiro e colombiano sobre cooperação em matéria de defesa. O Ministro da Defesa, Embaixador José Viegas Filho, liderou uma iniciativa pioneira do Brasil, a de sediar, no Rio de Janeiro, a Primeira Reunião de Ministros da Defesa da América do Sul. Nessas condições, embora ainda distante, não tenho dúvida de que a integração na área de defesa entre os países sul-americanos está no horizonte político, e virá, creio, no devido momento, bastando lembrar os obstáculos que, a título de comparação, ainda enfrenta o projeto de uma política externa e de defesa comum da União Européia.

Comentários finais

Como assinalou o Presidente Lula perante a Assembléia-Geral das Nações Unidas: “Não podemos ignorar as mudanças que se processaram no mundo, sobretudo a emergência de países em desenvolvimento como atores importantes no cenário internacional, muitas vezes exercendo papel crucial na busca de soluções pacíficas e equilibradas para os conflitos. O Brasil está pronto a dar sua contribuição. Não para defender uma concepção exclusivista da segurança internacional. Mas para refletir as percepções e os anseios de um continente que hoje se distingue pela convivência harmoniosa e constitui um fator de estabilidade mundial”¹².

Diria, para concluir, que as três categorias de preocupações que expressou o Secretário-Geral das Nações Unidas – e às quais me reportei no início deste artigo – revelam a extrema gravidade do momento em que vivemos e a urgência de encontrar respostas equilibradas para a crise atual. Por maior poder e liberdade de ação que detenha a

principal potência militar, não contará com a cooperação necessária para a promoção de uma ordem internacional estável e legítima, se deixar de basear suas ações em regras multilateral e democraticamente negociadas.

Ao contrário, se nos dedicarmos de boa fé à reforma das Nações Unidas, como nos incita Kofi Annan a fazer, maiores serão as chances de que os problemas por ele apontados – unilateralismo, terrorismo, proliferação de armas de destruição em massa, graves violações de direitos humanos – venham a encontrar soluções duradouras. A mera defesa do *status quo* jurídico não parece mais suficiente. Devemo-nos preparar para preservar o essencial do que já foi conquistado, e participar de um esforço coletivo de reforma dos mecanismos que criamos, com visão histórica e habilidade diplomática, de modo a favorecer a emergência de uma sociedade internacional melhor aparelhada para a promoção da paz e do desenvolvimento.

Uma agenda de cooperação com o mundo árabe – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Valor Econômico, 03.12.03)

São sólidos os laços de amizade e cooperação que nos aproximam do Oriente Médio. Mais de dez milhões de brasileiros possuem ascendentes na região. Encontra-se no Brasil a maior comunidade de origem árabe fora do mundo árabe. Aqui convivem cristãos, muçulmanos, judeus, irmanados pelo orgulho de haverem contribuído para a formação do diversificado tecido social de nosso país.

O Brasil deseja aprofundar as relações com os países árabes, tanto no plano bilateral, como por intermédio de contatos

mais sistemáticos com entidades representativas da região, como a Liga dos Estados Árabes – organismo regional do qual nos tornamos, este ano, o primeiro observador da América Latina.

Em junho último, o Primeiro-Ministro Rafik Hariri, do Líbano, realizou importante visita ao Brasil, ocasião em que se decidiu criar uma comissão bilateral de alto nível para o aumento do intercâmbio comercial, o desenvolvimento das relações financeiras e o incremento dos investimentos.

Em Evian, à margem da reunião do G-8 ampliado, o Presidente Lula encontrou-se com o Príncipe Herdeiro da Arábia Saudita. O Brasil foi convidado a participar de evento organizado pelo *World Economic Forum*, às margens do Mar Morto, dedicado à pacificação e à reconstrução econômica do Oriente Médio.

Naquela oportunidade, mantive diversos encontros com lideranças da região e de fora dela, além de ter sido recebido pelo Rei Abdala, da Jordânia. Subseqüentemente, estive com meus homólogos em Beirute e no Cairo, onde fui recebido, também, pelo Presidente Mubarak. O Ministro Luiz Furlan, por sua vez, visitou as capitais da Arábia Saudita e do Kuait. Representantes do MDIC estiveram nos Emirados Árabes Unidos, onde, recentemente, abrimos um escritório comercial. Há poucos meses, realizou-se uma missão de empresários brasileiros à Líbia – a primeira em vinte anos.

É promissor o potencial para o incremento do comércio e a atração de investimentos. Muito resta a fazer, no entanto, para recuperarmos o espaço perdido nos últimos dez anos, depois da primeira Guerra do Golfo. Em 1990, a corrente de comércio brasileiro com o Oriente Médio era de US\$ 5 bilhões.

Em 2002, caiu para US\$ 3,7 bilhões, ou 3% de nossa pauta de comércio externo. A compra de produtos brasileiros equivale hoje a tão somente 1,5% do total de importações do mundo árabe. Entretanto, como indicam vários estudos, é possível mais que dobrar nossas exportações para aquela região em prazo relativamente curto.

A partir de hoje, o Presidente Lula iniciará uma viagem ao mundo árabe, que o levará à Síria, ao Líbano, aos Emirados Árabes Unidos, ao Egito e à Líbia. Além dos encontros de alto nível com líderes dessas nações, serão assinados acordos, realizados seminários sobre oportunidades de investimentos e negócios, e organizada uma feira para a promoção de exportações brasileiras em Abu Dhabi.

A proposta de realização, em 2004, de uma reunião de líderes da América do Sul e dos países membros da Liga Árabe, em uma cidade brasileira, contribuirá para dar seguimento à crescente cooperação econômico-comercial entre as duas regiões. A presença do Presidente Duhalde, como representante do MERCOSUL, na comitiva que acompanhará o Presidente Lula em sua viagem ao mundo árabe, contribuirá para o estreitamento de vínculos entre nossas regiões.

Evidentemente, tais projetos em muito se beneficiariam de uma redução das tensões políticas no Oriente Médio. Respaldamos os esforços do Secretário-Geral das Nações Unidas e do chamado “quarteto” (Estados Unidos da América, Federação Russa, União Européia e Secretariado da ONU) com o objetivo de levar adiante o “Mapa do Caminho” a ser cumprido por israelenses e palestinos.

O Brasil tem consistentemente apoiado a criação, no mais breve lapso, de um Estado

palestino independente, democrático, coeso e economicamente viável, assim como o direito à existência e à segurança de Israel dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas. Desejamos contribuir, na medida de nossas possibilidades, para a reconciliação entre árabes e judeus e o fim da instabilidade crônica que tantas perdas humanas tem causado às populações civis na região.

A situação do Iraque permanece muito preocupante. Esperamos que se acelere o processo de restituição da soberania aos iraquianos, com crescente participação da ONU no esforço de estabilização do país. Evitar a propagação da violência no Oriente Médio não é apenas uma prioridade diplomática ou geoestratégica: é um imperativo histórico e moral.

O Itamaraty reorganiza-se para apoiar a renovação de nosso relacionamento com os países do Oriente Médio e para estabelecer pontes com a Ásia Central. A Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos passou a contar com um departamento dedicado exclusivamente a essa região, de modo a estimular uma

ação diplomática mais dinâmica com uma parte do globo que passa por importantes redefinições políticas e econômicas.

Nos últimos meses, tanto os dignitários com quem estive pessoalmente no Levante, como os Chefes de Estado que receberam emissários especiais do Presidente Lula em missões oficiais ao Golfo e ao Magreb, foram unâimes em acolher de forma muito positiva a proposta de intensificação de nossos laços de cooperação.

Ao acercar-se dos países árabes, o Brasil inspira-se no firme propósito do Presidente Lula de trabalhar pela paz internacional e de levar adiante nossa luta pelo desenvolvimento econômico com justiça social, diversificando nossos relacionamentos e fortalecendo parcerias com os países do Sul. As afinidades históricas que unem o Brasil aos países árabes merecem ser postas a serviço de projetos concretos nas esferas econômico-comercial, científico-tecnológica, social e cultural, e, sobretudo, de um diálogo político de alto nível que contribua, de algum modo, para a paz naquela região.

ENTREVISTAS

Entrevista do Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Revista Brasileira do Comércio Exterior – RBCE, 01.07.2003)

RBCE: As perspectivas parecem estar mais animadoras para o comércio exterior: queda do custo Brasil, mercado internacional mais confiante em relação ao país, os últimos superávites da balança comercial, tendência à abertura de mercados com a nova conjuntura internacional. O senhor está otimista?

Celso Amorim: Nas duas últimas décadas a economia brasileira enfrentou grandes dificuldades, inclusive no que diz respeito às exportações. As exportações brasileiras situam-se em torno de 1% do comércio mundial, um percentual bastante tímido para o porte da economia do Brasil. Desde 2000, porém, a balança comercial brasileira vem reagindo positivamente, com a produção de crescentes saldos comerciais. Houve diversificação dos mercados compradores no exterior e a tendência é de expansão do comércio. Estou otimista com esse cenário, apesar da preocupação que traz a conjuntura de um quadro de pouco crescimento econômico nos Estados Unidos, União Européia e Japão. Não podemos, além disso, deixar de dedicar atenção às barreiras externas às nossas

exportações, impostas por outros países, e também aos entraves internos, cuja solução depende principalmente de nós, brasileiros. Exemplo disso são os altos custos logísticos e a escassez de recursos para financiar as exportações.

RBCE: Criticou-se muito o Governo Fernando Henrique por não ter dado prioridade ou desenvolvido uma estratégia de apoio para o comércio exterior. Agora no Governo Lula, o Brasil tem uma política conjunta para se tornar competitivo com as novas realidades do mercado internacional? Quais as condições que estão sendo criadas para um comércio mais dinâmico?

Celso Amorim: O Governo Lula tem-se preocupado, desde o início, com a racionalização do uso dos recursos disponíveis. Duplicações de esforços têm sido eliminadas, os diversos órgãos que atuam em comércio exterior têm atuado de forma mais coordenada e o BNDES tem funcionado como importante ferramenta de financiamento do comércio exterior. A política do Governo é a de melhorar as condições para a realização da estratégia de comércio exterior do Brasil, a qual se baseia no aprofundamento do intercâmbio com os países da América do Sul, na busca de novos mercados compradores e na manutenção e ampliação do comércio com os tradicionais parceiros.

RBCE: A partir de 2001, o desempenho de produtos básicos tem crescido muito mais que outros produtos da pauta. Gostaríamos que o senhor explicasse esse fenômeno. Isso deve continuar?

Celso Amorim: Em primeiro lugar, devemos lembrar que o Brasil é naturalmente competitivo em produtos agrícolas, como soja em grão, farelo de soja, carnes bovina, de frango e suína e café em grão, além de outros produtos básicos como minério de ferro e petróleo em bruto. Em virtude dessa competitividade, a produção brasileira possui capacidade de penetração muito elevada na maioria dos mercados. Cabe lembrar também que a exportação de produtos básicos, geralmente constituídos por commodities com preços fixados nos mercados internacionais, se beneficiou com o aumento da taxa de câmbio registrado no ano passado. De outro lado, os produtos industriais no Brasil, principalmente os de alto valor agregado, dependem em alguns casos de insumos importados e, em vista disso, perderam, em grande medida, a capacidade de competir com produtos de outros países. Some-se a isso o fato de que a diminuição das importações de bens industriais que resultou, entre outros fatores, da desvalorização cambial, deu margem à alocação, no Brasil, de grande parte da produção nacional de bens manufaturados. O quadro acima deve ser analisado também à luz das políticas em curso destinadas a diminuir os custos de produção, de logística e a carga tributária das empresas, bem como a maturação dos investimentos produtivos que o Brasil vem recebendo em anos recentes, fatores que já contribuem e contribuirão cada vez mais para o aumento da competitividade dos produtos brasileiros no exterior.

Cabe ressaltar, porém, que a continuidade da expansão das exportações brasileiras depende, entre outros fatores, da capacidade de abertura de novos mercados e da derrubada de barreiras ao comércio, um dos maiores desafios das atuais negociações de que o Brasil participa no plano comercial.

RBCE: As barreiras protecionistas, tarifárias e não-tarifárias, têm representado obstáculo ao fluxo de nosso comércio. Existe algum programa específico em seu Ministério visando melhorar as condições de acesso dos produtos brasileiros nas negociações multilaterais e, principalmente, em relação aos Estados Unidos, onde o país vem perdendo mercado para a China?

Celso Amorim: Está em curso na OIVIC, no âmbito da Rodada de Doha, um processo de negociação orientado especificamente para a redução e eventual eliminação das restrições tarifárias e não-tarifárias em produtos industriais. Essa negociação tem alcance multilateral e estamos trabalhando com vistas a que dela resultem benefícios para o Brasil e para os países do MERCOSUL no acesso aos mercados de nosso principal interesse exportador, em especial para aqueles produtos que enfrentam barreiras como picos tarifários e escalada tarifária. De outro lado, a negociação da ALCA, por ter caráter preferencial, caso seja concluída a contento, deverá representar maiores vantagens para o Brasil e os demais países da região no acesso ao mercado norte-americano em comparação a outros fornecedores que não terão, em princípio, as mesmas condições para suas exportações.

RBCE: Em razão da crise argentina, as exportações brasileiras de manufaturados se direcionaram para outros mercados. Alguns

meses depois, a produção se recuperou. O Brasil deverá manter os novos compradores?

Celso Amorim: Não apenas a Argentina, mas outros mercados tradicionais para os produtos brasileiros perderam participação nas nossas exportações em virtude de quadros internos recessivos. No entanto, a desvalorização do real frente ao dólar, entre outros fatores, contribuiu para a expansão das vendas para outros países, principalmente na África e na Ásia. Não devemos esquecer que os grandes investimentos realizados pela agricultura e pela indústria brasileiras ao longo da última década possibilitaram expressivos ganhos de produtividade. Esse fato está agora se refletindo na balança comercial e também permitindo a diversificação das exportações e a procura de novos mercados, tanto quanto a expansão das exportações do Brasil para os mercados tradicionais. No entanto, a recuperação da Argentina – que está voltando a ser o nosso segundo maior parceiro comercial – não deverá implicar, necessariamente, a diminuição do fluxo das exportações brasileiras para novos mercados, como a África do Sul ou a Coréia.

RBCE: O Brasil é líder do MERCOSUL, responsável por 70% do PIB regional, mas o potencial de conflito na região é grande e os instrumentos para amortecê-los, precários. Está sendo reconstruída a confiança mútua entre os países? Há risco de os governos ficarem reféns de interesses setoriais? Como Vossa Excelência vê o futuro do cenário macroeconômico na região?

Celso Amorim: Nos primeiros dias do Governo Lula, ficou clara a mensagem do Presidente no sentido de que o MERCOSUL representa instrumento fundamental para que a América do Sul se torne um espaço de paz

e desenvolvimento com justiça social. Para alcançar esse objetivo, o Brasil não medirá esforços e tudo fará para aproximar divergências e reduzir as distâncias que ainda nos separam do ideal comum sul-americano de paz e desenvolvimento por meio da integração de nossos povos. Essa integração vem sendo conduzida de maneira hábil pelos negociadores dos quatro Estados Partes, levando em consideração os interesses das sociedades que representam e as assimetrias econômicas ainda capazes de retardar a integração profunda desejada pelo MERCOSUL. Para dar mais um passo na direção do mercado comum, já nos primeiros dias de Governo foi anunciada, de forma conjunta com o governo da Argentina, a intenção de constituir um Instituto Monetário comum do MERCOSUL. Essa iniciativa, ainda em fase de estudos, demonstra a preocupação hoje existente com o fato de que o MERCOSUL deve preferencialmente caminhar na direção de maior coordenação macroeconômica. Será mais fácil também se progredirem aspectos relativos à estrutura produtiva, como a infra-estrutura de transportes e comunicações, dos países do MERCOSUL.

Ao refletir sobre o balanço do MERCOSUL desde o Tratado de Assunção, de 1991, e, particularmente, desde o Protocolo de Ouro Preto, de 1994, que deu vida internacional ao MERCOSUL, penso que o saldo do processo de integração é positivo. Nesse período, o MERCOSUL passou de um projeto considerado por muitos como demasiado ambicioso, em razão das ditas “rivalidades históricas” entre Brasil e Argentina alegadas pelos céticos da integração, para uma realidade incontestável e sem regresso. Para não falar apenas dos

avanços em termos de crescimento do volume comercial intrazona desde a entrada em vigor da zona de livre comércio até os nossos dias (nesse período, o volume das transações comerciais passou de cerca de US\$ 2,5 bilhões para US\$ 17 bilhões), com os benefícios decorrentes quanto à geração de empregos e investimentos nos países membros, o MERCOSUL hoje vai além de uma área de livre comércio para se constituir numa União Aduaneira, que contempla a harmonização de práticas e normas comerciais e o desenvolvimento de ações conjuntas nos terrenos cultural e social.

Sobre o futuro, arriscaria dizer que o cenário macroeconômico da região para os próximos anos será favorecido por uma lógica que predomina sobre o pensamento econômico hoje em dia: as políticas de Estado voltadas para o social não são antagônicas a medidas econômicas ortodoxas. Para que o Estado invista na área social e gere empregos, torna-se necessário, antes, equilibrar as contas públicas. Caso contrário, de onde virão os recursos para investir no bem-estar da sociedade? De inflação e endividamento externo, já não podem vir, pois todos conhecemos os resultados da inflação e do endividamento externo no empobrecimento dos nossos países. Acredito, assim, que os países do MERCOSUL, conscientes da necessidade de equilibrar as contas públicas, estabilizar as economias e gerar excedentes para investimentos sociais em infra-estrutura produtiva, estarão ainda mais preparados para a próxima fase do processo de integração: a constituição do mercado comum sul-americano.

RBCE: Quais são as melhores oportunidades hoje para as empresas

brasileiras exportadoras em 2003 no mercado internacional?

Celso Amorim: Naturalmente, não há uma receita para o sucesso, mas este é um ano promissor. Favorecidos pelo câmbio muito vantajoso e os ganhos crescentes da produção rural brasileira, os produtos básicos brasileiros demonstraram ser bastante competitivos no mercado internacional. No caso dos produtos industrializados e semi-industrializados, uma oportunidade adicional foi aberta com o fortalecimento do euro perante o dólar, o que, além de baratear os produtos brasileiros, contribui para aumentar a competitividade dos nossos bens e serviços no mercado europeu.

RBCE: Sabemos que o salto do desempenho comercial decorre de vários fatores, entre os quais o dinamismo de empresários e ações do setor privado e do governo. O senhor destaca alguma contribuição nesse aspecto?

Celso Amorim: É importante que governo e empresa, nas áreas de atuação de cada um, ajam de forma coordenada. Cabe ao Governo garantir as condições para o desenvolvimento dos negócios e estabelecer políticas de estímulo à competitividade, à produção e à exportação. Caberia às empresas explorar as oportunidades e garantir a qualidade e a competitividade dos produtos brasileiros. O caso do cerrado brasileiro ilustra bem essa parceria. As pesquisas desenvolvidas pelo Governo viabilizaram a utilização econômica de uma vasta área do Brasil e os empresários souberam aproveitar essa oportunidade, investindo na produção e na incorporação de tecnologia. No cenário externo, a diplomacia do país tem procurado criar condições favoráveis à atuação do setor

privado brasileiro, em negociações bilaterais e multilaterais, voltadas para a redução de tarifas e eliminação de outras barreiras ao acesso dos produtos brasileiros.

RBCE: O cenário das negociações internacionais apresenta um período de intensa turbulência, especialmente com a ausência de avanços na Rodada de Doha, que foi iniciada com o compromisso de que seria alcançada maior liberalização da área agrícola. O sistema multilateral está passando apenas por mais uma crise momentânea ou esta, diferentemente das demais, pode colocar em risco o futuro da OMC?

Celso Amorim: O Brasil seguirá reafirmando seu compromisso com a Rodada Doha, deixando claro ser inaceitável qualquer conclusão da Rodada que não promova mudanças substantivas em agricultura. O tema agrícola é central e determinante do avanço em outras áreas de negociação.

A ausência de avanços verificados até o momento na Rodada Doha é fato que preocupa o Brasil. A perda do prazo para acordar as modalidades das negociações em agricultura veio somar-se à estagnação em outros temas de particular interesse dos países em desenvolvimento, como TRIPS, saúde pública e tratamento especial e diferenciado.

As dificuldades em avançar as negociações na área agrícola decorrem de sensibilidades de alguns países, que relutam em liberalizar o setor, mas não seria prudente afirmar que o sistema multilateral como um todo está em perigo. Na realidade, as atuais dificuldades devem ser analisadas como parte do jogo negociador. Os impasses em determinados temas e a perda de prazos importantes são motivo de preocupação, mas isso contribuiu para que os países interessados

intensificassem os trabalhos de preparação para a Reunião Ministerial de Cancún, em setembro. A idéia é procurar equacionar diferenças e propiciar o ambiente adequado para que essa Reunião seja bem sucedida. Exemplo desse esforço conjunto foram as discussões sobre a Rodada de Doha ocorridas na Conferência Ministerial da OCDE, em fins de abril, da qual participei. No próximo mês de junho, haverá nova oportunidade para aproximar as posições dos países interessados antes de Cancún, com a realização de reunião ministerial informal no Egito.

RBCE: E como ficam as negociações no âmbito da ALCA e do acordo MERCOSUL-UE, uma vez que não há sinais perceptíveis de que o Brasil obterá concessões em áreas de seu interesse, como eliminação de picos tarifários, *antidumping* e redução de subsídios agrícolas?

Celso Amorim: Acredito que seja prematuro considerar que o Brasil não obterá concessões em áreas de seu interesse, como eliminação de picos tarifários, *antidumping* e redução de subsídios agrícolas nas negociações da ALCA e no acordo MERCOSUL-UE. Da mesma forma, parece-me ser ainda muito cedo – no atual estágio das negociações em ambas as iniciativas – para afirmar que em outras áreas não será possível alcançar um pacote negociador que compense e/ou satisfaça os interesses brasileiros nessas matérias. Em todo caso, o fundamental a reter, em negociações tão complexas como essas, é que o resultado final do exercício deve contemplar não só nossas expectativas nas áreas de acesso ao mercado de bens, mas também nossos interesses em todos os setores da negociação.

RBCE: Afinal, quais são as diferenças fundamentais na condução da política

externa do Governo Lula em relação ao Governo Fernando Henrique Cardoso? A exemplo do que ocorreu na crise da Venezuela, o Brasil está mesmo disposto a assumir e a pagar o preço pelo maior protagonismo nas relações com seus vizinhos da América do Sul?

Celso Amorim: O Presidente Lula definiu, em seu discurso de posse, a América do Sul como prioridade de nossa política externa. É uma ótica focada em nosso entorno imediato. Buscamos uma América do Sul politicamente estável, socialmente justa e economicamente próspera, não só por solidariedade, mas também por interesse, porque o bem-estar e progresso de nossos vizinhos influencia, fomenta nosso próprio bem-estar e progresso. Nesse espírito, o papel assumido pelo Brasil pretende ser útil aos demais países, sem hegemonia. O melhor exemplo é, talvez, nossa atuação quando da crise venezuelana. Sem jamais deixar de respeitar o princípio da não-intervenção, o Brasil foi fundamental na criação de um mecanismo de facilitação do diálogo entre o Governo e a oposição, o chamado “Grupo de Amigos”. Também eloquente é a agenda de visitas de Presidentes sul-americanos. Em apenas cinco meses, o Presidente Lula recebeu os Presidentes da Argentina, Colômbia, Peru, Venezuela, Bolívia e Uruguai. Foram visitas extremamente produtivas e benéficas para a integração sul-americana.

Demandar por Lula é muito maior que a oferta – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Jornal do Brasil, 24.07.2003)

O Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, é um diplomata inquieto. E entusiasmado. Gosta do estilo do Presidente

Luiz Inácio Lula da Silva e comunga da paixão pela América do Sul e tudo que isso envolve: MERCOSUL, relações culturais, afinidades, proximidade, intercâmbio. Ele mergulhou nas ênfases e preferências do modo petista de governar e defende, com convicção, a tese de que, no campo diplomático, a relação do Brasil com cada país deve se desenvolver de igual para igual. Assim, se os Estados Unidos cobram US\$ 100 para conceder visto de entrada para brasileiros, o Brasil tem de cobrar valor igual de americanos interessados em visitar o país. O mesmo raciocínio vale no campo comercial. Os americanos transferem para a Organização Mundial do Comércio (OMC) decisões sobre subsídios agrícolas? Então, o Brasil faz o mesmo. “Não podemos colocar todos os ovos na cesta da ALCA”, brinca Amorim. “Até porque o nome não combina. O organismo não é livre e nem trata apenas de comércio.” Leitor do filósofo francês Jean-Paul Sartre e fluente em inglês, francês e espanhol, o Chanceler recebeu o Jornal do Brasil no gabinete do Itamaraty, ontem, durante uma manhã de agenda apertada. No encontro, assegurou não ter defendido o “engajamento” – uma palavra da qual gosta muito – ideológico do Ministério em discurso durante a posse do Subsecretário-Geral da América do Sul e diretores.

Ação política

É preciso uma afinidade das pessoas que trabalham no governo com a orientação política desse governo. É como num time de futebol: se não se tem entusiasmo pelo esquema de jogo pode-se ser o maior craque, mas não funciona.

Falta de entusiasmo

Certas pessoas têm mais, outras têm menos. Nunca pedirei atestado ideológico de ninguém no Itamaraty. Mas é lógico que, se

desenvolvo uma política que dá prioridade à África, por exemplo, não posso colocar como Subsecretário de Assuntos Políticos alguém que não veja nisso uma prioridade. Ele faria isso burocraticamente. As pessoas aqui são funcionários de Estado, cumprem ordens, seguem as orientações. É claro, porém, que se há identificação com a política, agirá com mais entusiasmo.

Harmonia

Existe o Estado e o Governo. Querer dizer que a política externa é só do Estado, não é do Governo, é uma visão até sociologicamente errada. Governos têm políticas, ênfases diferentes em aspectos diferentes. Nunca haverá, nessa administração, punição por motivo ideológico nem por opinião. É claro, contudo, que se tende a trabalhar melhor com pessoas que têm afinidade de pensamento com você.

Viagens

Ministro de Exterior, se não está despachando com o Presidente da República, se não está em reunião ministerial, recebendo um visitante estrangeiro ou ajudando o Presidente a receber, tem de estar viajando, onde as coisas se passam. Quando o Presidente Lula estava em Washington, fui para o Egito, depois para Amã, depois voltei ao Egito, fui ao Líbano e desembarquei no Brasil a tempo de embarcar com o Presidente para Medellín. Tudo em sete dias. Todas as visitas, minhas e do Presidente Lula, têm um objetivo. Elas se realizam num momento em que estamos envolvidos em vários processos complexos: negociação da ALCA, integração da América do Sul, consolidação do MERCOSUL, negociações com a União Européia, a possibilidade de reforma do Conselho de Segurança da ONU. E tudo tem de ser feito rápido. Existe uma demanda por

Lula muito maior que a oferta. Não são convites formais, são demandas insistentes.

Prioridades diplomáticas

Como dizia Carlos Drummond de Andrade, o mundo é vasto e complexo. O Presidente Lula tem sido muito claro, a prioridade é a América do Sul. É a área que tem relação mais direta com nosso desenvolvimento econômico e social e onde o Brasil pode ter um impacto positivo e compor-se com países cuja evolução também tenham um impacto imediato no Brasil.

América do Sul

O MERCOSUL é o que existe de mais concreto e o que desejamos aprofundar de forma imediata. Nossa relação com a Argentina é estratégica e importante. É fundamental que a Argentina vá bem, assim como é fundamental que o Brasil vá bem. Em nossa relação com os argentinos, não há área de sombra. É de uma franqueza como raras vezes vi. Em relação ao MERCOSUL, o Brasil, sendo a maior economia e o maior país, tem de demonstrar generosidade com os outros parceiros. Não pode ser mesquinho, não pode querer impor cotas. Temos agora, por exemplo, uma medida relativa ao abastecimento de arroz. Se tivermos de fazer uma importação de emergência, a uma certa cota, faremos conversando com nossos parceiros, no caso o Uruguai. Houve o caso dos pneus recauchutados. Havia um interesse protecionista, sim. O Uruguai e o Paraguai juntos produzem 1% do mercado de pneus recauchutados no Brasil e 0,1% do total geral do mercado brasileiro. Não tenho de ficar preocupado com a importação de pneus de nossos vizinhos, e sim com os da União Européia. Havia uma decisão que o Brasil não estava cumprindo. Como podemos

criticar os Estados Unidos e a União Européia por tomar decisões unilaterais se nos comportarmos da mesma forma com nossos parceiros?

MERCOSUL e ALCA

Não temos interesse em discutir a questão de tarifas apenas na Organização Mundial do Comércio. Queremos debater o assunto também na ALCA. Afinal, os Estados Unidos são um mercado importante para as exportações brasileiras. No fundo, nesse quesito, há até um erro de nomenclatura. Chamamos de acordo de livre comércio das Américas. Primeiro, não é só comércio, inclui propriedade intelectual, normas de investimento, regras para compras governamentais, serviços. E, depois, não é totalmente livre, mas isso é outro capítulo. O problema das tarifas será discutido com atenção, com preservação de tempo para a indústria brasileira se adaptar, com a criação de fundos de compensação, como existem na União Européia. A dificuldade é que os Estados Unidos estão excluindo grandes temas do âmbito da ALCA. Não querem, por exemplo, discutir livre-arbítrio e as políticas *antidumping*. Dizem que isso vão levar à OMC. Nós também. Não é errado, eles estão defendendo seus interesses. O problema nosso é que o brasileiro se envergonha de defender o interesse nacional. Para nós não interessa também discutir propriedade intelectual ou compras governamentais no contexto da ALCA, porque a configuração aqui não nos é favorável.

Integração

Estamos discutindo com todos os Presidentes da América do Sul a execução de projeto de integração da região. Isso é tão importante que, nos últimos sete meses, 12

Presidentes de países sul-americanos estiveram no Brasil. Isso nunca aconteceu antes. Somos um continente em que as artérias estão interrompidas. Faltam rodovias, ferrovias. Com a economia mundial em recessão, quem sabe projetos de integração sul-americanos não venham a ser investimentos produtivos e interessantes? Isso talvez até ajude na redinamização da economia. Vamos construir um projeto sul-americano.

Estados Unidos, Europa

O Brasil precisa manter relações com os Estados Unidos, precisa de investimentos e do mercado americanos. Mas, estrategicamente, para nós é importante estreitar as relações com a Europa também. Não podemos colocar todos os nossos ovos na cesta da ALCA. Nesse contexto, para nós é importante também estreitar as relações com os países em desenvolvimento. Fizemos uma reunião de Índia, África do Sul e Brasil, grupo que já vem sendo chamado de G-3. E tenho ouvido muito se vamos abrir o G-3 para outros países. E ainda temos outras prioridades, como a China e a Rússia, que ainda não tivemos condições de desenvolver.

África

Política externa se faz olhando para o futuro, para a projeção do Brasil. E, nessa projeção, nossos interesses na África vão aumentar. Econômicos, políticos, até de segurança. Por isso o Presidente está indo para cinco países africanos no dia 8 (São Tomé, Angola, Moçambique, África do Sul e Namíbia). Estamos abrindo uma embaixada em São Tomé. Por isso teremos, na medida em que os recursos permitirem, outras embaixadas, como na República do Congo – um dos países mais ricos e

populosos da África –, em Camarões, na sede da União Africana, na Etiópia, e na Tanzânia. Há uma verdadeira sede de Brasil nesses países, a sensação de que o Brasil é um grande parceiro ausente.

Cuba

O fim do embargo dos Estados Unidos a Cuba ajudaria muito a abrir a discussão em torno da redemocratização daquele país. Uma política de cooperação, construtiva, é sempre melhor que uma de isolamento. Quanto mais se isola um país, mais se enrijecem as estruturas internas. Por isso temos uma política de solidariedade com uma nação latino-americana que há 40 anos sofre com um embargo com o qual não concordamos. Nós temos conversado sobre certos gestos. Por exemplo, somos contra a pena de morte, contra julgamentos sumários. Mas há certos limites a respeitar. Não podemos substituir o povo e os dirigentes cubanos, mas podemos contribuir para uma atmosfera mais positiva.

Lições da ALCA – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Carta Capital, 22.09.03)

O jornalista americano Robert Kuttner, editor da revista *The American Prospect*, conhecida por suas posições progressistas, celebrou a decisão dos países em desenvolvimento na reunião de Cancún. Kuttner fez questão de salientar o papel desempenhado pelos grandes países da periferia – Índia, China e Brasil – na formação do novo bloco negociador que impôs limites às pretensões de europeus, americanos e japoneses. Figura central nas articulações de Cancún, o Ministro brasileiro das Relações Exteriores, Celso Amorim, falou à Carta Capital.

Na entrevista, Amorim faz um balanço da reunião e avança na discussão de temas cruciais para a economia brasileira. Dá pistas importantes sobre a posição do País a respeito da ALCA. Para ele, a OMC é o foro adequado para a negociação da maioria das questões levantadas pelos americanos.

Carta Capital: Uma pergunta geral. Podem-se observar dois movimentos no âmbito das negociações comerciais: a estratégia dos países desenvolvidos de forçar negociações bilaterais e a dos países em desenvolvimento de buscar o foro Multilateral, de remeter os problemas para a OMC?

Celso Amorim: Acho que, no fundo, ninguém escapa do multilateralismo. Estamos vendo isso na política, com o que tem ocorrido com o Iraque, a busca de uma solução da ONU. Não quero fazer paralelos errados, mas mesmo tanto em assuntos de paz e guerra quanto em assuntos comerciais, é possível até ganhar uma guerra comercial sozinho. Mas para manter relações duradouras, pacíficas e estáveis, é necessário uma organização multilateral. A volta à OMC não só é uma coisa de bom senso como é inevitável. Agora, é possível que durante algum tempo alguns dos grandes parceiros comerciais – pelo menos é o que eles mesmos têm dito – dediquem mais atenção a acordos bilaterais. Mas esses acordos não substituem as grandes negociações que envolvem o Japão e a China, para não falar em mais gente. Passado um primeiro momento de reações um pouco emocionais em relação ao que aconteceu em Cancún, sobretudo no que diz respeito ao fato, um pouco inédito, de os grandes países terem se colocado de acordo, mas não terem logrado impor isso aos demais, vai-se voltar

normalmente à arena da OMC, sem prejuízo de esforços na área bilateral também. Mas eu acho que isso não será substituto, certamente não para nós, mas também para eles.

Carta Capital: E o senhor acha que há alguma ameaça à sobrevivência da OMC?

Celso Amorim: Isso não é do interesse de ninguém. Os Estados Unidos e a União Européia, que são os dois maiores parceiros comerciais, vivem tendo, digamos, disputas sobre temas os mais variados. Desde transgênicos, hormônios, banana, paraíso fiscal, as ajudas fiscais dadas por meio de empresas estabelecidas fora da área, do território americano. E tudo isso, bem ou mal, só se resolve na OMC. Às vezes, a decisão é para um lado. Às vezes, para o outro. Se você deixar isso nas negociações bilaterais... É do interesse de quem está no jogo ter alguns constrangimentos legais, porque, se você não tem constrangimento legal nenhum, a pressão interna para você tomar uma medida unilateral pode ser muito grande. E isso gera uma guerra comercial que, no fundo, acaba sendo prejudicial para todos. Honestamente, não quero dizer que não haja risco nenhum, ele sempre existe, mas eu ficaria espantado se, digamos, houvesse um total abandono da OMC.

Carta Capital: De qualquer maneira, a OMC tem sido o veículo para eles tentarem negociar outras questões, a chamada Agenda de Cingapura, relacionada com os investimentos, as compras governamentais, etc. E essa agenda é especialmente perigosa para os países em desenvolvimento por conta das restrições que ela impõe às políticas domésticas.

Celso Amorim: Essas questões estão na Agenda desde a reunião ministerial de

Cingapura, em 1996. Aí, há de distinguir quatro temas: dois são de maior interesse da União Européia, dois são de interesse maior dos Estados Unidos, embora talvez os quatro interessem a ambos. Por exemplo: investimentos e políticas de concorrência, o maior interesse é o da União Européia e de outros, como Japão, Coréia. Os Estados Unidos não têm muito interesse na negociação sobre investimentos na OMC. A política de concorrência é a mesma coisa. Onde, sim, os Estados Unidos têm mais interesse é na parte de transparência em compras governamentais, mas é preciso frisar que, na OMC, a conversa é limitada à transparência, não é acesso a mercados.

Você pode continuar discriminando, digamos, em favor do nacional desde que você seja transparente. Os americanos têm mais interesse na parte que eles chamam de *trade facilitation*, facilitação de comércio, simplificação de procedimentos aduaneiros, enfim, procedimentos que muitas vezes são usados como barreiras não comerciais. Nos outros temas, o interesse deles na OMC é menor. Isso não quer dizer que eles não tenham interesse em outras arenas, onde acham que podem obter mais vantagens. Mas, na OMC, o interesse maior é dos europeus.

Carta Capital: Os americanos deslocaram claramente essas questões para a ALCA, não é isso?

Celso Amorim: Isso é o que eles vinham fazendo com a aceitação passiva ou ativa de vários governos. Nós temos dito que esses temas serão, se eles tiverem de ser, mais bem tratados na OMC, não é? Até porque, como nós vimos agora em relação à agricultura, lá você tem um melhor equilíbrio de forças. Eu não sou totalmente contra um acordo, desde

que seja limitado, na parte que mais tem relação com o comércio, pelos acordos na OMC. Aí se pode obter um acordo dentro de parâmetros muito claros. Isso aliviaria, no caso do Brasil, a pauta na ALCA. Alguém me perguntou qual o impacto da reunião da OMC sobre a ALCA. A lição que teria de ser tirada é a seguinte: Cancún não deu resultados porque era um avião com excesso de peso, vamos dizer assim. Só se chegou a uma conclusão quando os europeus começaram a admitir que investimento podia não entrar, que concorrência podia não entrar. No final, eles tinham até aceitado que entrasse só facilitação de comércio. Acho que essa lição tem de ser tirada para a ALCA também, senão ela também não decola. Esses temas têm de ficar para um segundo tempo. Eu não excluo que se possa ter uma frase sobre investimento dizendo que os países devem ter políticas transparentes. Mas uma negociação em profundidade, envolvendo sobretudo listas negativas como eles gostariam, não creio que seja possível. E normas que envolvam, por exemplo, relações entre investidor e Estado, coisas desse tipo, não poderiam ser aceitas. A vantagem da OMC é que talvez se tivesse a chance de desenhar parâmetros bem limitados, mas para alguns países mesmo isso é sensível. Então, não se avançou nessa área.

Carta Capital: Mesmo nesse caso há um claro movimento deles no sentido de jogar para a agenda bilateral essas questões delicados e o nosso esforço, o esforço brasileiro e dos países em desenvolvimento, é de mantê-las na agenda multilateral.

Celso Amorim: Sobre todo a parte normativa. Nós estaríamos dispostos a negociar, digamos, alguma coisa em acesso a mercados nessas áreas, serviços, mesmo investimentos, desde que sejam listas

positivas, coisas que você sabe o que está fazendo. Não é como estava mais ou menos acertado na proposta da ALCA, que seriam listas negativas, ou seja, tudo aquilo que você não exclui está incluído. Se amanhã entrar um setor novo na economia, até pela inovação tecnológica, ele já passaria automaticamente a ser incluído. Isso a gente não poderia aceitar. Mas, na realidade, o que é negociável, a meu ver, é algo parecido com o que já existe na OMC, no acordo de serviços. O acordo prevê quatro formas de prestação de serviços. Uma delas, chamada modo três, é o que eles chamam de direito de estabelecimento. No fundo, é investimento, que é só para a área de serviços. E o que está previsto lá? Está previsto que é sempre na base de listas positivas: o país pode fazer as restrições que quiser, inclusive em termos de tratamento nacional, só há algumas obrigações gerais que são do tipo de nação mais favorecida.

Com reforma, Brasil busca mais espaço na ONU e força como líder dos países emergentes – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Agência Brasil, 22.09.03)

Antes de embarcar para Nova York, enquanto esperava em Manaus pela chegada do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, acompanhado de outros quatro Ministros que vinham de São Paulo, o Chanceler brasileiro Celso Amorim concedeu à Agência Brasil entrevista exclusiva.

Em quase uma hora de conversa, Amorim falou sobre as estratégias e os desafios do Brasil em sua inserção na nova ordem mundial. “Já disse mil vezes: não estamos indo para os Estados Unidos, e sim para as Nações Unidas”. O aviso se justifica pelo

fato de que Lula participará efetivamente das ações do maior fórum internacional do mundo. O Ministro reiterou a intenção do país de contribuir para o fortalecimento da ONU e criticou a postura norte-americana de ignorar o multilateralismo. Também comentou os objetivos de Lula ao visitar Vicente Fox, Presidente mexicano, e Fidel Castro, líder cubano no poder há mais de 40 anos. O Chanceler não discutiu o isolamento da ilha, nem a posição política de Fidel. Apenas afirmou que o Brasil adota uma política de cooperação com o país. A seguir, a íntegra da entrevista.

Agência Brasil: Esta é a 58^a vez que o Brasil abre a Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas. Durante muito tempo, esse foi o único espaço em que o país tinha a oportunidade de expor seu ponto de vista para a comunidade internacional. Neste ano é diferente. Os acontecimentos em Cancún e a possível indicação de Lula para o Nobel da Paz o colocam como uma liderança. O que representa a participação do Presidente Lula nesse novo contexto?

Celso Amorim: Obviamente ele já esteve em vários fóruns de natureza mundial, como Davos e Evian. Mas esse é realmente a grande Assembléia das Nações. E, como o Brasil vai abrir o debate geral, Lula terá a oportunidade de falar a todas as nações e levar a mensagem de seu Governo, de um Brasil novo, com confiança e auto-estima. Um Brasil que está realizando um processo interno de reformas com forte conteúdo social. Ao mesmo tempo, ele quer levar essa visão de reforma, de justiça social e também de plena democracia política para as relações internacionais.

Essa liderança se deve, primeiramente, à própria personalidade do Presidente, por sua história de vida mais do que qualquer outra

coisa. Mas também ao fato de que essa projeção de objetivos, alguns de política interna, no plano internacional, correspondem a algo que a própria sociedade civil internacional está esperando. Existe um mal-estar com a globalização. É um sentimento que se opõe também a fatos positivos, como o desenvolvimento tecnológico. A maior possibilidade de comércio, por outro lado, tem sido acompanhada por grandes entraves, que resultam no aumento do fosso entre ricos e pobres.

A alteração desse quadro, o combate à fome no plano internacional, uma maior justiça nas relações comerciais e nas relações políticas, bem como o fortalecimento do multilateralismo são essencialmente a mensagem do Presidente Lula.

Agência Brasil: A ONU e outros organismos multilaterais estão vivendo um momento extremamente difícil, de crise. O próprio Kofi Annan disse que as estruturas da organização estão arcaicas e têm de ser reformadas, pois não respondem mais à necessidade atual. Como o Brasil vai se posicionar a respeito dessa questão e da própria postura dos EUA, que estão aumentando as negociações bilaterais e ignoram, em alguns casos, a importância do multilateralismo?

Celso Amorim: A mensagem é de apoio ao multilateralismo, mas também às reformas. Nós concordamos que as Nações Unidas – hoje basicamente com o mesmo desenho que elas têm há quase 60 anos –, não correspondem às necessidades do mundo atual. Existem novas ameaças, como o terrorismo e a possibilidade de armas de destruição em massa serem utilizadas por grupos subestatais. A ONU tem o potencial

de lidar com esses problemas, mas para tanto tem de ser reformulada. Devem existir mais instrumentos permanentes, acho eu. Como por exemplo, no Conselho de Segurança. No que diz respeito à verificação das armas de destruição em massa, não pode haver uma crise cada vez que houver uma dúvida. Tem de haver um mecanismo mais ágil, sob o comando das Nações Unidas, e não desse ou daquele país. Esse é um exemplo. Outra questão é a efetividade das ações do Conselho e sua legitimidade. Não só no sentido legal, mas também no político. As ações do Conselho têm de ter respaldo internacional.

Agência Brasil: Respaldo bastante defasado, como mostraram as ações americanas no Iraque.

Celso Amorim: Para que as ações tenham respaldo é preciso que o Conselho de Segurança seja representativo. Ele não pode ter uma composição que essencialmente é a mesma de 1945. Daí a necessidade de reformar o Conselho.

Agência Brasil: E qual é a proposta do Brasil para uma reforma?

Celso Amorim: O próprio Secretário-Geral da ONU já levantou algumas idéias. Nós temos as nossas, naturalmente, mas acho que o importante é dar impulso a um processo de reforma. Sobre o Conselho de Segurança, propomos o aumento o número dos membros permanentes e não permanentes, contando com a participação de um país em desenvolvimento entre os permanentes. Esse é o grande desequilíbrio que existe. Também devem ser dados ao Conselho de Segurança instrumentos mais eficazes. Outro ponto: devemos revitalizar o Conselho Econômico e Social. Na década de 50, as grandes figuras mundiais se

apresentavam lá. Com o tempo, o órgão foi se tornando burocrático. E esse deveria ser o grande órgão para serem discutidos os temas econômicos e sociais no âmbito das Nações Unidas.

Agência Brasil: O Brasil vai reiterar sua intenção de ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança?

Celso Amorim: Claro. Todos sabem que o Brasil tem dito e se considera apto a ocupar esse posto desde que ele tenha apoio dos países, e nós temos tido. Para tanto, será necessário reformar a Carta da ONU, o que é não é fácil. Imagine reformar a Constituição do Brasil sendo que quatro ou cinco parlamentares tivessem o poder de voto. Na realidade, uma proposta como essa tem de abranger a grande maioria dos países, pelo menos dois terços, para poder ser aprovada na Assembléia Geral, e além desses, necessariamente, os cinco membros permanentes. Como um jogo onde há discordâncias legítimas e também pequenas rivalidades regionais que dificultam. O desafio agora é: o que precisamos fazer para tornar a ONU atual? Temos de revisitar certos conceitos, olhar o papel da Assembléia Geral. Sobre o Iraque, não digo que tenha havido um fracasso da ONU. Sabemos, porém, que houve algo que afetou a confiança das pessoas no que se refere à capacidade da ONU de agir. Portanto, esse momento de crise é propício para se buscar reformas.

Agência Brasil: Caso o Brasil consiga o assento permanente no Conselho de Segurança, ele terá de arcar com uma maior participação financeira na Organização?

Celso Amorim: Há uma desinformação muito grande sobre isso. O orçamento da ONU se divide em duas partes: um é o

regular, o outro é o orçamento para as operações de paz. Cerca de 70% dos US\$ 30 milhões que gastamos anualmente fazem parte do orçamento regular. Neste caso, não há nenhum acréscimo caso o país se torne membro permanente. Tanto assim que a China contribui com um valor que representa a metade do que destinamos à ONU.

Agência Brasil: O Brasil tem uma dívida com a ONU de cerca de US\$ 100 milhões. Isso não pode ser um empecilho para a eleição do país como membro permanente do Conselho?

Celso Amorim: O Presidente Lula tem a intenção de quitar a dívida o mais breve possível. O valor soma hoje exatamente US\$ 108 milhões.

Agência Brasil: Em grande parte, a crise de legitimidade pela qual a ONU está passando deve-se à ação do governo Bush, principalmente por ele ter passado por cima das decisões do Conselho de Segurança no momento em que se deu início à Guerra no Iraque. Como o senhor vê essa relação dos Estados Unidos com os organismos multilaterais, neste caso com as Nações Unidas?

Celso Amorim: O que estamos vendo agora, com a discussão sobre uma nova resolução das Nações Unidas e do Conselho de Segurança para se formar uma força multinacional no Iraque, demonstra que mesmo a maior potência não consegue realizar as coisas sozinhas no mundo de hoje. Os Estados Unidos, do ponto de vista exclusivamente militar, talvez conseguissem, mas hoje em dia não se vive só mais. Estamos num contexto diferente, felizmente. Há uma consciência de que é preciso mudar. O Brasil declarou claramente a sua posição contra o uso da

força. Esse, que é um recurso extremo, só pode ser utilizado quando se tem o aval do Conselho de Segurança, o que não ocorreu no caso do Iraque.

Agência Brasil: O Presidente Lula vai participar do seminário “A humanidade em prol da luta contra o terrorismo”, organizado pelo Primeiro-Ministro norueguês. Lula é o único representante dos países em desenvolvimento que falará ao lado de Kofi Annan, Jacques Chirac e o prêmio Nobel, Elie Wiesel. O Brasil não é uma vítima potencial de ataques terroristas. O que o Presidente pode acrescentar para esse debate? O que significa o convite?

Celso Amorim: O convite, feito pelo Ministro norueguês quando ele esteve no Brasil, representa o reconhecimento de que o Presidente Lula é hoje uma liderança importante e que o apoio dele para qualquer medida que se venha a tomar terá repercussão no resto do mundo. Obviamente temos que condenar qualquer tipo de terrorismo e queremos que as causas profundas do terrorismo – que estão muitas vezes ligadas à pobreza, miséria e ignorância – também sejam combatidas. É uma ocasião também para demonstrar que o terrorismo só será combatido com meios multilaterais, através do direito internacional.

Agência Brasil: O Presidente Lula foi realmente indicado ao Prêmio Nobel da Paz?

Celso Amorim: Eu só sei o que vi nos jornais. Não tive tempo de verificar.

Agência Brasil: O Brasil participará de importantes discussões sobre o combate e controle da AIDS, tema que o país aborda com muita propriedade, tendo em vista o reconhecimento internacional das medidas de distribuição gratuita dos medicamentos anti-retrovirais.

Celso Amorim: Na mesa redonda que será realizada para discutir o assunto quem vai participar é o Ministro da Saúde, Humberto Costa. O Presidente tratará do assunto quando discursar na Assembléia Geral. Depois, ele terá encontros bilaterais, outros trilaterais. Um muito importante será entre ele, o Primeiro-Ministro da Índia e o Presidente da África do Sul. Nós temos atuado muito em conjunto, o que facilitou muito a formação do G-20/plus na OMC. Outra iniciativa que deve ser ressaltada é o almoço que o Presidente Lula está oferecendo em homenagem a Kofi Annan, que contará com a participação também de vários líderes de países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Agência Brasil: O que basicamente vai ser discutido entre Brasil, Índia e África do Sul?

Celso Amorim: Presumo que alguma idéia será trocada sobre o tema da pobreza e da fome. Queremos ajudar a encontrar modalidades que existam ou que venham a ser criadas que possam ter resultados práticos para o combate à fome. Muito provavelmente eles abordarão questões relacionadas ao que virá daqui por diante depois das discussões de Cancún. Os três países são muito comprometidos com o multilateralismo, inclusive com êxito das negociações. Enfim, eles devem tratar também da reforma das Nações Unidas.

Agência Brasil: Em Cancún as conversas dos principais temas de interesse do Brasil, como as questões agrícolas, ficaram congeladas. Existe a perspectiva de que elas sejam concretizadas?

Celso Amorim: A Declaração que foi aprovada no fim das discussões em Cancún instrui os delegados dos países a retomarem

as negociações em Genebra. O Brasil e os outros do G-Plus vão trabalhar para que isso ocorra rapidamente para que, se for possível, até a rodada de Doha tenhamos uma resolução final. Vai depender muito da vontade política dos grandes países, como os Estados Unidos e os integrantes da União Européia. Eu acho que nós precisamos da OMC, mas eles também precisam, porque a alternativa sem OMC é guerra comercial. Acordos bilaterais não são as melhores alternativas.

Agência Brasil: Na quinta-feira o Presidente encerra sua participação na ONU e parte para o México para se encontrar com seu homólogo, Vicente Fox. Qual o objetivo dessa viagem?

Celso Amorim: É uma visita de trabalho. Ela será rápida. O Presidente deve chegar às cinco da tarde, terá encontro às seis horas e um jantar. Será mais um preparativo para outras visitas no futuro. O México é parceiro comercial muito importante para o Brasil. Nós temos hoje um comércio grande, principalmente no setor automobilístico, mas existe a possibilidade de crescimento em outras áreas. Serão tratadas também questões relacionadas à ALCA e a possíveis acordos entre o México e o MERCOSUL.

Agência Brasil: E a visita a Cuba?

Celso Amorim: Primeiro, há muitos projetos de cooperação que estão sendo discutidos em áreas muito variadas, entre elas a bio-farmácia. Temos uma missão, que já está em Cuba, ligada à pesca, à mineração e ao setor sucroalcooleiro. Devemos discutir também a renovação de um acordo do Banco do Brasil com o Banco Cubano que vai viabilizar a concretização de todos esses acordos comerciais. Empregaremos a filosofia de que a melhor maneira de ajudar o povo cubano é cooperar.

Agência Brasil: Qual a visão do Governo brasileiro em relação à situação política de Cuba?

Celso Amorim: Nossa visão é que não é uma coisa positiva o isolamento. Obviamente o Brasil tem uma política diferente do sistema cubano e preferimos o nosso. Agora, na véspera de nossa visita, não vem ao caso dar opinião sobre o sistema político do Governo cubano. O importante é termos a percepção de que nossa política é de cooperação.

Agência Brasil: O Presidente Lula poderá interceder junto ao governo cubano para a libertação de presos políticos?

Celso Amorim: Isso aí é uma decisão dele e eu não posso falar.

Empate em Cancún – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Revista Exame, 25.09.03)

Quando desembarcou no belo balneário mexicano de Cancún para a reunião da Organização Mundial do Comércio, realizada entre os dias 10 e 14, o Ministro Celso Amorim era apenas o principal diplomata – de competência reconhecida internacionalmente, diga-se – de um país que movimenta menos do que 1% do comércio internacional. Pouco depois, tinha sido alçado ao posto de porta-voz e principal negociador do recém-criado G-22, o grupo de países em desenvolvimento liderado pelo Brasil que agitou o encontro ao bater de frente com gigantes comerciais, como Estados Unidos, União Européia e Japão. Em entrevista exclusiva a EXAME, Amorim, que comanda pela segunda vez o Ministério das Relações Exteriores, diz que o Brasil não pode ser culpado pelo fracasso de Cancún, condena o protecionismo dos países ricos e

reafirma o que considera uma nova postura do Itamaraty adotada desde a posse do Presidente Lula.

Exame: O Brasil ganhou ou perdeu com a reunião de Cancún?

Celso Amorim: Nós gostaríamos que a reunião tivesse produzido resultados concretos, e isso não ocorreu. Nesse sentido, a gente não ganhou. Por outro lado, politicamente o Brasil ganhou. E não estou falando de uma vitória apenas moral, mas que terá consequências concretas, ainda que possam demorar a se materializar. Muitos dizem que um mau acordo é melhor do que nada, mas é preciso entender o que um mau acordo significaria. Estaríamos perdendo algo precioso na vida e nos negócios: tempo. Se tivéssemos um resultado muito modesto agora, teríamos de esperar mais 15 ou 20 anos para relançar o tema da agricultura numa negociação desse tipo. Foi melhor não termos permitido um acordo que traria ganhos quase milimétricos. Tenho a convicção de que não se passará muito tempo até que voltemos à mesa de negociação, pela própria maneira como terminou a reunião. Depois do fiasco da reunião da OMC em Seattle, em 1999, ninguém sabia como continuar. Naquela ocasião, não houve sequer uma sessão plenária de encerramento. Dessa vez, a reunião terminou de forma bem mais organizada.

Exame: Mas parece que os países ricos não estão dispostos a abrir seus mercados agrícolas.

Celso Amorim: Acho que há espaço para negociação. Aliás, a falta de resultados em Cancún não se deveu às questões agrícolas. Durante os dias da reunião, as conversas estavam avançando. Já havia uma idéia mais clara quanto à redução dos subsídios

agrícolas de apoio interno. Havia também uma noção, nesse caso não tão clara, de que os subsídios à exportação de produtos agrícolas deveriam ser extintos. Houve avanço também em termos de acesso a mercados. Mas a chamada Rodada de Doha parou em temas como investimentos, transparência em compras governamentais, regras de concorrência e facilitação de comércio, que interessam muito aos países ricos.

Exame: O Brasil foi o responsável pelo fracasso da reunião?

Celso Amorim: De jeito nenhum. Aliás, não sou o único a pensar assim: o jornal *The New York Times*, por exemplo, disse que os Estados Unidos deveriam ter seguido o exemplo do Brasil em vez de dar guarida a seus interesses protecionistas e aos da União Européia. Vários jornais europeus seguiram a mesma linha. Mas nós mostramos que o jogo seria diferente. Entramos em campo para ganhar o jogo. Se o outro time joga a bola para fora, não é culpa nossa. O G-22 apresentou propostas organizadas. É claro que, se não tivéssemos tomado essa posição, a negociação agrícola estaria “resolvida”: um grupo que representa mais da metade da humanidade simplesmente assinaria embaixo do que Estados Unidos e União Européia decidiram. Mas isso certamente não seria um bom resultado para nós. Aliás, seria ruim também para a OMC, pois só serviria para aumentar o ressentimento de tantos países. Ninguém pode acusar os países do G-22 de radicalismo. Todos estão passando por reformas econômicas pró-mercado, como Brasil, África do Sul, Índia. Não estamos querendo voltar aos anos 70. Mas queremos exercer um novo papel.

Exame: O G-22 não corre o risco de rachar?

Celso Amorim: Tenho bastante vivência em política internacional para saber que essa possibilidade existe. Acho que o que nos manteve unidos e ajudará a manter coeso pelo menos o núcleo do G-22 foi termos evitado politizar o tema. Não fizemos acusações do tipo “a União Européia é protecionista, os Estados Unidos são isso e aquilo”. Nós queríamos negociar. Eu disse aos americanos que 70% ou 80% das metas do documento do G-22 correspondem àquilo que os Estados Unidos queriam um ano atrás. Quem mudou não fomos nós, foram eles – talvez pela proximidade das eleições presidenciais, que sempre exacerbaram o poder de *lobbies* protecionistas. Os americanos têm uma agricultura mais competitiva que a da União Européia. Eles teriam a ganhar com uma liberalização. Infelizmente, preferiram jogar ao lado das forças mais conservadoras.

Exame: O que faltou, então, foi um acordo entre o G-22 e os Estados Unidos?

Celso Amorim: Talvez, mas os americanos já se haviam acertado antes com a União Européia. Além disso, nossas metas coincidiam em 80%, mas isso não significa que os outros 20% eram simples. Nunca tive a sensação de que o grande problema dos Estados Unidos fosse conquistar o mercado da Índia ou o do Egito. O problema deles é conquistar os grandes mercados desenvolvidos, como Europa e Japão. O argumento de que o G-22 obstruiu a negociação foi usado mais como pretexto.

Exame: Há quem tema que a OMC tenha saído combalida e que agora valerá a lei do mais forte.

Celso Amorim: No curto prazo, isso pode até acontecer, em certa medida. Mas acho que a OMC é indispensável também para os grandes países desenvolvidos, até para disciplinar as relações entre eles. Basta olhar os casos que envolvem litígio entre os países desenvolvidos: em todos, a solução está sendo construída no âmbito da OMC. Todos os governos enfrentam pressões para entrar em guerras comerciais, e a OMC acaba sendo um antídoto. Ninguém ganha com uma guerra comercial.

Exame: O fracasso em Cancún pode atrasar a ALCA?

Celso Amorim: Continuo trabalhando com o calendário atual, mas sabemos que as duas negociações estão condicionadas. Alguns dos benefícios mais importantes que queremos nos acordos só deverão ocorrer na OMC. Resultado: não podemos abrir o mercado agrícola, por exemplo, se os produtos americanos continuarem subsidiados. Para que a ALCA avance, acho importante captarmos a principal lição de Cancún: o avião não decolou porque tinha excesso de peso. Se conseguirmos deixar de lado um pouco do peso da ALCA – como regras de investimento, propriedade intelectual, serviços – para nos concentrarmos nas questões de acesso a mercado, teremos uma chance razoável de concluir um acordo.

Exame: Muita gente diz que a diplomacia brasileira não se preocupa em vender os produtos brasileiros no exterior. Isso é verdade?

Celso Amorim: O que falta não é preocupação, o que falta é dinheiro. Fazer promoção comercial custa dinheiro. É uma situação do Estado brasileiro, que foi definindo. Aliás, houve pressão da

sociedade, inclusive de empresários, para que o Estado diminuísse. Ele diminuiu e agora todo mundo reclama.

Exame: Outra crítica que se ouve é que países como o Brasil têm poucos diplomatas para enfrentar batalhões de técnicos dos países desenvolvidos. É verdade?

Celso Amorim: Sim. A diferença continua grande. Mas isso está mudando, e Cancún foi um bom exemplo. O G-22 não somou apenas peso político, mas também capacidade técnica. O Brasil levou uma equipe muito boa, englobando vários Ministérios, além de muitos estudos, trabalhos, simulações. E pudemos interagir com as equipes de outros países.

Exame: O Presidente Lula afirmou que a fase do “Brasil coitadinho” terminou. O Senhor acha que essa é uma descrição acurada da política externa anterior a janeiro de 2003?

Celso Amorim: Não acho que ele estivesse se referindo necessariamente à política externa anterior, mas a uma atitude psicológica do brasileiro. É aquela história de “vamos pedir, se eles não derem a gente se contenta com o que vier”.

Exame: É uma atitude que existia também no Itamaraty?

Celso Amorim: Os diplomatas brasileiros também são brasileiros, não é? Tenho muita confiança em que vamos superar essas coisas todas. Muitas análises que ouvi em relação à ALCA e à OMC defendiam que tínhamos de ser realistas. Nas entrelinhas a mensagem era: aceite obter 10% e deixe os outros ganhar 100%. Que realismo é esse? Baixar o nível de ambições só de um lado não é ser realista. Isso tem outro nome, que prefiro não pronunciar. Gostei muito da experiência em Cancún porque estavam lá empresários do

setor agrícola. Pedi a eles clareza, exatamente para que depois não viesse alguém dizer que seria melhor termos assinado a proposta dos países ricos. E eles foram muito diretos ao explicitar o que queriam do acordo.

Exame: Há, portanto, uma atuação diferente em relação ao Governo anterior?

Celso Amorim: Há diferenças de ênfase, o que não é pouca coisa. Quantas iniciativas houve em relação à África nos últimos dez anos? Praticamente nenhuma. Visitei sete países em nove dias. Em novembro, o Presidente deverá ir até lá. Depois ele irá aos países árabes. O foro trilateral com Índia e África do Sul também é novidade. Chegou-se ao G-22 por conta de coisas que aconteceram antes, que criaram um clima de confiança. O Paquistão era um país com o qual o Brasil tinha uma relação remota. Hoje, o Ministro do Paquistão me ligou dizendo que o Brasil tem de continuar na liderança do G-22. Tudo isso se deve a uma ação continuada em vários níveis. Não basta ter uma boa idéia, tem de batalhar. Pode ser uma diferença de grau em relação a governos anteriores, mas é uma diferença de grau importante. Vou dar um exemplo concreto. Estamos buscando uma relação mais intensa com a América do Sul. Outro dia o Presidente Uribe, da Colômbia, convidou o Presidente Lula para uma cerimônia que não estava na agenda do Planalto. O que fizemos? A agenda foi mudada, o Presidente saiu de São Paulo à meia-noite, viajou 7 horas no Sucatão, chegou às 5 horas da manhã em Cartagena, descansou apenas 2 horas e foi encontrar o Presidente Uribe. Quantos Presidentes do Brasil já fizeram isso? Quando se diz que não há diferença, é preciso lembrar que a determinação faz diferença.

Exame: Como deverá evoluir o MERCOSUL nos próximos anos?

Celso Amorim: Nossa meta é tentar, até o fim do ano, ter mais que um acordo entre MERCOSUL e Comunidade Andina. Isso representaria um enorme avanço em termos de integração do continente. E as conversas estão muito adiantadas com praticamente todos os países do bloco.

Il faut un aggiornamento des institutions internationales – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Le Monde, 26.09.2003)

Le Monde: Vous avez présenté, jeudi 25 septembre à l'ONU, une initiative commune avec l'Inde et l'Afrique du Sud (G3) pour réformer l'organisation. Avec le G21, vous avez été l'un des principaux acteurs de la conférence de l'organisation mondiale du commerce (OMC) au Mexique. Vous essayez de faire entrer l'esprit de Cancún à l'ONU ?

Celso Amorim: Non, tout cela est très informel. L'idée d'un groupe des principaux pays en développement a été mentionnée par la ministre sud-africaine des affaires étrangères à l'investiture du président Luiz Inacio Lula da Silva. Nous avons pensé qu'il valait mieux commencer avec un noyau qui ne soit pas trop grand. Pourquoi pas trois ? L'Inde, l'Afrique du Sud et le Brésil. Trois grandes démocraties de trois continents, c'est une bonne base de discussion. Ici à New York, nous avons décidé de créer une commission trilateral dans le cadre de ce G3 pour discuter de projets de coopération. Nous allons essayer de coordonner nos positions, par exemple au Bureau international du travail, à l'Organisation mondiale de la santé et, bien sûr, à l'OMC.

Quant au G21 – c'est le G22 déjà! –, il s'est créé sur la base de nos intérêts communs dans le commerce, et en particulier dans l'agriculture. Evidemment, cela peut avoir d'autres conséquences. Mais il faut attendre, ne pas se précipiter. Nous avons créé une dynamique trilatérale entre les Etats-Unis, les pays en développement et l'Europe occidentale. C'était bénéfique pour tout le monde. Il est essentiel maintenant de renforcer l'OMC. On ne peut pas s'en désister et passer aux accords bilatéraux ou régionaux. C'est le seul échiquier où nous avons développé un système de règlement des conflits qui n'est pas parfait mais qui est bien meilleur que les sanctions bilatérales.

Quand la conférence de Cancún a été déclarée finie, le G22 – ou les '20 plus' comme nous disons de G20 à son arrivée à Cancún, le groupe est passé à G22 avec le ralliement de l'Egypte et du Kenya – était prêt à faire des propositions très concrètes pour continuer la négociation. Nous les ferons à Genève dès que la volonté politique des autres sera présente. Il ne faut pas confondre les frustrations personnelles des gens dont le mandat vient à échéance avec l'intérêt des régions et du multilatéralisme.

Il se trouve que les pays du G3 sont aussi candidats à un siège de membre permanent au Conseil de sécurité.

Le président Lula, le premier ministre indien, Atal Bihari Vajpayee, et le président sud-africain, Thabo Mbeki, ont dîné ensemble mercredi. L'une de leurs directives est d'impulser la réforme de l'ONU, d'appuyer l'effort du secrétaire général. C'est aussi le sens des conversations que j'ai eues avec Dominique de Villepin – le ministre français des affaires étrangères. Nous sommes sur la même longueur d'onde.

Le Monde: La France soutient votre candidature ?

Celso Amorim: Oui, c'est très clair. Le président Chirac nous en a parlé. Plus généralement, il faut un aggiornamento des institutions internationales. Pas un bouleversement, mais une réforme importante du Conseil de sécurité. Dans sa composition et aussi pour lui donner des instruments d'action adéquats, comme par exemple un corps plus ou moins permanent d'inspecteurs en désarmement. On peut reconnaître qu'il y a des menaces nouvelles: il faut quand même y faire face de manière multilatérale en suivant le droit international. On peut trouver des solutions énergiques et en même temps pacifiques. Cela n'est pas contradictoire.

Il faut aussi réformer les autres organes de l'ONU. Le Conseil économique et social (ECOSOC) par exemple. Si on regarde l'Histoire, on s'aperçoit que Mendès France venait y parler. Maintenant, c'est devenu un organe bureaucratique. Il faut lui donner une nouvelle vie. Certains veulent créer un Conseil de sécurité économique et social. Nous ne serions pas contre. Ce serait peut-être difficile: ça l'est toujours quand on veut diminuer le nombre de pays. Mais on pourrait peut-être créer des chambres sur certains sujets. L'ECOSOC pourrait aussi faire des analyses sur les pays et sur l'ordre international qui feraient contrepoint à ce que diffusent les agences privées qui font des évaluations des risques-pays avec des visions à court terme.

Le Monde: Revenons au Conseil. Il est actuellement composé de quinze membres. Combien devrait-il en comporter, selon vous?

Celso Amorim: Une trentaine ne paraît pas absurde. Mais ce sera difficile. Certains

pays estiment que cela fonctionne mal si les membres sont trop nombreux. Il faudrait peut-être commencer à 24-25 et faire une révision au bout de quinze ans. Il ne faut pas avoir de position figée. L'important, c'est que beaucoup reconnaissent qu'il est impensable de maintenir le Conseil tel qu'il est, sans représentation des pays en développement. Et que l'augmentation doit prendre en compte des pays comme le Brésil, l'Inde et certains Etats africains. Il faut faire confiance maintenant au secrétaire général. Si on avait cinq ou six nouveaux membres permanents, quatre issus des pays en développement et deux des pays développés, ce serait un équilibre raisonnable pour le moment.

Le Monde: Et le droit de veto ?

Celso Amorim: On ne va pas résoudre cette question à court terme. On pourrait imaginer que les pays puissent voter non, sans que cela signifie veto. Mais il faut être réaliste. La réforme doit avoir l'approbation de tous les membres permanents.

Le Monde: Il y a déjà eu plusieurs tentatives de réforme qui se sont toujours enlisées. Pourquoi en irait-il différemment aujourd'hui ?

Celso Amorim: Cette fois, c'est sous l'égide du secrétaire général. Avant, c'était l'Assemblée générale. Il y avait une majorité en faveur d'un élargissement du Conseil mais comme on applique la règle du consensus et qu'il y a toujours un ou deux pays qui ne sont pas d'accord, ça n'a pas progressé. Là, il y a un sentiment d'urgence.

Le Monde: Tout le monde en Amérique latine ne soutient pas la candidature du Brésil.

Celso Amorim: Il n'y a pas d'unanimité, c'est vrai. Mais dans aucune région, il n'y aura l'unanimité. Et la région où la situation

est la moins compliquée, c'est l'Amérique latine. Il n'y a pas de rivalité militaire ou stratégique entre les candidats potentiels. Il peut y avoir des questions de jalousie, ou de prestige. Mais nous aurons un processus de consultation très intense avec tous les pays de la région pour qu'ils se sentent représentés.

Nous avons l'appui explicite de la France, du Royaume-Uni, et à un degré différent de la Russie. Nous avons aussi un appui très grand dans la région. Et nous sommes en train de mettre en place avec l'Argentine un mécanisme de coopération. Il faut attendre les conclusions du panel d'experts que doit désigner le secrétaire général. S'il se prononce pour un élargissement à 3-4 membres ou à 6-7. S'il n'y a pas d'accord, la manière démocratique sera un vote de l'Assemblée générale entre les différents candidats.

Le Monde: Mais dans la crise irakienne, s'il y avait eu le Brésil ou l'Inde au Conseil de sécurité, cela n'aurait rien changé ?

Celso Amorim: Ce n'est pas sûr. Il ne faut pas sous-estimer la capacité qu'ont certains pays en développement de jouer un rôle important.

Le Monde: Et aujourd'hui, quelle est votre position sur l'Irak ?

Celso Amorim: Sur l'essentiel, elle ressemble à celle de la France. Mais il faut écouter les autres. Il ne suffit pas d'être en paix avec soi-même parce qu'on a pris des positions justes. Nous sommes pragmatiques. Nous avons des principes mais nous voulons des résultats. Et pour avoir des résultats, il faut écouter l'autre côté. On ne peut pas se contenter de dire: nous pensons cela et si les autres font quelque chose que nous n'aimons pas, tant pis, ce sera leur faute.

Para Celso Amorim, Brasil vai redescobrir a África – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Agência Brasil, 01.10.03)

No intervalo entre um despacho e outro, momentos antes de partir para Lima, no Peru, o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, recebeu a equipe da Radiobrás em seu gabinete no Palácio do Itamaraty nesta quinta-feira. Em pouco mais de 20 minutos, o Chanceler fez um resumo das estratégias do Brasil para a África, explicando as intenções da viagem presidencial. Ele garantiu que, desta vez, não haverá cancelamentos de última hora, como o que aconteceu em agosto.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – acompanhado de mais de 10 ministros, cerca de 200 empresários e dezenas de parlamentares – parte para São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, África do Sul e Namíbia. Amorim define a viagem como uma redescoberta da África no nível político e um reencontro do Brasil com suas raízes. No aspecto econômico, a África representa um mercado importante para o Brasil. Em 2002, as exportações para o continente chegaram a US\$ 2,3 bilhões e as importações atingiram US\$ 2,6 bilhões. Estão previstas as assinaturas de cerca de 40 acordos que consumirão um investimento de R\$ 500 milhões.

Apesar dos números, o Chanceler já avisa: “essa não é uma viagem de resultados imediatos”. Para ele, é o sinal do reconhecimento por parte do Brasil de uma dívida histórica com os povos africanos. Ele sustenta que o objetivo central é estabelecer canais de cooperação direta com os países, e nem tanto criar uma estratégia global de se fazer política.

Acompanhe a seguir a íntegra da entrevista da Radiobrás feita em parceria com as Rádios Nacionais de Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Agência Brasil: De agosto até hoje, muitas coisas aconteceram no plano internacional. O Brasil se consolidou uma liderança nas articulações internacionais como representante dos países em desenvolvimento. Nesse contexto, quais as estratégias do país para o continente africano?

Celso Amorim: Nosso objetivo com a África é muito mais de cooperação direta do que propriamente de criar uma estratégia global. Evidentemente tudo se junta de alguma maneira e, no caso da África do Sul, especificamente, somos parceiros junto com a Índia no G-3. Nós temos interesses também nos países de língua portuguesa. O Presidente visitará São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique. Em São Tomé, o Brasil, como Presidente da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), teve importância fundamental na retomada da democracia. Em Angola, nós temos um relacionamento fortíssimo que resistiu a toda a guerra civil e apostamos no crescimento dessa relação. Já com Moçambique, que é um país que tem um enorme potencial, pretendemos estreitar nossa relação comercial. Há uma série de coisas que fazem essa viagem ser muito importante, além do fato de ser um reconhecimento da nossa dívida com a África.

Agência Brasil: Cerca de 200 empresários integram a comitiva presidencial, além de parlamentares e a maior missão ministerial já vista em viagens internacionais. Qual o significado disso?

Celso Amorim: Serão discutidos temas nas mais diversas áreas. De saúde a energia. Vão Ministros e seus representantes, gente

da área de financiamento, como o BNDES. Pessoas de todos os setores integram a comitiva justamente pelo aspecto social e cultural da África que desperta grande interesse no Brasil. Não é uma viagem para se obter apenas um ganho imediato, um lucro imediato, ou mesmo uma cooperação técnica imediata. É também o Brasil em busca de si mesmo. A África é parte forte de nossa identidade e acho que essa visita do Presidente Lula é parte desse reconhecimento.

Agência Brasil: O adiamento da viagem do Presidente Lula provocou algum tipo de mal-estar para os países africanos?

Celso Amorim: Não, eles compreenderam perfeitamente. Essas coisas acontecem, questões de política interna. Acho até que ele vai mais fortalecido tendo passado toda a reforma da previdência.

Agência Brasil: Vamos falar um pouco sobre as estratégias específicas que serão tratadas com a Namíbia e com a África do Sul.

Celso Amorim: Começaremos pela Namíbia pois o país é menor e temos lá uma cooperação muito importante na área naval. O Brasil inclusive está doando uma corveta.

Agência Brasil: Mas não é só na área militar essa cooperação.

Celso Amorim: Não. Inclusive participamos na exploração da plataforma marinha, que é muito rica no litoral da Namíbia. Estamos ajudando a desenvolver projetos nessa área. Também queremos reforçar a atuação da EMBRAPA, investindo em acordos na área agrícola. Há também interesses, esses valem para todos os países incluídos no roteiro do Presidente, em programas como o Bolsa Escola, o Fome Zero e na área de desenvolvimento agrário.

Agência Brasil: A África do Sul, por sua vez, é um país bastante estratégico para o Brasil. É parceiro junto com a Índia no G-3 e mostrou-se um aliado fundamental nas negociações internacionais, como ficou provado na formação do G-X, em Cancún. O Presidente Lula já esteve muitas vezes com o Presidente Mbeki. Inclusive, recentemente na reunião do G-3, na ONU.

Celso Amorim: Bem, na África do Sul existem muitos negócios ocorrendo. Na área automotiva está acontecendo muita coisa e há perspectivas de cooperação com outras áreas, como na aviação, com a Embraer. Do ponto de vista político, a visita consolida uma relação muito especial. O Presidente Lula já esteve muitas vezes com o Presidente Mbeki. Inclusive, recentemente na reunião do G-3, na ONU. Vamos também cuidar muito da relação bilateral. Um exemplo é a assinatura de um importante acordo na área de Ciência e Tecnologia.

Angola

Agência Brasil: Passamos então para os países de língua portuguesa. As questões a seguir foram enviadas pela Rádio Nacional de Angola. Eles querem saber mais detalhes sobre a extensa comitiva formada por cerca de 180 empresários que vai ao país. Em que áreas o Brasil tem interesse em investir em Angola?

Celso Amorim: Angola é um país muito rico. Nós já temos presença tradicional na área de petróleo e queremos mantê-la e desenvolvê-la, se for possível. Temos também participação expressiva na área da construção civil – empresas brasileiras tiveram importante papel na construção de barragens, principalmente, e na mineração de diamantes, mas acho que devemos diversificar essa presença. Uma coisa

interessante em Angola é que muitas empresas brasileiras, de pequeno e médio porte, já estão estabelecidas. Encontramos brasileiros trabalhando com transporte coletivo e até nos ramos de alimentação. Acredito que esse grupo sairá muito fortalecido após essa viagem. Outra área em que os angolanos precisam muito de ajuda é a agrícola. As plantações foram completamente devastadas durante a guerra civil. Angola era um produtor importante. Eu ainda me lembro de mapas antigos que apontavam o país como o segundo maior produtor de café depois do Brasil. Hoje em dia, a produção agrícola praticamente acabou. Essa situação abre a possibilidade para firmarmos não só acordos de cooperação, mas também para estabelecer negócios.

Agência Brasil: Com tantos empresários brasileiros no país e com o crescente estreitamento entre Angola e o Brasil, há a perspectiva de criação de um banco brasileiro em Luanda?

Celso Amorim: Isso está sendo examinado. A presença de um banco brasileiro em Angola é um elemento importante para facilitar a transferência de capitais para os pequenos e médios empresários que acabo de mencionar. Para eles é muito difícil entrar em grandes projetos por dificuldades de conseguir um financiamento. Nós gostaríamos muito que o Banco do Brasil pudesse estabelecer uma agência em Angola.

Agência Brasil: Mas ainda não há nada definido.

Celso Amorim: É uma intenção e vamos ver como as coisas acontecem.

Agência Brasil: E como o Brasil vê Angola hoje?

Celso Amorim: Para nós, Angola é um parceiro de grandes potencialidades, é um país importante na África, não só pela

riqueza natural, mas pela sua diversidade cultural. Angola influenciou fortemente a cultura brasileira. Sempre quando falamos do congo, da congada, estamos falando de uma tradição vinda de Angola. Sem dúvida, é um parceiro extremamente valioso, além de ser nosso vizinho direto, pois está diretamente do outro lado do Atlântico. Um país rico em petróleo, em diamantes e que tem grande interesse cultural pelo Brasil. Onde quer que você vá, mesmo em lugares públicos, você vê televisões transmitindo programas brasileiros.

São Tomé e Príncipe

Agência Brasil: Mudando o foco da conversa, vamos falar de São Tomé e Príncipe, um pequeno arquipélago próximo a Angola. O Brasil teve um papel de destaque como interlocutor do processo que contribuiu para a volta da democracia no país após o golpe militar, em julho deste ano. Um país paupérrimo, de tradição agrícola. Mas, recentemente, com a descoberta de poços de petróleo, espera atingir a maior renda per capita do mundo. Neste mês foram abertas as primeiras ofertas de blocos de petróleo. A Rádio Nacional de São Tomé e Príncipe pergunta: quais são as intenções do Brasil em relação à exploração do petróleo no país?

Celso Amorim: O que está sendo articulado é uma cooperação com a Agência Nacional do Petróleo para ajudar os santomenses a desenvolverem o sistema de regulação e licitação da exploração do petróleo no país. Isso é muito importante. Vamos praticamente ensiná-los a negociar. São Tomé é muito pequeno, muito pouco desenvolvido, e nós temos uma capacidade acumulada de negociação de blocos de petróleo que pode ser extremamente útil.

Agência Brasil: E quais são as outras possíveis áreas de cooperação entre o Brasil e São Tomé?

Celso Amorim: Principalmente vamos tratar de questões relacionadas à agricultura e à saúde. São Tomé tem índices altos de malária e o Brasil pode colaborar com técnicas de prevenção da doença. Existem também programas ligados à educação, sobretudo o Bolsa Escola.

Moçambique

Agência Brasil: Em Moçambique, há grandes expectativas de que o Brasil construa uma fábrica de medicamentos anti-retrovirais para ajudar no controle da AIDS. A Rádio de Moçambique quer saber: que iniciativas concretas o Brasil vai levar ao país para contribuir com a prevenção da doença? Em que pé estão as negociações para a construção dessa fábrica?

Celso Amorim: Mantemos firme a intenção em levar adiante o projeto de construção dessa fábrica. Eu acho que depende exclusivamente de uma negociação interna, aqui no Brasil, com relação à forma do perdão da dívida externa de Moçambique. Quando se perdoa uma dívida, sempre deve haver um resíduo, e queremos utilizá-lo para a construção da fábrica de medicamentos anti-retrovirais. Nós já começamos uma cooperação em projetos de prevenção da AIDS e de distribuição de medicamentos. A ida do Presidente dará um impulso muito grande para esses projetos.

Agência Brasil: A outra questão enviada pelos moçambicanos se refere a reativação das minas de carvão de Moatize, na província de Teté, ao norte do país. Que nível de investimentos o Brasil espera fazer nesta área e como estão as negociações nesse sentido?

Celso Amorim: Há interesses do governo brasileiro, da Vale do Rio Doce, do governo de Moçambique. O próprio Presidente Lula esteve recentemente na ONU com o Presidente Joaquim Chissano para tratar sobre esse assunto. Mas é um tema complexo, porque envolve a mineração, a construção de ferrovias, obras de construção civil e empresas em mais de um país.

Agência Brasil: Em termos de investimentos, já se tem uma definição?

Celso Amorim: Ainda não sei dizer. Mas seria muito importante que conseguíssemos concretizar esse negócio, seja individualmente, seja em cooperação com a África do Sul ou, quem sabe, com a China, que está muito interessada nesse negócio. É preciso juntar todos interesses em um só pacote. E eu tenho grandes esperanças de que isso possa ocorrer nessa viagem.

Agência Brasil: E quais os reais interesses do Brasil no projeto?

Celso Amorim: É um grande projeto econômico que serviria de âncora e irradiação para outras coisas. Em Angola, nós temos uma presença grande com a Odebrecht, a Camargo Corrêa e a Petrobras, o que acabou levando outras possibilidades de investimentos. Eu mencionei essas todas pequenas empresas que se formaram. Muita gente foi para lá, médicos, por exemplo, para atender os funcionários da Odebrecht, acabaram criando um sistema de hospitais e viraram pequenos empresários. Em Moçambique é isso que falta, um projeto grande que sirva de âncora para outros.

Agência Brasil: Outra área de grande interesse dos moçambicanos é a agrícola. Já existe um acordo de cooperação com a EMBRAPA, mas o que realmente pode evoluir dentro desta perspectiva?

Celso Amorim: Acho que sobretudo na pesquisa agropecuária, pois Moçambique é um país com uma renda *per capita* muito baixa, mas que tem um potencial bastante razoável para se desenvolver, principalmente por ter um mercado próximo a ele muito grande, que é o da África do Sul. Pode ser muito importante para algumas empresas brasileiras investir em Moçambique para atingir o mercado sul-africano.

Agência Brasil: Para finalizar, uma pergunta que coincide com o interesse de todos os países pelos quais o Presidente passará nessa próxima semana. A política do Presidente Lula voltada à África significa que também as elites estão de olho no continente africano. O que move esse despertar de interesses?

Celso Amorim: É uma busca da própria identidade do Brasil. É curioso. Eu já estive na África e é interessante notar as semelhanças com o Brasil na maneira de ser, de falar, na música. Eu senti por todos os países pelos quais passei na África, não só nos de língua portuguesa, que existe uma fome de Brasil. A África é um continente com muitos problemas. Agora, felizmente, pelo menos a parte sul está toda pacificada, tenta implantar o sistema democrático e isso facilita o desenvolvimento. É um continente de muita pobreza, evidentemente, mas não é estagnado. Há dinamismo e vontade de se fazer coisas. Eles têm de aprender muito, como nós também. Mas já passamos por um trajeto mais longo e temos muito a ensinar e também muito o que ganhar. Eu acho que há esse desejo de reencontro com nossas raízes, o que explica o porquê de tantos deputados, de tantas entidades da sociedade civil estarem tão interessados nessa viagem do Presidente. Existe uma oportunidade de

cooperação econômica que será mutuamente proveitosa e ajudará a África a se desenvolver.

O Brasil quer mudar o tom e o rumo das negociações na ALCA – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Revista CNI – Indústria Brasileira, 01.10.03)

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, é um cinéfilo. Foi a paixão pelo cinema que o levou a dirigir a EMBRAFILME entre 1979 e 82. Hoje no comando da diplomacia do governo Lula, Amorim recorre a essa experiência para ilustrar o que qualifica como “uma mistura de complexo de culpa com complexo de inferioridade” na defesa de nossos interesses.

“Você só conseguia lançar um filme brasileiro aqui depois que ganhava um prêmio num festival internacional porque, nesse caso, a crítica mudava”, disse em entrevista à Indústria Brasileira. Segundo o Chanceler, a eleição de Lula resgatou a auto-estima dos brasileiros e deve inspirar uma nova atitude do País no cenário internacional. Nesta entrevista ele explica que a principal mudança na política externa brasileira é uma questão de ênfase: nas relações com a América Latina, com a África, grandes países em desenvolvimento como Índia e China, e o grupo de países árabes. “A quantidade se transforma em qualidade”, explica, citando Hegel. Sobre a ALCA, diz que o Brasil tenta vencer a inércia das negociações anteriores, que não atendiam ao País. “Quando os Estados Unidos tiram praticamente a parte principal da agricultura e o *antidumping* da ALCA e colocam trezentos e tantos itens como produtos sensíveis, eles não estão obstruindo

a ALCA. Agora, quando o Brasil diz que quer tratar investimento ou propriedade intelectual na OMC, que é um foro mais favorável para nós, aí estamos obstruindo. O Brasil defende o seu interesse, o que é normal.”

Indústria Brasileira: Como o senhor resumiria as diferenças da política externa deste Governo em relação aos anteriores?

Celso Amorim: Trata-se de prioridades. Algumas são questão de ênfase, mas a quantidade se transforma em qualidade. No caso da América do Sul, foi o Presidente Fernando Henrique quem fez a primeira reunião de Presidentes da região, e foi uma boa iniciativa. Mas veja a ênfase que o Presidente Lula tem posto nisso, não só em termos de encontros. Quando vier o Presidente do Chile, o nosso Presidente terá encontrado com todos os Presidentes da América do Sul em Brasília, fora os encontros que ele teve com quase todos em reuniões internacionais ou em posses de outros Presidentes. Reunião entre a Comunidade Andina e o MERCOSUL, em nível de chanceleres, tinha havido só a primeira. Agora houve duas em menos de dois meses. O Presidente Lula foi convidado para a cúpula da Comunidade Andina, o que reflete não só a prioridade dele, mas a percepção dos outros em relação a essa prioridade. Em política externa essas ênfases acabam tendo um impacto nas próprias orientações e prioridades. O Brasil deixou de dar importância à África? Teoricamente talvez não, mas, na prática, a África estava tendo menos atenção. Como Ministro, visitei sete países no terceiro ou quarto mês de governo. Também é uma coisa importante a abertura com relação a países árabes e a outros grandes países em desenvolvimento.

Indústria Brasileira: O que o senhor viu na África?

Celso Amorim: É um continente muito pobre, mas não é estagnado. Você sente palpitação, um potencial muito grande e o desejo de fazer coisas. Fazer negócio com a África vai ser bom para o Brasil e eu vejo perspectivas muito positivas.

Indústria Brasileira: Em que áreas?

Celso Amorim: Desde grandes investimentos, como já houve na área de construção ou de mineração, ou de petróleo, em Angola, quem sabe em São Tomé, que é uma ilha pequena mas é uma grande bacia petrolífera. Temos uma grande experiência em energia. A África do Sul é um país que precisa muito de energia dos vizinhos Moçambique e Zimbábue. Você tem o carvão em Moçambique, em que a Vale do Rio Doce está interessada. Eu estive em Angola, com 20 ou 30 empresários brasileiros. Alguns representantes de grandes firmas que estão lá e outros empresários brasileiros pequenos. Eles me falaram de três coisas de que necessitam lá: uma agência bancária brasileira, porque senão cada vez que eles forem comprar alguma coisa no Brasil terão de fechar câmbio em Lisboa; uma linha aérea brasileira direta – eles só têm a linha angolana; e, eventualmente, financiamento.

Indústria Brasileira: E a China?

Celso Amorim: A China é uma coisa impressionante, talvez o único mercado realmente grande no mundo que está crescendo constantemente, e este ano já vai ser o segundo maior mercado para as exportações brasileiras. Não sei se vai se manter a longo prazo, porque isso também tem a ver com a queda da participação da Argentina. É um país com o qual temos cooperação em áreas de tecnologia muito

avançada. O Presidente Lula planeja ir à China em breve, talvez no início do ano que vem.

Indústria Brasileira: E com a comunidade dos países árabes?

Celso Amorim: A gente tende a olhá-los como se fossem uma coisa única, e não são, mas de qualquer maneira eles têm em comum essa grande afinidade com o Brasil, entre outras razões pelo fato de que somos não só um país grande em tolerância, do ponto de vista do convívio entre povos, raças, culturas, religiões etc., mas também porque aqui vivem entre oito ou nove milhões de pessoas de origem árabe. E há também um grande potencial tanto para comércio quanto para investimento. Do ponto de vista de investimento, talvez sejam mais os países do Golfo, que fizeram mais excedentes financeiros. É muito importante mostrar que o Brasil é um bom local para colocar esses recursos em áreas variadas. Pode ser em mineração, infra-estrutura, petróleo e outros setores. O Presidente está planejando uma viagem aos países árabes, que poderá se realizar ainda no fim do ano. Ele propôs, ainda, a todos os países árabes e aos países da América do Sul, uma grande reunião sobre questões de interesse comum.

Indústria Brasileira: O que mudou no processo de negociação da ALCA?

Celso Amorim: Sobretudo a análise. O Governo anterior dizia que eles iam negociar a ALCA e quando chegasse no final, se fosse bom a gente assinava. A nossa análise é que no final você acaba assinando um acordo que pode ser desfavorável. É muito difícil participar de uma negociação com 34 países e no final dizer “mudei de idéia”, porque essas negociações têm uma inércia muito forte. Da mesma maneira que os Estados

Unidos querem levar para a OMC alguns temas que eles consideram sensíveis, nós estamos dizendo que os temas que para nós são sensíveis também devem ir para a OMC. São temas que já estavam encaminhados em certo sentido, como era o caso dos investimentos. Agora, para mudar isso, é preciso mudar também o formato da negociação, porque 90% dos 34 países não têm os mesmos interesses nem as mesmas preocupações do Brasil, e quero que compreendam também o que a gente quer. O Brasil tem necessidade de uma política industrial, uma política tecnológica, uma política que possa fazer, se necessário, com certo grau e em sentido positivo, uma discriminação em alguns setores em favor da indústria. E se você acertar um tipo de política de investimento, de política governamental de compras, já será mais difícil. Mesma coisa na área de serviços. Podemos até discutir serviços bilateralmente com os Estados Unidos, mas dentro do marco da OMC.

Indústria Brasileira: Como eles querem...

Celso Amorim: Como eles querem também discutir outros temas. A discussão de serviços mexe em temas muito sensíveis, desde telecomunicações até educação, audiovisual. Você pode estar aceitando determinadas obrigações gerais, e mesmo não tendo uma negociação específica para o setor, este acaba coberto por aquelas obrigações de natureza geral. Como na OMC isso foi feito com muito cuidado, achamos melhor que a parte normativa de serviços continue sendo tratada pela OMC. O Presidente tem falado muito, também, numa ênfase da nossa relação com grandes países, como China, Rússia, Índia. Tivemos aqui

uma reunião de chanceleres muito interessante, da Índia, África do Sul e Brasil. Além do lado estratégico, de serem três grandes países em desenvolvimento, com influência nas suas regiões, há também o interesse econômico.

Indústria Brasileira: Nesse quadro, e considerando que o Presidente Lula reafirmou o compromisso de fechar as negociações em 2005, tudo não estaria apontando para uma ALCA light?

Celso Amorim: A ALCA já estava sendo *light* nos assuntos que nos interessavam, em agricultura e *antidumping*, por exemplo. Ela estava *heavy* em política industrial, em política de investimentos. Eu acho que se criou um complexo de culpa no Brasil, em função do sistema de substituição de importações e da política que se seguia na época. Qualquer defesa de um interesse brasileiro era imediatamente confundido com protecionismo, com uma volta ao passado. Quando os Estados Unidos tiram praticamente a parte principal da agricultura e o *antidumping* da ALCA, quando eles colocam trezentos e tantos itens como produtos sensíveis, eles não estão obstruindo a ALCA. Agora, quando o Brasil diz que quer tratar investimento, ou propriedade intelectual na OMC, que é um foro mais favorável para nós, afí estamos obstruindo. O Brasil defende o seu interesse, o que é normal. Não cabe ao Itamaraty decidir se o Brasil tem ou não tem de ter uma indústria de bens de capital. O que não pode é na hora que a gente decidir desenvolver essa indústria, descobrir que os compromissos internacionais levaram a um tal grau de rigidez que a inviabilizaram. Isso já acontece em parte. E é por isso que estamos querendo flexibilizar alguns acordos da rodada Uruguai.

Indústria Brasileira: Como assim?

Celso Amorim: O que estava se querendo fazer na ALCA era ter disciplina ainda mais rígida do que a da OMC em todos esses temas. Quando fui Embaixador na OMC, estávamos ainda lutando para flexibilizar certas coisas, para manter, por exemplo, a negociação de acesso a mercados na base de tarifas consolidadas, que são mais altas, e descobri que na ALCA a discussão estava encaminhada em sentido diferente. Temos de defender nossas posições entendendo que liberalização é sempre uma via de mão dupla, que não vamos ter acesso ao mercado deles se também não dermos acesso ao nosso mercado. Mas tarifas altas e obstáculos ao comércio vêm muito mais deles do que de nós. Temos, talvez, uma média tarifária mais alta, mas ninguém vive na média. Para os produtos de interesse brasileiro, a tarifa dos Estados Unidos é muito mais alta do que a nossa. Não adianta dizer “nós fizemos uma oferta que cobre 90% dos produtos” – não foi o caso –, eu quero saber se nesses 10% estão suco de laranja, calçados, aço. Ou sobre as barreiras que incidem sobre os produtos, e que não são tarifas. A ALCA é importante para o Brasil por causa do mercado dos Estados Unidos. É uma falácia dizer que a ALCA é 50% do comércio exterior brasileiro. Metade disso é América Latina, cujos acordos existem e podem ser aprofundados com ou sem ALCA. Numa negociação com países menores, você deve demonstrar certa generosidade. Agora, com países maiores, quem tem de demonstrar generosidade são eles.

Indústria Brasileira: O senhor falou sobre a reação interna a essa estratégia de negociação, dos três trilhos – o bilateral (ou 4+1), o hemisférico e o multilateral (OMC). Qual é sua avaliação da reação externa?

Celso Amorim: Tenho conversado com o Ministro do Exterior e com o Ministro da Economia da Argentina, e eles têm absoluta identidade de ponto de vista e de preocupações em relação a esse tema. Os outros países do MERCOSUL, que são menores, têm às vezes outro tipo de interesse. Por isso temos de ser generosos e compreensivos com eles também, dentro do MERCOSUL. Não existe o melhor dos dois mundos. O Brasil tem a obrigação de garantir o acesso ao mercado dos produtos desses países e não fez isso no passado. Na medida em que fizermos isso, e que também estimularmos investimentos brasileiros e até as importações brasileiras desses países, desenvolveremos um verdadeiro programa de substituição competitiva de importações. Isso também é novidade na nossa política externa. Agora, a contrapartida tem de ser uma frente unida no plano externo.

Indústria Brasileira: Quando o senhor usa a expressão generosidade nas políticas externas em relação aos outros países da América do Sul, o senhor inclui a Argentina?

Celso Amorim: Generosidade é uma coisa que não se mede, mas você tem de levar em conta as assimetrias entre os países de maneira realista. A assimetria entre o Brasil e a Argentina pode até existir em alguns setores, mas em outros é até o contrário. A Argentina teve três Prêmios Nobel em ciências. O Brasil nunca teve. Agora, é diferente do que você pode fazer pelo Uruguai e pelo Paraguai, que são economias pequenas. A generosidade é a mesma, mas a tradução em números tem de ser diferenciada.

Indústria Brasileira: O senhor acredita que os acordos de créditos recíprocos para acelerar a integração comercial e econômica são suficientemente expressivos para

permitir que se avance na direção da integração física no âmbito do MERCOSUL?

Celso Amorim: Eu não sei se eles são suficientes, mas mantê-los é fundamental, porque são países que vivem permanentemente em dificuldade financeira. Esses acordos dão uma margem e uma preferência ao comércio regional. O Presidente Lula tem afirmado isso, e sabemos que é uma luta, porque nem sempre todos os órgãos no Brasil têm a mesma visão. Agora, é preciso talvez mais. Em alguns casos você tem de ter um crédito em médio e longo prazos, ou até ajudar investimentos brasileiros nos setores dos quais possam resultar exportações para o Brasil ou para outros mercados. Aqui, há um papel importante para o BNDES: ser também o nosso banco da integração, junto com a Corporação Andina de Fomento.

Indústria Brasileira: O Brasil tem a pretensão de criar uma área de influência não só no MERCOSUL, mas em toda a América do Sul, onde ele lideraria um novo bloco econômico?

Celso Amorim: Não há a pretensão de criar uma área de influência. Mas é muito difícil que haja uma integração econômica plena se as mercadorias não têm por onde transitar, se um homem de negócios do Equador tem de ir a Miami para vir a São Paulo, ou então dormir uma noite em Lima. A integração da América do Sul é importante para a integração do Brasil porque em muitos lugares você está mais próximo dos outros países da América do Sul do que dos grandes centros comerciais aqui. A clareza dessa prioridade está muito presente em nossa política externa.

Indústria Brasileira: Quais seriam os benefícios objetivos que, na visão do Governo, os empresários e os agentes econômicos brasileiros terão se isso avançar?

Celso Amorim: Não podemos entrar nessas negociações com uma visão muito gananciosa, até porque em muitos desses países já temos saldos comerciais fantásticos, que tendem a aumentar na medida em que você tem crédito do BNDES. Junto com o crédito em geral vão também maquinaria, bens de capital, outros tipos de insumos ou até serviços. Nós temos também de nos preocupar em comprar, e se você consegue comprar mais barato e melhor, também é benéfico para a indústria brasileira. E comprando bem, você está habilitando o país a comprar mais. E há ganho sim, muito grande. É só você imaginar, por exemplo, a produção de Manaus, se você tiver corredores para o Pacífico.

Indústria Brasileira: Dá para fazer?

Celso Amorim: A integração da América do Sul pode ser uma oportunidade de investimento. A idéia do Presidente Lula é a seguinte: vamos fazer um leque de projetos, e ver o que é que podemos financiar. Vamos apresentá-lo aos Estados Unidos, à União Européia, ao Japão, e até a instituições que poderiam fazer isso também. Além da participação que aqueles países já têm no BID ou no Banco Mundial, podem até fazer empréstimos diretamente para empresas deles, que contornem até mesmo problemas nossos do déficit fiscal.

Indústria Brasileira: Até que ponto, a médio prazo, o sucesso da integração física pode libertar a política macroeconômica brasileira da dependência do investimento externo e das imposições dos organismos internacionais?

Celso Amorim: A integração econômica – aí não só a física, que vai estar ligada a ela e será em parte puxada por ela – também contribui para que possamos negociar em condições melhores com outros blocos. A economia do século 21 vai ser uma economia de grandes blocos. A União Européia é um bloco imenso que não pára de crescer, os Estados Unidos já são um bloco eles próprios, sem o NAFTA ou com o NAFTA. Mesmo o maior país da América do Sul, o Brasil, não vai ser senão um apêndice desses blocos. Agora, a América do Sul como um todo tem condições de negociar melhor. É muito importante internalizar isso, porque a nossa psicologia ainda é muito voltada para os países desenvolvidos.

Indústria Brasileira: Em que medida essa prioridade da América do Sul, do MERCOSUL especificamente, e a menção dada à China não são coisas articuladas do ponto de vista da política externa?

Celso Amorim: Você não pode ficar só, tanto em termos políticos quanto em termos econômicos, dependente dos grandes centros de poder do mundo. A América do Sul é a base tanto para o Brasil quanto para os outros países da região. Se você quer se projetar bem para o mundo, a sua base próxima tem de estar bem consolidada. É uma coisa fundamental para nós, como também para os outros – e aí eles é que terão de julgar –, buscar alternativas de relacionamento político e econômico com os outros grandes centros mundiais, ou grupos. Essa diversificação nos dá melhores condições de barganhar com os nossos parceiros tradicionais. O interesse pelo Brasil não diminui em função disso, pelo contrário, aumenta. E não vamos desconhecer o potencial de atração do próprio Presidente,

que é uma personalidade política de grande projeção mundial hoje. Mas, além dele, eu acho que há uma consciência da nossa busca de integração, de inserção global.

Indústria Brasileira: As negociações com a União Européia avançam mais rapidamente?

Celso Amorim: Quando você conversa com líderes políticos dos países da União Européia, eles têm uma compreensão muito grande para a importância até estratégica do acordo com o MERCOSUL. O problema é que na União Européia hoje em dia há uma dicotomia, e a Comissão Européia, embora teoricamente seja um órgão político, tem reagido de maneira excessivamente técnica. Não é que o técnico não seja importante. Eu reconheço que eles têm dificuldades, porque têm de compor os interesses de 15 países ao mesmo tempo – vão ser 25. Mas é mais difícil exigir da comissão uma ousadia que você pode esperar de um líder que foi eleito pelo povo, que sabe qual é o mandato dele.

Entrevista do Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores, ao jornalista Boris Casoy (Programa “Passando a limpo”, 04.10.03)

Boris Casoy: Ministro, muito obrigado, sua presença nos honra e o caso que está aí mais em evidência na imprensa brasileira é a questão da discussão da ALCA. Houve uma reunião de Vice-Presidentes e Ministros da ALCA em Trinidad e Tobago, e há críticas em relação à atuação brasileira. Fala-se que o Brasil evidenciou que parte para um confronto com os Estados Unidos e que esse confronto não estaria correto, porque o Brasil não percebe que esse confronto pode resultar em acordos bilaterais dos EUA com outros países, e o Brasil, inclusive, estaria incomodando

parceiros seus do MERCOSUL com algumas das suas posições, que seriam de confronto em relação à ALCA.

Celso Amorim: Em primeiro lugar, boa noite Boris, é um prazer estar conversando aqui com você. Acho que a nossa posição não tem nada de confrontacionista, ela é uma posição pragmática. Aliás, foi reconhecida como pragmática pelo próprio Robert Zoellick em algumas vezes que conversamos, algumas vezes até em público. Nós partimos do seguinte princípio: a ALCA, para ser um acordo que funcione, tem que ser um acordo equilibrado. É claro que a gente nunca pode fazer um cálculo preciso, mas as vantagens devem estar bem distribuídas entre todos os membros que participam. Os EUA claramente nos indicaram, e desta vez disseram formalmente, que temas que para nós são muito importantes, como subsídios à agricultura ou *antidumping* – que é o que prejudica, por exemplo, o nosso aço –, estariam fora da discussão da ALCA; só poderiam ser discutidos na OMC. Ao mesmo tempo, eles querem que nós discutamos na ALCA temas que envolvem certa sensibilidade. Não é que nós sejamos contra a discussão, mas esses temas envolvem tempo. Não podemos ter, por exemplo, uma regulamentação sobre serviços imposta de fora para dentro. Tem que evoluir gradualmente. A nossa política de investimentos está muito relacionada com o que nós desejarmos fazer, por exemplo, em termos de desenvolvimento industrial e tecnológico. O que nós dissemos, essencialmente, é que vamos tentar fazer uma ALCA pragmática, vamos tentar concentrar-nos naquilo que o livre comércio realmente significa, isto é, abertura para bens de parte a parte, na base da reciprocidade. Deixemos os

temas complexos ou sensíveis para uns ou para outros para a OMC, onde, inclusive, o jogo é mais equilibrado. Só um comentário, Boris, se você me permite. Normalmente, eu ouço muito isso: temos que ter uma abordagem realista, não podemos ser excessivamente ambiciosos, me disseram em Cancún. Só que realismo, para muitas pessoas que fazem essa crítica, significa ceder tudo o que os outros desejam e obter somente 10% do que nós desejamos. Isso para mim não é realismo; isso teria outro nome.

Boris Casoy: Aliás, eu, pessoalmente, e é uma opinião personalíssima, pode ser que um espectador nosso não concorde, acho que essa política está corretíssima. Ninguém gostaria de um confronto mas é uma política que tem que atender a duas mãos de direção dos interesses mútuos. Eu acho que o Brasil está discutindo com altivez no campo internacional.

Celso Amorim: É o que nós temos procurado fazer.

Boris Casoy: Quando dois países não querem, não haverá confronto. O temor é que, ante o impasse, que pode acontecer – já se antevia a possibilidade de um impasse no Governo Fernando Henrique Cardoso –, os EUA possam caminhar para acordos bilaterais e aí o Brasil ficaria pendurado no lustre, abandonado inclusive por alguns parceiros, incluindo parceiros do MERCOSUL. O senhor não acredita nessa possibilidade?

Celso Amorim: Isso é uma ameaça que é constantemente feita. Foi feita aliás em Cancún, não a propósito da ALCA, mas da OMC. Mas nós temos conversado com vários líderes. Agora mesmo o Presidente Lula esteve na ONU e conversou com líderes de vários países. Por exemplo, conversou com o Chanceler Schroder, da Alemanha, país que

faz parte da União Européia, que se antepôs a nós em Cancún; mas ele frisava que é muito importante o sistema multilateral de comércio. Os acordos bilaterais não são substitutos. Eles podem até ser complementos, mas não substitutos para os acordos multilaterais. O Brasil também não tem nenhuma objeção. Veja bem, o Chile é um país associado ao MERCOSUL e, ao mesmo tempo, tem um acordo bilateral com os EUA. Ele achou que era do seu interesse assumir certas políticas e assumiu. É um país soberano, tem todo o direito de assumir. O Brasil não é um país igual a outros países, seja pelo seu tamanho, seja pela complexidade da sua economia. Nós temos certas preocupações, tanto do ponto de vista ofensivo como defensivo – por exemplo, o Brasil é um país de grande produtividade em agricultura e os subsídios agrícolas nos prejudicam muito. Fala-se muito em pirataria, mas este é um caso de pirataria, pois estão nos roubando a nossa vantagem comparativa. Por outro lado, o Brasil é um país jovem, um país em desenvolvimento. Hoje mesmo eu estava lendo num relatório da UNCTAD como caiu o valor agregado que nós colocamos na nossa indústria. Por quê? Porque faltaram políticas industriais nos últimos anos. Então, o Brasil precisa ter também política industrial para desenvolver sua tecnologia, para empregar seus engenheiros. Se nós não usarmos as compras governamentais como instrumento de política industrial, nós não lograremos desenvolver certos setores. Entre os países ricos, alguns não precisam disso. Os EUA fazem política industrial e a fazem também através da política de defesa. Mas a nossa indústria de defesa é pequena, então nós precisamos de certos instrumentos de que alguns outros

países não precisam. Podemos fazer isso sem nenhum espírito de confronto. Eu repito: se nós nos concentrarmos naquilo que é essencial em livre comércio, isto é, transação de bens, também de alguns serviços, e eliminação de barreiras, tarifárias e não tarifárias, nós podemos chegar a um acordo.

Boris Casoy: Ministro, qual é a intenção brasileira de se voltar para a África? É uma política de dar uma certa prioridade, é uma política de resultados rápidos sob o aspecto comercial, ou ela tem uma visão estratégica maior?

Celso Amorim: Há várias dimensões. Do ponto de vista comercial, mais imediatamente, por exemplo, a África do Sul é um parceiro importante. A África do Sul tem uma economia do tamanho quase da economia argentina, talvez um pouco menor, mas não muito. É um país com o qual nosso comércio tem aumentado muito. Por outro lado, outros países têm também oportunidades de investimento. Na área da construção civil, por exemplo, já temos uma presença grande em Angola; na área de mineração podemos vir a ter presença grande em Moçambique. Enfim, são só exemplos. Naturalmente, nós compartilhamos o Atlântico Sul. Quando se faz política externa, não se pode pensar só no Brasil de hoje ou de ontem. É muito importante a história, muito importante o presente, mas temos que pensar no Brasil de amanhã também.

Boris Casoy: Na verdade, é um processo. E uma saída para o Pacífico, que é um tema que voltou a ser abordado?

Celso Amorim: O Governo do Presidente Lula tem dado imensa importância à integração da América do Sul, que está totalmente ligada a uma saída para o Pacífico. Aliás, não só uma única saída; várias saídas.

Pelo norte, mais ao sul ou ao centro do Brasil. Quando olhamos para a situação de outros continentes, vemos que a própria América do Norte ou a Europa, a despeito dos conflitos que havia, são continentes integrados. A América do Sul não é um continente integrado. É um continente ainda em grande parte só colonizado, só ocupado nas margens. Com exceções, naturalmente. Outro dia, recebi um Governador de um Estado do norte, que me demonstrou como determinada obra – obviamente uma obra que terá de ser feita em várias etapas e que uniria Roraima ao Amapá, passando pela Guiana, Suriname e Guiana Francesa – teria importância para ligar o norte ao nordeste. A integração da América do Sul, que é um ponto que o Presidente Lula tem mencionado muito e que inclui o aspecto da saída para o Pacífico, é importante também para a integração do Brasil. Esse é um ponto importante e que explica grande parte da nossa ênfase, não tudo. Nossa política é feita de vários componentes, mas a integração do Brasil explica também nossa ênfase na América do Sul.

Boris Casoy: Me dizem que a história da saída para exportação e transporte marítimo estaria já envelhecida, pelo fato de que os navios atuais são enormes e conseguem fazer viagens de Santos, Paranaguá, Rio com os mesmos custos de uma saída para o Pacífico. Não refrescaria muito.

Celso Amorim: Não creio que seja assim. Eu não sou perito em transportes, mas o interesse é muito grande, inclusive no transporte intermodal, através também dos rios, para transporte de soja, e que em determinado momento pode se conectar com a ferrovia. Eu noto um interesse muito grande. Não é um interesse na obra. É um interesse efetivo de integração. Também há o objetivo

político. Nós queremos ser um continente que não falará nunca a mesma língua, mas falará línguas que se compreendem, culturas que se entendam. E para isso é preciso que haja integração física. Isso é muito importante, além do aspecto econômico. Nós falamos da integração física e lembramos, o que é natural, de rodovia e ferrovia, mas linhas aéreas também são importantes. Hoje em dia, um homem de negócios do Equador, se quiser vir fazer negócios em São Paulo, dependendo do dia, tem que ir a Miami. Então ele já faz negócio em Miami, para que vir a São Paulo?

Boris Casoy: Ministro, e a história da nossa presença no Conselho de Segurança da ONU? Que vantagem o Brasil leva?

Celso Amorim: Primeiro, como eu costumo dizer, não é uma aspiração principalmente do Brasil. A reforma é uma necessidade das Nações Unidas. Para que as decisões das Nações Unidas tenham legitimidade, efetividade, sejam respeitadas por todos, é preciso que o Conselho de Segurança, que é o único órgão que tem poder de decisão efetivo, seja visto como representativo. Para que ele seja representativo, tem que ter países em desenvolvimento, que hoje em dia são a grande maioria dos países do mundo. Não pode ter só as potências que ganharam a Segunda Guerra Mundial, embora o Brasil até fosse na época cogitado para ser membro permanente, aliás pelo Roosevelt. Enfim, é preciso que o Conselho de Segurança tenha entre seus membros permanentes países em desenvolvimento. Aí o nome do Brasil é quase um nome natural, como outros – o da Índia por exemplo, tem que ter um país africano... Para o Brasil, há vantagens e há ônus, não financeiros, como as pessoas costumam dizer. O Brasil, por exemplo, contribui duas vezes

mais do que a China. E a China é membro permanente e o Brasil não é.

Boris Casoy: Mas eventualmente vai ter que contribuir com tropas ...

Celso Amorim: Poderá contribuir, e acho que deve, mas não por isso. A China, por exemplo, não tem participado de operações de paz. Aliás, há um certo cuidado de evitar que os membros permanentes participem muito em operações de paz, porque eles têm interesses muito fortes. Então, isso é relativo. O ônus é o da responsabilidade da decisão. A decisão é uma coisa muito pesada. Parece uma coisa fácil, mas não é. Tomar decisões em condições dificeis, sabendo que seu voto vai fazer diferença, exige coragem, exige lucidez, exige ter um país importante por detrás, mas o Brasil é um país maduro para isso. A gente não pode ficar com medo de descontentar “a” ou “b”. Não, nós temos a nossa visão do mundo, que é uma visão a favor da paz, do multilateralismo, do direito internacional e essa voz terá um efeito positivo. Como tem tido, aliás, quando o Brasil é membro não permanente. Eu fui Embaixador na ONU e vi isso. Da outra vez em que fui Ministro também, o Brasil era membro não permanente e nós tivemos papel importante em várias questões, muitas vezes, inclusive, dissidentes de algumas das grandes potências. Essa é a principal vantagem e, ao mesmo tempo, a responsabilidade: é o fato de poder participar das decisões. Isso ajuda a fazer com que as decisões caminhem no sentido que nós desejamos. Por outro lado, evidentemente, tem o ônus da responsabilidade. Todos nós que na vida temos que tomar decisões sabemos que isso é um peso.

Boris Casoy: E com o fim da Guerra Fria, o fim da Segunda Guerra Mundial, o fim de um quadro político, terminou um ciclo. A

ONU se manteve sobre os alicerces daquele ciclo, então ela está superada hoje ?

Celso Amorim: Está desgastada. Vamos preservar o que existe, porque – eu me lembro –, antes de 64, muita gente dizia que nossa Constituição estava ultrapassada. É melhor ter uma ultrapassada que não ter Constituição nenhuma. Nós queremos reformar, melhorar as Nações Unidas, o Conselho de Segurança certamente, com países em desenvolvimento como membros permanentes, mas também dando instrumentos de ação ao Conselho de Segurança. Por exemplo, a questão de armas de destruição em massa. Não podemos querer, de uma hora para outra, montar uma enorme equipe de inspetores. Temos que ter um núcleo permanente para isso.

Boris Casoy: Essa reclamação americana da incapacidade e de grande dificuldade de mobilização da ONU na hora em que ela precisa fazer qualquer tipo de intervenção.

Celso Amorim: Com todo o respeito, eu fui membro do Conselho de Segurança, fui Presidente do Conselho de Segurança – o que não é nenhuma vantagem, porque é por turno –, mas fui Presidente num momento crítico, logo depois do bombardeio do Iraque. A maior parte das vezes em que a ONU não agiu foi por falta de dinheiro. E a falta de dinheiro, sobretudo, por falta de contribuição de um dos principais pagantes. Essa ineficiência da ONU tem nome.

Boris Casoy: Falando em falta de dinheiro, dizem que falta dinheiro para as Embaixadas brasileiras. O que é que está acontecendo, Ministro?

Celso Amorim: O que está acontecendo é que nós estamos sofrendo o resultado de uma herança pesada, que chegou a elevar o percentual da dívida interna de 30 para 60% do PIB. Evidentemente, isso está impondo

sacrifícios muito grandes. O Presidente Lula tem demonstrado grande interesse em, dentro do possível, poupar o Itamaraty, mas ainda assim esse possível tem exigido muitos sacrifícios, e eu espero que isso possa mudar com o tempo.

Boris Casoy: Ministro, tem outra novidade na política brasileira, que é o olhar para a Índia, que alguém classificou, não sei se foi o senhor, de Bloco Sul. O que significa isso? A Índia é muito longe, quilometricamente falando.

Celso Amorim: Mas é próxima do ponto de vista estrutural, porque são países ao mesmo tempo grandes, importantes, com grande influência internacional, grande potencial e, ao mesmo tempo, com problemas de pobreza; também são países, de certa maneira, próximos historicamente. Não podemos esquecer que o caminho das Índias esteve na origem do Brasil. O que nós estamos tentando fazer com esse grupo de três países em desenvolvimento, Brasil, África do Sul e Índia, além de projetar para o futuro a união de países em desenvolvimento, também resgata, de certa maneira, o passado.

Boris Casoy: Estive há pouco tempo em Goa, a marca da presença portuguesa em Goa é fantástica e está lá um pedaço da história do Brasil, surpreendentemente bem preservada.

Celso Amorim: Não esqueçamos também que, na África do Sul, a cidade do Cabo é no Cabo da Boa Esperança.

Boris Casoy: Ministro, um assunto que preocupa muita gente, e que é uma acusação que eu também faço ao Governo, é uma certa tolerância ao Governo cubano, que seria produto da amizade pessoal que o Presidente Lula tem com o ditador Fidel Castro.

Celso Amorim: Não acho que seja tolerância. O que existe é a preocupação de agir de maneira eficaz. A política de isolamento não trouxe nenhum benefício, nem para o povo cubano, nem para aqueles que defendem os direitos humanos em Cuba. Sobretudo, sacrifícios de ordem material. Só contribui para enrijecer o regime, porque, obviamente, cria uma situação defensiva cada vez mais arraigada. Como é que se modifica isso? Como é que se contribui para que haja uma transição, não só no plano político, mas também no plano econômico? É através da cooperação. Aliás, esse também era o entendimento da Europa até há pouco tempo. Então, como é que se contribui de maneira mais efetiva para o exercício dos direitos humanos em Cuba, como em outros lugares? É através do engajamento e da cooperação. Dependendo das situações, isso se faz melhor de maneira pessoal, direta, do que através de uma política de alto-falante. A política de alto-falante é muito boa para você demonstrar ao mundo que está em paz com sua consciência, mas nós estamos interessados em resultados. Nós queremos melhorias efetivas. O Presidente Lula, quando esteve lá, recebeu a Igreja, que é uma força independente, além de ter recebido a mãe do brasileiro – um caso específico de proteção a brasileiro.

Boris Casoy: Mas não recebeu a oposição.

Celso Amorim: Mas a Igreja é uma força independente. Eu não quero entrar no mérito: em Cuba, se você receber a oposição, você se desqualifica para falar com o Governo. Não adianta. Isso poderia dar belas manchetes internacionais e não teria nenhum efeito para os presos políticos – para ninguém – em Cuba. Recebendo a Igreja, ouvindo bem o que eles têm a dizer, inclusive também vários reconhecimentos que eles fizeram, terá sido

possível transmitir ao Presidente Fidel Castro algumas coisas sobre as quais ele vai refletir. O que ele vai fazer, não sei. Mensagens foram transmitidas e registradas. O que acontecerá, não sei. Mas foram transmitidas dentro desse quadro de amizade e de cooperação que, a meu ver, é o único que pode funcionar. O quadro das sanções, dos embargos, isso não traz nenhum resultado prático.

Boris Casoy: O Brasil é a única democracia do mundo que está agindo dessa maneira. A Europa está-se afastando.

Celso Amorim: Ninguém vai dizer que Cuba não tenha cometido erros. Nós, ao nos abstermos na Resolução sobre Direitos Humanos por causa de todas essas circunstâncias, inclusive a do embargo, não deixamos de expressar nossa preocupação com a situação dos direitos humanos. Fizemos isso de maneira clara; depois voltei ao Senado, falei também de maneira clara – nem sei se eles ficaram totalmente satisfeitos com o que eu disse. A nós preocupa, inclusive, o isolamento de Cuba em relação a países europeus, que até recentemente mantinham uma boa relação com eles. Se nós pudermos contribuir de uma maneira efetiva para que isso melhore, em benefício do próprio povo cubano, inclusive do exercício pleno dos direitos humanos, nós o faremos.

Boris Casoy: Tomara que dê certo – eu continuo com as minhas preocupações com o regime cubano.

Celso Amorim: O Presidente Lula mesmo disse no discurso dele nas Nações Unidas: a trajetória dele é o exemplo da confiança no diálogo.

Boris Casoy: Ministro, e a China?

Celso Amorim: A China é um grande parceiro. Já é um grande parceiro comercial. O comércio deve estar chegando, este ano, a

5,6 bilhões de dólares. É uma economia pujante. Nós temos com a China a maior cooperação. Fala-se muito em cooperação Sul-Sul, você mesmo a mencionou há pouco; o maior projeto de cooperação Sul-Sul é o projeto que nós temos na área espacial com a China, de lançamento de satélites com foguetes chineses, e agora temos também na área aeronáutica, mais especificamente. É um país que tem um potencial enorme e que certamente está entre as nossas prioridades. O Presidente esteve com o Presidente Hu Jintao em Evian. Eu devo ir à China tão pronto possível para preparar uma visita do Presidente Lula. A China é uma das grandes potências, sem dúvida, que vai contribuir para essa multipolaridade, que é muito saudável para o mundo. Não é bom para o mundo que ele seja unipolar. Nem para a principal potência é bom. Às vezes é bom que o poder seja um pouco cerceado.

Boris Casoy: Ministro, e esse estremecimento com a Argentina? Parece que o Presidente da Argentina não esteve presente ao discurso do Presidente Lula na ONU.

Celso Amorim: Porque ele não tinha chegado!

Boris Casoy: Ele não chegou porque ficou no hotel, de propósito, esperando terminar o discurso do Lula.

Celso Amorim: Isso não é verdade. Eu estive presente ao diálogo, ao encontro do Presidente Lula com o Presidente Kirchner. Eu tenho alguma experiência diplomática e de vida, não é? A gente vai ficando velho. Eu raras vezes vi um diálogo ao mesmo tempo tão franco e tão positivo. Já vi diálogos positivos, mas não tão fracos. E diálogos fracos, mas não tão positivos. Raras vezes vi um diálogo tão franco e tão

positivo quanto o diálogo entre o Presidente Kirchner e o Presidente Lula.

Boris Casoy: Tanto que Lula o procurou para, de alguma maneira, justificar uma atitude que o Governo argentino classificou de omissão na hora em que o Governo argentino teve aquela moratória de poucas horas.

Celso Amorim: Pode ter havido um mal entendido, não adianta eu tentar repassar fatos, durante alguns dos quais eu nem estava no Brasil, mas veja bem o apoio que nós temos dado ao longo do tempo. Só para ilustrar a importância que nós damos à Argentina: quando o Presidente Bush, na ONU, se encontrou com o Presidente Lula, o primeiro tema que ele tocou foi: "que tal, vocês gostaram do acordo da Argentina?" E o Presidente Lula respondeu que claro, para o Brasil é essencial que a Argentina vá bem. A resposta do Presidente Lula é importante, mas também o fato de o Presidente Bush ter ficado com isso gravado na cabeça como um tema de importância para nós.

Boris Casoy: Eu li que o Presidente Bush disse isso com a entonação de que o acordo tinha sido bom para o Brasil, em face de que a Argentina havia conseguido algo mais e que o Brasil, que futuramente ia se defrontar...

Celso Amorim: Não, não era essa. Era reflexo da intensidade com que o tema Argentina e o nosso interesse na Argentina tinham sido tratados no encontro deles em junho/julho. Depois, o Presidente teve um encontro com o Koehler; e não só isso, durante o mesmo período, freqüentemente houve instruções do Ministro Palocci para a nossa representante no Fundo. Eu encontrei a representante em Cancún. Eu, antes de falar com ela, perguntei aos

argentinos o que eles gostariam de ouvir. Mal-entendidos pode haver, mas estão totalmente superados.

Boris Casoy: Ministro, eu queria agradecer sua presença no "Passando a Limpo", queria desejar ao senhor felicidades. O senhor que tem uma responsabilidade imensa num momento difícil do mundo e do Brasil, que está mantendo algumas posições...

Celso Amorim: Isso torna o trabalho interessante.

Boris Casoy: ...e desejar ao senhor, mais uma vez, extremíssimas felicidades.

Celso Amorim: Muito obrigado.

The Last Word: Leading the World's Poor – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Newsweek, 06.10.03)

Angry words are still flying over who wrecked the World Trade Organization meeting in Mexico last month. The debacle in Cancún had many fathers, but much of the fury has fallen on Brazil, which marshaled a dissenting bloc of 22 developing nations that demanded concessions on Western farm subsidies before moving forward with other issues.

Chief U.S. Negotiator Robert Zoellick dubbed them the "won't-do nations." But don't tell that to Brazilian Foreign Minister Celso Amorim, 61. One of Latin America's most experienced diplomats, he denies that Brazil was a spoiler or even that Cancún was a failure. Last week he spoke to Newsweek's Mac Margolis in Brasilia.

Newsweek: Robert Zoellick recently singled out Brazil for the collapse of the World Trade Organization meeting. Were you surprised?

Celso Amorim: Yes, I confess I was. During the meeting he had told me he thought our agenda was "businesslike." I understand the frustration. Everyone left [Cancún] frustrated. But in negotiations we all need to keep a cool head.

Newsweek: Why did the talks break down?

Celso Amorim: Not because of agriculture. The meeting broke down over the late-in-the-game insistence by Western nations on discussing the "Singapore agenda" – rules for government procurement, trade financing and competitiveness. Up to then we were making progress and ready to negotiate amendments on agricultural subsidies. We are still eager to continue at the next meeting in Geneva. No one wins if we all stamp our feet and decide to take the ball home. No one benefits by saying, "OK, now we will only pursue bilateral trade agreements." There is no substitute for the WTO.

Newsweek: You returned from Cancún a hero, drawing a standing ovation in Congress. What did Brazil gain?

Celso Amorim: We were able to cut our losses. What was originally on the table, the proposal by the United States and European Union, would have meant greatly scaling back expectations from previous talks in Doha. The Brazilian delegation decided that the limited gains that were on the table in Cancún were not worth it. This was not obstruction. It was a deliberate position. And if we all take care not to let ourselves get carried away by emotions, we have the basis to continue negotiating. We achieved a political victory. Despite the initial resistance, we were treated as a legitimate negotiating party, not as a grouplet of countries over in the corner shouting and creating obstacles.

Newsweek: You speak of the dangers of unilateralism. But isn't this exactly what has been strengthened with the failure in Cancún, as the United States and other nations start cutting bilateral trade deals?

Celso Amorim: It's clear that the biggest problems in world commerce will not be resolved through bilateral trade agreements. Clearly, for Brazil, the WTO is fundamental. But it's also fundamental for the U.S. and for Europe. Who wins in a trade war? No one. Everyone loses in the end.

But some lose more than others. The poor, for instance.

Evidently, the poor have more to lose. But the WTO is also important for the U.S., which surely doesn't want a trade war with developing nations. This is why we have to quickly get back to the negotiating table in Geneva. I think we can – if, that is, there's the political will. We need to have patience.

Newsweek: Does the developing world have the luxury of waiting years for a better trade deal?

Celso Amorim: You can't measure patience in years. Patience means what we achieved with the G22, building a mechanism to listen to and respect all nations, even the smallest. It means spending maybe another hour of your time to broaden the discussion. It may take a day, or weeks, but other countries have to be heard in order

to arrive at an agreement that is minimally acceptable to all.

Newsweek: What's the future of the G22?

Celso Amorim: The creation of G22 was undoubtedly a bold move. In the beginning we saw all kinds of attempts to discredit us. Many people thought it was going to implode, or splinter. But we managed to hold together. In the end, we were recognized as a credible negotiating force. I am convinced that we can continue in the same fashion.

Newsweek: Brazil is pressing its case for a permanent seat on the U.N. Security Council. What's your plan?

Celso Amorim: Multilateral institutions are going through a moment of great confusion and redefinition. The Iraq crisis is the most obvious example, but not the only one. How can we ensure that the Security Council's decisions have legitimacy and the support of the majority of nations? As long as the Council is dominated by the victors of the second world war, obviously you do not have a representative body. Many countries feel the Council doesn't represent them. If you have new permanent Council members, you have to have developing nations. And if you think of developing nations, it's hard not to consider Brazil. The most glaring failing of the U.N. is that the Security Council does not fairly represent the world. This has to be corrected.

Índice remissivo

A

África 26, 30, 38, 40, 113, 116, 125, 131, 137, 148, 164, 185, 186, 188, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 222, 228, 231, 235, 239, 241, 242, 243, 246, 274, 279, 280, 283, 294, 297, 301, 346, 347, 348, 352, 354, 359, 362, 364, 365, 367, 369, 404, 411, 423, 425, 449, 450, 451, 461, 464, 465, 466, 468, 469, 476

África do Sul 82, 83, 84, 86, 89, 99, 102, 113, 125, 131, 148, 194, 199, 200, 201, 202, 203, 210, 230, 231, 271, 292, 299, 311, 312, 313, 314, 316, 333, 341, 346, 348, 352, 359, 364, 368, 369, 380, 403, 411, 413, 425, 445, 450, 457, 459, 461, 464, 465, 467, 468, 469, 471, 476, 478

Agricultura 21, 22, 32, 44, 60, 61, 62, 76, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 132, 141, 143, 157, 158, 159, 160, 170, 172, 180, 187, 190, 192, 194, 195, 196, 211, 212, 220, 222, 226, 229, 233, 234, 236, 239, 241, 242, 245, 273, 276, 286, 287, 292, 293, 296, 299, 300, 302, 309, 315, 322, 323, 326, 333, 341, 346, 352, 356, 358, 359, 360, 362, 363, 365, 366, 371, 379, 382, 385, 398, 400, 403, 404, 406, 414, 424, 425, 426, 427, 445, 447, 452, 458, 459, 467, 468, 471, 474, 475, 481

Alemanha 59, 170, 211, 212, 268, 271, 286, 310, 316, 343, 344, 346, 351, 380, 381, 390, 391, 412, 433, 475

América do Sul 22, 29, 33, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 67, 68, 71, 72, 83, 84, 93, 99, 111, 112, 115, 116, 120, 125, 130, 131, 132, 133, 145, 147, 148, 151, 152, 154, 160, 164, 168, 169, 171, 172, 173, 177, 180, 186, 188, 192, 194, 197, 200, 203, 205, 215, 216, 219, 220, 222, 223, 224, 228, 230, 232, 234, 236, 238, 242, 246, 249, 251, 275, 280, 281, 291, 303, 306, 307, 317, 324, 335, 344, 359, 362, 364, 376, 390, 396, 399, 406, 410, 411, 412, 417, 418, 423, 425, 435, 436, 438, 439, 440, 443, 445, 448, 449, 450, 461, 469, 470, 472, 473, 476

Angola 131, 148, 189, 190, 191, 198, 199, 231, 239, 240, 241, 242, 249, 277, 279, 283, 343, 344, 346, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 367, 413, 450, 464, 465, 466, 467, 469, 476

Área de Livre Comércio das Américas 33, 40, 41, 49, 50, 51, 52, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 94, 111, 116, 142, 147, 151, 155, 157, 158, 159, 160, 167, 169, 170, 295, 315, 326, 333, 338, 361, 362, 375, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 417, 418, 420, 421, 422, 423, 424, 444, 445, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 457, 460, 468, 469, 470, 471, 474, 475

- Argentina** 50, 51, 52, 58, 61, 81, 82, 84, 86, 89, 99, 112, 121, 125, 130, 131, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 167, 172, 177, 191, 219, 220, 222, 224, 230, 232, 235, 241, 287, 288, 290, 292, 299, 305, 322, 328, 329, 330, 332, 333, 334, 335, 338, 341, 377, 380, 393, 401, 402, 403, 407, 412, 413, 435, 437, 438, 444, 445, 448, 449, 469, 472, 476, 480
- Ásia** 55, 82, 188, 194, 197, 230, 239, 246, 327, 371, 372, 404, 425, 441, 445
- Assistência a brasileiros no exterior** 353, 354, 355, 310, 331, 332
- Assistência militar** 271
- Associação Latino-Americana de Integração** 219, 222, 417
- B**
- Bolívia** 130, 132, 175, 241, 242, 249, 286, 288, 290, 292, 299, 303, 310, 322, 323, 326, 335, 338, 339, 344, 348, 376, 377, 378, 379, 380, 403, 406, 410, 412, 438, 448
- Burkina Faso** 298, 301
- C**
- Canadá** 94, 95, 98, 243, 271, 296, 371, 388, 396, 432, 435
- Caribe** 28, 44, 177, 180, 207, 238, 239, 274, 280, 297, 310, 342, 343, 345, 346, 348, 349, 350, 351, 371, 387, 409, 415
- Chile** 43, 53, 71, 72, 73, 82, 84, 99, 130, 132, 146, 249, 286, 288, 289, 290, 291, 292, 299, 318, 322, 343, 344, 348, 385, 389, 395, 403, 410, 412, 423, 437, 438, 469, 475
- China** 57, 82, 84, 86, 89, 99, 100, 113, 125, 131, 164, 200, 228, 271, 276, 292, 296, 299, 310, 316, 322, 328, 342, 344, 370, 381, 395, 403, 421, 423, 425, 430, 444, 450, 451, 456, 467, 468, 469, 470, 473, 477, 479, 480
- Colômbia** 53, 65, 79, 130, 132, 241, 242, 249, 288, 290, 292, 296, 299, 303, 305, 306, 307, 308, 315, 376, 406, 418, 423, 435, 438, 448, 461
- Combate à fome** 21, 28, 110, 127, 138, 183, 186, 190, 212, 233, 274, 314, 352, 358, 359, 364, 369, 411, 457
- Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas** 284, 285, 356, 357
- Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas sobre Execuções Extrajudiciais, Sumárias ou Arbitrárias** 304
- Comissão Interamericana de Direitos Humanos** 388, 389
- Comitê sobre os Direitos da Criança** 389
- Comunidade Andina** 50, 53, 54, 93, 112, 130, 142, 168, 241, 249, 333, 338, 361, 378, 386, 390, 406, 461, 469
- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa** 24, 26, 64, 137, 186, 188, 189, 191, 243, 277, 278, 279, 280, 303, 347, 354, 355, 365, 406, 412
- Comunidades Européias** 273, 274, 276, 285, 296, 297, 298, 317
- Congo, República Democrática** 189, 198, 202, 272, 354, 364, 367, 450, 466
- Conselho de Segurança das Nações Unidas** 26, 44, 72, 109, 142, 151, 176, 177, 206, 272, 285, 289, 290, 329, 342, 344, 373, 374, 407, 429, 431, 432, 433, 434, 449
- Consenso de Buenos Aires** 329, 335
- Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima** 393
- Cooperação Científica e Tecnológica** 21, 190, 361, 368, 372
- Cooperação educacional** 187, 353, 356, 367

Cooperação Sul-Sul 237, 238, 239, 243, 244, 348, 366, 411, 480
Cooperação Técnica 21, 26, 30, 44, 189, 190, 212, 226, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 280, 308, 310, 324, 327, 347, 350, 356, 360, 361, 367, 375, 379, 390, 392, 397, 398, 465
Coréia 271, 276, 311, 370, 371, 372, 395, 445, 452
Corporação Andina de Fomento 42, 54, 146, 251, 281, 291, 302, 303, 306
Cuba 129, 132, 241, 267, 268, 269, 294, 299, 310, 322, 403, 410, 413, 421, 422, 451, 457, 458, 479
Cúpula Ibero-Americana 28, 180, 206, 373
Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação 295, 406, 407

D

Defesa comercial e salvaguardas 55, 62, 94, 276, 277, 293, 311, 370, 371, 395, 396
Defesa e segurança 428, 450
Desarmamento e não-proliferação 176, 177, 287, 311, 312, 334, 338, 374, 409, 420, 430, 436
Direitos humanos 33, 42, 105, 109, 115, 119, 121, 123, 125, 150, 162, 178, 183, 186, 190, 212, 284, 285, 288, 289, 304, 305, 314, 320, 323, 330, 356, 357, 363, 368, 374, 377, 388, 389, 411, 419, 429, 432, 436, 439, 479

E

Egito 82, 83, 84, 98, 99, 148, 228, 229, 230, 231, 249, 311, 312, 322, 391, 392, 400, 401, 403, 413, 440, 447, 449, 459
Emirados Árabes Unidos 391, 392, 399, 400, 415, 440
Energias renováveis 272, 308, 345, 346, 348, 349, 350, 351

Espanha 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 59, 64, 160, 167, 168, 170, 173, 179, 180, 181, 205, 206, 318, 320, 321, 343, 344, 373, 395, 413, 414

Estados Unidos 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 68, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 94, 95, 96, 98, 99, 101, 102, 117, 119, 131, 132, 139, 149, 157, 160, 164, 224, 271, 296, 308, 309, 310, 311, 318, 322, 342, 344, 370, 381, 385, 388, 395, 400, 401, 402, 424, 425, 440, 444, 448, 450, 451, 452, 453, 456, 457, 458, 459, 470, 471, 473, 474

Extradução 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 313, 340, 375, 401

F

Feira Internacional de Alimentos, Processamento de Alimentos e Bebidas - ANUGA 316, 381, 412

Finlândia 183

G

G-20 76, 77, 82, 85, 99, 139, 159, 163, 219, 230, 235, 245, 246, 249, 292, 299, 300, 301, 342, 370, 403, 404, 405, 406, 425, 457

Grupo do Rio 38, 53, 148, 280, 339, 410

Guiana 22, 43, 44, 53, 99, 207, 281, 376, 476

Guiné-Bissau 26, 30, 137, 189, 203, 240, 241, 242, 277, 303, 304, 354, 365

H

Haiti 431

I

IBAS - Índia, Brasil e África do Sul 202, 313, 314, 341, 352, 359, 364, 369

Índia 57, 81, 82, 83, 84, 86, 89, 98, 99, 100, 113, 125, 131, 148, 164, 194, 200,

- 202, 210, 228, 230, 246, 249, 271, 284, 285, 292, 299, 311, 313, 314, 322, 333, 340, 341, 342, 352, 359, 364, 369, 390, 403, 411, 413, 423, 425, 430, 450, 451, 457, 459, 461, 464, 465, 468, 470, 471, 477, 478
- Infra-estrutura** 33, 38, 42, 43, 55, 68, 72, 131, 142, 151, 168, 172, 180, 194, 197, 199, 203, 222, 251, 276, 280, 281, 291, 303, 306, 317, 324, 332, 336, 341, 359, 364, 378, 398, 410, 445, 446, 470
- Instituto Rio Branco** 105, 106, 108, 109, 110, 113, 115, 135, 321, 407
- Integração regional** 37, 142, 168, 177, 199, 275, 280, 323, 332, 335, 337, 381
- Internacional Socialista** 161, 165, 166
- Iraque** 71, 73, 112, 116, 124, 137, 138, 216, 227, 232, 288, 289, 292, 355, 396, 398, 400, 409, 419, 420, 428, 429, 430, 433, 434, 441, 451, 455, 456, 478
- J**
- Japão** 55, 68, 83, 87, 94, 95, 132, 149, 243, 271, 276, 370, 395, 424, 443, 451, 452, 458, 459, 473
- L**
- Leste Europeu** 343
- Líbano** 109, 148, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 322, 391, 392, 397, 398, 399, 413, 419, 440, 449
- Libéria** 202, 283, 285, 354, 364
- Líbia** 148, 235, 236, 391, 392, 413, 440
- Liga dos Estados Árabes** 231, 392, 400, 401, 440
- M**
- Magreb** 441
- Meio ambiente** 21, 42, 55, 80, 117, 125, 138, 162, 183, 184, 190, 201, 209, 244, 271, 275, 276, 281, 285, 286, 287, 294, 295, 308, 309, 320, 324, 330, 332, 337, 341, 346, 348, 349, 351, 354, 361, 365, 368, 374, 377, 378, 379, 381, 390, 393, 421
- Mercado comum e Comunidade do Caribe** 39, 149, 170, 250, 251, 325, 330, 348
- Mercosul** 22, 28, 29, 33, 34, 35, 37, 38, 40, 41, 42, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 67, 68, 72, 83, 93, 94, 112, 113, 120, 131, 132, 141, 142, 145, 146, 149, 150, 151, 152, 154, 158, 163, 164, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 177, 180, 191, 192, 193, 194, 197, 199, 203, 205, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 229, 230, 232, 234, 235, 236, 246, 249, 250, 251, 275, 282, 286, 291, 305, 306, 315, 316, 323, 325, 326, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 337, 338, 339, 341, 347, 348, 359, 361, 367, 369, 372, 373, 378, 380, 381, 390, 393, 406, 410, 411, 414, 417, 418, 421, 422, 423, 425, 438, 440, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 457, 461, 469, 472, 473, 474, 475
- Mercosul-União Européia** 167, 168, 171, 372, 373, 423
- Metas do milênio** 127, 207, 208, 209
- México** 75, 84, 99, 100, 175, 176, 200, 271, 292, 299, 300, 303, 309, 310, 311, 312, 316, 318, 322, 333, 342, 344, 371, 380, 386, 387, 388, 395, 396, 399, 403, 412, 413, 422, 424, 435, 437, 457
- Moçambique** 109, 131, 148, 191, 192, 193, 194, 195, 198, 231, 240, 241, 242, 277, 346, 362, 363, 364, 365, 413, 450, 464, 467, 468, 469, 476
- N**
- Namíbia** 131, 148, 195, 196, 197, 198, 199, 231, 242, 346, 366, 367, 368, 413, 450, 464, 465
- Noruega** 135, 136, 138, 139, 178, 276, 320, 321, 322, 370, 395, 414
- Nova Agenda** 198, 218, 250, 311, 312, 436

O

Organização das Nações Unidas - ONU 71, 83, 108, 109, 113, 116, 119, 123, 124, 125, 127, 133, 137, 138, 163, 164, 178, 191, 198, 210, 232, 233, 272, 292, 305, 309, 314, 322, 327, 338, 341, 343, 344, 354, 355, 359, 364, 365, 367, 369, 400, 407, 408, 409, 410, 414, 419, 420, 429, 431, 432, 433, 437, 440, 441, 451, 453, 454, 455, 456, 457, 460, 461, 462, 465, 467, 475, 477, 478, 480

Organização dos Estados Americanos - OEA 137, 175, 177, 178, 239, 280, 318, 334, 345, 362, 387, 389, 395, 410, 434, 435, 437, 438

Organização Mundial do Comércio - OMC 22, 37, 41, 42, 49, 50, 55, 57, 58, 59, 60, 62, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 84, 85, 88, 90, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 111, 116, 125, 139, 142, 147, 151, 155, 160, 163, 169, 172, 193, 195, 197, 200, 202, 212, 219, 224, 228, 230, 245, 246, 273, 276, 277, 281, 286, 291, 292, 293, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 309, 310, 314, 317, 321, 322, 323, 326, 341, 342, 359, 370, 371, 375, 379, 381, 382, 395, 396, 399, 403, 404, 405, 410, 411, 414, 417, 418, 421, 423, 424, 425, 436, 447, 478, 450, 451, 452, 453, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 469, 470, 471, 474, 475

Oriente Médio 112, 113, 116, 124, 136, 142, 216, 222, 226, 227, 229, 230, 232, 273, 293, 294, 321, 322, 344, 369, 391, 393, 396, 398, 400, 401, 402, 409, 411, 415, 423, 439, 440, 441

P

Palestina, Autoridade Nacional 322, 400, 401

Paquistão 84, 98, 299, 311, 343, 344, 390, 403, 461

Paraguai 50, 51, 58, 67, 68, 69, 117, 121, 130, 131, 141, 142, 143, 148, 232, 240, 241, 286, 288, 290, 292, 299, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 332, 341, 378, 380, 401, 402, 403, 412, 438, 449, 472

Patentes 22, 62, 94, 202, 354, 426

Peru 53, 83, 84, 112, 130, 132, 135, 241, 242, 249, 257, 262, 288, 290, 292, 299, 303, 348, 386, 390, 406, 413, 435, 437, 438, 448, 464

Portugal 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 59, 64, 160, 173, 254, 277, 279, 318, 355, 395, 406, 413

Processo de paz 202, 273, 303, 321, 354, 364, 369, 400, 401

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA 285, 286, 346, 351

Promoção comercial 55, 316, 327, 341, 380, 381, 411, 412, 415, 460

Propriedade intelectual 97, 157, 163, 297, 300, 382, 385, 417, 418, 421, 423, 426, 471

Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio 365

Protocolo de Olivos sobre Solução de Controvérsias 250, 328, 330

R

Reforma das Nações Unidas 138, 190, 217, 313, 321, 367, 377, 398, 439, 457

Reporters Sans Frontières 284

República Dominicana 373, 374, 375, 385, 415, 423

Rodada de Doha 37, 90, 96, 197, 202, 245, 246, 286, 291, 300, 301, 314, 321, 322, 337, 342, 372, 375, 403, 405, 406, 423, 444, 447, 457, 459

Rússia 113, 125, 131, 164, 200, 318, 319, 322, 344, 407, 408, 409, 410, 411, 423, 430, 450, 470

S

São Tomé e Príncipe 64, 131, 137, 148, 185, 186, 187, 188, 189, 203, 231, 240, 242, 277, 278, 279, 280, 283, 346, 347, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 365, 464, 466

Saúde 22, 25, 26, 27, 35, 42, 44, 76, 96, 114, 127, 131, 134, 163, 184, 187, 189, 190, 203, 209, 213, 218, 234, 240, 241, 242, 268, 276, 277, 280, 282, 285, 287, 288, 297, 298, 300, 308, 309, 310, 313, 314, 327, 330, 336, 338, 341, 352, 353, 356, 359, 363, 365, 367, 368, 369, 379, 381, 389, 398, 400, 401, 416, 447, 457, 464, 467

Segurança hemisférica 175, 178, 345, 434, 435, 436, 438

Serviços 43, 52, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 97, 142, 147, 157, 163, 192, 199, 218, 235, 250, 268, 276, 289, 298, 317, 327, 331, 333, 341, 350, 368, 372, 376, 382, 385, 392, 398, 406, 412, 417, 418, 419, 421, 423, 424, 426, 446, 450, 453, 460, 470, 473, 474, 476

Siderurgia 327, 341

Síria 148, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 232, 321, 343, 391, 392, 396, 397, 413, 440

Solução de controvérsias 58, 95, 250, 262, 273, 296, 298, 317, 328, 370, 371, 382, 395, 396, 414, 418, 422

Suécia 302, 311, 312

Suriname 41, 42, 43, 53, 99, 280, 281, 282, 476

T

Temas culturais 24, 26, 29, 35, 37, 172, 226, 231, 232, 233, 236, 282, 334, 341, 363, 373, 389, 392

Temas financeiros 30, 37, 114, 146, 151, 209, 222, 243, 269, 285, 319, 324, 327,

331, 337, 352, 358, 359, 364, 366, 369, 384, 392, 394, 410

Temas sociais 341, 398

Terrorismo 38, 53, 71, 73, 119, 120, 121, 124, 139, 142, 163, 176, 177, 178, 209, 216, 227, 233, 258, 264, 288, 290, 306, 307, 313, 321, 338, 345, 355, 369, 374, 400, 402, 408, 409, 410, 431, 432, 434, 438, 439, 454, 456

Tráfico ilícito de armas de fogo 305, 329, 335

Tribunal Penal Internacional - TPI 271, 327

Tríplice Fronteira 121, 401, 402, 403, 435, 438

Turquia 255, 256, 388

U

Ucrânia 63, 339, 340

União Aduaneira da África Austral - SACU 113, 197, 199, 203, 367, 369

União Européia 22, 28, 33, 34, 35, 37, 38, 40, 49, 50, 51, 52, 91, 94, 95, 96, 98, 99, 101, 102, 112, 131, 132, 139, 149, 151, 159, 160, 164, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 180, 205, 228, 272, 275, 290, 310, 322, 333, 344, 345, 370, 372, 373, 395, 403, 405, 414, 417, 421, 423, 426, 430, 439, 440, 443, 450, 452, 457, 458, 459, 473, 474, 475

Uruguai 22, 43, 50, 51, 58, 59, 61, 81, 90, 96, 97, 99, 100, 130, 131, 232, 241, 249, 251, 273, 274, 288, 290, 296, 328, 332, 341, 380, 390, 412, 422, 424, 425, 426, 437, 438, 448, 449, 471, 472

V

Venezuela 54, 84, 130, 132, 137, 241, 249, 281, 292, 299, 303, 318, 322, 395, 403, 406, 412, 413, 435, 437, 448

Vietnã 327, 328, 413

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

Número 93, 2º semestre de 2003

Ano 30

Capa	Teixeira Gráfica e Editora Ltda.
Editoração eletrônica e projeto gráfico	Paulo Pedersoli
Formato	200 x 260 cm
Mancha	15,5x21,5
Tipologia	Times New Roman 12x14,4 (textos) e 26x31,2 (títulos e subtítulos)
Papel	Supremo 250 gr/m ² , plastificação fosca (capa) e 75 gr/m ² (miolo)
Número de páginas	490
Tiragem	1.000 exemplares
Impressão	Gráfica do MRE
Acabamento	Gráfica do MRE